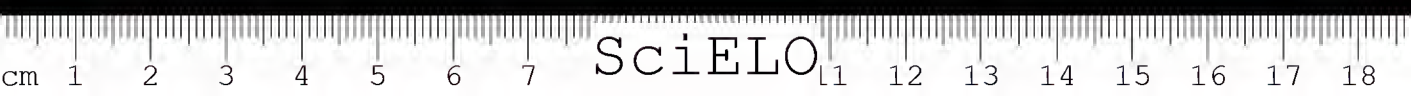

cm 1 2 3 4 5 6 7 8
SciELO
12 13 14 15 16 17 18 19


cm 1 2 3 4 5 6 7 SciELO 11 12 13 14 15 16 17 18


cm 1 2 3 4 5 6 7 SciELO 11 12 13 14 15 16 17


cm 1 2 3 4 5 6 7
SciELO
11 12 13 14 15 16 17

A LAVOURA

FUNDADA EM 1897

ÓRGÃO OFICIAL DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

CASA DA AGRICULTURA (Edifício-Séde da S. N. A., na Capital da República)

JANEIRO - FEVEREIRO, 1955

RIO DE JANEIRO — BRASIL

ANO LVIII


BELL Aircraft



Fazenda Almada — Ilhéos — Bahia — cujo centenário foi agora comemorado. Propriedade do nosso ilustre consócio Dr. P. A. de Cerqueira Lima.

SUMÁRIO

SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

Fundada em 1897

RECONHECIDA DE UTILIDADE PÚBLICA
PELA LEI N.º 3.549, DE 18 DE OUTUBRO DE 1918

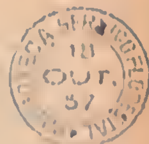
A SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA PARTICIPA EM CARÁTER PERMANENTE DOS SEGUINTES ÓRGÃOS:

Comissão Permanente de Exposições e Feiras (Ministério do Trabalho) — Dr. Alberto Ravache; Suplente, Luiz Marques Poliano; **Comissão Revisora de Tarifas** (Ministério da Fazenda) — Dr. Oswaldo Miguel Frederico Ballarin; **Conselho Consultivo da E. F. Central do Brasil** — **Dr. Altino de Azevedo Sodré**; **Comissão Permanente de Estradas de Rodagem** — Dr. Raul David de Sanson; **Instituto Brasileiro de Educação e Cultura** (Ministério das Relações Exteriores) — Dr. Luiz Simões Lopes; **Conselho Nacional de Aplicações dos Empréstimos Rurais** (Ministério da Fazenda) — Dr. Luiz Simões Lopes; **Conselho Permanente de Associações Americanas de Comércio e Produção** — Dr. Edgar Teixeira Leite; **Comissão Consultiva de Acordos Comerciais** Ministério das Relações Exteriores) — Dr. Alberto Ravache; **Comissão de Política Agrária** (Ministério da Agricultura) — Dr. Luiz Simões Lopes. Suplente: Dr. Alberto Ravache

A LAVOURA

FUNDADA EM 1897

ORGÃO OFICIAL DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA



ANO LVIII — JANEIRO - FEVEREIRO — 1955

Mais um Aniversário

A 16 de Janeiro completou o seu 58.° aniversário de fundação a Sociedade Nacional de Agricultura.

Entra ela, agora, numa fase altamente promissora no que toca à sua projeção no âmbito nacional como entidade de fins culturais.

Construida a sua magnífica sede, de que alguns aspectos ilustram o presente número, fundada a Confederação Rural Brasileira que vem atuando com grande proveito no setor pròpriamente da classe em todo o país, e reformados os seus estatutos de 1926, visando enquadrá-la no cenário da nossa organização associativa, começou já a Diretoria a cogitar dos assuntos que doravante haverão de constituir a sua principal atividade.

Instituiu, desde logo, o prêmio "Sociedade Nacional de Agricultura", constituido de medalha de ouro e votado ao estímulo das profissões da Agronomia e da Veterinária; organizou uma pequena mas selecionada série de Conferências, de que participarão elementos destacados das letras agronômicas, nacionais e estrangeiras; está organizando cursos de extensão e aperfeiçoamento e uma série de publicações de divulgação e técnico-científicas, mediante a instituição de prêmios aos seus autores, bem como está realizando um inquérito nacional sôbre reflorestamento.

Depois da sua constituição, quando, nos fins do século passado, exerceu as funções de verdadeiro ministério da agricultura, que a República havia abolido, promoveu o fomento



S. N. A. — Sede — Fachada do Edifício

agrícola, a propaganda da atividade rural, até que, pelos seus esforços, surgiu o órgão oficial que hoje preside, no campo federal, os negócios da agricultura; encarnou, após isso, as aspirações da classe, representando-a em todos os setores onde a voz do homem do campo precisava ser ouvida, na defesa de seus interesses — até que, para lhe dar maior autoridade, organizou as bases do decreto-lei n.° 8127, de que resultou o pujante movimento associativista da classe rural, de que é cúpula a Confederação Rural Brasileira.

Lança-se agora, com o seu patrimônio material sòlidamente alicerçado, e com a sua grande folha de serviços ao país, a um outro campo — tão ou mais importante do que os anteriores — e tudo indica que, nessa terceira fase da sua existência, não desmentirá as tradições de patriotismo, desambição e vontade de servir ao país, servindo à agricultura.



S. N. A. — Galeria

Necessidade do Seguro Florestal

O Dr. Edgard Teixeira Leite, atual Presidente do Conselho Nacional de Economia, profundo conhecedor de nossos problemas agrícolas e econômicos, apresentou ao I Congresso Florestal Brasileiro, uma interessante e oportuna recomendação.

Trata-se, da instituição, no país, do Seguro Florestal, que tantos e tão relevantes serviços poderá prestar, sem dúvida, à economia florestal brasileira.

A referida recomendação está redigida nos seguintes têrmos:

A Comissão de Economia Florestal do I Congresso Florestal Brasileiro, reunido em Curitiba, Estado do Paraná,

Considerando que florestamento e reflorestamento implica em grandes investimentos e despesas iniciais, e de manutenção de seu proprietário;

Considerando o alto valor comercial que atingem algumas espécies florestais, já existentes e econômicamente industrializáveis;

Considerando que a reserva florestal é susceptível à destruição total ou parcial;

Considerando que entre a data do reflorestamento efetuado e o seu aproveitamento industrial decorrem muitos anos, ficando durante todo êsse tempo, exposto ao risco da destruição;

Considerando que, com as reservas florestais seguradas, pode o seu proprietário, com maior facilidade obter financiamento;

Considerando que a mais elementar prudência aconselha que sejam resguardados pelos meios possíveis as riquezas florestais;

Considerando que todos os países de tradição florestal tem a organização de seguros contra os riscos do fôgo nas florestas;

Considerando que o Estado é parte interessada na sobrevivência das atuais reservas florestais, bem como na incrementação do reflorestamento, devendo, portanto, estimular tôda iniciativa particular, nesse sentido, recomenda:

Que seja promovida a criação pelo Govêrno Federal, do Seguro Florestal, que estabeleça condições de garantias para tôda iniciativa privada, que tem por fim a plantação, conservação e renovação das florestas.

Sala das Sessões, 18 de setembro de 1953

(a) *Edgard Teixeira Leite*

Trata-se, sem dúvida, de mais uma valiosa sugestão do 2.º Vice-Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura, que sempre se preocupou com o nosso problema florestal.

É, indiscutivelmente, da mais alta importância o estabelecimento do Seguro Florestal para garantia daquêles que se dedicam à exploração florestal no país.

Ninguém desconhece os riscos do fôgo nas florestas, nem as dificuldades de financiamento à silvicultura com tais riscos.

Estamos atravessando uma fase em que tôda a atenção para o problema florestal brasileiro precisa e deve merecer ser incrementado.

Desaparecem, assustadoramente, nossas reservas florestais; as medidas de proteção às florestas existentes são as mais precárias; o reflorestamento, em nosso país, é ainda incipiente; poucos são os que lançam, em grande escala, ao reflorestamento em virtude do longo tempo que decorre entre o plantio e o aproveitamento industrial das essências florestais; alarmante é o perigo do fôgo nas florestas.

Urge que sejam tomadas medidas que estimulem o financiamento para novos plantios de essências florestais e para que êsse financiamento seja viável é necessário, sem dúvida, que o Seguro Florestal responda pelos investimentos provenientes dêsse financiamento.

É, portanto, da maior oportunidade, a recomendação do Dr. Edgard Teixeira Leite, aprovada pelo I Congresso Florestal Brasileiro.

A recomendação foi feita.

Aguardemos, agora, a sua efetivação.

Os poderes públicos não podem permanecer alheios à ela.

Que venha, quanto antes, o Seguro Florestal.

G. G. da S.

Bases para efetivação de uma acertada política florestal

Eng.º Agr.º GERALDO GOULART DA SILVEIRA

Diretor Técnico da Sociedade Nacional de Agricultura

É assunto pacífico, a necessidade da efetivação de uma segura Política Florestal, subordinada a rumos e diretrizes que se coadunem com a nossa realidade e as nossas necessidades.

De há muito os nossos técnicos se vem batendo pela implantação dessa política em nosso país, em bases racionais e objetivas.

São oportunas e dignas de transcrição, as recomendações nesse sentido elaboradas pelo I Congresso Florestal Brasileiro que se reuniu em fins de 1953, em Curitiba, Estado do Paraná e que congregou não só técnicos mas todos os demais interessados na solução de nossos problemas florestais.

No setor da Política Florestal (um dos três setores de estudos do Congresso), foram as seguintes as judiciosas recomendaçõse aprovadas pelo plenário do referido Congresso:

1.º) — Que, a fim de que os princípios da política florestal brasileira possam ser elaborados à base de conhecimentos tão aprofundados quanto possível da situação existente, seja procedido, através dos órgãos adequados, o levantamento das superfícies florestais (florestas ou não) de domínio público, existentes em cada Estado ou Território e pertencentes ao Govêrno Federal e àquelas unidades.

Embora se argumente ser por demais difícil o tal levantamento, deve êle, contudo, preceder os demais trabalhos, para que se conheça, com exatidão, quais as superfícies florestais de que dispõe o domínio público em cada Unidade da Federação.

Forçoso é reconhecer ser lastimável, não se disponha, até o momento, de um cadastro de tal natureza.

2.º) — Que sejam inalienáveis as florestas de domínio publico, destinadas à exploração florestal, exploração que só poderá ser feita através de licenças regulamentadas de corte com prazo de duração limitado.

Oportuna e judiciosa essa recomendação.

Não se deve ceder ou transferir reservas florestais de domínio publico destinadas à exploração florestal.

Essas florestas devem ser inalienáveis, conforme a recomendação.

É preciso que se crie uma consciência de que essas florestas de domínio público devem ser respeitadas e não podem, jamais ser, impiedosamente destruídas como vem acontecendo.

Não se proíbe que se as explore.

Procura a recomendação apenas disciplinar essa exploração, através de licenças, dadas em determinadas bases, a fim de que seja resguardada a riqueza florestal de domínio público.

3.º) — Que seja solicitado ao Govêrno a revisão do Código Florestal, com o objetivo de esclarecer as dúvidas quanto a dispositivos do mesmo, colocá-los em harmonia com o nosso estado social e econômico e às necessidades do desenvolvimento do país, bem assim, situá-lo como um quadro de âmbito regional, de acôrdo com as necessidades peculiares a cada região.

De há muito vêm os nossos agrônomos e responsáveis pelos serviços florestais reclamando a necessidade da revisão do nosso Código Florestal, no sentido de torná-lo mais eficiente, mais fácil de ser cumprido, e, sobretudo, atender às peculiaridades regionais.

Urge que se nomeie uma comissão de técnicos para apresentar sugestões sôbre a conveniente revisão do Código Florestal, a fim de que êle possa ser, realmente cumprido, e atenda, de maneira segura, às nossas necessidades.

Digno de louvores é o atual Código, elaborado em ocasião oportuna, quando se precisava legislar no sentido da preservação de nossas reservas florestais.

Se falhas êle apresenta, nem por isso deve ser desprezado.

Êle prestou bons serviços, em seus vinte anos de existência.

Pior teria sido sem êle, do que o foi com êle.

O que se pleiteia é, com a experiência adquirida em a sua execução durante dois decênios, possa êle agora ser consideràvelmente melhorado, e assim atender, de maneira eficiente à suas finalidades.

4.º) — Que, tendo em vista a valia da colaboração até agora prestada pelos técnicos florestais solicitados pelo Govêrno Brasileiro à Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (F. A. O.) seja estreitamente mantida essa colaboração, visto como ela permite não sòmente o recebimento do auxílio de técnicos internacionais, como o estágio de técnicos nacionais no exterior. O Govêrno Brasileiro deverá adotar as medidas indispensáveis para que os trabalhos de assistência aos técnicos internacionais atendam de modo mais prático, às necessidades brasileiras.

De fato, todos reconhecem as vantagens da vinda de técnicos estrangeiros, trazendo para o nosso meio técnicas mais modernas e aperfeiçoadas e bem assim, a ida de técnicos nacionais no estrangeiro, para estágios de estudos e observações em Centros de Pesquizas Florestais; em Universidades onde o estudo da silvicultura atingiu um elevado nível, nos Parques Florestais, etc. Ampliar êsse intercâmbio e tornar mais simples a atuação e movimentação dêsses técnicos, é medida que se impõe.

5.º) — Que sejam intensificados os estudos e pesquizas no domínio da silvicultura, com o fim de se obter, no mais breve espaço de tempo possível, a conservação do capital florestal ou o reflorestamento das zonas devastadas.

São os estudos e pesquizas criteriosamente levados a efeito pelos nossos técnicos que têm resolvido, de maneira eficiente, os nossos problemas agrícolas.

Não fôssem os trabalhos de experimentação e pesquizas e não teríamos resolvido como resolvemos, o problema da cultura do trigo no Brasil, indiscutivelmente uma grande vitória dos agrônomos nacionais, nos últimos tempos.

O quadro atual da cultura algodoeira é outro exemplo frizante do auxílio dos estudos, pesquizas e experimentações para a solução prática de nossos problemas agrícolas.

Na mesma ordem de considerações, sòmente estudos e pesquizas florestais criteriosamente orientadas, resolverão, de maneira satisfatória, os nossos problemas no setor da silvicultura.

É preciso que se compreenda a importância de tais estudos, para que não faltem os recursos materiais para que êles possam ser efetivados.

6.°) — Que o florestamento e o reflorestamento realizados pela iniciativa privada sejam objeto de encorajamento e orientação por parte do Govêrno. Medidas especiais devem ser tomadas com o fim de realizar e desenvolver os recursos do Fundo Florestal criado pelo Decreto n.° 23.793, de 23 de Janeiro de 1934 (Código Florestal), visto representar o mesmo a fonte melhor indicada para o financiamento dos trabalhos em causa. A exemplo do que ocorre em muitos países, deve ser instituído com urgência o financiamento bancário sob condições favoráveis às emprêsas de florestamento e reflorestamento. Imunidade fiscal, notadamente do impôsto territorial, deverá ser concedida às áreas florestadas ou reflorestadas pela iniciativa privada.

Aborda esta recomendação várias questões, tôdas elas da mais alta relevância. O encorajamento do florestamento ou reflorestamento por parte de entidades privadas, precisa e deve merecer tôda a atenção. Não é só preciso plantar essências florestais; é indispensável plantar muito, para compensar pelo menos em parte, a devastação desenfreiada que se praticou. Justo é que, através de medidas convenientes e auxílios, se incentive o florestamento e o reflorestamento. Não bastam as medidas diretas de incentivo. As indiretas, como por exemplo a isenção de impôsto territorial para as áreas florestadas ou reflorestadas, devem merecer, igualmente, a atenção do Govêrno.

Outra questão digna de registro é a criação do Fundo Florestal já previsto em lei. A criação de Fundos Especiais, deve constituir norma para para que possam ser levados a efeito estudos, pesquizas e experimentações, pela maior mobilidade das verbas, que precisam e devem ser movimentadas por processos simples e nos momentos oportunos, o que não acontece, por exemplo, com as verbas orçamentárias. O exemplo recente, do quanto tem podido realizar o Instituto Agronômico de Campinas, com o seu ainda incipiente mas já valioso Fundo de Pesquizas, é um índice do quanto poderemos realizar no campo da silvicultura, quando se tornar realidade, entre nós, o Fundo Florestal previsto no Código Florestal.

7.°) — Que, tendo em vista as dificuldades do comércio internacional, os organismos madeireiros, através de seus legítimos re-

presentantes, sejam sempre ouvidos, por ocasião da elaboração de convênios comerciais com os países estrangeiros.

No estado atual, em que as relações comerciais são baseadas em convênios assinados entre os poderes públicos dos diversos países, justo natural e até mesmo imprescindível é que as classes interessadas nos referidos convênios, sejam ouvidas e que suas judiciosas ponderações sejam acatadas. A experiência e os conhecimentos das classes interessadas não deverão ser subestimados.

Não se justifica não sejam elas ouvidas por ocasião da elaboração dos convênios comerciais internacionais, pois êles devem resolver, a maneira a mais satisfatória possível os problemas dos países contratantes, salvaguardando assim, os princípios básicos de sua economia.

8.º) — Que, tendo em vista a urgência, absolutamente reconhecida, de uma adequada organização da indústria madeireira, para que a mesma possa acompanhar o desenvolvimento técnico registrado em outros países, não só com o reequipamento das instalações às vêzes obsoletas como pela organização de novas emprêsas em regiões onde as mesmas forem necessárias, o Govêrno conceda as indispensáveis facilidades à entrada do material e equipamento destinados ao desenvolvimento e racionalização de trabalhos florestais e da indústria madeireira, bem como das fábricas nacionais produtoras de ditos materiais e equipamentos.

Precisamos produzir, produzir cada vez mais, mas em bases econômicas e racionais. A indústria madeireira não pode deixar de acompanhar o progresso da técnica moderna. A substituição de instalações obsoletas e de baixo rendimento por instalações modernas e de alto rendimento, é uma necessidade imperiosa, que só poderá ser levada a efeito se entraves não forem opostos à aquisição do necessário material e equipamentos. Facilidades para a aquisição, no estrangeiro, do equipamento que se fizer necessário, e bem assim, incentivo às fábricas nacionais produtoras de tais equipamentos, são medidas que, quanto antes, precisam e devem ser postas em prática, para que possamos consolidar e ampliar nossa posição no mercado madeireiro internacional. Se muito precisamos importar para satisfazer as nossas necessidades preciso é que não esqueçamos que é pela exportação, que conseguimos as necessárias divisas indispensáveis para que se processem as importações.

9.º) — Que 25% da quota do impôsto sôbre a renda devolvida aos municípios, sejam empregados na defêsa do fomento florestal.

Argumentos não faltarão para que não seja viável essa destinação de 1/4 do impôsto sôbre a renda devolvido ao município. Situação financeira precária dos municípios, encargos assumidos pelos mesmos, etc., serão, naturalmente lembrados.

É preciso, entretanto, que se reconheça que o emprêgo dessa quota se destina a um fim da mais alta relevância; que a conservação de florestas ou formação de novas florestas constitui não só diretamente um patrimônio gerador de novas riquezas, como também influi, indiretamente, na prosperidade agrícola da região pela conservação do solo, pela conservação dos mananciais dágua, etc.

10.º) — Que o Govêrno Federal, com a máxima urgência, remeta mensagem ao Congresso Nacional pedindo a revogação de todos os artigos que tornaram pràticamente impossível na Lei do Impôsto de Consumo, o estabelecimento da indústria de cabos de vassoura.

As leis fiscais, conquanto visando dar aos poderes públicos os recursos necessários para a manutenção da máquina administrativa e prestação de serviços em benefício da coletividade, não deve criar entraves no desenvolvimento da produção em todos os seus setores.

O que se observa, no caso da indústria de cabos de vassoura, é uma falha na legislação, que precisa e deve ser corrigida, como solicitam os interessados através da 10.ª recomendação do Congresso Florestal Brasileiro.

11.º) — Que os Governos Estaduais que têm representações na Junta Deliberativa do Instituto Nacional do Pinho procurem fazer seus delegados, elementos de notória capacidade técnica em assuntos econômico-florestasl, de preferência os diretores ou chefes dos respectivos Serviços Florestais.

Justa e consciencioso é a aspiração manifestada pelos congressistas. De fato, não se compreende que outras pessoas, senão as possuidoras das credenciais expostas, possam fazer parte da Junta Deliberativa do I. N. P. As suas deliberações são de ordem técnica e econômica, e só devem ser elaboradas por pessoas perfeitamente ambientadas com os problemas técnicos e econômicos florestais.

12.º) — Que as Assembléias Legislativas Estaduais legislem supletivamente ao Código Florestal, dentro das peculiaridades regionais, ampliando a sua ação e facilitando a tarefa das autoridades florestais, numa ação colaboradora e fiscalizadora do patrimônio florestal.

Por melhor que seja elaborado um Código Florestal, por maior que seja a flexibilidade que a êle venha ser dada, difícil será ao mesmo resolver problemas regionais, com suas peculiaridades próprias. A ação supletiva de uma legislação regional, respeitando os princípios básicos do Código e ampliando a sua atuação na região, é medida complementar que se impõe em defesa do patrimônio florestal.

13.º) — Que o Instituto Nacional do Pinho conceda verbas suficientes, mediante acôrdo com institutos técnicos e de pesquisas do país, para que essas entidades se empenhem profundamente, no estudo dos problemas florestais, e, sobretudo, naqueles que dizem respeito à industrialização da madeira e aproveitamento dos subprodutos.

Já ficou ressaltada a importância dos estudos, experimentações e pesquizas, na análise das recomendações ns. 5 e 6. O que se recomenda, é, portanto, justo e oportuno, para o próprio desenvolvimento da indústria madeireira, para a formação de novas florestas, para a exploração racional das florestas existentes, etc.

14.º) — Que o Instituto Nacional do Pinho, ainda, promova, através de uma política de esclarecimentos e demonstrações a substituição e modernização do parque industrial madeireiro.

É indiscutível a necessidade da modernização de nosso parque industrial madeireiro. É preciso que, gradativamente, máquinas arcaicas sejam substituídas por outras mais modernas, eficientes e de mais alto rendimento, sem o que não poderemos produzir em condições econômicas, capazes, portanto, de competição nos mercados internacionais. A Indústria, como as demais atividades, precisa sempre evoluir para acompanhar as conquistas das novas técnicas.

15.º) — Que a lei oficial de classificação do pinho, apresenta lacunas e pontos controvertidos donde a necessidade de sua revisão e atualização a fim de que melhor possa satisfazer aos mercados internacionais.

A lei de classificação do pinho foi feita numa época em que outra lei não existia e a padronização e classificação dêsse produto de exportação precisavam ser fixados.

Justo e natural é, portanto, que com a experiência dêsses anos de sua execução, as falhas e lacunas sejam corrigidas e que a lei se atualize de forma a melhor satisfazer às necessidades atuais e futuras de nosso importante mercado madeireiro.

Que quanto antes o Serviço de Economia Rural, ao qual está afeta essa legislação promova, de acôrdo com o parecer dos técnicos para isso designados as necessárias medidas a fim de que um novo Decreto sôbre classificação do pinho, corrigindo as falhas daquele que está em vigor venha a ser posto em prática.

16.º) — Que o ensino da Silvicultura deve ser ampliado e difundido em tôdas as escolas, quaisquer que sejam os seus graus, para o que necessário se faz :

a) obrigatòriedade, nas escolas primárias do país, notadamente nas zonas rurais, do ensino de lições objetivas, com material escolar apropriado, sôbre a utilidade das matas, o culto ou amor às árvores, como defendê-las e preservá-las da ação do fogo e de seus inimigos naturais;

b) êstes assuntos em graus mais adiantados, sejam preconizados no ensino secundário e que o professor tenha, quando orientado para as zonas rurais, um conhecimento claro e uma noção precisa dos problemas silvícolas do Brasil, para que possa difundí-los com proficiência;

c) a criação em regimem de urgência, da cadeira específica de Silvicultura, nas escolas agronômicas do Brasil;

d) a criação, como órgão integrante da Universidade Rural, da Escola Nacional de Florestas;

e) a intensificação dos cursos post-graduados para a especialização de agrônomos, num mínimo de dois anos e obedecendo a uma programação específica;

f) a criação de centros de estudos, pesquizas e treinamento para a formação de técnicos planejadores e executores da exploração racional das florestas.

Abrange esta recomendação vários e importantes assuntos. Lições objetivas sôbre a importância das florestas; a sua defesa e preservação; o culto do Dia da Árvore etc., não devem jamais faltar em nossas escolas primárias e secundárias, especialmente as localizadas nas zonas rurais. É preciso que, por todos os meios e modos possíveis se crie a verdadeira mentalidade florestal de que tanto necessitamos. A criação de uma cadeira específica de Silvicultura nas Escolas de Agronomia é uma necessidade premente. Não se compreende nem se justifica que em um país como o nosso, a silvicultura ainda seja lecionada nas nossas Escolas Superiores de Agronomia conjuntamente com a horticultura, a floricultura, etc. formando uma só cadeira, com evidentes prejuízos para o ensino de tão importantes assuntos. Igualmente lastimável que não possuamos até hoje, como outros países, nem ao menos uma Escola Nacional de Florestas ou outro qualquer nome que lhe venha a ser dado. A silvicultura é tão complexa, abrange um tão elevado número de conhecimentos especializados que, sòmente através de um curso específico será possível ministrá-los com a extensão e profundidade que se tornam necessárias. A criação de cursos de post-graduadosa para a formação de especialistas em silvicultura é, sem dúvida, uma recomendação oportuna, principalmente enquanto não dispuzermos de um elevado número de técnicos em silvicultura, regularmente diplomados em Escolas Superiores de Silvicultura.

17.º) — Que se crie a Sociedade Brasileira de Silvicultura para, unindo técnicos, industriais e profissionais da madeira, criar no Brasil uma mentalidade nitidamente florestal.

Louvável e digna da maior atenção é esta recomendação. Que se crie, quanto antes, a Sociedade Brasileira de Silvicultura que tantos e tão valiosos serviços prestará, sem dúvida, ao país. O entrosamento dos técnicos, industriais e profissionais da madeira é uma necessidade premente. Na futura Sociedade Brasileira de Silvicultura seriam estudados os mais palpitantes problemas de silvicultura; nesta Sociedade, teriam todos, uma tribuna sempre aberta aos debates e aos estudos de nossos problemas florestais; seria ela uma instituição sempre vigilante em defêsa de nossa economia florestal, em defêsa da preservação e conservação de nosso patrimônio florestal. Que não retarde essa medida.

Que, quanto antes, se congreguem todos os interessados e que seja fundada, em um futuro próximo a nossa Sociedade Brasileira de Silvicultura.

18.º) — Que sejam, enfim, convocados por tôdas as formas e todos os meios aquêles que, nascidos no Brasil, têm o dever patriótico de se empenhar de corpo e alma na grande campanha de redenção nacional, pelo estudo, defêsa, preservação e conservação do patrimônio florestal brasileiro.

Que os convocados se apresentem e em tôrno da Sociedade Brasileira de Silvicultura que se venha a fundar, seja levada a efeito a campanha de redenção de que fala esta recomendação.

O momento é oportuno.

Já estamos sentindo, e de uma maneira muito acentuada, as graves conseqüências de não termos dado o devido cuidado aos nossos problemas

(Conclui na pág. 19)

CONTABILIDADE AGRÍCOLA

ARTHUR N. SEABRA
Eng.º Agr.º

Tôda riqueza pode ser expressa em têrmos de valores, da mesma forma porque *a variação das riquezas é susceptível de contrôle*.

O método contábil, selecionando, classificando e analisando os fatos econômicos, permite apreciar a variação das riquezas e controlar os valores ativos e passivos, que compõem o patrimônio, isto é, o total das coisas, avaliadas em dinheiro, existentes em uma fazenda, sítio ou chácara.

O uso da contabilidade, para orientar e controlar as receitas e as despesas de uma fazenda, constitui recurso dos mais valiosos para o agricultor.

Sabemos que tôda produção é obtida a custa de encargos cuja soma representa o *custo completo de produção*.

Normalmente o *prêço de custo* determina-se através da contabilização de todos os encargos de produção, incluindo juros.

Permitindo avaliar, com segurança o custo de produção de um produto, a contabilidade orienta o agricultor, levando-o a escolher a lavoura ou a criação mais lucrativa.

"Não é costume pedir uma resposta singela para a pergunta : Por que a fazenda não é um negócio lucrativo ?

Há uma condição que raramente é mencionada mas que parece fundamental negócio das fazendas : — a incerteza do mesmo. O fazendeiro é geralmente classificado como um homem conservador que nunca joga, mas cada cultura e cada animal é um jôgo cheio de riscos.

Se as incertezas puderem ser afastadas do negócio da fazendo ou estas conduzidas de modo que as incertezas tenham pôuco efeito, não há nada nos livros que indique que a produção de materiais agrícolas não venha ser um grande negócio".

A contabilidade agrícola nos poderá dizer se devemos, por exemplo, mudar, substituir ou conservar uma exploração, por ser ela a mais econômicamente aconselhável. Constitui, portanto, um meio para orientar os negócios da fazenda ,afastando ou fazendo com que as incertezas tenham pouco efeito.

Uma boa contabilidade, diz o Prof. Arthur Filho, *deverá constituir a preocupação máxima do explorador, porque êle será o seu guia mais precioso, impedindo-lhe os dissabores financeiros, permitindo em tempo corrigir erros de orientação que, em muitos casos, seriam funestos*.

É imprescindível, portanto conhecer as despesas de cada exploração, seja agrícola seja pastoril, para calcular, depois, o lucro líquido ou o prejuízo, tendo-se em vista o capital empregado.

O MODÊLO N.º 2, compreenderá : A — apreciação econômica da cultura, e B — apreciação da produção unitária, é de fácil preenchimento e pode constituir um auxiliar valioso para o proprietário rural. Baseou-se a preparação dessa ficha de contabilidade agrícola, publicada no folheto "Como Avaliar o Lucro de Uma Lavoura", de autoria do Prof. Romolo Cavina, em um modêlo já experimentado na Divisão de Fomento da Produção Vegetal do Ministério da Agricultura.

A parte de contabilidade agrícola que tem por fim representar gràficamente os atos e fatos administrativos — diz o Prof. Francisco D'Auria — é a que se chama escrituração agrícola. E continua : "A representação gráfica compreende a elaboração de notas, faturas, registro nos livros auxiliares e principais, auxilia a administração no contrôle de tôdas as operações e organiza as contas indicadoras do resultado e do estado dos elementos patrimoniais. É pelas contas que se obtém informações acerca da situação patrimonial e dos resultados do exercício agrícola".

Portanto, para uma síntese de situação econômica e financeira, deverá o produtor, em cada exercício agrícola, organizar um balancête, para verificação das receitas e despesas correspondentes.

A contabilidade, através de balanços provisórios e de balanços gerais, permite verificar e controlar o ativo e o passivo de cada exercício, dando ao proprietário elementos para conhecer a situação da propriedade, seja com referência aos gastos, seja com referência aos lucros e às perdas.

MODÊLO N.º 2

FAZENDA .... CULTURA .... AREA CULTURAL ....

A — APRECIAÇÃO ECONOMICA DA CULTURA — DESPESAS CR$ — RECEITA

1 — Adaptação do solo à cultura ....
- 1 — Roçagem ....
- 2 — Aceiragem ....
- 3 — Queima ....
- 4 — Coivaramento ....
- 5 — Destacamento ....

Total amortizável em 10 anos CR$ — CR$

2 — Preparo do solo ..
- 1 — Aradura ....
- 2 — Gradagem ....
- 3 — Adubação ....

3 — Plantio ....
- 1 — Sulcamento ....
- 2 — Aberturas de covas ....
- 3 — Semeadura ....

4 — Tratos culturais ..
- 1 — Capinas ....
- 2 — Defesa sanitária ....
- 3 — Capação, desolha, despalha ....
- 4 — Poda, coroamento, amontoa, etc. ..

5 — Colheita ....
- 1 — Colheita ....
- 2 — Beneficiamento ....
- 3 — Classificação ....
- 4 — Embalagem ....

6 — Transportes ......

7 — Emprêgo de Capital ....
- 1 — Juros de 6% sôbre o valor da terra ..
- 2 — Amortização sôbre a maquinária ....
- 3 — Amortização sôbre as ferramentas ..
- 4 — Amortização decimal das despesas da adaptação do solo à cultura ....

TOTAL GERAL .... CR$

8 — Produção .. .. CR$

9 — Resultado final ..
- 1 — Lucro .... CR$
- 2 — Deficit .... CR$

CR$ — CR$

B — APRECIAÇÃO DA PRODUÇÃO UNITARIA
- 1 — Rendimento por Ha. ....
- 2 — Lucro por Ha. ....
- 3 — Custo da produção por Ha. ....
- 4 — Custo da produção por Kg. ....
- 5 — Quantidade de sementes por Ha. ....
- 6 — Relação entre a semente empregada e a produção ....

☆ ☆ ☆

Noticias e Informações

XXVI Exposição Internacional de Máquinas Agrícolas.

Realizar-se-á em Paris, no Parque de Exposições de Versailles, no período de 1 a 6 de Março do corrente ano, a XXVI Exposição Internacional de Máquinas Agrícolas, na especialidade considerada a mais importante exposição européia. Para que se tenha uma idéia dessa exposição basta dizer que a do ano passado foi apreciada por 226 mil visitantes e que para a do corrente ano espera-se que o número de visitantes atingirá a 300 mil. A exposição ocupará uma área de 100.000 metros quadrados e nela serão expostas cêrca de 1.500 marcas de material agrícola.

64.º Concurso Geral Agrícola.

Durante a XXVII Exposição Internacional Agrícola realizar-se-á, em Versailles, Paris, no período de 1 a 6 de Março do corrente ano, o 64.º Concurso Geral Agrícola, que congregará um elevado número de técnicos em equipamento rural.

Climatologia.

Digno de registro são os bem elaborados boletins mensais climatológicos da Sub-Sçeão de Climatologia e Pluviometria do Departamento Técnico Agrícola do Instituto de Cacau da Bahia, com as anotações diárias da média da pressão barométrica, as temperaturas máxima, mínima; os milímetros de chuvas, a umidade relativa, a nebulosidade e a evaporação. A referida sub-seção possui postos localizados em Uruçuca, Almada, Itaberá, Guandú, Tesouras, Barro Preto, Campo Bello Morro Redondo, Buerarema, Ibicara Ferradas Rio Branco, Banco da Vitória e Bolivia.

Conferência Interamericana de Inversão de Capitais.

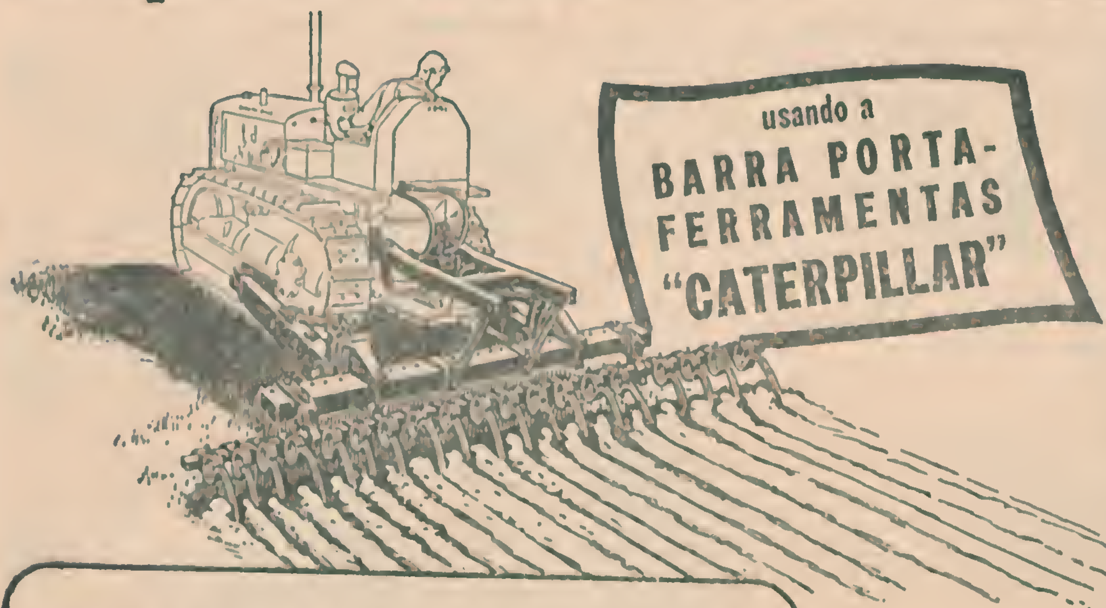
Realizar-se-á em Nova Orleans, no período de 28 de Fevereiro a 3 de Março, uma Conferência Interamericana de Inversão de Capitais.

Prêmio a um agrônomo.

Apresentado pelo deputado João Agripino, transita pelo Congresso Nacional um projeto de lei autorizando o govêrno a conceder um prêmio de um milhão de cruzeiros ao Engenheiro Agrônomo Raimundo Cruz Martins, de Secretaria de Agricultura do Estalo de S. Paulo, pelos excepcionais serviços prestados à cultura do algodão no Brasil. Justo e merecido é o prêmio que se pretende dar ao Engenheiro Agrônomo Raimundo Cruz Martins que, com sacrifícios, mas sempre patriòticamente, tanto fêz em benefício da cultura do algodão no país, através de sua seleção técnica.

Cruz Martins é, não só um grande brasileiro; é também uma honra para a agronomia nacional.

Prepare Melhor Sua Terra



Realiza-se melhor trabalho de aração, sulcação, gradeação, semeação e cultivo usando-se a barra porta-ferramentas "Caterpillar" montada em um trator Diesel "Caterpillar". Essa barra dá um contrôle mais preciso na execução dêsses e muitos outros serviços agrícolas. Para dirigir a barra porta-ferramentas basta manobrar o trator, porque ela está nêle montada. Como o trator de esteiras faz com facilidade curvas fechadas, permite às ferramentas trabalharem bem perto das cêrcas ou obstruções. A barra porta-ferramentas e os implementos são levantados e baixados pelo eficiente sistema hidráulico "Caterpillar". Basta um simples toque na alavanca de comando para baixar o implemento, levantá-lo acima do solo ou mantê-lo em qualquer posição intermediária. Um rápido ajuste na barra porta-ferramentas dá ao implemento a precisa inclinação para penetrar melhor na terra.

Pode-se obter barras porta-ferramentas para os tratores Diesel "Caterpillar" D2, D4, e D6, e elas são feitas especialmente para aproveitar ao máximo a força e a tracção do trator com o qual devem ser usadas.

Procure-nos, pois teremos o maior prazer em lhe mostrar as vantagens do comando dos implementos agrícolas por meio da barra porta-ferramentas "Caterpillar" e do trator Diesel "Caterpillar".

DISPOMOS DE:

arados • sulcadores • cultivadores • semeadores e outras ferramentas agrícolas.



PRODUTOS
Caterpillar
MARCA REGISTRADA

SOTREQ S. A. DE TRATORES E EQUIPAMENTOS

MATRIZ: AV. BRASIL, 9200 — D. FEDERAL

FILIAIS:

B. Horizonte: R. Rio Grande do Sul, 137 - M. Gerais
Uberlândia: Caixa Postal 370 - Minas Gerais
Vitoria: Escritórios: Caixa Postal 483 - E. Santo
Campos: Rua Marechal Floriano, 40 — E. do Rio

Terras para o homem rural.

De acôrdo com o que estipula o Regulamento do Instituto de Imigração e Colonização, aprovado pelo Presidente da República serão concedidos lotes sòmente :

a) aos que exerçam a atividade de agricultor ou criador;
b) pretendam instalar indústria rural de beneficiamento.

As concessões serão feitas mediante venda com bases módicas e amortização dentro do prazo máximo de 20 anos.

X Congresso Mundial de Avicultura.

Realizou-se em Edimburgo, Escócia, o ano passado, com a participação de 1.725 delegados provenientes de 57 paises, o X Congresso Mundial de Avicultura.

De acôrdo com os dados divulgados, foram apresentados ao referido congresso 111 trabalhos originais sôbre genética, fisiologia, nutrição etc.

Confederação Européia de Agricultura.

A Confederação Européia de Agricultura, com séde em Paris, congrega mais de 380 organizações agropecuárias do velho continente.

Adidos agrícolas.

Encontra-se em curso na Câmara dos Deputados um projeto de lei apresentado pelo deputado Lacerda Werneck, propondo a criação de cargo de adido agrícola nas representações diplomáticas do Brasil, inclusive nas organizações de caráter internacional que tratam de problemas de agricultura.

IV Congresso Internacional de Silvicultura.

Realizou-se em Dehra-Dun, na Índia, no período de 11 a 22 de Dezembro do ano passado, o IV Congresso Internacional de Silvicultura, promovido pelo Govêrno da Índia e pela F. A. O.

Associação Paulista de Avicultura.

Fundado em 1946, com 176 sócios, possúi agora a Associação Paulista de Avicultura mais de 2.000 associados, o que revela o interêsse que a mesma vem despertando entre os avicultores paulistas.

Produção de trigo.

Está estimada em 750.000 toneladas a nossa atual colheita de trigo, esperando-se que se torne realidade, a campanha de um milhão de toneladas de trigo produzido no país, na safra de 1955.

Prêço mínimo do trigo.

Durante a IV Festa do Trigo o sr. Ministro da Agricultura anunciou o prêço mínimo do trigo nacional para a próxima safra fixado na base de Cr$ 300,00 por saco de 60 quilos nos pontos de embarque, e de Cr$ 320,00, nos portos.

III Conferência Rural Brasileira.

Alcançou grande sucesso a III Conferência Rural Brasileira convocada pela Confederação Rural Brasileira, realizada em S. Paulo, no período de 6 a 12 de Dezembro do ano passado, onde foram debatidos palpitantes problemas relacionados com a agricultura e o homem rural brasileiro.

Anais do 1.º Congresso Florestal Brasileiro

Acaba de ser publicado os Anais do 1.º Congresso Florestal Brasileiro, realizado em Curitiba, Estado do Paraná sob os auspícios do Instituto Nacional do Pinho, no período de 13 a 19 de Setembro de 1953.

IV Conferência Rural Brasileira.

De acôrdo com o deliberado em S. Paulo, durante a III Conferência Rural Brasileira, terá lugar em Fortaleza, Estado do Ceará, no fim do corrente ano, a IV Conferência Rural Brasileira.

MINISTRO JOÃO ALBERTO



Fotografia feita na Alemanha em 1954. Alem do Ministro João Alberto, aparecem no grupo os Srs. Benjamin Cabello e Alberto Ravache, representante da S.N A. na Comissão Brasileira para o Tratado Comercial com a Alemanha

Com o falecimento do Ministro João Alberto Lins de Barros, sócio remido da Sociedade Nacional de Agricultura, ocorrido a 26-1-1955, perdeu o Brasil um dos seus mais devotados e dinâmicos filhos.

Figura de relêvo em nossos meios políticos, a partir do início da Revolução de 30, sempre demonstrou o maior interêsse pelos assuntos que dão àquela veterana instituição a sua razão de existência.

Idealista, entusiasta, até os últimos dias de sua vida laboriosa e profícua, o encontramos na defesa de nossos interêsses econômicos, sempre admitindo um otimismo digno de nota, sobretudo nos tempos que correm.

A Diretoria da Sociedade, ao tomar conhecimento da infausta notícia, além de participar de tôdas as cerimônias fúnebres, através o seu representante Alberto Ravache, enviou uma grande corôa de flores naturais.

Como especial homenagem ao ilustre desaparecido, insere "A Lavoura" as notas biográficas que se seguem:

NOTAS BIOGRÁFICAS

O Sr. João Alberto Lins de Barros nasceu em Olinda, a 16 de junho de 1889 e era filho do professor Joaquim Cavalcanti Leal de Barros, descendente de tradicional família pernambucana, e de D. Carmelita Lins de Barros, neta de holandêses. Fêz seus primeiros estudos com o seu pai e, mais tarde, ingressou na Escola Politécnica de Recife, por onde se formou engenheiro geógrafo. Em seguida, dedicou-se aos estudos de artilharia e acabou por ingressar no Exército.

Aspirante a oficial do Exército, de 7-1-1922 a 30-4-1922; Segundo Tenente, de 30-4-1922 a 28-6-1923; Primeiro Tenente, de 28-6-1923 a 15-10-1931; Capitão de 15-10-1931 a 11-2-1937. Foi Delegado militar e Interventor Federal em

São Paulo. Chefe de Polícia da Capital Federal; 1932, Deputado por Pernambuco à Assembléia Nacional Constituinte. Deputado Estadual à Assembléia Constituinte de Pernambuco, Delegado do Govêrno do Brasil à Exposição de Chicago, 20-6-1933. Encarregado do estudo dos interêsses econômicos do País, especialmente sôbre feiras e propaganda do café, nos Estados Unidos, com honras de Ministro de 1.ª classe, 1935. Encarregado, por ordem do Presidente da República, de inspecionar consulados e serviços consulares das missões diplomáticas na Europa, com honras de Ministro de 1.ª classe, 1936.

Nomeado para exercer na comissão de Eficiência do Ministério das Relações Exteriores, as funções de Membro da Comissão de Relações Exteriores de 30-3-1937 a 9-11-1937. Encarregado de Negócios em Buenos Aires, de 3-11-1937 a 5-12-1937 e de 19-12-1937 a 23-12-1938. Conselheiro da Embaixada Especial para a posse do Dr. Roberto M. Ortiz, Presidente da República Argentina, 2-2-1938. Membro da Missão Góes Monteiro, em viagem pela América do Sul, de 4-3-1938 a 7-4-1938. Foi membro do Comitê Financeiro da Liga das Nações, 22-6-1938. Em comissão nos Estados Unidos para a viagem inaugural do vapor "Brasil", de 8-10-1938 Nomeado membro do Comitê Econômico da Liga das Nações, em 22-10-1938.

Ocupou o lugar de Diretor Geral do Conselho Federal de Comércio Exterior, 1940. Presidente da Comissão de Defesa da Economia Nacional, 1940. Esteve em missão econômica e comercial aos Estados Unidos, 30-3-1940; Coordenador da Mobilização Econômica, 29-9-1942; Chefe de Polícia da Capital Federal em março de 1945. Em missão especial nos Estados Unidos da América, maio de 1946. Designado Presidente do Conselho de Imigração e Colonização, em 14-2-1946. A disposição da Secretaria da Presidência da República, em 20-12-1949. Membro da Comissão Nacional de Assistência Técnica, em 15-12-1950.

Foi designado para realizar, nos Estados Unidos da América, estudos e investigações sôbre problemas econômicos de interêsse para a economia nacional, em 13-6-1951; Chefe do Departamento Econômico e Consular, em 12-1-1952. Designado chefe da Missão Econômica e Comercial do Brasil à Europa, abril de 1952. Representante do M. R. E., na Comissão de Desenvolvimento Industrial. Designado para promover entendimentos com os govêrnos de países europeus com os quais o Brasil pretende reajustar seus acôrdos comerciais; março de 1953. Chefe da Delegação para negociar com a Alemanha, em Bonn, a renovação do ajuste comercial e os têrmos do novo ajuste de pagamento, abril de 1953. Chefe da Delegação para representar o Brasil na VIII Reunião das Partes Contratantes do Acôrdo Geral sôbre Tarifas Aduaneiras e Comerciais, em Genebra, setembro de 1953. Chefe da Delegação, destinada a coordenar as representações do Brasil junto a Organismos Internacionais, em Genebra, em outubro de 1953.

O Sr. João Alberto inventou, certa vez, um plano de exploração da Ilha da Trindade, tendo organizado e chefiado uma expedição com êsse objetivo.

A par de outras virtudes que muito o distinguiram, o Sr. João Alberto tinha excelente formação artística e cultuava, desde jovem, a música, tendo sido eximio pianista.

Há pouco mais de um ano, publicou o primeiro volume de suas "Memórias", que são um relato minucioso da revolução de 1930 e de outros acontecimentos de nossa vida política, econômica e administrativa dêstes últimos anos.

O Sr. João Alberto deixou viúva D. Candida Fortes Cruz de Barros e três filhos: Capitão aviador Cláudio Lins de Barros, D. Rosa Maria Lins de Barros Lara, espôsa do Sr. Dr. Diogo Lara e o menor Ricardo. Deixou, ainda, 14 irmãos.

O corpo foi trasladado para a Câmara Legislativa do Distrito Federal, em cujo saguão ficou em câmara ardente, seguindo depois para o Cemitério de São João Batista, onde foi sepultado.

(Conclusão da pág. 10)

florestais que, por uma incompreensão geral têm sido relegados a um plano secundário.

A defêsa de nosso patrimônio florestal é obrigação de todos os bons brasileiros.

Precisamos de uma consciente mentalidade florestal forjada através de uma campanha educativa de larga envergadura, sob todos os modos e formas possíveis.

O problema é, em última análise, um problema de educação do povo que precisa e deve ver na floresta uma aliada na luta pela sobrevivência e não, como até agora, uma coisa que pode ser destruída e devastada, pois para outra coisa não serve senão para produzir madeira, carvão e lenha.

CONSULTAS

Eng.º Agr.º GERALDO GOULART DA SILVEIRA
Redator Técnico de A LAVOURA

Eng. Agr. Geraldo Goulart da Silveira
Redator Técnico de "A Lavoura"

Aldrin

Esclarecendo ao sr. J. F., nosso consócio do Espírito Santo, temos a informar que:

a) aldrin é um inseticida;
b) êsse inseticida tem alcançado grande sucesso no combate ao gafanhoto;
c) tem sido aplicado, igualmente, para combater as pragas encontradas no solo.

Dicionário de Plantas úteis do Brasil

Respondendo ao que nos consultou o sr. S. V., do Estado da Bahia, temos a informar:

a) já saiu o 3.º volume do Dicionário de Plantas úteis do Brasil, de Pio Corrêa;
b) a edição é do Serviço de Informação Agrícola do Ministério da Agricultura;
c) o consulente deve escrever ao referido Serviço cujo enderêço é: Largo da Misericórdia — Rio de Janeiro.

Auxílio para construção de silos

Esclarecendo ao sr. W. S. O., nosso consócio do Estado do Paraná, temos a informar que:

a) o Ministério da Agricultura concede auxílio para a construção de silos;
b) o auxílio é variável de acôrdo com o tipo e a capacidade do silo;
c) no caso de um silo de encosta de morro, desde que seja de alvenaria de pedra, de tijôlo ou de concreto, o auxílio é de .... Cr$ 100,00 por tonelada de silagem.

Solo para inhame

Respondendo ao sr. B. M. C., nosso consócio do Distrito Federal, temos a informar que:

a) o inhame prefere os terrenos arenosos que tenham bastante quantidade de matéria orgânica;
b) não são recomendáveis os solos arenosos e pobres;
c) os terrenos baixos (de brejo), desde que bem drenados, prestam-se bem para a sua cultura.

Variedades de nabo

Respondendo ao sr. A. N., nosso consócio do Distrito Federal temos a informar:

a) são mais cultivadas as seguintes variedades de nabo: nabo branco redondo, nabo branco comprido, nabo bola de ouro, nabo martelo, etc.
b) tôdas essas variedades são encontradas nas firmas especializadas em venda de sementes.

Formiga bandeirante

Esclarecendo ao sr. A. C. B., nosso consócio do Espírito Santo, temos a informar:

a) a tese apresentada ao I Congresso de Agronomia, realizado em Piracicaba, Estado de S. Paulo, sôbre "formiga bandeirante", é de autoria do Eng. Agro. Orozimbo Barcellos;
b) a formiga bandeirante, é, como a cuiabana, uma inimiga natural da saúva;
c) a bandeirante apresenta, sôbre a cuiabana, a vantagem de não ser açucareira.

Noticiário da Escola Horticultura Wesceslắu Bello

Matrículas para 1955.

Acham-se abertas, para 1955, as matrículas para os Cursos Permanentes de Hortelão, Fruticulotr e Floricultor que funcionam sob regime de internato inteiramente gratuito.

As matrículas são accessíveis aos filhos de lavradores que tenham curso primário completo e mais do 15 anos de idade.

A Escola de Horticultura Wenceslão Bello é mantida pela Sociedade Nacional de Agricultura.

Cursos Práticos Agrícolas.

Terão início em Março, os Cursos Práticos Agrícolas que eram ministrados em colaboração com a Fundação Getúlio Vargas e que passaram desde o ano passado, a serem financiados pela CBAR (Comissão Brasileira de Educação às Populações Rurais).

Em 1954 foram ministrados 16 dêsses cursos, alcançando uma matrícula total de 335 alunos.

Movimento de matrículas.

Foi o seguinte o número total de matrículas em 1954, na Escola de Horticultura Wenceslão Bello:

a — Cursos Permanentes	41 alunos
b — Cursos Práticos	335 alunos
Total	376 alunos

O número de matrículas nos cursos profissionais foi o seguinte:

a — Curso de Hortelão	18 alunos
b — Curso de Fruticultor	9 alunos
c — Curso de Floricultor	9 alunos
d — Curso Prévio	5 alunos

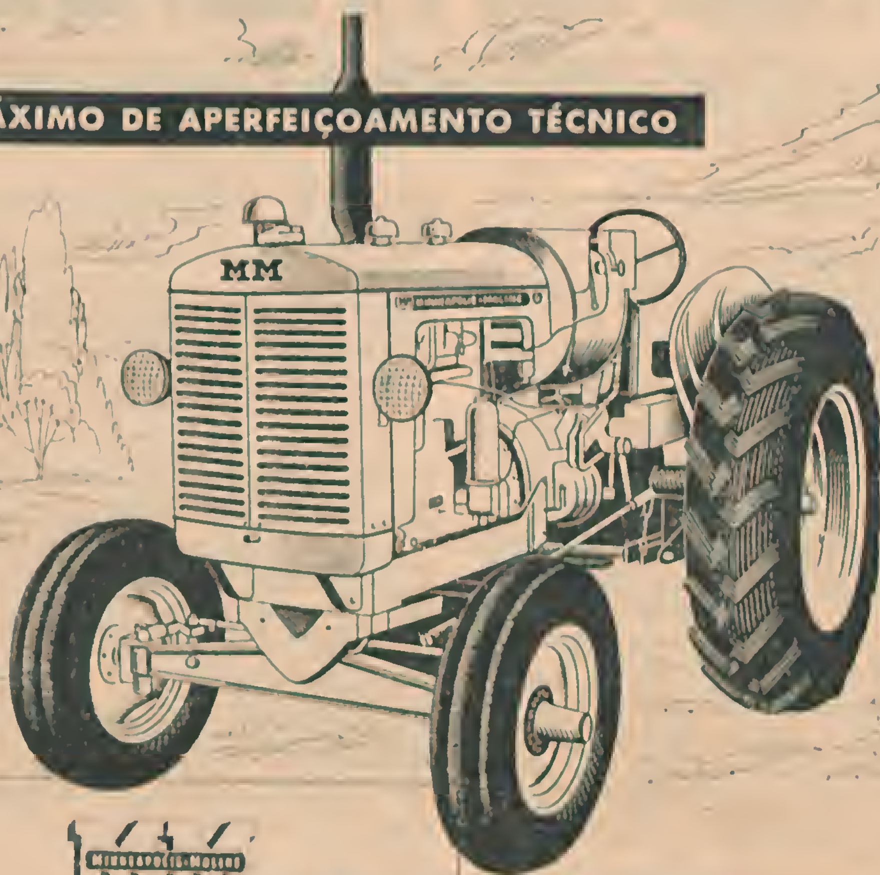
Clube Agrícola Miguel Calmon.

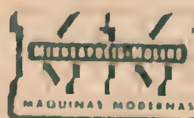
Reiniciar-se-ão, em Abril, as atividades do Clube Agrícola Miguel Calmon, integralo pelos alunos da Escola de Horticultura Wenceslão Bello. O Clube Agrícola Miguel Calmon está registrado no Serviço de Informação Agrcola do Ministério da Agricultura sob o número 1.098.

Livros para os alunos da E. H. W. B.

O dr. Leonam Pena, Diretor da Seção de Publicações do Serviço de Informação Agrícola do Ministério da Agricultura vem colaborando na obra educativa da Escola de Horticultura Wenceslão Bello, fornecendo aos seus alunos livros e revistas agrícolas

O MÁXIMO DE APERFEIÇOAMENTO TÉCNICO





PARA O MÁXIMO DE PRODUÇÃO AGRÍCOLA

Este é o "MM" modêlo "U" a DIESEL, com 52 HP na barra de tração, provido de moderno sistema hidráulico, de grande mobilidade e fácil manejo. Juntam-se a este outros tratores "MM" de 25, 34, 45 e 52 HP, com motor a gasolina, e um de 40 HP com motor DIESEL — todos aperfeiçoados pelos engenheiros da Minneapolis-Moline, juntamente com uma linha completa de implementos especialmente produzidos para proporcionar o mais baixo custo de operações.

COLHEDEIRAS PARA TRIGO, ARROZ, MILHO E FORRAGEM
ENFARDADEIRAS E OUTRAS MAQUINAS

Com a sua tradicional e permanente assistência técnica e mecânica, a Cia. PROPAC, distribuidora da Minneapolis-Moline para os territórios do Distrito Federal e Estados do Espírito Santo, Minas Gerais (exceto Triângulo Mineiro) e Rio de Janeiro, assegura aos seus clientes o que há de mais aperfeiçoado para a mecanização da lavoura.

COMPANHIA



COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES

Av. Rio Branco, 81 — 5.º andar — Tels. 23-2101 e 43-9797 — Rio de Janeiro

UMA ORGANIZAÇÃO BRASILEIRA A SERVIÇO DO BRASIL

Oportunas e Importantes Conclusões da III Conferência Rural Brasileira

SÃO AS SEGUINTES AS CONCLUSÕES DOS SEIS GRUPOS DE TRABALHO DA III CONFERÊNCIA RURAL BRASILEIRA REALIZADA SOB OS AUSPÍCIOS DA CONFEDERAÇÃO RURAL BRASILEIRA, NO ESTADO DE S. PAULO, NO PERÍODO DE 6 A 12 DE DEZEMBRO DE 1954.

ASSISTÊNCIA TÉCNICA

O 1.º grupo, presidido pelo sr. Augusto de Oliveira Lopes (Distrito Federal) e que se dividiu em subgrupos, teve como relator geral o sr. Lycio Grein (Paraná) e examinou onze contribuições que lhe foram distribuídas, a saber : do sr. Newton Cortez da Silveira, sôbre serviços de acôrdo da Divisão de Defesa Sanitária Animal no Piauí; do sr. Osvaldo da Costa Nunes, sôbre o problema da carne no Maranhão; do sr. Manoel Mariano Pomavadeti (Paraná), sôbre produção animal; do sr. Miguel Guzezczyszyn (Paraná), sôbre a importação de batatas para plantio e distribuição de sementes; do sr. Acacio Gomes (São Paulo), sôbre o fomento patrocinado pelas entidades particulares, como meio auxiliar da recuperação da produção agrícola; do sr. José Cassiano Gomes dos Reis (São Paulo), sôbre condições técnicas da produção de café no Brasil; do sr. Nestor de Oliveira (Paraná), sôbre indicações em tôrno da padronização de cereais, do sr. Benjamin Soares Cabelo (Rio Grande do Sul), sôbre a necessidade de um planejamento econômica para o país; do sr. Olavo Silveira Camargo, sôbre a créche rural como arma de combate ao êxodo e de revitalização da agricultura; do sr. Orlando Carvalho, sôbre uma sugestão da Associação Rural de Mallet (Paraná), em tôrno da criação de escolas agrícolas; e do sr. Horácio da Silveira (São Paulo), sôbre a fazenda-escola

As conclusões do relatório geral do 1.º grupo a respeito dêsses trabalhos evidenciam o baixo nivel técnico das nossas atividades agro-pecuárias, com especial destaque do fato de que está havendo um avanço mais rápido no setor da pesquisa e experimentação dedicadas á agricultura do que na difusão de novas práticas entre os agricultores baseada precisamente naquelas conquistas. Em outras palavras, podemos dizer — de acôrdo com aquelas conclusões acolhidas pelo plenário da III Conferência Rural Brasileira — que os órgãos de pesquisa estão produzindo mais do que os órgãos de fomento. Com o objetivo de reduzir o atrito entre órgãos das várias esferas na prestação de assistência técnica aos agricultores, propõe o relatório geral do 1.º grupo a criação de Conselhos de Fomento Agropecuário em cada Estado. Tais Conselhos teriam caráter permanente e seriam compostos de representantes da agricultura indicados pela Federação de Associações Rurais locais, da indústria, do comércio, dos Ministérios interessados e órgãos autárquicos especializados os quais, juntamente com os representantes dos governos estaduais, examinariam e opinariam sôbre os planos de atividades dos órgãos de pesquisa e fomento

Outro aspecto estudado no relatório do 1.º grupo refere-se ao ensino profissional para a agricultura. Ressalta a carência generalizada de pessoal com boa habilitação profissional, o que torna mais precária ainda a marcha para um mais elevado nivel técnico da nossa agricultura, já retardada, de outro lado, por fatores de natureza financeira. A elaboração de um mapa ecológico do país foi também recomendada, assim como a criação nas várias regiões de laboratórios de tecnologia agrícola, de cujas pesquisas muito se pode esperar no sentido da melhoria da produtividade da nossa agricultura. Por fim, foi igualmente aprovada uma recomendação no sentido de serem revistos os planos da estatística brasileira, ouvindo-se para isso os utilizadores dessas estatísticas.

SUPRIMENTO DE BENS DE PRODUÇÃO E SERVIÇOS

O 2.º grupo, presidido pelo sr. Jaime Canet (Paraná) e relatado pelo sr. J. T. de Castro Alves (Rio de Janeiro) tratou de adubos e corretivos, alimentos concentrados, inseticidas e fungicidas, vacinas e medicamentos, maquinaria, águas e irrigação, energia elétrica, combustíveis, transporte, armazenamento e comercialização. Foi em tôrno dos trabalhos dêsse relatório, principalmente no tocante à energia elétrica e aos combustíveis que se travaram verdadeiramente os mais acalorados debates do certame. Por momentos, especialmente no decorrer das discussões em tôrno das conclusões referentes à exploração do petróleo nacional e da participação de capitais estrangeiros, tornaram-se os debates liderados respectivamente pelas bancadas da Bahia e de Minas Gerais, tão acalorados que o presidente dos trabalhos quase ameaçou suspendê-los, o que, entretanto, não ocorreu, pois a sessão prosseguiu normalmente, depois da votação da matéria, como veremos adiante.

No setor do 2.º grupo, examinou inicialmente a III Conferencia Rural Brasileira vários trabalhos sôbre adubos e corretivos, concluindo por recomendar : 1 — que seja planejada a importação de adubos, a fim de garantir seu suprimento e não onerar seus custos; 2 — que seja promovida maior divulgação dos estudos e métodos de utilização do composto e do estêrco; 3 — que se aproveite melhor o lixo das cidades para a reumificação dos solos agrícolas; 4 — que seja apressada a instalação da fábrica de fertilizantes amoniacais projetada junto à refinaria de Cubatão; 5 — que seja facilitado o crédito para a instalação de moinhos de calcáreo destinado à correção dos solos.

Alimentos e concentrados — Nêsse setor recomendou o conclave melhor utilização dos subprodutos da industrialização das sementes oleaginosas, muitas vêzes exportados com evidente prejuízo para a pecuária nacional. Também se recomendou maior emprêgo de silos nas várias regiões do país, assim como maior difusão da cultura de leguminosas, seja para forragem seja para adubo verde.

Mecanização — Recomendou-se que o emprêgo da tração a motor seja examinado com as reservas que aconselha a experiência dos nossos agricultores no emprêgo de tratores, implementos, combustíveis, lubrificantes e peças de substituição importadas geralmente da área do dólar e utili-

xadas por pessoal não devidamente habilitado

....Agua — Sôbre conservação e uso da água na agricultura recomendou-se a construção de um canal ligando o São Francisco ao Itapicuru. Foram lembradas também maiores facilidades para a importação de equipamentos de irrigação.

Eletrificação rural — a III Conferência Rural Brasileira recomendou ao govêrno federal preferência absoluta para os planos e aproveitamento hidro-elétrico dos governos estaduais, através do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico. Fêz também um apêlo à Câmara Federal no sentido de que conclua a discussão do projeto de lei número 597/49, já aprovado pelo Senado, criando o Serviço de Fomento da Eletrificação Rural (SEFER).

Combustíveis — Apoiou a III Conferência Rural Brasileira, por 25 votos contra 23, a indicação da delegação da Bahia no sentido de ser aprovada a conclusão do relatório do grupo nos seguintes têrmos: — "Que as autoridades responsáveis da República encetem de maneira decidida a exploração do petróleo nacional e distribuição dos xistos piro-betuminosos, tomando se preciso, as providências necessárias à alteração da legislação vigente, no sentido de resolver o transcendental problema com o emprêgo dos recursos do país e do estrangeiro".

Recomendou ainda a Conferência várias medidas tendentes a melhorar o nosso sistema de transportes. No campo da comercialização recomendou a reestruturação da Comissão de Financiamento da Produção.

COMÉRCIO EXTERIOR E CAMBIO

O 3.º grupo presidido pelo sr. Edgard Teixeira Leite (Distrito Federal) e tendo como relator geral o sr. Euvaldo Saramago Pinheiro (Rio de Janeiro), tratou de questões que interessaram vivamente os participantes do congresso. Aliás, conforme asseverou à reportagem um dos assessôres do certame, um rápido exame do relatório que a comissão organizadora da III Conferência Rural Brasileira apresentou permitia prever que seria no 3º grupo que se travariam as maiores discussões, tanto no seio do próprio grupo como no plenário da Conferência. De fato os debates em tôrno dêsses assuntos foram bastante intensos. A êsse grupo coube discutir os assuntos relativos à moeda, ao crédito ao comércio exterior, ao câmbio, ao seguro agrário e à política tributária. Elevado número de teses e recomendações foram encaminhadas ao 3º grupo, além dos relatórios regionais. Vejamos as conclusões do plenário referentes aos assuntos apontados.

Crédito rural — As conclusões sôbre o crédito rural, partindo da obsolência do nossos sitema bancário com relação ao atual estágio de desenvolvimento da economia brasileira, já apontado no trabalho "Alguns aspectos da agricultura brasileira", apresentado pela comissão organizadora do congresso, dizem respeito, principalmente, ao Banco Rural e à reforma do nosso sistema bancário. Mais uma vez concluiu a agricultura brasileira pela necessidade de um Banco Rural, mas não por um Banco Rural isolado, como se fôsse uma Carteira de Crédito Agrícola do Banco do Brasil emancipada e ampliada mas um Banco Rural integrado num sistema de Banco Central, ao lado de um Conselho Monetário responsável pela política creditícia e no qual as classes produtoras tenham assento e paridade de voto com o govêrno. Recomendações práticas foram também aprovadas, entre as quais, a urgente ampliação dos recursos da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil e o exato cumprimento do regulamento dentro de um espírito mais ruralista. Acentua ainda o relatório geral do referido grupo a necessidade de uma maior difusão do crédito, mormente no que se refere ao pequeno produtor. Foi também aprovada uma recomendação no sentido de ser feita uma campanha junto aos parlamentares ruralistas visando ao apressamento dos projetos de lei relativos ao crédito rural. Aprovou-se também recomendar ao Banco do Brasil que execute o regulamento de sua Carteira de Crédito Agrícola e Industrial no tocante à concessão de crédito às cooperativas. A aplicação dos saldos dos ágios cambiais ocupou longamente a atenção dos congressistas, tendo a Conferência fixado o ponto de vista de que os ágios devem ser utilizados como recursos da Carteira de Crédito Agrícola do Banco do Brasil, transformando-se o chamado CNAER num Conselho de Orientação do Crédito Rural. Finalmente, uma última conclusão de fundamental importância social diz respeito ao incremento da concessão de crédito oficial para a aquisição da terra própria.

Seguro Agrícola — Recomendou a III Conferência Rural Brasileira a imediata aplicação da lei que instituiu o seguro agrário e encarecer a necessidade da revisão do seu plano de prêmios, dado que, em alguns casos, é êle superior à taxa de perda verificada.

Câmbio e Comércio Exterior — A II Conferência Rural Brasileira, reunida em Curitiba no ano passado, e que reivindicou um reajustamento da taxa cambial, de modo a serem proporcionados à agricultura preços capazes de compensar seus custos crescentes e ao país o equilíbrio do seu balanço de pagamento. Foram aprovadas as seguintes recomendações no tocante ao câmbio e comércio exterior: 1 — intensificação da propaganda do café brasileiro no exterior; 2 — redistribuição das disponibilidades cambiais, de modo a dar maior participação nos leilões para os bens indispensáveis à lavoura; 3 — que se promova o início ou a intensificação do nosso intercâmbio com todos os países desejosos de comerciar com o Brasil; 4 — não permitir a reexportação de produtos brasileiros para países com os quais não mantenhamos relações de comércio; 5 — tornar taxativamente proibitiva a importação de produtos agrícolas primários de que exista produção nacional.

Política Tributária — Foram aprovadas as seguintes recomendações: 1 — não tributação direta dos produtos rurais na fonte; 2 — a única tributação compatível com o caráter aleatório das atividades rurais é a que recai sôbre a venda; 3 — o impôsto territorial deve visar à capacidade produtiva das terras e ser aplicado na restauração de nossos recursos naturais; 4 — correta aplicação dos dinheiros públicos, sem as preocupa-

A CORRESPONDÊNCIA DA REVISTA

Tôda a correspondência destinada a esta revista deverá ser endereçada para A LAVOURA — Av. General Justo, 171-2.º and. — Rio.

ções de clientelas eleitorais ou de interêsses personalistas e de grupos.

Entre as moções aprovadas destacam-se duas: 1 — que as Associações Rurais e seus associados promovam colaboração ativa e permanente a favor do municipalismo; 2 — que o Estado cumpra o disposto no artigo 20 da Constituição Federal.

Decidiu ainda a III Conferência Rural Brasileira, em sua última sessão plenária, estranhar a atitude do sr. Eugenio Gudin, ministro da Fazenda, que não atendeu nem respondeu ao convite especial formulado telegràficamente a s. excia. pelo plenário no sentido de que comparecesse ao certame, a fim de orientar os agricultores quanto à aplicação dos saldos dos ágios cambiais. A sugestão daquele convite fôra feita pela delegação baiana e aprovada pelo plenário, conforme oportunamente foi noticiado. Em vista da não manifestação do titular da pasta da Fazenda, decidiu o plenário — e nesse sentido foi aprovada uma moção — estranhar a atitude de s excia. e interpretá-la como uma desconsideração para as classes que tão úteis têm sido ao Brasil.

INTERVENÇAO DO ESTADO NA ECONOMIA

O 4º grupo, de que foi presidente o sr. Luiz de Toledo Piza Sobrinho (São Paulo) e relator o sr. Laudemiro de Almeida (Paraíba), tratou da intervenção do Estado na economia. O relatório apresentado e discutido examinou com pormenores os vários aspectos da debatida questão, na qual tanto a agricultura como os demais ramos econômicos estão vitalmente interessados. Uma das contribuições levadas à agenda do 4.º grupo foi "Vantagens da liberdade econômica", de autoria do sr. A. S. Renner. A conclusão do relatório admite a intervenção do Estado nos estritos limites do que determina a Constituição Federal. Foi ainda aprovada moção contendo a reivindicação dos pecuaristas leiteiros das bacias de São Paulo e Rio de Janeiro no sentido de que sua atividade seja melhor considerada pelo poder público ao disciplinar preços. Aprovou-se também moção sôbre a formação de unidades agrárias, incumbindo-se a diretoria da Confederação Rural Brasileira de entender-se a respeito com as autoridades competentes.

ESTRUTURA AGRÁRIA, BEM-ESTAR E ASSOCIATIVISMO

O 5.º grupo foi presidido pelo sr. Paulo Fernandes (Rio de Janeiro) e teve como relator geral o sr. Raul Renato Cardoso de Melo Filho. No tocante à assistência social decidiu a III Conferência Rural Brasileira ratificar o pensamento da classe já manifestado nas conferências anteriores e apelar aos poderes legislativo e executivo no sentido "da mais rápida aprovação do projeto de lei que cria o Serviço Social Rural, atendendo-se às aspirações das classes rurais, que serão manifestadas através da diretoria da Confederação Rural Brasileira".

Associativismo — Foram aprovadas as seguintes recomendações: 1 — apelar para o poder legislativo e executivo no sentido de ser convertido em lei o projeto número 311-B, da Câmara dos Deputados, que cria subvenção anual ordinária às organizações rurais; 2 — recomendar às Federações de Associações Rurais a intensificação dos trabalhos de organização da classe, promovendo a Confederação, por sua vez, intensa campanha esclarecedora da relevante significação do associativismo; 3 — recomendar às entidades que realizem uma campanha no sentido da obtenção de sede própria; 4 — recomendar à Confederação Rural Brasileira o estudo urgente de um esbôço de projeto de lei criando a taxa prevista na letra b do artigo 21 do decreto 8.127, empreendendo esforços no sentido de ser a medida posta em execução; 5 — encarecer às entidades de classe a necessidade do combate incessante ao isolamento rural ,através de núcleos rurais e do aperfeiçoamento dos meios de comunicação, mediante serviço postal, telegráfico e telefônico; 6 — encarecer a necessidade de maior divulgação de tôda matéria de interêsse da classe rural, especialmente através da rádio-difusão e, nesse sentido, pleitear do Ministério da Agricultura que, no mais curto prazo, sejam tomadas providência complementares para o funcionamento da Rádio Rural, cujo material já se acha adquirido, devendo, porém, os respectivos programas ser elaborados em íntima colaboração com a classe organizada; 7 — recomendar à Confederação Rural Brasileira e às suas filiadas que sejam concedidas tôdas as facilidades aos associados, no sentido de incentivar o uso de contratos escritos destinados a remover dúvidas na execução de serviços, arrendamentos, parcerias etc.; 8 — encarecer perante as associações e autoridades a necessidade de ser intensificada a missão educativa através da divulgação de ensinamentos de racionalização alimentar e sanitarismo, especialmente no que se refere ao combate às endemias.

Cooperativismo — Aprovou o congresso as seguintes conclusões: 1 — recomendar à C. R. B. o incentivo à organização cooperativa, através de propaganda e assistência que deve ser dada aos interessados para sua constituição; 2 — manifestar-se favoràvelmente à constituição de coopera-

tivas centrais de produtores abrangendo zonas ou regiões de produção típica, estaduais ou interestaduais; 3 — recomendar esforços da C. R. B. e federadas no sentido de ser mantida a tradição no direito brasileiro de sòmente serem admitidos, como associados das cooperativas em geral pessoas físicas, respeitadas apenas as exceções já estabelecidas no decreto-lei número 22.239; 4 — recomendar a realização de uma campanha de âmbito nacional, a fim de ser dada melhor redação ao artigo 25 e seus parágrafos e alíneas do projeto de reforma da lei cooperativa em curso no Congresso no sentido de que as sobras apuradas pelas sociedades cooperativas e o retôrno recebido pelos seus associados não constituam rendimento e por isso estão isentos de impostos sôbre a renda; de que as sociedades cooperativas não incidam em impostos que recaem sôbre suas atividade smercantis; e de que também estejam isentas do impôsto sôbre a renda as sociedades cooperativas e os juros fixos até o limite de 12 por cento ao ano atribuídos às cotas partes do capital social. 5 — recomendar ao Instituto de Imigração e Colonização e aos órgãos estaduais de colonização que, em seus planos, seja dada especial atenção à formação de cooperativas agrícolas de trabalho em comum, às quais seriam cedidas as terras necessárias; 6 — opinar, em referência à aspiração de voto das cooperativas filiadas às Federações Rurais, que devem ser mantidas as disposições do artigo 60 do regulamento aprovado pelo decreto 19.882, de 24 de outubro de 1945.

Legislação agrária — Aprovou-se : 1 — manifestar-se no sentido de que a ampliação de dispositivos trabalhistas ao campo deve obedecer a critério sociológico, de modo a que não ocorra súbita e violenta subversão nas relações da emprêsa com o empregado pelo desrespeito aos processos naturais de interação social; essa cautela, entretanto, não expressa um sentimento involucionista no que concerne s relações entre o capital e o trabalho, de vez que as classes patronais, fiéis às tradições cristãs, se dispõem a colaborar com o Estado, submetendo sempre que possível os interêsses pessoais nos da coletividade; 2 — manifestar-se pela necessidade da atualização das disposições do Código Civil sôbre o arrendamento rural, com o encaminhamento ao Congresso do projeto elaborado pela Comissão Nacional de Política Agrária, após os estudos e entendimentos com os órgãos representativos da classe; 3 — reconhecer a necessidade de se atualizar os dispositivos legais sôbre tapumes, servidões, queimadas combate a pragas, tráfego de animais, regime de pastagens e uso de águas; 4 — reconhecer a necessidade da legislação no sentido de impedir a subdivisão da propriedade rural em condições anti-econômicas, como resultado da sucessão causa-mortis e de especulação imobiliária e recomendável à C. R. B. que em entendimentos com suas federadas, analise o problema pleiteando dos poderes competentes solução adequada para êle; 5 — pleitear do Ministério da Agricultura a edição de uma compilação das leis e dispositivos esparsos aplicáveis à atividades rurais; 6 — considerar indispensável uma mais equitativa distribuição das rendas provenientes de tributações inclusive de órgãos de previdência e assistência social, em benefício da zona rural, atendendo à sua contribuição para a receita, devendo-se, outrossim, regulamentar a aplicação da cota municipal do impôsto de renda destinado a tais benefícios; 7 — recomendar à C. R. B. e às suas federadas a realização de uma campanha no sentido de que tenham aplicação no interior os recursos ali depositados pela economia popular em bancos oficiais e Caixas Econômicas, bem como das taxas arrecadadas.

Reforma agrária — Decidiu a Conferência 1 — ratificar as manifestações anteriores com referência à reforma agrária no Brasil; 2 — reconhecer que alterações na estrutura da propriedade agrária podem representar, em determinadas circunstâncias recurso necessário à promoção do bem-estar rural, mas, de qualquer forma, a providência deve ter inspiração e execução eminentemente técnicas, pois a simples redistribuição de terras, embora podendo satisfazer momentâneamente os beneficiários, não assegura o progresso econômico e social em que encontra sua justificativa nos regimes democráticos, bem como nas condições da vida rural brasileira; 3 — manifestar-se pela necessidade de ser devidamente considerada a situação peculiar do Nordeste, de modo a ressaltar a necessidade de assegurar-se imediata destinação social às obras contra as sêcas, organizando-se, em função nesse pressuposto, fazendas de fixação granjas coletivas ou cooperativas de trabalho na periferia dos grandes sistemas dirâulicos, de açudagem pública em geral ou ainda nas proximidades dos centros de consumo, inclusive nos chamados "cinturões verdes" das cidades, procedendo-se a desapropriações, quando fôr o caso e segundo a legislação competente; 4 — de modo geral, reconhecer que devem ter aproveitamento social as áreas de terras que venham a beneficiar-se e obras permanentes de saneamento, de drenagem, de açudagem e canais para irrigação ou outras de vulto realizáveis à custa dos cofres públicos.

RECURSOS NATURAIS

O 6.º grupo, criado no curso da realização do certame para o exame de assuntos gerais, foi presidido pelo sr. Enrico Ildebrando Aurelio Bianchi, secretário da Agricultura do Estado do Espírito Santo, e teve como relator o sr. Mario Mazzei Guimarães. Recebeu os seguintes trabalhos : do senhor Paulo Cristino dos Santos (Paraná), sugerindo providências de reflorestamento das margens das nascentes, arroios e rios e de assistência técnica, além de outras medidas; do sr. Fidelino Viana Filho (Minas Gerais), sugerindo medidas para a regularização dos cursos de água de maior importância econômico social; do sr. Acrisio de Figueiredo (Maranhão), denunciando a devastação florestal do Vale do Mearim e sugerindo a criação de núcleos de pequena propriedade visando à fixação do homem ao solo; e do sr. Mario Penteado de Faria e Silva, tratando da garimpagem agrícola ainda dominante no país e registrando os efeitos dêsse tipo de agricultura sôbre a flora a fauna, o solo e a água, para afinal propor um código de uso da terra e a aprovação de conclusões da I Mesa Redonda de Conservação do Solo realizada em São Paulo. Pareceres de especialistas entre os quais o sr. Roberto de Melo Alvarenga (Serviço Florestal de São Paulo) e depoimentos pessoais feitos pelos secretários da Agricultura dos Estados de Espírito Santo e Mato Grosso completaram ainda o material examinado pelo grupo, cujo relator apresentou no final, um parecer que inspirou também as indicações que foram levadas ao plenário e que foram lidas pelo sr. Mario Penteado de Faria e Silva. O relator em seu parecer, assinala que não contou com um levantamento da situação referente a recursos naturais em nenhuma parte do país, providência essa, aliás que considrea urgente. Ponderou que, no tocante ao programa florestal e aos recursos na-

5,400

derivados de um simples tambor de petróleo!





Parece uma história dos mil e uma noites: de um simples tambor de petróleo surge o gênio criador da ciência para transformar o óleo bruto da terra em matéria prima indispensável à fabricação de 5 400 produtos necessários à vida e à atividade do homem moderno! É tão vertiginoso o progresso na indústria petrolífera que temos a impressão de que se passaram séculos do dia em que o petróleo apenas iluminava as pequenas lâmpadas a querosene e fornecia graxas para os motores. Hoje, graças às pesquisas, a indústria manufaturada ampliou o campo de suas aplicações. Não há setor da atividade humana em que o emblema SHELL não esteja presente, colaborando para o confôrto e o bem-estar dos povos. E estamos apenas no começo... Dos estudos e pesquisas, dos processos industriais que, dia a dia, se aperfeiçoam na organização SHELL, os seus técnicos afirmam que novos produtos e novas aplicações surgirão ainda, sob a inspiração de um emblema que aciona a engrenagem do progresso e abre novos horizontes através da pesquisa, às conquistas da Ciência.





SHELL BRAZIL LIMITED

turais em geral, deveriam fazer-se indicações gerais. Para as áreas excessivamente desbravadas (São Paulo, Rio, Minas) a solução urgente é a suspensão de novas derrubadas de mata, bem como a manutenção sob o contrôle do Estado, de reservas de florestas, varjões e campos nativos destinados a manter os remanescentes da flora e fauna típicas; para as áreas medianamente desbravadas (Espírito Santo e mesmo sob certo aspecto Paraná) deveriam ser adotadas medidas de policiamento das novas ocupações; e para as áreas ainda em início de desbravamento (Mato Grosso), a política aconselhável é a da preservação de grandes áreas mais afastadas, a fim de evitar novo ciclo de "garimpagem" agrícola.

Foram finalmente feitas as seguintes indicações aprovadas pelo plenário: 1 — O Ministério da Agricultura, em cooperação com as secretarias de Agricultura dos Estados, das Federações Rurais e outras entidades interessadas, deve efetuar o levantamento da situação atual dos recursos naturais de interêsse rural nas diversas áreas do país, apontando, inclusive, quais as explorações agropecuárias mais indicadas para cada zona, sobretudo naquelas ainda em fase de desbravamento; 2 — A III Conferência Rural Brasileira lembra a urgente necessidade da realização de um Congresso Nacional de Recursos Naturais, com a participação das entidades oficiais e particulares interessadas no problema dos recursos naturais e com responsabilidade efetiva no delineamento e execução de planos conesrvacionistas. 3 — Nos Estados excessivamente desbravados, devem ser impedidas novas derrubadas de matas, mantidas reservas oficiais com base na flora e na fauna nativas, protegidas as zonas montanhosas, as margens das lagoas e os cursos de água e mananciais, bem como intensificado o reflorestamento em geral, inclusive para fins de exploração econômica de produtos florestais; 4 — nos Estados medianamente florestados, devem ser disciplinadas as novas derrubadas e adotadas as demais medidas referidas no item anterior; 5 — nos Estados de desbravamento incipiente devem ser preservadas as áreas florestais mais afastadas, estabelecendo-se, entretanto, um regime de concessões de terras públicas que prevejam a manutenção de reservas oficiais de flora e fauna e de proteção das águas e montanhas, bem como cláusulas de interêsse conservacionistas nos contratos de alienação a particulares, inclusive no que interesse à poupança das madeiras de lei nas derrubadas e queimadas; 6 — devem ser estabelecidas em lei normas gerais de caráter conservacionistas, com base nas conclusões da I Mesa de Conservação do Solo realizada em São Paulo, visando, direta e indiretamente à recuperação das zonas desbravadas e à manutenção racional dos recursos naturais na colonização das zonas novas, bem como à exploração do solo e das florestas em regime de produção mantida, ou seja, sem reduzir progressivamente a produtividade; 7 — as leis vigentes contra a polução das águas devem ser aplicadas com todo o rigor, sobretudo junto às grandes aglomerações urbanas e centros industriais; 8 — os governos e as entidades de classe e especializadas devem organizar uma consciência conservacionista entre os agricultores e o povo em geral; 9 — recomenda-se, finalmente, a intensificação de estudos sôbre a fauna fluvial, lacustre e marítima do pas.

A última indicação, conforme esclareceu o relatório, foi inspirada por um trabalho apresentado pelo agrônomo cearense sr. Bastos Tigre relativo à indústria de pesca naquele Estado e cujo mérito escapava aos objetivos do certame, em seu entender.

DECRETO ASSINADO PELO PRESIDENTE DA REPÚBLICA FIXANDO PREÇOS MÍNIMOS PARA ARROZ, FEIJÃO, MILHO, AMENDOIM, SOJA, GIRASSOL, TRIGO, FARINHA DE MANDIOCA, TAPIOCA E MATE

Por proposta do Sr. Professor Eugênio Gudin, Ministro da Fazenda, foi assinado pelo Senhor Presidente da República, o decreto de garantia de preços mínimos para aquisição e financiamentos, pelo Govêrno de acôrdo com os estudos da Comissão de Financiamento da Produção, nas seguintes bases:

Arroz — Beneficiado, polido do tipo dois, por saca de sessenta quilos para a classe de grãos longos, trezentos e oitenta e cinco cruzeiros ... .. (Cr$ 385,00); para a de grão médio, trezentos e sessenta cruzeiros (Cr$ 360,00); e para a de grãos curtos duzentos e oitenta cruzeiros (Cr$ 280,00); em casca, dos tipos um e dois por saca de sessenta quilos para a classe de grãos longos duzentos e cinqüenta e cinco cruzeiros (Cr$ 255,00); para a de grãos médios, duzentos e quarenta cruzeiros (Cr$ 240,00); e para a de grãos curtos, cento e setenta e oito cruzeiros (Cr$ 178,00); — classe e tipos — de acôrdo com as especificações baixadas pelo Decreto número 28.098 de 10 de Maio de 1950. Arroz das melhores qualidades comumente produzidas no Norte e Nordeste do País, por saca de sessenta quilos, em casca, cento e trinta e cinco cruzeiros (Cr$ 135,00). Todos de bom rendimento.

Feijão — Cento e noventa e cinco cruzeiros (Cr$ 195,00) por saca de sessenta (60) quilos da variedade branca; cento e oitenta e sete cruzeiros (Cr$ 187,00) das variedades de côres ou rajados; cento e setenta cruzeiros (Cr$ 170,00) das variedades pretas, de tipo três das especificações baixadas pelo Decreto número 7.260, de 28 de Maio de 1941.

Milho — Cento e vinte e cinco cruzeiros .... (Cr$ 125,00) por saca de sessenta (60) quilos do grupo "duro", cento e cinco cruzeiros (Cr$ 105,00) dos grupos "mole" e "misto", amarelo ou mesclado ,de tipo três das especificações baixadas pelo Decreto número 7.436, de 25 de Junoh de 1941.

Amendoim — Cento e cinco cruzeiros ..... (Cr$ 105,00) por saca de vinte e cinco (25) quilos, das classes, graúda ou miúda do tipo dois das especificações baixadas pelo Decreto número 7.266, de 29 de Maio de 1941.

Soja — Duzentos cruzeiros (Cr$ 200,00) por saca de sessenta (60) quilos, da variedade comum.

Girassol — Dois cruzeiros (Cr$ 2,00) por quilo ensacado do tipo dois, com sementes cheias e percentagem normal de óleo, de acôrdo com as especificações baixadas pelo Decreto número 8.178, de 7 de Novembro de 1941.

Trigo em grãos — Dois cruzeiros e sessenta centavos (Cr$ 2,60) por quilo para o produto limpo e sêco, ensacado e com pêso de setenta e oito (78) quilos por hectolitro, variável de acôrdo com o pêso hectolítrico do cereal. Havendo fração no pêso hectolítrico, êste deverá ser considerado como um ponto acima, quando igual ou superior a meio, e como um ponto abaixo, no caso contrário.

Farinha de Mandioca — Oitenta e três cruzeiros (Cr$ 83,00) por saca de cinqüenta (50) quilos de tipo um da classificação baixada pelo Decreto número 7.785 de 3 de Setembro de 1941.

Fécula de Mandioca — Dois cruzeiros e sessenta centavos (Cr$ 2,60) por quilo, do tipo um das especificações baixadas pelo Decreto número 12.278, de 22 de Abril de 1943.

Tapioca — Dois cruzeiros e oitenta centavos (Cr$ 2,80) por quilo, de tipo um, da classificação baixada pelo Decreto número 12.278, de 22 de Abril de 1943.

Mate — Vinte cruzeiros (Cr$ 20,00) pelo produto cancheado dos Estados do Paraná e Santa Catarina por arrôba de quinze (15) quilos, coado em peneira de 1½ mm. dos tipos CCI e CBI da padronização baixada pelo Instituto Nacional do Mate, pôsto em armazéns ou depósitos autorizados, em Curitiba e Joinvile.

Quatorze cruzeiros e cinqüenta centavos ... (Cr$ 14,50) por arrôba de dez (10) quilos, pelo produto cancheado do Estado de Mato Grosso, coado em peneira de 2½ mm, do tipo MB1, da padronização baixada pelo Instituto Nacional do Mate, pôsto em armazéns ou depósitos autorizados em Ponta Porã.

Dezesseis cruzeiros (Cr$ 16,00) por arrôba de quinze (15) quilos, para o produto cancheado do Estado do Rio Grande do Sul primeira qualidade dos tipos CF1, CF2, GB3 GF1, de padronização baixada pelo Instituto Nacional do Mate coado em peneira de 2½ mm, pôsto em armazéns ou depósitos autorizados em Pôrto Alegre.

A Conservação do Solo em Ribeirão Preto

No Estado de São Paulo, o primeiro órgão oficial criado com intuito de dirigir e orientar os trabalhos de conservaçuo do solo, foi o "Serviço de Terraceamento", da Secretaria da Agricultura, no ano de 1939. Posteriormente, em 1942, atendendo aos reclamos dos interessados, técnicos e lavradores, aquêle órgão foi ampliado, com a criação da Secção de Combate à Erosão, Irrigação e Drenagem. Em 1950 foi finalmente criada a Divisão de Conservação do Solo, dependência do Departamento de Engenharia e Mecânica da Agricultura.

O Estado foi pela Divisão de Conservação do solo dividido em 10 Zonas Conservacionistas, e Ribeirão Preto é sede da Chefia da 7.ª Zona Conservacionista.

Inicialmente os nossos trabalhos se dirigiram no sentido de fomentar o emprêgo de práticas de contrôle à erosão, e dar assistência direta ao interessado efetuando estudos, demarcações, orientando a construção das práticas em *glebas isoladas*. Êste trabalho inicial, em glebas isoladas, tem como principal finalidade, manter contacto com o maior número possivel de lavradores, afim de divulgar o mais ràpidamente, conceitos elementares de conservação do solo. Representa até a data de hoje o maior volume de nossos serviços. Entretanto estamos procurando evoluir no emprêgo da conservação do solo, procurando fazer estudos mais completos, de áreas maiores, e não apenas resolver o problema de áreas isoladas. Assim é que neste ano fizemos o *planejamento conservacionista* de 2 propriedades. É nosso propósito divulgar o máximo possivel, entre os lavradores, os conceitos sôbre planejamento conservacionista.

Temos outro grande plano de trabalho nesta zona: é o da criação de núcleo de lavradores com base cooperativista, mais ou menos, nos moldes do "Distrito Conservacionista" dos EE. UU. Existe nas proximidades de Ribeirão Preto, uma gleba de terras de excelente qualidade, e na quase totalidade de pequenas propriedades. Ainda empregam os mais rotineiros métodos de cultivo. Pretendemos efetuar um trabalho de grande envargadura, afim de conseguir que aquêles lavradores abandonem práticas rotineiras e empreguem métodos racionais de cultivo do solo.

Para atingir aquêle objetivo temos 2 grandes trabalhos:

1.º Estudo detalhado das condições locais, e planejamento conservacionista.
2.º Ampla campanha educativa.

Para consecução do 1.º trabalho, já demos os primeiros passos: conseguimos o levantamento aerofotográfico da gleba em questão. Êste serviço que foi realizado pela Secção Aerofotográfica, do Ministério da Agricultura (Divisão de Águas), foi conseguido graças ao apoio do Dr. João Pacheco Whately (Presidente da Associação Rural). Portanto já contamos com um elemento de real valor, pois sem êle, pràticamente seria impossivel executar o planejamento conservacionista daquela gleba. Temos que contar com o apoio de outras entidades para executar a tarefa educativa, sem a qual, cremos, de nada adiantaria estudos e prpojetos de conservação do solo. É outra tarefa nossa: conseguir o apoio de outros elementos do nosso plano de ação.

Transcrevemos abaixo, um resumo de nossas atividades, no municipio de Ribeirão Preto, no periodo de 1950 a Abril de 1954.

Número de Fazendas atendidas		107
Terraceamento	1.413,34 Ha	
Cordões em contôrno	287,63 Ha	
Plantio em nivel	240,95 Ha	
Faixas	48,40 Ha	
Número de pés	251.000	
Outras práticas	166,44 Ho	
Planejamento conservacionista	2 propriedades	
Levantamento aerofotogamétrico	20.000 alqueires mais ou menos.	

Ribeirão Preto, 7.ª Zona Conservacionista, em 30-4-1954.

O Princípio do Retôrno nas Cooperativas

Por FABIO LUZ FILHO

Presidente do Centro Nacional de Estudos Cooperativos

A questão do retôrno, na prática, tem adeptos e contraditores.

A Suiça está situada entre aquêles países (como a Inglaterra e os países escandinavos) melhor integrados no sistema cooperativo, com uma alta capacidade educativa e realizadora. Determina ela, no artigo 859 de seu código de obrigações, que, no silêncio dos estatutos, sejam os retornos incorporados ao patrimônio das cooperativas, isto é, ausência de retornos.

Os adeptos de uma devolução mínima de retornos, argumentam que um retôrno elevado envolve a fixação de preços altos, para que haja a margem necessária de cobertura; ao contrário os preços de venda menores levarão a retornos menos elevados ou quase nulos, sobretudo nas pequenas cooperativas, que sempre lutam com despesas gerais de certo vulto e quadros sociais restritos.

Os que defendem os retornos elevados, embasam o ser argumento no princípio doutrinário que é, sabidamente, um dos fundamentos do movimento cooperativo: venda ao prêço corrente do mercado (entendido como prêço mínimo corrente, na exegese rochdaliana), não obstante a tendência atual do movimento europeu, notadamente na Alemanha, de fixar sua própria política de preços.

À página 403 de "*Teoria e prática das sociedades cooperativas*", depois de citar as opinião de doutrinadores e militantes, dissemos que há em cooperativismo dois sistemas de fixar preços:

1.º — As mercadorias se vendem ao prêço corrente do comércio privado, distribuindo-se as sobras periodicamente.

2.º — As vendas são feitas a preços mais baixos que os do comércio, o que nem sempre é possível na atual conjuntura economica, mas é o sistema que faz com que a cooperativa preencha duas de suas funções transcendentais: proteger o consumidor associado e servir como entidade reguladora dos preços do mercado, com o que todos consumidores se beneficiarão. É orientação do atual movimento alemão, dentre outros, como dissemos.

Os inglêses dão no geral o seguinte destino ao retôrno.

1.º — Metade, aproximadamente, ao aumento do capital, mas com o propósito de dedicar uma parte às necessidades da vida familiar, ou a enfermidade (ou perdas ocasionadas por mortes), a viagens, etc.

2.º — A outra metade, aproximadamente, é dedicada quase sempre à necessidades familiares, ou a doenças, etc.

Acham alguns que preços mui baixos convidam à luta com o comércio. "O prêço justo não é em todos os casos o mais baixo".

OS FUNDOS SOCIAIS NAS COOPERATIVAS A MODERNA POLÍTICA DO RETÔRNO

Entretanto, é preciso considerar que há uma meta ético-social superior que atingir, no plano cooperativo, a qual transcende o âmbito do mero individualismo ajudengado. Modernamente, como o acentua *Lavergne*, os fundos coletivos estão na preocupação constante de grandes doutrinadores (entre os quais todos o enfileiram, com justas razões) e militantes.

Poisson, em "République coopérative", acentua como as cooperativas, instruídas pela experiência, aquilhoadas da tendência da extensão indefinida, provêm a constituição de reservas obrigatórias, e, em seguida, reservas especiais, extraordinárias, fundos de desenvolvimento. A sabedoria do espírito de previdência dos cooperadores se reflete no vulto das somas que, deduzidas das sobras anuais, representam o sacrifício do presente em relação ao futuro, o esfôrço mumífico para a persistência e a continuidade da obra de emancipação.

O fundo de reserva é corolário da responsabilidade limitada. Dado êsse têrmo de responsabilidade, toma o fundo de reserva o carater que já frisamos em livro: garantia perante terceiros, refôrço de capital, meio de atender a imprevistos e necessidades emergentes, uma como responsabilidade suplementar do associado, que se despoja de parte das sobras que lhe cabem para reforçá-lo e a outros fundos, no trabalho de abelheiro visando ao futuro.

Leiserson diz que o fundo de reserva constitui um verdadeiro fundo de previsão para salvar a cooperativa em circunstâncias perigosas ou para atender a urgentes necessidades. Também desempenha a função de um capital fixo, que garantirá a estabilidade da cooperativa. Chegando êle a uma importância capaz de permitir o reembôlso do capital, a cooperativa alcançará seu desejado estágio de perfeição e emancipação, vivendo sobre si mesma, desvinculada de pêias financeiras, e transformando, no dizer de *Virante* o trabalho em capital coletivo.

Já se disse que a prosperidade da cooperativa só pode obter-se com a fórmula — "Tudo por todos, tudo para a totalidade dos associados", isto é, garantia de uma proteção necessária. (Antes de tudo, acumulação de reservas; depois, distribuição de sobras). Frisa êle que as reservas, deduzidas sempre das sobras, constituem soma subtraída à economia capitalística, parte do capital privado, que percebe juros, que se transforma em capital de assistência e mutualidade. Atende também a necessidades urgentes e inesperadas.

Já assinalamos também, com *Vivante*, que a razão que induz os associados a entrar para uma cooperativa não é a de participar de pingues retornos, o que é demonstrado pelo voluntário sacrifício que faz em cada exercício de parte das sobras para formar uma reserva e para outros objetivos de previdência.

A cooperativa de consumo de Basiléia, por exemplo, maneja um capital coletivo: o fundo de reserva e as jóias de admissão, tendo abolido o capital social, reembolsado aos associados, coisa só possível nas cooperativas que, como ela, atingiram, com o tempo, notável grau de desenvolvimento.

Totomianz frisa que o fundo de reserva constitui o fundamento do cooperativismo de consumo, de vez que permite atingir a produção própria, base estável para sua atividade realizadora, vencendo a instabilidade, a mobilidade ou a variabilidade do seu capital circulante. Os pioneiros de Rochdale já ao mesmo destinavam 10%.

O chamado "sistema tedesco" oferece a particularidade de restringir o retôrno ("Rükvergütung"), considerando muitas cooperativas de consumo inglêsas que o sistema de retornos de certo vulto deu como resultado o avivamento do espírito mercantil entre os associados, espicaçados pelo anseio de avolumar aquisições para fazer crescer a sua percentagem de retôrno, o que outros consideram um estímulo para manter, cálido, o interêsse do associado em fazer aquisições, constituindo um índice de eficiência da gestão cooperativa.

Em Haddington, depois de 1930, foi iniciada uma política de redução de preços de maneira a reduzir os retornos, dado a diminuição de poder aquisitivo dos agricultores e a depressão no setor industrial.

Completava-se o "sistema tedesco" (ou alemão) com a instituição estatutária de um fundo especial (como na *Escola de Saint Claude*, que não dá retôrno, indo as sobras, tôdas, para fundos sociais, inclusive de invalidez e velhice) destinado ao amparo dos associados em estado de miséria e a antecipação sôbre os retornos restritos; a outra parte era levada a crédito de uma conta-corrente de economia do associado. As cotas estatutàriamente obrigatórias de capital não recebiam juros.

Bernard Lavergne é um dos grandes doutrinadores mundiais do cooperativismo. Seu último livro, "Révolution Coopérative", é uma das obras mais notáveis surgidas nestes últimos tempos, alentada e substanciosa. *Lavergne* assim se refere à conceituação do retôrno, em "Revolution Coopérative": "Uma imensa revolução econômica e social resulta do mecanismo de distribuição cooperativa; mas, em contra-partida, êsse mecanismo de distribuição das sobras comporta um grave inconveniente (esta, dizemos, já era a pregação de *Gide*) de ordem financeira: torna difícil a reunião de vastos capitais. Nenhum cooperador tem interêsse de subscrever mais de uma cota parte ("ação", na terminologia francêsa) em sua cooperativa distributiva (de consumo), ficando o retôrno do fim do ano sem relação alguma com o número de cotas-partes possuídas por êle. A cooperativa não tem, pois, como a sociedade capitalista, o poder de chamar a si importantes capitais. "Ai

reside a única mas a grande inferioridade da cooperativa de consumidores em relação aos organismos capitalistas, e o cooperativismo não tem nenhum meio de renunciar ao mecanismo que causa seu *handicap* financeiro, de vez que dêste mecanismo decorre todo o valor

"A causa, dentre tôdas, que explica melhor a lentidão relativa do desenvolvimento das cooperativas distributivas no mundo, é a grande insuficiência de fundos que, habitualmente, sofreu. Assim, mais ainda que o problema da qualidade da gestão técnica e comercial das cooperativas, o problema da economia cooperativa é primordial".

E *Lavergne* aponta os seguintes remédios:

1.º — Cotas suplementares.

Dar juros maiores às cotas-partes suplementares, isto é, aquelas facultativas, além do mínimo estatutàriamente exigido, cotas-partes que poderão, em casos de necessidade, ser reembolsadas sem que isto envolva a demissão do associado. É êste o regime inglês. Os cooperadores ingleses subscrevem mínimo elevado de cotas suplementares e obtém empréstimos sôbre essas cotas quando têm necessidade de numerário. Há nisso um emprêgo vantajoso de capitais. O juro dado a essas cotas suplementares deve ser ser sempre superior ao reservado às obrigatórias.

2.º — Um número elevado de cotas-partes subscritas para serem pagas em prestações mensais.

3.º — "*Abundantes reservas são particularmente preciosas para n o s s a s sociedades*". Contràriamente às sociedades capitalistas, nossas cooperativas não estão juridicamente seguras de conservar a totalidade de seu capital, pois devem sempre contar com as demissões e os reembolsos possíveis no fim de um certo tempo, cinco anos depois da demissão. É uma causa de instabilidade financeira que poderia ser grave. Felizmente o perigo é, habitualmente, mais teórico do que prático, porque nossas sociedades, em geral, vêem seus quadros de associados crescerem e não diminuirem. *E não é menos verdade que reservas importantes podem constituir, seguramente, uma rocha sólida sôbre as quais nossas sociedades poderão firmar-se*.

"*O princípio essencial é o de distribuir menos aos compradores e mais às reservas*. Não se pode, a um só tempo, favorecer a extensão futura da cooperativa, isto é, nos consumidores futuros e cumular de retornos os consumidores presentes. *Há um justo meio que guardar entre* o *presente* e o *futuro*. A distribuição dos retornos anuais corresponde a um dividendo de 50, 60, 100 e 120% ao capital realizado, o que é assinalado como notável em qualquer sociedade capitalista.

"Achamos que duas regras deveriam ser inscritas nos estatutos das cooperativas:

a) Nunca levar a retornos mais de 30% das sobras líquidas, depois de pagar os juros ao capital.

b) Nunca distribuir mais de 4 a 5% de retôrno, mesmo nos bons anos. Aliás, 3% sôbre as compras representam, muitas vêzes, 30 ou 40% do capital realizado.

"O capital-reservas das cooperativas, como o das sociedades capitalistas, está livre de juros, de vez que a sociedade possui reservas em propriedade plena e não presta contas disto a ninguém..."

Assinala ainda *Lavergne* que a propriedade dêsses capitais não pertence a ninguém, mas seu uso pertence a todos os consumidores (bens da mão-morta verdadeiramente socializados)", indivisíveis.

4.º — Depósitos e empréstimos.

Em todos os países, as cooperativas abriram caixas de depósitos. Em 1945, as cooperativas distributivas inglêsas receberam 79 milhões de libras em depósitos.

a) A Wholasble inglêsa tem um Departamento Bancário e um Departamento Comercial, que dispunham em 1946, de 255 milhões de libras de fundo.

Assim enfrentam, galhardamente, polindo um pouco as arestas do individualismo, o cêrco do capitalismo.

ADEPTOS E CONTRADITORES

Como vimos, inegàvelmente, o princípio da devolução dos excedentes ou sobras é um dos pontos altos da doutrina cooperativa consideradas as cooperativas na sua feiçao de entidades *sui-generis* que estabelecem uma relação jurídica ob-personam; mas, sofre êle restrições na prática mundial. Vimos a preocupação de grandes tratadistas quanto a formaçao de fundos coletivos, preferencialmente. Os seus defensores alegam, com razão psicológica e doutrinária, que o mesmo, como já o dissemos, equivale a uma economia insensível, como o assinala *Gide*, o qual, não obstante, sempre apelou para a sua reduçao progressiva, sobretudo nas de consumo, não só encarando o futuro do movimento sob um prisma de interêsse coletivo, como no interêsse das próprias cooperativas de consumo pequenas, necessitadas de capitais e fundos suplementares de apôio e refôrço.

Não deixa de colher o argumento de que o retôrno representa uma economia forçada insensivelmente feita, e tem grande efeito psicológico, e todos conhecem essa forma revolucionaria do ponto de vista economico. *Gide* considerou-a genial, sugestão magnífica do *Howarth*.

De efeito psicológico, n ã o há dúvida, quando distribuído sem artifícios contábeis, sendo, entanto, de efeito psicológico mais deletério a sua não-distribuição quando estatutàriamente estabelecida (como é comum em cooperativas de consumo do Brasil, sobretudo no atual momento de dificuldades de tôda parte, sobretudo inflacionárias e não distribuido, como os juros, no fim do exercício social.

Essa pequena economia que o retôrno simboliza, dizem os que o defendem, louvados, com razão, numa norma historica, estimula os associados, educando-os na observância da solidariedade, etc., não obstante a opinião contrária, como vimos, de uma corrente inglêsa, adepta de retornos moderados.

Os que se batem contra os retornos elevados ,embora não combatam o princípio clássico, o que seria absurdo, sustentam, com grande dose de ação (que os fatos, sobretudo na atual conjuntura econômica, reberam no

(Conclui na pág. 40)

PROMOVE A S. N. A. UM AMPLO INQUÉRITO NACIONAL SÔBRE RESERVAS FLORESTAIS

Aos Prefeitos de todos os municípios do país, enviou o Sr. Torres Filho, Presidente da S. N. A., a seguinte circular:

"A Sociedade Nacional de Agricultura, tendo presente o grave problema criado para o Brasil com as queimas e derrubadas de florestas e matas, com efeitos mediatos e imediatos sôbre a economia nacional, vem, num sincero apêlo ao devotamento e espírito público de V. Exa., pedir-lhe a cooperação — e o faz com empenho — para que, dentro das possibilidades dêsse Município, colabore em sua campanha no sentido de coibir essa prejudicial prática.

Certa de que essa Prefeitura não lhe recusará seu apoio, roga-lhe a fineza de responder aos quesitos que, a seguir, formula:

— Seria possível a essa Prefeitura manter em seu Município uma gleba, seja para reserva florestal, seja visando o reflorestamento, através a distribuição de mudas e sementes a preços módicos?
— Em caso afirmativo, qual a área que poderá reservar?
— No caso de reserva florestal, quais as essências que merecerão preferência?
— No caso de reflorestamento, quais as essências que pretende plantar?
— Haverá facilidades na obtenção de mudas ou sementes para quaisquer dos casos?
— Quais as essências predominantes nas florestas do Município?
— Haveria, na hipótese de reflorestamento, interêsse em ser êste subordinado ao Govêrno do Estado ou ao Federal?
— Há legislação municipal sôbre a obrigatoriedade do replantio?
— Tem havido fiscalização oficial no tocante às queimas e derrubadas?
— O Município exporta carvão vegetal?
— Há exploração de madeira de lei?
— Existem serrarias no Município?
— Comemora essa Prefeitura o "Dia da Árvore"?

Certos de que V. Exa. nos honrará com sua valiosa colaboração e breve resposta, subscrevemo-nos com aprêço e distinta consideração.

(Conclusão da pág. 38)

Brasil, notadamente no Distrito Federal) que os consumidores em geral não possuem a educação necessária para aceitar os preços correntes ,os preços altos, embora haja a promessa ou o compromisso estatutário da devolução das sobras, que julgam remotas e aleatórias (em "*Teoria e prática das sociedades cooperativas*" desenvolvemos êsse tema). Acham, por isso, que se devam dar as vantagens imediatas do "prêço razoável", do justo prêço ou do prêço melhor, desde que isto, claro, não traga empeços à cooperativa, destruindo tôdas as suas margens de sobrevivência. Deve haver um justo meio como o frisa *Lavergne*.

Alegam que os inglêses não só oferecem um prêço vantajoso, como, também, procuram criar um capital social inalienável. Mas, nisto, temos de levar, em consideração, para tudo compreender, o nível de educação do cooperador inglês.

A Suécia já adota o sistema dos "preços razoáveis", ou mais baixos que os correntes levando a uma distribuição de retornos de 3%, muito aquém da cifra inglêsa. Há maior preocupação pela formação de fundos coletivos.

Além da educação do associado, nesse tema do retôrno, temos de considerar outros fatôres ambientais. Os fatos econômicos e financeiros não são desprezíveis. Alguém já assinalou, com muita justeza, que, nos momentos de crise, grandes núcleos sociais, embora fervorosos partidários do sistema cooperativo não possuem liberdade de movimentos, não existindo, para êles, opção sob o guante asfixiante da conjuntura econômica. Se dispuserem de certa quantidade de dinheiro sem a qual não poderão passar, para a compra de alimentos, comprá-los-ão, não há dúvida, onde forem oferecidos a preços baixos, mesmo sabendo das caminhezas do intermediarismo solerte. É a premência, a angústia dos orçamentos domésticos reduzidos, quase pulverizados pelo surto inflacionário, pela farragem dos intermediários inúteis. Continuaremos.

Ata da Assembléia Geral Extraordinária da Sociedade Nacional de Agricultura, realizada em segunda e última convocação a 10 de Setembro de 1954. Presidência do Sr. Arthur Torres Filho.

As dezessete horas do dia 10 de setembro de 1954, presentes, na séde da Sociedade Nacional de Agricultura à Avenida General Justo, 171 2.º andar, os senhores sócios constantes do livro de presença, foram abertos os trabalhos. O Sr. Presidente, Dr. Arthur Torres Filho explicou os fins da reunião lendo a convocação feita na forma estatutária, e da qual destaca a seguinte ordem do dia: 1) discussão e votação dos novos estatutos; 2) ajustamento aos mesmos da vida administrativa da Sociedade Nacional de Agricultura; 3) assuntos de interêsse social. A seguir, o Sr. Luiz Marques Poliano, Secretário Geral, procedeu a leitura da ata da sessão anterior, que foi aprovada sem emendas. O Sr. Presidente, entrando na ordem do dia, pede ao mesmo Secretário Geral que, na qualidade de relator da comissão nomeada em Assembléia Geral Extraordinária anterior, para organizar um novo projeto de estatuto da Sociedade Nacional de Agricultura que leia para os presentes o trabalho realizado e subscrito pela dita comissão da qual fazem parte os Srs. Adamastor Lima, Kurt Repsold e Antonio de Arruda Câmara. Terminada a leitura, o Sr. Presidente declara que vai pôr em discussão e votação o projeto de estatuto tal quel se acha redigido, ressalvadas as emendas. O Sr. Alberto Ravache, chamou a atenção para alguns pontos do projeto que a seu ver careciam de redação mais clara, o que foi devidamente anotado. Vários capítulos e artigos foram no momento esclarecidos pelo relator e demais membros da comissão a pedido dos presentes ficando o Sr. Secretário Geral incumbido da redação final dos novos estatutos que, postos em discussão e votação foram aprovados unanimemente. O Sr. Torres Filho congratula-se com os seus consócios pelos resultados alcançados, assinalando que com a sua nova lei básica, entrará a Sociedade numa fase de atividade um tanto diferente daquela que exerceu até há pouco tempo, qual a de dedicar-se mais profundamente às atividades de natureza cultural. Tal orientação decorreu do fato de já se encontrar em pleno funcionamento a Confederação Rural Brasileira, cúpula da organização associativa prevista no Decreto-lei 8127 de sua inspiração. O Sr. Alberto Ravache, justifica, como preito de reconhecimento à Diretoria encabeçada pelo Presidente Torres Filho que fôsse ela, no momento reeleita para um novo período administrativo completo, evitando-se, no seu dizer solução de continuidade na vida social e no seu programa. O Sr. Adamastor Lima, redige então o seguinte artigo, a ser incluidos nos novos estatutos, na parte das disposições transitórias: "A Diretoria atual fica com o mandato prorrogado por 4 anos (artigo 14), contando êste prazo a partir da data em que êstes estatutos forem legalizados". Com uma salva de palmas o plenário aprovou a indicação Ravache e o artigo redigido pelo Professor Adamastor Lima. Os novos estatutos tal como foram aprovados, são os seguintes:

ESTATUTOS

CAPITULO I

Séde, Composição e Fins da Sociedade

Art. 1.º — A Sociedade Nacional de Agricultura tem séde e fôro na cidade do Rio de Janeiro, sendo a sua duração ilimitada.

Art. 2.º — A Sociedade, que estende sua atividade por todo o território pátrio, é uma agremiação de pessôas naturais e jurídicas dedicadas às atividades rurais, inclusive cientistas, técnicos e interessados nessas atividades.

Art. 3.º — A Sociedade tem por fins principais:

a) — agremiar os que queiram trabalhar pelo progresso da agricultura, ocupando-se de todos os assuntos que possam concorrer para o seu fortalecimento e para o bem-estar dos agricultores.

b) — promover e estimular a realização de estudos e pesquisas sôbre questões ligadas à exploração da terra em seus aspectos econômicos, técnicos e científicos

c) — constituir-se em centro cultural e de documentação para sistematizar e divulgar conhecimentos ligados à ciência agronômica, à técnica agricola, à economia rural e à sociologia rural.

d) — colaborar com os governos, as instituições oficiais ou não e, em particular, com os órgãos da classe, no estudo e solução dos problemas rurais e econômicos do país.

e) — manter biblioteca especializada e outros meios de difusão cultural.

f) — manter cursos de formação, divulgação, especialização e aperfeiçoamento, dentro de suas finalidades.

g) — prestar aos seus associados todos os serviços ao seu alcance.

CAPITULO II

Dos Sócios

Art. 4.º — O quadro social é composto das seguintes categorias: titulares, efetivos, correspondentes, honorários e beneméritos.

§ 1.º — São sócios titulares os que foram eleitos de acôrdo com o Art. 16 e seus parágrafos e seu número é limitado a 40;

§ 2.º — São sócios correspondentes as pessoas ou associações com residência ou séde no estrangeiro, que foram escolhidas pela Diretoria;

§ 3.º — São sócios honorários as pessoas que prestarem à agricultura serviços tão relevantes que a Diretoria as julgue merecedoras dêsse título;

§ 4.º — São sócios beneméritos as pessoas que, por sua dedicação e serviços excepcionais à Sociedade, forem por proposta da Diretoria, aprovada pela Assembléia Geral, consideradas dignas dessa investidura;

§ 5.º — São sócios efetivos as pessoas naturais ou jurídicas que, sediadas no país, forem propostas e aceitas pela Diretoria e se dividem nas classes seguintes:

a) — individuais — as pessoas naturais, que pagarem no ato da admissão a jóia de Cr$ 500,00 e a anuidade de Cr$ 300,00;

b) — coletivos — as entidades ou organizações que pagarem a jóia de Cr$ 1.000,00 e a anuidade de Cr$ 500,00;

c) — filiados — as associações rurais ou de classes legalmente constituídas e registradas no órgão competente do Ministério da Agricultura, que contribuírem com a jóia de Cr$ 5.000,00 e a anuidade bienalmente estabelecida pela Diretoria.

d) — remidos — os que estando em condições de serem aceitos como individuais e coletivos, pagarem, de uma só vez, a jóia e 15 anuidades.

Art. 5.º — Os coletivos e filiados deverão declarar o seu desejo de participarem do quadro social, ficando a aceitação dependente de resolução da Diretoria.

Parágrafo único. Os sócios efetivos deverão ser propostos por um ou mais sócios, à Diretoria, que deliberará a respeito.

Art. 6.º — Os sócios honorários e correspondentes não terão ingerência na direção da Sociedade, mas gozarão de todos os demais direitos de sócios.

Parágrafo único. Os sócios, em geral, não respondem subsidiàriamente pelas obrigações sociais.

Art. 7.º — Poderão remir-se, em qualquer tempo, os sócios efetivos individuais e coletivos, podendo, para êsse fim, lhes ser contado um têrço das anuidades pagas, até o máximo de mil cruzeiros.

Art. 8.º — Aos sócios titulares, honorários e corespondentes serão expedidos, gratuitamente, os diplomas.

Art. 9.º — São deveres do sócio :

a) — satisfazer as contribuições que lhe competirem e os compromissos pecuniários que contraírem com a Sociedade;

b) — cumprir os dispositivos dêstes Estatutos, dos regulamentos baixados pela Diretoria, bem como quaisquer deliberações dos órgãos competentes da Sociedade;

c) — fazer ativa propaganda em favor da Sociedade, no intuito de aumentar o número de membros, e de lhe multiplicar as oportunidades de prestar serviços à agricultura;

d) — concorrer, na medida de seus recursos, para o desenvolvimento da Biblioteca e das demais dependências e serviços da Sociedade;

e) — colaborar nas iniciativas sociais;

f) — exercer os cargos para que fôr eleito, salvo excusa legítima, renúncia por motivo ponderoso ou licença justificada.

Art. 10 — São direitos do sócio efetivo ou benemérito :

a) — votar e ser votado;

b) — tomar parte nas assembléias e nelas apresentar quaisquer propostas ou indicações condizentes com os fins da Sociedade;

c) — assistir, sem direito a voto, às reuniões do Conselho Superior, tomando parte nas discussões, fazer qualquer proposta ou comunicação e, a juízo da mesa, prestar informações;

d) —freqüentar a Biblioteca, utilizando-se, aí, dos livros, jornais e revistas — e as demais dependências da Socidade;

e) — exonerar-se do quadro social, uma vez quitado com a Tesouraria;

f) — gozar das vantagens que lhe são concedidas por êstes Estatutos e regulamentos da Sociedade.

§ 1.º — O direito de voto e ser votado, nas Assembléias Gerais, cabe aos sócios titulares, beneméritos e aos efetivos quites, considerando-se como tais os que estiverem em dia com a Tesouraria ou deverem, apenas, a anuidade corrente.

§ 2.º — Ao sócio residente fóra do Distrito Federal cabe o direito de votar por procuração, concedida a outro sócio.

Art. 11 — São inelegíveis, para os cargos da administração, os sócios honorários, correspondentes e os efetivos coletivos e filiados.

Art. 12 — Perderá a qualidade de sócio :

a) — por morte;

b) — por perda do exercício dos direitos civis;

c) — por espontânea demissão;

d) — por falta de pagamento de duas contribuições vencidas.

CAPITULO III

Da administração

Art. 13 — A Sociedade será administrada por uma Diretoria Geral, eleita pela forma e prazo previstos nestes Estatutos.

Art. 14 — A Diretoria Geral, constituída por 10 membros, escolhidos dentre os sócios elegíveis, será eleita para um período de quatro anos.

Art. 15 — Haverá, ainda, a Diretoria Técnica, eleita pela mesma forma do artigo anterior, composta de 10 pessoas de reconhecida capacidade técnica, cuja função será determinada em Regimento especial.

Art. 16 — O Conselho Superior será constituído de quarenta sócios titulares, eleitos por escrutínio secreto em reunião da Diretoria Geral, especialmente destinada a êsse fim, não podendo ser eleito mais de um em cada sessão.

§ 1.º — Para que a Diretoria possa deligerar sôbre a admissão do sócio titular, necessário se torna que à reunião compareçam pelo menos seis de seus membros, além do Presidente;

§ 2.º — Para a eleição de sócio titular, será observada, no respectivo processo, a norma estabelecida no Art. 46, § 3.º;

§ 3.º — O sócio titular, com a sua eleição, adquire a qualidade de membro do Conselho Superior, não está sujeito ao pagamento de qualquer contribuição, e tem o mandato em caráter vitalício;

§ 4.º — As quarentas cadeiras do Conselho Superior terão por patronos nomes ilustres de pessôas falecidas, que hajam prestado relevantes serviços à causa da agricultura, à ciência e à economia brasileiras, escolhidos pela forma indicada no Art. 58;

§ 5.º — A eleição de sócio titular se dará após indicação apresentada à Diretoria por um ou mais Diretores ou a requerimento do interessado, devendo a indicação ou o requerimento ser acompanhado de um curriculo do candidato à vaga;

§ 6.º — Para as vagas que se verificarem no Conselho Superior, a Diretoria dentro de 90 dias, examinará os candidatos que se apresentarem, procedendo-se à eleição no decorrer dos 60 dias seguintes.

§ 7.º — O sócio titular eleito para cargo nas Diretorias Geral ou Técnica poderá indicar substituto temporário no Conselho Superior, cabendo a aceitação à Diretoria, reunida em sessão.

Art. 17 — Os cargos da Diretoria são distribuídos da seguinte forma, designadamente, por ocasião da eleição :

Presidente;

1.º, 2.º e 3.º Vice-Presidentes;

1.º, 2.º, 3.º e 4.º Secretários;
1.º e 2.º Tesoureiros

Art. 18 — O mandato da Diretoria é amplo em relação à administração de tudo o que disser respeito aos direitos, fins e interêsses da Sociedade.

Parágrafo único. Os cargos da Diretoria são exercidos gratuitamente.

Art. 19 — Para as vagas que se verificarem nos cargos de Presidente e Vice-Presidentes, durante o exercício, serão pela Diretoria convidados a preenchê-los membros do Conselho Superior, os quais servirão até a próxima Assembléia Geral, que confirmará a escolha ou elegerá quem os deva substituir, para a terminação do mandato.

§ 1.º — Para as vagas que se verificarem nos demais cargos inclusive na Diretoria Técnica, o Presidente convidará um sócio, pertencente ou não ao Conselho Superior, o qual servirá até a primeira Assembléia Geral.

§ 2.º — Em caso de ausência ou impedimento de um diretor ou membro da Diretoria Técnica por período maior de três meses, poderá o Presidente dar-lhe substituto provisório, conforme o disposto neste artigo, até que o ausente volte a assumir o cargo.

Art. 20 — No caso de renúncia coletiva da Diretoria, o membro mais antigo do Conselho Superior convocará imediatamente uma Assembléia Geral Extraordinária que tomará conhecimento do fato e elegerá a nova Diretoria, a qual preencherá o quatriênio; se, porém, faltar menos de dois anos para terminar o mandato, far-se-á a eleição, não só para completar o que tiver restado à Diretoria demissionária como para o quatriênio seguinte.

Art. 21 — A Diretoria reunir-se-á, pelo menos, mensalmente em dia e hora prèviamente fixados pelo Presidente, para as sessões administrativas ordinárias, podendo realizar tantas extraordinárias quantas forem julgadas necessárias, fazendo sempre lavrar uma áta dos seus trabalhos.

§ 1.º — A Diretoria poderá deliberar em sessão ordinária com a presença mínima de 6 membros;

§ 2.º — As resoluções serão tomadas mediante votação;

§ 3.º — No caso de não ser alcançado o quorum previsto no § 1.º, nas sessões em que não se trate de eleição de sócio titular, poderá a Diretoria deliberar em 2.ª convocação até com 3 membros, inclusive o Presidente, decorridos 30 minutos da hora marcada na convocação.

Art. 22 — O Conselho Superior reunir-se-á ordinàriamente, pelo menos uma vez por mês, em dia e hora prèviamente fixados pelo Presidente da Sociedade, que é o seu Presidente nato.

§ 1.º — Podem ser realizadas tantas sessões extraordinárias do Conselho, quantas forem julgadas necessárias pelo Presidente, ou requeridas por 10 ou mais de seus membros;

§ 2.º — As sessões do Conselho, desde que não haja determinação em contrário, podem ser assistidas por qualquer sócio ou mesmo franqueadas ao público;

§ 3.º — Nas sessões do Conselho é que se realizarão as conferências e palestras promovidas pela Sociedade, os debates sôbre assuntos de natureza técnica ou científica, dêles resultando os pareceres e os pronunciamentos oficiais da instituição em matéria de interêsse da agricultura e da economia brasileira;

§ 4.º — Haverá sessões conjuntas da Diretoria e do Conselho, para recepção de novos sócios titulares e em outros casos julgados necessários.

Art. 23 — O Diretor que faltar a quatro sessões consecutivas sem justificação será considerado resignatário.

Art. 24 — À Diretoria competirá coletivamente:

a) — administrar a Sociedade, cumprindo e fazendo cumprir os Estatutos e regulamentos;

b) — arrecadar a receita e autorizar as despesas, de acôrdo com orçamento prèviamente aprovado;

c) — providenciar no tocante a qualquer donativo que a Sociedade receber;

d) — nomear e demitir os empregados, fixar-lhe os vencimentos e estabelecer os seus direitos e deveres;

e) — resolver a respeito da admissão de sócios titulares, efetivos, correspondentes e honorários;

f) — propor, justificando, a concessão de títulos de sócios beneméritos.

g) — resolver acêrca de conclusões dos pareceres e informações das comissões para êsse fim nomeadas;

h) — convocar as assembléias gerais dos sócios, as sessões, os congressos, conferências e mais reuniões.

Art. 25 — Ao Presidente competirá:

a) — dirigir a administração geral da Sociedade, — representando a Diretoria nos átos normais da instituição;

b) — representar a Sociedade em juízo e fóra dêle, e, em geral, nas suas relações com terceiros;

c) — presidir as sessões do Conselho e da Diretoria, tendo voto de qualidade; as conferências públicas e as assembléias gerais salvo aquelas em que houver prestações de contas, nas quais abrirá os trabalhos, convidando os presentes a aclamarem o sócio que deva assumir a presidência;

d) — apresentar o relatório anual dos trabalhos sociais e as respectivas contas à assembléia geral;

e) — autorizar, por escrito, o pagamento das contas devidamente processadas e as despesas de expediente;

f) — tomar conhecimento dos trabalhos de todos os departamentos e serviços, determinando providências para o seu regular andamento, auxiliando-as com as suas idéias e conselhos e submetendo à deliberação da Diretoria as medidas que julgar necessárias e forem da alçada desta;

g) — exigir e controlar o cumprimneto dos Estatutos, regulamentos e deliberações da Administração e das Assembléias;

h) — nomear as comissões necessárias ao estudo de questões submetidas à sociedade, para as quais poderá designar livremente diretores ou sócios;

i) — consultar o Conselho Superior;

j) — fixar as datas das reuniões ordinárias e extraordinárias da Diretoria;

k) — designar e convocar com antecedência mínima de 30 dias, a comissão de exame de contas da Diretoria;

l) — assinar os ofícios e representações dirigidas aos altos poderes do país;

m) — visar os documentos assinados pelo Tesoureiro, relativos à vida financeira da Sociedade;

n) — assinar, com o primeiro secretário ou seus substitutos e com o Secretário Geral as átas das sessões;

o) — propor a nomeação de empregados.

Art. 26 — Competirá aos Vice-Presidentes substituir o Presidente em seus impedimentos e faltas temporárias, na ordem da categoria dos mesmos

Art. 27 — Ao 1.º Secretário compelirá:

a) — colaborar na orientação dos seviços da Secretaria e atender às suas necessidades;

b) — cooperar especialmente nos trabalhos de expediente, podendo assinar a correspondência que não exigir ou não tiver a assinatura do Presidente;

c) — conferir e assinar, com o Presidente e o Secretário Geral as átas das sessões e assembléias;

d) — organizar as conferências.

Art. 28 — Ao 2.º, 3.º e 4.º Secretários competira substituir o 1.º em seus impedimentos e faltas e auxiliá-lo no bom desempenho de suas funções

Art. 29 — Ao 1.º Tesoureiro competirá:

a) — arrecadar a receita e ter sob sua guarda todos os titulos e valores da Sociedade, depositando em bancos de reconhecido crédito as somas que não forem imediatamente necessárias ás despesas;

b) — assinar com o Presidente os cheques, as contas e os balanços da Sociedade;

c) — pagar as contas visadas pelo Presidente;

d) — presidir á organização da escrituração social;

e) — apresentar á Diretoria as contas anuais;

f) — organizar os projetos de orçamento da receita e despesa;

Parágrafo único. O 2.º Tesoureiro auxiliará o 1.º e o substituirá em seus impedimentos e faltas.

Art 30 — Competirá de preferência aos Diretores-Técnicos, mediante proposta do Presidente. o encargo da organização e direção de setores de trabalho — serviços ou departamentos, permanentes ou provisórios.

Parágrafo único. Os serviços ou departamentos terão regimento próprio organizado pelo respectivo diretor e aprovado pela Diretoria.

Art. 31 — Competirá ao Conselho Superior, que será presidido pelo Presidente da Sociedade:

a) — reunir-se com a Diretoria, em sessão conjunta;

b) — iniciar, discutir e votar questões de interêsse cientifico e técnico;

c) — estudar e dar parecer sôbre as questões que lhe forem propostas pela Diretoria;

d) — receber em sessão especial, os sócios titulares;

e) — manter a continuidade da vida cultural e social da entidade;

f) — de um modo geral, orientar a atuação técnico-cientifica da Sociedade.

Art. 32 — Para o estudo das questões sujeitas ao juizo da Diretoria, o Presidente poderá designar comissões compostas de membros do Conselho.

Art. 33 — As sessões conjuntas se realizarão em dia e hora fixados pelo Presidente, sendo necessária a presença do Presidente, do Secretário Geral e de, pelo menos, 10 membros do Conselho.

CAPITULO IV

Do Secretário Geral

Art. 34 — Haverá um Secretário Geral que participará das sessões administrativas e conjuntas.

Art. 35 — O cargo de Secretário Geral, de nomeação da Diretoria será exercido por pessoa de reconhecida competência e idoneidade, que manterá a continuidade administrativa na Sociedade, com a chefia funcional e superintendência geral e efetiva sôbre os diversos serviços e departamentos.

Parágrafo único. O Secretário Geral terá jurisdição sôbre todo o pessoal, gerindo, portanto, o funcionamento normal da Secretaria, Tesouraria, Biblioteca, Portaria e dos demais serviços ou departamentos, criados ou a se criarem.

Art. 36 — Ao Secretário Geral incumbirá:

a) assinar a correspondência e o expediente que não forem da competência do Presidente;

b) — fiscalizar e orientar o movimento da Secretaria, os livros da Tesouraria e os relativos a escrita dos diversos departamentos;

c) — preparar o material das sessões da Diretoria, do Conselho Superior e das assembléias;

d) — secretariar as sessões e Assembléias Gerais mesmo quando não presididas pelo Presidente da Sociedade, lendo-lhes o expediente;

e) — expedir determinações de serviços;

f) — manter a ordem e a disciplina dentro da Sociedade;

g) — propor as penalidades que julgar úteis aos fins do item "f";

h) — auxiliar a organização das conferências;

i) — organizar os serviços de divulgação e publicidade;

j) — orientar a organização do arquivo geral da Sociedade;

k) — organizar ou fazer organizar o relatório dos trabalhos sociais;

l) — assinar com o Presidente e o 1.º Secretário, ou seus substitutos, as átas das sessões.

CAPITULO V

Regimento Interno — Regulamentos

Art. 37 — O regimento interno e os regulamentos, elaborados pela Diretoria completam, regulamentam e põem em execução as disposições dêstes Estatutos, no tocante, mais especialmente, á ordem e á fiscalização internas dos serviços e departamentos permanentes ou temporários, e aos empregados em geral.

Art. 38 — A Diretoria pode ampliar, alterar, restringir ou suprimir, provisória ou definitivamente, se assim o entender, dispositivos do Regimenot Interno e dos Regulamentos.

Art. 39 — O Regimento Interno e os Regulamentos, uma vez aprovados pela Diretoria, têm a mesma fóça dêstes Estatutos, obrigando diretores, associados e empregados.

CAPITULO VI

Das Rendas da Sociedade e respectiva aplicação

Art. 40 — O patrimônio da Sociedade compor-se-á:

1) — Dos bens móveis e imóveis existentes, na data da aprovação dêstes Estatutos;

2) — Dos saldos da receita anual;

3) — De quaisquer importâncias recebidas a titulo de donativos, jóia, estimação de distintivos e remissão de sócios.

Art. 41 — As fontes de receita da Sociedade se constituirão:

1) — Das contribuições dos sócios;

2) — Das rendas dos titulos e das propriedades imóveis ou quaisquer outros rendimentos condizentes com os fins da Sociedade;

3) — Das subvenções oficiais;

4) — Dos donativos e legados;

5) — Das rendas eventuais.

Art. 42 — O excesso disponivel entre a receita e a despesa será aplicado na compra de apólices da divida pública, de outros titulos garantidos pelo Govêrno Federal, ou ainda na aquisição e construção de imóveis para renda.

CAPITULO VII

Das Assembléias Gerais

Art. 43 — A Assembléia Geral é a reunião dos sócios titulares, beneméritos, remidos e efetivos, quites os desta última categoria, nos termos do Art. 10, § 1.º que compareçam ao local das sessões, em dia e hora prèviamente designados nos anúncios, em dois diários da Capital, três vêzes, pelo menos.

Art. 44 — Para que se realizem as assembléias, em virtude da primeira convocação, será necessária a presença de um têrço de sócios; em virtude da segunda, que poderá ser feita, com o intervalo mínimo de cinco dias, a assembléia poderá resolver com qualquer numero, exceto quando tiver sido requerida por trinta ou mais sócios em que é necessária a presença, pelo menos, de dois têrços dos requerentes.

Art. 45 — A mesa das Assembléias, quando se tratar de eleição de Diretoria e tomada de contas, será composta de um presidente, indicado no momento, com a aprovação tácita ou expressa da Assembléia, do Secretário Geral e de dois escrutinadores indicados pelo Presidente da Assembléia.

Art. 46 — As votações serão simbólicas, salvo requerimento de votação nominal, aprovado pela Assembléia.

§ 1.º — A eleição da Diretoria, salvo deliberação em contrário da Assembléia, se fará por meio de cédulas escritas ou impressas, que discriminem os cargos, procedendo-se à chamada pela ordem de inscrição no livro de presença, sendo permitida, 10 minutos após, uma segunda chamada, e conseqüentemente nova inscrição para os retardatários.

§ 2.º — Cada sócio titular, efetivo ou efetivo coletivo, terá apenas um voto, expresso o destas categorias pelo respectivo representante.

§ 3.º — Serão eleitos em primeiro escrutínio os sócios elegíveis que reunirem dois têrços dos votos presentes. Quando, para um ou mais cargos, nenhum sócio tiver alcançado êsse número de votos, haverá segundo escrutínio, entre os dois mais votados para cada cargo, sendo considerado eleito nêsse escrutínio o que obtiver maior sufrágio.

§ 4.º — As deliberações tomadas pela Assembléia Geral, em conformidade com êstes Estatutos, obrigarão, para todos os efeitos os sócios ausentes.

Art. 47 — Nas assembléias gerais não é permitida a discussão de assuntos estranhos aos fins da respectiva convocação.

Art. 48 — A assembléia geral ordinária se realizará no decurso do primeiro semestre de cada ano, convocada com uma antecedência nunca menor de 15 dias, salvo caso de urgência, a juízo da Diretoria, podendo se fôr necessário, durar mais de um dia, adiando-se então, os trabalhos com indicação do dia, hora e local certos para a continuação.

Art. 49 — Competirá à Assembléia Geral Ordinária :

1) — Deliberar acêrca do Relatório e Contas apresentados pela Diretoria, e, bem assim, quanto ao parecer formulado plea Comissão Fiscal;

2) — Eleger a Diretoria, na época determinada pelos Estatutos;

3) — Discutir e resolver quaisquer propostas ou indicações que lhe forem apresentadas pela Diretoria, pelo Conselho Superior ou pelos sócios;

4) — Resolver a respeito de quaisquer assuntos que não sejam da alçada da Diretoria;

5) — Deliberar sôbre os casos omissos

Art. 50 — A Assembléia Geral Extraordinária se reunirá quantas vêzes a Diretoria julgar necessário, ou fôr requerida por trinta ou mais sócios no gôzo dos seus direitos.

Parágrafo único. As assembléias gerais extraordinárias serão anunciadas, nos termos do Artigo 43, com 5 dias, no mínimo, de antecedência, com o seu motivo claramente expresso nelas só se tratando do objeto da convocação.

Art. 51 — A reforma dos presentes Estatutos só poderá ser feita em assembléia geral extraordinária convocada especialmente para êsse fim, com 15 dias, pelo menos de antecedência, devendo haver um intervalo mínimo de 10 dias entre a primeira e a segunda convocação, mas podendo-se nesta, deliberar com qualquer numero.

CAPITULO VIII

Disposições Gerais

Art. 52 — A Sociedade Nacional de Agricultura elege para seu patrono o Dr. Antonio Ennes de Souza, fundador e primeiro Presidente da Instituição.

Art. 53 — A Sociedade poderá ser dissolvida por unanimidade de uma Assembléia Geral a que comparecerem pelo menos três quartos dos sócios, com direito a voto, qualquer que seja a convocação.

Parágrafo unico. No caso de dissolução, o patrimônio social, liquidados os compromissos, terá aplicação que interesse à agricultura nacional de acôrdo com a legislação em vigor.

Art. 54 — Os casos omissos nêstes Estatutos serão resolvidos pela Diretoria, que, de tudo, dará conhecimento à primeira Assembléia Geral.

Art. 55 — As questões de politica partidária, religiosa e raciais são banidas da Sociedade.

Art. 56 — A Sociedade mantém como seu emblema um escudo circular, com a seguinte disposição : em fundo azul, uma colméia rústica em ouro, apoiada sôbre um cubo do mesmo metal, assente numa campanha de sua côr; e encimada por um listel de prata com o lema em azul: VIRIBUS UNITIS; em orla, no mesmo, a inscrição : SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA — 16 DE JANEIRO de 1897.

Art. 57 — A bandeira da Sociedade é azul e amarela, disposta em três faixas, com a colméia rústica e o lema, em azul, ao centro, tudo como indicam os padrões juntos

CAPITULO IX

Disposições Transitórias

Art. 58 — Os patronos das cadeiras do Conselho Superior serão designadas :

1) — As 13 primeiras pelos nomes dos antigos presidentes da Sociedade a saber : n.º 1, Ennes de Souza (Dr. Antonio Ennes de Souza); n.º 2, Moura Brasil (Dr. José Cardoso de Moura Brasil); n.º 3, Campos da Paz (Dr. Arthur Fernandes Campos da Paz); n.º 4, Barão de Capanema (Doutor Guilherme Schüch de Capanema); n.º 5, Antonino Fialho; n.º 6, Wenceslau Bello (Dr. Wenceslau Alves Leite de Oliveira Bello); n.º 7, Silvio Rangel (Dr Silvio Ferreira Rangel); n.º 8 Pacheco Leão (Dr. Antonio Pacheco Leão); n.º 9, Lauro Muller (General Lauro Severiano Muller); n.º 10, Miguel Calmon (Dr. Miguel Calmon du Pin e Almeida); n.º 11 Lyra Castro (Dr Geminiano Lyra Castro); n.º 12, Augusto Ramos (Dr. Augusto Ferreira Ramos); n.º 13, Simões Lopes (Dr. Ildefonso Simões Lopes);

2) — Para as restantes 27 cadeiras, por indicação da Diretoria

3) — Ao atual Presidente da Sociedade, Professor Arthur Eugenio Magarinos Torres Filho,

em atenção ao seus longos, dedicados e relevantes serviços à agricultura nacional, e à Instituição, caberá o título excepcional de Sócio Titular n.º 1, ocupando, assim, automàticamente, a cadeira Ennes de Souza.

4) — Até a primeira assembléia geral após a aprovação dêstes Estatutos, deverá estar feito o preenchimento das restantes 12 cadeiras do núcleo inicial do Conselho Superior, observando-se, na eleição, o disposto no Art. 16, § 5.º.

5) — Sòmente após a constituição do núcleo inicial citado, é que a Diretoria poderá considerar os pedidos e indicações para o preenchimento das restantes 27 cadeiras.

6) — Para as cadeiras do núcleo inicial sòmente poderão concorrer candidatos que, ao tempo da aprovação dêstes Estatutos, já eram sócios da Sociedade há mais de 5 anos.

7) — Para as cadeiras restantes, as candidaturas serão abertas indistintamente aos sócios e não sócios.

Art. 59 — A Diretoria atual fica com o mandato prorrogado por quatro anos (art. 14), contando-se êste prazo a partir da data em que os presentes Estatutos forem legalizados.

Rio de Janeiro, 10 de setembro de 1954.

O Sr. Torres Filho volta a congratular-se aos seus companheiros pelo fato auspicioso de ser esta a primeira Assembléia Geral, realizada no novo edifício, já todo êle ocupado, estando a Sociedade instalada no seu maior pavimento com as suas novas dependências em fase de terminação. É um sonho, diz, de tôdas as Diretorias que o antecederam e cuja realização se deve em grande parte ao saudoso Presidente Vargas, com a doação do terreno sôbre o qual se ergue a CASA DA AGRICULTURA. Proponho um voto de grande saudade e 1 minuto de silêncio como preito de homenagem da Sociedade ao Grande Estadista desaparecido. Sugere, com a aprovação geral que quando da inauguração no hall do edifício da Efígie em bronze do Presidente de Honra da Instituição, seja também inaugurada oficialmente a Casa da Agricultura. O Sr. Secretário Geral, ainda, em homenagem ao Sr. Getúlio Vargas propõe que a quadragésima cadeira do Conselho Superior da Sociedade, tenha por patrono o Grande Ruralista que sempre foi, aquele ilustre homem de Estado, bem como, pelo grande aprêço que sempre dispensou a esta Casa. O Sr. Ravache, uma vez tornada livre a palavra propõe o voto de louvor à Comissão de Obras do edifício, a cuja atuação se deve a estabilidade econômica e financeira da Sociedade. Destaca os nomes de Torres Filho e Marques Pollano como principais elementos atuantes naquela Comissão. O voto é aprovado. O Sr. Ennio Leitão propõe com assentimento unânime que a presente Ata tenha plena validade, uma vez encerrada pelo Presidente da Sociedade e assinada pelos senhores 1.º Secretário e Secretário Geral. Nada mais havendo a tratar foram encerrados os trabalhos e lavrada a presente Ata, que vai encerrada e assinada na forma acima. **Retificação** — Na linha 9, da página 41, entre as palavras **renda** e **Artigo**, acrescente-se: "Capítulo VII — Das Assembléias Gerais". **Retificações** — Na linha 23, da página 39, entre as palavras **extraordinárias** e **pelo**, acrescente-se: "do Conselho quantas forem julgadas necessárias". E na linha 17, da página 41, entre as palavras **dias** e **exceto**, acrescente-se: "a assembléia poderá resolver com qualquer número."

Arthur Torres Filho
Frederico Murtinho Braga
Luiz Marques Pollano.

Sessões de Diretoria da Sociedade Nacional de Agricultura

1.ª SESSÃO (NOVA FASE) 7-1-1955

Aos 7 dias do mês de janeiro de 1955, presentes na sede da Sociedade Nacional de Agricultura, os diretores acima assinados, foram, pelo Sr. Torres Filho, Presidente, abertos os trabalhos. De início congratulou-se pela nova fase dos trabalhos da entidade, tendo dado a palavra ao Sr. Secretário Geral, para expôr alguns assuntos de natureza administrativa. O Sr. Marques Poliano comunica as providências que, de acôrdo com o Sr. Presidente tem tomado em relação à organização dos serviços administrativos da Sociedade, notadamente quanto à sistematização dos serviços da Tesouraria e Contabilidade, e aos de Secretaria. Informou que a Biblioteca se encontra em plena organização, com a aquisição do material necessário ao registro e classificação tanto das obras quanto dos periódicos. A seguir apresentou uma proposta de orçamento para o ano corrente, pela qual a receita atinge a Cr$ 4.661.833,60 e a despesa a Cr$ 4.034.934,00, acusando o saldo provável de Cr$ 626.899,60. Demonstrou que a Sociedade no momento dispõe em Caixa e nos Bancos de Cr$ 2.073.676,50, disponibilidade essa que somada ao citado saldo orçamentário, e daí deduzidas despesas líquidas e certas, num total de Cr$ 800.000,00 ficaria a Sociedade com uma disponibilidade realizável de Cr$ 1.900.576,10, ao fim do exercício. Foram ratificadas as aquisições, devidamente autorizadas pela presidência, de uma geladeira elétrica, uma enceradeira, quatro máquinas de escrever sendo uma usada, arquivos de aço, um cofre e material de escritório do sistema Ruff. Foram autorizadas as aquisições de mobiliário para uma sala de aulas, um mimiógrafo elétrico, uma máquina de endereços, mais 4 arquivos de aço e ficharios para a Biblioteca. Foram também ratificadas as admissões dos seguintes funcionários: *para serviço do edifício* — Ascendino Barcelos, Adolfo de Souza Azevedo, Elizeu Domingo Belo, Saturnino Soares de Araújo; *para serviços administrativos* — Marlene Ramos de Britto, Geraldo de Oliveira Lyra, Yolanda Marcondes Portugal, Juarina Farias Diniz, Carlos Xavier Loureiro e Carlos Alberto Soares. O Sr. Secretário comunica que a Secretaria da Junta do I.B.C. mudou-se, desocupando assim a dependência da S. N. A. na qual se encontrava desde a primeira reunião da Junta, em Março do ano passado. Ressaltou a importância da colaboração da Sociedade àquela autarquia com a cessão não só de duas salas para os trabalhos permanentes do seu pessoal administrativo como, por três vêzes, de mais algumas salas, inclusive do auditório para a realização de três períodos de sessões ordinárias e extraordinárias. Comunicou ainda o S. Secretário que providenciou a legalização e impressão dos novos Estatutos além de outras providências de caráter administrativo necessários à vida social. Em virtude de proposta do Sr. Presidente, aprovada na última assembléia geral, de ser inaugurada no saguão do edifício uma herma do falecido Presidente Vargas, Presidente de Honra da Sociedade, foi lida uma proposta assinada pelo escultor Paulo Mazzucchelli prontificando-se a executar a maquete, também então apresentada, pelo prêço de Cr$ .... 60.000,00, o que foi aceito pela Diretoria. O Sr. Arruda Câmara dá conta dos trabalhos da Comissão incumbida da escolha dos Patronos para as Cadeiras do Conselho Superior. É assim que, além dos treze Patronos estatutários, e do Sr. Getúlio Vargas que, conforme resolução da última assembléia geral, patrocina a quadragésima cadeira, ao todo quatorze, foram, por eleição, interessando no caso instituições públicas e particulares, em reuniões anteriores, escolhidos dentro do critério da especialidade, mais os seguintes: Eduardo Cotrim, Pedro Osório, Trajano de Medeiros, M. Paulino Cavalcanti, J. R. Saturnino de Brito, José Augusto da Trindade, Fernando Costa, Ignacio Tosta, Gustavo D'Utra e Sérgio de Carvalho. Comunicou o Sr. Arruda Câmara que está ativando dentro do mesmo critério o preenchimento das restantes. A Comissão, nomeada em virtude de proposta do Sr. Secretário Geral para opinar e regulamenta o prêmio *Ennes de Souza*, apesentou o seu trabalho, que de comêço substituiu a designação do dito prêmio pelo de "Sociedade Nacional de Agricultura", várias modificações foram feitas na proposta original, sendo por fim aprovado o regulamento, e autorizada a Secretaria Geral a dirigir-se sôbre o assunto às Sociedades Brasileira de Agronomia e Veterinária e às Escolas Superiores do País comunicando-lhes a resolução. Foi também o Sr. Secretário Geral autorizado a providenciar a fatura das duas medalhas de ouro respectivas. O Sr. Alberto Ravache tendo em mãos a proposta apresentada, tempo antes, pelo Sr. Secretário Geral, para o programa de conferências a serem realizadas pela Sociedade durante o ano, tendo antes se entendido a respeito, em reunião a que compareceram além do autor da proposta os Srs. Kurt Repsold e Geraldo Goulart da Silveira, apresentou substitutivo, segundo o qual os conferencistas e os temas passariam a ser os seguintes: Conservação e recuperação do solo, João Quintiliano Marques; A Hidroelétrica do S. Francisco e seu papel no desenvolvimento agrícola do Nordeste, Apolônio Sales; Trigo, Alberto Boerguer. Será feito o expediente de convite aos conferencistas, marcando-se os meses de abril, junho e novembro para as ditas conferências. Nada mais havendo a tratar foi marcada nova sessão para a próxima sexta feira e lavrada a presente Ata, que vai assinada na forma estatutária.

2.ª SESSÃO — 14-1-1955

Aos 14 dias do mês de janeiro de 1955, presentes, na sede da Sociedade Nacional de Agricultura, os diretores e consócios acima assinados, foram abertos os trabalhos. Lida a

aprovada a ata da reunião anterior, teve a palavra o Sr. Arruda Câmara, presidente da Comissão encarregada de organizar os trabalhos de preenchimento das vagas de patronos das cadeiras do Conselho Superior. Depois de apresentar um bem organizado dossier a respeito dos nomes cogitados para essa homenagem, fêz distribuir entre os presentes as listas de votação. Apurados os votos foram anunciados: defesa sanitária vegetal, Carlos Moreira com 13 votos; proteção à natureza, Alberto José de Sampaio com 12 votos; silvicultura, Edmundo Navarro de Andrade, com 12 votos; cafeicultores paulistas, Antonio Prado, com 6 votos; sociologia rural, Alberto Torres com oito votos; latifúndio, Carlos Pereira de Sá Fortes com 12 votos; química Teodoro Peckolt com 7 votos. Os nomes de Luiz de Queiroz e José Bonifácio foram também escolhidos por aclamação. O Sr. Secretário Geral apresentou a indicação no sentido da Sociedade, dentro de suas novas finalidades, cogitar da publicação, em tempo oportuno da "conjuntura agro-pecuária". Informou a propósito que já providenciou o depósito do título, em nome da Sociedade, no Departamento Nacional da Propriedade Industrial. Informou ainda, o Secretário Geral a respeito de providências de ordem administrativa que vem tomando no sentido de organizar os serviços sociais, dentre os quais: impressão dos novos estatutos; registro dos mesmos no cartório de pessoas jurídicas; aquisição, devidamente autorizada pela Diretoria, do mobiliário para uma sala de aulas com capacidade para 35 alunos. A respeito do impasse existente entre a Sociedade e o Escritório Técnico de Agricultura no que tange à cobrança e pagamento, por parte daquêle Escritório, das despesas proporcionais, que lhe cabem, na administração do edifício, foi a secretaria autorizada a entender-se com o Dr. Oliveira Motta, e, se for o caso, providenciar a lavratura do indispensável contrato de locação. O sr. Presidente sugeriu que a Sociedade promova um inquérito entre as Prefeituras do país no sentido de se pôr côbro à devastação florestal e da incentivo no reflorestamento.

Nada mais havendo a tratar foram encerrados os trabalhos e lavrada a presente Ata que vai assinada na forma estatutária.

3.ª SESSÃO — 28-1-1955

Aos 28 dias do mês de janeiro de 1955, presentes na S. N. A. os srs. Diretores acima assinados foram, pelo Sr. Torres Filho, Presidente, abertos os trabalhos. Lida e aprovada a Ata da reunião anterior foi dada a palavra ao Sr. Secretário Geral que informou ter sido registrada a 19 do corrente no Cartório respectivo a ata da última Assembléia Geral. Como nas disposições transitórias os novos estatutos exista um artigo estabelecendo que a Diretoria atual exerceria o seu mandato a partir da data daquele registro, segue-se que a Diretoria cujo mandato foi então renovado por um período de 4 anos terá de exercê-lo até 19 de janeiro de 1959. O Sr. Alberto Ravache, propôs e foi aprovado um voto de profundo pezar pelo falecimento do nosso consócio remido, Ministro João Alberto Lins de Barro. Informou que acompanhou tôdas as cerimônias fúnebres no seu nome pessoal e no da S. N. A. O Sr. Secretário Geral informou a propósito que devidamente autorizado pela presidência, fêz enviar uma corôa de flores como homenagem da Instituição. Ficou deliberado que as reuniões da Diretoria passariam a ser realizadas de ora em diante, as 3as. feiras, às 15 horas. O Sr. Alberto Ravache, entrando em pormenores a respeito da atuação do Secretário Geral nos trabalhos da administração atual propôs que a gratificação pro-labore que o mesmo vinha recebendo até aqui como Coordenador dos trabalhos da construção da nova Sede continuasse sob a forma de Representação, atendendo a que agora como dantes os seus encargos continuam e até se acham de certa forma aumentados. A proposta foi aprovada unânimemente. Nada mais havendo a tratar foram encerrados os trabalhos e lavrada a presente Ata.

A LAVOURA

(ÓRGAO DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA)

Fundada em 1897

Engº. Agrônomo ARTHUR TORRES FILHO
Presidente da Sociedade

Engº. Agrônomo ANTONIO DE ARRUDA CAMARA
Diretor

Engº. Agrônomo KURT REPSOLD
Diretor Técnico

Engº Agrônomo GERALDO GOULART DA SILVEIRA
Redator-Técnico

LUIZ MARQUES POLIANO
Diretor Responsável e Redator-Secretário

Redação e Administração:

General Justo, 171

Telefone: 42-2981

Caixa Postal: 1245

Rio de Janeiro

Nem a redação da Revista nem a Sociedade Nacional de Agricultura são responsáveis pelos conceitos emitidos em artigos assinados

Representante para todo o Estado de S. Paulo:

NEWTON FEITOZA

RUA BOA VISTA, 245, 3º andar — Tel.: 31-1432 — End. Tel: "LINEPE C. A.: 7257

— SÃO PAULO —

PROFILAXIA DA BRUCELOSE

INCONVENIÊNCIA DA VACINAÇÃO DO GADO ADULTO

MILTON THIAGO DE MELLO

O tema "Brucelose" tem sido cada vez mais focalizado na imprensa médica e leiga, pela sua importância médica, veterinária, social e econômica. É sabido que a doença humana sòmente desaparecerá quando fôr erradicada a brucelose animal, daí o interêsse que apresentam para a Saúde Pública as medidas tomadas para a profilaxia da doença entre os animais.

Até pouco tempo pràticamente desconhecida em nosso meio, embora existente, a brucelose é comentada, agora, por tôda sorte de pessoas. Embora a propaganda feita colha resultados benéficos pela consciência que aos poucos vai se formando quanto à existência e à gravidade do problema, isso não impede que muitos conceitos falsos ou errôneos vão se implantando com visos de verdade. Um dêles é o das possíveis vantagens da vacinação do gado adulto, agora tornada oficial em todo país.

Em 1951 apresentamos à Divisão de Defesa Sanitária Animal do Ministério da Agricultura um esbôço de Plano de Profilaxia da Brucelose Bovina (Bol. Div. San. Animal, 1951, 2 : 37-30 e Rev. Mil. Rem. Vet., 1952, 12 (1) : 1-16) em o qual não era aconselhada a vacinação do gado adulto e sim a dos bezerros, ao lado de rigorosas medidas higiênicas, que são de extrema importância.

Essa e outras circunstâncias fizeram com que se organizasse, logo depois, uma Comissão Nacional de Brucelose no Ministério da Agricultura, destinada a elaborar um Plano de Profilaxia da Brucelose Animal (Port. n.º 330, de 21-3-1952, do Ministério da Agricultura), sob a presidência do Dr. Aluizio Lobato Valle (Port. n.º 331, de 21-3-1952, do Ministério da Agricultura) e constituída dos Drs. Cicero Neiva, Genésio Pacheco, José Bifone, Milton Thiago de Mello, Luiz Raymundo Tavares de Macedo e Leonhard Riedmuller (Port. n.º 35, de 18-6-1952, do Departamento Nacional da Produção Animal).

A Comissão reuniu-se por diversas vêzes, dela resultando um plano inicial em que não se recomendava a vacinação do gado adulto como norma de profilaxia, embora alguns dos membros da Comissão fôssem partidários dessa vacinação. Prevaleceu a opinião que julgamos acertada, de não aconselhar a vacinação do gado adulto como recurso profilático e sim a dos bezerros de 4 a 8 meses de idade, como é feito em quase todos os países do mundo onde existe serviço oficial de profilaxia da brucelose bovina.

Pronto êsse plano, foram convidados alguns representantes de instituições oficiais de certos pontos do país, para tomarem conhecimento dêle e oferecerem sugestões. Disso resultou o anteprojeto fôsse alterado em diversos trechos, às vêzes com evidentes prejuízos para uma condução séria no que diz respeito à profilaxia da brucelose. Um dos pontos alterados foi o relativo à vacinação do gado adulto, que passaria a ser pràticamente indiscriminada.

Tendo a maioria dos membros da Comissão ficado de acôrdo com essa alteração, formulamos o nosso voto discordante, por escrito, no que fomos acompanhados pelo Dr. Genésio Pacheco, que teceu comentários sôbre o assunto nesta revista, por essa época (Brasil-Médico, 1953, 67 (1-2) : 18-19). Também manifestou seu ponto de vista, discordando da vacinação de adultos, o Dr. José Bifone. O então Diretor da Divisão de Defesa Sanitária Animal, Dr. Altamir Gonçalves de Azevedo, presente à discussão final, também declarou-se contrário à vacinação de gado adulto mas seu voto não foi computado em virtude de não fazer parte da Comissão.

Eis a íntegra do voto em separado :

"O anteprojeto das "Instruções para o combate à brucelose animal", em discussão, prevê a vacinação de adultos, conforme acaba de ser lido, ao contrário do que propusera a Comissão Nacional de Brucelose, em seu trabalho inicial.

O anteprojeto do "Plano de profilaxia da brucelose animal" declarava :

"A Comissão, atendendo a uma série de circunstâncias próprias ao nosso país, não recomenda a vacinação de adultos". As "Instruções", que acompanhavam o Plano, não se referiam especìficamente ao assunto, prevendo, apenas, quanto à vacinação, a de bezerros entre 4 a 8 meses de idade. Posto o assunto em debates com os representantes de alguns Estados e com outros técnicos, foi introduzido um novo artigo nas "Instruções" permitindo a vacinação do gado adulto.

Achando que a vacinação do gado adulto contra a brucelose com a amostra B-19, deve permanecer em caráter experimental, portanto absolutamente controlada, em discordância com o que prevê a nova redação das "nIstruções", votamos contràriamente :

Justificação :

I — A vacinação indiscriminada de animais, de qualquer idade e em qualquer fase de gestação, independentemente de seu estado de infecção, fará com que sejam vacinados : a) animais infectados; b) vacas em gestação.

b) Os animais infectados continuarão infectados, espalhando brucelas, embora

o criador tenha a falsa impressão de que estão protegidos. Isso constituirá gravíssimo problema de Saúde Pública;

b) As vacas em gestação poderão abortar em conseqüência da vacinação. As observações nesse sentido são numerosas, dos próprios adeptos da vacinação de animais adultos.

II — A vacinação de adultos, mesmo não infectados, faz com que os títulos aglutinantes resultantes da vacinação se mantenham por vários anos, na maioria dos animais, prejudicando qualquer medidas profiláticas que possam ser tomadas, baseadas na soro-aglutinação.

III — A vacinação de animais adultos não evita que os animais já infectados abortem e em nada altera o curso de sua infecção.

Rio de Janeiro, 21 de Novembro de 1952

as.) *Milton Thiago de Mello*
Genesio Pacheco"

O anteprojeto foi, afinal, enviado às autoridades competentes. A Comissão parece ter sido dissolvida ou, então, passou a ter existência teórica. Finalmente, passado exatamente um ano, saem publicadas as "Instruções para o combate à brucelose animal" assinadas pelo Diretor Geral do Departamento Nacional da Produção Animal (D. Oficial, Seção 1, 20-11-1953, pág. 19935). Além de outras pontos discutíveis que não cabe comentar na presente nota, lá está:

"Art. 14 — A vacinação de adultos só será praticada a critério da autoridade veterinária competente nas seguintes condições:

I) Nas criações extensivas, onde houver infecção e não fôr possível a adoção de medidas propostas nas presentes instruções;

II) Nas criações de gado leiteiro de alto produção ou de gado puro, indenes de brucelose".

Tornou-se oficial, portanto, o que em parte alguma é praticado, a não ser em condições experimentais ou extralegais, ou, então, com severas restrições. No próprio país em que se levantou a idéia de vacinação de gado adulto, vivamente combatida pela maioria de seus técnicos, apesar de feita sob rigoroso contrôle (Estados Unidos), fazem-se ressalvas ao método. Assim, por exemplo, Traum — o maior propagandista da vacinação de gado adulto, nos Estados Unidos, e o primeiro a experimentá-la — declara enfaticamente:

"Deve ser dito, entretanto, que mesmo os mais antigos defensores da vacinação de adultos, e nós, na Califórnia, estamos entre êsses advogados, não recomendam a vacinação indiscriminada no gado adulto". (Brucellosis, A Symposium, Bethesda, 1949 : 225-235).

Mais recentemente, Dr. C. K. Mingle, da Divisão de Erradicação da Brucelose e da Tuberculose, do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos, fêz um relatório sôbre o "Programa em cooperação para a profilaxia e a erradicação da Brucelose" nos Estados Unidos. Êsse trabalho foi apresentado à 57.ª Reunião Anual da United States Levestock Sanitary Association, em Setembro de 1953. Ao lado duma série de considerações que bem deveriam ser conhecidas dos que pretendem fazer profilaxia da brucelose no Brasil, encontra-se o seguinte tópico sôbre a vacinação com a amostra B-19:

"Como tem sido verificado desde 1940, quando a vacinação obteve reconhecimento oficial, o número de vacinações oficiais aumentou novamente durante o ano passado (Julho 1952-Junho 1953), atingindo a soma de 3.688.149, um aumento de 16% sôbre o ano precedente. *Embora o entusiasmo pela vacinação dos bezerros esteja sendo mantido e geralmente ampliado, existe uma tendência crescente para evitar a vacinação de adultos, tanto quanto possível. Como resultado de educação e experiência, a maioria dos proprietários de gado estão reconhecendo que as desvantagens relacionadas com a vacinação em idade mais avançada, ultrapassam de muito quaisquer benefícios que esta prática possa dar*" (57 th Ann. Meet. U. S. Livestock San. Ass. Sept. 23-25, 1953, Atlantic City, New Jersey).

É provável que os laboratórios particulares produtores de vacina B-19 estejam satisfeitos com as perspectivas comerciais que as recentes Instruções lhes oferecem. Aliás técnicos de alguns dêles tomaram parte ativa nas discussões durante a modificação do projeto, então como representantes oficiais. Infelizmente só o tempo indicará os inconvenientes das medidas ora adotadas para a profilaxia da brucelose, que generalizam a todo o país o que tem sido evidenciado ineficaz para êsse desiderato por tôda parte.

Enquanto isso a brucelose irá se alastrando, com a movimentação de gado infectado para rebanhos indenes. Mais grave ainda, animais reagindo positivamente mas acompanhados de atestados de vacinação — o que lhes dá a prerrogativa de penetrar em quaisquer fazendas, embora infectados — serão introduzidos nas criações.

50 ANOS DE CAFÉ (*)

Entre os anos de 1901 e 1904, nossas exportações de café representavam em média 12.550.000 sacas anuais. As exportações realizadas pelos nossos concorrentes, todos em conjunto, representavam uma quantidade igualmente média anual de 3.850.000 sacas, do que se verifica que, de um mercado de 16 milhões e 400 mil sacas, *possuíamos nada menos de 76,5%*.

Insatisfeitos com os resultados alcançados na época e julgando dever melhorar nossa posição, foi feita a primeira intervenção estatal no mercado cafeeiro, por intermédio do Convênio Cafeeiro de Taubaté, em 1906.

Outras intervenções se seguiram, com a conseqüência que hoje, baseadso nas estatísticas oficiais, as nossas exportações médias anuais dos anos 1949 a 1952, somaram ...... 16.600.000 sacas e as dos nossos concorrentes 14.250.000 sacas; proporcionando, portanto, ao Brasil, de um mercado total de ...... 30.850.000 *uma participação de sòmente* .... 53,8%, com a tendência muito acentuada para uma ainda menor participação nas exportações futuras de café.

Se a nossa posição no mercado mundial de café fôsse a que tivemos no princípio do século corrente, teríamos que exportar, hoje, nada menos de 23.600.000 sacas de café por ano, ou seja, uma média de quase DOIS MILHÕES DE SACAS por mês. Tudo que exportamos à menos desta cifra, corre exclusivamente, por conta das intervenções estatais efetuadas no mercado interno de café, pois que sempre procuramos defender o produto máximo de nossa economia nos portos brasileiros de exportação, ou seja em Santos, Rio de Janeiro, Vitória e nos últimos anos também em Paranaguá, nunca tendo combatido nossos competidores nos países onde o café é consumido.

Todos os países produtores de café — nossos concorrentes — lucraram com o nosso modo de agir. A Colômbia exportava em 1890, cêrca de 180.000 sacas por ano. Em média dos anos de 1905 a 1911, já conseguiu exportar 616.000 sacas, tendo a exportação dêsse país, atingido em 1953-54 a impressionante cifra de 6.500.000 sacas exportadas.

Os produtores da África, em princípio dêstes século, nem figuravam entre os exportadores de café, aparecendo pela primeira vez nas estatísticas oficiais em 1911, com uma exportação de 182.000 sacas. Em 1952-53 êste Continente figura na exportação mundial de café com a quantidade não menos impressionante de 5.800.000 sacas.

....

(*) — Todos os dados numéricos do presente estudo foram extraídos do trabalho intitulado "Algumas Estatísticas Sôbre o Café", preparada por Frédéric Schwers, do Conselho Nacional de Economia, Rio de Janeiro, com exceção das cifras referentes à queima do café e às exportações brasileiras realizadas em 1953 e 1954, que nos foram gentilmente fornecidas pelo Centro do Comércio do Café, do Rio de Janeiro. A ambos os agradecimentos do orador.

Dos de mais países da América, destaca-se ainda o México que vem incrementando sua produção de café. Em 1940 êsse país exportou 430.000 sacas e em 1952-53, atingiu já a .... 900.000 sacas, estando anunciado para o ano vindouro exportações acima de um milhão de sacas de café.

Ao analizar nossa história do café, verificamos que, com uma eliminação de 78.214.000 de sacas de café, operada entre abril de 1931 a julho de 1944, protegemos os outros países produtores de café, os quais nunca deixaram de vender uma só saca do que tinham produzido, *tendo, na prática, o Brasil, vendido sòmente aquêle café que os outros deixaram de oferecer ao mercado*.

Sempre procuramos obter uma "posição estatística" certa, defendendo um prêço justo para o café, porém as conseqüências foram as que as Estatísticas Internacionais nos demonstram.

Devemos mencionar que, ainda não se acham produzindo os cafezais plantados com capitais brasileiros no Paraguai, e ainda não se acham desenvolvidas as plantações africanas, e também ainda não recebemos nenhuma reação do magnífico negócio que representou para todo o mundo — menos para o Brasil, a exportação de café no ano que ora se findou.

A produção de café para a safra de 1953-54 está assim indicada :

Brasil : 19.492.000 sacas.
Outros : 21.890.000 sacas.
Num total de 41.382.000 sacas.

Sabendo-se ser a exportação anual de cêrca de 31.000.000 de sacas de café, é sòmente pôr as vistas no passado para saber quem deixará de exportar a café produzido na presente safra e para o qual não há consumo de pronto no mundo. Os nossos produtores prevêm na safra atual uma colheita de 17 a 18.000.000 de sacas, e provêm mais uma sobra de 5 a 6 milhões de sacas da safra próxima passada e prevêm uma exportação de 14.000.000 de sacas, do que se conclui uma sobra não exportável de café em nosso país de 8 a 10 ou mais milhões de sacas.

Vamos pedir um cataclisma, uma geada, ou uma queima de café ? Neste último caso será melhor queimar os cafezáis logo de uma vêz, do que cultivar o café, colhê-lo, secá-lo, beneficiá-lo, transportá-lo, ensacá-lo, pesá-lo, classificá-lo pagar taxas e impôstos e depois de tudo isto queimá-lo.

Há muitas vozes que dizem não podermos vender café por prêço inferior ao que estamos vendendo, estando mesmo os Estados Unidos acórdes em pagar um dólar por libra de café no varejo, ou os célebres 5 cents por chícara de café.

Segundo os dados colhidos por Fréderic Schwers, do Conselho Nacional de Economal do Rio de Janeiro, são os seguintes os preços em OURO pelo café na Bôlsa de New York e na Bôlsa de São Paulo nos anos de 1921 a 1953:

GRAMAS OURO por tonelada paga pelo café:

	New York	S. Paulo
1921	330 gramas	250 grs.
1928	670 gramas	570 grs.
1930 a 1940 mínima .	120 gramas	60 grs.
1944	220 gramas	130 grs.
1948	470 gramas	240 grs.
1952	970 gramas	392 grs.
1953 . (Julho .	1.100 gramas	445 grs.

Segundo a mesma fonte, o prêço teto de 55,5 cents americanos por libra de café, corresponde a 976 gramas OURO por tonelada de café.

A diferença entre o prêço do café nos Estados Unidos e o prêço na Bôlsa de São Paulo é representada pelas despesas de exportação, lucro dos exportadores, taxas, impostos, fretes, seguros, etc. etc.

Analizada a estatística e, por muito inconveniente que nos seja, não podemos deixar de reconhecer que o café atingiu o prêço máximo permitido. Tôda e qualquer tentativa destinada, mesmo à manter o prêço atual do café, resultará numa queda invariável de nossas exportações, para o que convém analisar as compras de café do maior mercado consumidor e o qual nos interessa, devido à moeda na qual estas compras são feitas, devido ao complemento existente entre a economia norte-americana e a economia brasileira. Em nada nos interessa, por exemplo, vender 10 ou mesmo 20 milhões de sacas de café por ano, aos chineses, pois nada, ou pouco têm para nos vender.

Nos anos de 1911, 1912, 1913 e 1914 a importação de café pelos Estados Unidos, representava em média 7.350.000 sacas, das quais participamos com 5.000.000 de sacas, representando 71,5% *da importação ou do consumo total*.

Em 1952 vendemos aos Estados Unidos 10.100.000 sacas de uma importação total de 20.266.000 sacas, sendo a nossa participação no mercado de *sòmente* 49,8%. Em 1953, vendemos ao mesmo país 8.966.000 sacas de um total de importação de 21.056.000 sacas, baixando nossa participação *para* 42,6%. Se estendermos nossas considerações ainda para i primeiro semestre de 1953 e o primeiro de 1954, as cifras falam uma linguagem alarmante:

Os Estados Unidos importaram no primeiro semestre de 1953 um total de 10.543.000 sacas. Dessas, foram do Brasil 4.005.000 sacas, ou seja 37,98%.

No primeiro semestre de 1954, ainda os Estados Unidos importaram um total de .... 10.346.000 sacas, portanto, pràticamente a mesma quantidade em igual período do ano anterior, sendo a participação do Brasil nestas cifras, de 3.610.000 sacas, ou seja 34,89%.

Perdemos em 40 anos metade do mercado cafeeiro dos Estados Unidos. Quantos anos levaremos para perder o resto?

No início de sua existência, o Pau Brasil foi o material que sustentou a economia da Colônia de então. Êsse mercado se perdeu devido aos sucedâneos químicos. Veio à seguir, para o Brasil, a era do açúcar. Hoje só exportamos açúcar como artigo super-gravoso. Tivemos depois a grande era aurífera. Esgotadas as principais jazidas em Minas Gerais e Goiás, a nossa produção dêsse precioso metal é agora de valor secundário para a economia internacional. O grande surto da borracha, quando julgávamos que borracha só poderia ser produzida no vale amazônico e em nenhum outro lugar dêste mundo, nos fêz desprezar todos os pedidos do plantio dos inglêses e holandêses, os quais, por sua vêz, transferiram e plantaram a borracha em suas colônias, com a conseqüência de hoje termos que importar borracha.

Quando se falará em termos idênticos da era do café? Certamente em poucos anos, se persistirmos em encarar a produção e distribuição do café nos moldes como o fizemos nestes últimos quarenta anos.

No ano próximo passado tivemos uma grande e substancial perda do mercado internacional de café, cuja recuperação deve ser dificílima.

Em 1953	*Sacas*	*Em 1954*	*Sacas*
Janeiro	1 228.478	Janeiro	1 143.184
Fevereiro	1.227.354	Fevereiro	961.891
Março	1 377 993	Março	1.405.328
Abril	1.017.721	Abril	1 025.394
Maio	833.643	Maio	487.412
Junho	1.022.262	Junho	421 843
Julho	912.435	Julho	646.169
Agôsto	1.425.013	Agôsto	558.492
Setembro	1 696.853	Setembro	865.111
Outubro	1.703.304	Outubro	877.974
Novembro	1.814.717	Novembro	1.561.007
Dezembro	1.708.500	Dezembro	1 222.114
	15.968.273		11.175.919

É indiscutível que não podemos mais optar por uma restrição nas exportações de café, por uma queima do mesmo e muito menos podemos pensar numa alta de prêço, pois tendo em vista o indiscutível sucesso que está sendo obtido pelos nossos concorrentes na produção e venda de café, só poderemos mesmo pensar numa baixa de prêço dêste produto, que aliás está sendo anunciada nos Estados Unidos, onde as cotações para dezembro de 1955 são 10 centavos por libra mais baixos que os vigorantes em dezembro de 1953, portanto antes da vertiginosa alta pela qual passaram os preços do café no ano corrente.

Mesmo que seja nossa política defender as cotações do café no ano corrente, como o temos feito no passado, em pouco isto adiantará para o nosso País, pois, os nossos concorrentes, uma vez mais se aproveitarão dêsse fato e ainda mais incrementarão sua produção até que a ninguém mais seja possível sustentar os preços do café. Nessa altura, nossos concorrentes, certamente, procurarão firmar acordos conosco para a defesa do café, acôrdos êsses que até agora nunca foi possível obter. Porém, essa disposição chegará tarde para os nossos concorrentes, e tarde também para nós.

Só temos um meio, face à brutal realidade que as cifras nos indicam. Exportar café por

outros meios e moldes do que o temos feito até então. Os americanos que são justamente os que mais café consomem, quando nos desejam vender algo instalam aqui em nosso meio os seus escritórios, os seus depósitos, e suas fábricas. Intensificam sua propaganda, não para vender "automóveis" em termos generalizados, mas sim o "seu" automóvel. O "seu" Chevrolet, o "seu" Ford, o "seu" Plymouth. Quando vendem refrigerantes, não fazem propaganda e esforços quase sobrehumanos para conquistarem um mercado (bem contra a vontade dêste mesmo), mas vendem-nos a "sua Coca-Cola", ou ainda noutro sentido o "seu Chickets", ou ainda a "sua" Aspirina que é melhor e não faz mal"? Quando nos vendem carne, chamam-na de "Tenderloin" de extra ou de especial e tudo fazem para agradar ao paladar do comrador, às suas exigências, com embalagens, enfeites, entregas, ou em se tratando de artigos altamente especializados como máquinas e motores ou ainda gasolina e lubrificantes, sabem tirar o dinheiro do nosso bolso e cativar nossas simpatias, pelas inúmeras facilidades postas à nossa disposição. Não só entregam o produto que nos desejam vender na forma como queremos comprar, ainda nos dão créditos, fazem entrega à domicilio e enchem nossas paredes com calendários mostrando mulheres do tipo ideal, como se ideal fôsse tudo aquilo que vendem.

Não podemos, nem devemos criticá-los por assim agirem em defesa de seus interêsses. Uma vez que reconhecidamente tiveram sucessos com êsses métodos, e isto não só os americanos, mas todos os exportadores dêste mundo, especialmente os alemães, inglêses, francêses, suecos, suissos, italianos, etc. etc. Achamos que devemos enveredar por êsse mesmo caminho e exportar nosso café para *nossas firmas* a serem estabelecidas no exterior, firmas que devem ser dirigidas por *nossos filhos* e onde devemos entrar em contacto direto com os consumidores e os pequenos revendedores de café. Aproveitar da diferença de prêço existente entre o prêço F. O. B. pôrto brasileiro e o prêço que o consumidor paga no país de consumo. Melhorar por êste meio nossas receitas de divisas, estabilizar, na expressão da palavra nossa economia cafeeira, a qual segundo tudo indica, ainda deverá ser por muitos anos o nosso principal produto exportável, até que outros possam substituí-lo em nossas estatísticas, ou no mínimo, ajudar à manter o país em suas necessidades de divisas estrangeiras, para o que, antes de mais nada, é preciso simplificar a exportação e criar uma mentalidade exportadora em geral.

Não devemos deixar de nos referir, neste final de nossas observações, a um fato impressionante. No comêço dêste século, quando éramos quase donos absolutos do mercado mundial de café, êste foi produzido pelos nossos antepassados, pràticamente, na mesma quantidade de hoje, com os meios mais primitivos : arados puxados a boi ou burro, carroças vagarosas, sem os conhecimentos e meios técnicos que hoje possuimos como : tratores possantes, arados e cultivadores à nossa disposição, estradas de rodagem, caminhões, electricidade, conhecimentos profundos sôbre adubação e irrigação, etc., sendo que hoje não produzimos mais, nem melhor, nem mais barato do que faziam os nossos antepassados.

Estamos novamente na estaca do ano 1900 e sòmente um esfôrço gigantesco nos fará combater, o café barato, embora inferior, da África e o café mais caro e melhor da Colômbia.

Em sua mensagem de Ano Bom, o Presidente Café Filho se referiu ao fato de estar o nosso govêrno comprando café acima da cotação internacional dêste. São estas as conseqüências do intervencionismo estatal que procura solver dificuldades momentâneas e cria problemas duradouros. Foi assim com tôdas as intervenções estatais processadas em nôsso país. Só há um meio para sair dêste impasse : *Estimular a iniciativa particular, não protegê-la*. Da proteção excessiva nasceu a maioria dos problemas nos quais nos debatemos hoje em dia; estamos hoje, todos tão protegidos que nem trabalhar, nem produzir à vontade, podemos mais.

x — x — x — x — x

Discurso pronunciado no Conselho Diretor da Associação Comercial do Rio de Janeiro, pelo Diretor Sr. JÚLIO POETZSCHER, em 12 de janeiro de 1955.

A Irrigação do Solo, uma das Formas de Conservá-lo

Qualquer prática racional que se utilize na agricultura tem como aspecto valioso o de conservar o solo. A irrigação não foge a esta regra.

O que não acontece, porém, na maioria das vêzes, é o planejamento adequado do regadio — a escolha do sistema a empregar e a sua execução. Infelizmente não é fácil convencer, aos que exploram pequenas glebas, que a distribuição dos canais de irrigação deve obedecer princípios técnicos. O que vemos na maioria das vêzes são sulcos no sentido do declive abrindo caminho à ação destruidora das águas.

A irrigação por aspersão, tão difundida na Zona da alta Mogiana, tem a rara vantagem de permitir a exploração intensiva do solo sem os perigos da erosão, desde que sejam obedecidas as normas técnicas. É a chuva controlada.

Os sistemas de irrigação por aspersão estão sendo usados, principalmente, na cafeicultura com resultados animadores. De uma maneira geral há franco otimismo entre os que se iniciaram no manejo dos equipamentos. Produções mais elevadas, melhor vegetação e mais alto rendimento são as três mais reais vantagens em aspergir os cafezais. A desuniformidade na maturação, conseqüente do maior número de floradas, o perigo de floradas precoces e as cargas exageradas para cafezais não preparados são os principais inconvenientes apontados pelos que se negam a aceitar a inovação.

O município de Ribeirão Prêto conta com treze equipamentos que irrigam cêrca de um milhão de cafeeiros.

O maior equipamento existente tem capacidade para duzentos mil cafeeiros e o menor para doze mil.

O maior número de aparelhos é de fabricação norte-americana. Todos são portáteis, compostos de canos de duralumínio, engates rápidos e aspersores ou canhões. Os conjuntos moto-bombas referidos são os de bomba centrífuga de múltiplos estágios e os motores à "Diesel".

Contando com os equipamentos existentes em municípios circunvisinhos o total se eleva a cêrca de oitenta e os cafeeiros irrigados são da ordem de sete milhões e meio. Isto é um resumo da situação atual de irrigação por aspersão.

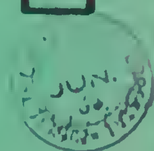
NÚMERO DE EQUIPAMENTOS PARA IRRIGAÇÃO E DE CAFEEIROS IRRIGADOS EM ALGUNS MUNICÍPIOS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Município	*Número de equipamentos*	*Número de cafeeiros*
Altinópolis	1	60.000
Batatais	5	645.000
Bebedouro	1	100.000
Brodosqui	1	25.000
Cravinhos	3	270.000
Franca	2	140.000
Guará	2	310.000
Igarapava	1	70.000
Ipuã	2	390.000
Ituverava	5	370.000
Jaboticabal	1	30.000
Jardinópolis	7	820.000
Miguelópolis	1	50.000
Monte Alto	2	40.000
Morro Agudo	3	255.000
Nuporanga	1	60.000
Orlândia	5	780.000
Pedregulho	1	80.000
Ribeirão Prêto	13	1.020.000
Sales de Oliveira	7	670.000
S. Joaq. da Barra	9	940.000
São Simão	1	170.000
Sertãozinho	1	220.000
Taiuva	1	150.000

QUADRO ORGANIZADO COM OS DADOS FORNECIDOS AO II° SETOR DE IRRIGAÇÃO E DRENAGEM, DA SECRETARIA DA AGRICULTURA

Oficinas Gráf. do "Jornal do Brasil" — Rio
Avenida Rio Branco, 110/112 —

A LAVOURA



FUNDADA EM 1897

ÓRGÃO OFICIAL DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

Enviveiramento de Porta-Enxertos de Pessegueiro para a produção de plantas destinadas a distribuição aos Agricultores da região e aos trabalhos da própria Estação Experimental de Pelotas.

MARÇO-ABRIL, 1955

ANO LVIII

RIO DE JANEIRO — BRASIL

TRATORES ALEMÃES PARA OS CAMPOS DO BRASIL



Procedentes de Hanover, Alemanha, acabam de chegar ao nosso pôrto as primeiras unidades de tratores "Hanomag". Ésses instrumentos de trabalho agrícola, que são atualmente os mais utilizados pelos agricul-



TRECHO DO SALTO DOS PATOS

SUMÁRIO

SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

Fundada em 1897

RECONHECIDA DE UTILIDADE PÚBLICA
PELA LEI N.° 3.549, DE 18 DE OUTUBRO DE 1918

Presidente Perpétuo	DR. MIGUEL CALMON DU PIN e ALMEIDA
Presidente Benemérito	DR. WENCESLAU BRAZ PEREIRA GOMES

DIRETORIA GERAL

Presidente	—	ARTHUR TORRES FILHO
1.° Vice-Presidente	—	LUIZ SIMÕES LOPES
2.° Vice-Presidente	—	EDGAR TEIXEIRA LEITE
3.° Vice-Presidente	—	ANTONIO DE ARRUDA CAMARA
1.° Secretário	—	FREDERICO MURTINHO BRAGA
2.° Secretário	—	ADAMASTOR LIMA
3.° Secretário	—	EURICO SANTOS
4.° Secretário	—	CINÉAS DE LIMA GUIMARÃES
1.° Tesoureiro	—	KURT REPSOLD
2.° Tesoureiro	—	OTTO FRENSEL
Secretário-Geral	—	LUIZ MARQUES POLIANO

DIRETORIA TÉCNICA

ALBERTO RAVACHE

ALTINO DE AZEVEDO SODRÉ

ANTONIO FRANCISCO MAGARINOS TORRES

ENIO LUIZ LEITÃO

FRANKLIN DE ALMEIDA

GERALDO GOULART DA SILVEIRA

HONÓRIO DA COSTA MONTEIRO FILHO

JOÃO MAURICIO DE MEDEIROS

JOAQUIM BERTINO DE MORAES CARVALHO

MARIO DE OLIVEIRA

A SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA PARTICIPA EM CARÁTER PERMANENTE DOS SEGUINTES ÓRGÃOS:

Comissão Permanente do Exposições e Feiras (Ministério do Trabalho) — Dr. Alberto Ravache; Suplente, Luiz Marques Poliano; **Comissão Revisora do Tarifas** (Ministério da Fazenda) — Dr. Oswaldo Miguel Frederico Ballarin; **Conselho Consultivo da E. F. Central do Brasil — Dr. Altino do Azevedo Sodré; Comissão Permanente do Estradas de Rodagem** — Dr. Raul David de Sanson; **Instituto Brasileiro do Educação o Cultura** (Ministério das Relações Exteriores) — Dr. Luiz Simões Lopes; **Conselho Nacional do Aplicações dos Empréstimos Rurais** (Ministério da Fazenda) — Dr. Luiz Simões Lopes; **Conselho Permanente do Associações Americanas de Comércio e Produção** — Dr. Edgar Teixeira Leite; **Comissão Consultiva de Acordos Comerciais** Ministério das Relações Exteriores) — Dr. Alberto Ravache; **Comsisão de Política Agrária** (Ministério da Agricultura) — Dr. Luiz Simões Lopes. Suplente: Dr. Alberto Ravache.

A LAVOURA

FUNDADA EM 1897

ÓRGÃO OFICIAL DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA



ANO LVIII MARÇO - ABRIL — 1955

Defesa do Patrimônio Florestal do Brasil

Prof. ARTHUR TORRES FILHO
Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura

Deliberou a diretoria da Sociedade Nacional de Agricultura orientar uma campanha de âmbito nacional pelo florestamento e reflorestamento tendo em conta os efeitos mediatos e imediatos na economia agrícola do País das queimadas e derrubadas indiscriminadas, cujos efeitos já se fazem sentir de modo alarmente no regime climatérico, com fortes estiagens, e na sensível queda da fertilidade do solo.

Em relação ao revestimento florístico, poder-se-á dividir o Brasil em três grandes regiões: a primeira, equatorial ou amazônica — a chamada Hiléia Brasileira — de grandes florestas e possuidora de áreas campestres; a segunda, de transição entre o Brasil Oriental e Central, com a Zona dos Cocais (Maranhão e Piauí), compreendendo o Nordeste, que é a região mais afetada pelas irregularidades pluviométricas e sendo aquêle em que o reflorestamento racional exige maiores cuidados, abrangendo, também, a Zona Sertaneja ou do Sertão; e, finalmente, a terceira, nela compreendidas as Região Central, a Zona Litorânea e a Faixa Marítima.

As regiões fitogeográficas comportam subdivisões, por efeito, sobretudo, do relêvo do território brasileiro, afetando a flora, devido ao regime higrométrico. A zona de matas costeiras, que se estende do Cabo de São Roque, no Rio Grande do Norte, às serras do Rio Grande do Sul, é beneficiada pelas chuvas. As matas costeiras, que compreendem uma faixa, por vezes, de mais de 200 Kms., são aquelas que mais tem sofrido devastações, que começaram nas penetrações pelos colonizadores. Nessas florestas é onde se encontram preciosas essências florestais, como os jequitibás, jacarandás, cedros, ipês, perobas, sucupiras, etc., que já se vão tornando escassas e valiosas, exigindo defesa e reflorestamento. No sul é onde se registra a valiosíssima zona dos pinheirais que, pelo seu alto valor econômico, representa, sem dúvida, o setor mais valioso do nosso patrimônio florestal, exigindo todos os desvelos, quer dos particulares, quer das esferas administrativas. A flora da Faixa Marítima, sujeita, como se acha, à variação

climatérica, não é tão rica e se caracteriza por plantas têxteis, alimentares e medicinais.

É certo que as condições de relêvo (montanhas, planaltos e planícies) e clima exercem influência decisiva no revestimento florístico do Brasil, que está exigindo o máximo de atenção para que com a exploração florestal empírica e sem a preservação de reservas, não caminhemos para a destruição irremediável com a formação de desertos nos lugares de antigas florestas.

A Sociedade Nacional de Agricultura vem se dirigindo às municipalidades de todo o Brasil num patriótico apêlo para que cooperem na Campanha pelo Reflorestamento do Território Nacional, protegendo as matas, porquanto cada Município deve ter 25 % de seu território florestado, como fator fundamental de equilíbrio climático, conservador do solo, controlador de mananciais e regulador de cursos dágua. Foi recomendada a regulamentação do corte de tôdas as espécies florestais, principalmente daquelas de maior consumo, e a modernização das serrarias, para um maior aproveitamento da matéria prima.

Êsse apêlo está encontrando bôa recetividade, já tendo respondido ao inquérito 300 municipalidades, propondo-se a manter uma gleba florestada de reserva e para distribuição de mudas e sementes a preços módicos. A tôdas, foram solicitadas informações de como se exerce a fiscalização no tocante às queimadas e derrubadas.

Como foi registrado no 1.º Congresso Florestal Brasileiro, realizado em 1953 em Curitiba, paira a ameaça de virmos a perder o domínio da exploração do pinho, com a evasão, por contrabando, de pinhão, isto é, de sementes de araucária. Essa denúncia, sem dúvida grave, seria a repetição, em nossa história econômica, do sucedido à borracha, à herva-mate, à citricultura e outras riquezas agrícolas naturais do Brasil.

Advogamos o estímulo pelo financiamento do plantio de essências florestais por parte de particulares e de emprêsas que, obedecendo a normas técnicas, se proponham à plantação, conservação e renovação de florestas.

A Sociedade Nacional de Agricultura vem se preocupando com a necessidade de um movimento nacional de defesa do nosso patrimônio florestal, que deverá começar nos cursos primários e prosseguir nos secundários para terminar no superior com o ensino da silvicultura.

DESENVOLVE-SE A PROPAGANDA AGRÍCOLA NO BRASIL

JOSÉ A. VIEIRA
Diretor do Serviço de Informação Agrícola

Com o desenvolvimento do Ministério da Agricultura, nos últimos anos, vem progredindo, também, a divulgação dos assuntos referentes à economia agrária do país.

Criado em 1940, o Serviço de Informação Agrícola tem evoluído animadoramente, embora, por falta de maiores recursos, ainda não conseguisse levar às populações do interior, em extensão e profundidade, os benefícios da difusão dos ensinamentos, conselhos e orientação dos técnicos e das autoridades. Mesmo assim, a obra do S. I. A. é bastante apreciada por quantos a conhecem ou dela se têm valido. Algumas Secretarias de Agricultura Estaduais possuem, também excelentes serviços de divulgação ou publicidade agrícola, destacando-se as de São Paulo, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Paraná e Pernambuco. Contudo, tais serviços são de âmbito restrito e não reunem o conjunto de atribuições e modalidades como as que desenvolve o Serviço de Informação Agrícola, visando a todo o território nacional.

Atualmente, conta o S.I.A. com uma BiBblioteca e seis seções, a saber: Documentação, Publicações, Consultas e Informações. Extensão Agrícola, Divulgação e Administrativa.

A sua Biblioteca, que funciona como Biblioteca Central do Ministério da Agricultura, possui cêrca de .... 28.000 volumes, abrangendo trabalhos os mais valiosos e diversos, de interêsse para especialistas, estudiosos e produtores, que podem acompanhar os progressos técnicos e científicos da agricultura mundial através das referências contidas nas "Notícias Bibliográficas", mensalmente editadas.

A Seção de Documentação, depois do incêndio ocorrido em março de 1953, acha-se em fase de restauração, realizando trabalhos próprios e solicitando, das organizações agrícolas, material disponível, principalmente documentos e fotografias. Como documentação da vida rural, realiza dois planos importantes: o do Calendário Agrícola do Brasil (já foram publicados os referentes aos Estados de São Paulo, Paraná e Distrito Federal, encontrando-se em impressão o de Minas Gerais); e a série de monografias sôbre aspectos regionais característicos das atividades ruralistas, já se tendo editado sete trabalhos dêsse gênero, por autores consagrados nas respectivas especialidades. Elabora, ainda, o Relatório Anual do Ministério da Agricultura, com os elementos fornecidos pelos seus diversos órgãos.

LIVROS E FOLHETOS

Quanto a publicações, o S. I. A. distribui cêrca de quinhentos mil exemplares anualmente, pelo prêço de custo ou gratuitamente para entidades interessadas. São folhetos e livros, de natureza técnica, destinados, sobretudo, a orientar os lavradores e criadores nas suas tarefas de produção.

Merece destaque especial a grande obra do "Dicionário das Plantas Úteis do Brasil", com três volumes publicados A Seção de Publicações compreende os setores de impressão (Multilith), posto de venda e expedição. A maioria dos trabalhos é, porém, impressa em oficinas de outras entidades públicas ou particulares, neste caso, mediante concorrência pública, o jornal mensal "Informação Agrícola", com 10 mil exemplares de tiragem, é remetido às associações rurais, prefeituras municipais, autoridades e outros interessados.

A Seção de Consultas e Informações atende pessoalmente, por telefone ou por carta, a mais de cinco mil interessados, por ano. Um de seus trabalhos mais úteis é o que se refere à disseminação de "comunicados técnicos", para os jornais do interior, revistas especializadas e páginas agrícolas dos grandes jornais diários das Capitais. Elevam-se a mais de cento e trinta mil páginas mimeografadas os "comunicados" anualmente distribuídos.

EXTENSÃO AGRÍCOLA

Em 1954, com o novo regimento do S. I. A., foi criada a Seção de Extensão Agrícola, para reunir atividades típicas, como "semanas ruralistas", cursos de educação rural, missões rurais, cursos de economia doméstica e indústrias rurais caseiras, bem assim a campanha dos clubes agrícolas escolares. Já no ano passado, foram realizadas treze semanas ruralistas, nas diversas regiões do país, com a colaboração das autoridades estaduais, municipais e eclesiásticas, além dos técnicos do Ministério sediados no interior. Mais de trinta mil pessoas se beneficiaram com êsses certames, através de palestras, demonstrações práticas e exibições cinematográficas.

A campanha dos clubes agrícolas, mantida há vários anos, está sendo melhor estudada para a adoção de rumos mais objetivos, em conseqüência do levantamento da situação dessas pequenas organizações, espalhadas pelos diferentes pontos do território nacional. O que se pretende é a instalação de, pelo menos, um clube agrícola modêlo em cada uma unidade da Federação e também o preparo de dirigentes para essas organizações, de forma a permitir o seu desenvolvimento e manutenção independentes da ajuda governamental, depois de um ou dois anos dessa assistência.

DIVULGAÇÃO

A obra de divulgação para as massas é feita através dos setores de Imprensa, Rádio e Cinema, num trabalho de vulto, que tem merecido satisfatória aceitação. Diàriamente o S. I. A. fornece noticiário aos jornais, agências telegráficas e emissôras sôbre as principais atividades do Ministério, notadamente os atos e resoluções do titular da Pasta. No ano passado, além de milhares de cópias fotográficas, foram distribuídas cêrca de duas mil e oitocentas notícias diversas, tendo sido enviadas, para mais de quatrocentos jornais do interior seleções quinzenais daquêle noticiário, que alimenta e anima várias campanhas de interêsse da economia nacional.

O setor de Radiodifusão Rural prepara, diàriamente, dois informativos de cinco minutos para quatro emissoras cariocas. Aos domingos, das oito às nove, transmite o programa TERRA BRASILEIRA, em colaboração com a Rádio Ministério da Educação. E ainda remete, para duzentos e cinco emissoras do interior, semanalmente, um programa de quinze minutos. Foram tomadas diversas providências relacionadas com a nossa guarda e instalação da aparelhagem destinada ao funcionamento da Rádio Rural. Possui, o Serviço, dois excelentes transmissores de ondas curtas; estúdios, com ar condicionado, no edifício-sede do Ministério; terreno em Benfica, e dispõe, também, da concessão dos canais. Em face de obstáculos à construção do pavilhão para abrigo dos transmissores e início de funcionamento, o Ministério da Agricultura solicitou ao da Viação providências complementares para assegurar a respectiva licença, já há tempos outorgada. Com a cooperação das entidades agrícolas, a radiofusão rural tende a desenvolver-se no Brasil, de modo a prestar maiores serviços aos lavradores e criadores.

Em matéria de cinema agrícola, o S. I. A. chegou a produzir cêrca de trezentos filmes, a maioria de propaganda e ilustração das atividades rurais. Infelizmente, o laboratório de cinematografia e a filmoteca foram destruídos, quase totalmente, pelo incêndio ocorrido. Em virtude do alto custo da aparelhagem necessária, é demorada a reinstalação dêsse serviço, que, entretanto, está sendo levada a efeito, dentro das possibilidadse atuais. A orientação firmada visa a preparar a implantação de um cinema educativo para as populações rurais, quer em 35 mm., quer em 16 mm., sendo que êste está destinado a desempenhar papel relevante nos trabalhos de extensão agrícola e de divulgação técnica. Nesse sentido, numerosas são as solicitações das entidades públicas e particulares dedicadas a programas de educação extensiva no meio rural.

RECURSOS E PERSPECTIVAS

São êsses os principais trabalhos que o Serviço de Informação Agrícola vem desenvolvendo em favor da agricultura nacional. Para essa obra dispôs, no ano passado, de recursos da ordem de vinte milhões de cruzeiros, compreendendo dez milhões para Serviços e Encargos, seis milhões para Material e quatro milhões para Pessoal, integrado por quarenta e cinco titulados e noventa extranumerários mensalistas. Prestam, ainda, serviços, em regime especial, trinta colaboradores.

Um índice da atividade de S. I. A. é revelado pela movimentação de mais de quarenta mil fichas anuais através da Secção Administrativa, que mantém o protocolo do Serviço e trata de tudo quanto se relaciona com pessoal, material, orçamento e comunicações.

Caminha, assim, o Serviço de Informação Agrícola para se transformar não só no órgão típico de relações públicas do Ministério da Agricultura, mas também num grande centro de informações da economia rural brasileira, procurando, ainda, estabelecer uma verdadeira rêde nacional de divulgação agrícola, de modo a mobilizar a opinião pública do país em favor do maior desenvolvimento e racionalização das suas atividades agro-pecuárias

"Peixes de água doce" — novo livro de Eurico Santos

NÓBREGA DE SIQUEIRA

Iniciando, há anos, minha colaboração nêste Boletim, todos os meses aqui venho publicando um artigo sôbre Cooperativismo, na presunção de ser útil à divulgação dessa doutrina solidarista que, apesar dos fatores adversos que tem defrontado, vem tendo boa aceitação em nosso país, sobretudo junto aos que se dedicam ao trabalho do campo, ao árduo labor agrícola, que era nobre desde os tempos de Cincinatus.

Hoje, contudo, quero interromper a série, para, tratando de assunto diferente, registrar o aparecimento dum novo livro de Eurico Santos, "Peixes da Agua Doce", curioso e útil trabalho de 270 páginas, com inúmeras ilustrações em preto e algumas em tricromia, que vem de ser lançado pela Editora F. Briguiet & Cia.

Duplamente colega de Eurico Santos, no Serviço de Economia Rural e na imprensa diária desta Capital, sempre prestei o preito de minha homenagem a êsse incansável trabalhador, ao qual o sábio Artur Neiva, no prefácio a um livro, chamou igualmente de sábio.

Durante anos, acompanhei a vida edificante dêsse ilustre naturalista e divulgador, cujo nome transpoz as águas atlânticas, para ir dizer, lá fóra, através de seus livros, que o Brasil não é apenas samba, futebol, macacos e pitangas, àqueles que vivem na suposição de que Buenos Aires é a nossa capital e de que São Paulo é um protetorado italiano enquistado em pleno chão da América meridional.

Vi nascer, portanto, página por página, gravura por gravura, capítulo por capítulo, não apenas êste livro de Eurico Santos, como também "Anfíbios e Répteis do Brasil", "Da Ema ao beija-flor", "Pássaros do Brasil", "Entre o gambá e o macaco", "Nossos peixes marinhos", "Caças e Caçadas", "Manual do Amador de Cães", isto para me reportar àqueles cujos nomes retive na memória, e outras e outras obras de fôlego, de pesquiza tenaz, de paciência digna dum holandês.

Concomitantemente, fui testemunha diária das atividades do servidor zeloso, ao qual coube, durante muitos anos, os trabalhos de elaboração de notas para a imprensa dêsse importante setor da administração nacional, que é o Serviço de Economia Rural, até o dia em que, por ter atingido a idade limite, foi compulsado com reduzidos proventos, o que bem revela que, em nosso país, vale mais ter-se um bom padrinho político, do que talento e ilustração, postos a serviço de nossos foros de cultura.

Neste livro "Peixes da Agua Doce", Eurico Santos segue a mesma linha traçada nos seus trabalhos anteriores, reunidos na Série "Zoologia Brasílica", da Editora Briguiet.

Ao lado das observações de ordem puramente científica, Eurico Santos conta-nos passagens curiosas e interessantes ligadas à vida dos peixes, realizando igualmente incursões ao mundo do "folclore", o que ameniza as páginas de seu alentado tratado, tornando sua leitura amável, ao mesmo tempo que útil. Honesto, dessa honestidade profunda que não se limita a pagar duplicatas nos dias de seus vencimentos, e sim a ser probo em tôdas as suas ações, Eurico Santos, sempre que as conclusões a que chega não têm origem em suas pesquizas e observações pessoais, registra a fonte onde as buscou, os nomes dos livros a que recorreu, bem como os seus autores.

Para documentar esta assertiva, aqui vai transcrito um breve trecho do prefácio de "Peixes da Agua Doce":

"Procurei, efetivamente, compulsando o que de melhor já se fez, neste sentido, organizar um trabalho de absoluta utilidade, honesto nas afirmações, escudado na ciência, mas sem o sibilino da sua linguagem. Não pude, é claro, abster-me dos nomes científicos da sistemática que a muitos se afigura puro pedantismo, mas que a clareza e a boa compreensão do assunto os reclamam".

Está aí, portanto, na própria definição de seu autor, aquele sentido intermediário a que me referi, entre o científico e o vulgar, que Eurico Santos tão bem sabe dosar em seus livros, tornando-os importante para os técnicos, curiosos e ilustrativos para os leigos.

"Peixes da Agua Doce" é, portanto, um livro admirável, e é também mais uma dívida que o Brasil assume para com êsse grande naturalista e divulgador, a quem o saudoso Artur Neiva não negou o título de sábio.

Não quero, todavia, encerrar esta crônica, despida de qualquer sentido crítico ou apologético, sem que, destas colunas, dirija um apêlo ao Deputado Lopo Coelho, que, inspirado num artigo de minha autoria e numa reportagem de Eneida de Morais, publicada no "Diário de Notícias", apresentou à Câmara um projeto elevando ao padrão "N" os proventos de aposentadoria de Eurico Santos, a fim de que êste, que não contava trinta anos de efetivo exercício, não continue a perceber mensalmente apenas três mil cruzeiros, ou seja, pouco mais do salário mínimo vigente do Distrito Federal...

Urge ponderar, todavia, que projetos são apresentados às centenas nas duas Casas do Congresso, sendo que muitos dêles morrem nos escaninhos das comissões técnicas, sem nunca chegar ao plenário. Assim sendo, é preciso que o deputado Lopo Coelho, que tem sido, no Palácio Tiradentes, um intransigente defensor da causa dos "Barnabés", tome interêsse pela rápida tramitação desse projeto, não só na Câmara, como no Senado, a fim de que o Presidente da República, sancionando-o, possa praticar um legítimo ato de honra ao mérito, possa premiar, em nome da Nação Brasileira, uma vida alta e um escritor e publicista cujos livros constituem um verdadeiro manancial de sabedoria, o cientista, o sábio Eurico Santos que, com seus livros, muito concorreu para engrandecer e elevar nosso patrimônio científico e cultural. E essa dívida não deve prescrever, pois é dívida de honra.

(Transcrito do Boletim da C.C.P.L., Dez. 1954).

Cobertura de Solos em Pomar de Pessegueiros

O problema de como manter o solo dos pomares de árvores frutíferas, isto é, se permanentemente cobertas de grama, capinados, mobilizados, etc., constitue um assunto de grande interêsse para os fruticultores e, o processo a ser adotado varia, segundo o solo, o número de horas de irradiações solar, o regime das chuvas, etc., em cada região.

A maneira de manter o solo dos pomares, exerce influência direta sôbre a conservação da fertilidade das terras e, portanto atua sensìvelmente em relação à produção das árvores aí cultivadas.

Trata-se de um assunto ainda pouco estudado e cuidado entre nós e que requer especial atenção e cuidadosa investigação por parte das nossas Estações Experimentais, para bem poderem ser orientados os fruticultores neste particular.

Dentre as várias questões que a Estação Experimental de Pelotas, dependência do Ministério da Agricultura, sediada no Estado do Rio Grande do Sul, vem estudando — quanto à nossa fruticultura, o problema da cobertura de solos em pomar de pessegueiros, está merecendo especial atenção.

Assim é, que naquela Estação Experimental, está sendo executado um grande experimento, no qual são estudados os seguintes tratamentos:

a — parcelas permanentemente gramadas, sendo a relva ceifada periòdicamente;

b — parcelas permanentemente capinadas e escarificadas;

c — parcelas capinadas durante o inverno e no verão cobertas por leguminosas;

d — parcelas capinadas no verão e no inverno cobertas por leguminosas;

e — parcelas permanentemente cobertas por "mulch" (capins ceifados e espalhados sôbre o terreno em camada densa).

O experimento foi instalado em 1952, em blocos ao acaso com quatro repetições, sendo as árvores espaçadas de 6,00 m em todos os sentidos; cada parcela apresenta 16 árvores; a variedade de pessegueiro usada como planta testadora das influências dos tratamentos, é a "Leader" e, nas bordaduras, entre as parcelas e em torno do experimento, empregou-se a variedade "Cristal", aquela própria para industrialização e essa para mesa.

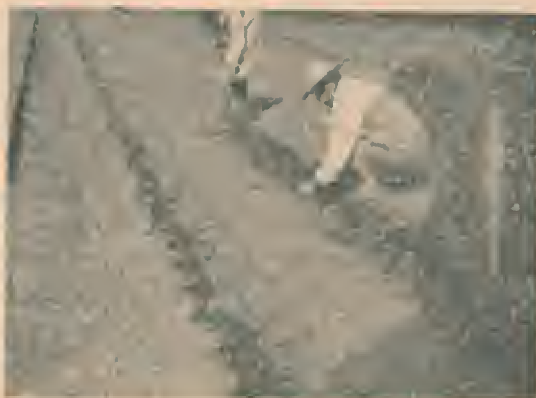
Tôda a área do experimento acha-se convenientemente protegida, por curvas de nível, para contrôle da erosão.

Numa primeira análise, efetuada em relação ao desenvolvimento vegetativo das plantas, mediante cálculo estatístico de graus atribuídos, individualmente a cada planta, os tratamentos se classificaram da seguinte maneira:

I — em primeiro lugar:

— parcelas capinadas no verão e no inverno cobertas por leguminosas;

— parcelas permanentemente capinadas e escarificadas;



Detalhe do plantio dos porta enxertos no viveiro de pessegueiros.

— parcelas capinadas no inverno e no verão cobertas por leguminosas;

II — em segundo lugar:

— parcelas permanentemente cobertas por "mulch.

III — em terceiro lugar:

— parcelas permanentemente granadas, sendo a relva ceifada periòdicamente.

É possível que, com o correr dos anos, venham a se registrar algumas modificações quanto à posição dos tratamentos agora classificados em primeiro e segundo lugar, porém, desde já pode-se concluir

(Continua na pág. seguinte)

TILÁPIA

O PEIXE DE QUE O CABOCLO DO BRASIL ESTÁ PRECISANDO

OSCAR B. BEZERRA

O Brasil está iniciando a criação da tilápia, o peixe maravilhoso que parece ter sido posto no mundo especialmente para alimentar o homem.

Pertence êle à família das carpas, mas se dá muito bem em águas tropicais. Quase sem espinhas, sua carne é excelente alimento e muito saborosa, tanto cosida, como frita, seca, salgada, defumada ou mesmo em conserva.

Êste peixe extraordinário que se pode qualificar de "danado", pois come, cresce e procria danadamente, alcança o tamanho adulto em quatro meses, quando pode atingir 22 centímetros de comprimento e 400 gramas de pêso.

Um técnico diz que um só casal pode produzir 10.000 indivíduos em um ano. E não é coisa sobrenatural essa produção "blitz". O que acontece é que a fêmea põe os ovos, o macho os fertiliza e ela os recolhe em sua boca, onde os conserva durante 15 dias. Durante êsse período ela não abre a boca nem para comer. Quando nascem os alevinos ela os solta, mas se conserva junto a êles, vigiando-os. Se alguma coisa os ameaça, ela os recolhe novamente em sua cavidade bucal, para protegê-los. Aí uma das razões de sua grande produtividade.

A tilápia — 1) pode viver tanto na água doce como na salobra, nos córregos, lagoas, lagos, alagadiços, valas, canais de irrigação e drenagens, tanques ou mesmo em barris de madeira; 2) atinge a maturidade em 4 meses e se reproduz durante o ano todo com 3 meses de intervalo, portanto 4 vezes em um ano; 3) não exige alimento especial e pode nutrir-se de pequenas plantas e animais aquáticos, embora aprecie muito certas sobras, como farelo de arroz, tortas, etc.; 4) é grande devorador de insetos e larvas, dando grande combate às larvas dos mosquitos, assim colaborando na extinção da malária; 5) auxilia a limpeza e conservação dos canais e valas de irrigação e de drenagem, consumindo grande quantidade das plantas aquáticas neles submersas; 6) ajuda a fertilizar a água dos lagos com o adubo de seus dejetos, pois digere ràpidamente os insetos e plantas que come, além de que, revolvendo o fundo dos lagos em busca de alimentos, expõe as substâncias orgânicas, apressando assim a sua decomposição e tornando-as fertilizantes úteis.

O seu hábitat nativo é a colônia portuguesa de Moçambique. Hoje êle se espalha por tôda a Indonésia e a Tailândia, Filipinas e Malásia.

É tão prolífero que de 200 exemplares importados de T a i l â n d i a em 1950, pela FAO (Food and Agriculture Organization) já em 1953 a população dêsse peixe era estimada naquele país em 22 milhões de eemplares.

A tilápia está penetrando também na Indochina, Paquistão e Burma. Ùltimamente, Haiti e Jamáica também o importaram.

O Departamento Nacional da Produção Animal do Ministério da Agricultura já o está distribuindo no país (1). Oxalá povoemos as águas do Brasil com esta autêntica maravilha!

(1) — A Universidade Rural, no km 47 da antiga rodovia Rio-S. Paulo, que recebeu, há 6 meses apenas, 20 exemplares, já distribuiu aos interessados 15.000 tilápias e ainda tem seus tanques de criação abarrotados dêsses peixes.

Cobertura de solos...

(Continuação da pág. 8)

que o terreno capinado e escarificado é sempre mais conveniente do que o terreno gramado, para os solos de pomar, o que é fácil de compreender, dada a concorrência natural que há entre as raizes do pomar, sugando a seiva e a umidade do solo e as raizes das plantas frutíferas.

No entanto, é preciso que os nossos fruticultores, observando as vantagens de manter o terreno capinado, não esqueçam de nele fazer as indispensáveis proteções contra a erosão, seja mediante terraceamento, seja mediante a construção das "cur-

(Conclui na pág. 11)

ALGUMAS DAS PRINCIPAIS CAUSAS DO DESGASTE EXCESSIVO DOS MOTORES NOS TRATORES AGRÍCOLAS

ALFREDO SAAD
Eng. Agrônomo

Durante a safra 51-52, na região agrícola do Município de Nova Granada, situada na 8.ª zona de Mecanização com sede na cidade de São José do Rio Preto, tivemos a oportunidade de registrar a existência de tratores agrícolas da quase totalidade de marcas e modelos existentes no Estado de São Paulo. Aliado de boa vontade e compreensão por parte da maioria dos possuidores de máquinas agrícolas, pudemos levar a efeito uma série de observações e experiências com tratores e máquinas que muito nos virá auxiliar em safras futuras no mister de orientar criteriosamente todos aqueles que se dedicam às fainas agrícolas motomecanizadas.

De início, porém, podemos afirmar que: muitos dos defeitos por nós contatados que seriam atribuídos à parte mecânica do motor, foram na verdade, provenientes em sua grande maioria da falta de conhecimento técnico e indispensável ao tratorista e pela negligência do mesmo em executar conscientemente as recomendações técnicas do fabricante do motor.

O que mais nos impressionou, quando percorremos as propriedades agrícolas e algumas oficinas, foi o grande número de tratores ainda novos necessitando de reparos quase que completos no motor.

Dentre os reparos que se faziam necessários, por nós constatados, citaremos apenas como ilustração os seguintes:

1. Ruptura do eixo-manivela com menos de 600 horas de funcionamento;
2. Substituição dos anéis de segmento com aproximadamente 300 horas de funcionamento;
3. Retificação da válvula com aproximadamente 500 horas de funcionamento;
4. Bielas fundidas com 400 horas de funcionamento;
5. Excesso de carvão, vazamentos, rupturas do carter, etc., em motores no máximo com 600 horas de funcionamento.

CAUSAS DO EXCESSIVO DESGASTE DAS PEÇAS VITAIS DO MOTOR

Dentre as inúmeras causas, citaremos aquelas que mais se evidenciaram pelo número de vêzes que foram constatadas e que podem ser fàcilmente solucionadas ou evitadas se o comprador das máquinas recorrer ao técnico, ouvindo-o e executando seus conselhos e instruções, sem o que estaremos fadados a possuir em pouco tempo um amontoado de ferro velho.

Assim:

1. Uso de óleo lubrificante de SAE não recomendado pelo fabricante do motor ou pelo técnico da firma vendedora da máquina, preferindo-se os conselhos de um "curioso" ou do vizinho da propriedade;

2. Mistura de óleo lubrificante de marcas, SAE e tipos diferentes para obtenção de um óleo lubrificante de SAE médio. Ex. SAE-40 mais .... SAE-20 para se obter SAE-30;

3. Remonta de óleo no carter, às vêzes de marcas de tipos diferentes sem efetuar sua substituição ou sem procurar saber qual ou quais as causas do consumo excessivo de óleo lubrificante. Como ilustração: Possuímos atualmente em nosso registro de tratores um com aproximadamente 800 horas de trabalho cujo motor necessita repôr no carter cada 60 horas de funcionamento 2 ou mais litros de óleo. Seu proprietário já havia substituído 3 marcas de lubrificantes sem conseguir melhora. Após a inspeção conseguimos baixar o consumo para menos de meio litro em 60 horas com uma limpeza do suspiro do carter, o qual estava pràticamente vedado.

4. Óleo lubrificante no carter, excessivamente diluído, cujas conseqüências dispensam comentários, determinados pelas seguintes irregularidades:

a) — Funcionamento do motor fora da temperatura normal de trabalho para o combustível utilizado;

b) — Filtro de ar obstruído, tendo-se encontrado na bacia de óleo do filtro, um lodo que vedava quase que totalmente a passagem do ar obrigando o carburador a funcionar excessivamente afogado;

c) — Utilização excessiva do afogador para pôr o motor em funcionamento ou para pará-lo;

d) — Um caso único que tivemos oportunidade de constatar:

Um motor cujo afogador do carburador fazia as vêzes do acelerador.

A borboleta do acelerador tendo ficado prêsa, o motor só funcionava acelerado, levando o seu tratorista a transformar o afogador em acelerador, afogando o carburador para dar-lhe marcha lenta e desafogando-o para dar-lhe velocidade de regime;

e) — Emprêgo como combustível de uma mistura em partes iguais de Gasolina, óleo Dissel e querosene;

5. Mistura rica de combustível pela má regulagem do carburador, causando diluição do óleo lubrificante e ainda mais, removendo a película lubrificante das paredes do cilindro;

6 Colocação no carter, após a sua drenagem, de 4 a 5 litros de querosene, fazendo o motor funcionar pelo tempo de 2 ou 3 minutos, drenando-o a seguir;

7. Drenagem de óleo do carter, pelo bujão do filtro de óleo com o motor em funcionamento;

8. Superaquecimento proveniente da sobrecarga a que era submetido o motor do trator por longas horas de funcionamento nos trabalhos da lavoura;

9. Refrigeração deficiente, determinada pelas seguintes irregularidades:

a) — Colméia do radiador excessivamente obstruída;

b) — Tensão indevida da correia do ventilador;

c) — Regulagem incorreta da distribuição e do carburador;

d) — Defeitos do próprio radiador.

CONSEQUÊNCIA DAS IRREGULARIDADES NA MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DO MOTOR

Como podemos depreender das causas acima citadas, grande são os males decorrentes daquelas irregularidades.

As "panes" que poderão advir das irregularidades acima serão dentre outras as seguintes:

a) — Perda de potência;
b) — Falhas de velas;
c) — Falhas de válvulas;
d) — Batidas internas;
e) — Desgastes dos anéis de segmento;
f) — Desgastes dos cilindros e pistões;
g) — Consumo excessivo de óleo lubrificante;
h) — Consumo excessivo de combustível.

Tudo que foi acima exposto poderá ser evitado se o tratorista efetuar criteriosamente as recomendações que dizem respeito à manutenção e, conservação dos motores e, de um modo geral dos tratores.

COMO SOLUCIONAR E SANAR TAIS IRREGULARIDADES

É nosso objetivo neste trabalho, mostrar que um tratorista habilitado e um proprietário de máquinas agrícolas que ouve o técnico e segue suas recomendações terá em sua propriedade máquinas realizando serviços por muito tempo, sem prejuizos, sem atrazo nos trabalhos agrícolas, contribuindo para que a mecanização da lavoura no Brasil se torne eficiente, aumentando a produção e os lucros.

Como solução as irregularidades que têm contribuido bastante para paralizar a eficiência das lides agrárias motomecanizadas, propomos:

I — AO PROPRIETARIO DO EQUIPAMENTO AGRICOLA

1. Procurar um técnico e dêle as instruções necessárias para a realização consciênciosa da manutenção, conservação e correto manejo do motor;
2. Possuir um tratorista devidamente habilitado por uma escola ou Centro de Treinamento, para zelar pelo equipamento e executar com conhecimento as operações agrícolas e mecânicas que lhe estão afetas;
3. Utilizar óleo lubrificante de boa qualidade e de boa procedência;
4. Em qualquer anormalidade que constatar em seu trator ou máquinas chamar uma pessoa competente, e não deixar o "curioso" fazer a inspeção ou serviço;
Recorrer à casa que lhe vendeu o conjunto a qual, temos a certeza, dar-lhe-á tôda atenção necessária.

II — AO REPRESENTANTE OU VENDEDOR DAS MAQUINAS

1. Instruir devidamente a pessoa que irá trabalhar com o trator, principalmente no que diz respeito à manutenção, conservação e manejo do trator;
2. Dar por escrito, em português claro e simples, o plano de lubrificação do trator e as diferentes marcas de óleo lubrificantes que devem ser usados nos motores, caso o comprador residir em localidade afastada da agência vendedora;
3. Dar o catálogo de peças pedindo ao comprador guardá-lo devidamente para futuras compras ou pedidos das mesmas;
4. Assistir ao comprador durante o tempo que se fizer necessário, até que o mesmo se familiarize com os trabalhos da manutenção e manejo das máquinas e julgar se capaz de desempenhar satisfatòriamente a sua tarefa;

III — AOS DEPARTAMENTOS COMPETENTES DO NOSSO GOVÊRNO

Solicitamos aos departamentos competentes, o estudo da possibilidade de:

1. Manter um técnico em máquinas agrícolas em pelo menos cada setor agrícola onde o número de máquinas e a área mecanizada, faz jus a êsse merecimento para, na medida do possível, orientar os proprietários e os tratoristas no mister das atividades agrícolas sob as novas normas técnicas de trabalho.
2. Criar escolas de tratoristas nas Zonas de Mecanização que pelo seu elevado número de máquinas faz sentir essa necessidade e pela carência de tratoristas habilitados que estão trabalhando com as mesmas.

Só assim, é que despesas em consertos e reparos, e os desgastes prematuros dos motores e implementos agrícolas serão bem menores, com o rendimento agrícola maior e o trabalho moto-mecanizado mais eficiente.

Cobertura de solos...

(Conclusão)

vas de nível", pois se isto não for feito, tôdas vantagens, de qualquer processo de cobertura de solo, são anuladas pela nefasta ação da erosão, sôbre o caso dos terrenos inteiramente planos, os quais por um lado não são aconselháveis para a formação de pomares e, por outro sòmente serão encontrados nesta região, nas zonas capazes de serem utilizadas para a fruticultura.

(Comunicado da Estação Experimental de Pelotas)

RESOLUÇÕES DA COMISSÃO TÉCNICA DO TRIGO PARA A CAMPANHA TRITÍCOLA NO ANO AGRÍCOLA DE 1954-1955

Excelentíssimo Senhor Ministro da Agricultura

A Comissão Técnica do Trigo, convocada por Vossa Excelência, realizou, no período de 22 a 27 de março de 1954, nesta Capital, a sua Oitava Reunião.

A seguir a Comissão tem a honra de apresentar a Vossa Excelência as conclusões e resoluções a que chegou, compreendendo assuntos de ordem geral, econômica e agronômica:

A — ASSUNTOS GERAIS

1. A produção nacional de trigo, da safra de 1953, ainda não totalmente conhecida, pode, entretanto, ser estimada em mais de 800.000 toneladas, constituindo, assim, novo recorde de produção.

2. A estimativa de mais de 600.000 toneladas feitas pela Comissão para a safra de 1952, foi confirmada pelo levantamento oficial do Serviço de Estatística do Ministério da Agricultura que apresenta 689.500 toneladas para o referido ano.

3. A Comissão acolhe o apêlo do Ministro do Estado da Agricultura, feita em presença de sua Excelência o Presidente da República, no sentido de serem envidados todos os esforços por parte dos órgãos oficiais e dos triticultores, para que a safra de 1954 iguale ou supere UM MILHÃO de toneladas.

4. Continuam merecendo destaque as medidas governamentais abaixo mencionadas, consideradas responsáveis pelo notório aumento verificado na produção tritícola:

I — a continuidade político-administrativa da campanha do trigo;
II — a fixação do prêço mínimo e compra obrigatória do trigo nacional;
III — a instalação de silos e armazéns;
IV — a intensificação dos trabalhos experimentais e generalização da utilização de adubos, de inseticidas e das variedades criadas em estabelecimentos oficiais;
V — a distribuição e financiamento de grande quantidade de máquinas agrícolas;
VI — a unificação dos esforços em geral da Campanha do Trigo, gradativamente conseguida nas sucessivas reuniões da Comissão Técnica do Trigo.

5. Fixar o período de 21 a 26 de março de 1955 para a realização da Nona Reunião da Comissão Técnica do Trigo, na sede do, Ministério da Agricultura, no Rio de Janeiro, DF.

6. Recomendar que a apresentação, discussão e votação de todos os assuntos se faça por Estado, obedecida a seguinte ordem: experimentação, fomento, lavoura e indústria.

7. Recomendar aos participantes comparecerem à próxima reunião com o resumo dactilografado de suas exposições, de que constem observações sôbre clima, dados dos experimentos de variedades, adubações, etc., e, nos relatórios de fomento, relacionar as sementes produzidas e distribuídas discriminadamente por variedade e quantidade, dados de produção do Estado, comércio e outras informações.

8. Prosseguir na prática de convidar os representantes de associações de produtores e de moageiros para tomarem parte nas reuniões da Comissão Técnica de Trigo.

B — ASSUNTOS ECONÔMICOS

1. Propôr a revisão do prêço mínimo vigente para o trigo nacional, fixando-o em bases não inferiores a Cr$ 230,00 para o saco de 60 kg, produto limpo, com pêso hectolitro de 78, posto no ponto de embarque fluvial ou ferroviário mais próximo as zonas produtoras;

2. Propôr a revisão das tabelas de bonificações e descontos para o trigo com pêso hectolítricos superiores ou inferiores ao básico de 70 kg;

3. Propôr fique assegurado que o prêço mínimo e as bonificações sejam acrescidas de 1% ao mês para o trigo vendido a partir do segundo mês, do início da safra, fixado em lei;

4. Solicitar à Carteira de Crédito Agrícola do Banco do Brasil, que sejam prosseguidas e aceleradas as seguintes providências:

I — que nos processos de financiamento sejam observadas as condições técnicas da lavoura, dando prioridade àquelas situadas em zonas tritícolas. Entre outras condições técnicas devem merecer atenção as que dizem respeito ao uso de maquinário, adubos, corretivos, inseticidas e fungicidas tècnicamente recomendados, trabalhos de conservação de solo, bem como instalações para guarda de máquinas e armazenamento temporário da colheita;
II — para que a medida acima não venha restringir os financiamentos, encarecer a necessidade de facilitar os empréstimos a maior prazo para fins especiais de instalações e práticas conservacionistas.

5. Sugerir aos órgãos encarregados da revenda de máquinas agrícolas do Ministé-

rio da Agricultura e das Secretarias de Agricultura dos Estados, a fixação de normas que exijam como condição especial, a comprovação das máquinas solicitadas estarem de acôrdo com a área a ser cultivada o fim a que se destinam ou então o compromisso formal da utilização integral da máquina adquirida;

6. Sugerir aos órgãos competentes do Ministério da Agricultura e das Secretarias de Agricultura dos Estados, a criação ou ampliação de escolas práticas ou cursos de mecanização da lavoura;

7. Intensificar a instalação de silos e armazéns nas zonas de maior produção de cereais e nos pontos chaves de seu escoamento;

8. Recomendar estudos sôbre panificação de farinha de trigo, de variedades nacionais e estrangeiras, puras ou misturadas com farinha de outros vegetais produzidos no país;

9. Recomendar aos órgãos que dispuzerem do necessário equipamento, estudos sôbre métodos de conservação de trigo em grão, assim como de armazenamento e transporte dêste cereal, especialmente aquêle a granel;

10. Incentivar a criação de registros de produtores de sementes certificadas, visando obter a colaboração dos particulares na produção de sementes selecionadas de trigo, a exemplo do que já ocorre na Secretaria de Agricultura do Rio Grande do Sul;

11. Reiterar, junto as autoridades competentes, medidas asseguradoras de incremento da indústria de adubos fosfatados e dos calcáreos, inclusive a exploração de jazidas pelos órgãos governamentais e de economia mista;

12. Solicitar do Ministério da Fazenda a urgente aplicação das medidas previstas na nova política cambial do Govêrno, no sentido de propiciar o barateamento dos adubos, inseticidas, fungicidas e maquinaria agrícola de uso na lavoura, seja pela elevação das disponibilidades totais de divisas nos leilões especiais tão oportunamente instituídos para os importadores de tais produtos, seja pela aplicação direta dos ágios apurados nos leilões de divisas, da maneira mais recomendável para alcançar o barateamento visado;

13. Pleitear prioridade e fretes especiais, muito inferiores aos atuais, para sementes, adubos, corretivos, inseticidas e fungicidas, como tais reconhecidos por repartições técnicas oficiais;

14. Encarecer seja intensificada a fiscalização do comércio de adubos, corretivos inseticidas e fungicidas;

15. Incentivar a instalação de novos e promover o desenvolvimento dos núcleos coloniais já estabelecidos;

16. Realização, pelo Ministério da Agricultura e Secretarias de Agricultura, de estudos minuciosos visando o estabelecimento de tipos para o comércio interno do trigo,

17. Propôr à *Comissão Consultiva do Trigo* que o fundo constituído pela diferença do custo do trigo importado e o prêço por que é distribuído, seja empregado totalmente em benefício da Campanha do Trigo, quer em barateamento de máquinas, adubos e inseticidas quer em forma de auxílio aos serviços que trabalham no melhoramento, experimentação e fomento do trigo;

18. Sugerir sejam as autoridades supervisoras dos meios de transportes ferroviários e marítimos, cientificados do desenvolvimento da Campanha do Trigo, solicitando-lhes o estudo e a adoção de medidas que venham facilitar o rápido escoamento das safras;

19. Recomendar aos órgãos competentes os estudos tendentes a determinação do prêço de custo da produção tritícola nacional;

20. Sugerir aos órgãos componentes desta Comissão Técnica do Trigo que devam ou desejam apresentar dados estatísticos usarem o processo "amostragem" para determinação das percentagens de trigo entregue a comercialização e dos retidos pelos produtores para uso próprio, consultado os diversos grupos de triticultores;

21. Sugerir aos poderes competentes, a revogação da recente legislação sôbre distribuição de sementes de trigo, mantendo a Comissão o seu anterior ponto de vista, que considera conveniente a uniformização do prêço de venda das sementes em cada Estado;

22. Sugerir aos governos federal e estaduais a adoção de medidas administrativas que permitam a utilização de numerários destinados às atividades de fomento do trigo, a partir do mês de janeiro, em virtude da necessidade de compra de sementes, tendo em vista que há Estados que iniciam o plantio no mês de fevereiro.

C — *ASSUNTOS AGRONÔMICOS*

1. Iniciar ou intensificar, nas estações experimentais:

I — as atividades de melhoramento do trigo;

II — os trabalhos experimentais de competição de variedades, épocas de plantio, adubação, rotação e conservação do solo, irrigação e conservação d'água;

III — as culturas de multiplicação de sementes selecionadas para fornecimento aos órgãos de fomento, devendo cada estabelecimento multiplicar apenas as sementes das variedades indicadas para a respectiva região.

2. Prosseguir e ampliar a cooperação que o Serviço de Expansão do Trigo vem dando aos demais órgãos de fomento e pesquisas interessados na Campanha do Trigo;

3. Continuar e incentivar a execução de ensaios em redes regionais de experimentação, entre os órgãos federais e dêstes com o estaduais, a fim de melhor orientar a recomendação futura de variedades e demais práticas agrícolas;

4. Intensificar os trabalhos do fomento da triticultura, observando-se quanto a distribuição de variedades, as seguintes indicações:

No Rio Grande do Sul

para todo o Estado: *Colônias, Frontana* e *Trintani* tolerando-se *Trintecinco*.

na Campanha e no Oeste: *Bagé*

na Serra do Sudeste: tolerância para *Petiblanco* e *Bagé*

No Estado de Santa Catarina

As variedades *Trintecinco*, *Frontana*, *Rio Negro*, *Petiblanco*, *Bagé* e *Colônias*.

No Estado do Paraná

na Zona Sul : *Trintecinco*, *P. C. 1.*, *Frontana*, *Colônias*, *Alegrete* e *Trintani;*
na Zona Norte : *Bandeirantes* e *Frontana*.

No Estado de São Paulo

na faixa do trigo : *Frontana*, *IAS-1*, *Kênia* 155, tolerando se *Bandeirante*.

No Estado de Minas Gerais

nas regiões mais indicadas : *Kênia* 155 e *Frontana*.

No Estado de Goiás

Bandeirantes, *Frontana*, *Florcana* e *Kênia* 155.

No Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Sul do Paraná, aconselha se sejam plantadas as variedades tardias no inicio e as precoces no fim das épocas de plantio.
Variedades tardias : Colonias, Trintani, Alegrete, PC-1 e Trintecinco.
Variedades precoces : Frontana, Bagé e Petiblanco).
Recomendar aos órgãos de fomento, estrita observância das variedades especificadas no ítem 4, devendo ser tomadas tôdas as medidas necessárias para que as mesmas sejam multiplicadas, em órgãos oficiais, em campos de cooperação ou de culturas fiscalizadas ;
6. Sugerir aos estabelecimentos experimentais editar e divulgar comunicados aos agricultores de sua região, informando-os dos resultados experimentais sôbre variedades, épocas de plantio, adubação e práticas culturais;

7. Continuar, nos estabelecimentos experimentais, a verificação da pureza varietal das amostras de sementes de trigo que lhes forem remetidas pelo serviço de fomento interessados;
8. Ser proibida a introdução no país, de plantas e sementes dos gêneros *Berberis*, *Mahonis* e *Odostenia* e interditar a sua produção.

9. Ser feita a introdução de sementes do trigo do estrangeiro sob a responsabilidade das instituições científicas das Secretarias de Agricultura e do Ministério da Agricultura, cujos técnicos deverão ter informações sôbre as pragas, doenças e ervas daninhas que ocorrem em todos os países produtores de trigo e dispôr do equipamento necessário a desinfecção de amostras, suplementando os trabalhos da D. D. S. .;
10. Recomendar a todos os órgãos de fomento e experimentação que apresentem nos próximas reuniões da Comissão Técnica do Trigo, informes sôbres incidentes de pragas, doenças e ervas daninhas que ocorram nas lavouras de trigo, avaliando, se possivel os prejuizos causados devido a cada um dêsses fatores;
11. Sugerir aos estabelecimentos experimentais que, juntamente com os resultados de experimentos de adubação e de correção do solo, divulguem também os dados relativos à análise e descrição do terreno onde os experimentos foram feitos, de acôrdo com as recomendações do S. N. P. A., a fim de se tentar a correlação dos dados com os resultados de campo.

Obs. — O presente relatório refere-se a VIII Reunião da Comissão Técnica do Trigo, realizada em março de 1954. No próximo numero de "A Lavoura" divulgaremos o relatorio da IX Reunião da Comissão Técnica do Trigo, realizada em março do corrente ano, na gestão do nosso companheiro de diretoria, Eng. Agr. Kurt Repsold, no Serviço de Expansão do Trigo, do Ministério da Agricultura.

A LAVOURA

(ÓRGAO DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA)

Fundada em 1897

Engº. Agrônomo ARTHUR TORRES FILHO
Presidente da Sociedade

Engº. Agronomo ANTONIO DE ARRUDA CAMARA
Diretor

Engº. Agrônomo KURT REPSOLD
Diretor Técnico

Eng.º Agrônomo GERALDO GOULART DA SILVEIRA
Redator-Técnico

LUIZ MARQUES POLIANO
Diretor Responsável e Redator-Secretário

Redação e Administração :

General Justo, 171

Telefone : 42-2981

Caixa Postal : 1245

Rio de Janeiro

Nem a redação da Revista nem a Sociedade Nacional de Agricultura são responsáveis pelos conceitos emitidos em artigos assinados

Representante para todo o Estado de S. Paulo :

NEWTON FEITOZA

RUA BOA VISTA, 245, 3.º andar — Tel.: 33-1432 — End. Tel.: "LINEFE. C. A.: 7257

— SÃO PAULO —

☆ NOTICIÁRIO ☆

da Escola de Horticultura Wencesláo Bello

NOTÍCIAS DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

MATRICULAS NO INTERNATO

Tem a Diretoria da Escola recebido numerosos pedidos de matrícula nos cursos de Hortelão, Floricultor e Fruticultor, que funcionam sob regime de internato inteiramente gratuito. Os candidatos serão submetidos a um exame de seleção.

CURSOS PRATICOS AGRICOLAS

Tiveram início na E. H. W B. os Cursos Práticos Agrícolas ministrados em colaboração com a Comissão Brasileira de Educação às Populações Rurais, que funciona junto à Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário em colaboração com a Fundação Getúlio Vargas.

CLUBE AGRICOLA MIGUEL CALMON

Reiniciaram-se as atividades do Clube Agrícola Miguel Calmon, registrado no Serviço de Informação Agrícola sob o número 1.098 e integrado pelos alunos da Escola de Horticultura "Wenceslão Bello".

ANIVERSARIO DA E. H. W. B.

Será condignamente comemorado no próximo dia 15 de maio o 18.º aniversário da Escola de Horticultura "Wenceslao Bello", que substituiu o antigo Aprendizado Agrícola da Penha, fundado e mantido pela Sociedade Nacional de Agricultura desde 1897

Conclusão da pág. 20)

MÊS DE ABRIL

Termina o plantio de feijão prêto e de feijão fradinho. Inicia-se o plantio da batatinha e prossegue-se o plantio de tomate e de aipim. Termina a colheita de arroz. É época de colheita de aipim, cana de açúcar, cará, batata-dôce, inhame e taioba. Prossegue o plantio de mamão e de abacaxi. Iniciam-se as colheitas de goiaba e de pitanga. Prosseguem as colheitas de banana, figo, fruta de conde, carambola, cajá-manga e cambucá. Terminam as colheitas de maracujá e jaboticaba. Prosseguem as semeaduras em local definitivo de berinjela, cenoura, ervilha, aspargo, feijão de vagem e hortelã. Termina a semeadura de abóbora, acelga, aipo, espinafre, guando, nabiça e repolho. Em canteiros de sementeira continuam as semeaduras de agrião, alface, beterraba, cebolinha, chicórea, couve, etc. Prosseguem as colheitas de batata-dôce, beterraba, cenoura, chicórea, couve, inhame, etc. A época é propícia para as sementeiras de Eucaliptus tereticornis e de Eucaliptus citriodora.

Centros de Tratoristas

O Sr. Ministro da Agricultura assinou portarias confirmando a manutenção dos seguintes Centros de Tratoristas: Itapipoca, Estado do Ceará, Escola de Iniciação Agrícola Gustavo Dutra, no Estado de Mato-Grosso; Irati no Estado do Paraná; Posto Agro-Pecuário de Santa Cruz do Sul, Estado do Rio Grande do Sul; Escola de Iniciação Agrícola de Divina Pastora, do Estado de Sergipe; Itajaí, Estado de S. Catarina; Quissamã, Estado de Sergipe; Escola de Tratoristas do Nordeste, em S. Lourenço da Mata, Estado de Pernambuco; Açú, Estado do Rio Grande do Norte, Fazenda Espírito Santo, no Estado da Paraíba, Magé, Estado do Rio de Janeiro; Pinheiral, Estado do Rio de Janeiro; Santa Tereza, Estado do Espírito Santo, Escola Agrotécnica de Bananeiras, Estado da Paraíba, Escola Agrícola Floriano Peixoto, em Satuba, Estado de Alagôas; Canoinhas, Estado de Santa Catarina e Escola Agrotécnica de Jundiaí, Estado do Rio Grande do Norte.

Novos representantes do Ministério da Agricultura

Foi designado o Sr. Francisco da Silva Rosa para representar o M. A. na Junta Deliberativa do Instituto Nacional do Mate, e o Sr. Pery Maciel, para auxiliar a Comissão Fiscal da referida Junta.

Cursos de Economia Rural Doméstica

O Sr. Ministro da Agricultura assinou portarias confirmando a manutenção dos seguintes Cursos de Economia Rural Doméstica: "Vitória de Santo Antão", em Santo Antão, Estado de Pernambuco; "Lycurgo Leite", em Uberaba, Estado de Minas Gerais; "Curso de Extensão de Economia Rural Doméstica em Bananeiras, Estado da Paraíba; Curso de Extensão de Economia Rural Doméstica em Barreiros, Estado de Pernambuco; Curso de Extensão de Economia Rural Doméstica em Barbacena, Estado de Minas Gerais; Curso de Extensão de Economia Rural Doméstica em Pelotas, Estado do Rio Grande do Sul; Curso de Extensão de Economia Rural Doméstica em Satuba, Estado de Alagôas; em Guaxupé, Estado de Minas Gerais.

Novo Diretor da Escola Nacional de Agronomia

O Professor Luiz Carvalho Araujo foi nomeado Diretor da Escola Nacional de Agronomia, da Universidade Rural.

Cancelamento de registros

O Sr. Ministro da Agricultura assinou portarias cancelando os registros para o comércio de peles e penas silvestres concedido à firma Vasquez & Cia. Ltda.; e os registros do comércio de aves e animais silvestres vivos concedidos às firmas Braulio dos Prazeres, Van Lemeren & Cia. e José Anacleto da Fonseca, tôdas desta capital.

Fomento da Produção Animal

O Sr. Presidente da República aprovou a renovação do acôrdo entre a União e o Estado do Rio de Janeiro, relativo ao fomento da produção animal naquele Estado.

Novo Diretor substituto do Banco Nacional de Crédito Cooperativo

O Sr. Ministro da Agricultura designou Alvaro Baptista de Magalhães diretor substituto do Banco Nacional de Crédito Cooperativo.

Piscicultores amadores

O Diretor da Divisão de Caça e Pesca concedeu inscrição como piscicultor amador aos Srs. Helvacio Procópio Rodrigues, José Duarte Ribeiro de Oliveira, Ferdinand August Heinnich, Luiz Carlos Barroso Simões e João V. de Oliveira.

Cancelamento de registros

O Diretor da Divisão de Caça e Pesca cancelou os registros para o comércio de peles de animais silvestres concedidos às firmas Ribeiro & Filho, e Ribeiro e Irmão, ambos no Estado do Maranhão.

Fomento da Produção Vegetal

O Sr. Presidente da República autorizou seja firmado entre a União e o Govêrno do Estado do Ceará, acôrdo objetivando o fomento da produção vegetal naquele Estado.

Prêmios a quem construir silos

A Divisão de Fomento da Produção Animal do Ministério da Agricultura, distribuirá, no corrente ano, a importância de um milhão de cruzeiros aos criadores, Associações Rurais e outras entidades que construirem silos e fenis, ampliando as suas instalações.

Inscrições para a aquisição de máquinas agrícolas

Serão reabertas na Comissão Permanente de Revenda do Material, as inscrição para a venda das sobras de máquinas agrícolas.

Registro de lavradores e criadores

Todos os lavradores e criadores devem providenciar o registro de suas propriedades no Serviço de Estatística da Produção do Ministério da Agricultura.

Produção de peras

A produção de peras, no Brasil, atingiu, em 1954 a elevada quantidade de 229.816.000 frutos, produzidos, principalmente, pelos Estados do Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina.

Cursos Práticos

Estão em funcionamento, no Ministério da Agricultura, quatorze Cursos Práticos de Economia Rural Doméstica, mantidos pela Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário.

Auxilio aos agricultores paraibanos

O Sr. Presidente da República autorizou a celebração de acôrdo entre a União e o Govêrno do Estado da Paraíba objetivando proporcionar, diretamente aos agricultores, orientação e auxílio.

Novos piscicultores amadores

O Diretor da Divisão de Caça e Pesca do Ministério da Agricultura conceder inscrição como piscicultores amadores aos senhores:

1 — Menandro Martins Filho, de Niterói Estado do Rio.
2 — Antonio Guedes Mariz, do D. Federal.
3 — Walter Carneiro, de Niterói, Estado do Rio.
4 — José Ayrton de Barros Barreto, do D. Federal.
5 — Ricardo Maylaert Salgado, do D. Federal.
6 — Eduardina Mendes Tarragô em Nova Friburgo, Estado do Rio.
7 — Orency Garcia de Morais de S. José do Rio Preto, em S. Paulo.
8 — Wuldyr Paulino da Costa, de Poços de Caldas, estado de Minas Gerais.

Instituto de Óleos

Pelo Decreto n.º 36.902 de 14-2-1955 foi aprovado o Regulamento do Instituto de Óleos do Serviço Nacional de Pesquisas Agronômicas do Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas do Ministério da Agricultura.

Origem dos Vocábulos "Abacaxi" e "Ananaz"

JOÃO VAMPRÉ

A língua tupí nada precisa pedir às outras línguas mortas ou vivas. Concatenando sílabas, partículas ou dicções, e aglutinando palavras, o indígena forma nomes, verbos, advérbios, ou qualquer certo e determinado pensamento, ou para assinalar indivíduo, animal, vegetal ou mineral ou para descrever lugares, etc. A nomenclatura especialmente resulta da aparência, ou do característico, ou do modo de ser do indivíduo, objeto ou lugar nomeado com a maior exatidão. Sòmente a nomenclatura mineral não é perfeitamente característica, é sempre *itá*, com algum adjetivo de côr; o ferro, *itá-una*, ou simplesmente *itá-u*, pedra preta; a prata, *itá-ti-nga*, contraída em *itá-ti*, pedra branca; *itá-jub a*, ou *itá-jú* pedra amarela; esmeralda, *itá-obi*, pedra verde, etc.

Cada nome é, com efeito, uma descrição do objeto que representa, porque cada sílaba diz uma idéia.

Os nomes vegetais, em particular, têm direta referência ao seu aspecto exterior e as suas qualidades intrínsecas. Alguns exemplos elucidam o tema : *Acajuá* ou *cajú* decompõe-se assim : *a* fruta, *jú* amarela, *aca* de chifre, *fruta amarela de chifre; guabiroba*, *gua* comida, *bi* (2.ª forma de *pi*) de pele, *iroba* adstringente amargosa, ou *fruta de pele adstringente; auatiá*, milho, de *a* fruta, *áuá*, de cabelo, *tin* na ponta, ou *fruta de cabelo na ponta*.

Para maior clareza das interpretações etimológicas dos vocábulos indígenas, — *abacaxi* e *ananaz, cumpre fazer* as seguintes considerações botânicas dessas apreciáveis bromeliáceas : *Abacaxi* — *fruto da Ananassa sativa* (Lindley), planta herbácea da família das *Bromeliáceas* (*Bromelia ananas*, Linneu) chamada por Miller *Ananas pyramidalis* e pelo nosso Conceição Velloso *Bromelia silvestris*. As folhas são lanceoladas, invaginantes, coriáceas e de margens aculeadas. Do centro ergue-se inflorescência estrobiliforme, constituída por um conjunto de flores em verticilo, cuja reunião forma o fruto, que termina por um tufo de folhas. É fruto sincárpico, de agradabilíssimo aroma e delicado sabor; tem forma piramidal e a superfície ou casca coberta de escamas, os *olhos*, vulgarmente assim chamadas. As suas qualidades, que levaram Richard a apontá-lo como a melhor fruta conhecida, são superiores às do ananaz comum; e dêste já dizia Gabriel Soares que o sabor é muito doce, e tão suave que nenhuma fruta de Espanha lhe chega na formosura, no sabor e no cheiro" (Cap. LVII da 2.ª parte do *Trad. Descrit.*); pensamento idêntico ao de Vicente do Salvador : "fruta que em formosura, cheiro e sabor excede todas as do Mundo". (*Hist. do Brasil*, liv. I., cap. IV). Em alguns Estados põe-se-lhe também o nome de *nana*, (muito rescendente) e *pitá*, (ácida).

Abacaxi — Ananaz de carne macia e por isso comparado ao abacatí. O nome completo, consoante a opinião de Constantino Tastevin, na sua importante "Gramática da Língua Tupí", seria *abacati nana*, ou *nana abacaxi*.

Além do *abacaxi* as Bromeliáceas compreendem outras espécies de frutos comestíveis. São os *croatas* e as *macambiras*, do gênero *Bromelia*, das quais, a *Br. fastuosa* Ldl. e a *Br. pinguim* L., constituem magníficos exemplares.

O *abacaxi*, pois é uma primorosa variedade do ananás. Ambos os vocábulos são de origem tupí-guaraní. "A palavra *naná* como diziam os primeiros Jesuitas Nobrega e Anchieta, e tamém o disse e escreveu Lery, todos do século XVI, foi se transformando em *ananá* e no plural *ananás;* êste plural é hoje singularíssimo e costumamos pluralizá-lo dizendo *ananazes* quando nos referimos a mais de um *ananás* ou *ananá*". O vocábulo decorre do tupí — *naná* corr. — *nãnã*, substantivo no grau aumentativo, significando aroma grande, que muito cheira. O — *a* — prostético é do guaraní e indica o fruto; *a-naná*, o fruto do *naná*. Alguns vocabulários europeus, por êrro, assinalam que o têrmo é do Peru; os quichuas do Peru tinham denominação própria - *achupalla*.

Na *História Naturalis Brasiliae* 1648, registra-se *annás*, que é hoje o vocábulo corrente, conforme se lê no interessante trabalho *A Língua Nacional* de João Ribeiro.

O étimo de *abacaxi* oferece duas interpretações e varia de significação conforme seus elementos componentes.

1.ª *Abacaxi* — corr. — *Ibácaá-ti*, pronunciado (*aua-caá-xi*) de *auá* ou *ibá*, fruta, *caá*, folha e *ti* (*xi*), ponta, designando *fruta de folha ponteaguda*.

2.ª *Abacaxi*, corr. — *Ibácaxi*. e *ibá* fruta e *cati-caxi* rescendente, cheiroso. — O *t* tupí diante do *i* se aproxima muito do *x*, daí a prosódia *tch*, — *tx*.

Esta última etimologia foi adotada no *Dicionário da Academia Brasileira de Letras*.

A propósito ainda dêste assunto escreve o Visconde de Beaurepaire — Rohan no seu *Dicionário de Vocábulos Brasileiros* : "farei apenas observar que há um afluente do Amazonas chamado rio Abacaxis. Não sei se desta circunstância deveremos inferir que as margens daquêle rio são a pátria desta fruta". O ilustre autor citado não atendeu ao fato de ser Abacaxis, o nome de um *tuchaua*, fundador da aldeia situada à margem direita daquêle rio.

Fica assim desfeita a hipótese de ser o rio Abacaxis, a pátria da referida fruta, não se podendo também inferir daí a sua etimologia.

Noticias e Informações

PREÇOS MINIMOS PARA O MILHO

De acôrdo com o decreto assinado pelo Presidente da República, em janeiro, são os seguintes os preços mínimos para o milho:

a) Milhos do grupo "duro": Cr$ 125,00 por saca de 60 quilos;

b) milhos dos grupos "mole", "misto", amarelo ou meselado: Cr$ 105,00 por saca de 60 quilos.

MUSEU DO CAFÉ

Foi instalado em Ribeirão Prêto, no mês de janeiro, com a presença de altas autoridades, inclusive a do Secretário de Agricultura de São Paulo, o primeiro Museu do Café do Brasil.

EXPOSIÇAO DE AVES

Realizou-se em Valinhos, Estado de S. Paulo, por ocasião da "IV Festa do Figo", a 1.ª Exposição de Aves da região, que despertou grande interêsse, não só pela qualidade das aves exibidas, como também pelo elevado número de expositores.

VALOR DA PRODUÇAO AGRICOLA

Foi de 165.000.000.000 de cruzeiros o valor bruto da produção agrícola no Brasil no ano de 1954, segundo dados recentemente divulgados. Em cruzeiros, houve um aumento de 26% em relação ao valor da produção agrícola no ano anterior (1953), embora o aumento real da produção agrícola tenha sido apenas de 8,8% em relação ao ano anterior (1953).

COMISSAO DE ESTUDOS DA AVICULTURA NACIONAL

O Diretor do Departamento Nacional de Produção Animal aprovou o plano de trabalho para o corrente ano, elaborado pela C. E. A. N. (Comissão de Estudos da Avicultura Nacional).

MAO DE OBRA NA AGRICULTURA

De acôrdo com o Recenseamento de 1950, em uma população econômicamente ativa de 17 070 000 de pessoas, 9 887.000 tem como ramo de atividade a agro-pecuária. Os dados acima indicam que 58% de nossa população econômicamente ativa dedica-se à agro-pecuária.

BONIFICAÇÕES DO CAFÉ DESTINADO A EXPORTAÇAO

De acôrdo com a instrução n. 114 da SUMOC as bonificações do café destinado à exportação, que eram de Cr$ 13,14 para as moedas conversíveis e libras e de Cr$ 11,88 para as outras moedas, passaram a ser de Cr$ 18,70 para as moedas conversíveis e libras esterlinas e de Cr$ 17,19 para as demais moedas.

UM MILHAO DE TONELADAS DE TRIGO

Espera-se que com as medidas tomadas pelo Govêrno a produção de trigo no Brasil atingirá, no corrente ano, a elevada cifra de um milhão de toneladas.

PROFILAXIA DA BRUCELOSE

O Dr. Milton Thiago de Mello, do Instituto Oswaldo Cruz, publicou na Revista Militar de Remonta e Veterinária um interessante trabalho subordinado ao título "Bases para um plano de profilaxia da brucelose". Trata-se de um assunto da mais alta relevância para o país, que merece tôda a atenção. O endereço do autor do magnífico trabalho sôbre a brucelose é: Dr. Milton Thiago de Mello — Instituto Oswaldo Cruz — Caixa Postal 926 — Rio de Janeiro — Brasil.

REGISTRO DE LAVRADORES

Acham-se registrados no Serviço de Estatística da Produção do Ministério da Agricultura 93.300 agricultores em todo o país.

VENDAS DE COOPERATIVAS

No exercicio de 1953-1954, a Cooperativa Agrícola Mista de Mogi das Cruzes fêz um movimento

total de vendas no valor de Cr$ 46.644.336,30. Essas vendas foram feitas, principalmente, para S. Paulo e para o Rio.

SEMENTE DE JUTA

O Fomento Agrícola do Estado e o Instituto Agronômico do Norte distribuiram, o ano passado, no Pará, 50.000 quilos de semente de juta.

COQUEIRO ANAO

A Secretaria de Agricultura do D. Federal, através dos Postos Agrícolas, está distribuindo gratuitamente aos lavradores do D. Federal 5.000 mudas de coqueiro anão.

LEVANTAMENTO DOS SOLOS NO ESTADO DO RIO

Está quase concluído o levantamento dos solos do Estado do Rio, levado a efeito pelo Serviço Nacional de Pesquisas Agronômicas, em colaboração com o Govêrno do referido Estado.

SEGURO AGRARIO DA VIDEIRA

O Instituto de Resseguros do Brasil elaborou o ante-projeto do seguro agrário da videira, como um dos passos para a instituição do seguro agro-pecuário no país.

PLANOS DE SEGURO AGRO-PECUARIO

A Companhia Nacional de Seguro Agrícola já elaborou os planos para seguros de:
a) trigo;
b) café;
c) algodão;
d) arroz;
e) videira.

CAPITAL DA COMPANHIA NACIONAL DE SEGURO AGRICOLA

A Companhia Nacional de Seguro Agrícola, criada pela Lei n. 2.168, de 11/1/54, com a finalidade de estabelecer normas para a implantação do seguro agrícola no país possui um capital de cem milhões de cruzeiros, completamente integralizado e subscrito.

★

CONSULTAS

Eng. Agrônomo Geraldo Goulart da Silveira
Redator Técnico de "A Lavoura"

MÔSCA DE FRUTAS

Respondemos ao Sr. A. M., nosso consócio no D. Federal, temos a informar:

a) trata-se, sem dúvida, da môsca de frutas;
b) para combatê-la por meio do BCH deve-se usá-lo na concentração de 12% (BHC molhável), na proporção de 300 gramas para 100 litros de água.
c) pode-se empregar também o fósforo orgânico a 10% (molhável), na proporção de 100 gr. para 100 litros de água.

CALENDARIO AGRICOLA

Esclarecendo ao Sr. J. L., novo assinante do D. Federal, aconselhamos a leitura do "Calendário Agrícola no Brasil — D. Federal", onde encontrará tôdas indicações sôbre pomicultura no D. Federal. O referido trabalho encontra-se em distribuição no Serviço de Informação Agrícola do Ministério da Agricultura (Largo da Misericórdia).

MULTIPLICAÇAO DE GERANIO

Respondendo a uma consulta do Sr. M. L. S., nosso sócio do Estado do Espírito Santo, temos a informar:

a) o processo mais freqüente de multiplicação do gerânio é por meio de estacas;
b) para o enraizamento das estacas é muito recomendável que elas sejam enterradas em areia de rio bem lavada (cêrca de 25 dias após aparecem as primeiras raizes);
c) quando as raízes já estão bem desenvolvidas as mudas podem ser transplantadas para os vasos.

CAPIM DE BURRO

Respondendo ao Sr. J. V. L., nosso consócio no Estado de Minas Gerais temos a informar.

a) o capim de burro é cientificamente chamado Cynodon dactylon;
b) os outros nomes vulgares da referida gramínea são: graminha seda, grama inglêsa, grama de S. Paulo, etc.;
c) a referida planta é uma boa forrageira que resiste muito não só à sêca e ao fogo, como também ao pisoteio dos animais;
d) trata-se de gramínea muito rústica que se desenvolve bem em tôdas as regiões e em todos os solos, não resistindo, apenas, à sombra.

CALENDÁRIO AGRÍCOLA DO DISTRITO FEDERAL

(Notas referentes às atividades durante os meses de março e abril, segundo dados divulgados pelo Serviço de Informação Agrícola do Ministério da Agricultura.)

MÊS DE MARÇO

Semeiam-se feijão preto e feijão miúdo. Prossegue o plantio de aipim e tomate. Finda o plantio de cana de açúcar. Inicia-se a colheita de batata-dôce. Prossegue a colheita de arroz, cará, inhame, taioba. Termina a colheita de aipim plantado em junho. Inicia-se o plantio de abacaxi e de morango. Iniciam-se as colheitas de abacate, biribá, tangerina e laranja Bahia e prosseguem as colheitas de banana, abiu, carambola, figo, fruta de conde, laranja lima, laranja seleta e lima da Pérsia, limão, mamão e maracujá. Iniciam-se o plantio, em local definitivo, de abóbora, azedinha, ervilha, espinafre, mostarda e nabo, e prosseguem as semeaduras de bertalha, cenoura, feijão de vagem, guando, rabanete, salsa e nabiça. Em canteiros inicia-se a semeadura de acelga, alface e repolho e prosseguem as semeaduras de agrião, aipo, beterraba, chicórea, cebolinha, tomate. É época propícia para o plantio, em lugar definitivo, das essências destinadas ao reflorestamento, arborização e sombreamento.

(Continua na pág. 16)

Precisamos Estimular o Plantio de Essências Florestais

Eng. Agrônomo GERALDO GOULART DA SILVEIRA
Diretor Técnico da Sociedade Nacional de Agricultura

Em um momento como o atual em que tanto se tem salientado a gravidade do desaparecimento de nossas reservas florestais, não só com grandes prejuízos para a futura economia do país, como também, pelas graves conseqüências decorrentes do desaparecimento das matas que constituem fator essencial de equilíbrio climático; das matas que tanto concorrem para a conservação do solo, para regular os cursos dágua, para a manutenção de mananciais, para a preservação da fauna, etc., é oportuno, lembrar, para que tenham a mais ampla divulgação, as recomendações do I Congresso Florestal Brasileiro, reunido em Setembro de 1953, na Capital do Estado do Paraná, relativas ao estímulo ao plantio de essências florestais.

São recomendações oportunas, traçadas em um congresso em que pessôas perfeitamente ambientadas com nossos problemas florestais, debateram, com patriotismo e segurança, questões florestais da mais alta relevância para o país.

É preciso, quanto antes que se olha para o futuro.

Ele se nos apresenta sóbrio no que diz respeito ao problema florestal.

Temos, desde 1500, realizado devastações as mais condenáveis sob todos os pontos de vista.

Quatrocentos anos de devastações é um longo período.

As conseqüências da incompreensão de nossos problemas florestais, de há muito já se fizeram sentir e vêm se agravando de ano para ano.

De nada tem adiantado o clamor dos técnicos nem as medidas governamentais visando a preservação de nossas matas.

Temos devastado nossas florestais em progressão geométrica, e, nem ao menos, em progressão aritmética, temos procurado corrigir as graves conseqüências de tão elevada devastação, através da formação de novas reservas florestais.

O estímulo ao plantio de essências florestais deve, portanto, merecer tôda a atenção de quantos se interessam pela solução de tão alarmante problema. O desaparecimento de matas, deixa no fim de pouco tempo, atrás de si, desertos.

São as seguintes as recomendações do I Congresso Florestal relativamente ao estímulo ao plantio de essências florestais:

1.º) que seja estimulado, pelo financiamento, o plantio de essências florestais a todo aquele agricultor ou organização interessada, que seguindo as normas técnicas, se propuzer restabelecer áreas devastadas, notadamente naquelas protetoras de mananciais;

2.º) que os juros cobrados sôbre investimentos florestais, atendendo-se ao longo ciclo da exploração florestal e aos diminutos lucros auferidos, em todo o mundo, nessa exploração, sejam reduzidos ao mínimo possível, e ampliado ao máximo o prazo de liquidação dos empréstimos para fins florestais;

3.º) que, além da modalidade dos empréstimos, nas condições indicadas, será recomendável instituir um prêmio por árvore plantada, prêmio dividido em quotas pagas da espécie cultivada, desde o plantio até o ponto em que a árvore seja considerada como incorporada ao patrimônio florestal explorável, constituindo-se um Fundo Florestal para isso;

4.º) que, além das modalidades acima e observando-se juros módicos, se promova o financiamento pela instituição de carteiras especializadas para:

a — fomentar as atividades madeireiras;
b — regular o comércio da madeira;
c — renovar e modernizar o parque industrial.

5.º) que seja promovida a criação pelo Govêrno Federal, do Seguro Florestal, que estabeleça condições de garantias para tôda iniciativa particular privada, que tem por fim a plantação, conservação e renovação das florestas.

As recomendações acima expostas são da mais alta relevância e objetividade.

Para que se tenha uma idéia de quanto desenfreada tem sido a devastação de nossas matas basta lembrar que, **só no período de 1930 a 1950 (em dois decênios, portanto), foram destruídos, no Estado do Paraná, 49.190 quilômetros quadrados de matas.**

Isto significa que, **mantida a mesma proporção para os vinte anos seguintes, isto é 1950 a 1970, não restará ao Paraná madeira necessária para o seu próprio consumo,** desde que não sejam tomadas medidas acauteladoras nem realizado, em ritmo acelerado, o plantio de novas essências florestais.

O quadro que se nos apresenta no Paraná, não difere daquele que se verifica em outras regiões do país.

Apezar do consumo sempre crescente dos produtos florestais sob tôdas as formas, não temos tido a cautela da previsão do futuro.

Desaparecem as matas e não são criadas novas reservas florestais.

Cuidemos, quanto antes, do plantio de essências florestais, pois cada ano que passa, mais se agrava o problema, e o período que decorre entre o plantio e o aproveitamento industrial dessas árvores é longo.

Sejamos previdentes.

Reinchard Maack, do Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas de Curitiba, em um trabalho apresentado ao I Congresso Florestal Brasileiro, subordinado ao título **"O aspecto fitogeográfico atual do Paraná e considerações sôbre o problema do reflorestamento"**, lembra que Mansueto Estanisláu Kosciuski, do Serviço Florestal do Estado de S. Paulo calculou que:

> **"O replantio de 12 bilhões de pinheiros e 100 bilhões de perobas, ipês e pau marfins, é o único meio de prover a indústria madeireira durante os cem anos futuros, evitando assim o desaparecimento total dessa indústria."**

Sirva esta previsão de advertência.

Que em proporções crescentes seja estimulado o plantio de novas essências florestais; que se empreenda uma campanha educativa de larga envergadura destinada a criar uma mentalidade florestal entre nós; que se amplie o ensino da silvicultura em todos os seus graus e modalidades; que, quanto antes, seja entre nós realidade a tão

(Continua na pág. 54)

TRINTA E CINCO ANOS DE BONS E RELEVANTES SERVIÇOS PRESTADOS À SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

GERALDO GOULART DA SILVEIRA

Completou trinta e cinco anos de bons e relevantes serviços prestados à Sociedade Nacional de Agricultura, o sr. Luiz Marques Poliano, seu atual Secretário Geral, nome intimamente ligado não só à história da prestigiosa entidade, como também ao desenvolvimento do associativismo rural no país.

Tendo ingressado na instituição no dia 13 de março de 1920 (Presidência Lauro Muller) por ocasião da III Exposição Nacional do Gado, como auxiliar de secretaria, galgou êle, pelo zêlo e dedicação ao trabalho e pelo cabal desempenho que sempre soube dar aos encargos, todos os postos na hierarquia funcional da S.N.A. (datilógrafo, correspondente, taquígrafo, contador, redator-secretário da revista "A LAVOURA", secretário da Escola de Horticultura Wenceslão Bello, etc.), ocupando atualmente, por deliberação unânime da diretoria, o cargo de Secretário Geral da referida instituição.

Pela passagem de tão auspiciosa data, seus companheiros, Diretores da Sociedade Nacional de Agricultura, enviaram-lhe o ofício que adiante transcrevemos, como preito de justiça e reconhecimento à sua dedicação ao trabalho, à instituição e à agricultura nacional :

Snr. Luiz Marques Poliano
Secretário Geral da Sociedade Nacional de Agricultura.

Seus amigos da Diretoria da Sociedade Nacional de Agricultura, em reunião hoje realizada em que se registra a passagem do 35.º aniversário de seu ingresso nesta Sociedade, vêm prazeirosamente congratular-se por êsse faustoso acontecimento e testemunhar-vos vivo reconhecimento pela colaboração sempre solícita e valiosa a todos nós prestada, em benefício da causa comum do engrandecimento da nossa instituição e da agricultura nacional.

Obs.) seguem-se as assinaturas de todos os diretores presentes no Rio, na referida data.

A revista "A LAVOURA", do qual Luiz Marques Poliano é diretor responsável e redator-secretário, sente-se jubilosa com as homenagens prestadas ao seu companheiro, e, à sua revelia, publica adiante, algumas notas da vida funcional daquele que, desde 1920, vem dedicando o melhor de seus esforços em prol do engrandecimento da Sociedade Nacional de Agricultura.

Sociedade Nacional de Agricultura

Admitido aos serviços em 13 de março de 1920 (Presidência Lauro Muller), por ocasião da III Exposição Nacional do Gado, como praticante de secretaria, já anos depois, isto é, em 1923, passava a exercer o cargo de correspondente. Na presidência do Dr. Miguel Calmon trabalhou nos Congressos do Centenário, e quando êsse ilustre bahiano foi chamado ao Ministério da Agricultura, passou a servir, inclusive, na sua secretaria particular, aí permanecendo até o seu falecimento, em 1935.

Em 1925 organizou as "Efemérides da Sociedade Nacional de Agricultura", publicadas anonimamente no número de "A LAVOURA" de janeiro de 1930.

Em 1931 passou a taquígrafo da Sociedade Nacional de Agricultura, em substituição ao então Secretário Executivo da mesma, que havia optado pelo cargo público que então ocupava.



Sr. Luiz Marques Poliano

Com a saída, ainda nêsse ano, do contador da S. N. A., foi, pelo ofício n. 93.984, de 16 de junho de 1931, designado para ocupar cumulativamente êsse cargo, que deixou em 1946.

Em 1934 foi designado para servir como redator-secretário da revista "A LAVOURA".

Por ocasião da criação da Escola de Horticultura Wenceslão Bello colaborou na organização de seu regimento interno e fêz parte da comissão de compras do equipamento do internato e escolar.

Nesta ocasião (1937) foi designado secretário do referido estabelecimento de ensino.

Tendo sido comissionado, em 1940 pelo Govêrno Federal para integrar a delegação brasileira às Festas dos Centenários de Portugal foi designado pela diretoria do S. N. A. para obter dados e informações sôbre a vida agrícola daquele país, de cujo encargo desincumbiu-se de maneira cabal.

Ainda em 1937 foi Secretário Executivo da II Conferência Nacional de Pecuária e relator da Comissão da Redação Final das Conclusões.

Em maio de 1941 foi convidado para secretariar a Comissão Interministerial que, sob a presidência do Dr. Arthur Torres Filho estudou a sindicalização rural no país, redigindo as respectivas atas e publicando um número especial da revista "A LAVOURA", contendo o resultado final dos trabalhos da referida Comissão. Em Agosto de 1945, tendo sido designado para a secretaria da Comissão de Organização Rural planejada pelo S. N. A. e consubstanciada, no Decreto-Lei 8.127, de 24-10-1945, aí permaneceu até a fundação da Confederação Rural Brasileira.

Publicou, em 1946, a História da Sociedade Nacional de Agricultura, um volume de 178 páginas.

Em 1951, publicou, em "A LAVOURA", as notas a respeito da Confederação Rural Brasileira, da qual foi tirada uma separata.

Nomeado Secretário Geral da Sociedade Nacional de Agriculturaa, por unanimidade, em sessão da Diretoria, secretariou os trabalhos da fundação da Confederação Rural Brasileira, tendo o ministro João Cleofas, em Portaria de 28 de setembro de 1951, posto à disposição do seu gabinete para colaborar nos trabalhos da organização definitiva da mesma.

Além de multas outras comissões, inclusiv delegado da S. N. A. em numerosos congressos e conferências, foi relator da Comissão de Reforma dos Estatutos e secretário da Comissão de Obras da Casa da Agricultura, séde da Sociedade, tendo sido o coordenador da referida construção.

Sua atuação na referida Comissão de Obras foi destacada pela comissão designada para dar parecer sôbre o Relatório da Comissão de Obras da Casa da Agricultura e mereceu também, conjuntamente com o Presidente da S. N. A., Prof. Arthur Torres Filho, um voto de louvor preposto pelo Vice-Presidente Dr. Luiz Simões Lopes, em reunião da Diretoria, que aprovou o parecer da referida Comissão.

Acumula, atualmnete, o cargo de Secretário Geral da S. N. A. com o de Diretor Responsável e Redator-secretário da revista "A LAVOURA".

Ministério da Agricultura :

1935 — Inspetor ajudante contratado do Serviço de Organização e Defesa de Produção, depois Serviço de Economia Rural.

— Exonerado a pedido, por ter sido nomeado para outro cargo federal (1-3 a 30-6).

Ministério da Educação

1935 — Nomeado 3.º oficial, interino do Museu Histórico Nacional, na vaga aberta com a convocação do Deputado pela Bahia Pedro Calmon. A nomeação se deu em virtude de sua classificação em 1.º lugar no Curso de Museus, 1.ª turma, média final — 97,9. (22-5 a 31-12).

1937 — 16-11. Nomeado conservador do mesmo Museu, classe G interino, pelo motivo acima.

1940 — 4 de Março. Nomeado Conservador efetivo classe J, por sua classificação em concurso de provas e de títulos (1.º lugar — média final 94,9).

1942 — 30 de Abril. Promovido por antiguidade, à classe K.

1947 — 30 de Abril — Promovido, por merecimento, à classe L.

1954 — Promovido, por merecimento, à classe M.

1935 — Designado para servir na Seção de Numismática (27-5).

1937 — Designado para servir na Seção de História (27-11).

1939 — Secretário do Museu Histórico Nacional, cargo de que foi exonerado a pedido (31-7).

1940 — Maio. Nomeado auxiliar técnico da Comissão Brasileira aos Festejos dos Centenários de Portugal, lá permanecendo 10 meses, em serviço na Seção Brasileira do Pavilhão dos Portuguêses no Mundo.

1937 — Designado pelo Diretor do Museu Histórico Nacional para receber e classificar a coleção Miguel Calmon, hoje incorporada no acervo do Museu (Relatório com 40 pg. datilografadas).

1941 — Designado pelo sr. Diretor do Serviço de Economia Rural para, como Secretário, integrar a Comissão Interministerial que estudou o problema da sindicalização rural. (Relatório publicado na revista "A LAVOURA", de Abril-Junho de 1943).

1945 — À disposição do Ministério da Agricultura para secretariar a comissão prevista nó art. 13 do Decreto-lei n.º 1.449, de 9 de Abril de 1945. (Organização da Vida Rural).

1947 — 12 de Julho. Designado pelo sr. Ministro da Educação para integrar a Comissão de Técnicos que classificou e avaliou a coleção de objetos históricos do Marquês de Tamandaré. Foi relator da Comissão.

1951 — 21 de Outubro. À disposição do sr. Ministro da Agricultura para, em continuação aos encargos da comissão anterior, colaborar nos trabalhos de organização definitiva da Confederação Rural Brasileira, fundada em 27 de Setembro de 1952. Foi relator do projeto dos Estatutos e Secretário da Mesa que dirigiu a seção da fundação.

(Todas estas comissões, à exceção da de Secretário do Museu e de Auxiliar Técnico da Comissão Brasileira aos Centenários de Portugal, não foram remuneradas).

Elogios :

1936 — Portaria do sr. Diretor do Serviço de Organização e Defesa da Produção, "pelos excelentes serviços prestados à Repartição". (4 de Junho.

1936 — Portaria do sr. Diretor do Serviço de Organização e Defesa da Produção, "pelos excelentes serviços prestados e inteligente colaboração à administração e trabalhos técnicos do Museu". (2-1).

1938 — Portaria do sr. Diretor do Museu Histórico Nacional, "pelo ótimo trabalho realizado" na recepção, classificação e avaliação da Coleção Miguel Calmon". (1.º de Março).

1941 — 10 de Março. Portaria do sr. Diretor do Museu Histórico Nacional, "pelos zelosos serviços nos trabalhos de organização, arrumação e fiscalização da parte do Pavilhão do Mundo Português, destinado ao Brasil".

(Portaria baixada por determinação do Gal. Francisco José Pinto, Chefe da Delegação Brasileira).

1941 — 11 de Março. Portaria do sr. Diretor do Museu Histórico Nacional, "pelo zelo e competência do desempenho da função de Secretário da Repartição.

Trabalhos Publicados :

Artigos avulsos.

O Museu Histórico Nacional. Seu 17.º aniversário" — (Jornal do Comércio — 22 de Outubro de 1939, reproduzido no livro "Instituições Brasileiras de Cultura", de Adalberto Maria Ribeiro, 1945).

"**Moedas Romanas — Período Republicano**" — (Revista da Semana, Maio, de 1940).

"**Brazão do Século XVII**" — (Meio Dia, de 1941).

"**Uma contramarca inédita**" (Gazeta de Notícias, 8-2-1942, e Numária, de Fortaleza, Maio de 1942).

"**Selos Brasileiros vendidos em Londres**" (Jornal do Brasil, de 1942).

"**A ordem de Pedro I**" — (Revista Numismática, São Paulo, 1943),

"**Monumentos Nacionais de Portugal**" — (Gazeta de Notícias, 1-3-1941).

(Conclui na pág. 56)

ASSOCIATIVISMO RURAL

NOVAS ASSOCIAÇÕES RURAIS RECONHECIDAS

O Snr. Ministro da Agricultura assinou portarias reconhecendo as seguintes Associações Rurais:

1 — Associação Rural de Santa Izabel, no Estado de S. Paulo, sob o n.º 941 da série A.R.;
3 — Associação Rural de Guarulhos, no Estado e S. Paulo, sob o n.º 943, série A.R.
4 — Associação Rural de Guaíra, Estado de S. Paulo, sob o n.º 70, série A.R.R.;
5 — Associação Rural de Indaial, Estado de Santa Catarina, sob o n.º 939, série A.R..

Nova área de ação de Associação Rural

Pela Portaria n.º 178, de 16-2-55 o Snr. Ministro da Agricultura aprovou a modificação processada nos Estatutos da Associação Rural de São José do Rio Prêto, do Estado de S. Paulo, cuja área de ação será, apenas, no município que lhe empresta o nome, passando assim, no Serviço de Economia Rural, a ser registrado sob o n.º 938, série A.R..

Associação Rural de Canelnhas

Para o biênio 1955-1957, foi eleita, para dirigir a Associação Rural de Canelnhas, Estado de Santa Catarina, a seguinte Diretoria:

Conselho de administração

Presidente — Alfredo Garcindo
Vice-Presidente — Guilherme Grosskopf
1.º secretário — Acacio Pereira
2.º secretário — Harry Schreiber
1.º tesoureiro — Ithas Seleme
2.º tesoureiro — Celso Zippel

Conselho Fiscal

Dr. Tadeschi Takimura
Dr. Roldão C. B. Camara
Ernesto Greipel

Suplentes

Ludovico Dombroski
Alvaro Mallon
Narciso Ruthes Sobrinho

Associação Brasileira de Avicultura

É a seguinte a primeira diretoria da Associação Brasileira de Avicultura, com séde em S. Paulo.

Diretoria

Presidente — John Wilson da Costa
Vice-Presidente — João Francisco Gomes Puga
1.º Secretário — Rubens Franco de Mello
2.º Secretário — Ludovico Evaristo Mungioli
1.º Tesoureiro — Idal Nudelman
2.º Tesoureiro — Antonio A. Tenore



Associação Rural de Caxias — Maranhão

Conselho Deliberativo

Sebastião Albino Andretto
Iwao Itó
Abel Fernandes Neto

Suplentes

Maria da Glória Matos Neves
Americo Malizia
Antonio de Arruda Penteado.

Associação Fluminense de Engenheiros Agrônomos e Médicos Veterinários

Foi fundada em 18 de janeiro do corrente ano, em Niterói, Estado do Rio, a Associação Fluminense de Engenheiros Agrônomos e Médicos Veterinários, sendo a seguinte a 1.ª Diretoria, eleita para dirigir os destinos da nova associação da classe:

Presidente: Eng. Agr. Manoel Affonso Filho

Vice-Presidente — M. Vet. Jorge Nazareth Barbosa Zenni

1.º Secretário — Eng. Agr. Juvenal Rocha Nogueira

2.º Secretário — Eng. Agr. Euclides da Silva N. Junior
Tesoureiro — Med. Vet. Aristofanes Gomes Mendes.

Relatório da Federação das Associações Rurais do Paraná:

Acaba de ser publicado um magnífico folheto sôbre as atividades da FARP referente ao ano de 1954.

Do referido relatório extraímos os seguintes dados que dizem bem do trabalho que a referida Federação realizou em 1954:

a — das 59 Associações Rurais registradas no Ministério da Agricultura, 49 já se filiaram à FARP, das quais, as seguintes, no ano de 1953: Associação Paranaense de Criadores de Bovinos, Associação Rural Regional de Cornélio Procópio, A. R. de Apucarana, A. R. de Contenda, A. R. de Guarapuava, A. R. de Nova Esperança, A. R. de Piraí do Sul; A. R. de Piraquara e A. R. de Ribeirão do Pinhal e as seguintes no ano de 1954: Associação dos Triticultores e as Associações Municipais de Carlópolis, Congoinhas, Francisco Beltrão, e Paranavaí.

b — tendo em vista as recomendações da FARP, enviaram, no ano findo, ao SER, do Ministério da Agricultura, os relatórios a que se refere a legislação em vigor, as seguintes Associações: São Mateus do Sul, Caviúna, Wenceslau Braz, Timoneira, Foz do Iguassú, Paulo de Frontin, Reserva, Campo Largo, Rebouças, Jacarezinho e S. José dos Pinhais.

c — ficou definitivamente resolvida a questão da sede própria pela quantia de Cr$ 1.560,00, constituída dos conjuntos de ns. 1.101 a 1.108, no 11.º andar do Edifício Lustosa, na Rua 15 de Novembro n.º 556, em Curitiba.

d — durante o ano foram realizadas 18 reuniões ordinárias e 2 extraordinárias da diretoria e uma Assembléia Geral Extraordinária e uma reunião ordinária do Conselho Deliberativo.

e — a FARP manteve íntimo entrosamento com o poder público, tendo representantes junto à Fundação de Assistência ao Trabalhador Rural e na Comissão de Abastecimento e Preços do Paraná.

f — a FARP colaborou em tudo quanto se fez necessário, no Paraná, a favor da classe rural e ainda, compareceu às reuniões convocadas pela C.R.B. e à III Conferência Rural Brasileira realizada em S. Paulo.

g — por intermédio da FARP, foram selecionados 3 filhos de lavradores paranaenses e matriculados na E.H.W.B., da Sociedade Nacional de Agricultura.

Mais Associações Rurais registradas

O Sr. Ministro da Agricultura, assinou Portarias reconhecendo as seguintes Associações Rurais:

1 — Associação Rural de Poçinhos, Estado da Paraíba, sob o n.º 89, série A R.
2 — Associação Rural de Bonito de Santa Fé, Estado da Paraíba, sob o n.º 945, série A. R..
3 — Associação Rural de Caiçara, Estado da Paraíba, sob o n.º 947, série A. R..
4 — Associação Rural de Serra Redonda, Estado da Paraíba, sob o n.º 946, série A.R..

Associação Rural do Vale do Rio Grande

Para dirigir os destinos da Associação Rural do Vale do Rio Grande, de Barretos, até Janeiro de 1956, foi eleita a seguinte diretoria:
Presidente — Lauro Ribeiro de Resende
Vice-Presidente — Carlos Meinberg
1.º Secretário — Dr. Raymundo de Castro Diniz
2.º Secretário — Dr. Rubens Paulo de Andrade
1.º Tesoureiro — Chrysogono Rosa da Cruz
2.º Tesoureiro — Rubens de Andrade Carvalho.

O Conselho Fiscal ficou ainda constituido:
Jorge Wilson Franco
Dr. João Fabbi Sarelha
Rafael de Moura Campos
Suplentes:
Dr. Romeu Fenelon dos Santos
José de Amendola Neto
Joaquim Augusto.

Associação Agro-Pecuária de Guaratinguetá

A Assembléia Geral da Associação Agro-Pecuária de Guaratinguetá elegeu, para o exercício de 1955, a seguinte diretoria para dirigir os seus destinos:
Presidente — José Augusto Vieira
Vice-Presidente — Sebastião Vieira Fortes
1.º Secretário — Antonio Coelho Guimarães
2.º Secretário — Benedito Salles
1.º Tesoureiro — Manoel Soares de Azevedo
2.º Tesoureiro — Benedito de Oliveira Castro.

Conselho Fiscal

Antenor Vasconcelos Cardoso, Fabio Dias Faria, Geraldo Barbosa Rangel, Hilton Dias Werneck, Joaquim Bibiano de Almeida, João Caltabiano e José Marcondes Santos França.

Associação Agro-Pecuária de Erechim

É a seguinte a diretoria eleita para dirigir, no período 1955-1956 os destinos da Associação Rural de Erechim, registrada no Ministério da Agricultura sob o número 682, série A. R.:
Presidente — Arnaldo Carlos Porto
1.º Vice-Presidente — Dr. Raymundo Fiorelo Zanin
2.º Vice-Presidente — Dr. Carlos Zambonato
1.º Secretário — Dr. Enrico Assis Maciel
2.º Secretário — Turíbio Miguel Angelli
1.º Tesoureiro — Camilo Chitolina
2.º Tesoureiro — Dr. Euclides Maragno
Orador Oficial — Dr. Hiram Sampaio.

Conselho Fiscal:

Eolo Arioli, Mario Corradi e Maximiliano Heldwein — Suplentes: Manoel Vieira Dias, Gregorio Giacomolli e Antonio Dalla Vechia.

Federação das Associações Rurais de S. Paulo

É a seguinte a nova diretoria eleita em 16 de Fevereiro do corrente ano para dirigir a FARESP no período de 1955 a 1958:

Presidente, Clovis Sales Santos — **Vice-Presidente**, Jaime de Almeida Pinto, Helio Miranda e Luiz Duarte Silva — **Secretário Geral**, Paulo Guzo — **Secretários**, Ciro Albuquerque e Estevão Farnone — **Tesoureiros**, José Pires de Almeida (1º), Julio Carlos Ribeiro do Vale (2.º) e João Guimarães (3.º).

Direção dos Departamentos: Cafeicultura, Francisco de Barros Pires — **Cotonicultura, Fibras Diversas e Sericicultura**, Geraldo Martins de Azevedo — **Pecuária de Corte**, José Leão Cavalcanti — **Pecuária Leiteira**, Frank Matos Sampaio — **Cereais**, Luiz de Almeida Prado — **Fruticultura**, Rubens de Paula Eduardo — **Avicultura**, Luiz Emmanuel Bianchi — **Olericultura**, José Calil — **Raizes e Tuberculos**, Edison Consolmagno — **Serviço Social Rural**, Luiz Alvarenga — **Indústrias Rurais**, Osvaldo Urioste — **Imigração e Colonização**, Loerte Ramos de Moura — **Cooperativismo**, Francisco Antonio de Toledo Piza — **Silvicultura**, **Conservação do Solo, Mecanização e Irrigação** — João Abramides Neto — **Lavoura Canavieira**, Domingos José Androvandi.

Comissão Fiscal — João Rensi, José Augusto Vieira e João Padua Lima. **Suplentes**, Joaquim Moreira Filho, Luiz Eugenio Frizoni e Rodolfo Jungers.

Conselho Deliberativo (1955-1956) — Adalberto do Amaral, Donato Mascarenhas Filho, Fortunato Mazzei, Heitor Carvalho Gomes, João Gomes Martins Filho, Joaquim Azeredo Passos, João Rodrigues Soares, Leven Vanpré, Lingard Miller Paiva, Rafael de Moura Campos, Dario de Oliveira e Silva, Domingos Paro, Durval Accioly, Francisco Carneiro de Albuquerque e José Vicente Gonçalves Pinto.

DELEGADOS ELEITORES

Votaram na assembléia eleitoral de 16 de fevereiro, na qual foi sufragada a diretoria supra, os delegados agricolas dos seguintes municipios: Adamantina, Americana, Amparo, Analandia, Andradina, Anhembi, Araçatuba, Araçoiaba da Serra, Araraquara, Araras, Arealva, Atibaia, Avaí, Avaré, Barretos, Bebedouro, Birigui, Botucatu, Bragança Paulista, Brotas, Caçapava, Caconde, Cafelandia, Cajurú, Campinas, Campos do Jordão, Capivari, Casa Branca, Catanduva, Cerqueira Cesar, Conchas, Cotia, Descalvado, Dourado, Duartina, Florida Paulista, Franca, Franco da Rocha, Getulina, Guaratinguetá, Guariba, Iacanga, Ibirarema, Ibitinga, Itapecerica da Serra, Itapetininga, Itararé, Itatinga, Jaú, Jaboticabal, Jaú, Jundiaí, Laranjal Paulista, Leme, Lençóis Paulista, Limeira, Lins, Marilia, Martinópolis, Mineiros do Tieté, Mococa, Mogi das Cruzes, Monte Alto, Morro Agudo, Nova Granada, Novo Horizonte, Ourinhos, Olimpia, Palmital, Paranapanema, Paraibuna, Penápolis, Pereiras, Piedade, Pindamonhangaba, Piracicaba, Pirajú, Pirajui, Pompéia, Potirendaba, Presidente Prudente, Presidente Venceslau, Promissão, Rancharia, Reginopolis, Registro, Ribeirão Bonito, Ribeirão Preto, Rio Claro, Santos, Santa Cruz do Rio Pardo, Santa Rita do Passa Quatro, Santo Anastácio, São Carlos, São João da Boa Vista, São Joaquim da Barra, São José do Rio Pardo, São José do Rio Preto, São Manuel, Sertãozinho, Taubaté, Torrinha, Tupã, Vargem Grande do Sul, Uchoa, Vera Cruz, Votuporanga, Associação dos Avicultores do Estado de São Paulo, Associação Paulista de Sericicultura, Tatuí e General Salgado.

LIVROS E PUBLICAÇÕES

Comentários pelo Eng. Agrônomo Geraldo Goulart da Silveira, Redator Técnico de A LAVOURA

Contribuição ao estudo de pastagens artificiais no Paraná (de uma comunicação feita à A. E. A. P., pelo Eng. Agr. Pedro J. Costa Muniz)

A Associação dos Engenheiros Agrônomos do Paraná, acaba de publicar um interessante e útil folheto de 8 páginas, subordinado ao titulo acima de autoria de um de seus destacados associados: — o Eng. Agr. Pedro J. Costa Muniz —.

Trata-se, sem dúvida, de um trabalho de grande interêsse para o Paraná, onde são pobres os campos naturais e, em conseqüência só se pode pensar em melhoria da pecuária, desde que sejam formados pastos artificiais. Os estudos sôbre a Grama Missioneira, de que o trabalho dá um relato fiel, demonstraram as excelentes qualidades da referida gramínea quanto a resistência à quadra invernosa, ao pizoteio, etc., embora, como todas as gramíneas, não seja elevado o seu valor nutritivo.

A contribuição da A. E. A. P., é, portanto, da mais alta valia para os criadores do Paraná e merece os aplausos de todos quanto se interessam por êsses problemas.

Ao trabalho, pois, do Eng. Agr. Pedro J. Costa Muniz, deve ser dada a mais ampla divulgação.

Custos de produção da cultura canavieira no Brasil — (relatório apresentado pelo Prof. Henrique de Barros, Economista Agrário comissionado pela F. A. O.).

O Prof. Henrique de Barros é bastante conhecido no meio agronômico do Brasil. Já aqui esteve, três vezes, duas das quais, em missão do F. A. O. A primeira delas, estudando a "economia da produção do trigo no Estado do Rio Grande do Sul", e, desta vez, para realizar conferências e cursos sôbre "Economia Agrária".

O trabalho agora divulgado, em 61 fôlhas mimeografadas, tipo oficio, abrange os seguintes capitulos:

I — Introdução.
II — Contribuição para o estudo da economia da cana de açúcar realizado em Campos e em Pernambuco.
III — Conferências e visitas no Estado da Bahia.
IV — Conferências e lições na Escola Superior de Agricultura da Universidade de Minas Gerais, em Viçosa.
V — Estadias no Rio de Janeiro e conferências na Escola de Sociologia e Politica de S. Paulo.
IV — Resumo das 18 conferências e cursos realizados.

A autoridade do Prof. Henrique de Barros nos assuntos abordados é indiscutivel. Os seus estudos são da mais alta valia e revelam bem o acêrto da F. A. O. no convidá-lo para no Brasil, realizar conferências e cursos sôbre Economia Agrária.

Tais cursos e conferências, todos oportunos e do mais alto interêsse versaram sôbre:

"Custo da produção agrícola"
Métodos cadastrais de avaliação de propriedade rústica
Natureza e estrutura da profissão agronômica
Importância dos estudos econômicos nos problemas da agricultura
Cadastro da propriedade rústica
Problema da produção do trigo no Brasil
Obstáculos da estrutura agrária à ação agronômica
Reforma agrária como problema econômico
Conceitos modernos sôbre o direito de propriedade da terra.

O magnífico trabalho do Prof. Henrique de Barros merece ser lido por todos os estudiosos das questões de economia agrária, pois aborda, de uma maneira segura e eficiente, problemas ao mais alta relevância.

A LAVOURA registra, com satisfação o presente trabalho do Prof. Henrique de Barros, velho amigo da Sociedade Nacional de Agricultura, no momento uma das mais destacadas autoridades em economia agrária, cujos trabalhos e pesquisas já ultrapassaram as fronteiras de Portugal e são hoje conhecidos e admirados em todo o mundo, especialmente no Brasil, onde o Prof. Henrique de Barros conta, sem dúvida, com numerosos discípulos.

III.ª CONCENTRAÇÃO RURAL REGIONAL

TERESINA — 23 A 29 DE MAIO DE 1955

REGIMENTO

1.º) — A III.ª Concentração Rural Regional reunir-se-á em Teresina de 23 a 29 de maio de 1955, terá, sem caráter deliberativo, os seguintes objetivos:

a) — Identificação e sistematização dos principais problemas da economia rural do Piauí, do Pará e do Maranhão, bem como de zonas econômicamente correlatas

b) — Fixação de um programa concreto de reivindicações da classe perante os poderes estadual e federal

c) — Desenvolvimento da organização associativa na região.

2.º) — Participarão da Concentração as Associações Rurais e Federações de Associações Rurais dos Estados do Piauí, Pará e Maranhão, entidades e órgãos especialmente convidados.

3.º) — A Comissão Organizadora será constituída do Presidente da Confederação Rural Brasileira e do Presidente da Federação das Associações Rurais do Piauí, cabendo a Presidência de Honra da Concentração ao Sr. General Jacob Gayoso e Almendra, Governador do Piauí.

4.º) — Tôdas as proposições, antes de encaminhadas ao Plenário, serão prèviamente relatadas pela Comissão Executiva, composta por representantes da Confederação e da Federação no certame.

5.º) — As sessões plenárias serão constituídas de todos os participantes da Concentração, devidamente inscritos, e terão a duração de 2 horas, prorrogáveis à juízo do plenário.

6.º) — Cada participante poderá usar da palavra sòmente uma vez, por prazo de 15 minutos, prorrogáveis até por igual tempo, à juízo do plenário.

7.º) — Os casos omissos serão solucionados pela mesa.

8.º) — Será o seguinte o programa da III.ª Concentração Rural Regional:

Dia 23 — Às 13 horas, recepção à Comissão representante da CONFERUBRA e demais Congressistas. Às 20 horas, abertura solene dos trabalhos no "Teatro Quatro de Setembro".

Dia 24 — Visita oficial ao Governador e Prefeito (pela manhã); em seguida, visita ao Campo "Apolônio Sales", do Serviço de Irrigação, e ao Posto-Pecuário de Buenos Aires (com almôço no último). Às 16 horas, inauguração do prédio "A CASA RURAL DO PIAUÍ", sede da FAREPI, e, em seguida, sessão plenária.

Dia 25 — Visita a alguns estábulos de vacas leiteiras e almôço na Granja "Pirajá", do Serviço da Produção Animal. Às 16 horas, continuação da sessão plenária.

Dia 27 — Visita ao Município de Campo Maior (centro pastoril mais próximo da Capital), à fazenda experimental "Sol Posto", do Serviço de Fomento da Produção Animal, e à Fazenda "Abilheiras", de propriedade do Dr. Oscar Castelo Branco e filhos, onde será servido almôço. Pernoite na fazenda "Nova Olinda", de propriedade da firma Irmãos Gayoso e Almendra, onde existe uma fábrica de manteiga e diversas outras indústrias conexas.

Dia 28 — Almôço em Nova Olinda, município de Castelo, e regresso à Teresina.

Dia 29 — As nove horas, coktail na Cidade Jardim Socopo, oferecido pela Associação Piauiense de Criadores. Às 16 horas ,encerramento dos trabalhos no Teatro "Quatro de Setembro". Às 20 horas, banquete no "Club dos Diários".

SEGUROS DE ANIMAIS

O seguro de mortalidade dos animais, que equivale ao seguro de vida para a espécie humana, é muito mais antigo do que êste. Sòmente no século XIXI, no entanto, começou a ser praticado com base técnica.

Os grandes tratadistas franceses mostraram-se céticos quanto à aplicação generalizada dêsse seguro. Um dêles, A. Chaufton, escreveu: "Querer oferecer à agricultura um seguro contra a mortalidade dos animais de fazenda é querer perseguir uma quimera. Eu não me darei ao trabalho de estudar-lhes os princípios". E outro, Magne: 'A dificuldade na organização do que se possa chamar de tábua de mortalidade dos animais não permite que se estabeleça, com alguma certeza, as bases racionais dêsse seguro".

Essa dificuldade existe, com efeito, e é um atributo da natureza particular do risco O homem altera, consideràvelmente, as leis naturais da mortalidade dos animais, conforme o trato que lhes dá, o regime ao qual os submete e o clima sob o qual se faz viver.

O risco, portanto, além de específico e topográfico, é também essencialmente subjetivo, nêle tendo importância decisiva o fator humano. Os riscos específico e topográfico já foram completamente dominados, em todos os países que exploram o seguro mortalidade, pelos trabalhos estatísticos e estudos especializados, não mais constituindo segrêdo para os seguradores.

Quanto ao risco subjetivo, involuntário ou não, não pode ser estabelecido por uma lei estatística; mas sua incidência pode ser, e tem sido, atenuada por meio de uma fiscalização severa e de uma assistência veterinária contínua e eficiente.

Contrariando tôdas as previsões pessimistas, o seguro de mortalidade demonstrou, em todos os países onde tem sido praticado, não só que pode dar lucros inesperados, como também que é um seguro estável e fácil de ser operado.

A estatística de setenta e cinco anos de atividades de uma companhia francêsa, que opera em todos os ramos de seguro, revelou que, de tôdas as curvas de sinistro, a de mortalidade dos animais é a mais regular, a de menor variação. Nela não se encontram as perigosas "pontas" de certos riscos.

E isso ainda não é o mais importante. Outras vantagens, não previstas, foram conseguidas, automàticamente, nos países em que foi implantado o seguro mortalidade. Tais vantagens foram, entre outras, a diminuição da mortalidade, o crescimento da produção e o aprimoramento da raça.

É êsse o seguro que a Companhia Nacional de Seguro Agrícola vai inaugurar no Brasil, para cobertura dos riscos do gado bovino.

Os agricultores e criadores brasileiros irão, pois, conhecer a única medida séria e eficaz que os protegerá contra os prejuizos que lhes possam advir da morte dos seus animais.

Até agora, quando se declarava uma epizootia no gado bovino, os prejudicados conseguiam uma moratória para a região atingida. Essa medida, embora salvasse o criador, naquêle momento angustioso, dificultava-lhe a vida, daí por diante. A moratória concedia-lhe a faculdade de adiar o pagamento da sua dívida para o ano seguinte, ou mesmo por um prazo mais prolongado mas não lhe repunha o gado morto nem lhe dava meios para substituí-lo.

Era forçoso recorrer a um banco, para um adiantamento, contando, ùnicamente, com o futuro — êsse grande avalista dos empréstimos rurais e que tanto falha! E tudo ficava dependendo da sorte. Na melhor das hipóteses, isso significava um ano cheio de preocupações e uma farta messe de cabelos brancos.

Com o seguro de mortalidade, tudo será diferente. Cada animal que morrer, por moléstia, acidente ou raio, será indenizado. Se uma epizootia dizimar o gado bovino, o criador nada perderá.

Não mais será preciso apelar para o futuro nem confiar na sorte. As preocupações desaparecerão, como por encanto, sendo substituídas por uma grande sensação de bem-estar e pelo inestimável sossêgo de espírito.

Possíveis Soluções para os Graves e Urgentes Problemas da Política Cafeeira

Nesta primeira metade do século, a instabilidade de orientação no dirigismo econômico criou, para a lavoura cafeeira, uma perigosa crise de sobrevivência.

Durante 50 anos vivemos, pràticamente, numa alternativa. Quando o lavrador tinha produção, não tinha preço, e quando tinha preço não tinha produção. A princípio, quando apenas S. Paulo era a terra do café, a fertilidade natural dos solos virgens compensava o nomadismo da cultura extensiva e não se denunciava que esta política de imediatismo nos empurrava para o malôgro.

Agora, com a ampliação da zona produtora, que se estende dos cafezais novos do Paraná à produção de cafés fracos do Espírito Santo, verifica-se, num compreensível alarme, que a política de só manter preços altos e artificiais apenas serviu para encorajar competidores nos mercados internacionais, sem amparar nossa produção no seu aspecto fundamental.

O critério habitual foi ignorar um plano de longo alcance. Procurou-se defender apenas a arrecadação de divisas-ouro, esquecendo-se de proteger a "fábrica" dêste mesmo ouro.

A impressionante conseqüência dêste imediatismo se patenteia no quadro estatístico, relativo à nossa contribuição para o consumo americano o adiante transcrito:

É confrangedor verificar que o Brasil, antigamente detentor de 75% do fornecimento mundial do café, está hoje nivelado ao seu concorrente de menor expressão econômica.

Esta é a razão pela qual a lavoura se manifesta inquieta, situação de decorrência que pode arruinar a economia nacional.

Pode-se, todavia, justificar a iniciativa de uma solução, ou melhor, o encaminhamento para esta solução. Que deseja, em síntese, a lavoura do café? Quer apenas se obedeça à Lei 1.779, outorgando ao *Instituto Brasileiro do Café* plena autonomia para orientar e executar a política cafeeira.

O órgão supremo de direção do I. B. C. é a JUNTA ADMINISTRATIVA, presidida por um Delegado Especial do Govêrno Federal, com voto deliberativo e de qualidade, e mais os seguintes representantes:

a) repcsentantes da lavoura, em número proporcional de um para cada milhão de sacas exportadas em cada Estado cafeeiro;

b) representantes das praças de comércio de café, em número de cinco, sendo um para as seguintes cidades: Santos, Rio de Janeiro, Paranaguá, Vitória, e um para as demais praças;

c) um representante de cada um dos Govêrnos dos Estados de São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Rio de Janeiro e Espírito Santo, e dois representantes, designados em conjunto pelos Estados de Pernambuco, Bahia, Goiás, Santa Catarina e Mato Grosso.

Porque não se cumpre a própria Lei n.º 1.779, incumbindo a êstes legítimos delegados da lavoura, indicados pelos produtores, pelo comércio e pelos Govêrnos, de traçar a orientação que deverá ser executada pela Diretoria do I. B. C.?

Pleiteia a lavoura esta autonomia de orientação e execução para evitar que se continui a praticar graves êrros que se repetem seguidamente.

Inicialmente, qual foi a motivação do agravamento da crise atual? Foi a decisão governamental de majorar o preço do café, fixando-o em 87 centavos de dólar por libra pêso, deixando de ouvir o prévio pronunciamento da Junta Administrativa, que então se achava reunida na Capital da República, e que só pôde manifestar sua opinião contrária quando já havia sido divulgada a decisão oficial.

Os efeitos dos êrros dessa política, que vem de longe, estão se evidenciando de maneira alarmante. O consumo do café nos Estados Unidos, se faz agora, mais do que nunca, na base de misturas variáveis de cafés verdes, que, posteriormente, dão continuidade estável ao tipo vendido pelos torradores. Essas conhecidas "marcas" de cafés torrados, oferecidas ao consumidor pelos varejistas, são oriundas de "blends", isto é, misturas de vários cafés verdes.

Antigamente, o café brasileiro era oferecido puro ao consumo, debaixo de uma infinidade de marcas, nas quais êsse fato era mencionado, o que representava verdadeira propaganda do nosso produto. Hoje, nem siquer a única marca composta ùnicamente de café brasileiro, a "EIGHT O' CLOCK", traz, no envólucro, o simpático "slogan" "FINOS CAFÉS SANTOS", antes ostentado por tôdas elas.

Ao ser elevado o preço mínimo do café brasileiro, êle passou a custar mais caro que o café colombiano, não obstante ser tradição no comércio industrial o café da Colombia valer cêrca de cinco dólares mais por saca do que o nosso café.

O torrador norte-americano, que usava aproximadamente 60% de cafés brasileiros e 40% de cafés colombianos nos seus "blends", inverteu a proporção de suas misturas. Fêz ainda mais: passou a empregar também cafés africanos, muito mais baratos, embora sem gôsto, pois são neutros, no desejo de baratear a mistura. Note-se que até então o café africano não havia conseguido penetrar no mercado norte-americano. A essa política agressiva de nossos competidores respondemos com a manutenção do atual sistema restritivo de distribuição.

Expulso no mercado o nosso café, agravou-se a crise e o Govêrno Federal novamente alterou sua orientação, fixando o preço mínimo em 68 centavos de dólar, e, portanto, recuando no critério altista.

A esta altura, a Colômbia voltou a fixar em 72 centavos de dólar o prêço mínimo de seu produto, pois já havia vendido tôda a safra. Não obstante, enviou uma delegação ao Rio de Janeiro para estudar um convênio, pois ficou temerosa que o Brasil, em virtude das margens do confisco cambial, pudesse baixar ainda mais seus preço mínimo.

Simultâneamente, enquanto se registravam estas hesitações, a Bolsa de Café de Nova York acusou espetaculares manobras baixistas e o Govêrno Federal deliberou intervir, tentando sustentar os preços.

Foi outro êrro, porque há que distinguir entre o mercado especulativo do café e o mercado físico, sempre influenciado pelo primeiro.

Tôda nossa produção é vendida no "disponível" e, portanto, no mercado físico. A exportação independe das cotações da Bolsa de Nova York que apenas significa mercado especulativo, grande perturbador do mercado.

Basta saber que o café da Colômbia não é cotado na Bôlsa de Nova York para se verificar como as cotações não influem na exportação. O próprio Brasil, durante e no após guerra, vendeu tôdas as suas safras estando a Bôlsa fechada, e ainda agora, os negócios feitos com a Europa, não são feitos através da Bôlsa.

O que faz a Colômbia ?

Protegida a sua economia cafeeira pela sua organizadíssima "Federação de Cafeteros", (27 funcionários efetivos enquanto o IBC tem 1.500) dirigida de longa data por Manuel Mejia, que no curto prazo de um ano esteve no Brasil quatro vêzes, a Colômbia lançou mão de um artifício chamado reajuste, que lhe permitiu vender seus cafés mais baratos do que os nossos!

Como os cafés brasileiros são cotados na Bolsa de Nova York (o que não acontece com os colombianos), verificaram aquêles nossos concorrentes que enquanto as cotações do mês presente eram da ordem de 68 cents. por libra pêso, os mêses futuros eram cotados até a 50 cents. (um saco de 60 quilos pesa 132 libras).

Passaram então a oferecer diretamente aos importadores e torradores seus cafés a 62 cents. (em' lugar de 72 cents.) e ao mesmo tempo compensavam êsse prejuízo comprando cafés brasileiros cotados na Bôlsa a preços muito inferiores nos mêses futuros. Quando, com o decorrer do tempo, êstes se tornassem "presentes" automàticamente passariam a valer 68 cents., graças à defêsa feita na Bôlsa, pelo Brasil ou pela própria Colômbia, cujos cafés, defendidos no disponível a 72 cents. e valendo 4 cents. mais do que os nossos sempre acabavam puxando o preço do nosso para cima, a 68 cents.

Pleiteia, portanto, a lavoura, que o café do Brasil seja excluído da Bôlsa de Café de Nova York, e neste desejo é apoiada pelo Govêrno norte-americano que, oficiosamente fêz sentir sua opinião nêsse sentido.

Aliás de que vale manter estas cotações de Bôlsa se elas só servem aos especuladores?

A revelia do I. B. C. e da sua Junta Administrativa, portanto, dos interessados, o Banco do Brasil concedeu a diversas firmas exportadoras a faculdade de financiarem seus cafés pelo preço mínimo oficial, com opção de venda. Se os preços subissem, o exportador podia vender o produto financiado, com o resultado pagar o Banco e embolsar a diferença. Se o preço baixasse, simplesmente entregavam o café e liquidavam a operação. Não havia risco.

No momento em que se faziam êsses financiamentos no Banco do Brasil, digamos de 10.000 sacas, imediatamente vendiam na Bôlsa de Nova York outras 10.000 sacas. Se o preço subisse ganhavam aqui. Em resumo, financiavam com opção de venda aqui e faziam "cobertura" vendendo lá. O interêsse dêles é que as cotações caíssem lá.

Havia portanto um duplo interêsse em forçarem a baixa na Bôlsa de Nova York, pois assim ganhavam lá e aqui.

Enquanto isso os negócios no disponível, mercado físico, ficavam à mercê dessa instabilidade provocada pelo mercado especulativo; as nossas vendas paravam e os concorrentes vendiam.

Outra iniciativa que a lavoura desejaria ver aprovada se relaciona com a movimentação da safra.

O I. B. C. é quem regulamenta e fiscaliza o trânsito de café, das fontes de produção para os portos e aí regula as entradas, definindo o limite máximo dos estoques liberados em cada pôrto. Todavia, no que diz respeito à defêsa dos preços, êle apenas executa esta política, que, erradamente, vem orientada pela COMISSÃO DE FINANCIAMENTO DA PRODUÇÃO, diretamente subordinada ao Senhor Ministro da Fazenda. Além disso, os estoques acumulados em poder da referida Comissão, oriundos das compras, geram desconfiança e intranqüilidade entre os compradores. Tais estoques têm que ficar em poder do I. B. C.

É fundamental ao bom andamento dos negócios de café que em cumprimento à Lei se devolva ao I. B. C. a prerrogativa de realizar a política cafeeira, com inteira exclusão, especialmente de funções exercidas pela Comissão de Financiamento da Produção, pois a falta de unidade na direção da política cafeeira gera intranqüilidade no mercado do produto.

O lavrador, hoje, à medida que colhe e prepara o seu café procede aos embarques; êstes se fazem por dezenas em cada mês e começam, normalmente, em 1.º de julho de cada ano. Assim, o café embarcado entre 1 e 10 de julho é o que vai chegar primeiro ao pôrto; depois vem a 2.ª dezena, a 3.ª, e assim por diante. Quando o primeiro café chegar ao pôrto de Santos, ou Paranaguá, ou Rio, êle é recolhido em armazéns gerais, que se incumbem de pagar o frete ferroviário, do seu preparo para a venda — tiragem de amostras, reensaques, etc.

A taxa de armazenagem é cobrada por um período de 3 mêses, permaneça êsse tempo, ou não.

O dono da mercadoria começa, então, a acompanhar as cotações da Bôlsa de Nova York, pelos jornais, rádio, etc.; alimenta a esperança de conseguir melhor preço para o seu produto, e, com isso, retarda a venda.

Retidos ficam então os cafés embarcados nas dezenas seguintes. Os cafés que ficam no pôrto em poder dos produtores que não os venderam, ou dos exportadores que os compraram, mas estão especulando com essa mercadoria, vão "desmerecendo", isto é, piorando, tornando-se menos vendáveis e mais caros, onerados pelos juros, armazenagem ,etc. Geralmente, à medida que se exporta café é que quantidades correspondentes do produto retido são liberadas para o pôrto.

Como a produção do Brasil é, digamos, de 15.000.000 de sacas, e os estoques nos portos de, mais ou menos 3 milhões, significa que os 15 milhões antes de serem exportados sofrem êsse tratamento "negativo" de permanência nos portos. Tudo isso devido ao sistema especulativo do nosso comércio, que obriga o torrador a fazer suas "quimicas" (café colombiano com africano, etc.) para impedir que o reflexo dessa instabilidade gerada pelo sistema atinja o consumidor.

Êsse sistema de embarques em "prestações" dificulta a comercialização do produto. Se numa firma exportadora recebesse uma ordem de compra enviada por uma firma importadora de Nova York, do 10.000 sacas de café de um tipo exatamente igual ao produzido por lavrador que tivesse obtido uma colheita de 10 mil sacas de café, mas que embarcou sua safra, como vimos, em 10 dezenas, só poderia vender as primeiras mil sacas porventura chegadas; quanto às nove mil restantes, bloqueadas nos armazéns das Estradas de Ferro pelo regulamento de embarques, só em data remota chegariam ao pôrto.

Bem se vê que esta limitação desestimula o produtor na obtenção de qualidade, pois o seu maior interêsse é colher e beneficiar ràpidamente para alcançar os embarques permitidos, obter o financiamento e ver seu produto no pôrto de exportação.

Torna-se indispensável, pois, que o I. B. C. seja dotado daquêles recursos financeiros que a Lei 2. 145 também prevê, de maneira substancial, para realizar a defêsa do justo preço para o café, nas fontes de produção ou nos portos de exportação, inclusive quando necessário, mediante compra do produto para retirada temporária dos mercados, como determina a lei 1.779.

Como decorrência dessa medida, o sistema de movimentação da mercadoria deve ser modificado.

Para isso, o I. B. C. deverá instalar armazens no interior, adaptando os de sua propriedade ou contratando com companhias particulares de armazéns gerais os serviços de armazenamento, classificação, rebeneficio se interessar, emissão de certificados de depósito e de classificação e "warrants".

Êsses documentos servirão de base para o detentor da mercadoria obter, no Banco do Brasil, o financiamento, segundo a qualidade, com opção de venda do I. B. C., na base do preço mínimo em vigor, dos cafés depositados.

Êsse mecanismo permitirá ao lavrador preparar, com vagar, seus cafés, em benefício do tipo e da qualidade, porque os melhores tipos terão melhores preços.

As amostras dos cafés depositados nos referidos armazéns serão remetidas para a praça comercial, onde os corretores, normalmente, oferecerão a mercadoria aos exportadores.

Se a oferta obtida satisfizer, o produtor autorizará a venda e todo aquele lote demandará o porto diretamente para o navio. Até então êsse café estava no armazém do interior sujeito a despezas muito menores em condições ambientes muito melhores, aguardando a oportunidade mais conveniente para ser negociado.

Dessa maneira, abolido o gargalo que asfixia o escoamento do café brasileiro, estaria eliminado o ambiente propício às especulações e aberta a porta de recuperação dos mercados mundiais, porque o I. B. C. sempre que houver falta de café nos mercados, tratará de supri-la com café dos seus estoques mediante um plano pré-estabelecido.

Segundo estatísticas divulgadas pelo I. B. C., o número de cafeeiros existente no Brasil é 24.531.937.200, conforme estatística adiante transcrita:

Estimada em 15.000.000 de sacos a produção brasileira de café, e considerando como preço médio de venda ...... Cr$ 2.000,00 (dois mil cruzeiros), tem-se que a receita da produção brasileira de café é de Cr$ 30.000.000.000,00.

Vejamos, agora, a despeza realizada para a aplicação dos tratos culturais destinados à manutenção dessa lavoura :

Estimando-se em Cr$ 8,00 (oito cruzeiros) por pé, nas lavouras formadas, o custo das capinas, colheita, despezas gerais, e administração, e Cr$ 5,00 (cinco cruzeiros)

para as lavouras novas, teremos :

Do saldo resultante de .... Cr$ 5.468.063.000,00 é que terão de ser deduzidas as importâncias destinadas a cobrir as despesas com os seguintes itens :

a) juros do capital invertido;
b) juros do custeio;
c) adubação;
d) conservação do solo, combate à erosão, etc.;
e) irrigações;
f) melhoria das condições de vida do trabalhador rural.

a) Estimando-se, para efeito de cálculo, em Cr$ 10,00 o valor do pé de café (no Paraná atinge a Cr$ 100,00 e em São Paulo a Cr$ 50,00), o capital representado pelo estabelecimento seria, à taxa de 10% sôbre Cr$ 33.153.020,00 : Cr$ 3.315.302,00.

b) A taxa de juros do custeio concedido pelo Banco do Brasil, é de aproximadamente 1%. Considerando-se o seu uso em parcelas mensais, o custo final desse financiamento pode ser calculado em 6%, sendo então : Cr$ 1.471.916.220,00.

Deve-se considerar, ainda, o seguinte :

a) as lavouras do sul do Brasil são mais produtivas, mas estão sujeitas a geadas periódicas, que reduzem as colheitas;

b) as fazendas dessas regiões, na maioria dos casos, estão na fase de montagem, que exige despesas vultosas — terreiros, máquinas, etc.

As lavouras da zona centro, parecem ser as representativas da cafeicultura média brasileira.

Segundo estudo realizado pela Assessoria Econômica da FARESP, a necessidade teórica de adubos fosfatados, nitrogenados e potássicos para manter o nível estável de rendimento físico, baseados nos resultados das experiências de adubação, é, para o café, de cêrca de 1 milhão de toneladas, segundo as últimas importações realizadas pelo Departamento Comercial da FARESP, o custo médio da tonelada dêsses adubos, CIF Santos, para a fórmula 7-7-21, foi de 58 dólares. Segundo os últimos leilões da lavoura foi o dólar cotado em ...... Cr$ 45,00.

Essa adubação, excluída a despêsa de transporte e aplicação, custaria .... Cr$ 2.560.000.000,00.

Destas observações, conclui-se que a cafeicultura, nas condições atuais, parece não permitir a aplicação dos tratos racionais indispensáveis à sua sobrevivência e, ao mesmo tempo, remunerar o capital mal empregado.

Considerando que a cafeicultura colombiana é representada por pequenas fazendas de, em média 5.000 pés, o que permite um custo de produção baixo, impõe-se a adoção, por nós, de medidas tendentes à racionalização dos métodos culturais objetivando a mesma coisa. O produtor brasileiro de há muito reconhece essa necessidade. Outra explicação não tem o "pioneirismo" ou "bandeirismo" dos fazendeiros de café abrindo fazendas em Mato Grosso, Paraná, e demais sertões; não desejam outra coisa senão produzir barato à custa da fertilidade natural das terras novas. Se deixam através de si o deserto é porque sua receita não permite a conservação e recuperação da fertilidade exaurida pelas colheitas. No entanto, aí ficaram instalações caras, em zonas dotadas de melhoramentos, tais como estradas, energia elétrica, telefone, serviços de assistência social, sanitária, agronómica, etc.

Têm razão os fazendeiros quando manifestam seu descontentamento contra o tratamento discriminatório dispensado ao café, e pleiteiam a modificação da política cambial pela abolição do confisco, pois um saco de café exportado produz cêrca de 85 dólares que, convertidos em cruzeiros, representam, ao câmbio livre, cêrca de ...... Cr$ 6.000,00 (seis mil cruzeiros), dos quais o lavrador recebe pouco mais de .... Cr$ 2.000,00 (dois mil cruzeiros) à taxa oficial.

Essa diferença tão grande dá margem ao emprêgo de artifícios pelos exportadores menos honestos, que nela encontram meios de fraudar a economia nacional da maneira seguinte : os cafés tipo SANTOS, valem cêrca de 85 dólares, os tipo RIO, 65. A fiscalização do Banco do Brasil exige, contra a exportação feita de café tipo SANTOS, importância correspondente de cambiais. Assim, quem exportar 1.000 sacas de tipo SANTOS, deverá entregar 85 mil dólares. A mesma coisa com os cafés RIOS. Ora, quem exportasse café SANTOS pelo pôrto do RIO, como café RIO, deveria entregar 65.000 dólares, e poderia embolsar clandestinamente 20.000 dólares.

É dentro dêste espírito que apresentamos as sugestões abaixo que, se adotadas desde logo, estamos certos, resolverão a grave crise que aflige o grande produto há longo tempo e que ameaça tragá-lo definitivamente :

1.º) Outorgar ao I. B. C. a orientação e realização da política cafeeira, cuja direção deverá ser integralmente atribuída à classe agrícola.

2.º) Diligenciar, pelos meios diplomáticos ao alcance do Govêrno, pela retirada do café da Bôlsa de de Nova York, e pelo conseqüente fechamento das Bolsas nacionais.

3.º) Deslocamento da defêsa do produto — que deverá ser permanente, dentro das condições ditadas pelas conjunturas nacional e internacional — para o interior, isto é, junto e diretamente aos produtores. Esta deverá ser exercida pelo I. B. C., cujo apôio financeiro deve ser amplo, estabelecendo-se normas, que atribuindo melhor preço ao melhor produto, promovem a melhoria da apresentação do nosso café, fator imprescindível à recuperação do seu conceito, bastante abalado naqueles mercados. Estabelecer, ao mesmo tempo, normas para o retôrno, ao mercado, do café adquirido para efeito de garantia de preço, de forma a que sejam assegurados o suprimento dos mercados consumidores e a promoção de sua expansão.

4.º) Estabelecer inteira liberdade de movimentação para o café em busca dos portos de exportação, possibilitando, assim, sejam atendidos todos os reclamos dos nossos compradores, promovendo uma verdadeira ofensiva de vendas.

5.º) Fixar em normas compatíveis com a nova política de recuperação da produção brasileira do café, as questões de propaganda e outros meios de expansão de nossas vendas de café.

6.º) Elaborar estudos para se julgar da conveniência de se estabelecer uma política de bom entendimento — não tratados comerciais — entre os demais países produtores, de forma a se poder manter uma salutar estabilidade na política de preços e a expansão dos mercados consumidores do café.

7.º) Preparar Mensagem ao Legislativo, solicitando alterações nos dispositivos legais do diploma que dispõe sôbre a criação do I. B. C., dando maior autonomia à sua ação, e reajustando, ainda dentro dessa reforma do referido diploma, a maneira de cobrança da taxa arrecadada pelo I. B. C., passando-se a calculá-la percentualmente, de forma a que a expansão de seu valor e movimento ampliem a arrecadação na medida das necessidades de atendimentos da execução dos serviços de defêsa permanente do café. Estabelecer, dentro dessa Mensagem, um novo sistema de arrecadação de contribuições para a propaganda do café no exterior, estudando-se uma porcentagem a ser cobrada nas moedas em que são vendidos os cafés, destinada a:

a) 10 centavos de dólar para as atividades conjuntas dos países produtores dentro do Bureau Pan Americano do Café;

b) o excedente para a propaganda dos cafés brasileiros em conjugação com as firmas torradoras, na proporção do uso dos cafés brasileiros em suas composições.

8.º) Dado o entrelaçamento do café com a política cambial, que dela depende inteiramente, reformá-la pela abolição do confisco, de maneira a atender melhor o interêsse da produção e fomentar a expansão de nossas vendas no exterior.

9.º) Conquista de novos mercados mediante a realização de acôrdos comerciais com países consumidores.

São Paulo, 15 de Janeiro de 1955.

aa) *Iris Meinberg*, Presidente da Confederação Rural Brasileira;

Manoel Carlos Ferraz de Almeida, Presidente da FARESP;

José Cassiano Gomes dos Reis, Secr. Geral da FARESP e Membro da Junta Administrativa do IBC.

Salvio Pacheco de Almeida Prado, Diretor do Departamento de Cafeicultura da FARESP.

	1952	%	1953	%	Até Agôsto de 1954	%
Colômbia	4.456.001	22%	5.598.945	27%	3.740.706	30%
Brasil	10.100.728	50%	8.970.438	42%	4.061.826	33%
Total	20.226.046	100%	21.016.679	100%	12.219.637	100%

Em produção	2.651.809.000 pés
Novos	663.493.000 pés
TOTAL	3.315.302.000 pés

Lavouras em produção	— 2.651.809.000	× 8,00	=	21.244.472.000,00
Lavouras novas	— 663.493.000	× 5,00	=	3.317.465.000,00
TOTAL				24.531.937.000,00

(Conclusão da pág. 35)

pressionante espetáculo de imprevidência, ou mesmo de inconsciência.

Compra o govêrno café na Bolsa de Nova York, onde serão elevadíssimos os prejuízos com que terá de arcar; compra nos portos de exportação para garantia de preços mínimos — sem saber, todavia, o que irá fazer com o café comprado e qual o rumo a ser seguido para o futuro. Chegamos ao cúmulo de produzir o café, embarcá-la para Santos, onde o IBC o compra para trazê-lo, de volta para a Capital de S. Paulo a fim de ser armazenado. Outro paradoxo: invertendo tôda a lógica do bom senso, como país produtor — cuja função, portanto seria sempre a de vender — é o Brasil o maior comprador na Bolsa de Nova York, centro importador de uma nação exclusivamente consumidora dessa mercadoria.

Prevendo a aproximação da maior crise econômica que o país já enfrentou, indagamos mais uma vez: *para onde vamos?* Para onde nos conduzem os que têm as rédeas da direção econômico-financeira nacional?

E, dentro dêste lacônico brado de alerta, é que chamamos, novamente, a atenção das autoridades, reclamando novos rumos para a política cafeeira, cuja reforma não mais deve tardar, pois não dispomos de um instante sequer para perder. O tempo nos vale ouro, se soubermos agir, e será o nosso maior inimigo se continuarmos na inconsciência da gravidade dos problemas que nos ameaçam.

Dentro de breve entraremos na colheita da nova safra, que deverá encontrar um regime de escoamento e comercialização que assegurem a estabilidade dos produtores e proporcione para o nosso café o início da recuperação dos mercados consumidores.

Propomos, pois, que esta Confederação se dirija novamente às autoridades, advertindo-as sôbre os riscos da manutenção do errôneo caminho seguido, dando-lhes conhecimento de nossas graves apreensões, clamando ainda imediatas providências corretivas que assegurem o retôrno ao bom senso, única maneira de encontrarmos o caminho da recuperação da cafeicultura e da economia nacional.

AINDA A SITUAÇÃO DO CAFÉ

UM COMUNICADO DO SR. SALVIO P. DE ALMEIDA PRADO À CONFEDERAÇÃO RURAL BRASILEIRA

A gravidade da situação do café, no que concerne à sua exportação e à sua política econômica em geral, obriga-nos a voltar ao assunto, nesta Confederação.

Retornando dos Estados Unidos — onde representamos, por delegação desta entidade, os produtores de café do Brasil, tivemos a oportunidade de lançar um brado de alerta sôbre a situação, através de relatório aqui apresentado.

Comentando as condições do café encontradas pela atual govêrno e as providências por êle adotadas, dentro do dirigismo que envolve os negócios dêsse produto, fixamo-la assim: em nossa ausência do país, providências foram postas em prática pelo govêrno, sob a alegação da defesa do mercado na emergência, desprezando suas possíveis e prováveis conseqüências futuras". Duas medidas de transcedental importância e de danosas repercussões futuras foram tomadas, visando a proporcionar o apêrto nas entregas de café do mês de dezembro último na Bôlsa de Nova York, na qual o govêrno brasileiro era o maior comprador e onde pretendia operar um "corner". Essas medidas foram: a supressão da descrição do "riado" e a supressão da liberação parcial de 20% das cambiais do café. Aquela, com o fim de impedir que os cafés exportados pudessem ser entregues na Bôlsa norte-americana, acabou privando a exportação em geral e quebrando o ritmo do mês de novembro, que se apresentava satisfatório, refletindo os primeiros efeitos da mudança da política adotada com a Resolução n.º 99, da Superintendência da Moeda e do Crédito. Por sua vez, o congelamento cambial total, não-sòmente repôs essa política na esquema do integral "confisco cambial", como impediu que o prêço externo do café se reajustasse paulatinamente, sem os inconvenientes das bruscas oscilações, como ocorreu com a adoção daquela Resolução da SUMOC

"Com essas providências — afirmavamos — retornamos à posição em que estavamos quando da vigência do prêço mínimo de 87 cents. de dólar por libra pêso — prêço mínimo ainda agora fixado arbitràriamente em 68 centavos. Não demorará muito tempo para que nova Resolução seja baixada e novo recuo brusco se processe nas cotações internacionais do café, com todos os males dêle decorrentes".

Após a apresentação do relatório referido, e no qual assinalamos ainda a precariedade da situação do café brasileiro frente aos seus concorrentes, notadamente à competição africana, novos trabalhos foram apresentados aos poderes competentes, expondo as nossas apreensões e sugerindo novos rumos a serem seguidos.

Contudo, quando da recente alteração na direção da política administrativa do país, provocada pelos acontecimentos de agôsto, não teve ela a profundidade de que carecia nas esferas econômicas permanecendo, em suas funções, alguns dos responsáveis diretos pela aventura especulativa do café. Continuou ainda a assessorar as altas autoridades que acabavam de ser conduzidas aos postos de direção o mesmo corpo de assessores que vinha orientando a política cafeeira desde longa data. Explica-se o fato de êsses elementos, ao serem consultados sôbre a condenação da política até então seguida e sôbre as sugestões apresentadas, adotaram a linha de conduta que ficamos conhecendo, isto é, de se esforçarem por manter a posição de únicos entendedores na matéria, não aceitando as sugestões e refutando as críticas. A interferência dêsse grupo de assessores chegou a tal ponto que, quando a Junta Administrativa do I. B. C., reunida em outubro último, estudava um plano de alteração da política cafeeira, por nós apresentada por intermédio de nossa entidade, com a finalidade de estabelecê-la em bases novas e mais concordes com os superiores interêsses nacionais — o sr. Presidente da República, baseado naturalmente nos conselhos da assessoria, feria a autonomia legal da autarquia cafeeira, desprestigiada ao máximo pelo govêrno anterior, fazendo declarações públicas sôbre assuntos dos quais aquela junta deveria opinar. Essa atitude do sr. Presidente da República está consubstanciada em suas declarações peremptórias de que não cogitava de alterar a política cafeeira, nem adotar "novos planos para a sua reforma".

Era a palavra oficial traduzindo mais um êrro da assessoria do Ministério da Fazenda.

Entrementes, nossa exportação se estancava, e se positivava o vaticínio que fizeramos. A exportação em dezembro foi mais fraca do que no mês anterior; janeiro assinalou queda ainda maior, para entrar em colapso durante fevereiro, quando, com a paliativa Resolução 114, se repetia a ruptura do dique inadvertidamente reconstituído com as providências atrás citadas.

E, assim, continua a política imprevidente de imediatismo, sem sabermos *como e para onde vamos*.

Com quatro meses para terminar o ano comercial e dois para serem iniciadas as novas colheitas, assistimos ao im-

(Continua na pág. 31)

COMO FORMAR UM AMBIENTE PROTETOR PARA O SEU REFLORESTAMENTO

ALCEO MAGNANINI
Eng. agrônomo
E
ADELMAR COIMBRA FILHO
Técnico-silvicultor

Reflorestar aqui significa formar floresta em determinado local, independentemente de qual tenha sido o tipo de vegetação que ali anteriormente existia. Seja qual fôr o caso, para termos sucesso, nossos procedimentos devem se aproximar tanto quanto possível do que sucederia na própria natureza, sem nossa intervenção. A grande experiência acumulada pelos técnicos em todo o mundo, indica que: quanto maior fôr essa intervenção, mudando o curso normal dos acontecimentos, tanto maior será o risco de um total fracasso.

Examinemos, portanto, êsse curso normal.

No Brasil, todos os terrenos (exceto os que são inteiramente estéreis) tendem a se cobrir com plantas invasoras, que vão progressivamente formando vegetação cada vez mais alta e mais densa. Êste fato é conhecido tècnicamente pelo nome de "sucessão vegetal". Conduzir a vegetação ao seu maior desenvolvimento, de maneira a se atingir a última fase da sucessão, no menor tempo possível, tal é o objetivo dos reflorestamentos.

Todavia, é necessário que nos lembremos de que, na natureza, sem a interferência do homem, tôdas as fases são percorridas antes de se chegar à última, chamada "floresta". Podemos acelerar, ou mesmo suprimir, algumas fases, porém quanto mais nos afastarmos do curso normal da sucessão, tanto mais intensos deverão ser os processos e práticas de proteção ao reflorestamento, como capinas contínuas, adubações fortes, proteção contra erosão ou pragas, etc. Pelo contrário, quanto mais imitarmos a natureza, menos necessários ou intensos serão aquêles cuidados.

Preliminarmente, desejamos frizar que nada ou muito pouco se poderá obter, se o reflorestamento não fôr cuidadosamente vigiado e tratado. É essencial, para qualquer reflorestamento, que tanto o fogo, como o pastoreio estejam rigorosamente ausentes.

Poderemos destacar as três fases da sucessão vegetal que nos interessam mais de perto:

1.ª fase: É a da cobertura da superfície por um verdadeiro tapete de plantas, como um gramado ou campo sujo (o que melhora a fertilidade da terra, protege-a contra a erosão, retém boa umidade, etc.).

2.ª fase: É a do estabelecimento de uma capoeira pouco densa, formada por árvores de rápido crescimento, geralmente de madeira mole (resultando na formação de um ambiente de meia sombra) no fornecimento de grande quantidade de adubo orgânico natural (húmus), etc. A erosão já está naturalmente submetida a contrôle eficiente, pela vegetação da 1.ª fase.

3.ª fase: É a do crescimento das mudinhas florestais que irão fornecer o resultado que se visa no reflorestamento.

Para os fins que temos em vista, podemos aproveitar o trabalho da própria natureza, protegendo e orientando a invasão do chamado "mato" (1.ª fase). Se, porém, quisermos suprimi-la, plantando diretamente na área núa as árvores protetoras que aparecem na 2.ª fase, ou mesmo as mudas florestais nobres (3.ª fase), deveremos cuidar de:

1 — proteger a área contra a erosão (com o uso de engenharia agrícola, o que é sempre custoso e difícil, entre nós);
2 — fornecer água oportunamente (por meio de irrigações, etc.);
3 — adubar o solo (com adubos químicos e orgânicos); e
4 — restaurar o reflorestamento, substituindo as mudinhas que morrerem devido às diferenças de temperatura ou ação dos ventos, geadas, poeira, etc., cuidado êste que se terá em qualquer caso.

Também para a 2.ª fase, o trabalho da natureza pode ser aproveitado, com a seleção e proteção dos arbustos e árvores que existam nas capoeiras. Em todo caso, é nesta fase que se forma o ambiente protetor para o reflorestamento, onde as mudinhas das árvores chamadas nobres podem se desenvolver protegidas contra: quedas ou aumentos excessivos de temperatura, falta de fertilidade da terra, ação nociva de ventos, geadas, etc., erosão do solo e outros fatores que agem mais intensamente nos terrenos desabrigados.

É conveniente assinalar, desde logo, que todos os trabalhos dispendidos para formar um ambiente protetor renderão altos juros, pois asseguram sucesso e maior rendimento ao empreendimento, propiciando desenvolvimentos maiores e mais acelerados.

Levando em conta as considerações feitas, vejamos quais os procedimentos aconselháveis para formar um ambiente protetor. Tais procedimentos foram indicados não só pela experiência já do conhecimento dos técnicos no assunto, como principalmente pelos estudos e observações pessoais efetuadas pelos autores, sendo mesmo alguns dêsses estudos inteiramente originais.

Não são raros, entre os poucos reflorestamentos que se fazem no Brasil, os fracassos. E quase todos são devidos à impropriedade dos processos usados. Não se considerou o papel da cobertura vegetal baixa, inicialmente, e tampouco se deu importância à necessidade de semi-sombreamento que a grande maioria de nossas madeiras de lei requerem para um razoável desenvolvimento inicial.

Em areas descampadas, bastante ensolaradas e com solo muito pobre ou empobrecido, é aconselhável a melhoria de suas condições plantando o "botão-de-ouro ou margaridinha" (*Wedelia paludosa*), várias "iris" (*Neomarica*

spp.), "Sensitiva ou dormideira" (*Mimosa pudica*), feijões, sója, mucuna, kudzu, etc. Essas plantas podem servir para fornecer uma defêsa eficiente e barata contra a erosão pela água ou ventos, além de propiciar enriquecimento da terra, protegendo-a ainda contra o ressecamento e, mesmo, a queima da superfície o que contribuiria para eliminar a formação dos adubos orgânicos naturais (húmus).

Essa melhoria de solo deve ser efetuada antes mesmo que seja plantado o bosque protetor. O reflorestamento pròpriamente dito, isto é, a plantação posterior com essências ditas nobres, como perobas, pequiás, maçarandubas, vinháticos, etc., é grandemente facilitado e bem sucedido quando se procede ao melhoramento prévio dos solos. Qualquer despesa nesse sentido renderá futuramente enormes lucros com o recebimento de resultado mais rendoso, seja em quantidade, seja em qualidade de produtos.

Podemos aproveitar também as plantas espontâneas pioneiras que invadem as áreas desnudas ou pobres em vegetação, selecionando e protegendo as que apresentarem grande ramagem, isto é, que fazem sombra densa; que derramam grande quantidade de folhas no chão e que também tenham grande rêde raízes (segurando, dêste modo, a terra, contra o arrastamento pela erosão).

Quanto ao bosque protetor (correspondente ao que chamamos anteriormente de 2.ª fase), poderemos aproveitar o ambiente formado por uma capoeira nova ou rala. Retiram-se então tôdas as espécies de cipós, trepadeiras, etc. Aproveitam-se tôdas as espécies de boa qualidade arbórea (às vêzes encontram-se nessas capoeiras até mesmo alguns jacarandás). Será conveniente manter ou mesmo plantar árvores e arbustos que forneçam alimentação para a fauna local, o que permitirá maiores possibilidades de contrôle de pragas de insetos, roedores, etc.

No caso de se querer derrubar a capoeira para em seguida reflorestar o terreno, deveremos deixar pelo menos as espécies melhores e lenheiras. O abrigo, formado pelas árvores poupadas, atenuará consideràvelmente as variações bruscas de temperatura e preservará as plantas jovens contra o vento e a sêca.

De preferência indicamos as diversas espécies de angicos (*Piptadenia spp.*), para a formação de bosques protetores. Os ingás propiciam demasiada sombra, de maneira que se o usarmos, teremos que levar tal fato em consideração e plantarmos os ingazeiros com bastante intervalo. De qualquer forma, devemos usar espécies de rápido crescimento. Os angicos, já com dois anos e meio propiciam a sombra desejada. O espaçamento a adotar é bastante variável, sendo que inicialmente pode-se aconselhar plantar de 4 em 4 metros. É importante esperar a formação de meia-sombra, antes de plantar as mudinhas do reflorestamento definitivo. Sempre, porém, em qualquer cultivo que se fizer na terra, deve-se plantar seguindo uma linha que quebre a fôrça das águas (obedecendo a direção das curvas de nível).

As árvores protetoras poderão fornecer, além do ambiente, fontes de renda próprias (produção de lenha, carvão, taninos, cascas medicinais, frutos, óleos, etc). Utilizando-se os angicos (jacarés inclusive), podemos contar com apreciável produção de lenha de ótima qualidade aos 7 anos de idade (produção que se repetirá mais duas vêzes, bastando para isso alternar os cortes de modo a deixar entre cada duas árvores de lei, uma de sombra).

De modo geral, as árvores protetoras devem :

1 — fazer parte de matas ou capoeiras existentes na vizinhança, o que nos permitirá trabalhar com plantas já aclimatadas na região;

2 — ter muita rusticidade, não sendo sujeitas a pragas ou doenças, nem muito exigentes quanto a solo ou clima;

3 — ter desenvolvimento rápido e direito, tendo quanto possível, para em 2-3 anos, já devemos poder andar sob meia-sombra dentro do bosque protetor;

4 — fornecer grande quantidade de fôlhas derramadas (quanto mais pequenas as fôlhas, tanto maior, pois fornecem a sombra ideal (peneirada) e mais ràpidamente se decompõem em adubo orgânico;

5 — fornecer, por si só, algum produto econômico, como os já mencionados antes; e

6 — formar semi-sombra e não sombra densa.

Quando as espécies nobres já tiverem atingido o porte médio de 50 centímetros, poderão ser plantadas nos lugares definitivos, entre cada duas árvores do bosque protetor, pois então já não sofrerão competição fatal por parte da vegetação existente.

Quando as árvores do reflorestamento tiverem atingido e superado as copas das árvores protetoras, poderemos derrubar estas com fito econômico, pois aí então já prestaram todo o serviço desejado no reflorestamento.

É importante que, depois do primeiro decênio, havendo falhas entre as árvores nobres, só se recoloque nêsses lugares mudas de canelas, maçarandubas, perobas (não a peroba de-Campos), tapinhoãs e não essências que exigem sombras apenas rala, como a peroba de Campos, jacarandás, etc. É que, já então, haverá uma sombra por demais densa. Na dúvida, será sempre conveniente propiciar um sombreamento apenas ralo, de modo a permitir que os raios solares atinjam o solo, se bem que peneirados. De qualquer modo, o solo deverá estar coberto por uma camada de fôlhas, formada pelo derrame foliar das árvores protetoras.

As espécies que toleram mais sombra devem ficar mais tempo protegidas que as menos tolerantes. O jacarandá caviúna (*Dalbergia nigra*), por exemplo, não tem se desenvolvido satisfatòriamente sob bosque protetor, segundo observações realizadas no Parque da Gávea (Distrito Federal).

Assinala se um procedimento prático, de grande valia para o sucesso nos reflorestamentos : Nos locais onde o solo é sêco, deve-se colocar as mudinhas no fundo das depressões (em forma de pratos), pois assim se aproveitará tôda a água que caia. Pelo contrário, nos solos muito úmidos, as plantas devem ficar colocadas em cima de

(Continua na pág. 39)

A CULTURA DE TRIGO NO BRASIL

Estimada em 85 milhões de dólares a economia de divisas — Instalação de novos núcleos coloniais e movimentação de moinhos — Declarações do Sr. Kurt Repsold, Diretor do Serviço de Expansão do Trigo

A propósito do plano de trabalho do Serviço de Expansão do Trigo para a safra do corrente ano, o Snr. Kurt Repsold, diretor daquele órgão do Ministério da Agricultura, fez as seguintes declarações à imprensa: Visará o nosso programa de trabalho além do prosseguimento das medidas em execução, outras providências que tenham por escopo o aprimoramento da técnica de produção e consequentemente, um rendimento maior por área plantada e um menos custo do produto colhido. Como objetivos principais, tencionamos regularizar e ampliar o volume de produção de sementes selecionadas, numa área global de 1.400 hectares, a fim de atender às necessidades dos agricultores; ampliar as áreas de culturas fiscalizadas, mantidas em cooperação com os lavradores, para a multiplicação de sementes destinadas à revenda aos triticultores, bem como instalar postos de sementes para limpeza, classificação, secagem, expurgo e armazenamento das sementes para plantio. Esses postos serão instalados em Estações Experimentais, campos de multiplicação de sementes, postos agropecuários, núcleos triticolas e outros setores.

MECANIZAÇÃO DA LAVOURA

Promoveremos, também, o desenvolvimento das atividades de mecanização da lavoura nas zonas produtoras do cereal, através de pessoal especializado e material de colheita do trigo, bem como patrulhas moto-mecanizadas. Grande parte dessa maquinária vem sendo adquirida na América do Norte e na Alemanha. O material europeu é, em geral, mais durável e de pagamento mais fácil. Por sua vez, o norte-americano acarreta maiores vantagens, no que se refere à renovação e aperfeiçoamento periódicos.

Cumpre assinalar que a colheita de um milhão de toneladas, prevista para êste ano, resultará para o país numa economia de divisas calculada em 83 milhões de dólares, ou seja, 5 bilhões de cruzeiros na base do trigo nacional".

Interrogado sôbre as variedades cultivadas no país, o Sr. Kurt Repsold destacou a frontana, pelo grande poder de adaptação; revelou ainda que existem variedades específicas em regiões determinadas, como fronteira, bagé, coletana, colônia e trinta e cinco. Quanto à média de produção por hectare, declarou ser de noventa quilolitros. Sôbre os planos de Serviço em relação a Mato Grosso, salientou o plantio do trigo no município de Dourados, na região do Rio Brilhante, próximo a Sergipe; na Colônia Municipal de Terrenos, nas proximidades de Campo Grande e na Colônia de Sangradouro. Em Goiás, além de um acôrdo firmado com o govêrno daquele Estado, existe uma Inspetoria Regional do Serviço que está promovendo a instalação de um Pôsto Trítico para preparo de sementes adequadas ao meio, em terras doadas pelo Estado.

NOVOS NUCLEOS E MOINHOS

"No momento, — continuou o Sr. Kurt Repold — está sendo procedida à instalação do Núcleo Tritícola de Goiânia, o qual será aparelhado com máquinas destinadas ao preparo de sementes, conjunto de irrigação por aspersão, máquinas de desbravamento e preparo do solo, tratos culturais, semeadura, colheita e trilha visando a atender aos próprios trabalhadores e auxiliar os pequenos agricultores das imediações. Terão andamento também os serviços da Colônia Tritícola de Curitibanos, mediante a dotação global de dois milhões de cruzeiros. Cuidaremos igualmente da ampliação das atividades de fiscalização da indústria moageira e de orientação do escoamento da safra de trigo nacional. No tocante à fiscalização do parque moageiro, diversas providências serão adotadas, destacando-se dentre estas, melhor aparelhamento e ampliação do corpo de fiscais do S. E. T.; instalação de um sistema do rodízio dos fiscais; verificação, por método único, da capacidade de todos os moinhos existentes no país, e bem assim a instalação de novos moinhos e aumento de capacidade dos atuais".

CALCAREO NA CORREÇÃO DOS SOLOS

Referindo-se à importância do calcáreo para o incremento da triticultura, frisou o Sr. Kurt Repsold a necessidade do emprêgo maciço daquele fertilizante na correção da acidez dos solos, de vez que a triticultura se vem deslocando para os terrenos de campos de mais baixa valorização, o que, embora permita a mecanização em maior escala, estão sendo aproveitados unicamente como pastagens, dada a acidez dos terrenos.

MAIOR CAPACIDADE NA REDE DE ARMAZENAMENTO

O aumento da capacidade da rede de armazenamento será uma das preocupações constantes do S. E. T. e neste setor é que reside uma das principais deficiências com que luta a triticultura nacional. Da solução dêsse problema, depende o futuro do trigo brasileiro, pois à medida que as nossas safras forem crescendo, com o aumento das quantidades de grãos a serem escoados das zonas de produção, maior será a sua gravidade.

"Em face da solidez cada vez maior em que se alicerça a produção nacional do trigo — concluiu o Sr. Kurt Repsold — já é tempo de que se dê comêço a medidas que objetivem o barateamento de um produto básico na alimentação do povo".

(Conclusão da pág. 37)

pequenas elevações (em forma de cupinzeiros ou fôrno de barro), para que as águas em excesso não prejudiquem as mudinhas. Êsses procedimentos não acarretam quase despesa alguma, o que não sucederia com irigações ou drenagens que se tivessem que fazer.

Quando a área escolhida fôr inclinada (que é o que acontece na maioria dos casos no Brasil), convém acumular a terra em semicírculo, em tôrno da mudinha, logo abaixo do ponto em que a mesma está plantada. Procede-se assim à formação de verdadeiros terraços individuais, os quais não acarretam despesa de monta, porém protegem eficazmente a planta contra a erosão que expõe as raízes.

Frizamos, ainda, ser altamente aconselhável usar diversas espécies para formar o ambiente protetor. O uso de uma só espécie traz o perigo da exposição de todo o ambiente ao ataque das pragas. Além disso, um bosque misto conduzirá a observações sôbre o comportamento das diversas espécies, o que permitirá selecionar as que melhores resultados trouxeram para o reflorestamento. Procure-se imitar a natureza, formando um ambiente misto composto de várias espécies e se terá maiores probabilidades de sucesso total.

Ministério das Cooperativas

FABIO LUZ FILHO

Maurício Babenco é brilhante intelectual argentino. Possui obras publicadas sôbre assuntos de puericultura, cooperativismo e contabilidade aplicada. Foi secretário da *Casa de Rochdale* e exerce o magistério particular.

Acaba êsse ilustre técnico de apresentar importante e oportuna recomendação ao 4.° *Congresso de Cooperativas Argentinas*. Fê-lo através da *Casa de Rochdale*, (Instituição semelhante ao *Centro Nacional de Estudos Cooperativos do Brasil*), cujo atual presidente é o Dr. *Domingo Bórea*, eminente tratadista sul-americano, a cuja obra o Ministério da Agricultura brasileiro sempre deu, desde 1926, o merecido relêvo, divulgando-a no Brasil, seja através de publicações oficiais, seja através dos livros de seus técnicos, tais como *Saturnino Brito*, *Fábio Luz Filho*, *Adolfo Gredilha*, *Valdiki Moura*, e outros, sem falar nos departamentos estaduais de cooperativismo que surgiram depois.

Em sua tese, propõe *Maurício Babenco* a criação do *Ministério das Cooperativas*, tese esta de grande alcance e oportunidade, sobretudo quando vemos a Câmara dos Deputados do Brasil impugnar, num projeto de lei sôbre cooperativas, a criação de um *Departamento Nacional de Cooperativismo* reclamado por dois Congressos Cooperativos brasileiros, por várias reuniões de técnicos, de norte e sul do Brasil, e particularmente por todos os líderes do movimento cooperativo brasileiro.

Eis a tese:

1.° — A criação do Ministério das Cooperativas, com a função específica de ajustar, educar, organizar, fiscalizar, financiar e desenvolver o movimento cooperativo da nação;

2.° — Que o Ministério das Cooperativas assim constituído, crie departamentos especializados, dentro das funções específicas dêste Ministério;

a) *Departamento de cultura cooperativa*: que terá o seu cargo a difusão do ensino, da doutrina, função e conceituação social do cooperativismo.

b) *Departamento jurídico*: ao qual estarão sujeitos o registro, a fiscalização e a assistência jurídica das cooperativas.

c) *Departamento administrativo*: que terá por missão propagar e organizar as cooperativas do país.

d) *Departamento de Finanças*: que atenderá exclusivamente às questões de finanças correspondentes às atividades das sociedades cooperativas.

Considerando:

— que o movimento cooperativo é antagônico à atividade comercial;

— que o propósito das cooperativas é precisamente combater as más práticas comerciais, sendo sua função fundamental a de organizar a própria produção e distribuição, eliminando os intermediários e o lucro (especialmente quando êste lucro é exagerado), razão por que não é possível admitir-se que êste movimento econômico-social atue sob a tutela de um Ministério de Economia e Comércio, cujos dirigentes estão especialmente capacitados para funções específicas do comércio;

— que o movimento cooperativo, sendo, hoje em dia, em nosso país, a única solução para o árduo problema ocasionado pela luta entre capital e trabalho, requer êle, em conseqüência, uma atenção e dedicação especiais, que só poderão ser dadas por pessoas instruídas na doutrina e função cooperativas, sem que sejam trabalhadas pelo convencionalismo e atos próprios do comércio.

— que o *Ministério das Cooperativas* poderá dedicar maior atenção a tudo o que compreenda e diga respeito às sociedades cooperativas com a mesma atenção, dedicação e eficiência com que o Ministério de Indústria e Comércio se ocupa das transações comerciais. A ninguém poderia ocorrer que a Indústria e o comércio dependessem do Ministério de Cooperativas, como as cooperativas dependem do Ministério de Indústria e Comércio;

— que a função cooperativa requer critério, conhecimento próprio, e qual não é possível de quem foi preparado para função comercial. Quanto maior e mais eficiente sua preparação comercial, quanto maior sua capacidade, experiência, e sentido comercial, tanto mais útil será para o Ministério do Comércio, mas de muito pouco ou mesmo nenhuma eficiência para as cooperativas;

— que o movimento cooperativo, que é adulto em nosso país, deve ter os direitos de sua própria atuação, defesa e propulsão, sem a dependência nem a tutela de quem por sua própria idiocincrasia deve opoôr-se e obstruir seu crescimento;

— que, para o próprio desenvolvimento do movimento cooperativo em nosso país, devemos dispôr de dirigentes que conheçam a sua importante função, doutrina, modo próprio de sua organização, existência, evolução, progresso, a utilidade e a ação social. Isto sòmente poderá realizar-se quando as atuais cooperativas tenham Ministério próprio, que solucionará, instruirá, preparará pessoal especializado que saiba atuar com senso cooperativo, e não com sendo comercial, como ocorre na atualidade, onde as pessoas que fiscalizam as cooperativas foram preparadas em escolas de comércio, têm como evangelho o código de comércio, possuem prática de comércio, pertencem a um ministério de comércio, atuam com pensamento e sentido comerciais e influem, com a autoridade que lhes ofereçam seus cargos, para conduzirem

as cooperativas a novas práticas comerciais;

— que o *Ministério das Cooperativas* terá funções específicas que cumprir, tendo, assim, que preparar os componentes do Ministério para a alta função de educadores, organizadores, conselheiros e orientadores, verdadeiros missionários que saberão o que ensinam, e o modo mais atrativo para trazer adesões à sua nobre causa;

— que para tal efeito se recomenda a criação do *Ministério das Cooperativas*, sob cuja direção funcionarão os Departamentos citados anteriormente e que serão:

Departamento de cultura cooperativa:

Éste departamento desenvolverá atividades culturais, para uma melhor compreensão e maior difusão das sociedades cooperativas. Será relacionado com o Ministério da Educação, Instrução pública, escolas. Editará livros, publicações, recortes, folhetos, estatísticas. Organizará centros culturais, reuniões e conferências.

Departamento administrativo:

Especializado em organização, administração e contabilidade aplicada nas cooperativas, preparando e adaptando métodos simplificados administrativos de fácil aplicação.

O Departamento servirá de instrutor, orientador, para uma melhor organização e administração, sincronizando seus trabalhos. As cooperativas deverão encontrar, no Departamento administrativo, conselheiros e assessôres, quando dêles necessitarem, e não simples funcionários censores que exijam cumprimento de regras que elas nem sempre podem cumprir.

Outra função do Departamento será a unificação, criação e melhor distribuição das cooperativas de consumo e produção, de modo que tôdas as cooperativas possam relacionar-se entre si e cumprir o verdadeiro conceito do cooperativismo que é: do consumidor ao produtor e do produtor ao consumidor.

Departamento jurídico

Corresponderá a êste Departamento as funções exercidas atualmente pela Diretoria das Cooperativas do Ministério da Indústria e Comércio, como: inspecionar, fiscalizar e controlar a comportamento legal. Assessorar as cooperativas em todos os trâmites jurídicos e atuar em todos os casos de intervenção, liquidação e fusão das cooperativas.

Para a boa organização e o funcionamento do movimento cooperativo é indispensável que êste Departamento seja o único do país para onde convirjam todos os assuntos e relações, jurídicas das cooperativas.

Departamento de finanças.

Tratará da criação de uma instituição bancária, que faça parte do *Ministério das Cooperativas*, que centralize tôdas as atividades financeiras das cooperativas: contas-correntes, descontos, créditos, etc. Também poderá facilitar numerário e servir de intermediário com países estrangeiros para a aquisição de máquinas, ferramentas, matérias primas, e outras transações com o exterior, como exportação, etc.

O Departamento poderá constituir-se com capitais mistos, trazidos pelo Estado e por outras cooperativas e seus associados. Criar-se-ia, assim, um Instituto Financeiro Cooperativo, independente do Banco Central com funções exclusivas para as cooperativas. Sua função será muito ampla e deverá dedicar-se, única e exclusivamente, a atividades financeiras, convertendo-se em Instituto Central das Cooperativas, com filiais, sucursais e agências em tôdas as localidades onde funcionem cooperativas, podendo estas mesmo desempenhar tais cargos de maneira econômica, e eficiente. Assim se conseguirá que a administração e manutenção dêste Instituto se torne econômica e possa fornecer crédito a juros baixos. Esta Instituição deve ser independente do Banco Central e de tôdas as relações bancárias, sendo ùnicamente dependente do *Ministério das Cooperativas*.

O Centenário da Fazenda Almada



Capela da Fazenda Almada — Ilhéos - Bahia

Há cem anos atrás, no dia 22 de janeiro de 1855, o doutor Pedro de Cerqueira Lima adquiria de João Victor Lieutier e dos herdeiros de Salvador Estevão Barbosa, a atual fazenda Almada, que se acha situada à margem da estrada de ferro, dotada de modernas instalações, inclusive luz elétrica própria. O registro eclesiástico do então "Engenho do Almada" foi feito em maio de 1857.

Desde 1750, mais ou menos, o local havia sido aldeamento de índios mansos da geração dos "grens", para servir de barreira às incursões do gentio bárbaro (B. da Silva Lisboa). Êste estado de coisas perdurou até que B. da Silva Lisboa, por ordem do Conde dos Arcos, governador da província da Bahia, transferiu os índios remanescentes para Ferradas "tendo conseguido efetuar a útil medida, com sacrifício de sua saúde e com grandes fadigas" — Pinheiro Chagas — Dic. Popular — 1880).

Conta-nos o livro 7 das sesmarias, do Arquivo Público, que não havendo mais necessidades de aldeiamento foi a sesmaria do Almada requerida ao govêrno da província por Pedro Weyll, que mais tarde, devido às lutas e a morte do sócio acabou por desistir da exploração do engenho, vendendo-o, justamente com as terras a João Luiz Victor Lientier e Salvador Esteves Barbosa, dos quais o doutor Pedro de Cerqueira veiu a adquirir mais tarde a propriedade.

As lutas prosseguiram e através dos anos seguidos de trabalho, as dificuldades não foram sobrepujadas. Enfrentou a fazenda Almada a década do banditismo, com lutas sôbre lutas, que culminaram com o ataque e saque do então engenho do Almada, onde vidas e bens foram sacrificados pelos invasores. Ainda hoje existe na capela da fazenda uma imagem em jaspe, de Santa Rita de Cassia, que foi decapitada a sabre pelos jagunços, testemunho da violência dos bandidos daquela época, verdadeiro entrave ao progresso da província, espalhando terror por todo canto.

Enfrentando a tudo isto o dr. Pedro de Cerqueira Lima foi trabalhando anos a fio dotando a propriedade de grandes melhoramentos, empregando seu denodado esfôrço e amor à terra. Os anos se sucederam e a fazenda foi crescendo numa prova da persistência e trabalho de seu proprietario. Hoje, apesar de dividida em três partes, continúa, pelos laços de amizade e parentesco de Pedro Marques Valente, e Pedro Augusto de Cerqueira Lima, nosso ilustre e prezado consócio, formando um todo. Ontem como hoje o exemplo dos antepassados é seguido sem vacilações, até a sexta geração que já se prepara para continuar o mesmo trabalho. Passando de geração para geração cada novo proprieátrio emprega todo o seu empenho, num trabalho tenaz e incessante.

o que tem servido para fazer crescer sempre a fazenda.

É curioso anotar-se, que pela sua situação geográfica, desenvolvimento e pela importância na penetração ao então "hinterland", o dicionário Simões da Fonseca classifica de "vila" do Almada — Estado da Bahia. O rio Ithaype — (rio das pedras), a cuja margem se acha situada a fazenda, acabou perdendo o seu nome, passando a chamar-se Almada, conservando apenas com o nome anterior a sua foz e a lagôa, também conhecida por Lagôa Encantada, que é alimentada pelo mesmo rio.

Inúmeros foram os botânicos, naturalistas, políticos, escritores, historiadores, etc., que se prenderam ao Almada, sendo que muitos dêles lá estiveram. Por exemplo, encontramos citações sôbre o Almada em cartas D'El Rei a Dom João de Lencastre, 1964; Vilhena nas suas célebres "cartas": Príncipe Maximiliano de Wied Nonxied em 1808. "Viajem ao Brasil": Von Spix e Von Martius. "Através da Bahia — 1817": Baltazar da Silva Lisboa em "Memória, e Economia da Comarca de Ilhéus — 1790; Pinheiro Chagas no Dicionário Popular em 1880; Silva Campos em "Crônica da Capitania de São Jorge dos Ilhéus"; Gregorio Bondar em "A Cultura de Cacau na Bahia"; A. Wildberger em "Notícia Histórica de Wildberger & Cia.", além de muitos outros.

Devemos ainda citar a passagem pelo Almada, há cêrca de 100 anos, do célebre naturalista francês, Blanchet que fêz vários estudos sôbre a zona e por ultimo do grande naturalista brasileiro, João Mojen de Oliveira que tantos relevantes serviços tem prestado à zona. Nesta ocasião Mojen de Oliveira teve oportunidade de reclassificar no Almada, animais descobertos por Blanchet, no mesmo local, e que se julgava desaparecidos ou talvez inexistentse.

O centenário da fazenda Almada foi marcado com a inauguração de um marco comemorativo, distribuição de gratificações e prêmios aos trabalhadores, bem como diversões, inclusive um baile e queima de fogos à noite. Para o marco do centenário, foi escolhido o tema em latim "Persiste et Vinces" e como símbolo uma aranha, que representa a persistência. Assim foi comemorado o centenário da fazenda Almada, uma das mais antigas e prósperas propriedades agrícolas da região cacaueira, cujo nome está ligado a importantes acontecimentos da história do Estado da Bahia.

O Exército e sua cooperação nos treinamentos agrícolas

Pelas manifestações da classe rural do País, em vários conclaves de âmbito nacional, como na III Conferência Rural Brasileira que acaba de se realizar em S. Paulo, sob os auspícios da Confederação Rural Brasileira, a colaboração das Fôrças Armadas e, em particular do Exército, é reconhecida como de inestimável valia, produtividade e estabilidade da economia agrícola.

É bem certo que a contribuição que por intermédio de bem organizadas granjas agrícolas, Serviço de Remonta e instrução geral dos sorteados, vindos das lides agrícolas acorrem ao Exército para a prestação do serviço militar, a inestimável colaboração que já presta o Exército à vida do campo, que pode alcançar níveis ainda mais elevados.

Pode-se dizer que traduz aspiração da classe, a sistematização dessa colaboração, em vários setores e muito principalmente dos treinamentos, pela formação da mão-de-obra habilitada no meio rural do País e de acôrdo com as suas peculiaridades, econômicas regionais, com a instrução dos sorteados.

O atual Presidente da Sociedade Rural Brasileira, Dr. Luiz Piza Sobrinho, quando Secretário da Agricultura do Govêrno Armando de Sales Oliveira, dizia com acêrto e segurança que "a lavoura brasileira, não tem os seus sargentos para as linhas de ataque, e para o exato e inteligente cumprimento de ordens" (Discurso pronunciado em sessão de 10 de Junho de 1946, na Assembléia Constituinte).

Dentro dêsse pensamento e com o apoio do ilustre e saudoso governante paulista, começavam a ser organizadas as escolas práticas, como a de Jaboticabal, que não tiveram continuidade: destinavam-se a formar "condutores de trabalhos agrícolas".

Apesar da evolução experimentada pelos nossos processos agrícolas, como os assinalados em alguns Estados com a mecanização da lavoura (tração animal e a motor), a elevação da produtividade agrícola, está se impondo na atual conjuntura econômica financeira.

Com a criação dos centros de treinamentos agrícolas, dentro das organizações civis e militares existentes, mediante perfeito entrosamento de ação entre os Ministérios da Agricultura e Guerra, seria uma fórmula a nosso ver altamente eficiente de educação das populações rurais e de combate ao êxodo rural.

CONFEDERAÇÃO RURAL BRASILEIRA

SESSÕES DE JUNHO A DEZEMBRO DE 1954

78.ª reunião, em 28/7/54, presentes os senhores:

Iris Meinberg, Clodorico Moreira, João Kessler Coelho de Souza, Soasivo Vieira da Silva, João Mauricio de Medeiros, Milton Freitas de Souza, Humberto Moura, Alberto Ravache, Raul Cardoso de Mello Filho, José Ignácio de Miranda Pereira, Leudemiro Leite Almeida, Manoel Demostenes, Antônio Brandão, Benjamin Cabello, Josaphat Macêdo, Salvio Pacheco, Ormeu Junqueira Botelho, Luis Marques Poliano, Manoel Batista, Kurt Repsold, Francelino Bastos França e Amaro Cavalcanti

As 10,25 horas, o Sr. Iris Meinberg, Presidente, declara aberta a reunião. É lida e aprovada a ata da reunião anterior, procedendo-se à leitura do expediente. Falaram sobre o discurso do Presidente da Associação Brasileira dos Exportadores, no ato de inauguração da entidade, os Srs. Alberto Ravache e Manoel Demostenes, criticando o mesmo. Comunica o Sr. José Albuquerque Lins ter tomado posse na C. O. F. A. P. É aprovado o envio de um telegrama ao Senador Othon Madder, por solicitação do Sr. Milton Freitas de Souza, em virtude de ter S. Exa. instado para que o Sr. Ministro da Fazenda levasse a efeito a extinção da C. O. F. A. P. Ficou transferida para 1.º e 2 de setembro a Concentração Rural do Leste. O Sr. Presidente comunica a presença do Sr. Benjamim Cabello e lembra que o Sr. Ministro da Fazenda visitará a Confederação às 17 horas. São, então, feitas várias sugestões a serem apresentadas a S. Exa.

79.ª reunião, em 4/8/54, presentes os senhores:

Iris Meinberg, Ruy Oliveira Santos, Alberto Ravache, José de Albuquerque Lins, Milton Freitas de Souza, Soasivo Vieira da Silva, Francelino Bastos França, Luiz Marques Poliano, Antonio Brandão, José Ignácio de Miranda Pereira, João José Fagundes, Amaro Cavalcanti, Kurt Repsold, Antonio Neves, Ormeu Junqueira Botelho, Julio Ferreira da Silva e João Dessler Coelho de Souza.

As 10,15 horas, o Sr. Iris Meinberg, Presidente, declara aberta a reunião. É lida e aprovada a ata da reunião anterior, passando-se à leitura do expediente. O Sr. Amaro Cavalcanti faz a entrega de um disco em que foram gravadas as palavras pronunciadas pelo Presidente da Confederação no encerramento da Concentração Rural realizada em Pernambuco, como lembrança daquele Estado. O Sr. Alberto Ravache propoe uma manifestação de aplausos da Confederação à medida do Ministro Oswaldo Aranha referente à aplicação dos agios, estranhando a respeito, o mutismo em que se tem mantido a CONFERUBRA. Debate-se longamente a questão, decidindo-se apressar a manifestação de tôdas as Federações a respeito, para um pronunciamento da Confederação. É aprovado o envio de um telegrama à Cia Hidrelétrica do São Francisco pela conclusão da barragem e início da produção de energia, manifestando o desejo de que na região servida por linhas troncos, sejam criadas facilidades para o aproveitamento da energia, no meio rural. Sôbre a Concentração Rural do Centro, julgou conveniente, o Sr. Presidente, deixar a sua realização para depois das eleições de outubro. Em virtude de uma decisão do Tribunal do Trabalho, o Sr. Presidente propõe um reajustamento geral nos salários dos funcionários da Confederação, o que é aprovado. É feita uma exposição sôbre o problma da carne pelo Sr. José de Albuquerque Lins e resolve-se recorrer da decisão do plenário da C. O. F. A. P. baixando o preço da arrôba, assim como proceder-se a um trabalho de catequese junto aos componentes daquele órgão. É aprovado ainda o envio de uma circular às Federações solicitando-lhes que consigam das Associações a passagem de telegramas ao Sr. Presidente da Republica, aplaudindo S. Exa., pelo desejo manifestado de extinguir a C. O. F. A. P. A seguir, é dada a palavra ao Sr. Rui Santos, que faz ligeira apreciação sôbre o seguro agrário, solicitando ao Sr. João José de Souza Mendes proceder a uma exposição ampla sôbre o assunto, após a qual são prestados todos os esclarecimentos solicitados pelos Diretores. Discursa o Sr. João Kessler Coelho de Souza despedindo-se dos companheiros por estar de viagem marcada para o Rio Grande do Sul, elogiando o trabalho da Confederação e particularmente do Sr. Presidente.

80.ª reunião, em 11/8/54, presentes os senhores:

Iris Meinberg, Julio Ferreira da Silva, Alberto Ravache, Soasivo Vieira da Silva, José Albuquerque Lins, Ormeu Junqueira Botelho, Manoel Carlos Ferraz de Almeida, Flávio da Costa Britto, Heitor Grillo, Accácio Gomes, Antonio Brandão, P. A. de Cerqueira Lima, José Afonso Sandoval Coimbra, Kurt Repsold, Amaro Cavalcanti, João Mauricio de Medeiros, Ben-hur Raposo, Luís Marques Poliano, S. de Brito, Livi Vampré, Milton Freitas de Souza.

As 10,35 horas, o Sr. Iris Meinberg, Presidente, declara aberta a reunião. É lida e aprovada a ata da reunião anterior, procedendo-se à leitura do expediente. O Sr. Julio Ferreira da Silva comunica à Confederação as providências que solicitou do Sr. Helio Braga a respeito da importação de jipes. É nomeada a seguinte comissão para representar a Casa no II Congresso Nacional Algodoeiro, a realizar-se em Cruzeta e Currais Novos, no Rio Grande do Norte, nos dias 27, 28 e 29 do corrente: Iris Meinberg, João Mauricio, Accácio Gomes, Raul Cardoso, Amaro Cavalcanti, Fonseca Lima, Luiz Marques Poliano e José Carlos, ficando decidido enviar-se telegramas às Federações do Piauí e Maranhão, assim como comunicação ao Governador do Rio Grande do Norte — transmitindo essa deliberação. Fixa-se a contribuição da Associação Brasileira de Criadores de Bovinos da Raça Holandesa em 6 mil cruzeiros anuais, o mesmo ficando estabelecido para a Federação das Associações Rurais do Mato Grosso. A respeito do problema da carne, decidiu-se que a Diretoria da Confederação encaminharia um pedido para a libertação total dêsse produto, informando o Sr. Presidente que, em conversa com o Sr. Presidente da Republica, pode sentir que este era tambem o seu pensamento. Atendendo a um apêlo da Associação Brasileira de Criadores de Bovinos da Raça Holandesa, resolveu-se que a Confederação solicitaria dos órgãos competentes fôsse reexaminado o problema referente a essas raças bovinas, com a assistência das suas entidades representativas. O Sr. Accácio Gomes foi incumbido de se entender pessoalmente com a direção da Comissão de Financiamento da Produção a respeito da garantia de preço mínimo para o milho, resolvendo-se cumprimentar o jornal "Fôlha da Manhã", de São Paulo, por sua campanha sôbre o assunto. Solicitou ainda o Sr. Raul Cardoso intercedesse a Confederação junto ao Sr. Ministro da Agricultura, a fim de que S. Exa. não insistisse na construção de novo edifício para o Ministério da Agricultura na Capital da República. Acêrca do decreto que instituiu o Conselho Nacional de Administração dos Empréstimos Rurais, o Sr. Presidente dá conhecimento à Casa das manifestações até agora recebidas, lamentando que 90% das Federações ainda não se tenham pronunciado, muitas por desconhecimento da matéria.

Debate-se longamente o assunto, ficando designados os Srs. Raul Cardoso, Kurt Repsold e Amaro Cavalcanti para elaborar um trabalho em que fique consubstanciado o ponto de vista da Confederação sôbre o C. N. A. E. R., envolvendo o pensamento manifestado por seus diversos Diretores e pelas Federações, trabalho êsse a ser debatido na próxima reunião. É aprovado um voto de louvor a cada Deputado que no Legislativo tem porporcionado auxílios às associações rurais brasileiras.

81.ª reunião, em 18/8/54, presentes os senhores:

Iris Meinberg, João Maurício de Medeiros, Amaro Cavalcanti, Alberto Ravache, Milton Freitas de Souza, Manoel Carlos Ferraz de Almeida, Josaphat Macêdo, P. A. de Cerqueira Lima e Luís Marques Poliano.

As 10,20 horas, o Sr. Iris Meinberg, Presidente, declara aberta a reunião. É lida e aprovada com pequena retificação a ata anterior, procedendo-se à leitura do expediente. O Sr. Presidente nomeia a seguinte comissão para em sua companhia apresentar os cumprimentos da Confederação ao Dr. Arruda Câmara, no momento da homenagem que lhe será prestada hoje: João Maurício, Alberto Ravache e Kurt Repsold. Comunica ainda o Sr. Presidente que o Sr. Ben-Hur Raposo foi designado pelo Sr. Ministro da Agricultura como elemento de ligação entre o Ministério e a Confederação. São indicados os Srs. Alberto Ravache, João Martins e Mário Silva para comporem a lista tríplice a ser encaminhada ao Presidente da República a fim de ser escolhido o representante da Confederação no Conselho Consultivo do Instituto Nacional de Imigração e Colonização. A respeito da reforma aduaneira, fala o Sr. Fonseca Lima, oferecendo parecer sôbre o projeto n. 4.441, em curso na Câmara e que trata da matéria. Debate-se o assunto e decide-se que a Confederação se dirija à Câmara dos Deputados solicitando a rejeição do referido projeto, e ao Govêrno, encaminhando como princípios da Confederação a serem seguidos no caso, os três estabelecidos no parecer do Dr. Fonseca Lima. É dada a palavra ao Sr. Antônio Elias, 2.º Secretário da Embaixada da Espanha, o qual se refere ao contrato de veterinários espanhóis para trabalharem no Brasil, sendo informado de que no momento não havia interêsse imediato nessa medida, apesar de se reconhecer a existência de tais profissionais no Brasil em número insuficiente para atender às suas necessidades. O Sr. Raul Cardoso faz ampla exposição sôbre o trabalho organizado pela Comissão incumbida de redigir o memorial a ser encaminhado ao Sr. Ministro da Fazenda a respeito do C. N. A. E. R., sendo sugeridas algumas emendas e ficando a mesma Comissão encarregada de incluí-las no referido memorial. Discute-se longamente a Instrução n. 99, da SUMOC, recentemente baixada. A respeito de uma questão de ordem levantada pelo Sr. Milton Freitas de Souza, sôbre o voto dos Conselheiros, o Sr. Presidente prometeu estudar o assunto e apresentar uma solução na próxima reunião.

82.ª reunião, em 1/9/54, presentes os senhores:

Iris Meinberg, Kurt Repsold, Amaro Cavalcanti, Milton Freitas de Souza, Arruda Câmara, Alberto Ravache, José Linhares, Luís Marques Poliano, Raul Cardoso de Mello Filho, Julio Ferreira da Silva e Flávio da Costa Brito.

As 10,15 horas, o Sr. Iris Meinberg, Presidente, declara aberta a reunião. É lida e aprovada a ata anterior, procedendo-se à leitura do expediente. Sôbre a nomeação do Sr. Costa Pôrto para Ministro da Agricultura, comunica o Sr Presidente que a Confederação comparecerá à sua posse e dirá da sua confiança na administração de S. Exa. Refere-se o Sr. Rafael Moura Campos à dificuldade de transporte ferroviário existente em Barretos, decidindo-se solicitar providências à Central do Brasil. Os Srs. Arruda Câmara e Júlio Ferreira da Silva, sob a Presidência do Sr. Iris Meinberg, ficam incumbidos de elaborar um plano de efetivação da casa própria para tôdas as associações rurais. Comunica o Sr. Presidente o adiamento da Concentração Rural do Leste devida aos últimos acontecimentos políticos. Entra em discussão e é amplamente debatido o Regimento para a III Conferência Rural Brasileira, ficando adiada a sua aprovação para a próxima reunião, a fim de dar tempo aos Srs. Diretores de elaborarem suas sugestões. Após ser aprovada proposta no sentido de ser enviada comunicação à família do Sr. Getúlio Vargas, informando ter sido inserto em ata voto de pesar pelo seu passamento e apresentando condolências em nome da Confederação, é respeitado um minuto de silêncio pelo mesmo motivo. O Sr. Presidente dá ciência de que telegrafou aos Srs. Café Filho e Eugênio Gudin cumprimentando-os pela investidura nos cargos, respectivamente, de Presidente da República e de Ministro da Fazenda, e apresentando votos de uma boa administração. Resolve-se enviar também telegramas a todos os Ministros recém-empossados, apresentando as congratulações da Confederação. Atendendo à solicitação da Associação de Mogi das Cruzes, a respeito da reserva de 600 mil dólares exclusivamente para aquisição de sementes de batata, fica o Sr. Raul Cardoso incumbido de verificar, na reunião de hoje, do órgão competente, a possibilidade de se adotar essa medida. É aprovado o envio de uma sugestão ao Ministro da Fazenda sôbre as reivindicações dos produtores de algodão, relativamente à Instrução n. 99, deliberando-se finalmente solicitar ao Govêrno a inclusão do milho, do mesmo modo que já se fêz com outros produtos, na garantia do preço mínimo.

83.ª reunião, em 8/9/54, presentes os senhores:

Iris Meinberg, João Maurício de Medeiros, Arruda Câmara, Milton Freitas de Souza, Júlio Ferreira da Silva, Alberto Ravache, Amaro Cavalcanti, Kurt Repsold Ormeu Junqueira Botelho, P. A. de Cerqueira Lima e Luís Marques Poliano.

(Não se realizou por falta de número.)

84.ª reunião, em 15/9/54, presentes os senhores:

João Maurício de Medeiros, Francelino Bastos França, Arruda Câmara, Alberto Ravache, Edgar Teixeira Leite, Kurt Repsold, Amaro Cavalcanti e Antônio Brandão.

(Não se realizou por falta de número.)

85.ª reunião, em 29/9/54, presentes os senhores:

Josaphat Macedo, Antônio Brandão, Raul Cardoso de Melo Filho, Alberto Ravache e Francelino França

As 10,15 horas, o Sr. Josaphat Macêdo, Vice-Presidente, abriu a sessão, comunicando a ausência do Sr. Iris Meinberg, que lhe solicitara, por telegrama, presidir aos trabalhos. É lida e aprovada a ata da reunião anterior, procedendo-se à leitura do expediente. É aprovada inicialmente a transferência da III Conferência Rural Brasileira, a realizar-se em São Paulo, para 6 a 12 de dezembro vindouro. O Sr. Alberto Ravache referiu-se longamente aos trabalhos do G. A. T. T., e aos estudos realizados a respeito pelos representantes da Agricultura. O Sr. Raul Cardoso deu conhecimento à casa de uma questão levantada na F. A. R. E. S. P. à propósito do que aquela Federação considera ato ilegal, qual o do aumento em 50% dos ágios, que, na primeira e segunda categorias, se relacionam quase que exclusivamente a produtos utilizados pela lavoura. Desenvolvendo seu pensamento, entende que a lavoura deve ser contrária à acumulação de ágios em mãos do Govêrno, que já está de posse de cêrca de 8 milhões. Esses ágios, se não forem aplicados, representam

aspecto perigoso, pois inevitàvelmente contribuirão para, sendo aplicados, aumentar a inflação. O aumento dos ágios como se deu há pouco, contribuirá para maior acúmulo dos ágios, que o Govêrno deverá devolver à classe rural, sob a forma de empréstimos. Propôs que a Confederação nomeasse uma comissão para estudar o assunto, tendo o Sr. Josaphat Macedo aceitado a indicação para estudo na próxima reunião.

86.ª reunião, em 6/10/54, presentes os senhores:

Iris Meinberg, João Maurício de Medeiros, Amaro Cavalcanti, Kurt Repsold, Raul Cardoso de Mello Filho, Heitor Grillo, P. A. de Cerqueira Lima, Milton Freitas de Souza, F. R. Siqueira Netto, Salvio Pacheco, Manoel Carlos Ferraz de Almeida, Arruda Câmara, Alberto Ravache, Benjamin Cabello, João Rodrigues, Antônio Brandão e Francelino França.

As 10,05 horas, o Sr. Iris Meinberg, Presidente, declara aberta a reunião. É lida e aprovada a ata da reunião anterior, procedendo-se à leitura do expediente. O Sr. Presidente anunciou que a Confederação teria a honra da visita do Sr. Ministro da Agricultura, Dr. José da Costa Pôrto, que chegou logo após, sendo saudado pelo Dr. Iris Meinberg, que asseverou à Sua Excelência os altos propósitos de cooperação da Casa. A seguir, o Sr. Ministro usou da palavra para agradecer a confiança nêle depositada pela Confederação, dizendo da alegria que lhe proporcionava o contato com homens dedicados às causas da lavoura. Em seguida, Sua Excelência passou a examinar os pontos fundamentais da economia rural brasileira, tendo, ao fim, cientificado à Casa das diretrizes fundamentais de sua orientação, principalmente no que concerne à revenda de materiais agrícolas. Esclareceu Sua Excelência que o Ministério da Agricultura não pode e não deve ser uma casa comercial, competindo-lhe, tão-sòmente, prestigiar a classe agrária organizada, delegando às Federações e à Confederação o encargo de coordenar as encomendas de maquinário, recebê-lo e distribuí-lo, no pleno exercício de atribuições legais. Seria êsse, a seu ver, o melhor esfôrço do Ministério no sentido de concitar os agrários à organização de Associações Rurais, instrumentos indispensáveis ao Poder Público, para ferir as justas reivindicações das populações agrárias do país. Nenhum pedido individual será atendido, porque as Associações Rurais existem justamente para credenciar os bons agricultores. Terminando, Sua Excelência reiterou os seus propósitos de cooperar com a Confederação, asseverando que espera a colaboração de todos, e que seu gabinete estará sempre franqueado aos representantes da classe agrária organizada. A seguir, o Sr. Alberto Ravache, pondo em destaque as qualidades excepcionais do Dr. Kurt Repsold como técnico e como cidadão em nome da Confederação e Sociedade Nacional de Agricultura, agradeceu ao Sr. Ministro a indicação do seu nome para dirigir o Serviço Nacional do Trigo do Ministério. O Sr. Presidente dá conhecimento à Casa das informações encaminhadas pela Central do Brasil a respeito da reclamação feita sôbre os vagões para transporte de cereais. É lido parecer sôbre a exportação do milho, atendendo a uma consulta da CACEX. Depois de amplamente debatida a matéria, decide-se enviar o referido parecer à Diretoria do Banco do Brasil. Informa o Sr. Presidente ter palestrado com o Ministro da Fazenda, Sr. Eugênio Gudin, a respeito do Instituto Brasileiro do Café, da aplicação dos ágios e da criação do Conselho Nacional dos Empréstimos Rurais, estando aguardando a volta de S. Exa dos Estados Unidos para entendimentos mais objetivos a respeito. É marcada a assembléia geral ordinária da Confederação para o dia 10 de novembro, às 10 horas, de acôrdo com os Estatutos. Historiando a péssima situação financeira que atravessa a Confederação, o Sr. Presidente renova apêlo anterior no sentido de os presentes solicitarem de suas representadas que saldem seus débitos para com a Confederação e promovam a coleta de contribuições entre os agricultores. O Sr. Milton Freitas de Souza ressalta o prejuízo que vem trazendo, principalmente, aos elementos do interior, o modo como está sendo encarada a promissória pelo atual Presidente do Banco do Brasil, considerando-a título de favor, e pede a interferência do Sr. Ministro da Agricultura no caso. Representando o Escritório Técnico de Agricultura, o Sr. Oliveira Motta comunica que está o mesmo disposto a promover a ida de uma comissão ou grupo de agricultores aos Estados Unidos, lá permanecendo três ou quatro meses e correndo tôdas as despesas por conta do referido Escritório exceto quanto às passagens de ida e volta. O Sr. Presidente agradece e declara que irá ao Escritório Técnico de Agricultura para estabelecer os entendimentos necessários à formação da comitiva. Por proposta do próprio Sr. Ministro da Agricultura, resolveu-se que a Confederação enderece uma representação ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República e ao Sr Ministro da Fazenda, sôbre a questão dos ágios mínimos para a lavoura, enviando-lhe cópia para que, por sua vez, se entenda com as referidas autoridades. Após o Sr. Antônio Brandão expor a situação do babaçu no Maranhão, o Sr. Presidente agradeceu a presença do Sr. Ministro da Agricultura e S. Exa. se retirou acompanhado de uma comissão. É aprovado o envio de telegramas de congratulações aos Srs. Presidente da República, Ministro da Agricultura e Presidente da C. O. F. A. P. pela solução dada ao problema da carne, liberando o seu preço. Ficou assentado um entendimento do Sr. Presidente com o dirigente da C. O. F. A. P., para a vinda do mesmo a uma das próximas reuniões da Confederação. Atendendo a apêlo da Associação Rural de Campina Grande, na Paraíba, decidiu-se solicitar ao Ministro da Fazenda apressar o envio das instruções às agências do Banco do Brasil daquela região quanto ao financiamento do ágave e ainda oficiar à S. Exa. reclamando a garantia de preços mínimos e o funcionamento normal da Comissão de Financiamento à Produção. É aprovado, a seguir, o regulamento para a III Conferência Rural.

87.ª reunião, em 20/10/54, presentes os senhores:

Iris Meinberg, Costa Lima, Júlio Ferreira da Silva, Francelino Bastos França, Manoel Carlos Ferraz de Almeida, Fortunato Ferreira Guarita, Luís Marques Poliano, Garibalde Reale, Sylvio Echenique, Alberto Ravache, Arruda Câmara, Luís de Toledo Pisa Sobrinho, Rubens Farrula, Amaro Cavalcanti, F. R. Siqueira Netto, Salvio Pacheco, João Maurício de Medeiros, Raul Cardoso de Melo Filho, Kurt Repsold, Waldemar Rupp, Luís Fortunato e Heitor Grillo.

As 10,20 horas, o Sr. Iris Meinberg, Presidente, declara aberta a reunião. É lida e aprovada a ata da reunião anterior, procedendo-se à leitura do expediente. O Sr. Presidente anunciou a presença do Dr. Renato da Costa Lima, Secretário de Agricultura do Estado de São Paulo e do Dr. Luiz Piza Sobrinho, Presidente da Sociedade Rural Brasileira do mesmo Estado, dizendo do seu conceito nos meios agrícolas de São Paulo. Em agradecimento, falaram ambos os visitantes enaltecendo a personalidade do Presidente da Confederação. Dr. Iris Meinberg. A seguir, foi debatido o anteprojeto de reforma do impôsto sôbre a renda, tendo os Srs. Luiz Piza Sobrinho e Manuel Ferraz de Almeida, reclamado não terem recebido o anteprojeto, bem como o telegrama comunicando a reunião realizada no Ministério da Fazenda, com a antecedência que lhes permitisse estudar o assunto. O Sr. Amaro Cavalcanti informou ter passado pelo Rio o Presidente da Federação de Pernambuco, que êsteve em visita à Confederação. Ficou assentado ser dirigido um memorial ao Presidente da C. O. F. A. P. expondo as reivindicações dos produtores de leite, bem como um convite a S. Exa. para tomar parte em uma das reuniões

da Confederação, a fim de debater os vários problemas ligados à produção agrícola. Foram aprovados votos de pesar e comunicação às respectivas famílias pelo passamento dos Srs. Senador Landulfo Alves, General Poli Coelho e Escritor Roquete Pinto. O Sr. Presidente encareceu a necessidade de as Federações e Associações enviarem à Confederação os subsídios que porventura tenham sôbre o modêlo de apólice de seguro para gado, submetido à consideração da Casa pela Cia. Nacional de Seguro Agrário. Comunicou ainda S. Exa. estar convocada uma Assembléia Geral Ordinária da Confederação Rural Brasileira para o próximo dia 10 de novembro, para os fins indicados no Edital publicado no dia 6 de outubro. O Sr. Presidente teceu considerações sôbre a III Conferência Rural Brasileira informando que a sua Comissão Organizadora conseguiu do Govêrno do Estado de São Paulo um substancial auxílio de 1 milhão de cruzeiros, dos quais 500 mil já foram recebidos, para início dos trabalhos do conclave, bem como ter visitado o Sr. Ministro da Agricultura a pedido daquela Comissão, quando foi informado de que S. Exa. convocaria, para a mesma data da Conferência, uma reunião de Secretários da Agricultura, a fim de debaterem os problemas que forem objeto de relatórios na Conferência e assentar as normas para a ação oficial na solução dos mesmos. Disse ter solicitado à Presidência da República, uma audiência para transmitir ao Presidente o convite, não só da Confederação como do Govêrno do Estado de São Paulo, para a instalação da Conferência no dia 6 de dezembro à noite. Posta em debate a questão dos preços mínimos para cereais, usaram da palavra vários Srs. Diretores, entre os quais o Sr. Rubens Farrula que, como Vice-Presidente da Comissão de Financiamentos e representante da Confederação na mesma, fêz longa exposição, desde a sua entrada para aquêle órgão. Ficou estabelecido que se enviaria àquela Comissão um memorial baseado no trabalho remetido pela Secretaria de Agricultura de São Paulo, que inclui o algodão entre os produtos garantidos, fazendo-se, ao mesmo tempo, crítica à ação da Comissão, nos debates travados. Ainda sôbre o assunto o Sr. Garibaldi Really, representando os lavradores do norte do Paraná, pediu o apoio da Confederação para o memorial que entregará à Comissão de Financiamentos reivindicando a transferência da responsabilidade da compra e financiamento de cereais para firmas locais, como já nos ocorreu, bem como a descentralização da Comissão. O Sr. Nelson de Melo pediu a interferência da Confederação junto ao Banco de Exportação e Importação assim como junto à SUMOC, pois, não obstante os tratores importados por aquêle Banco terem chegado ao Espírito Santo os agentes-representantes não sabem a que ágio vão ser calculados os dólares empregados na sua aquisição para entrega aos lavradores.

88.ª reunião, em 27/10/54, presentes os senhores:

Iris Meinberg, João Maurício de Medeiros, Francelino Bastos França, Accacio Gomes, S. Cunha Echenique, Manoel Carlos Ferraz de Almeida, Rubens Farrula, Milton Freitas de Souza, Benjamin Cubello, Fortunato Ferreira Guarita, Nelson S Maciel, F. R. de Siqueira Netto, Waldemar Rupp, Amaro Cavalcanti, Alberto Ravache e Luís Marques Poliano.

As 10,20 horas, o Sr. Iris Meinberg, Presidente, declara aberta a reunião. E lida e aprovada a ata da sessão anterior, procedendo-se à leitura do expediente. O Sr. Presidente reiterou aos Srs. Diretores que encarecessem das suas entidades representadas os estudos solicitados sôbre o seguro agropecuário. A respeito teve oportunidade de falar o Sr. Dario Ferreira Guarita que disse ser necessário um estudo minucioso do assunto, ficando assim os debates adiados para a próxima reunião. O Sr. Rubens Farrula fez longa exposição sôbre os trabalhos desenvolvidos na reunião da última quinta-feira na Comissão de Financiamento da Produção, informando que não foi possível, devido ao adiantado da hora, chegar-se a uma conclusão sôbre a inclusão do algodão na garantia de preços mínimos, bem como ter levado ao conhecimento da Comissão o memorial da Associação de Cafeicultores do Paraná, que logrou acolhimento favorável. Ficou assentado que seria feita uma comunicação à Associação de Cafeicultores do Paraná no sentido de que será delegada à firma idônea, nas zonas onde não houver agencias do Banco do Brasil ou da Comissão de Financiamento, a incumbência da execução da garantia de preços mínimos em comissão; que se solicitasse informações das Federações sôbre como vem a referida Comissão funcionando ou operando nas diversas zonas dos diversos Estados; que se reiterasse a solicitação urgente de inclusão do algodão na garantia de preços mínimos, nos moldes já feitos; que se pedisse às Federações que nos mandassem casos concretos de não cumprimento da garantia de preços mínimos; que se insista, junto ao Banco do Brasil para que, na execução dos acôrdos comerciais, crie facilidades para a exportação das quotas fixadas nos mesmos. Por sugestão do Sr. Alberto Ravache, a Presidencia da Confederação pôr-se-á em contato com a Confederação Nacional da Indústria e com a do Comercio, sobre a instrução dada pelo Sr. Ministro da Fazenda aos delegados à Genebra relativamente a novas tarifas alfandegárias. O Sr. Milton Freitas de Souza, havendo abordado o assunto, determinou o Sr. Presidente para a próxima reunião a discussão sôbre a nova política cretifícia do Govêrno, para o que solicitou à Assessoria Tecnica parecer que servirá de roteiro para os debates. Informou o Sr. Presidente que no próximo dia 4 o Conselho Fiscal da Confederação reunir-se-á para exame das contas da Diretoria reiterando a necessidade de as Federações que ainda não o fizeram saldarem seus compromissos para a Confederação. Outrossim, disse S. Exa. que seria aberta uma pequena lista de doação individual para a Caixa, a fim de evitar seja terminado o presente exercicio com deficit. Relativamente ao combate às pragas na lavoura algodoeira falou o Sr. Accacio Gomes, lendo trabalho por S. Exa. elaborado, que será arquivado como subsídio a possíveis futuros estudos sôbre a matéria. Sôbre a atual conjuntura econômica do café suspenso o assunto, a fim de se aguardar as resoluções da Junta administrativa do Instituto Brasileiro do Café que se acha reunida. Não estando presente o Dr. Kurt Repsold, que ficou de relatar a representação enviada por Santa Catarina sôbre a mistura de fecula de mandioca e trigo, foi o assunto. O Sr Presidente informou ao Sr. Francelino França, do Estado do Rio que estava sendo aguardado também um estudo sôbre o aproveitamento das usinas daquele Estado, a fim de serem tomadas as providências julgadas necessárias. Comunicou ainda o Sr. Presidente que a comissão de Política Agrária realizou na terça-feira ultima uma reunião à qual não lhe foi possível comparecer por não se achar ainda credenciado junto à mesma como representante da Confederação. Entretanto, como a Casa possui cópias do ante-projeto de lei de arrendamento rural, objeto de debate naquela sessão, ficou marcado o estudo da matéria para a próxima reunião.

89.ª reunião, em 3/11/54, presentes os senhores:

Iris Meinberg, João Maurício de Medeiros, Silvio Echenique, Alberto Ravache, Arruda Câmara, Fortunato Ferreira Guarita, Orneu Junqueira Botelho, Ribeiro Barlette, Waldemar Rupp, P. A. de Cerqueira Lima, Milton Freitas de Souza, José de Albuquerque Lins, Rubens Farrula, Francelino Bastos França, Amaro Calvacanti e Luís Marques Poliano

As 10,10 horas, o Sr. Iris Meinberg, Presidente, declara aberta a reunião. E lida e aprovada a ata

da sessão anterior, procedendo-se à leitura do expediente. O Sr. Presidente reiterou, mais uma vez, aos Srs. Diretores que encarecessem das suas entidades representadas os estudos solicitados sôbre o seguro agro-pecuário. O Sr. Alberto Ravache informou estar no Brasil a Missão Comercial Alemã e que gostaria de receber sugestões para a defesa para negociar o Acôrdo Comercial com aquêle país da lavoura brasileira nesse tratado. Foi designado o Sr. Silvio Echenique para, juntamente com o Sr. Alberto Ravache, estudar o regulamento do Conselho Nacional de Colonização e Imigração, que se reuniu pela primeira vez para debate do assunto. O Sr. Alberto Ravache, lendo seu parecer sôbre "Preços e Mercado", item do temário da reunião de Ministros da Fazenda e Economia em Quitandinha, solicitou igualmente sugestões dos membros da Confederação. A reunião do Conselho Fiscal da Confederação ficou marcada para o dia 8 de novembro, segunda-feira, em virtude de à Contabilidade não ter sido possível, devido aos feriados, elaborar os balanços, inventário, etc. Por sugestão do Sr. Arthur Oberlander Tibau é incluido em ata um voto de louvor pelo dinamismo e eficiência dos Srs. Fábio Yassuda e José Pires de Almeida à frente da Associação Rural do Litoral Paulista, fazendo-se a respectiva comunicação aos referidos senhores. Sôbre "Locação Rural" o Sr. Alberto Ravache leu o parecer emitido pelo Conselho Nacional de Economia sôbre o projeto já aprovado pela Comissão Nacional de Política Agrária. O assunto foi longamente debatido, ficando assentado que a atual Diretoria tomaria conhecimento da matéria, devendo a nova Diretoria, tão logo cheguem as ponderações da Sociedade Rural de São Paulo, que pediu prazo para se manifestar, solicitar igualmente prazo aquela Comissão para se pronunciar. Informando o Sr. Waldemar Rupp ter conhecimento de uma recente Portaria do Ministério da Agricultura sôbre revenda de material, em que não se faz alusão ao compromisso assumido por aquela Secretaria com a Confederação, o Sr. Presidente ficou de apurar o que há a respeito. Encerrando a sessão, o Sr. Presidente "formulou votos no sentido de que à nova Diretoria seja possível realizar aquilo que a premência do tempo e a pobreza dos recursos de tôda natureza impediram à atual de realizar, embora fôsse seu propósito dar à Confederação o renome e o prestigio que de direito lhe cabe como expressão máxima da agricultura nacional". Agradeceu S. Exa. também a colaboração de todos os Srs. Diretores, dos funcionários e dos representantes da imprensa, que sempre se mostraram eficientes e interessados na vida da Confederação. Falaram a seguir, enaltecendo a pessoa do Sr. Presidente e agradecendo o quanto S. Exa. tem feito pela classe, os Srs. Silvio Echenique, Júlio Ferreira da Silva e Waldemar Rupp.

90.ª reunião, em 24/11/54, presentes os senhores:

Iris Meinberg, Fortunato Ferreira Guarita, P. A. de Cerqueira Lima, Júlio Ferreira da Silva, Amaro Cavalcanti, Napoleão Fontenelle, Alberto Ravache, Luís Marques Poliano, Milton Freitas de Souza, Antônio Brandão e Kurt Repsold.

As 10,40 horas, o Sr. João Mauricio, 1.º Secretário, na ausência do Sr. Iris Meinberg, declara aberta a reunião. É lida e aprovada a ata da reunião anterior. Comparece o Sr. Iris Meinberg, Presidente. Procede-se à leitura do expediente. É transmitido aos Srs. Diretores o convite recebido do Centro de Ensino e Treinamento de Engenharia Rural e lido o programa para a II Conferência Rural Brasileira. O Sr. Alberto Ravache comunica que foi nomeada uma comissão de generais para um entendimento com o Serviço de Agricultura do Rio Grande do Sul, para a organização do Estado Maior Agrário daquele Estado e transmite à Casa o apêlo — dos agrônomos no sentido de que a Confederação se manifeste a respeito do aumento de seus vencimentos. O Sr. Amaro Cavalcanti faz uma exposição sôbre o que ocorreu na mesa redonda realizada na Escola Técnica do Exército, a respeito da fabricação de peças para veiculos motorizados no Brasil, ficando decidido que a Confederação se dirigirá à referida Escola, pedindo o comparecimento de um seu representante na reunião da Diretoria. Informa o Sr. Antônio Brandão já ter sido fundada no Maranhão a Cooperativa do Babaçu e que o novo Diretor da CACEX, a fim de esclarecer a questão do machado, enviou um funcionário àquele Estado e êste acabou por oferecer um relatório favorável às pretensões dos maranhenses. O Sr. Napoleão Fontenelle reclama para o Espírito Santo as garantias de preço mínimo e aquisição do produto no caso do café, ficando a Presidência de encaminhar o pedido ao Instituto Brasileiro do Café. É feita uma explanação sôbre as previsões orçamentárias para 1955 da Confederação Rural Brasileira, esclarecendo o Sr. Presidente que a proposta deverá ser aprovada em reunião conjunta da Diretoria com o Conselho Superior, a ser realizada na próxima quarta-feira. Sôbre as reclamações das Federações do Piauí e de Pernambuco, de não terem as agências do Banco do Brasil locais instruções para executar o financiamento e a compra em nome da Comissão de Financiamento da Produção, decidiu-se consultar o representante da Confederação junto àquela Comissão, a fim de serem devidamente informadas aquelas filiadas. O Sr. Presidente informa já ter sido enviado um oficio à Carteira do Banco do Brasil sôbre uma reclamação da Federação do Estado de Goiás. É lido para a Casa parecer da F. A. R. E. S. P. a respeito do seguro agrário e, depois de amplamente debatida a matéria, resolve-se convidar o Presidente da companhia a vir com seus técnicos tomar parte numa reunião da Confederação, a fim de esclarecer devidamente o assunto. Estando ainda em estudos por parte do Sr. Kurt Repsold a matéria referente à mistura da fécula de mandioca e trigo, fica transferida para a próxima reunião. O Sr. Alberto Ravache faz longa exposição sôbre o Acôrdo Brasil-Alemanha, dizendo da inconveniência de uma recente decisão da SUMOC. Discute-se demoradamente a questão, decidindo-se que a Confederação dirigir-se-á ao govêrno lembrando a possibilidade de advirem prejuizos caso seja abandonado o sistema de acôrdos bilaterais. É designado o Sr. Milton Freitas de Souza para elaborar um projeto a respeito de uma contribuição obrigatória dos agricultores para a manutenção das entidades de classe.

91.ª reunião, em 1/12/54, presentes os senhores:

Iris Meinberg, Virgílio Tavora, Kurt Repsold, Gerônimo Antônio Coimbra, Agostinho Monteiro, Nelson Santos Maciel, Júlio Ferreira da Silva, João Mauricio de Medeiros, Fortunato Ferreira Guarita, Waldemar Rupp, Francelino Bastos França, Alberto Ravache, Amaro Cavalcanti, P. A. de Cerqueira Lima, Benjamim Cabello e Napoleão Fontenelle.

As 10,10 horas, o Sr. Iris Meinberg, Presidente, declara aberta a sessão. É lida e aprovada a ata da reunião anterior. É lido o expediente. O Sr. Presidente comunica à Casa um convite recebido da Associação Rural do Vale do Rio Grande para que os Srs. Diretores assistam à solenidade do encerramento do Feeding Test em curso naquela cidade. Deu S. Exa. conhecimento à Casa de telegrama da Associação Rural de Marília solicitando enérgicas providências quanto a favores na concessão de câmbio à industria na base de 60 cruzeiros o dólar, segundo noticias dos jornais de São Paulo. Será consultada a F. A. R. E. S. P., a quem cabe as providências. Comunicou ainda o Sr. Presidente ter sido aprovada na Câmara dos Deputados a Redação Final do Projeto de Lei n. 311-B, de 1951, de autoria do nobre Deputado Waldemar Rupp, dispondo sôbre a subvenção às associações rurais. O andamento do projeto no Senado será acompanhado pelos Deputados componentes da Diretoria. De acôrdo com a proposta do Sr. Arruda

Câmara, a Confederação Rural Brasileira junta seus aplausos aos da F. A. R. E. S. P. pela idéia que teve a Secretaria da Agricultura de S. Paulo da criação de um Instituto de Tecnologia Agrícola. Outrossim, será pleiteada a inclusão de um representante da Confederação junto à Comissão Especial para estudo da Área do Polígono das Sêcas, ainda em conformidade com proposta do Sr. Arruda Câmara. O Sr. Arthur Oberlander Tibau, em nome do Serviço de Economia Rural, solicitou escusas por não ter um representante daquela entidade comparecido à posse da nova Diretoria da Confederação. O Sr. Amaro Cavalcanti passou às mãos do Sr. Secretário um exemplar do Relatório do ano de 1954 da Federação de Pernambuco. Atendendo ao pedido do Sr. Agostinho Monteiro, Presidente da Comissão Nacional de Estudos da Avicultura, a Confederação enviará ofício ao Diretor da Carteira Agrícola do Banco do Brasil pleiteando uma oportunidade para apresentar sugestões relativamente à concessão de crédito às atividades avícolas. Relembrou o Sr. Presidente a realização da III Conferência Rural Brasileira em São Paulo, reiterando o pedido de indicação de nomes para integrarem as diversas Mesas de trabalho. Pôsto em debate o plano de orçamento para o ano de 1954 55, foi o mesmo aprovado conforme apresentado pela Presidência. O Sr. Arthur Oberlander Tibau doou à Confederação uma coleção completa de Gasparini, para início da biblioteca da Casa. Os Srs. Agostinho Monteiro e Mário Penteado enalteceram a obra da Diretoria da Confederação. Em agradecimento falaram o Sr. João Maurício, 1.º Secretário e o Sr. Presidente, Iris Meinberg, o primeiro, manifestando a sua satisfação ante o reconhecimento do esfôrço despendido pela Diretoria, mas propondo que a homenagem tivesse caráter singular, restrita à pessoa do Presidente, a cujo devotado trabalho e excepcional capacidade de direção, tudo se deve, com o que concordou o Dr. Agostinho Monteiro, pedindo que as palavras do Secretário fôssem registradas pela taquigrafia com absoluta fidelidade, no que agradeceu o segundo, ou seja o Presidente, salientando que os resultados obtidos eram provenientes do trabalho de equipe que sempre adotou e de que, na Confederação como na F. A. R. E. S. P., colheu os melhores frutos. O Sr. Presidente, comunicando ter recebido da Comissão Especial de Seguro Agrário, do Instituto de Resseguros do Brasil, projeto do Plano Geral de Aplicações no trigo, informou que o Chefe do Serviço Técnico elaborou parecer concluindo que a Confederação deve aguardar o pronunciamento do Serviço de Expansão do Trigo, cujo Diretor é também membro da Diretoria da Confederação, o Dr. Kurt Repsold. Será aguardada, então, a sua presença a uma das próximas reuniões, para que nos possamos manifestar. Quanto à mistura de fécula de mandioca e trigo, ficou a matéria dependendo de estudos que estão sendo procedidos na Comissão Nacional do Trigo, dada a relevância do assunto e as dificuldades que apresenta. O Sr. Benjamim Cabello disse ter verificado no roteiro da III Conferência que os assuntos foram divididos em cinco grupos e que não conseguira, até àquele momento enquadrar os trabalhos que deseja apresentar em qualquer dêles. Sugeriu, assim, a criação de um grupo de assuntos diversos. O Sr. Presidente disse, então, que, de acôrdo com o Regimento da Conferência, poderão ser criados mais grupos, em conformidade com as necessidades. O Sr. Waldemar Rupp, que regressava de Sta. Catarina, informou à Casa que, ali, constatara que a peste vem dizimando o rebanho suíno, sem que haj vacinas para um tratamento profilático adequado. Sugeriu, dessarte, que a Confederação se dirigisse ao Ministério da Agricultura no sentido de incrementar a fabricação de vacinas para atender à angustiosa situação de Sta. Catarina no que tange ao fenômeno referido.

92.ª reunião, em 15/12/54, presentes os senhores:

Iris Meinberg, João Maurício de Medeiros, P. A. de Cerqueira Lima, Nelson Santos Maciel, Gentil Nascimento, Fortunato Ferreira Guarita, Alberto Ravache, Kessler Coelho, Antônio Duarth, Manoel A. Moreno, Nunes Freire, Paulo Carneiro da Cunha, Newton Ferreira Paiva, Lauro Borba, Jerônimo Antônio Coimbra e Amaro Cavalcanti.

Às 10,20 horas, o Sr. Iris Meinberg, Presidente, declara aberta a sessão. É lida e aprovada a ata da sessão anterior. É lido o expediente. O Sr. Presidente informa ter oficiado ao Instituto Brasileiro do Café, por solicitação do Sr. Napoleão Fontenelle, no sentido de o pôrto de Vitória ser incluído no sistema de financiamento do café e que igualmente representará à Comissão de Financiamento da Produção para que apresse as devidas providências. Será também enviado ofício à Superintendência da Moeda e do Crédito a fim de deixar bem claro, junto a êsse órgão, a diferença de tratamento dado aos cotonicultores em relação aos cafeicultores, no que respeita à liquidação de cambiais de exportação. Lido o apêlo feito pelas Donas de Casa no sentido de não ser elevado o preço do gado acima de 250 cruzeiros a arrôba, o assunto é largamente debatido. Será respondido às Donas de Casa que a Confederação acolhe com simpatia o seu apêlo porque, tanto ou mais do que as populações das cidades, os homens do campo são vítimas da alta do preço das utilidades e do crescente custo de vida; que a vida dos trabalhadores rurais não representa um bem-estar, como declaram em sua carta; que a carne bovina não deve ser a base da dieta de proteínas animais, sendo recomendável também o consumo do gado menor, como o carneiro, o cabrito e até mesmo o coelho e a galinha, como ocorre em outros países, cujo padrão de vida é muito superior ao nosso; que não cabe a nós a responsabilidade da elevação do custo de vida, mas, em grande parte, à conjuntura econômico-financeira por que o País atravessa, com a moeda cada vez mais desvalorizada, e, finalmente, que a Confederação coloca à disposição das donas de casa seus arquivos, no que respeita ao custo do boi e demais subsídios. O Sr. Presidente dá conhecimento à Casa de telegrama recebido da Associação Rural de Buriti Bravo, no Estado do Maranhão, assinado pelo Vice-Presidente, pelo Primeiro e pelo Segundo Tesoureiros e por mais dois membros do Conselho Fiscal, denunciando irregularidade cometida pelo Presidente da mesma entidade, que teria recebido a importância referente à subvenção do Govêrno e dela feito uso em proveito de suas atividades particulares. Como o assunto é da alçada da Federação, a Confederação transmitirá o fato à mesma, pedindo que apure a veracidade dos fatos e, se necessário, nomeie um interventor na Associação, como dispõe o Decreto n. 8.127, em seu art. 143. Por outro lado, a Confederação transmitirá a denúncia, com as devidas reservas, ao Serviço de Economia Rural, ao qual a Federação do Maranhão também deverá recorrer para melhor apuração dos fatos. O Sr. João Maurício informa que o companheiro Júlio Ferreira da Silva telefonou justificando sua ausência à presente sessão. Propôs, a seguir, que seja passado um telegrama à F. A. R. E. S. P., de congratulações pelo êxito excepcional que alcançou a III Conferência Rural Brasileira, o qual, em grande parte, se deve ao seu esfôrço e à capacidade dos seus dirigentes, que tudo previram e tudo proveram no sentido de que nada faltasse aos membros da Conferência, o que é acolhida com uma salva de palmas. São aprovados também telegra-

mas de agradecimento à Light, ao Dr. Dario Meireles, à Cia. Antártica Paulista, ao Prof. Krug, do Instituto Agronômico de Campinas e ao Sr. Rudge, proprietário da chácara visitada pelas senhoras dos membros da Conferência. O Sr. Alberto Itavache faz um relato das atividades do Instituto Nacional de Imigração, lendo a sua declaração de voto sôbre a troca do vocábulo voto por veto que, a seu ver, ocorreu na publicação do novo regulamento. A Confederação fará o estudo jurídico da matéria, a fim de fornecer ao Sr. Itavache os subsídios necessários ao levantamento da questão. O Sr. Paulo Carneiro da Cunha, Presidente da Federação do Piauí, convida a Diretoria da Confederação para se fazer representar na inauguração da Casa Rural do Piauí, no próximo mês. Informa, atendendo a pedido feito há tempos pela Casa, que a Comissão de Financiamento da Produção é desconhecida em seu Estado, até mesmo pela agência do Banco do Brasil. O Sr. Lauro Borba apela para a Confederação no sentido de manter com pertinácia as Concentrações Rurais e solicita sejam fornecidas à Federação do Ceará, com a devida antecedência, as conclusões das três primeiras Conferências Rurais, para melhor elaboração da IV Conferência. Por sugestão do Sr. Desler Coelho de Souza, será solicitada ao Sr. Presidente da República uma audiência na qual os Presidentes e representantes das Federações, bem como o Presidente da Confederação, juntamente com o Sr. Ministro da Agricultura, farão à S. Exa. uma xposição do que foi a III Conferência Rural Brasileira e das suas conclusões. Quanto ao seguro agrário de arroz o Sr. Dessler Coelho de Souza pede seja ouvido o Presidente do Instituto Riograndense de Arroz, que se acha no Rio. Relativamente ao seguro pecuário para bovinos, a Cia. Nacional de Seguro Agrário informa que quem deve ser convidado para debate do problema é o Instituto Nacional de Resseguros do Brasil, a quem cabe a elaboração do plano de operações. O Sr. Presidente transmite à Casa a proposta que o Sr. Apolônio Sales fêz na III Conferência, de comparecer à Confederação para debater o assunto do Serviço Social Rural. Será combinada com S. Exa. a data para uma reunião especial. O Sr. João Maurício diz, em brilhante oração, que o apêgo ao ruralismo na família Iris Meinberg é quase uma doença; começa no seu chefe e vai até ao menor de seus filhos. Conta, então, a passagem de uma filhinha do Dr. Iris Meinberg, a menina Maria Cristina, de 13 anos, que, de volta da festa do Jóquei Clube, em São Paulo, disse a seu pai que não tinha tido o prazer de estar presente a nenhuma das reuniões da Conferência, pedindo ingênuamente, que a levasse no dia seguinte. Infelizmente, respondeu Iris Meinberg, a Conferência está terminada. E o seu pedido não pôde mais ser satisfeito. A Sra. Tildinha — continua o Sr. João Maurício — ficamos cativos pela maneira carinhosa com que atendeu a todos os membros da Conferência. Tivemos oportunidade de assistir, por ocasião das visitas que fizemos, o cuidado dessa ilustre dama em acomodar as demais senhoras ali presentes. Sugere, por fim, o Sr. João Maurício, seja passado à Sra. Iris Meinberg, por ocasião de seu aniversário natalício, que transcorre no dia 16 do corrente, um telegrama de congratulações, formulando votos de felicidade pessoal, para seu espôso, seus filhos e enteados. A proposta é aprovada com uma demorada salva de palmas. O Sr. Manoel Almenara Moreno requer seja inserido em ata um voto de louvor ao Dr. Iris Meinberg pelos grandes méritos e qualidades com que conduziu a III Conferência Rural Brasileira, o que igualmente é aprovado por uma salva de palmas. A seguir, o Sr. Iris Meinberg agradece emocionado as manifestações de aprêço e carinho tributadas à sua espôsa, dizendo da certeza que tem de que ela não se sentirá envaidecida com isso, mas satisfeita e talvez orgulhosa por ver que o Brasil agrícola cada vez mais se une, cada vez mais se identifica, não através de todos os seus homens, mas de tôda a família brasileira. O Sr. Oswaldo Nunes Freire expõe a situação da Federação do Maranhão, dizendo do desejo que teria se pudesse satisfazer as obrigações daquela entidade para com a Confederação, o que presentemente é impossível, dada a sua precária situação financeira. O Sr. Presidente informa que vai verificar, de acôrdo com os estatutos, a possibilidade de suspensão dos compromissos daquela Federação até o ano de 1954, devendo a mesma daqui por diante pagar suas contribuições regularmente. Quanto à anistia das contribuições devidas, diz S. Exa. que só em Assembléia Geral isso poderá ser decidido.

93.ª reunião, em 22/12/54, presentes os senhores:

Iris Meinberg, Amaro Cavalcanti, Agostinho Monteiro, Francisco M., José Ignácio de Miranda Pereira, Alberto Itavache, Luís Marques Poliano, Rubens Farrula, Jerônimo Antônio Coimbra, Fortunato Guarita e F. R. Siqueira Netto.

Às 10,20 horas, o Sr. Iris Meinberg, Presidente, declara aberta a reunião. É lida e aprovada a ata da reunião anterior, procede-se à leitura do expediente. Transmite-se à Casa a resposta do Banco do Brasil sôbre o financiamento do ágave e o convite da Associação Rural de Barretos para a assembléia geral de eleição e posse de seus diretores. Comparece o Sr. Harry Stone, que faz uma exposição sôbre a conferência que se realizará em Nova Orleans, Estados Unidos, visando um intercâmbio particular entre as pessoas interessadas no investimento de capitais no Brasil e os americanos possuidores dêsses capitais, resolvendo-se, a respeito, enviar comunicação às Federações. É lido o ofício do Instituto Nacional de Imigração e Colonização, decidindo-se, a pedido do Sr. Alberto Itavache, o assunto para exame do consultor jurídico. Quanto à solicitação feita pela Associação Paranaense dos Cafeicultores, o Sr. Presidente informa que irá esclarecer aquela entidade no que respeita às verbas incluídas no Orçamento. O Sr. Rubens Farrula faz exposição sôbre as atividades da Comissão de Financiamento da Produção e solicita ao Sr. Presidente a sua substituição naquele órgão, por motivo de saúde. É lido pelo Sr. Salvio Pacheco de Almeida Prado o seu relatório daquilo que observou na Convenção de Compradores de Café de Boca Raton, Estados Unidos. O Sr. Júlio Ferreira da Silva solicita instruções sôbre a maneira de agir na C. O. F. A. P., quando esta tiver de tratar do preço do trigo, comunicando, a seguir, a inauguração de um hotel em São Paulo e enaltecendo a figura da espôsa do Sr. Iris Meinberg, pela sua atuação na III Conferência Rural Brasileira. O Sr. Rubens Farrula faz uma referência elogiosa ao Embaixador Freitas Vale e o Sr. Alberto Itavache, apesar de ressaltar ser péssima a situação financeira da tesouraria da Confederação, lembra a necessidade de ser concedido um abono de natal aos seus funcionários, o que é acolhido com simpatia por todos os Diretores, estabelecendo-se que isso se concretizará quando a Confederação dispuser de recursos financeiros neste exercício. O Sr. Presidente solicita e obtém autorização da Diretoria para que êle, juntamente com a tesouraria, promova entendimentos com um estabelecimento bancário, visando sacar determinada importância por conta da verba orçamentária destinada à Confederação. O Sr. Agostinho Monteiro pede seja feita a sua inscrição para falar sôbre a III Conferência, em São Paulo, na próxima reunião. A seguir, lembrando que nessa época de fim de ano, devido às festas que se realizam, é muito difícil poder contar com o número necessário de diretores para as reuniões, pois que muitos se retiram para seus Estados a fim de passar êsses dias com suas famílias, o Sr. Presidente comunica que sòmente a 12 de janeiro será realizada a próxima reunião da Diretoria e, nada mais havendo a tratar, declara encerrados os trabalhos às 12,20 horas. Eu, Fortunato Guarita, 2.º Secretário, lavrei a presente ata, da qual fazem parte integrante os apanhamentos taquigráficos, que, depois de lida, discutida e aprovada, será assinada na forma estatutária

A BIBLIOTECA DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

Possuia esta instituição uma das melhores bibliotecas especializadas do país, acumulada desde a sua fundação. O incêndio de 1913, entretanto, nada poupou e os 12.000 volumes, perfeitamente classificados, dentre os quais se contavam obras alto valor bibliográfico, como as de Martius, Barbosa Rodrigues e outros, ali se perderam. Ocupava a biblioteca, até 1935, um grande andar no edifício à Rua Primeiro de Março, e nela não somente os sócios, mas o público, sem distinção, encontravam os elementos de estudo de que careciam.

Seção considerada da mais alta importância no âmbito das atividades sociais, a biblioteca deveria ser reconstituída. Entre aquele ano fatal e a mudança para a nova sede, valiosas doações foram recebidas e acumuladas no exíguo espaço das salas do edifício São Borja e nas do Itanagra.

Procedida a mudança, iniciou-se o serviço de escolha e de arrumação provisória, nas estantes especialmente construídas nos dois amplos salões reservados à Biblioteca na Casa da Agricultura.

Afora duplicatas e periódicos, calcula-se em 6.000 o número de volumes em fase de registo e catalogação. O espaço reservado à Biblioteca está calculado para 60.000 volumes, não sendo exagerado otimismo prever que, dentro de um ou dois anos, teremos alcançado quantitativamente a situação anterior, embora com falhas irreparáveis no setor das obras esgotadas, e que se tornam cada vez mais raras.

Também dentro daquele prazo espera a Diretoria ter completado a classificação metódica do acêrvo, de molde a franquear a livraria aos sócios e ao público, como antes.

Para isso ,conta com recursos próprios e com a indispensável cooperação dos amigos da Sociedade e do corpo social, sobretudo na completação das falhas das coleções periódicas.

Nesse sentido, renova daqui um apêlo, certa de que todos procurarão contribuir para um serviço da maior utilidade. Doravante, publicaremos as nossas listas de faltas, a começar pela revista

CHÁCARAS E QUINTAIS :

1910 — de janeiro a junho, de agôsto a outubro; e dezembro.
1911 — fevereiro, abril, junho, setembro, outubro e dezembro.
1912 — agôsto, outubro, novembro e dezembro.
1913 — fevereiro, março, abril, junho, julho, agôsto e dezembro .
1914 — janeiro, março, abril, junho a setembro, dezembro.
1915 — faltam tôdas.
1916 — faltam tôdas.
1917 — janeiro a maio, de julho a dezembro.
1918 — janeiro a junho.
1919 — janeiro a junho.
1920 — janeiro, junho a dezembro.
1921 — janeiro a agôsto, novembro e dezembro.
1922 — janeiro a junho, agôsto a dezembro.
1923 — faltam tôdas.
1924 — faltam tôdas.
1925 — janeiro, março, abril, maio, julho a dezembro.
1926 — junho a dezembro.
1927 — faltam tôdas.
1928 — faltam tôdas.
1929 — faltam tôdas.
1930 — janeiro, fevereiro, abril a setembro.
1931 — fevereiro.
1942 — janeiro a outubro, dezembro.
1943 — janeiro, fevereiro, maio e junho.
1944 — agôsto. .
1945 — janeiro, fevereiro, abril, maio e agôsto.
1946 — julho.
1947 — outubro e novembro.
1948 — junho.
1951 — maio e julho.
1952 — setembro.

A biblioteca recebeu e agradeceu as seguintes publicações :

OFERTA DO SR. LUIZ MARQUES POLIANO

Economia Política — Stanley Jevons — Lisboa.

A fabricação do açúcar de cana — Notas e fórmulas — Luiz de Castilho.

Feijão de Porco — Henrique Löbbe. — M. da Agricultura — R. de Janeiro. 1925.

O mosaico da cana de açúcar e de outras leguminosas — E. C. Brandes. Ministério da Agricultura — Rio de Janeiro — 1926.

Adubos químicos — Dr. Gustavo D'Utra — Secretaria da Agricultura — São Paulo — 1920.

Relatório da Sec. de Agricultura — Terras e Obras — Benvindo de Novaes. Vitória — 1926.

Formação do Pomar. — H. Löbbe. M. da Agricultura — Rio de Janeiro — 1931.

Pela produção Nacional — Hanibal Porto — Rio de Janeiro — 1930.

Bancos populares e crédito agrícola — Fábio Luz Filho — Rio de Janeiro — 1928.

Conferência Internacional Algodoeira — Sociedade Nacional de Agricultura — Rio de Janeiro — 1922.

O trigo do município do Rio Grande — Francisco Dandolo de Seta — 1930.

Distribuição e venda de sementes, mudas frutíferas, adubos e drogas — Ministério da Agricultura — Florianópolis — 1932.

Assuntos econômicos do presente — J. Sampaio Fernandes — 1923.

Sarna en los ovinos — M. de Indústrias — Montevideu — 1911.

Escola Agrícola — *Luiz de Queiroz* — Piracicaba — Secret. de Agricultura — São Paulo — 1919.

El salitre de Chile en la Agricultura Paulista — Guilherme Medina.
Melhores Batatas para a América Tropical — W. S. Orton — (n. 20 da Série de impressos sôbre a agricultura).
Apuntes de Contabilidade Rural — M. de Agricultura — Buenos Aires.
Criem galinhas êste ano — (Chácaras e quintais) — 1918.
Sericicultura no Brasil — Amilcar Savassi — M. da Agricultura — Rio de Janeiro — 1924.
Oleos vegetais brasileiros — Eurico Teixeira — R. de Janeiro — 1922.
A cultura da laranjeira — Olinto Fernandes — 1929.
Roses — Ketten Frères Luxemburg — Luxemburgo — 1920.
Farmes Bulletin — ns. 653, 857, 801 e 961.
Nas Selvas do Brasil — Theodore Roosevelt — Serviço de Informações Agricolas — Rio de Janeiro — 1945.
Seguro Agrário — Rio de Janeiro — 1954.
Pesquisas Econômicas e Sociais — Ministério da Agricultura — Rio de Janeiro — 1954.
Ensino Agricola — Arthur Torres Filho — Rio de Janeiro — 1925.

OFERTA DO SR. ANIBAL BUITRON

(da Divisão de Trabalhos e Assuntos Sociais da União Panamericana)

Organização de los Estados Americanos — Décima Conferência Interamericana — Doc. n. 12 — Caracas — 1954.

OFERTA DA EMBAIXADA DA ESPANHA

Los Trigos de la Ceres Hispanica — R. T. Molina e M. A. Peña — Instituto Nacional de Investigaciones Agronomicas — Madrid — 1952.

OFERTA DO INSTITUTO NACIONAL DO PINHO

Anais do 1.º Congresso Florestal Brasileiro — Curitiba — 1954.

OFERTA DA DEVON CATLLE BREEDERS

Davy's Devon Herd Book. Vol. LXXVII 1954.

OFERTA DO DR. ARTHUR TORRES FILHO

Reforma Agrária no Mundo e no Brasil — Serviço de Informação Agricola — 1952.
A cana por semente — Arthur E. M. Torres — Campos — 1918.
Seridó — José Augusto — Vol. 1.º — Rio de Janeiro — 1954.
Dez faces do Mundo — Valdiki Moura — Rio de Janeiro.
Brasil — 1948 — Recursos e possibilidades — Ministério das Relações Exteriores — Rio de Janeiro.
O Agronômico — n. 49 ao n. 61.
Agros. — vol. V n. 3 — vol. VI n. 1.
Boletim do Instituto de Quimica Agricola n. 24.

Boletim da Superintendência dos Serviços do Café — n. 333.
Contribuição ao estudo da matéria orgânica nos solos de M. Gerais — Divisão de Quimica Agricola — Belo Horizonte — 1953.
Missões culturais — Hermani de Carvalho — Estado do Rio — 1948.
Prevision del tempo en Agricultura — José Lanen — Barcelona — 1934.
Le proprietaire devant sa ferme dilaissér Georges Ville — Paris
Nouveaux élements de physiologie — P. Langlois et H. de Varigny — Paris — 1893.
Exposição geral da situação econômica no Brasil — Conselho Nacional de Economia — 1954.
Les Bases théoriques de la statistique agricole internacional — Umberto Ricci — Roma — 1914.
Elementos de História das Doutrinas Econômicas — Paul Hugon — S. Paulo.

OFERTA DO SR. JOAO GONÇALVES DE SOUZA

Anais do Seminário Latino-Americano de Bem-Estar Rural — Vol. I — 1954.

OFERTA DO SR. JOSÉ ANASTACIO VIEIRA

Calendário Agricola do Brasil — Distrito Federal — Serviço de Informação Agricola — 1954.

OFERTA DA SRA. EDITH MAGARINOS TORRES

World's Popular Encyclopedia. New York — 1937 — Em 12 volumes.

OFERTA DO DR. ANTONIO DE ARRUDA CAMARA

Boletim do Ministério de Agricultura Indústria e Comércio. — Em 20 volumes de 1912 a 1932 — Coleção completa .
Boletim de Ministério de Agricultura — 8 volumes de 1933 a 1939 — Revista de Agricultura — vo. I ns. 1, 3 e 4 — Vol. II ns. 1, 2 e 3.

OFERTA DO DR. ALBERTO RAVACHE

Organizacion de los Estados Americanos — União Panamericana — Fasciculos ns. 2 a 12 de 1954.
Banco do Brasil — Carteira de Crédito Agricola e Industrial — 1953 e 1954.
Plano de Diretrizes para a racionalização da produção do Estado de São Paulo — S. Paulo — 1954.
Exodo e fixação — *Souza Barros* — Serviço de Informação Agricola — 1953.
Boletim Renner — ano 10.º — maio de 1954.
Atlas corográfico da Cultura Cafeeira — Estado do Paraná — Departamento Nacional do Café.

OFERTA DO PROF. GERALDO GOULART DA SILVEIRA

Relatório da FARP.

Calendário Agrícola do Brasil — Distrito Federal — Serviço de Informação Agrícola — 1954.

OFERTA DO SR. CLYDE WILLIAMS

(Presidente da Battelle Memorial Institute)

Battelle Research — Ohio — U. S. A. — 1954.

OFERTA DO SR. OCTAVIO DOMINGUES

O jumento da lagoa Dourada — Octavio Domingos — Instituto de Zootécnia — 1953.

OFERTAS DO SR. ARAUJO CAVALCANTI

(Secretário Geral da Assoc. Brasileira de Municípios)

Estudos Municipais — Serviço de Documentação do D. A. S. P. fascículos de 1 a 10. 1954.

Mensagem do DASP, aos Prefeitos e Vereadores do Brasil — 1954.

Planejamento geral dos Serviços Administrativos Municipais por J. Soares Belharmilo. Serviço de Documentação do DASP — 1954.

OFERTA DO I. B. C.

Congresso Mundial do Café em Curitiba — Paraná — Documentário Cafeeiro n. 1.

OFERTA DA JUNTA DE EXPORTAÇAO DA PROVINCIA DE MOÇAMBIQUE

Guia Económico de Moçambique — 1953-54

Guia dos Exportadores e Importadores de Moçambique — Fascículos 1953 e 1954.

OFERTA DA EMBAIXADA DA REPÚBLICA DA ALEMANHA NO RIO DE JANEIRO

A Alemanha de Hoje — 1954.

OFERTAS DO SERVIÇO DE INFORMAÇÃO AGRICOLA

Como Organizar a Biblioteca do clube agrícola — Xavier Placer — 1953.

Instruções práticas sôbre as culturas de cebolas e do alho. Leonam de Pena — 1951.

Noções sôbre as principais doenças contagiosas e parasitárias dos animais domésticos — Otacilio Pinto Cordeiro de Souza — 1953.

Missões Rurais de educação — A experiencia de Itaperuna — 1952.

Fazendas de gado no Vale do S. Francisco — José Norberto Macedo.

Fazendas de cacau na Bahia — Clovis Caldeira — 1954.

A Estância Gaúcha — Duarte de Laytano — 1952.

Doença de Newcastle — J. Valtsman. — Isaac Moutssatché — 1954.

O Babaçu e outras palmeiras produtoras de amêndoas oleaginosas no Brasil — 1954.

OFERTAS DO SERVIÇO DE ECONOMIA RURAL

Legislação cooperativista — 1953.

II Reunião de Consulta as cooperativas — Conclusões aprovadas — 1954.

Instruções para organização de Sociedade Cooperativa — 1953.

Conclusões da I Reunião de Consulta as Cooperativas — 1952.

Primeira reunião dos chefes de agências do Serviço de Economia Rural e dos diretores dos órgãos executores dos acôrdos relativos ao cooperativismo e à classificação dos produtos agropecuários — 1953.

OFERTA DA COMISSAO DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL

O problema da alimentação no Brasil — Relatório de Klein e Saks — 1954.

OFERTA DO CONSELHO NACIONAL DE ESTATISTICA

Números índices dos preços e das quantidades em alguns setores da produção — 1.ª série — 1954 — (I. B. G. E.).

OFERTA DA F. A. R. E. P.

Relatório das atividades da Farep no periodo 1951 a 1954 — Lauro Borba — Recife — 1954

OFERTA DA EDITORA PUBLICIDADE ROMAN LTDA.

Cooperativa agrícola de Cotia — 25.º Aniversário — São Paulo — 1953.

OFERTA DA UNIAO PANAMERICANA

Os seguintes fascículos:

As Republicas Americanas em relance — 1955.

Sessenta e cinco anos de cooperação interamericana — 1890-1955.

As Américas Unidas na palavra de seus estadistas.

O que é as OEA atualmente.

Mapas do sistema rodoviário pan-americano — 1954.

OFERTA DA SECRETARIA DO CONSELHO TÉCNICO DE ECONOMIA E FINANÇAS

Comissão Mista Brasil-Estados Unidos

Relatório geral — 2 volumes — 1954
Estudos diversos — 1954.
Projetos — 14 volumes — 1954.

OFERTA DO INSTITUTO DEL CACAO

Segunda Conferência do Comitê Técnico Interamericano del Cacao — Turrialba — Costa Rica — 1949.

Terceira Conferência do Comitê Técnico — *Instituto del Cacao* — Costa Rica — 1950.

V Runion del Comite Tecnico Interamericano del Cacao — 2 volumes — Turrialb a— Costa Rica — 1954.

OFERTA DA ACADÉMIA DES SIENCES DE L'U. R. S. S.

Communication au Ve. Congrès International de la Science du Sol. Moscou — 1954 — 8 fasciculos.

OFERTA DO CONSELHO NACIONAL DE ECONOMIA

Exposição geral da Situação econômica do Brasil — Rio de Janeiro — Conselho Nacional de Economia — 1955.

OFERTA DA ESTACION EXPERIMENTAL AGRÍCOLA DE TINGO MARIA

Diccionário de plantas cultivadas, Hierba Silvestre y malas Hierbas en el Perú, equivalents en Hespañol, Ingles, y Latin — Perú — 1954.

Propagacion vegetativa del Cacao — Estacion Experimental agricola de Tingo Maria — Perú — fascículo de dezembro, 1954.

OFERTA DA FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS

A missão Cook no Brasil — Rio de Janeiro 1949 — publicação da Fundação Getulio Vargas.

PUBLICAÇÕES RECEBIDAS EM 1955

Meses de janeiro e fevereiro.

Academie D'Agriculture de France — n.º I.
Agricultura em São Paulo — ano 5 — n.º I.
Agronomia — n.º 77
Algodon — vol. 8 — ns. 6 e 7
Américas — vol. 7 ns. 1 e 2
Arco-Iris — ano III n.º 22
Bahia Rural — ano XXIII — n.º I
Boletim da Ass. Rural do Vale do R. Grande — 131-B-132-B
Boletim da C. C. P. L. — Vol. VIII, ns. 78-79
Boletim do Leite — vol. VIII — ns. 91-92
Boletim de la Ass. de Ingenieros Agron — n.º 57
Brasil Rural — ns. 150-151
Bolletin Economique et Social de la Tunisil — ns. 96-97
Carta quincenal de la C. de Comer. de Chile — 222-223-224
Chácaras e quintais — vol. 91 ns. 1-2
Conjuntura Econômica — ano IX — ns. I-2
Cotton Cotton Algodon — vol. 8 — n.º 2
Fauna — ano XIV — ns. 1-2
Fomento Agricola — ano 1 n.º I
Gado Holandês — ano XIX — ns. 217-218
Gazeta das Aldeias — ns. 2294-2295-2296-97
Granja — ano 3 — n.º 25
A Granja — ano XI — ns. 92-93
Ifap News — vol. 4 — n.º 2
Informativo Farsul — ns. 46-47-48
Iowa Farm Science — vol. 9 — ns. 7-8
Lavoura Arrozeira — ano IX — ns. 97-98
Massey Harris — ano XXI — ns. 326-327
Mercado do café — ns 914 a 917 e 918 a 920
Mundo Agrícola — ano 4 — ns. I-2
Observador econômico e financeiro — ns. 227-228
O pioneiro — ano I — ns. 2-3-4
Paraná Econômico — ano 2 — ns. 22-23
Revista Brasileira de Panificação — ano XX — ns. 233-234
Revista dos Mercados — ano VI — ns. 53-54
Revista de la Bolsa de Comércio — n.º I
Revista Industrial — vol. 23 — ns 1-2
Revista do Clube de Engenharia — n.º 221
Revista mensal da Liga do Com. do R. de Janeiro — ano XIX — ns. 255-256
Seleções Agrícolas — ano 10 — ns. 105-106
Túcan — ano VI — ns. 244 a 246-247 a 250.
Vita — vol. XII — ns. I-2-3-4
World Agriculture — vol. IV — n.º 1.

(Conclusão da pág. 21)

almejada Escola Superior de Silvicultura, Escola Superior de Estudos Florestais ou outro nome qualquer que se lhe venha a dar; que se institua; quanto mais cedo, o Seguro Florestal, são medidas recomendáveis.

Precisamos, com a experiência do passado e com a realidade do presente que estamos vivendo, encarar, com realismo, o futuro.

Que cessem as devastações desenfreadas; que sejam melhor compreendidas as nossas reservas florestais que já se vão tornando incipientes; que seja, enfim, traçada, em bases racionais, oportunas e objetivas uma nova Política Florestal, é o que precisamos.

Que se plantem os bilhões de novas essências florestais preconizados pelo Dr. Estanisláu Kosciuski, para a nossa tranquilidade futura, para a tranquilidade das novas gerações é o que devemos almejar, nós, brasileiros, que pensamos no futuro e na grandeza, de nossa pátria.

(Conclusão da pág. 56)

proporções das necessidades brasileiras .Além disso, os agrônomos carecem de uma regulamentação profissional condigna, que afaste de sua composição os intrusos e curiosos e a sua remuneração deve corresponder ao grau de cultura e de habilitações que hoje dêles se exige. — Do mesmo modo que nosso progresso e nosso desenvolvimento impuzeram a separação das especialidades da engenharia, os agrônomos adquiriram na conjuntura atual uma posição de destaque que é forçoso reconhecer e prestigiar. Mesmo porque a formação cultural dos agrônomos — como a dos arquitetos — é hoje de nível superior idêntica à dos engenheiros, tanto entre nós como nos Estados Unidos, onde algumas Universidades consideram a agronomia simples ramificação da engenharia civil.

(Transcrito do "Jornal do Brasil" de 20-2-55)

OS AGRÔNOMOS NO BRASIL

MAURICIO JOPPERT DA SILVA

Acontece com os agrônomos no Brasil atualmente coisa semelhante ao que sucedeu aos arquitetos antes da expedição, em 1933, do decreto 23.569, que regulamentou as profissões de engenheiro, arquiteto e agrimensor. Até então os arquitetos eram diplomados pela Escola Nacional de Belas Artes e considerados meros decoradores de fachadas. Não chegavam à construção de edifícios, entregues a indivíduos com noções muito ligeiras de arte de construir, alguma prática do ofício, registrados nas Prefeituras como construtores ou arquitetos, sem nenhuma idoneidade técnica nem cultura artística. Os proprietários, na preocupação de reduzirem os orçamentos, dirigiam-se a êstes que não podiam evoluir por falta dos conhecimentos técnicos indispensáveis. O resultado era que a construção civil se tornara precaríssima nas cidades brasileiras, coisa de mau gosto e de aventura de indivíduos sem profissão definida. — Os arquitetos juntaram ao seu título o de engenheiro, passaram a ser engelheiros-arquitetos, o que nada tinha de absurdo porque em muitos países a arquitetura é considerada uma especialização da engenharia civil. Mas pouco adiantou. O decreto 23.569 deu aos arquitetos o relêvo que êles mereciam e acabou com os construtores práticos ou improvizados. Com maiores oportunidades, os arquitetos se valorizaram, aprimoraram sua cultura, rasgaram novos caminhos à arquitetura brasileira, que repercutiram em meios estrangeiros. Nossas cidades, cobriram-se de construções originais e ousadas, os engenheiros arquitetos voltaram orgulhosamente ao seu título de arquitetos e a sua formação técnico-cultural exigiu a criação de um Instituto adequado e moderno, a Faculdade Nacional de Arquitetura, cuja sede vai adiantada em construção na Cidade Universitária. — A arquitetura brasileira tem hoje no mundo uma individualidade definida e admirada por muitos, não sendo poucas as imitações, sobretudo nos Estados Unidos. — Os agrônomos ficaram, por assim dizer, escondidos nos parágrafos sem destaque do decreto n.º 23.569; não se compreendeu na ocasião o grande papel que lhes estava destinado na vida econômica nacional. Talvez tivesse concorrido para isso a falta de institutos bem montados para a sua formação profissional ou mesmo a inexistência de um ambiente a êles favorável. Obras que eram sem dúvida, da pura alçada da técnica agronômica, foram entregues a engenheiros civis que se limitaram a construir barragens, formar lagos, abrir canais e lançar estradas, sem sentir que o objetivo final do problema em que estavam empenhados era recuperar a terra para a agricultura e não apenas fazer lagos para saturar a atmosfera ou secar demasiadamente os terrenos encharcados de modo a torná-los estereis. E que não se pensava em agrônomos e certa vez, num concurso famoso em uma escola superior, assisti a um jovem candidato arriscar-se a uma inabilitação porque prostestara contra um velho professor que confundia agronomia com agricultura... Ainda hoje pouco proveito se deu às obras de açudarem do nordeste para a irrigação e cultura intensiva da terra. O engenheiro civil para satisfeito depois da barragem pronta e da água presada, enquanto que, para o agrônomo, o açude e os canais são obras acessorias da irrigação que fará a terra, rica de substâncias assimiláveis pela planta, produzir exclusivamente. É verdade que alguns engenheiros civis são, como Luiz Vieira, de espírito universal e atacam tôdas as fases do problema; mas são poucos... A nossa baixada fluminense, estéril e insalubre pelo excesso de agua acumulada devido ao entupimento dos escoadouros naturais, permaneceu estéril na maior parte, depois do saneamento, pela descida demasiada do lençol subterrâneo. — Faltou, num e noutro caso, a colaboração do agrônomo que conduziram as operações para o aproveitamento racional das terras e da qualidade de cultura a estabelecer em cada caso. Ambos os problemas, do nordeste e da baixada litorânea, foram atacados em época em que não se falava em agrônomos no Brasil... Hoje, porém, a situação é diferente: o grande centro de ensino agronômico do quilômetro 47 da antiga rodovia Rio-São Paulo e todos os outros que se multiplicaram pelos Estados, por iniciativa do Govêrno central ou dos Governos estaduais, formam agrônomos de boa cultura e de sólida visão, fazendo jús a um maior respeito da parte da Nação e impõe-se o seu aproveitamento nos problemas de natureza meramente agrícola. Esses técnicos estão habituados a construções rurais de tôda sorte, ao estudo do solo e das diversas qualidades de cultura que êles comportam, ao seu beneficiamento com adubos e água na proporção devida e mesmo a pesquisas cientificas para investigar as pragas que de vez em quando devastam as plantações. Pomares e hortas não podem hoje ser explorados em grande escala sem a assistência do agrônomo e são êles que — mais do que as indústrias — fazem as nações felizes e prósperas porque de barriga vazia ninguém pensa, nem produz... vemos em nossos dias como a América do Norte, a nação mais industrializada do mundo, arranca do seu solo tôda uma produção agrícola abundantíssima que segue para a Europa em navios abarrotados de cereais, acompanhando os barcos aestados de máquinas e de munições. E esta produção se consegue com uma técnica agronômica elevada, para a qual não há solo pobre, nem estéril até os areais e as pedras dos desertos, desabrocham em pomares, hortas e jardins.. .Os que acompanham os problemas do nordeste brasileiro sabem qual tem sido a contribuição brilhante do agrônomo José Guimarães Duque, chefe do Serviço Agro-Industrial do D. N. O. C. S., na orientação para a solução racional dos mesmos. Em seu livro notável — "Solo e Água no Polígono das

(Continua na pág. seguinte)

(Continuação da pág. 23)

"A Imperial Ordem da Rosa" — (Gazeta de Notícias, 15-3-1941).

"Cruzmaltinos?" — (Gazeta de Notícias, de 29-3-1941 e "Educação Física", Novembro de 1942).

"Moedas da Soberana Ordem do Hospital de São Batista de Jerusalém" (Anais do Museu Histórico Nacional, Vol. I).

"Chancelaria das Ordens Honoríficas Nacionais" — (Revista Numismática, São Paulo).

"O Vice-rei Luiz de Vasconcelos" — (Notas Heráldico — Genealógicas (Estudos Brasileiros, 1943).

"Ordens Honoríficas do Govêrno Provisório" (Anais do Museu Histórico Nacional, Vol. II).

"O Mérito Aeronáutico" (O Jornal, 1946).

"A mais velha ordem Honorífica do Império" — (Revista Numismática, São Paulo, 1942).

"Cédulas de cruzeiro autografadas" (O Globo, 1946).

"O Primeiro Cunho das Armas do Império" — (Revista Numismática, São Paulo).

"Barras de Ouro do Século XVIII" (Revista Numismática, São Paulo, 1945).

"A seção de Numismática do Museu Histórico Nacional" — (Revista Numismática, São Paulo).

"Moedas da República" — (Revista Numismática, São Paulo).

"Um projeto d'armas da República perpetuado em moedas de curso legal" — (Revista Numismática).

"Uma pedra d'armas do Rio antigo" — (Anais do Museu Histórico Nacional, Vol. III).

"Um problema de Heráldica" — (Parecer ao pedido do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional a respeito dos escudos conjugados que se acham no gradil do Cadeia de Vila Rica).

"A composição das armas Imperiais" — (Ilustração Brasileira, Setembro de 1946).

Livros e plaquetes

"Heráldica" — (monografia da concurso, aprovada pela banca examinadora com nota 100, 72 pgs. texto, 262 ilustrações, Rio, 1938).

"Ordens Honoríficas do Brasil", (in 4.º, 324 pgs., com ilustrações em preto e em cores fora do texto. 600 exp. esgotodos. 'Trabalho publicado sob o patrocínio dos Ministérios da Guerra e das Relações Exteriores", Rio, 1942.

"As barras de ouro da Coleção Guilherme Guinle", Rio, 1949, 47 pgs. in. 8.º Edição limitada a 30 exemplares).

"Paquetá a Pedro Bruno" — (Notas biográficas do pintor, por ocasião da inauguração de sua herma. 250 ex., in 8.º, 47 pgs. ilustradas, Rio, 1948)

"A Confederação Rural Brasileira" — (História de sua fundação. 3.000 exs. in 4.º, 18 pgs. 1951, Separata da revista "A LAVOURA").

"A Sociedade Nacional de Agricultura — Resumo Histórico" — (in 8.º, 3.000 exs., 180 pgs. ilustradas, Rio, 1942).

Notas diversas

Chefe do Serviço de Imprensa e Divulgação da Confederação Rural Brasileira.

Sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo.

Sócio efetivo da Sociedade Numismática Brasileira de São Paulo.

Sócio fundador da Sociedade Numismática do Rio de Janeiro e membro de outras instituições históricas e artísticas do Brasil.

A LAVOURA, ao divulgar essas notas presta assim, uma justa e merecida homenagem ao sr Luiz Marques Poliano, velho companheiro em todas as fases de lutas e de glórias da Sociedade Nacional de Agricultura, que, pelo seu próprio esfôrço, de ajudante de secretaria, em 1920, ocupa hoje o elevado cargo de Secretário Geral da instituição, que soube sempre honrar e dignificar.

Ao prezado companheiro de trabalho, pois, as congratulações daqueles que trabalham na mais antiga revista agrícola do país, órgão oficial da Sociedade Nacional de Agricultura.

(Continuação da pág. anterior)

Sêcas", — colocou a questão em seus verdadeiros termos econômicos e ecológicos, colhendo dados que escasseiavam até então sôbre a agrologia, a zoologia, a química vegetal e os recursos naturais da região. O agronomo, de acôrdo com a sua formação profissional e cultural, vê no estudo dos vales, das várzeas, das vertentes e das baixadas, o que passa despercebido ao engenheiro civil que só procura conhecer as propriedades mecânicas do solo para fundir as suas obras grandiosas. — Mesmo nas altas esferas da administração pública havia até alguns anos passados muita incompreensão do que fôsse o papel do agrônomo na economia nacional. Recordo-me que, estudando certa vez um plano de instruções para uma comissão que ia fazer um reconhecimento das condições de navegabilidade do Araguaia e colher dados sôbre as possibilidades econômicas da região, sugeri que dela fizesse parte um agrônomo para informar a respeito dos respectivos solos e das culturas que comportava seu aproveitamento. "Subindo" o meu trabalho alguns degraus na hierarquia funcional, o "meu "agrônomo foi transformado em "Botânico" e, afinal, acabaram mandando um "filósofo"... A comissão nada trouxe de útil e deixou no seu rastro alguns inquéritos administrativos incômodos... Foram-se, presente, gerações de agrônomos bem instruídos e capazes de uma colaboração eficaz para que o Brasil não perca as suas tradições de p a i s essencialmente agrícola · êste colosso de oito e meio milhões de quilômetros quadrados se desmoraliza e se compromete irremediàvelmente, importando batatas e manteiga inferior da Holanda e da Dinamarca e banha estragada da Argentina... Com economias que resolvem nossas dificuldades momentâneas c o m providências desta ordem ,vamos à glória, na linguagem do povo... O problema é de maior alcance e estava a exigir a mobilização dos agrônomos. Graças à iniciativa e à visão do saudoso Ministro Fernando Costa, assistido por profissionais da agronomia competentes e capazes, entre os quais lembro o agrônomo Heitor Grillo, construímos a magnífica instalação do quilômetro 47 da antiga Estrada Rio-São Paulo; devemos, agora, aproveitá-la no máximo da eficiência, utilizando os seus diplomados nos postos que lhes competem no fomento da economia nacional. A organização atual do Ministério da Agricultura já representa um passo à frente, mas a sua dotação orçamentária é muito reduzida e não lhe permite agir nas

(Conclui na pág. 54)

Oficinas Graf. do "Jornal do Brasil", Avenida Rio Branco, 110/112 — Rio

A LAVOURA

FUNDADA EM 1897

ÓRGÃO OFICIAL DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

BOTAFOGO — Reservado Campeão da Raça Nelore, premiado na XXI Exposição Feira Agro Pecuária e Industrial de Uberaba. Proprietário: Dr. Mario de Almeida Franco.

MAIO-JUNHO, 1955

ANO LVIII

RIO DE JANEIRO — BRASIL



Desfile dos animais premiados na XXI Exposição Feira Agro-Pecuária e Industrial de Uberaba — Minas

SUMÁRIO

SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

Fundada em 1897

RECONHECIDA DE UTILIDADE PUBLICA
PELA LEI N.º 3.549, DE 18 DE OUTUBRO DE 1918

A SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA PARTICIPA EM CARÁTER PERMANENTE DOS SEGUINTES ÓRGÃOS:

Comissão Permanente de Exposições e Feiras (Ministério do Trabalho) — Dr. Alberto Ravache; Suplente, Luiz Marques Poliano; **Comissão Revisora de Tarifas** (Ministério da Fazenda) — Dr. Oswaldo Miguel Frederico Ballarin; **Conselho Consultivo da E. F. Central do Brasil — Dr. Altino de Azevedo Sodré; Comissão Permanente de Estradas de Rodagem** — Dr. Raul David de Sanson; **Instituto Brasileiro de Educação e Cultura** (Ministério das Relações Exteriores) — Dr. Luiz Simões Lopes, **Conselho Nacional de Aplicações dos Empréstimos Rurais** (Ministério da Fazenda) — Dr Luiz Simões Lopes; **Conselho Permanente de Associações Americanas de Comércio e Produção** — Dr. Edgar Teixeira Leite; **Comissão Consultiva de Acordos Comerciais** (Ministério das Relações Exteriores) — Dr Alberto Ravache; **Comissão de Politica Agrária** (Ministério da Agricultura) — Dr Luiz Simões Lopes Suplente: Dr Alberto Ravache

A LAVOURA

FUNDADA EM 1897

ÓRGÃO OFICIAL DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

ANO LVIII — MAIO - JUNHO — 1955

A COMISSÃO NACIONAL DE POLÍTICA AGRÁRIA E O ÊXODO RURAL

Prof. ARTHUR TORRES FILHO
Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura

Destinando-se a "promover estudos para a elevação da produtividade agrícola" (o mais grave aspecto da conjuntura econômica), dentre outras importantes finalidades, foi creada pelo Presidente Getúlio Vargas, pelo decreto n.° 29.803, de 25 de junho de 1951, a Comissão Nacional de Política Agrária, constituida por representantes dos Ministérios da Agricultura, Justiça, Fazenda, Trabalho e Saúde, sob a presidência do Ministro da Agricultura e integrada por representantes das regiões geo-econômicas e pelas entidades de classe de grau superior. Essa Comissão foi composta e funcionou com regularidade sob a presidência do Ministro João Cleophas logrando realizar estudos valiosos, alguns dos quais encaminhados ao Congresso Nacional. Dentre êles foi aprovado o da creação do Instituto Nacional de Imigração e Colonização que veio, assim, atender ao disposto no Art. 162 da Constituição, com referência ao importante problema da entrada, distribuição e fixação de imigrantes e coordená-los com os da naturalização e colonização. As migrações internas e o êxodo rural são fenômenos que no Brasil assumem gravidade, como teem revelado os últimos censos agrícolas e que não podem fugir a sérias cogitações dos nossos governantes em suas esferas de atividade.

Como tem sido acentuado nas conferências inter-americanas, o crescimento desproporcionado das cidades se tem realizado principalmente nos países agrícolas, em consequência do deslocamento das massas rurais em verdadeiras migrações dos campos para as cidades, onde vão formar os bairros pobres. Os nossos recenseamentos, como o de 1950, servem de demonstração da gravidade do desequilíbrio econômico-socia, resultante das verdadeiras correntes de migrações internas, que se agravam sem soluções adequadas exigidas pelo bem-estar social da Nação.

Afigura-se-nos ser essa uma das mais relevantes funções estabelecendo programas de colonização que tenham em vista a

preservação dos recursos naturais. Em seus estudos, a Comissão Nacional de Política Agrária pode traçar diretrizes de ordem econômica e administrativa para o amparo e desenvolvimento da nossa economia agrícola com o melhoramento da vida rural, tanto para os proprietários como para o trabalhador.

A Sociedade Paulista de Agronomia, nos cuidadosos estudos que realizou sôbre uma lei agrária nacional, salientou que "os poderes públicos valer-se-ão da desapropriação, não só para promoverem a justa distribuição da propriedade rural, como também para regularisar do ponto de vista das possibilidades econômicas e da conservação do solo, a formação ou a exploração do imóvel sôbre o qual recai a desapropriação e, bem assim, para promoverem o povoamento e a colonização das regiões desabitadas que sejam de interêsse para a economia nacional". Como é bem certo que da relativa prosperidade e bem estar do homem do campo depende a felicidade e a prosperidade nacional, sem nos deixarmos influenciar por orientações estranhas, restará traçarmos os rumos de nossa política agrária para a qual não faltará a colaboração dos poderes constituidos.

Está evidente, pela atual conjuntura econômico-financeira, que a Comissão Naional de Política Agrária é chamada a prestar inestimáveis serviços à Nação.

Mais uma demontração da expressão econômica da Agro-Pecuária no Triangulo Mineiro

ALCANÇOU COMPLETO EXITO A EXPOSIÇAO-FEIRA AGRO-PECUARIA E INDUSTRIAL DE UBERABA, ESTADO DE MINAS GERAIS, REALIZADA POR INICIATIVA DA SOCIEDADE RURAL DO TRIANGULO MINEIRO· A CUJA FRENTE SE ENCONTRA O DR. ADALBERTO RODRIGUES DA CUNHA, INCANSAVEL RURALISTA DA PROGRESSISTA REGIAO MINEIRA.

GENERALIDADES

Já e tradicional a Exposição-Feira Agro-Pecuária e Industrial de Uberaba, realizada anualmente pela Sociedade Rural do Triângulo Mineiro, com a colaboração dos Governos do Município, do Estado e da União.

A XXI Exposição-Feira realizada este ano, alcançou sem duvida, como a dos anos anteriores completo êxito, e foi, indiscutivelmente, mais uma demonstração da pujança econômica da agro-pecuária do Triângulo Mineiro.

Como sempre, a afluência de um elevado numero de forasteiros ao Parque Fernando Costa confirmou o elevado conceito das Exposições realizadas em Uberaba, sem dúvida, das mais movimentadas e bem organizadas no país.

A tradicional Sociedade Rural do Triangulo Mineiro deu, mais uma vez, uma brilhante demonstração de sua capacidade realizadora, proporcionando aos técnicos e interessados presentes à XXI Exposição-Feira Agro-Pecuária de Uberaba, uma ampla visão das possibilidades da imensa região do país, cognominada Triângulo Mineiro



Dr. Adalberto Rodrigues da Cunha, Presidente da Sociedade Rural do Triângulo Mineiro, quando pronunciava o seu discurso

COMISSOES DA XXI EXPOSICAO-FEIRA AGRO-PECUARIA E INDUSTRIAL DE UBERABA

HOMENAGEM PÓSTUMA — Presidente Getulio Dorneles Vargas.

PRESIDENTES DE HONRA:

Dr. João Cafe Filho — DD. Presidente da República.
Dr. Clovis Salgado — DD. Governador do Estado de Minas.
Dr. Juscelino Kubitschek de Oliveira — DD. ex-Governador do Estado.

PRESIDENTES:

Dr. Costa Porto — DD. Ministro da Agricultura.
Candido Ulhoa — DD. Secretário da Agricultura de Minas
Artur de Melo Teixeira — DD. Prefeito Municipal
Dr. Antonio de Andrade Coêlho — DD. Diretor Geral do D. N. P. A. do M. Agricultura.
Dr. Augusto de Oliveira Lopes — DD. Diretor D. F. P. A. Ministerio da Agricultura.
Dr. Nogueira da Valle — DD Superintendente do D. P. A. de Minas

DIRETORES DA XXI.º EXPOSICAO:

Hildo Toti — Diretor do Serv. de Registro Genealógico das Raças Indianas.
Angelo André Fernandes — Vice-Diretor do Serv de Reg. Genealógico.

ORGANIZAÇAO E EXECUCAO

Adalberto Rodrigues da Cunha
Edmundo Mendes
Dr. Lauro Fontoura
José Severino Netto

Manuel Silveira
Bruno da Silva Jr.
Joaquim Prata dos Santos
Mário Cruvinel dos Santos
Dr. Carlos Smith
Torres Homem R. da Cunha
Dr. Edgard R. da Cunha
Afrani Machado Borges
José Duarte Vilela
Dr. Mozart Furtado Nunes
José Gastão da Cunha
Dr. Euclides Franco
Dr. Darwin de Rezende Alvim
Dr. Euclides Franco
Dr. Geraldo Báscoe
Dr. Cassio Noronha
Dr. José Maria Barbosa Silva
José Máximo
João R. da Cunha Borges
Dr. Max Nordau de Rezende Alvim
João Jardim
Omar Rodrigues da Cunha
Geraldino Tito R. da Cunha
Ranulfo Borges do Nascimento
Antonio Abadio da Rocha
José Santiago Sabino Freitas
Walter de Oliveira Fernandes
João Fonseca Perfeito
João Fonseca Perfeito
Wilter Wolf
Fernando Campos Borges
Breno Prata Barbosa.

TECNICOS AUXILIARES

Jose Lins Calheiros
Manuel Costa
Humberto Diniz

COMISSAO DE RECEPÇAO

Adalberto Rodrigues da Cunha
Edmundo Mendes
Dr. Lauro Fontoura
Dr. Carlos Smith
Rivaldo Machado Borges
Gerson Prata
José Duarte Vilela
Dr. Mozart Furtado Nunes
Licinio Cruvinel Ratto
Virgilio Pinto da Cruz
Gastão Fontoura Borges
Edmundo Cruvinel Borges
Gulomar Rodrigues da Cunha
Bruno Silva Oliveira Oliveira Jr.
João R. da Cunha Borges
José Severino Netto
Dr. Rui Barbosa de Souza
Joaquim Prata dos Santos
João Machado Prata.

COMERCIO E INDUSTRIA

Associação Comercial e Industrial de Uberaba.

COMISSAO DE FORRAGEM

Manuel Silveira
José Santiago Sabino de Freitas.

AUTORIDADES PRESENTES A INAUGURAÇAO

A inauguração da XXI Exposição-Feira, Agro-Pecuária e Industrial de Uberaba, contou com a presença de um elevado número de autoridades federais, estaduais e municipais.

A ela compareceu o Exmo. Snr. Governador do Estado, Dr. Clovis Salgado acompanhado de sua Exma. esposa, D. Lia Salgado e de uma comitiva integrada pelo Dr. Candido Gonçalves Ulhôa, Secretário da Agricultura do Estado; Dr. Benhur Mota, secretário-particular; Tenente Coronel Wastson Mesquita, sub-chefe da Casa Militar; major Joffre Lellis, ajudante de ordens, e o jornalista José Alphonsus de Guimarães.

Representando o Exmo. Snr. Presidente da República, Dr. João Café Filho, compareceu o Dr. José da Costa Porto, ex-ministro da Agricultura acompanhado de uma comitiva integrada pelo Dr. Americo Pacheco de Carvalho, presidente da COFAP; Dr. Antonio de Andrade Coelho



Dr. Costa Porto

Diretor Geral do Departamento Nacional da Produção Animal do Ministério da Agricultura; Dr. Augusto de Oliveira Lopes, Diretor do Departamento Nacional de Produção Vegetal do mesmo Ministerio; Dr. Honorato de Freitas, Diretor da Divisão do Pessoal, Dr. Antonio de Almeida, da Divisão de Fomento Animal e Mario Dias Teixeira, técnico pecuário paraense.

Como convidado especial da Sociedade Rural do Triângulo Mineiro compareceu também o Dr. Juscelino Kubitschek, ex-governador do Estado, acompanhado dos deputados federais Coaracy Nunes, do Território do Amapá; Tuciano de Melo, de Goiás; Lameira Bitencourt, do Pará e Ruy Ramos, do Rio Grande do Sul.

Entre os técnicos das repartições do Ministério da Agricultura sediadas no Estado, destacamos a presença do Dr. José Maria Barbosa, Che-

te do Fomento Agrícola, e o Dr. Darwin de Rezende, Chefe do Fomento Animal

ALMOÇO OFICIAL

Como sempre, a inauguração da exposição foi precedida pelo almoço oficial oferecido às autoridades presentes, realizado no salão de festas do U. T. C., no qual compareceram o Dr. José da Costa Porto, representante do Presidente Café Filho, Dr. Clovis Salgado, Governador do Estado, Dr Adalberto Rodrigues da Cunha, presidente da Sociedade Rural do Triângulo Mineiro, Dr. Candido Gonçalves Ulhôa, Secretário da Agricultura, Dr Antonio Coelho, Diretor do Departamento Nacional de Produção Animal, Dr. Arthur Teixeira, Prefeito Municipal e Dr. Juscelino Kubitschek, ex-Governador do Estado, e inúmeras outras autoridades federais, estaduais e municipais

INAUGURAÇÃO DA EXPOSIÇÃO

A inauguração da Exposição foi, precisamente às 15,30, com o tradicional hasteamento da Bandeira no amplo e magnífico Parque Fernando Costa, pelo representante do Exmo Snr. Presidente da República.

A seguir, no Pavilhão Central do recinto, discursaram:

a) o Dr. Adalberto Rodrigues da Cunha, Presidente da Sociedade Rural do Triângulo Mineiro que em seu discurso de inauguração da Exposição acentuou a colaboração do govêrno que do certame participava emprestando-lhe não só o necessário apoio moral, mas também o apoio material. Finalizando sua magnífica oração salientou o trabalho dos pioneiros da introdução do zebú no Brasil, que hoje representa uma grande riqueza para a economia nacional;
b) o Governador do Estado, Dr. Clovis Salgado, cujo discurso transcrevemos abaixo, na íntegra;
c) o ex-ministro da Agricultura, Dr. Costa Porto, que em incisivo e brilhante improviso encareceu a importância do certame e a expressão da criação do gado zebú

DESFILE DE ANIMAIS PREMIADOS

Após os discursos proferidos na inauguração oficial da exposição, houve o desfile de animais premiados, despertando vivo interêsse não só entre as autoridades como também entre os técnicos e demais pessoas presentes

JANTAR OFERECIDO PELO PRESIDENTE DA S. R. T. M.

As 20,00 horas foi oferecido pelo presidente da Sociedade Rural do Triângulo Mineiro e sua Exma. esposa ao Snr. representante do Presidente da República e ao Governador do Estado, nele tomando parte as demais autoridades presentes O jantar teve lugar na residência do Dr. Adalberto Rodrigues da Cunha.

DISCURSO DO GOVERNADOR DO ESTADO

Por ocasião da inauguração da XXI Exposição-Feira Agro-Pecuária e Industrial do Triângulo Mineiro o Dr Clovis Salgado, Governador do Estado de Minas Gerais pronunciou o seguinte discurso



Dr. Clovis Salgado, Governador de Minas Gerais, no momento em que discursava

"É uma honra para o governo de Minas trazer o seu apoio a este certame que reune em Uberaba, anualmente, os mais finos espécimes do rebanho nacional. Esta exposição representa não apenas uma vitória dos criadores triangulinos, mas, também, uma demonstração excepcional do alto nível alcançado pela zootecnia nacional A maior riqueza de Minas, em termos econômicos, é o seu rebanho bovino, calculado em cerca de 14 milhões de cabeças, o que representa o primeiro lugar no país e supera a taxa de comparação internacional entre rebanho bovino e população humana, que é de um para um, tendo Minas 1,5 por um. O aproveitamento deste rebanho faz-se sob dois aspectos principais, a exportação de animais vivos para outros Estados e o abate para abastecimento local, o que nos dá um índice de desfrute extremamente baixo, bastante inferior às reais possibilidades da matéria prima. Quanto ao abate interno, o desfrute é medíocre, de apenas 4,9%. São exportados, anualmente, para outros Estados da União, de 300 a 350 mil animais. Nos dois sectores, o prejuízo sofrido pela economia do Estado é gigantesco. O nosso equipamento e os nossos processos de matança são extremamente precários, com o aproveitamento industrial, praticamente inexistente. A exportação do animal em pé aumenta a riqueza dos outros Estados e dá prejuízo ao nosso, quer ao Poder Público, quer aos produtores, que são obrigados a receber apenas a metade do valor do animal que é exportado. Basta ponderar que no ano de 1952 o Estado de São Paulo, que tem estabelecimentos industriais de nível superior aos de Minas Gerais, obtinha um rendimento médio, por rez abatida, de Cr$ 1.133,00, enquanto o Estado de Minas obtinha apenas Cr$ 1.000,00, o que significa uma perda de Cr$ 213,00 por animal abatido, ou sejam Cr$

127.000.000,00. A diferença entre a produção mineira e a paulista, em rendimento real, é de 49 quilos "per capita", o que significa que Minas Gerais perde, anualmente, trinta mil toneladas de carne, o que daria para alimentar um milhão e trezentas mil pessoas a mais, ou seja a metade da população do Distrito Federal. Só na exportação de bois o produtor mineiro perde cêrca de quarenta quilos "per capita", ou sejam quatorze mil toneladas, o que significa cerca de Cr$ .... 250.000.000,00. É, pois, de fundamental importância para a economia mineira a solução do problema pecuário dentro de um esquema enquadrado nos nossos próprios interêsses, tanto do poder público como da iniciativa particular, igualmente atingidos pela inércia ainda existente no setor. A iniciativa privada já demonstrou as suas amplas possibilidades, inclusive com as notáveis experiências realizadas aqui no Triângulo Mineiro, através das quais temos obtido tipos admiráveis da raça bovina, esplendidamente adaptados às condições do nosso "habitat". Os produtores triangulinos, precursores, no século XIX, de gado indiano no Brasil, criadores de uma nova raça — o indu-brasil, com caracteres bem definidos, oriundos da fusão das raças Guzerat e Gyr, e que, através do zebú influenciaram decisivamente na precocidade e melhoria do nosso rebanho de côrte, podendo seus planteis serem colocados entre os melhores existentes no mundo. Cabia ao poder público equacionar a solução do problema no setor da industrialização da nossa maior riqueza, superando a fase em que nos encontravamos de meros exportadores de matéria prima. Isto foi feito; os problemas foram colocados nos seus devidos lugares, surgindo, graças à admirável visão do grande administrador que é o governador Juscelino Kubitschek de Oliveira, a FRIMISA, que está destinada a exercer poderosa influência a favor do nosso desenvolvimento econômico. A unidade industrial central da FRIMISA ergue-se hoje em Santa Luzia, e, em breve estará operando intensamente. Dentro em pouco, outras unidades estarão surgindo nas três zonas produtoras do Estado, quais sejam as do Rio Doce, da São Francisco e do Triângulo Mineiro. A região do Oeste, Triângulo e Alto Paranaíba detem mais de 1/3 do rebanho bovino mineiro, significando a unidade da FRIMISA que aqui será construída um dinamo propulsor do desenvolvimento dos dois setores básicos da nossa pecuária: o aperfeiçoamento da raça e a industrialização dos abates, possibilitando a criação de uma soma tal de riquezas que resultará em melhoria considerável do padrão de vida das nossas populações.

O govêrno de Minas sente-se feliz não apenas em participar dêste certame como também, e principalmente, de poder dizer aos valorosos produtores desta região que acompanha com carinho a sua atividade e que uma vez unidos — a iniciativa privada e o poder público — poderão realizar, no setor da pecuária, um empreendimento que dará à nossa economia bases mais sólidas e ao nosso futuro dias mais promissores".

COMISSÕES DE JULGAMENTO

As comissões de julgamento do XXI Exposição-Feira Agro-Pecuária e Industrial de Uberaba foram assim constituidas:

Gir:

Dr. Hilton Teles de Menezes
Mario Cruvinel Borges
Dr. Evaristo S. de Paula
Angelo André Fernandes
Edmundo Cruvinel Borges

Indubrasil:

Dr. José Aroeira
Dr. Armando Cruvinel Ratto
Wilmondes Cruvinel Borges

Nelore e Guzerá.

Estevão Reis
Donald Wilfred Strang
J.º Humberto Andrade de Carvalho

Equinos:

Cassio Noronha
João Jardim
Fábio Maximo Junqueira

Suinos.

João Jardim
Dr. Cassio Noronha
Dr. Rui Barbosa Sousa

Carne:

Dr. Cassio Noronha
Donald Wilfred Strang
Angelo André Fernandes

RESULTADO GERAL DO JULGAMENTO

Foi o seguinte o resultado geral do julgamento:

NELORE

CAMPEAO DA RAÇA NELORE — CABRITO — Torres Homem Rodrigues da Cunha e Da Olinda Arantes Cunha — Faz. Ilha — Uberaba — MG.

RESERVADO CAMPEAO — BOTAFOGO — Mario de Almeida Franco — Faz São Geraldo — Uberaba — MG

CAMPEA DA RAÇA NELORE — ENOLINA — Torres Homem Rodrigues da Cunha e Da Deolinda Arantes Cunha — Faz. Ilha — Uberaba — MG

RESERVADA CAMPEA — CARANHA — Torres Homem Rodrigues da Cunha e Da Olinda Arantes Cunha — Faz. Ilha — Uberaba — MG

15.ª CATEGORIA — Machos com mais de 4 dentes

1.º Prêmio — CABRITO — Torres Homem Rodrigues da Cunha e Da. Olinda Arantes Cunha — Faz Ilha — Uberaba — MG

2.º Prêmio — BOTAFOGO — Mário de Almeida Franco — Faz São Geraldo — Uberaba — MG.

Menção Honrosa — PRELÚDIO — Clovis e Clodoaldo Rezende — Chac. Mirante — Uberaba — MG.

11.ª CATEGORIA — Machos com 4 dentes

1.º Prêmio — CEARA — Clovis e Clodoaldo Rezende — Chac Mirante — Uberaba — MG

2.º Prêmio — BALUARTE II — Francisco Neves — Faz Marimbondo — Uberaba — MG

15.ª CATEGORIA — Machos com 4 dentes

2.º Prêmio — CHAMÉGO — Garibalde e Jairo Adriano da Silva — Faz. das Toldas — Uberaba — MG

3.º Prêmio LUAR — Saturnino Leite Barbosa — Faz. Cassú — Uberaba — MG.

Menção Honrosa — TOPAZIO — Domingos Alves Gomes — Chac. Triângulo — Uberaba — MG.

Menção Honrosa — BARATO — Virgilio Pinto da Cruz — Faz. Boscobel — Uberaba — MG.

16.ª CATEGORIA — Fêmeas com 2 dentes

3.º Prêmio — BARCELONA — Virgilio Pinto da Cruz — Faz. Boscobel — Uberaba — MG

17.ª CATEGORIA — Fêmeas com 4 dentes

1.º Prêmio — BURGUEZA — Virgilio Pinto da Cruz — Faz. Boscobel — Uberaba — MG.

2.º Prêmio — CABRITA III — Virgilio Pinto da Cruz — Faz. Boscobel — Uberaba — MG.

18.ª CATEGORIA — Fêmeas com mais de 4 dentes

1.º Prêmio — ENOLINA — Torres Homem R. Cunha e Da. Olinda A. Cunha — Faz Ilha — Uberaba — MG.

2.º Prêmio — CARANHA — Torres Homem R. Cunha e Da. Olinda A. Cunha — Faz. Ilha — Uberaba MG.

3.º Prêmio — Torres Homem R. Cunha e Da. Olinda A. Cunha — Faz. Ilha — Uberaba — MG.

Menção Honrosa — BICUDA — Torres Homem R. Cunha e D. Olinda A. Cunha — Faz. Ilha — Uberaba — MG.

37.ª CATEGORIA — Machos até 14 mêses — "Controlados"

1.º Prêmio — SHEIK — Francisco Neves — Faz. Marlbondo — Uberaba — MG.

2.º Prêmio MONTEVIDEO — Torres Homem Rodrigues da Cunha e Da. Olinda A. Cunha — Faz. Ilha — Uberaba — MG.

3.º Prêmio — FUZILEIRO — Francisco Neves — Faz. Marlbondo — Uberaba — MG.

Menção Honrosa — MACUCO — Silvio de Castro Cunha — Faz. S. Sebastião — Uberaba — MG.

38.ª CATEGORIA — Machos de 14 a 29 mêses — "Controlados"

1.º Prêmio — HIDROMEL — Rui e Antônio Barbosa de Souza — Faz. Capão Alto — Uberaba — MG.

Menção Honrosa — CHINÊS — Francisco Neves — Faz. Marlbondo — Uberaba — MG

39.ª CATEGORIA — Fêmeas até 14 mêses — "Controladas"

1.º Prêmio — TURMALINA — Francisco Neves — Faz. Marlbondo — Uberaba — MG.

2.º Prêmio — DENGOSA — Francisco Neves — Faz. Marlbondo — Uberaba — MG

3.º Prêmio — GUARAINA — Francisco Neves — Faz. Marlbondo — Uberaba — MG

Menção Honrosa — BOLIVIA — Francisco Neves — Faz. Marlbondo — Uberaba — MG.

40.ª CATEGORIA — Fêmeas de 14 a 29 mêses — "Controladas"

1.º Prêmio — BASTA — Virgilio Pinto da Cruz — Faz. Boscobel — Uberaba — MG.

2.º Prêmio — HEMATINA — Rui e Antônio Barbosa de Souza — Faz. Capão Alto — Uberaba — MG.

3.º Prêmio — HELIACA — Rui e Antônio Barbosa de Souza — Faz. Capão Alto — Uberaba — MG.

Menção Honrosa — HEMATITE — Rui e Antônio Barbosa de Souza — Faz. Capão Alto — Uberaba.

58.ª CATEGORIA — Machos de 14 a 29 mêses — "Registráveis"

1.º Prêmio — TOMARA — Badú Rocha — Faz. Rancho Grande — Uberaba — MG.

2.º Prêmio — NEVOEIRO — Domingos Alves Gomes — Uberaba — MG.

Menção Honrosa — FAGUEIRO — Fausto Borges de Araujo — Faz. Cascata — Uberaba — MG.

60.ª CATEGORIA — Fêmeas de 14 a 29 mêses

1.º Prêmio — CARIOCA — Virgílio Pinto da Cruz — Faz. Boscobel — Uberaba — MG

LOTES DE ANIMAIS REGISTRADOS

1.º Prêmio — CABRITO — ENOLINA — CARANHA — DIVIDIDA e BICUDA — Torres Homem R. Cunha e Da. Olinda A. Cunha — Uberaba — MG.

2.º Prêmio — BARATO — CARIOCA — BASTA — BARCELONA — CABRITA III e BURGUÊSA — Virgilio Pinto da Cruz — Uberaba — MG.

LOTES DE ANIMAIS CONTROLADOS

2.º Prêmio — HIDROMEL — HEMATITE — HEMATINA — HIGIENE e HELIACA

GUZERA

11.ª CATEGORIA — Machos até 14 mêses

Menção Honrosa — BRASIL — Dr. Aristóteles Gois — Faz. Favela — Barretos — SP.

20.ª CATEGORIA — Machos com 4 dentes — "Registrados"

2.º Prêmio — BILONTRA — Dr. Aristóteles Gois — Faz. Favela — Barretos — SP

24.ª CATEGORIA — Fêmeas com mais de 4 dentes

2.º Prêmio — ARGENTINA — Dr. Aristóteles Gois — Faz. Favela — Barretos — SP.

Menção Honrosa — ALTIVA — Dr. Aristóteles Gois — Faz. Favela — Barretos — SP.

23.ª CATEGORIA — Fêmeas com 4 dentes — "Registradas"

2.º Prêmio — BARONEZA — Dr. Aristóteles Gois — Faz. Favela — Barretos — SP

24.ª CATEGORIA — Fêmeas de 14 a 29 meses — "Controladas"

2.º Pêmio — CASTELO — Dr. Aristóteles Gois — Faz. Favela — Barreto — SP

I N D U B R A S I L

CAMPEÃO DA RAÇA INDUBRASIL — COMPLETO — Rui e Antonio Barbosa de Souza — Faz. Capão Alto — Uberaba — MG.
RESERVADO CAMPEÃO — PERNAMBUCANO — Dimas Machado — Faz. Ideal — Uberlândia — MG.
CAMPEÃ — BALALAIKA — Dimas Machado — Faz. Ideal — Uberlândia — MG.
RESERVADA CAMPEÃ — SEDUTORA — Dr. Paulo de Paula Lemos — Faz. Belo Vale — Araxá — MG

2.ª CATEGORIA — Machos com 4 dentes

1.º Prêmio — AVARÉ — Silvio Caetano Borges — Faz. Cassú — Uberaba — MG.
3.º Prêmio ALIKAN — Silvio Caetano Borges — Faz. Cassú — Uberaba — MG.
Menção Honrosa — GALEÃO — Amadeu Luiz da Costa — Faz. Carneiro — Uberaba — MG

3.ª CATEGORIA — Machos com mais de 4 dentes

1.º Prêmio — COMPLETO — Rui e Antonio Barbosa de Souza — Faz. Capão Alto — Uberaba — MG.
2.º Prêmio — PENAMBUCANO — Dimas Machado — Faz. Ideal — Uberlândia — MG

4.ª CATEGORIA — Fêmeas com 2 dentes

1.º Prêmio — SEDUTORA — Dr. Paulo de Paula Lemos — Faz. Belo Vale — Araxá — MG.
Menção Honrosa — PRINCESA — Dr. Pedro de Paula Lemos — Faz. Belo Vale — Araxá — MG.
Menção Honrosa — BONECA — Dr. Pedro de Paulo Lemos — Faz. Belo Vale — Araxá — MG.

5.ª CATEGORIA — Fêmeas com 4 dentes

1.º Prêmio — ESTERNA — Joaquim Pedro da Costa — Faz. Agua Bonita — Campo Florido — MG.
2.º Prêmio — GAIATA — Rui e Antonio Barbosa de Souza — Faz. Capão Alto — Uberaba — MG.
3.º Prêmio — GAVETA — Rui e Antonio Barbosa de Souza — Faz. Capão Alto — Uberaba — MG.
Menção Honrosa — GADANHA — Rui e Antonio Barbosa de Souza — Faz. Capão Alto — Uberaba — MG.

6.ª CATEGORIA — Fêmeas com mais de 4 dentes

1.º Prêmio — BALALAIKA — Dimas Machado — Faz. Ideal — Uberlândia — MG

29.ª CATEGORIA — Machos até 14 meses

Menção Honrosa — AZULÃO — Lauro Machado Borges — Faz. Palmeiras — Uberaba — MG

30.ª CATEGORIA — Machos de 14 a 29 meses

2.º Prêmio — GLOBO — Pompilio André Vieira — Faz. Tabuões — Uberaba — MG

31.ª CATEGORIA — Fêmeas até 14 meses

1.º Prêmio — TELMA — Joaquim Pedro da Costa — Faz. Agua Bonita — Campo Florido — MG.
2.º Prêmio — MOURISCA — Joaquim Pedro da Costa — Faz. Agua Bonita — Campo Florido — MG.
3.º Prêmio — SAMPAIA — Joaquim Pedro da Costa — Faz. Agua Bonita — Campo Florido — MG.
Menção Honrosa — TARA — Joaquim Pedro da Costa — Faz. Agua Bonita — Campo Florido — MG

49.ª CATEGORIA — Machos até 14 meses

1.º Prêmio — GUERREIRO — Joaquim Machado Borgges — Faz. Cascata — Uberaba — MG.
2.º Prêmio — MISTERIO — Joaquim Machado Borges — Faz. Cascata — Uberaba — MG.
Menção Honrosa — JAÚ — Gilberto Cunha Machado — Faz. Eldorado — Uberlândia — MG
Menção Honrosa — MANDÃO — Gilberto Cunha Machado — Faz. Eldorado — Uberlândia — MG

50.ª CATEGORIA — Machos de 14 a 29 meses

1.º Prêmio — Saturnino Leite Barbosa — Faz. Cassú — Uberaba — MG.
2.º Prêmio ARABUTAN — Gilberto da Cunha Machado — Faz. Eldorado — Uberlândia — MG.
3.º Prêmio — JAÚ — Saturnino Leite Barbosa — Faz. Cassú — Uberaba — MG.
Menção Honrosa — PRESIDENTE — Vitorico Alvarenga — Faz. N. S. da Conceição — Araxá — MG.
Menção Honrosa — RIO CLARO — Saturnino Leite Barbosa — Faz. Caccú — Uberaba — MG.

51.ª CATEGORIA — Fêmeas até 14 meses

1.º Prêmio — BELGICA — Gilberto Cunha Machado — Faz. Eldorado — Uberlândia — MG
2.º Prêmio — ESMERADA — Gilberto Cunha Machado — Faz. Eldorado — Uberlandia — MG.
Menção Honrosa — GAIVOTA — Gilberto Cunha Machado — Faz. Eldorado — Uberlândia — MG.

52.ª CATEGORIA — Fêmeas de 14 a 29 meses

1.º Prêmio — COREIA — Gilberto Cunha Machado — Faz. Eldorado — Uberlândia — MG
2.º Prêmio — RARIDADE — Gilberto Cunha Machado — Faz. Eldorado — Uberlândia — MG
3.º Prêmio — MILAGROSA — Gilberto Cunha Machado — Faz. Eldorado — Uberlândia — MG.
Menção Honrosa — MISSE — Dr. Pedro Paula Lemos — Faz. Belo Vale — Araxá — MG

Menção Honrosa — REALEZA — Gilberto Cunha Machado — Faz. Eldorado — Uberlândia — MG

LOTES DE ANIMAIS REGISTRADOS — 2.º Prêmio — COMPLETO — GADANHA — GAVETA — GAIATA — GARAPA — Dr. Rui Barbosa de Souza — Uberaba — MG.

LOTES DE ANIMAIS CONTROLADOS — 1.º Prêmio — CISNE — TELMA — MOURISCA — SAMPAIA — TARA — Joaquim Pedro da Costa — Campo Florido — MG.

LOTES DE ANIMAIS REGISTRAVEIS — 1.º Prêmio — ARABUTAN — RARIDADE — COREIA — REALEZA — MILABROSA — Gilberto Cunha Machado — Uberlândia — MG

GIR

CAMPEAO DA RAÇA GIR — GUARUJA — João e Geraldo França Simões — Faz. Ouro Branco — Barretos — SP.

RESERVADO CAMPEAO — DAMIAO — Walter de Castro Cunha — Faz. Sta. Marta — Uberaba — MG.

CAMPEA DA RAÇA GIR HAITY — João Soares de Paula — Faz. Tamboril — Curvêlo — MG

RESERVADA CAMPEA — BABALU — Cap. Rocha de Oliveira — Faz. Sta. Fé do Cedro — Uberaba — MG.

9.ª CATEGORIA — Machos com mais de 4 dentes

1.º Prêmio — GUARUJA — João e Geraldo França Simões — Faz. Ouro Branco — Barretos — MG.

2.º Prêmio — DAMIAO — Walter de Castro Cunha — Faz. Sta. Marta — Uberaba — MG.

3.º Prêmio — FASANELO — Josias Ferreira Sobrinho — Faz. Maracanã — Uberaba — MG

Menção Honrosa — INDECISO — Torres Homem Rod. Cunha e Da. Olinda Arantes Cunha — Faz. N. S. Lourdes — Uberaba — MG

Menção Honrosa — MALANDRO — Américo Ladeira — Faz. Granja — Araxá — MG

Menção Honrosa — BEY III — João Rodrigues da Cunha Borges — Faz. S. Sebastião Burity — Uberaba — MG.

8.ª CATEGORIA — Machos com 4 dentes

1.º Prêmio — APOGEU — Pedro Araujo Borges — Faz. Mumbuca — Uberaba — MG.

2.º Prêmio — TRIBUNAL — José Costa — Uberaba — MG.

3.º Prêmio HAVAI — Domingos Alves Gomes — Chácara Triângulo — Uberaba — MG.

Menção Honrosa — DIFERENTE — José Costa — Uberaba — MG.

Menção Honrosa — INDIO — João Junqueira Franco — Faz. S. Geraldo — Barretos — SP

7.ª CATEGORIA — Machos com 2 dentes

1.º Prêmio ROBLEDO — Amadeu Luiz da Costa — Uberaba— MG.

2.º Prêmio — TRIBUNO — Francisco Rezende Filho — Faz. Floresta — São Gotardo — MG.

3.º Prêmio — MIRASOL — Antonio dos Santos — Faz. Recanto de São Francisco — Uberaba — MG.

Menção Honrosa — Geraldo Pires de Almeida — Faz. Mangabeira — Uberaba — MG.

34.ª CATEGORIA — Machos de 14 a 29 meses "Controláveis"

1.º Prêmio — CARTAGO — Manoel Ignacio Barbosa — Faz. Cruzeiro — Ituverava — SP

2.º Prêmio — CUTELO — Adalberto Rodrigues da Cunha — Faz. São Luiz — Uberaba — MG.

3.º Prêmio — MARANHAO — Walter de Melo Azevedo — Barretos — SP.

Menção Honrosa — HELIOS — Dr. Mozart Ferreira — Faz. São Geraldo — Barretos — SP

Menção Honrosa — PAMIR-145 — João Junqueira Franco — Faz. São Geraldo — Barretos SP

33.ª CATEGORIA — Machos até 14 meses — (Controlados)

1.º Prêmio — FLUMINENSE — Walter de Castro Cunha — Faz. Sta Marta — Uberaba — MG

2.º Prêmio — O 39 — João Lindolfo Rodrigues da Cunha — Faz. São Sebastião — Buriti — Uberaba — MG

3.º Prêmio — BANGÚ — Adalberto Rodrigues da Cunha — Faz. São Luiz — Uberaba — MG.

Mensão Honrosa — O 40 — João Lindolfo Rodrigues da Cunha Borges — Faz. São Sebastião do Buriti — Uberaba — MG.

Menção Honrosa — DELUSO — Manuel Inácio Barbosa — Faz. Cruzeiro — Ituverava — SP.

Menção Honrosa — INDU — Manuel Mendes dos Santos — Faz. dos Carneiro — MG

54.ª CATEGORIA — Machos de 14 a 29 meses. "Registráveis"

1.º Prêmio — HAITY — João Lindolfo Rodrigues da Cunha — Faz. São Sebastião do Buriti — Uberaba — MG.

3.º Prêmio — RELOGIA — Domingos Alves Gomes — Chachara Triângulo — Uberaba MG.

Menção Honrosa — LENO — Ermínio Alves Pedrosa — Faz. Tabuões — Uberaba — MG

Menção Honrosa — OPIO — Erminio Alves Pedrosa — Faz. Tabuões — Uberaba — MG.

Menção Honrosa — ZENITE — Paulo Machado Borges — Faz. Campestre — Uberaba — MG.

53.ª CATEGORIA — Machos até 14 meses — Registráveis

1.º Prêmio — TONELEIROS — Erminio Alves Pedrosa — Faz. Tabuões — Uberaba — MG.

2.º Prêmio — BANDEIRANTE — Miguel Nunes Gonçalves — Chácara Bôa Vista — Uberaba — MG.

3.º Prêmio — PENDJAB — João Geraldo França Simões — Faz. Ouro Branco — Barretos — SP.

Menção Honrosa — GALEGO — Cap. Pedro Rocha Oliveira — Faz. Sta. Fé do Cedro — Uberaba — MG

Menção Honrosa — TIROLÊS — João Cecel — Faz. Sta. Luzia — Uberaba — MG

Menção Honrosa — PINGO DE OURO — Miguel Nunes — Chacara Bôa Vista — Uberaba — MG.

12.ª CATEGORIA — Fêmeas com mais de 4 dentes

1.º Prêmio — HAITI — João Soares de Paulo — Faz. Tamboril — Curvêlo — MG

2.º Prêmio — BABALÚ — Cap. Pedro Rocha de Oliveira — Faz. Sta Fé do Cedro — Uberaba — MG.

3.º Prêmio — JUREIA — Dr. Evaristo Soares de Paula — Faz. Cortume — Curvelo — MG.

Menção Honrosa — PEROLA — João e Geraldo França Simões — Faz. Ouro Branco — Barretos — SP

Menção Honrosa — ARAUNA — João Junqueira Franco — Faz. S. Geraldo — Barretos — SP.
Menção honrosa — ANTILHA II — João e Geraldo França Simões — Faz. S. Geraldo — Barretos — SP.

11.ª CATEGORIA — Fêmeas com 4 dentes

1.º Prêmio DEA — Walter de Castro Cunha Faz. Sta. Marta — Uberaba — MG.
2.º Prêmio — GUATEMALA — João Rodrigues da Cunha Borges — Faz. S. Sebastião do Buriti — Uberaba — MG.
3.º Prêmio — DORIA — Walter de Castro Cunha — Faz. Sta. Marta — Uberaba — MG.
Menção honrosa — ROLINHA — João Rodrigues da Cunha Borges — Faz. São Sebastião do Buriti — Uberaba — MG.
Menção Honrosa — SIBERIA — João Rodrigues da Cunha Borges — Faz. São Sebastião do Buriti — Uberaba — MG.
Menção Honrosa — VITAMINA — João Rodrigues da Cunha Borges — Faz. São Sebastião do Buriti — Uberaba — MG.

10.ª CATEGORIA — Fêmeas com 2 dentes

1.º Prêmio — CURITIBA III — João e Geraldo França Simões — Faz. Ouro Branco — Barretos — SP.
2.º Prêmio — IRAJÚ — Dr. Evaristo Soares de Paula — Faz. Cortume — Curvêlo — MG.
3.º Prêmio — IRACI — Dr. Evaristo Soares de Paula — Faz. Cortume — Curvêlo — MG.
Menção Honrosa — YASMIN — João Rodrigues da Cunha Borges — Faz. São Sebastião do Buriti — Uberaba — MG.
Menção Honrosa — UANÁ — Dr. Evaristo Soares de Paula — Faz. Cortume — Curvêlo — MG.
Menção Honrosa — JOIA — Torres Homem Rodrigues da Cunha e Da. Olinda Arantes Cunha — Faz. N. S. Lourdes — Uberaba — MG.

56.ª CATEGORIA — Fêmeas de 14 a 29 meses — Registráveis

1.º Prêmio — MARULHAMA — Dr. Evaristo Soares de Paula — Faz. Cortume — Curvelo — MG.
2.º Prêmio — CABOÍTA — Dr. Evaristo Soares de Paula — Faz. Cortume — Curvelo — MG.
3.º Prêmio — DAMA — Oswaldo Vilela Rezende — Faz. Sta. Cecilia — Uberaba — MG.
Menção Honrosa — LOLITA — Torres Homem Rodrigues da Cunha e Da. Olinda Arantes Cunha — Faz. N. S. Lourdes — Uberaba — MG.

55.ª CATEGORIA — Fêmeas até 14 meses — Registráveis

1.º Prêmio — SAVANA — João e Geraldo França Simões — Faz. Ouro Branco — Barretos — SP.
3.º Prêmio — SORAYA — João e Geraldo França Simões — Faz. Ouro Branco — Barretos — SP.
Menção Honrosa — RENUNCIA — João e Geraldo França Simões — Faz. Ouro Branco — Barretos — MG

36.ª CATEGORIA — Fêmeas de 14 a 29 meses — Controladas

1.º Prêmio — FRANÇA — Cap. Pedro Rocha de Oliveira — Faz. Sta. Fé do Cedro — Uberaba — MG.
2.º Prêmio — LACRAIA — Torres Homem Rodrigues da Cunha e Da. Olinda Arantes Cunha — Faz. N. S. Lourdes — Uberaba — MG.
3.º Prêmio — LENIA — Francisco Recife Jr. — Uberaba — MG.
Menção Honrosa — DIANA — Benicio Nunes Rezende — Faz. Sta. Cecilia — Uberaba — MG.
Menção Honrosa — ALELUIA — Adalberto Rodrigues da Cunha — Faz. São Luiz — Uberaba — MG.
Menção Honrosa — ROMA — Manoel Mendes dos Santos — Faz. dos Carneiro — Uberaba — MG.

35.ª CATEGORIA — Fêmeas até 14 meses — Controladas

1.º Prêmio — ALVORADA — João e Geraldo França Simões — Faz. Ouro Branco — Barretos — SP.
2.º Prêmio — DISCIPLINA — Manoel Ignácio Barbosa — Faz. Cruzeiro — Ituverava — SP
3.º Prêmio — ILHA BELA — Rui e Antonio Barbosa de Souza — Faz. Capão Alto — Uberaba — MG.
Menção Honrosa — DOGMA — Manoel Ignacio Barbosa — Faz. Cruzeiro — Ituverava — SP
Menção Honrosa — BADONA — Manoel Silveira e Roman de Freitas — Faz. Velha de Baixo — Uberaba — MG.
Menção Honrosa — CANAAN — João e Geraldo França Simões — Faz. Ouro Branco — Barretos — SP.
Menção Honrosa — DESTREZA — Manoel Ignacio Barbosa — Faz. Cruzeiro — Ituverava — SP.

LOTES DE ANIMAIS REGISTRADOS — 1.º Prêmio — GUARUJÁ, ANTILHA, PEROLA, SAFIRA e CURITIBA — João e Geraldo França Simões — Faz. Ouro Branco — Barretos — SP.
2.º Prêmio — DAMIAO, DELICIA, DORIA, DEIA — Walter de Castro Cunha — Faz. Sta. Marta — Uberaba — MG.
3.º Prêmio — BEY III, MARGARIDA, VITAMINA, SIBÉRIA e GUATEMALA — João Rodrigues da Cunha Borges — Faz. São Sebastião — Buriti — Uberaba — MG.

LOTES DE ANIMAIS CONTROLADOS — Até 14 meses — 1.º Prêmio — DELUSO, DUREZA, DISCIPLINA, DESTREZA e DOGMA — Manoel Ignácio Barbosa — Faz. Cruzeiros — Ituverava — SP.
2.º Prêmio — ABALO, BADONA, BACELIA, BADA e BAIANA, — Manoel Silveira e Roman de Freitas — Faz. Velh de Baixo — Uberaba — MG.

LOTES DE ANIMAIS CONTROLADOS — de 14 a 29 meses — 1.º Prêmio — CUTELO, ARAÇATUBA, AMETISTA, ALELUIA e AMERICA — Adalberto Rodrigues da Cunha — Faz S. Luiz — Uberaba — MG.
2.º Prêmio — FENOMENO, FRANÇA, FORMIGA FIGARA e FORMIGA — Cap. Pedro Rocha de Oliveira — Faz. Sta. Fé do Cedro — Uberaba — MG

CONJUNTO DE ANIMAIS TIPO CARNE — COMPLETO, GADANHA, GAVETA, GARAPA e GAIATA — Rui e Antônio Barbosa de Souza — Faz Capão Alto — Uberaba — MG

EQUINOS, ASININOS E MUARES

Raça Mangalarga

76.ª CATEGORIA — Machos de 2 a 4 dentes

1º Prêmio — PRINCIPE — Gilberto da Cunha Machado — Faz. Eldorado — Uberlândia — MG

78.ª CATEGORIA — Femeas sem muda

1º Prêmio — FAVELA — Gilberto da Cunha Machado — Faz. Eldorado — Uberlândia — MG

80ª CATEGORIA — Femeas de mais de 4 dentes

1º Prêmio — LONTRA — Geronimo Rodrigues Borges — Faz. Bôa Esperança — Uberaba — MG

Raça Campolina

80.ª CATEGORIA — Machos de 24 a 36 meses

3º Prêmio — PACHA — Jorge Dib — Faz. Monte Alegre e Buriti — Conceição das Alagôas — MG.

Menção Honrosa — RIO VERDE — Benedito Basilio da Gama — Formiga — MG.

Menção Honrosa — CACIQUE — Benedito Basilio da Gama — Formiga — MG

ATUAÇAO DO DR. ADALBERTO RODRIGUES DA CUNHA

E de justiça ressaltar a atuação do Dr. Adalberto Rodrigues da Cunha, dinâmico Presidente da Sociedade Rural do Triângulo Mineiro, indiscutivelmente o grande animador do magnifico certame que foi a XXI Exposição-Feira Agro-Pecuária e Industrial de Uberaba.

O seu dinamismo, o seu entusiasmo e a sua capacidade de trabalho se fizeram sentir não só na fase da organização da Exposição, como também durante a sua realização.

Atendendo a um, providenciando sôbre um detalhe, recebendo as autoridades, explicando e orientando, o Dr. Adalberto Rodrigues da Cunha, desdobrava-se para que tudo transcorresse a contento.

Ao seu trabalho e à valiosa colaboração de seus auxiliares, muito ficou devendo o êxito do certame. Estão pois, de parabens, a tradicional Sociedade Rural do Triângulo Mineiro pelo brilhante e completo êxito da XXI Exposição Agro-Pecuária e Industrial e o seu presidente, Dr. Adalberto Rodrigues da Cunha, pois êle correspondeu a tôdas as espectativas, e foi, sem dúvida, mais uma demonstração da expressão econômica da agro-pecuária do Triângulo Mineiro.

Que no próximo ano, a XXII Exposição-Feira Agro-Pecuária e Industrial de Uberaba alcance o mesmo sucesso da atual é o que auguramos, e, estamos certos, acontecerá, pois à sua frente se encontra a expressão máxima do ruralismo da região, que é a Sociedade Rural do Triângulo Mineiro

CULTURA DO MORANGUEIRO

Eng. Agr. JOAQUIM SILVEIRA DA MOTA

O cultivo do morangueiro, no Estado do Rio Grande do Sul, já assume papel econômico relevante.

Sua produção é inteiramente consumida, seja em espécie, com fruto para mesa, seja industrializada, sob a forma de geléia, compota, etc., pelas inúmeras fábricas de conservas que funcionam no Estado sulino. Essas fábricas, só no que respeita ao Município de Pelotas, industrializam, anualmente muitos milhões de quilos de morango de excelente qualidade, ali produzidos.

O fomento da cultura do morangueiro, naquela região do sul do país, deve-se quase que exclusivamente, ao trabalho que vem sendo ali executado pela ESTAÇÃO EXPERIMENTAL DE PELOTAS, dependência do Ministério da Agricultura, sediada em Pelotas.



Preparando mudas de morangueiro para os trabalhos da estação experimental de Pelotas e para distribuição aos agricultores da região



Os frutos do morangueiro também são devidamente estudados, classificados e selecionados segungundo os caracteres da variedade

A referida Estação Experimental, mantém em estudo e observação, uma extensa coleção de variedades e linhagens de morangueiros, de excelentes qualidades, coleção essa que, atualmente já conta com 100 variedades. Todo êsse valioso material é meticulosamente estudado e observado, sendo anualmente a sua produção classificada, quanto à forma, tamanho, consistência e paladar dos frutos, além dos exames feitos em laboratório, para determinação da umidade (água %) materia sêca (sólidos totais %), acidez expressa em g de ácido cítrico %, açúcares redutores, relação e proporção entre sólidos e ácidos (ácidos para sólidos e sólidos para ácidos)

A multiplicação das variedades estudadas, para distribuição aos agricultores registados no M. A., obedece a rigoroso critério seletivo, já atingindo atualmente, 46 variedades de magnífica produção. Em 1952, foram distribuidas 32.725 plantas, em 1953 essa distribuição atingiu a 10.300 plantas e em 1954 a 96.297 plantas, tôdas devidamente selecionadas.

Numerosos experimentos de campo sôbre a cultura do morangueiro, são igualmente executados pela ESTAÇÃO EXPERIMENTAL DE PELOTAS, entre êles os seguintes:

um experimento, em bloco, ao acaso com 4 replicações, no qual são estudadas as seguintes variedades: GIGANTE, MARECHAL FACH, BANNER, Dr. MORERE, BONSEGOUR, BLACK MORE, CATSKILL e W. M. BELT. Neste experimento classifica-se em primeiro lugar a variedade CATSKILL;

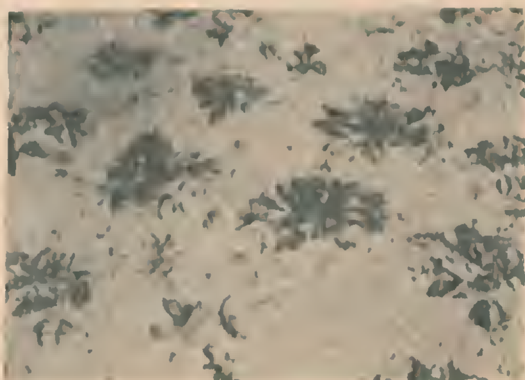
um experimento, em blocos ao acaso com três replicações, no qual são estudadas as variedades: PROGRESSIVE, GIGANTE DE LA PLATA, THE ADMI-



Detalhe de uma parcela já coberta com casca de arrós

RAL, BLACK PRINCE, W. M. BELT e 7 linhagens da variedade KONWOY; uma outra competição de variedade, em "lattice simples", balanceado, 5 x 5, no qual são estudadas as variedades BLACK PRINCE, GIGANTE DE LA PLATA, PROGRESSIVE, THE ADMIRAL, W. M. BELT e 20 linhagens da variedade KONWOY. Êste experimento foi instalado em 1954.

Ainda com a cultura do morangueiro mantém a ESTAÇÃO EXPERIMENTAL DE PELOTAS, dois experimentos de adubação: um em quadrado latino 9 x 9, no qual são estudadas as adubações com nitrogênio, fósforo e potássio, em suas diferentes combinações, mais um tratamento de estêrco de curral; o outro, em blocos ao acaso, com 4 repetições no qual são estudadas adubações fosfatadas, com superfosfato e com farinha de ossos, cada um dêsses fertilizantes sendo empregado em quatro níveis diferentes.



Antes das plantas entrarem em frutificação as parcelas de morangueiro são cobertas com casca de arrôs a fim de que os frutos não entrem em contacto com a terra e, assim, também se evitam capinas, mantendo-se igualmente a umidade necessária.

CAFÉ E GUANDÚ

CLOVIS TEIXEIRA

"... donde se efectue la siembra del gandul, se enriquece el terreno, pues en los nódulos de sus raíces se encuentran en abundancia las bacterias que fijan el nitrógeno de la atmósfera al suelo" — E. Valero Abreu — "El Gandul, planta valiosa" — CUBA

ATINGINDO, com suas raizes, a profundidade de três (3) metros, aproximadamente, o guandú explora o subsolo de forma a mais ampla, graças, também, às raizes laterais distribuidas homogênea e densamente. Dest'arte, as reservas de sais minerais, perdidas para plantas outras, são devolvidas à superfície do solo, pelo guandú, nas fôlhas e ramos que se desprendem do arbusto frequente e abundantemente, além da fixação do nitrogênio atmosférico (azôto), que, como planta da familia das leguminosas, opera de forma notável.

O PLANTIO do guandú em fileiras cerradas (semeação cerrada), entre as ruas do cafezal — fileiras cruzadas, uma em cada rua — permite o estabelecimento de adubação verde cujos resultados serão explêndidos. Uma vez atingida a altura de um (1) metro, mais ou menos, pelas fileiras de guandú, procede-se no corte das mesmas, espalhando-se, a seguir, todo êsse material vegetal sôbre o solo, operação, essa, que se irá repetindo sempre que as plantas atinjam a altura já indicada.

MEDIANTE o procedimento acima exposto, teremos, sem o trabalho do enterrio, a acumulação de magnífica matéria orgânica sôbre as terras do cafesal, e através dos anos, a formação de "humus" de grande poder fertilizante. Com esta prática teremos, também, a defesa contra a erosão contra a perda de umidade do solo, teremos a infiltração das águas pluviais, com real proveito para o agricultor, porquanto isso representará a alimentação, regular e segura, dos mananciais, dos cursos d'água, como consequência do enriquecimento dos lençóis d'água subterrâneo.

NAO PODERA haver, pelo processo acima enunciado, concorrência com os cafeeiros, porquanto a matéria orgânica periòdicamente cortada significará a devolução ao solo dos elementos fertilizantes retirados pelo guandú.

EIS, pois, um recurso SEGURO, CÔMODO, MÓDICO, EFICAZ, para proporcionar aos cafezais uma excelente adubação verde!

OS INTERESSADOS na obtenção de meio (½) quilo de sementes de guandú, da variedade "Fava Larga" — selecionada pela Secção de Cereais e Leguminosas, do Instituto Agronômico de Campinas — deverão se dirigir a

C A M P I N A S

"ONDE O TERRENO está coberto de detritos orgânicos ou de vegetais de portes diversos, as águas pluviais se tornam benéficas e não prejudiciais no solo, onde os raios do sol não exercem ação deletéria, mas, antes, benéfica porque o aquecimento proveniente do calor úmido matura os fermentos e facilita o desenvolvimento das bactérias nitrificantes do "humus".

CONSULTAS

Eng. Agr. GERALDO GOULART DA SILVEIRA
Redator Técnico de "A Lavoura"

ALGARROBEIRA

Esclarecendo ao Sr. J.S., do Estado de S. Paulo, informamos, baseados em dados fornecidos pelo Eng. Agr. Frederico Murtinho Braga que há duas espécies brasileiras de algarrobeira:

a) **Prosopis juliflora** da região do sul do Brasil e

b) **Prosopis ruscifiora**, que ocorre em Pernambuco.

Há várias outras espécies que não são nativas no Brasil, entre as quais:

a) **Prosopis alba**, nativa nas regiões sêcas da América Central e também da República Argentina.

b) **Prosopis spicigera**, considerada árvore sagrada pelos Indús, especialmente no norte da Índia.

c) **Prosopis stephaniana**, persistente e daninha nos campos das regiões áridas como na Pérsia, Iraque, Síria, etc..

d) **Prosopis cinerascens**, existente no Texas

e) **Prosopis pubescens**, ocorrendo no Texas, México, Califórnia, Argentina, Chile, Peru, etc..

Atualmente se faz uma grande propaganda para reflorestar o nordeste com essa planta pois os frutos são comestíveis e muito apreciados pelo gado.

MOSCA DAS FRUTAS

Respondendo à consulta que nos foi feita pelo Sr. M.S.Q., nosso assinante do D. Federal, informamos que, entre os inseticidas recomendados para combater a môsca das frutas podemos citar:

a) — D.D.T., sob a forma de polvilhamento (pó a 5%) ou através de pulverizações (D.D.T. molhável a 05%).

b) — BHC, sob a forma de polvilhamento (contendo 1% de isômero gama) ou sob a forma de polvilhamento (BHC molhável com 0,03% de concentração.

FUMAGINA NOS LIMOEIROS

Esclarecendo ao Sr. D.S., nosso sócio do D. Federal, temos a informar:

a) pelos esclarecimentos fornecidos, trata-se sem dúvida de fumagina e piolho "Orthesia", nos limoeiros.

b) para combater é aconselhável pulverizar com Rhodiatox a 5%, molhando bem as folhas (especialmente na face inferior).

c) é preciso muito cuidado durante a manipulação com Rhodiatox, pois êle é tóxico para o homem e outros animais.

O TATU E OS INSETOS

Respondendo ao que nos consultou o Sr. A. C.V., do Estado do Espírito Santo, temos a informar:

a) o tatu é, entre nós, incluído entre os animais úteis à lavoura, pela destruição que faz de um elevado número de insetos nocivos às plantas.

b) pesquisas realizadas demonstraram que do conteúdo alimentar do estômago de tatus, examinados, mais de 90%, era reprepresentado por insetos.

CALENDÁRIO AGRÍCOLA DO DISTRITO FEDERAL

(DADOS EXTRAIDOS DO CALENDÁRIO AGRÍCOLA DO BRASIL — D. FEDERAL — EDITADO PELO SERVIÇO DE INFORMAÇAO AGRÍCOLA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA).

MAIO

Colhem-se agrião, aipim, batata-dôce, cana, cará, inhame e taioba. Prossegue a semeadura de tomate e termina o plantio da batatinha. Inicia-se o plantio de videira e de abacateiro. Iniciam-se as colheitas de laranja pêra, graviola e melão. Prosseguem as colheitas de abacate, abricó, banana, laranja lima, laranja Bahia, laranja seleta, lima da Pérsia, mamão, pitanga, tangerina e limão. Prosseguem as semeaduras em local definitivo de azedinha, bertalha, cenoura, ervilha, vagem, etc. e, em canteiros de sementeira, cebolinha, chicórrea, couve, tomate, etc.. Iniciam-se as colheitas de aipo, acelga, alho porró, fava e nabiça. Prosseguem as colheitas de batata-dôce, beterraba, cenoura, couve, rabanete, salsa, etc.. Semeiam-se cassuarina, peroba rosa, Eucaliptus tereticornis e Eucaliptus citriodora. Repicam-se mudas de amendoeira, cedro e oiti



JUNHO

Colhem-se aipim, batata-dôce, cana, feijão prêto e taioba. Época propícia para o início da poda das árvores frutíferas. Inicia-se o plantio de mudas de plantas cítricas. Prossegue o plantio de abacate, abacaxi e videira. Prosseguem as colheitas de cajá-manga, banana, carambola, goiaba, condessa, lima da Pérsia, mamão, pitanga, laranja Bahia, lima laranja seleta e laranja pêra. Ultimam-se as colheitas de abacate abricó fruta de conde e tangerina. Prossegue nas semeaduras em local definitivo de azedinha, bertalha cenoura, ervilha, feijão (vagem), etc. Em sementeiras prosseguem as semeaduras de agrião alface, beterraba, cebolinha, chicórea e couve. Plantam-se batata-dôce, xuxù e taioba. Iniciam-se as colheitas de ervilha e de aipim rosa. Prosseguem as colheitas de agrião, alface, almeirão, azedinha, cebolinha, cenoura, chicórea, nabiça, rabanete, salsa, etc. Época de floração do Eucaliptus citriodora e tereticornis. Prosseguem as semeaduras de E. citriodora e E. tereticornis e a repicagem de mudas das mesmas.

UMA PODEROSA ORGANIZAÇÃO COLABORANDO PARA O DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL DO PAÍS

RELATORIO E BALANÇO DOS NEGOCIOS DA S. A. INDÚSTRIAS REUNIDAS F. MATARAZZO S. PAULO, DURANTE O ANO DE 1954

Generalidades

Acaba de ser publicado mais um magnífico relatório da S. A. Indústrias Reunidas F. Matarazzo, São Paulo, referente ao ano de 1954.

Destaca, inicialmente, o referido relatório, que, no âmbito internacional, a tão temida depressão que tanto preocupava os meios econômicos, foi contida, no ano de 1954, para logo a seguir, no âmbito nacional, salientar os males que ao país vem causando a inflação que tanto tem servido de incentivo às importações e de freio às exportações.

Salienta, mais adiante, que medidas urgentes precisam ser tomadas para controlar a espiral inflacionária, porém que tais medidas não visem soluções isoladas para os problemas mais urgentes, pois não pode ser descuidada a interdependência dos fatôres econômicos.

Os problemas são complexos; não são apenas de ordem técnica financeira e econômica; estão entrosados com outros fatôres de caráter político, psicológico e, até mesmo internacional, exigindo, portanto, acurados estudos.

É preciso, principalmente, que ao lado do aumento da produtividade, uma poupança, especialmente nas despesas públicas, sem que isso implique em restrições que venham a agravar ainda mais a situação.

Nessa ordem de idéias estuda o relatorio, com objetividade, os nossos problemas econômicos e as condições para o desenvolvimento industrial do país, tão necessário ao nosso progresso.

As atividades da emprêsa

São múltiplas as atividades não só no Estado de São Paulo, como também no Paraná, na Paraiba, no Rio Grande do Norte, em Minas Gerais, na Bahia e no Rio Grande do Sul.

Em S. Paulo e em outras cidades do Estado destacam-se as indústrias de tecelagem, fiação, tinturaria, estamparia; moinhos de trigo; fábricas de massas alimenticias; frigoríficos; refinação de açúcar; fábricas de margarina, óleo de amendoim, óleo de algodão e outros óleos vegetais; fábricas de produtos químicos para têxteis, fábricas de sabões, sabonetes, acidos, desinfetantes, fabrica de louças, oficinas mecânicas e fundições; serrarias e marcenarias, moinhos de sal, extração de areia, pedregulho, quartzo, etc.

No Paraná, explora minas de talco, possui moinhos de trigo e de sal, possui pinheirais, etc.

Na Paraiba possui fábricas de óleo de algodão, descaroçadores de algodão, refinação de óleos e fábricas de sabão e cimento.

No Rio Grande do Norte, explora salinas.

Em Minas Gerais, possui usinas de açúcar, destilaria de álcool e propriedades agro pecuárias.

Na Bahia possui fábrica de óleo de dendê e no R. Grande do Sul, fábrica de cimento.

No setor agricola propriamente dito, possui pinheirais e eucaliptais, plantações de oliveiras e de palmas de dendê, numerosos sitios e várias lavouras.

A propósito dessas atividades, a Sociedade Nacional de Agricultura enviou ao Senhor Conde Francisco Matarazzo Junior o seguinte oficio:

"Tenho a satisfação de, nesta data, acusar recebimento do relatório apresentado por V. Sa. à Assembléia Geral Ordinária de abril do corrente ano, da S. A. Indústrias Reunidas F. Matarazzo, na qualidade de Presidente dessa notável organização industrial do nosso país. Como pela multiplicidade de atividades industriais ligadas diretamente à economia agricola do Brasil, essa Emprêsa pode-se dizer que é um dos termômetros do nosso progresso econômico, permiti-me levá-lo ao conhecimento da Diretoria Técnica que me autoriza a enviar à Diretoria dessa organização as congratulações da Sociedade Nacional de Agricultura pelos resultados alcançados em 1954, mantendo as produções em nivel elevado e adotando diretrizes de constante aperfeiçoamento tecnológico no aproveitamento das matérias-primas nacionais para o alargamento dos mercados de consumo. Aproveito o ensejo para renovar a V. S. meus protestos de consideraçao e estima. (ass.) *Arthur Torres Filho*, Presidente"

BALANÇO

O balanço geral encerrado em 31 de Dezembro de 1954, pode ser assim resumido:

Ativo

	Cr$
Imobilizado . .	1 634.844.605,30
Disponível	51.478.346,30
Realizável a curto prazo	2.059.660.570 00
Realizável a longo prazo	502.272.481,70
Contas de resultados pendentes .	4.679.183,70
Contas compensadas	137 895.009,77
TOTAL	4 390 830 197,17

Passivo

Não exigível	3.430.277.429,40
Exigível a curto prazo	730.422.581,10
Exigível a longo prazo	38 706.237,30
Contas de resultado pendente	47.528.939,60
Contas compensadas	137.895.009,77
TOTAL	4 390.830 197,17

A conta geral de lucros e perdas, encerrada em 31 de Dezembro de 1954, apresentou o seguinte movimento :

	Cr$
Despesa	
Despesas gerais administrativas, ordenados e despesas relativas, impostos e taxas, juros passivos e descontos a clientes e diversos, cotas a fundo de depreciação	913.032.642,60
Distribuição do lucro líquido	
Reserva legal, dividendos, cotas a fundo de resgate a partes beneficiárias, pro-labore à diretoria, reserva e saldo que passa para o exercício futuro	610.864.910,30
TOTAL	1 523.896.952,90
Receita	
Saldo do exercício anterior ...	384.557,30
Resultado bruto das operações industriais e comerciais	1.481.877.195,55
Juros ativos e descontos aos fornecedores	34.862.424,40
Resultado de operações diversas	8.772.775,65
TOTAL	1 523.896.952,90

Conforme se verifica, foi auspicioso o movimento da emprêsa, em 1954.

Considerações finais

A S. A Indústrias Reunidas F. Matarazzo vêm prestando, sem dúvida, uma valiosa contribuição ao desenvolvimento industrial do país

Sòlidamente organizada e tão bem dirigida pelo Conde Francisco Matarazzo Junior, a emprêsa, de ano para ano expande mais as suas atividades, concorrendo assim para o progresso e desenvolvimento de nosso país que atravessa uma fase de franco desenvolvimento industrial.

A leitura do relatório e do balanço da firma referente ao ano de 1954 diz bem da sua acertada orientação e é um índice expressivo de nosso desenvolvimento industrial.

Com filiais e agências espalhadas em tôdas as principais cidades do país e agências em muitas cidades estrangeiras, entre as quais Nova York, Buenos Aires, Hamburgo, Gênova, Milão, Londres, etc., constituem a S. A. Indústrias Reunidas F. Matarazzo, S. Paulo uma poderosa organização industrial com assinalados serviços prestados ao nosso surto industrial.

É igualmente digno de registro a colaboração da S. A. Indústrias Reunidas F. Matarazzo no setor agrícola, através de seus sítios, suas lavouras, seus eucaliptais, seus pinheirais, suas fábricas de inseticidas etc., numa demonstração de que as nossas indústrias podem e devem colaborar também para o nosso desenvolvimento agrícola.

A LAVOURA

(ÓRGÃO DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA)

Fundada em 1897

Eng°. Agrônomo ARTHUR TORRES FILHO
Presidente da Sociedade

Eng°. Agrônomo ANTONIO DE ARRUDA CAMARA
Diretor

Eng°. Agrônomo KURT REPSOLD
Diretor Técnico

Eng.° Agrônomo GERALDO GOULART DA SILVEIRA
Redator-Técnico

LUIZ MARQUES POLIANO
Diretor Responsável e Redator-Secretário

Redação e Administração :

General Justo, 171

Telefone : 42-2981

Caixa Postal : 1245

Rio de Janeiro

Nem a redação da Revista nem a Sociedade Nacional de Agricultura são responsáveis pelos conceitos emitidos em artigos assinados

Representante para todo o Estado de S. Paulo :

NEWTON FEITOZA

RUA BOA VISTA, 245, 3.° andar Tel.: 33-1432 — End. Tel : "LINEFE. C A.: 7257

SAO PAULO

EMPRÊGO DE ADUBOS NO ESTADO DE MINAS GERAIS — ZONA DA MATA

Visitando a SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA como sócio e sendo ex-aluno do ilustre professor Dr. Arthur Torres Filho, me foi dada a oportunidade de externar algumas impressões Agro-Económicas da Zona da Mata no Estado de MINAS GERAIS, em nome da Emprêsa de Adubos Santa Maria Ltda.

A região que mais consome adubos em tôda a Zona da Mata é compreendida pelos municipios de Ubá, Pomba, Astolfo Dutra, Guidoval, Leopoldina, Cataguazes, etc.; entretanto vendem-se os Adubos Santa Maria em 80 localidades de Minas, 4 municipios do Estado do Rio e dois do Espirito Santo. Estas zonas mencionadas já se acham devastadas de florestas, possuindo grandes pastagens, e culturas.

A cultura dominante nos quatro primeiros municípios citados é a do fumo em corda. Como subsidiárias na Zona, produz-se bastante milho, cebolas, tomates, pimentões, etc. O milho é parcialmente consumido na engorda de porcos; a cebola é vendida para o Distrito Federal, Estado do Rio de Janeiro e Espirito Santo. O tomate e o pimentão abastecem a zona e o que resta é enviado para consumo no Distrito Federal.

O arroz e feijão produzidos são suficientes para o consumo. Há produção de cana de açúcar para suprimento das usinas de açúcar e álcool.

As lavouras de café novas e velhas, têm sua produção compensadora.

Foi no povoado de SOBRAL PINTO, Municipio de ASTOLFO DUTRA que se instalou a EMPRESA DE ADUBOS SANTA MARIA LTDA., próxima da Estrada de Ferro Leopoldina e servida por telefone e estrada de rodagem.

Com objetivo de atender a agricultores amigos, fundou-se a EMPRÊSA que fornece adubos quimicos e orgânicos para tôdas as culturas. Até então só se usava adubo para a cultura de fumo. O adubo vinha de S. Paulo preparado por firmas interessadas no progresso dos fumicultores.

No primeiro ano de trabalho a EMPRESA SANTA MARIA vendeu cêrca de 130 toneladas de adubos. Começou a fazer estudos de adubação junto a agricultores, com o objetivo de desenvolver o uso de adubos de maneira econômica e satisfatória.

As experiências foram feitas em diversas culturas, como sejam : milho, fumo, cebola e feijão.

Apesar do aproveitamento do adubo de fumo na cultura de milho, foi possivel a aceitação de adubo para milho dado o resultado prático e econômico constatado pelos agricultores que usaram o adubo próprio

Observações feitas pela EMPRESA constataram que : colheu-se 8 kg de milho em grão nas covas adubadas e 4,5 kg em igual número de covas não adubadas.

Quanto a cultura de cebola conseguiu-se estimativamente um volume de producao pouco maior com adubo composto quimico e orgânico, em relação ao produzido com esterco de curral. Entretanto o uso de adubo no fim de 2 a 3 anos divulgou-se, dada a falta de esterco para ampliar a produção à altura do desejo dos agricultores que se dedicam a plantação de cebola. Por outro lado a cebola que recebeu adubação quimica foi mais precoce, conservou-se melhor no depósito e adquiriu melhor sabor.

Para a cultura de feijão o consumo de adubo nao é grande porque o plantio é pequeno e a quantidade de adubo necessário, é insignificante em cada cova.

Pelas experiências feitas, constatou-se que 40 kg de feijão foram plantados com 6 sacos de adubo, produzindo 2.280 kg. Ao lado outros 40 kg de feijão foram plantados sem adubação e a produção foi de 960 kg. Houve um aumento de 22 sacos de 60 quilos.

A EMPRÊSA DE ADUBOS SANTA MARIA LTDA. já vendeu no periodo de um ano cêrca de um milhão e trezentos mil kg de adubos. Pelo exposto, o trabalho da Emprêsa junto ao interessado, melhorando e aumentando a produção, levou o agricultor a sentir a necessida-

Conclusão da pág. anterior

de do uso do adubo para seu próprio bem-estar quanto ao aumento de colheita.

Os adubos são das ordens de :

I — Azotados
II — Fosfatados
III — Potássicos
IV — Cálcicos
V — Outros fertilizantes

Na ordem dos Azotados temos três grupos:

1 — nítricos
2 — amoniacais
3 — orgânicos

Na ordem dos fosfatados temos 3 grupos :

1 — solúveis nágua
2 — solúveis em ácidos fortes
3 — solúveis em citratos

Na ordem dos potássicos temos 2 grupos :

1 — solúveis em água
2 — solúveis em ácidos

Êstes dois grupos podem ser divididos em 4 ordens :

A — carbonato, cloreto e sulfato de potássio
B — compostos duplos de azoto e potássio
C — compostos duplos de fósforo e potássio
D — complexos orgânicos potassicos.

Na ordem dos calcarios o mais comum entre nós é o carbonato de cálcio.

O uso de fertilizantes é grande no Estado de S. Paulo; e o mesmo se vem verificando em zonas de Minas Gerais. Isto é algo promissor, pois há necessidade de um maior incremento na produção de substâncias alimenticias e das matérias primas para atender aos reclamos do progresso nacional.

Sem conhecer as necessidades da planta e as condições propicias do solo não é possivel, econômicamente usar substâncias quimicas capazes de fazer produzir, sob o regime de concurrência internacional, as matérias primas exigidas pela crescente industrialização de nossa Pátria.

Conclusão da pág. 38

Urge portanto, que não faltem os meios para que possam ser evitados os crimes contra o patrimônio florestal e que, paralelamente se intensifique, por outro lado a campanha educativa de respeito e proteção à natureza, nas escolas, nos clubes agricolas, nas associações rurais, e em todos os demais agrupamentos de adolescentes e adultos para que se crie, entre nós, a mentalidade de que a defesa de nossos recursos naturais é uma necessidade no presente, para a garantia de melhores dias no futuro.

☆ NOTICIÁRIO ☆

da Escola de Horticultura Wenceslão Bello

Reinício das aulas

Reiniciaram-se, no dia 1.º de Abril, as aulas dos cursos permanentes da Escola de Horticultura Wenceslao Bello, mantida na Penha, Distrito Federal, pela Sociedade Nacional de Agricultura.

Estão em funcionamento, no corrente ano os seguintes cursos Permanentes:

a — Curso de Hortelão (1.º e 2.º anos);
b) — Curso de Fruticultor (1.º e 2.º anos);
c) — Curso de Floricultor (2.º ano).

Cursos Páticos Agrícolas

Tiveram início em maio, os Cursos Práticos Agrícolas mantidos na Escola de Horticultura Wenceslao Bello, pela Comissão Brasileira de Assistência às Populações Rurais da qual faz parte a Fundação Getúlio Vargas que desde 1948 vem mantendo os referidos cursos em colaboração com a referida Escola, sempre com grande sucesso, como comprova o elevado número de matrículas.

Aniversário da Escola

Foi condignamente comemorado, no dia 15 de maio, o 18.º aniversário da Escola de Horticultura Wenceslao Bello, mantida na Penha, pela Sociedade Nacional de Agricultura, tendo falado na ocasião, sôbre a data, o Professor Geraldo Goulart da Silveira, E' Diretor da Escola, desde a sua fundação, em 15 de maio de 1937, o Eng. Agrônomo Antônio de Arruda Câmara 3.º Vice-Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura que também usou da palavra na referida solenidade.

Clube Agrícola Miguel Calmon

Prosseguem, com êxito, as atividades do Clube Agrícola Miguel Calmon, constituído pelos alunos da Escola de Horticultura Wenceslão Bello e registrado no Serviço de Informação Agrícola do Ministério da Agricultura sob o número 1.098

Dia de Tiradentes

Foi devidamente comemorado na Escola de Horticultura Wenceslão Bello a data cívica de 21 de Abril, tendo falado na ocasião, sôbre a mesma, o Professor Geraldo Goulart da Silveira

ESPLÊNDIDA COLABORAÇÃO PRESTADA PELA "NACIONAL TRANSPORTES AÉREOS" PARA O BRILHANTISMO DA "XXI EXPOSIÇÃO AGRO-PECUÁRIA" DE UBERABA

A exemplo do que vem acontecendo em anos anteriores, a conhecida e importante emprêsa brasileira de aviação comercial — a "Nacional Transportes Aéreos" vem emprestando a sua cooperação ao tradicional certame agro-pecuário de Uberaba, desenvolvendo nas cidades das diferentes regiões servidas pelos seus aviões, a difusão do acontecimento, bem como promovendo, de maneira eficiente e confortável, o transporte de quantos se interessam em comparecer, nessa ocasião, à próspera cidade mineira.

Para um exemplo do que vem representando essa iniciativa, recordamos o fato da referida emprêsa ter sido escolhida por uma caravana de criadores de São Luiz, do Maranhão, para a viagem a Uberaba, para assistirem a XXI Exposição Agro-Pecuária, realizada de 3 a 10 de maio último.

Aliás, servindo hoje a "Nacional" cêrca de 120 cidades brasileiras, o que vem permitindo ampla mobilidade aos viajantes, inestimáveis têm sido os seus serviços prestados às fontes produtoras do país, dada a eficiência dos seus exemplares serviços, que são realizados não sòmente no setor de passageiros como também no transporte de cargas, encomendas, reembôlso e valôres.

SÓCIOS COM ENDEREÇOS DESCONHECIDOS

A Secretaria da S. N. A. tem o maior empenho em atualizar o endereço dos sócios cuja relação se segue :

Dr. Ormeo Junqueira Botelho — Valentim F. Bouças — Carlos Chaves Braga (Remido) — Branco & Irmão — Dr. Raul Briquet Junior — Severino Gonçalves Camara — Dr. Ruy Carneiro — Profa. Adalgisa de Castro — Dr. Rubens Tellechea Clausel — Ernani Carvalho Cornelio — Carlos Santos Costa — Dr. Claude Paul Coubert — Carlos Sampaio Cruz — João Antonio da Cunha — Dr. Isaac Elbas (Remido) — Fazenda do Carmo S/A. — Dr. Wilthon Pereira da Fonseca — Dr. Américo de Brito Gomes — Dr. Heitor Venicius da Silveira Grilo — Dr. José Lobão Guimarães — Dr. Sylvio Gomes Hilias — Dr. Thomas da Rocha Lagôa — Antonio Luiz do Lago — Alexandre de Carvalho Leal — Dr. Celio da Costa Lentz — Dr. Horts Lewin — Dr. J. C. Bello Lisbôa — Fernando Loureiro — Dr. Nelson Barcellos Maia — Dr. João Santos de Oliveira — José de Oliveira — Dr. Waldy Oliveira — Prof. Libio Pasquale — Vigliato de Oliveira Pires — Gorge Procter — Dr. Pedro Goulart da Silveira Filho — Dr. Arlindo Belró Uchôa — Eduardo Bastos Jorge — Darcy Miranda de Oliveira — Dr. Gastão da Costa Pinheiro — Leopoldo Pedro da Silva.

SÓCIO CORRESPONDENTE DA S.N.A. EM ANGOLA

Por proposta do Snr. Luiz Marques Poliano, foi aceita, por unanimidade, em reunião da Diretoria, a indicação do nome do Engenheiro Agrônomo Ruy de Figueiredo Ribeiro, para sócio correspondente da Sociedade Nacional de Agricultura, em Angola.

O nosso novo sócio, tem os cursos de engenheiro agrônomo e de engenheiro agrônomo colonial do Instituto Superior de Agricultura, em Lisbôa e exerce, no momento, a sua profissão na Brigada Técnica de Fomento e Povoamento do Cunene, no Sul de Angola.

Esta Brigada é um organismo oficial criado recentemente com o objetivo de colocar em Angola o excedente demográfico da Metrópole, que se dedique à agricultura.

"A Lavoura" congratula-se com o Eng. Agrônomo Ruy de Figueiredo Ribeiro que será sem dúvida, um destacado sócio correspondente da Sociedade Nacional de Agricultura na velha Angola, de tantas e tão grandes tradições.



Cacique: Fazenda São Geraldo
Uberaba — Minas



Grupo de fêmeas N Fazenda São Geraldo
Ub Minas



El Doncado: Fazenda São Geraldo
Propr. Mari ode Almeida Franco
Aquirido do Dr. Teodoro Eduardo Duvivier
por Cr$ 600.000,00



Grupo de bezerros Nelore da Fazenda São Geraldo
Uberaba — Minas

Apresenta-se nestas exposição de algumas das grandes figuras l da Raça Nelore, estabelecido pelo cap riador, Dr. Mário de Almeida Franco, azenda São Geraldo Ube Minas

Como todo o nosso nossa bezerrada, vem confirmando a sua a é um atestado vivo da capacidade r brasileiro.



Grupo de bezerros Nelore da Fazenda São Geraldo, prop. Mario de Almeida Franco. Uberaba — Minas

NOTICIAS E INFORMAÇÕES

Compra de Amendoim no Interior

A Comissão de Financiamento da Produção foi autorizada pelo Ministro da Fazenda a comprar o amendoim da presente safra, no interior, a Cr$ 90,00 por saca.

Leilão de Reprodutores Bovinos

No Parque Fernando Costa, do Departamento da Produção Animal do Estado de São Paulo, realizou-se, no dia 29, às 13 horas, um leilão de reprodutores bovinos, machos e fêmeas.

Assistencia à Lavoura

O IBC entrou em acôrdo com a ACAR no sentido de serem prestados aos fazendeiros, colonos trabalhadores rurais, etc., serviços de assistência técnica e educativa, com o concurso de agrônomos e supervisores de economia doméstica.

Primeiro Fardo de Algodão da Safra Paulista

Realizou-se, em fins de março, na Bôlsa de Mercadorias de S. Paulo, a classificação do primeiro fardo de algodão da safra paulista de 1954/1959, tendo usado da palavra na ocasião, o Dr. Cruz Martins, Secretário de Agricultura.

Produção de Mandioca

De acôrdo com os calculos do Ministério da Agricultura, foi de 14 210 295 toneladas, no valor de Cr$ 5.962.579.000,00 a safra brasileira de mandioca, no ano de 1954.

Produção Mundial de Cevada e Aveia

De acordo com os dados divulgados pelo Departamento de Agricultura dos Estados Unidos, a produção mundial de aveia e cevada em 1954/1955 é estimada em 137 milhões de toneladas.

Festa do Caqui

Sob o patrocínio do Fomento Agro-Pecuário da Secretaria de Agricultura de S. Paulo, da Prefeitura Municipal, da Associação Rural de Mogi das Cruzes e da Federação das Associações Rurais do Estado de São Paulo, realizou-se em S. Paulo, no período de 16 a 17 de abril a IV Festa do Caqui, durante a qual foram realizadas uma exposição do caqui, a coroação da rainha do caqui, a exibição de filmes educativos, etc..

Produção de Ovos

A produção mundial de ovos em 1953, foi, segundo o Serviço Agrícola dos Estados Unidos de 115.650.000 000, dos quais, só 61.704 000 000 foram produzidos nos Estados Unidos.

Produção de Pimenta do Reino

Em 1954, a expressiva porcentagem de 87% de pimenta do Reino, foi a quantidade dessa especiaria recebida em S. Paulo, das plantações de Tomé-Açu, do Estado do Pará, e apenas 13%, foi a quota importada da India. E' auspicioso assinalar que em Tomé-Açu, a safra de pimenta do reino foi, em 1951, de 210.000 quilos, em 1952, foi de 490.000 quilos e em 1954, foi de 1.500.000 quilos.

Municípios que mais produzem Café

Segundo as estatísticas, os Municípios brasileiros que mais produzem café são:

a) Colatina, no Estado do Espírito Santo, com uma produção de 1.274.880 arrobas;

b) Londrina, no Estado do Paraná, com 914.500 arrobas;

c) Mimoso do Sul, no Estado do Espírito Santo, com 898.500 arrobas;

d) Bela Vista do Paraiso, no Paraná, com ... 880.000 arrobas;

e) Rolandina, no Estado do Paraná, com .... 828.000 arrobas;

f) Garça, no Estado de S. Paulo, com 820 000 arrobas.

Conforme se verifica, é o próspero Município de Colatina, no Estado do Espírito Santo, o maior produtor de café, com quase 1.300.000 arrobas por safra.

Notícia auspiciosa

E' auspicioso assinalar que a emprêsa Indústrias Klabin, do Paraná, já plantou 70 milhões de pinheiros, em uma área de 7 000 hectares e que o programa da mesma emprêsa prevê o plantio continuado de 20 milhões de pinheiros, anualmente.

Produção Agrícola em 1954

A produção agrícola no Brasil, em 1954, foi estimada em 78.398.869 toneladas, superior, portanto, à de 1953, que atingiu à 74.576 334 toneladas. Houve também, em 1954, aumento de área cultivada que passou de 19 602.512 hectares em 1953, para 20 535 327 hectares em 1954

Produção de Algodão em Caroço

No ano de 1954 foi de 1.323 514 toneladas no valor de Cr$ 7.494.358.000,00 a produção brasileira de algodão em caroço. A área cultivada com esta malvácea atingiu a 2.481.473 hectares.

Jazida de Fosfato em Pernambuco

E' estimada em 50.000.000 de toneladas a capacidade da jazida de fosfato existente em Olinda, Estado de Pernambuco.

I Exposição-Feira de Bovinos das Raças Leiteiras e Mistas e Equinos das Raças Marchadoras

Realiza-se no período de 5 a 20 de Julho no Parque Fernando Costa, em colaboração com o Departamento da Produção Animal de S. Paulo, a I Exposição-Freia de Bovinos das Raças Leiteiras e Mistas e Equinos das Raças Marchadoras.

Produção de Frutas em 1954

A produção de frutas no país atingiu, no ano passado, a importância de cinco bilhões de cruzeiros, contribuindo em 1.º lugar a banana e em 2.º lugar a laranja.

Município que mais produz tomate

Dos municípios brasileiros, o que mais produz tomate é o de Pesqueira, Estado de Pernambuco. Pois só no ano de 1953 essa produção foi de ...... 45 409.000 quilos. A cultura do tomate no referido município ocupou, naquele ano, uma área de 4 128 hectares.

Reserva Florestal da América Latina

Na reunião Latino-Americana de Peritos na Indústria de Papel e Celulose reunida em Buenos Aires, o ano passado, foi revelado que a reserva florestal da America Latina é de 927.000.000 de hectares, representando 28,7% dos recursos florestais mundiais.

Valor da produção rural

A produção agrícola brasileira atingiu, em 1954, a cento e sessenta e cinco bilhões de cruzeiros. Estima-se que a participação da produção rural na formação da renda nacional foi de 34%, porcentagem superior a do ano de 1953 que atingiu a 31,5%.

Plantio das essências florestais

No ano florestal de 1954/1955 que terminou em 30 de abril, o Serviço Florestal da Cia. Belgo Mineira superando o programa estabelecido plantou mais de 4.200.000.000 árvores, cobrindo uma área superior a 350 alqueires.

Exposições de gado

Realizaram-se na Holanda, no fim do ano passado, duas importantes exposições de gado: uma em Bois de Duc, e outra em Leon-Werden, ambas no mês de setembro.

Adubação da cana de açúcar

De acôrdo com os dados divulgados, 70% da importação de fertilizantes em Porto Rico destinam-se à lavoura de cana de açúcar.

VII Concurso de Bois Gordos

Realizou-se nos dias 23 e 24 de Abril, em Barretos, Estado de S. Paulo, o VII Concurso de Bois Gordos, patrocinado pelo Departamento da Produção Animal e pela Associação Rural do Vale do Rio Grande.

IV Convenção das Classes Produtoras

Realizou-se em Abril, em S. José do Rio Preto Estado de S. Paulo, a IV Convenção das Classes Produtoras.

Concentração de cotonicultores

Aproximadamente 4.800 cotonicultores de vários municípios da Alta Sorocabana, participaram da concentração realizada em fins de Abril em Paraguaçu Paulista, por iniciativa da Associação Rural local e da Prefeitura de Paraguaçu Paulista.

VI Convenção dos Industriais do Interior

A VI Convenção dos Industriais do Interior, realizada em S. João da Bôa Vista, Estado de S. Paulo, recomendou aos municípios a criação de um serviço que cuida do reflorestamento e arborização, inclusive distribuição de essências florestais.

XXI Exposição Feira Agro-Pecuária e Industrial de Uberaba

Realizou-se em maio (3 a 10), a XXI Exposição Feira Agro-Pecuária e Industrial de Uberaba promovida pela Sociedade Rural do Triângulo Mineiro

Aumenta a produção de cevada e de aveia

De acôrdo com os dados divulgados pelo Serviço de Agricultura Estrangeira do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos, a produção mundial de aveia e de cevada, em 1954, foi de 137.400 000 toneladas.

Produção de marmelos em Minas Gerais

O Estado de Minas Gerais produziu o ano passado 68 476 000 de frutos de marmelos, num va-

lor total de Cr$ 21.502.000,00. O referido Estado, que ocupa o primeiro lugar como produtor de marmelos no Brasil, possui 2.699 hectares plantados com esta fruteira.

Polígono das Sêcas

Cinquenta mil dólares serão empregados no corrente ano pelo Escritório Técnico de Agricultura, na área do Polígono das Sêcas, como parte do convênio firmado entre êsse órgão e a A.N.C.A.R., para execução de um programa de assistência técnica aos lavradores daquela região do país.

Produção de bananas em 1954

A colheita de bananas, no Brasil, atingiu, o ano passado, a 201.362.000 de cachos, com um aumento, portanto de 16.300.000 em relação ao ano de 1953. A área cultivada o ano passado foi de 3.169 hectares sôbre o ano anterior.

Safra de feijão

Foi de 1.615.699 toneladas no valor de Cr$ 6.701.129.000,00, a safra de feijão colhido no Brasil, no ano passado.

Ervateiros registrados

O registro de produtores do Instituto Nacional do Mate consignou, o ano passado, a inscrição de 23.433 ervateiros, assim distribuídos:

Paraná	11.940
Santa Catarina	6.060
Rio Grande do Sul	4.590
Mato Grosso	985
São Paulo	48

ESCOLA SUPERIOR DE AGRICULTURA E VETERINÁRIA DO PARANÁ

Regulamentação do PRÊMIO "EDMUNDO NAVARRO DE ANDRADE", instituido na Escola Superior de Agricultura e Veterinária do Paraná, pelo professor catedrático Lycio Grein de Castro Vellozo

CAPÍTULO I

Do prêmio, sua denominação e fins

Art. 1 — Fica instituído, na Escola Superior de Agricultura e Veterinária do Paraná, sob a responsabilidade financeira do professor catedrático Lycio Grein de Castro Vellozo, um prêmio anual de Cr$ 3.000,00 (três mil cruzeiros), a ser conferido ao melhor trabalho — técnico, científico ou didático — sôbre silvicultura e suas técnicas correlatas;

Art. 2 — O prêmio em aprêço, denominar-se-á "PRÊMIO EDMUNDO NAVARRO DE ANDRADE", como uma homenagem que o seu outorgante presta à memória do pioneiro da silvicultura técnica no Brasil;

Art. 3 — Este prêmio destina-se, exclusivamente, aos alunos matriculados na E.S.A.V. do Paraná, e tem por finalidade, fomentar entre os mesmos, o interêsse e o gôsto pelos estudos florestais.

CAPÍTULO II

Das inscrições

Art. 4 — A inscrição e a entrega dos trabalhos concorrentes ao "PRÊMIO EDMUNDO NAVARRO DE ANDRADE", far-se-á, anualmente, até as 11 horas do dia 1.° de setembro, na Secretaria da Escola;

Art. 5 — Os trabalhos apresentados, deverão obedecer às seguintes especificações:

a) — dactilografados ou mimeografados, em uma das faces de papel branco, tamanho 22 x 31 cms., com as linhas separadas por espaço duplo;

b) — em 3 vias, devidamente autenticadas pelo autor.

c) — em português correto;

d) — Absolutamente isentos de correções ou alterações no texto, a lapis ou a tinta.

Art. 6 — Os trabalhos deverão obedecer ao seguinte critério geral de distribuição da materia:

a) — titulo;
b) — Nome do autor;
c) — corpo do trabalho, prevendo:
 1.º — introdução, inclusive historico, se necessário;
 2.º — material em estudo e métodos de trabalho;
 3.º — comentários sôbre os resultados obtidos;
 4.º — conclusão e resumo.
 5.º — bibliografia

Art 7 — Os quadros, fotografias, mapas e estampas, deverão ser, o quanto possivel, originais, e caso não o sejam, devidamente acompanhados de referências às fontes de origem.

CAPITULO III

Do julgamento

Art. 8 — Anualmente, o Conselho Tecnico Administrativo indicará uma Comissão, composta de 5 membros do corpo docente que lhe forem apresentados;

Art. 9 — O julgamento dos trabalhos obedecerá, em linhas gerais, aos seguintes principios:

a) — valor técnico, cientifico ou didático.
b) — finalidade das informações;
c) — oportunidade e praticabilidade do assunto;
d) — clareza de exposição.

Parágrafo único — A Comissão Julgadora poderá rejeitar qualquer trabalho, desde que o mesmo não preencha nenhuma das condições dispostas nos itens dêste artigo, ou no caso de constatação e comprovação de fraude ou plágio;

Art. 10 — A Comissão Julgadora deverá, no praoz máximo até 20 de setembro, indicar o trabalho vencedor (através o parecer de seus membros relatores).

CAPITULO IV

Das disposições gerais

Art 11 O autor do trabalho premiado receberá, no dia 21 de setembro, por ocasião da Festa da Arvore, o prêmio a que fêz jus;

Art. 12 — A Escola Superior de Agricultura e Veterinária do Paraná, por seus órgãos diretores, estudará a possibilidade de publicação dos trabalhos premiados;

Art. 13 — As duvidas ou omissões do presente Regulamento, serão dirimidas pelo Conselho Técnico Administrativo da Escola ouvido sempre o professor outorgante

Curitiba, no "dia da arvore", de 1954.

Lycio Grein de Castro Vellozo
Prof. Catedrático

NOTÍCIAS DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

Biblioteca do S. I. A.

A biblioteca do Serviço de Informação Agricola do Ministério da Agricultura, possue aproximadamente 28.000 volumes sôbre os mais diversos assuntos, especialmente os relacionados com a agricultura e a pecuária.

Setor de Relações Públicas do M. A.

Foi criado, recentemente, no Serviço de Informação Agricola do Ministério da Agricultura, o Setor de Relações Públicas, por proposta do Dr. José Vieira, que teve a melhor acolhida por parte do Dr. Costa Porto, Ministro da Agricultura

Mapa de solos do Brasil

A Comissão de Solos, do Serviço Nacional de Pesquisas Agronômicas do Ministério da Agricultura está preparando mapas de solos do país. No momento, só do Estado do Rio já foi feito o levantamento de uma área superior a 1.700.000 hectares. Terminada a tarefa no Estado do Rio, está programado já idêntico trabalho nos Estados de Minas Gerais e do Espirito Santo.

Mecanização da Lavoura

De acordo com um inquerito feito pelo Serviço de Economia Rural do Ministério da Agricultura e o IBGE, é o Paraná o Estado do Brasil onde se encontra mais adiantada a mecanização da lavoura, pois apenas 32% dos estabelecimentos recenseados não utilizavam recursos mecanicos nas atividades agricolas

Curso de Extensão de Economia Rural Doméstica

Pela portaria n.º 299, de 23-3-1955, o Snr Ministro da Agricultura resolveu instalar o Curso de Extensão de Economia Rural Doméstica em Iguatu, Estado do Ceará.

Novos piscicultores amadores

O Diretor da Divisão de Caça e Pesca do Ministério da Agricultura, concedeu inscrição como piscicultores amadores aos Snrs.:

1 — Dr. Antonio Spaguolo, de S. Carlos, Estado de S. Paulo
2 — José Cabral de Aguiar, de Boa Vista, Estado de S. Paulo
3 — José Ribeiro Aguiar, de S. João da Bôa Vista, em S. Paulo
4 — Celio Ubirajara Magalhães, de Andradas, Estado de Minas Gerais
5 — Elisa Nunes da Silva Facchina, de S. Carlos, Estado de S. Paulo
6 — Frederico C. de Magalhães Hafers, de Limeira, Estado de S. Paulo
7 — Oswaldo Cruz de Paiva Oliveira, de S. João da Bôa Vista, Estado de S. Paulo
8 — Leonidas Paiva de Oliveira, de S. João da Bôa Vista, Estado de S. Paulo
9 — Benedita Fernandes Costa, de S. João da Bôa Vista, Estado de S. Paulo.

CONCLUSÕES DA IX REUNIAO DA COMISSAO TÉCNICA DO TRIGO

A IX Reunião da Comissão Técnica do Trigo, reunida na Capital Federal, no periodo de 21 a 28 de março, sob os auspícios do Ministério da Agricultura, após uma série de debates e estudos sôbre o importante problema da triticultura no país, formulou as seguintes conclusões:

A — ASSUNTOS GERAIS

1 — A produção nacional de trigo, da safra de 1954, ainda não totalmente conhecida, pode, entretanto, ser considerada muito inferior à estimada, devido a condições climáticas desfavoráveis que impossibilitaram o aumento das áreas nos índices previstos e provocaram a redução dos rendimentos.

2 — Devem continuar a merecer destaque as medidas governamentais abaixo mencionadas, consideradas indispensáveis para um aumento da produção tritícola:

I — a continuidade político-administrativa da campanha do trigo;
II — a fixação do preço mínimo e compra obrigatória do trigo nacional;
III — a instalação de silos e armazens;
IV — a intensificação dos trabalhos experimentais e generalização da utilização de adubos de inseticidas e das variedades criadas em estabelecimentos oficiais;
V — a distribuição de financiamento de maquinária agrícola;
VI — a unificação dos esforços em geral da Campanha do Trigo, através das reuniões da Comissão Técnica do Trigo.

3 — Fixar a segunda quinzena de março de 1956 para a realização da décima Reunião da Comissão Tecnica do Trigo, na sede do Ministério da Agricultura, no Rio de Janeiro.

Recomendar que a apresentação, discussão e votação de todos os assuntos se faça por Estado, obedecida a seguinte ordem: experimentação, fomento, lavoura, comércio e indústria. 4 — Recomendar aos participantes comparecerem à próxima reunião com o resumo datilografado de suas exposições, de que constem observações sôbre os dados dos experimentos de variedades, das adubações, etc., e nos relatórios de fomento, relacionar as sementes produzidas e distribuidas discriminadamente por variedade e quantidade dados de produção do Estado, comércio e outras informações. 5 — Recomendar que a apresentação das teses e trabalhos seja feita na reunião preparatória para permitir um minucioso estudo pelos relatores. 6 — Prosseguir na prática de convidar os representantes de associações de produtores e moageiros para tomarem parte nas Reuniões da Comissão Tecnica do Trigo.

B — ASSUNTOS ECONOMICOS

Com bases nas discussões e pronunciamentos do plenário, sôbre teses e proposições apresentadas, a Comissão recomenda que:

1 — seja modificada a legislação vigente tornando obrigatório o S.E.T. fixar anualmente até 30 de setembro, o periodo das safras comerciáveis e as percentagens de compras mensais. 2 — seja estudado pelos órgãos competentes a conveniência de estabelecimento de um preço único e médio para todo o trigo moido no território nacional. 3 — seja estudado pelos orgãos competentes a conveniência da aquisição e distribuição de todo o trigo, nacional e estrangeiro, pelo govêrno; 4 — seja feita pelo S.E.T. a composição do preço para a revenda do trigo, nos têrmos do decreto 29.229 de 26-1-51; 5 — seja solicitado ao Banco do Brasil o financiamento desde o início da safra, à base de 100% para a aquisição de trigo nacional. 6 — sejam permitidas operações de revenda sem limitações, sòmente após o S.E.T. declarar colocada tôda a safra nacional, através das entidades de classe e do S.E.T.. 7 — seja divulgado pelo S.E.T., mensalmente, o movimento da compra do trigo nacional efetuado por Estado e por moinho. 8 — seja incluido na Comissão Consultiva do Trigo (de

creto 29.916-51) um representante da Confederação Rural Brasileira, órgão máximo dos produtores; 9 — a distribuição de sementes de trigo, através dos órgãos oficiais, seja feita uniformemente em cada um dos Estados produtores; 10 — no tocante ao escoamento da safra sejam levadas em conta as três proposições apresentadas, tôdas, em princípio, merecedoras de mais acurados estudos.

Ficou deliberado que essas proposições sejam encaminhadas a V. Exa. com a solicitação de, após examinadas, submetê-las, como subsídio, à Comissão Parlamentar de Inquérito, ora em funcionamento na Câmara dos Deputados.

A Comissão Técnica do Trigo rejeitou, por maioria, a proposta da criação de um Instituto Nacional do Trigo.

C — ASSUNTOS AGRONOMICOS

1 — Iniciar ou intensificar, nas Estações Experimentais:

I — As atividades de melhoramento do trigo; II — os trabalhos experimentais de competição de variedades, épocas de plantio, adubação, rotação e conservação do solo, irrigação e conservação dágua; III — as culturas de multiplicação de sementes selecionadas para fornecimento aos órgãos de fomento, devendo cada estabelecimento multiplicar apenas as sementes das variedades indicadas para a respectiva região.

2. Prosseguir e ampliar a cooperação que o Serviço de Expansão do Trigo vem dando aos demais órgãos de fomento e pesquisas interessados na Campanha do Trigo. 3. Continuar a incentivar a execução de ensaios em rêdes regionais de experimentação entre os órgãos federais e dêstes com os Estaduais, a fim de melhor orientar a recomendação futura de variedades e demais práticas agrícolas. 4. Intensificar os trabalhos de fomento da triticultura, observando-se, quanto à distribuição de variedades, as seguintes indicações: NO RIO GRANDE DO SUL: para todo o Estado: **Colônias, Frontana e Trintani**; na Campanha e Serra do Sudeste: **Bagé**. NO ESTADO DE SANTA CATARINA: **Trintecinco, Frontana, Rio Negro, Petiblanco e Colônias**. NO ESTADO DO PARANÁ na Zona Sul: **Trintecinco, P. G. 1 Frontana, Colonias, Alegre e Trintani**; na Zona Norte: **Bandeirante e Frontana**. NO ESTADO DE S. PAULO: na faixa do trigo: **Frontana, IAS 1, Kênia 155**, tolerando-se **Bandeirantes**. NO ESTADO DE MINAS GERAIS: nas regiões mais indicadas: **Kênia 155, Frontana e BH1146**. NO ESTADO DE GOIAS: **Bandeirante, Frontana, Floreana e Kênia 155**.

(No Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Sul do Paraná, aconselha-se sejam plantadas as variedades tardias no início e as precoces no fim das épocas de plantio, variedades tardias, Colônias, Trintani, Alegrete P.G. 1 e Trintecinco. Variedades precoces: Frontana, Bage e Petiblanco)

5. Recomendar nos órgãos de fomento, estrita observância das variedades especificadas no item 4, devendo serem tomadas tôdas as medidas necessárias para que as mesmas sejam multiplicadas, em órgãos oficiais, em campos de cooperação ou de culturas fiscalizadas. 6. Sugerir aos estabelecimentos experimentais editar e divulgar comunicados aos agricultores de sua região, informando-os dos resultados experimentais sôbre variedades, épocas de plantio, adubação e práticas culturais. 7. Recomendar, nos estabelecimentos experimentais, o estudo do uso de "variedades compostas", constituídas de mistura de variedades ou linhagens puras. 8. Recomendar aos órgãos de fomento os seguitnes pontos, quanto ao uso dos adubos e corretivos, tendo em vista a grande importância desta prática para o incremento de cultura: a) intensificar o envio de amostras de solos aos laboratórios de análises para fim de recomendação da adubação e correção a usar. São indicados os laboratorios oficiais de Belo Horizonte, Campinas, Curitiba, Porto Alegre e Pelotas; b) calcio — intensificar o uso de calcáreo moido, de acôrdo com indicações fornecidas pelos laboratórios de analises de solos; c) fosforo — intensificar o uso de adubos fosfatados, na base de 60 quilos de P_2O_5 por hectare. Em geral os experimentos indicam não existir diferenças de efeito dos diversos adubos fosfatados; d) para orientar o uso de adubos nitrogenados e potassicos, informa-se.

1. Para o Rio Grande do Sul, tem sido obtidos resultados satisfatorios com o emprêgo de adubos nitrogenados, tanto com salitre do Chile como sulfato de amônio, à base de 50 K de N por hectare. Para os demais Estados triticolas os resultados experimentais não são de molde a aconselhar o uso dêsses adubos.

2. Para o Rio Grande do Sul os resultados alcançados com adubos potassicos não permitem emprêgo, sob recomendação, a não ser em casos especiais, dependentes de indicação especifica dos laboratórios de análise. Para os demais Estados triticolas, de momento não existe resultados conclusivos.



9. Recomendar aos orgãos de experimentação e pesquisa que acrescentem aos seus informes conclusões e recomendações sôbre variedades nas práticas culturais (adubos, épocas, densidades, etc.). 10 — Recomendar o estudo de um sistema de coordenação dos trabalhos de pesquisas e melhoramento do trigo, através de centros especializados. 11 — Recomendar a todos os órgãos de fomento e experimentação que apresentem "nas próximas reuniões da Comissão Técnica do Trigo, informes sôbre incidência de pragas, doenças e ervas daninhas que ocorram nas lavouras de trigo, avaliando, se possível, os prejuizos causados devido a cada um dêsses fatôres. 12 — Sugerir aos estabelecimentos experimentais que, juntamente com os resultados de experimentos de adubação e de correção do solo, divulguem também os dados relativos à análise e descrição do terreno onde os experimentos foram feitos, a fim de tentar-se a correlação dos dados com os resultados de campo."

Consultas de agricultores

Só no período de Janeiro a Setembro de 1954 o Serviço de Informação Agrícola do Ministério da Agricultura atendeu por escrito, pelo telefone e pessoalmente mais de 3.300 pedidos de informações de lavradores.

Época de plantio do milho em Minas Gerais

De acôrdo com as experimentações que vêm sendo feitas na Estação Experimental de Agua Limpa, do Serviço Nacional de Pesquisas Agronômicas localizado na Zona da Mata, em Minas Gerais, os plantios de milho realizados entre 20 de Setembro e 20 de Outubro são os mais indicados naquela zona.

Ação da Policia Florestal no Distrito Federal

A Policia Folrestal do Ministério da Agricultura vem efetuando diligências nas feiras-livres, nas estradas de turismo e em outros pontos contra os vendedores clandestinos de filodendrons helicôneas, bromélias, etc. As diligências têm revelado que 90% dêsses vendedores de plantas ornamentais e medicinais não possuem culturas próprias e os exemplares exibidos são subtraidos criminosamente das florestas da União, dos jardins públicos e dos sitios particulares.

Aproveitamento do potássio das salinas

Está sendo feito o aproveitamento do potássio das águas mães das salinas, em uma pequena usina-piloto, instalada em Cabo Frio, no Estado do Rio de Janeiro, pelo Ministério da Agricultura.

Material Agrícola no Ceará

Até março, atingiu a Cr$ 2.361.000 cruzeiros o movimento de revenda de material agrícola aos lavradores pela Seção de Fomento Agrícola Federal no Ceará.

Industrialização das frutas típicas do nordeste

O Dr. Clidarico Bevilaqua, Diretor do Instituto de Fermentação do Ministério da Agricultura, após sua visita ao nordeste concedeu entrevista à imprensa, tendo oportunidade de focalizar, entre outros, os seguintes assuntos:

a) em Cacaparuaa, em Pernambuco há 130 hectares de vinhedos que, por falta de orientação tecnica vem dando uma produção deficiente, apezar das condições no nordeste serem favoráveis à viticultura;

b) que são bôas as perspectivas para a produção de uvas tanto em Garanhuns e Pesqueira (Pernambuco), como em Campina Grande (Paraíba);

c) estão em crescente desenvolvimento os trabalhos que o Instituto de Fermentação está realizando em todo o nordeste, especialmente na Paraíba e no Ceará.

Mais Escolas de Iniciação Agrícola

O Snr. Presidente da República autorizou o Ministério da Agricultura a assinar acôrdo com o Estado do Rio Grande do Norte no sentido de serem instaladas naquele Estado duas Escolas de Iniciação Agrícola, uma no Municipio de Ceará Mirim e outra no Municipio de Canguaretama.

Junta Executiva de Combate as Pragas do Cafeeiro no Estado do Paraná

O Snr. Ministro da Agricultura, Dr. Costa Pôsto, designou o Dr. Paulo Carneiro Ribeiro, Chefe da Seção de Assistência à Cafeicultura do I. B. C. para exercer a função de membro da Junta Executiva de Combate ás Pragas do Cafeeiro no Estado do Paraná.

Rodas dagua na irrigação do nordeste

Em três anos de existência do convenio entre o Ministério da Agricultura e a Comissão do Vale do S. Francisco já foram instaladas 77 rodas dagua no Vale do S. Francisco, para irrigação das terras agricolas.

Executor de Acordo na Bahia

Pela Portaria Ministerial 374 de 19-4-1955 o Snr. Ministro da Agricultura designou o veterinário sanitarista Hermenegildo Bastos de Campos para Executor do Acôrdo de Defesa Sanitária Animal celebrado entre o Ministério da Agricultura e o Estado da Bahia.

Executor de Acôrdo no Maranhão

Pela Portaria Ministerial 368 de 18-4-1955 o Snr. Ministro da Agricultura designou o Veterinário Absalas Caramurú Barcellos para Executor do Acôrdo de Fomento da Produção Animal celebrado entre o Ministério da Agricultura e o Estado do Maranhão.

VIII Semana do Fazendeiro da Universidade Rural

Realizar-se-á na primeira quinzena de Julho na Universidade Rural, a VIII Semana do Fazendeiro, durante a qual serão ministrados cerca de 70 cursos de interêsse para agricultores e criadores, por técnicos do Ministério da Agricultura.

Maior produtor de cebola

O Municipio de S. José do Norte, no Estado do Rio Grande do Sul é o principal produtor de cebolas do país. Sua colheita, em 1953, foi de 2.023.000 arrobas.

Municipios produtores de cebola

De acordo com os dados divulgados pelo Serviço de Estatística da Produção do Ministério da

Agricultura, os Municípios que mais produzem cebola são: S. José do Norte (R. Grande do Sul) Tubarão (Santa Catarina), Sorocaba (S. Paulo), Miguel Calmon (Bahia) e Osório (R. Grande do Sul).

VIII Semana do Fazendeiro da Universidade Rural

O Snr. Ministro da Agricultura assinou a Portaria n. 373 de 19-4-1955 baixando as instruções para a realização, no período de 10 a 16 de Julho, na Universidade Rural, da VIII Semana do Fazendeiro.

Comissão Executiva da VIII Semana do Fazendeiro

Pela Portaria 976 de 19-4-1955 o Snr. Ministro da Agricultura designou a seguinte Comissão Executiva para a VIII Semana do Fazendeiro: Heitor Alves Barreira, Leôncio Barreto Filho, Romulo Cavina, Americo Grossmann, Dalmo Catauli Giocometti, Salomão Aeronovich, Altir Alves Martins Cometa, Bernardino Bruno, Olavo Barros de Araujo e Silva, Geraldo Goulart da Silveira, João Novais Cardoso Neto e João Estacio de Queiroz e Silva.

Enxadas para o Nordeste

A Comissão de Revenda de Material, seguindo as instruções do Snr. Ministro Costa Porto adquiriu 160.000 enxadas, das quais 60.000 foram embarcadas, em Governador Valadares (Estado de Minas Gerais), com destino a Recife, devendo as outras 100.000 serem remetidas por etapas. Essas enxadas de 2; 2½ e 3 libras do tipo "Norte" serão revendidas pelas Seções de Fomento Agrícola Federal nos Estados pelo preço de custo, isto é Cr$ 45,00 cada uma. O Ministro da Agricultura já deu instruções à referida Comissão para aquisição de mais 60.000 enxadas, perfazendo assim um total de 220.000 enxadas para o nordeste.

À CLASSE RURAL

TEMAS E SUGESTÕES

ARRUDA CAMARA

I

A produção do leite e a alimentação do rebanho leiteiro

Nos órgãos de deliberação coletiva em que, durante anos, coube-me tomar parte, — ora como representante do Ministério da Agricultura e ora como delegado da Sociedade Nacional de Agricultura —, procurei sempre defender os legítimos e reais interêsses dos produtores.

No caso do leite, problema vital que se arrasta há muitos anos, salientei à cada oportunidade o elevado custo de produção resultante do baixo rendimento por cabeça e área explorada.

A situação não melhorou..

Trata-se, entretanto, de questão que exige racional solução, devendo ser encarada dentro de um plano em que se tenha em vista, além dos fatores geralmente considerados, a produção de alimentos, de boas forragens nos próprios centros produtores.

Esse, sem dúvida, o caminho que nos há de conduzir a um razoavel rendimento, à redução gradativa do custo da produção e, conseqüentemente, à regularidade de colocação do produto sem os precalços de lutas e reivindicações.

A cultura, nas proprias fazendas de criação, de forrageiras nobres para as rações suplementares e o sistemático enriquecimento das pastagens naturais impõem-se e merecem constituir objeto de programa de campanha das cooperativas de produtores, das associações rurais e de suas federações

II

As frutas e a melhoria da alimentação no meio rural

Em cada fazenda um pomar eis a bandeira que deve nortear a ação educativa das associações rurais

A produção de frutas para o consumo doméstico nas propriedades rurais é problema de interêsse social Reflete-se, favoràvelmente, nos hábitos e costumes locais e contribui, de maneira a mais eficiente, para a melhoria da alimentação no meio rural.

III

Concentrações rurais

As questões que interessam, em cada município, aos produtores rurais devem ser estudadas e debatidas pelos próprios lavradores e criadores no seio da associação rural local.

Como, porém, não é só a determinado município que interessam os assuntos estudados e debatidos, devem êstes, em forma de conclusões, ser encaminhados ao exame da respectiva Federação de Associações Rurais. A esta compete promover, em concentrações regionais ou mesmo estadual, o estudo e a coordenação dos problemas rurais que se apresentem em caráter predominante.

As concentrações rurais aproximam os produtores, oferecendo-lhes oportunidades de grande e real proveito.

IV

Interesses da classe rural

A politica a ser desenvolvida no seio das associações rurais é a do interêsse de classe e não a dêste ou daquêle partido. Com essa orientação assegura-se a associação a fôrça moral necessária para o estudo, a coordenação e a defesa da produção.

Não importa à associação a situação partidária de seu associado. Compete a êste despertar a atenção de seu partido para as necessidades e aspirações de sua classe.

Só assim será possivel a formação de uma mentalidade rural no Brasil

V

Selo do Padre Damião

Está lançada, em todo o Brasil, visando amparar os filhos dos hansenianos, a "Campanha do sêlo do Padre Damião" que, pelo mérito de seus organizadores e verdadeira finalidade, merece o amparo de tôdas as associações rurais.



O SEU REBANHO MERECE O MÁXIMO DE PROTEÇÃO:

As rações que V. adquire, quase todas contendo nutrientes, cientificamente dosados, deverão ser aproveitadas, integralmente, pelo seu rebanho. No entanto, desde a fábrica até a sua Fazenda ou Granja, essas rações estão constantemente expostas aos mais variados perigos. Assim, durante o transporte ou armazenamento, elas podem ser contaminadas seriamente por elementos tóxicos, ou entrar em contato com líquidos, causando enormes prejuízos para si. Os Sacos de Papel Multifolhados Bates, muito resistentes e perfeitamente impermeáveis, eliminam, completamente, todos êsses perigos, permitindo que seu rebanho usufrua, integralmente, os benefícios das rações vitamínicas, proporcionando exemplares fortes e sadios.



Eis algumas das razões porque V. deve solicitar do seu fornecedor de rações, a proteção integral dos sacos BATES:



Constituídos de 1 a 6 fôlhas de resistente papel Kraft especial, de conformidade com as condições de transporte e armazenamento e de acôrdo com as especificações de cada produto



Proporcionam uma proteção integral ao conteúdo, evitando a sua deterioração, por ação da umidade e o seu envenenamento por contato com produtos cáusticos ou tóxicos



Oferecem grandes vantagens econômicas ao fabricante e ao consumidor, pois economizam espaço nos veículos de transporte e nos armazéns, poupando tempo e mão de obra nessas operações.



BATES VALVE BAG CORPORATION OF BRAZIL

SÃO PAULO - (Matriz):
Rua Barão de Itapetininga, 93 - 11.º And.
Fone: 34-5183 - Caixa Postal, 8.111

RIO DE JANEIRO:
Avenida Presidente Vargas, 290 - 4.º And.
Sala 403 - Fone: 23-5186

Endereço Telegráfico: "BATESBAGS"

REPRESENTANTES EM TODOS OS ESTADOS DO BRASIL

A FILOSOFIA DO MOVIMENTO DE ANTIGONISH E OS CÍRCULOS DE ESTUDOS

FABIO LUZ FILHO

O padre Humberto Muñoz caracterizou recentemente, essa filosofia. (Ver *"Instruções para organização de sociedades cooperativas"*, do Serviço de Economia Rural, do Ministério da Agricultura do Brasil, no qual há longo capítulo sôbre círculos de estudos). Diz êle que a filosofia do Movimento de Antigonish está contida em duas obras do Pe. Coady: "Senhores de seu próprio destino" e "O significado social do movimento de cooperativas". E resume, de sua êxedra:

1) *"Princípios básicos — 1) Primazia da pessoa*. Nem subornação ao Estado, como o totalitarismo de qualquer espécie, nem subordinação ao dinheiro, como no capitalismo. A pessoa humana, criada à imagem de Deus, emerge por cima de ambos. Esta primazia da pessoa humana é também a base da democracia.

2) *A educação deve começar com a economia* — Na educação deve-se levar mais em conta aquêle que aprende do que o professor dá, e a diferença entre o que o aluno recebe é um saldo perdido. Aprendizagem tem uma relação direta com o interêsse do aluno, especialmente do adulto. Nestes tempos de aguda crise econômica não há nenhum outro tema tão urgente como a solução do problema econômico. Numa escala absoluta de valores, pode ser que êste seja o menos importantes; porém é o primeiro degrau por onde se há-de começar.

3) *Reforma Social à base da educação* — Em uma democracia, o progresso social deve proceder da ação livre dos cidadãos. Todo o progresso supõe uma melhora na natureza dos indivíduos. Essa melhora só alcançamos pela educação.

4) *Educação à base de Ação Católica* — A ação coletiva é algo natural, porque o homem é um ser social. Não só o homem se organiza comumente em grupos, como também seus problemas coincidem com as do grupo. E no mundo moderno não se pode ter êxito senão atuando através os organizadores. Uma educação de adultos, que não prepara para esta ação coletiva, é absolutamente inadequada

5) *Uma efetiva reforma Social inclui mudanças fundamentais nas instituições sociais e econômicas*. Não se trata apenas de aplicar paliativos, mas sim de mudar a estrutura social.

6) *O último objetivo do movimento e uma vida plena e abundante para todos*. A cooperação econômica é o primeiro passo; porém só o primeiro passo; porém só o primeiro para a sociedade que permita a cada indivíduo desenvolver o máximo de sua capacidade.

"Filosofia da educação de adultos — É um complemento dos princípios básicos e a preparação próxima para a ação. Começa por uma crítica da educação atual".

E o padre Muñoz frisa mas que Coady não aceita que as escolas primárias e secundárias se orientem sòmente para a Universidade, para as carreiras liberais. Querem que os títulos universitários dêem acesso aos primeiros postos na sociedade, e a educação obriga-lhe a escalar os dóceis privilegiados. A educação tem seu êxito mais completo quando consegue que o filho de um homem obscuro e analfabeto chegue a ser Chefe de Estado. "Não só os educadores como também os pais de família se regem por esta concepção e fazem esforços para educar seus filhos a fim de que êstes cheguem mais alto que seus pais. Esta filosofia da educação tem vários inconvenientes. Os postos privilegiados são limitados, o que causa uma luta, nem sempre limpa, para alcançá-los. Muitos devem f i c a r abaixo e amargurados. Quantos profissionais ganham às vêzes menos que um operário. Porém, talvez, a pior conseqüência do sistema é privar as classes trabalhadoras e campesinas de seus melhores elementos mandando-os ocupar um pôsto em outra classe mais alta, pondo muitas vêzes o seu trabalho profissional ao serviço daqueles que exploram seus pais"

E para Antigonish, uma nova filosofia da educação não deve tender à elevação de uns poucos enquanto os outros descem, mas, sim, deve olhar o melhoramento de todos. Ainda que do ponto de vista mais materialista, tem que aceitar esta nova orientação. É a era da educação em massa. É o correlativo desta, é o consumo de massas. O povo deve ter um alto *standard* de vida para que o industrialismo funcione com êxito.

"As cooperativas são essa técnica, que permitirá ao adulto mudar e melhorar a sociedade atual".

Prática de educação de adultos — Acentua o padre Muñoz que, quando os homens de Antigonish decidem levar seu programa a uma comunidade, buscam nela os líderes naturais mais destacados e procuram conquistá-los para sua causa. Valendo-se dêles, reunem o povo numa grande assembléia (mass meeting). Os oradores destas assembléias são sempre de primeira classe e se propõem um duplo objetivo; destruir os preconceitos do auditório e mostrar-lhe a ilusão de algumas possibilidades. Teremos que lhes despertar a inquietação e ambição de fazer as coisas por si só".

"Segundo o Pe. Coady, essas reuniões devem ser como bombas de estálido intelectual. Quando o visitante pergunta em qualquer lugar como começaram as cooperativas, evoca imediatamente em seus ouvintes aquêles grandes dias quando o Pe. Coady percorria

tôda a Nova Escócia, emocionando-a com o calor e a valentia de sua palavra. Com lógica inigualável criticava desde os abusos do capitalismo até os próprios católicos que orientavam o ensino para os ricos. Era impossível não acreditar na sinceridade de sua palavra. Falou-lhes de suas faltas e de suas possibilidades, mostrou-lhes como o mundo poderia ser se êles quisessem fazê-lo assim. O Pe. Coady não era de maneira alguma um demagogo, e depois de ter dominado o auditório dizia-lhe a verdade. Para chegar a êsse mundo novo só havia um caminho : a educação. Deviam organizar-se círculos de estudos e estudar. Não era fácil conseguir isso de rudes camponeses e pescadores; mas o resultado prático de cada uma dessas grandes assembléias, era organizar círculos de estudos. Centenas e milhares germinaram em tôda a Nova Escócia. Cada grupo se compunha de seis a doze pessoas. Reuniam-se em casa de algum vizinho, geralmente na cozinha, que é o salão dos pobres. Por isso eram chamadas reuniões de cozinha. Todavia, estão em atividades nas longas noites de inverno, passam-se como um nada duas horas em amável discussão, não faltando uma xícara de café acompanhada de música ou pastéis. E o que é que estudam ali ? — Que lhes interessa mais ? Os homens de Antigonish não impõem um programa rígido, mas sim em cada lugar perguntam : "Que é que faz mais falta agora ? No que é que podemos ajudá-los ? Se não tem dinheiro, estudem então a organização de uma união de crédito. A vida está mais cara ? Estudem as cooperativas de consumo. As colheitas se vendem demasiado baratas ? Estudem as cooperativas de vendas. Se o peixe se estraga muito depressa, devem pensar nos frigoríficos ou, melhor ainda, numa fábrica de conservas. Nossas casas são muito ruins ? Pensem nas cooperativas para fazer outras novas. Qualquer um compreende que com êstes temas o interêsse se mantinha vivo.

Entre êles elegem um que seja o cabeça e o estudo se faz de uma forma muito simples e familiar. O Departamento de Extensão distribui folhetos para cada estudante em particular. Lê-se um parágrafo, que é comentado Trata-se de discutir as perguntas que aparecem sempre no fim de cada capítulo. Ninguém se sente tolhido. Se ninguém acerta algum problema, anota-se e deixa-se o mesmo para outra consulta. Outras vêzes ouvem as transmissões especiais do rádio e em seguida fazem comentários na forma costumada. Uma vez por mês reunem-se todos em grupos, geralmente em casa paroquial. Consulta-se tudo o que antes não ficou entendido e procura-se unificar as opiniões. No fim de cinco ou seis meses de estudo, é chegado normalmente o momento de passar do estudo prático. Elege-se uma diretoria, nomeia-se um gerente e a cooperativa começa a funcionar. Porém de maneira nenhuma suspendem-se os círculos de estudo. Sempre há novos problemas para resolver, novas necessidades a atender. Assim entende-se a educação de adultos no movimento de Antigonish."

COLEÇÃO DE LEIS FEDERAIS

A Biblioteca da Sociedade Nacional de Agricultura está com a sua coleção de leis federais consideràvelmente desfalcada, conforme se vê da lista de faltas que abaixo publicamos. São as leis do país elemento precioso de consulta que não podem faltar em nenhuma Biblioteca, sobretudo na Sociedade, votada especialmente aos assuntos do Brasil. Em tais condições, nós apelamos para os sócios e amigos que disponham de alguns volumes, e que queiram ceder ou mesmo vender, o que desde já agradecemos penhorados.

ANOS

1816 — 1817 — 18.1 — 1822 — 1823 — 1821 — 1825 — 1828 — 1841 — 1842 — 1844 — 1845 — 1846 — 1847 — 1850 — 1852 — 1855 — 1856 — 1857 — 1858 — 1859 — 1869 — 1870 — 1871 — 1872 — 1873 — 1874 — 1877 — 1879 — 1883 — 1884 — 1885 — 1886 — 1887 — 1888 — 1889 — 1890 — 1891 — 1892 — 1893 — 1894 — 1895 — 1896 — 1897 — 1898 — 1900 — 1901 — 1902 — 1903 — 1904 — 1905 — 1908 — 1933 — 1931 — 1935 — 1936 — 1937 — 1938 — 1939 1940 vol. V, VI e VII — 1941 — 1942 — 1943 vol. I, II, III e IV — 1946 vol. V e VI

ENG. AGR. JUAN MINUT

Representando a Sociedade Nacional de Agricultura, esteve a bordo do transatlântico italiano "AUGUSTUS", o seu Diretor, Sr. Otto Frensel, a fim de cumprimentar o conhecido técnico lacticinista Eng. Agr. Juan Minut que segue em viagem de estudos para a Europa, onde visitará os principais centros lacticinistas da Itália, Suiça, Austria, Alemanha, Suécia, Dinamarca, Holanda, Bélgica, França, Espanha e Portugal. O nosso Diretor manteve longa palestra com esta grande autoridade em assuntos lacticinistas, desejando-lhe boa viagem e o merecido êxito em seus estudos os quais serão da maior importância para tôda a coletividade lacticinista mundial. O Eng. Agr. Juan Minut prometeu nova e detalhada entrevista por ocasião de sua volta em setembro p. f. O Sr. Juan Minut é colaborador das principais revistas lacticinistas em todo o mundo, autor de vários importantes livros sôbre sua especialidade e radicado no Uruguai, onde foi o principal organizador e diretor-técnico da CONAPROLE (Cooperativa Nacional de Produtores de Leche) em Montevidéo

CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO FLORESTAL

Eng. Agr. GERALDO GOULART DA SILVEIRA

Assunto dos mais controvertidos e, sem dúvida, o da punição dos crimes contra o patrimônio florestal, pois muitas vezes isso entra em choque com o direito de propriedade, garantido pelo Art. 141 da Constituição Federal.

Em face disso, muitos crimes contra o patrimônio florestal brasileiro, com graves conseqüências não só para a geração de hoje, mas, principalmente para as gerações futuras, não podem ser convenientemente punidos em virtude das garantias que a todos nós são asseguradas pela nossa Carta Magna.

Será possível, na nova redação do Código Florestal, contornar a situação?

Será necessário, nêsse sentido uma revisão constitucional?

Será conveniente essa revisão?

Interrogações como estas, a todo momento preocupam àqueles que, de uma forma ou outra se interessam pela preservação dos recursos naturais da nossa flora; daqueles que amam a natureza; daqueles que já compreenderam que não devemos "fazer desertos" e sim, de uma maneira firme e patriótica trabalharmos em pról da proteção do nosso patrimônio florestal que dia a dia vai ficando cada vez mais reduzido em face da alarmante devastação que se vem verificando desde os primórdios da nossa história.

Devemos ter sempre em mente, que o nosso primeiro ciclo econômico foi o do Pau Brasil e que apezar de tôda a legislação da época no sentido da preservação dessa essência, ela foi desaparecendo.

O que aconteceu com o pau Brasil não está acontecendo também com o pinheiro, apezar de todos os esforços do Instituto Nacional do Pinho?

Devemos todos nós, amantes de nossa pátria e responsáveis pelo que legaremos às novas gerações, cerrar fileiras em torno da preservação de nosso patrimônio florestal.

O problema é oportuno e precisa ser convenientemente encarado.

É digno de registro, portanto, a transcrição da proposição n.º 53, apresentada no I Congresso Florestal Brasileiro, reunido em Curitiba, Estado do Paraná e subscrita por Acacio Villalva, Cristovam Ferreira de Sá, Milton M. Vernalha, Jayme V. Pinheiro, Wanderbilt Duarte de Barros, José Eurico Dias Martins, Armando Navarro Sampaio, Zygmunt Wieliczca e Augusto Ruschi e aprovada pelo plenário.

É a seguinte a referida proposição.

Considerando que o art. 141 da Constituição Federal de 1946, consigna:

"A Constituição assegura aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País, a inviolabilidade dos direitos concernentes à vida, à liberdade, à segurança individual e à propriedade, nos termos seguintes:

§ 16 — É garantido o direito de propriedade, salvo o caso de desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interêsse social, mediante prévia e justa indenização em dinheiro."

Considerando que os códigos florestal e de caça e pesca são anteriores à Constituição e que estão, "ipso-facto", derrogadas tôdas as disposições em choque com o texto constitucional;

Considerando que todo o esfôrço das autoridades incumbidas da repressão ao crime contra a flora e a fauna brasileiras esbarra nos amplos direitos de propriedade que a constituição garante;

Considerando que as entidades particulares e os indivíduos amantes da natureza vêm nulos os seus esforços de amparo e defesa das florestas e seus habitantes, ante o texto constitucional citado;

Considerando que êste mesmo congresso não terá finalidade prática na defesa das florestas se não houver uma legislação adequada que acolha as suas conclusões e dê corpo às medidas acauteladoras do interêsse nacional que venha a aconselhar;

Considerando que a defesa da mata existente e o reflorestamento do Brasil constituem materia de transcendental importância para o presente, e muito mais para o futuro da Nação, sugerimos ao Congresso: Que se dirija à Comissão Parlamentar da Câmara Federal, incumbida da confecção do novo código florestal, no sentido de criar uma legislação adequada e enérgica de replantio e punição aos crimes contra o patrimônio florestal, no campo até da propriedade particular, mesmo que seja necessário recurso à revisão constitucional, no que tange aos objetivos dêste Congresso.

Sala das Sessões, em 19 de setembro de 1953

(aa) Acacio Villalva
Milton M. Vernalha
Jayme V. Pinheiro
Wanderbilt Duarte de Barros
José Eurico Dias Martins
Armando Navarro Sampaio
Zygmunt Wieliczca
Augusto Ruschi.

Foi feita, pois, a recomendação.

Que a Comissão Parlamentar da Câmara Federal estude com atenção e carinho a recomendação e encontre a solução mais conveniente para que, na defesa dos interêsses nacionais, possamos, com eficiência, zelar pela preservação de nosso patrimônio florestal, é o que todos nós desejamos.

Homens cultos e dedicados aos estudos dos problemas nacionais; espíritos brilhantes e experientes, integram aquela Comissão, e encontrarão sem dúvida, o caminho mais acertado para sairmos do impasse.

É bem verdade, que uma ação meramente de caráter policial ou punitivo não resolverá o problema; é preciso, sobretudo, uma ação educativa de larga envergadura, no sentido de que o problema florestal seja perfeitamente compreendido e a defesa de nosso patrimônio florestal seja obra de todos os brasileiros.

Evitar os crimes florestais é preferível a puni-los; porém, quando necessário, essa punição não deve faltar.

Continúa na pág. 21

ASSOCIATIVISMO RURAL

O ASSOCIATIVISMO RURAL NO PARANÁ

É a seguinte a relação das entidades rurais existentes no Estado do Paraná:

1 — Federação das Associações Rurais do Paraná
2 — Associação Paranaense de Cafeicultores
3 — Associação Paranaense de Criadores de Bovinos
4 — Associação dos Triticultores do Paraná
5 — Associação Rural Regional de Cambará
6 — Associação Rural Regional de Cornélio Procópio
7 — Associação Rural de Antonina
8 — " " " Apucarana
9 — " " " Araucaria
10 — " " " Bandeirantes
11 — " " " Campo Largo
12 — " " " Carlópolis
13 — " " " Cascavel
14 — " " " Castro
15 — " " " Cerro Azul
16 — " " " Clevelândia
17 — " " " Colombo
18 — " " " Congonhinhas
19 — " " " Contenda
20 — " " " Curitiba
21 — " " " Foz do Iguaçú
22 — " " " Francisco Beltrão
23 — " " " Ibiporá
24 — " " " Ipiranga
25 — " " " Iratí
26 — " " " Jacarezinho
27 — " " " Lapa
28 — " " " Laranjeiras do Sul
29 — " " " Londrina
30 — " " " Mallet
31 — " " " Maringá
32 — " " " Nova Esperança
33 — " " " Guarapuava
34 — " " " Palmeira
35 — " " " Paranavai
36 — " " " Pato Branco
37 — " " " Paulo Frontin
38 — " " " Piraí do Sul
39 — " " " Piraquara
40 — " " " Ponta Grossa
41 — " " " Prudentópolis
42 — " " " Rebouças
43 — " " " Reserva
44 — " " " Ribeirão do Pinhal
45 — " " " Rio Azul
46 — " " " Rio Branco do Sul
47 — " " " Rio Negro
48 — " " " Rolândia
49 — " " " Antonio de Platina
50 — " " " S. Jerônimo da Serra
51 — " " " S. José dos Pinhais
52 — " " " S. Mateus do Sul
53 — " " " Teixeira Soares
54 — " " " Tijucas do Sul
55 — " " " Timoneira
56 — " " " Timbú
57 — " " " Toledo
58 — " " " União da Vitoria
59 — " " " Wenceslau Braz

FEDERAÇAO DAS ASSOCIAÇÕES RURAIS DO ESTADO DE GOIAS

Pela Assembléia Geral de 10 de Janeiro de 1955, foi eleita a seguinte diretoria para dirigir a Federação das Associações Rurais do Estado de Goiás:

Presidente — Dr. Joaquim Câmara Filho
1.º Vice-Presidente — Dr. Manoel Demostenes
2.º " " — Dr. Belarmino Cruvinet
1.º Secretário — Rosalvo Vieira
2.º " — Dr. Antonio Bertoldo de Souza
1.º Tesoureiro — José Augusto Curado
2.º " — Ezequiel Fernandes Dantas

Diretoria Técnica:

Antonio Teodoro Neiva, Lincoln Louza e Dr Manoel Passos de Castro

Comissão Fiscal:

Dr. Hamilton de B. Velasco, Dr. Felipe Santa Cruz e Odilon Roris — Suplentes: Dr. Aldemar Câmara, Licardino de Oliveira Ney e Jeferson Moreira.

Conselho Deliberativo:

Ezequiel Fernandes Dantas, Absalão Mendonça Lopes, Boanerges Veiga, Almir Turisco de Araujo, José Barbosa Faria, Dr. José Arimatéa e Silva, Abner de Araujo Matos, Alberto Fluati, Agostinho M Teixeira, Sebastião Viana Lobo, Delfino Moreira, Dr. Gilson Alves de Souza, Alexandre Salgado, Luiz Torres de Abreu, Deusdet Felix de Souza e Leobino Coutinho.

Cresce o número de associados das Associações Rurais.

Estão em pleno funcionamento no país e devidamente registradas no Serviço de Economia Rural do Ministério da Agricultura, 1.046 Associações Rurais congregando cento e quarenta e três mil duzentos e trinta e cinco associados o que é um índice da expansão do associativismo rural entre nós.

NOVAS ASSOCIAÇOES RURAIS

O Sr. Ministro da Agricultura, Dr. Costa Porto, assinou portarias, reconhecendo mais as seguintes Associações Rurais:

a — Associação Rural de Campestre, Estado de Minas Gerais, sob o n.º 948, série A. R
b — Associação Rural de Taperoá, Estado do Paraná, sob o n.º 949, série A. R.

ASSOCIAÇOES RURAIS REGISTRADAS NO S. E. R.

Acham-se devidamente registradas no Serviço de Economia Rural do Ministério da Agricultura 1.046 Associações Rurais assim distribuidas

Acre	2
Amazonas	17
Pará	30
Amapá	4

Maranhão	68
Piauí	33
Ceará	91
Rio Grande do Norte	49
Paraíba	25
Pernambuco	88
Alagôas	17
Sergipe	39
Bahia	51
Espírito Santo	18
Minas Gerais	77
Rio de Janeiro	57
Distrito Federal	2
S. Paulo	137
Paraná	59
Santa Catarina	56
Rio Grande do Sul	79
Mato Grosso	11
Goiás	26

SOCIEDADE CEARENSE DE AGRONOMIA

Foi empossada, para o biênio 1955-1956, a seguinte diretoria eleita na Assembléia Geral de 14-12-1954:

Presidente — Rui Simões de Menezes
Vice-Presidente — David Felinto Cavalcanti
1.º Secretário — José Luciano Domingos Campos
2.º " — Diogenes Cabral do Vale
1.º Tesoureiro — Francisco Gerardo de Souza
2.º Tesoureiro — Melquíades Pinto Paiva

Conselho Fiscal:

Hugo Lopes Mendonça, José Dario Soares, Roberto Bezerra de Menezes.

Conselho de Honra:

José Aristóbulo de Castro, José Guimarães Duque, Manoel Mateus Ventura, Prisco Bezerra e Renato de Almeida Braga.

FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES RURAIS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Foi eleita e empossada a seguinte diretoria para o triênio 1955-1957:

Diretoria

Presidente — Paulo Fernandes
1.º Vice-Presidente — Francelino Bastos França
2.º " " — Carlos Freitas Quintella
1.º Secretário — Elias de Araujo
2.º " — Julio Ferreira da Silva
1.º Tesoureiro — Manoel da Silva
2.º " — Humberto Chaves.

Diretores Técnicos

Alberto Ferraz, Joaquim Sisino Rocha e Evaldo Saramago Pinheiro.

Conselho Deliberativo

Membros efetivos: Francisco Mesquita da Silveira, Lincoln Barbosa de Castro, José de Oliveira Pereira Filho, Darcy Alves Branco, Plinio Figueiredo Silveira, Mario Salles, Alberto Ravache, Sebastião Rodrigues França, Galileu Ribeiro Guimarães, Kalil Khede, Antonio Dias Rosa, Olimpio Cardoso da Silveira Filho, Lucio André da Silva, Roque Batista dos Santos e Simão Cyro Moreira.

Membros suplentes — Waldemar Lima Teixeira, Vicente Vasconcelos, Tiago de Oliveira Vargas, Manoel Luterback Nunes, Adalberto Alves, Francisco Ferreira Rocha, Nilo Ferreira Torres, José Fernandes Barrócas, Roberto de Oliveira Castro, Arthur Reis de Carvalho, Hermes Pereira Ferro, Soffer Lanes, Mariano Tavares de Paiva, Antonio Vieira de Macedo

Comissão Fiscal

Membros efetivos — Alvaro Pereira de Almeida, Gentil Manoel de Mendonça e José dos Santos Filho.

Membros suplentes — Plinio Bastos de Barros, Etelvino da Silva Gomes e Paulo de Moura Carijó

ASSOCIAÇÃO FLUMINENSE DE AVICULTURA

Para dirigir a Associação Fluminense de Avicultura em 1955 foi eleita a seguinte diretoria:

Diretoria

Presidente — Heitor de Souza Quartin Pinto
Vice-Presidente — Sven Hoenegaard
1.º Secretário — Dr. Haroldo Vieira de Vasconcelos
2.º " — Fernando Arruda Pereira de
1.º Tesoureiro — José Marques Lins
2.º " — Oswaldo da Costa Frias

Comissão Fiscal

Dr. Marcelo Brasileiro de Almeida, Francisco Fonseca e José Alencar de Souza. **Suplentes:** Comte. Moacyr Denizot Bandeira, Homero Manoel Pereira e Nelson Evangelista do Carmo.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE CONSERVAÇÃO DO SOLO

E a seguinte a Diretoria eleita em janeiro, para dirigir os trabalhos da referida sociedade:

Presidente: Antonio Bento Ferraz
Vice-Presidente — Guido Cesar Rando
1.º Secretário — José Gomes da Silva
2.º — Nelson de Souza Rodrigues
1.º Tesoureiro — Eugenio Belotti
2.º " — Rubens Tellechea Clausel

Conselho Fiscal

Dario Meireles, Renato Costa Lima e João Quintiliano de Avelar Marques — **Suplentes:** Francisco Figueiredo Barreto e Mario Borgonovi

FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES RURAIS DO AMAZONAS

Realizou-se, em Manaus, no fim do mês de Abril, a solenidade de posse da primeira diretoria da Federação das Associações Rurais do Estado do Amazonas. Foi empossado presidente da nova Federação o Dr. Waldemar Cardoso que, sem dúvida, envidará todos os esforços para o desenvolvimento do associativismo rural naquele Estado do Norte do país.

LIVROS E PUBLICAÇÕES

(Comentários pelo Eng. Agr. GERALDO GOULART DA SILVEIRA, Redator Técnico de A LAVOURA)

Boletim Fluminense de Agricultura
Ano 3 — N.º 35 — 195

O Boletim Fluminense de Agricultura, editado pela Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio do Estado do Rio, é uma publicação periódica destinada a divulgar não só conhecimento sôbre Agricultura, Veterinária e Higiene Rural como também estabelecer permanente contacto entre a Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio e os que exercem, no Estado do Rio, atividades agropecuárias.

No número 35 dêste Boletim destaca-se o trabalho "Avaliação química da fertilidade do solo", de autoria do Eng. Agrônomo Moacyr Pavageau. Trata-se de uma conferência que o referido técnico fêz, de uma maneira brilhante, no Curso de Morfologia, Classificação, e Cartografia de Solos, realizado no período de fevereiro/março do ano passado, no Instituto de Ecologia e Experimentação Agrícola, sob a direção do Prof. Dr. Luiz Brandão, Pedologista da F.A.O.

Para obtenção do referido Boletim os agricultores fluminenses devem dirigir-se à Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio — Alameda São Boaventura 770 — Niterói.

Boletim Bibliográfico Agrícola
Ministério da Agricultura da Espanha

N.ºs 27, 28, 29 e 30 de 1954 e 29 de 1953.
Trata-se de uma oportuna publicação para ser consultada por aqueles que se interessam pelos estudos agropecuários, pois cada número traz, não só a biografia de um agrônomo ou veterinário, como também comentários sôbre livros novos, artigos e folhetos publicados sôbre assuntos relacionados com a agricultura e a pecuária.

Revista de Agricultura
Vol XXX — N.ºs 1 — 2 — 3
Janeiro, Fevereiro e Março de 1955

Trata-se de uma publicação bimensal de ensinamentos teóricos e práticos.

No presente número encontram-se artigos assinados por técnicos de valor como Prof. Arthur Tôrres Filho, Alceu de Arruda Veiga, A. Aparecido Neves, Luiz Gonzaga E. Lordello, Armando Conegin e Hermano Vaz de Arruda, Otto Lyra Schrader, R.A. Catani e J. Romano Gallo, H. Vaz de Arruda.

O endereço da referida revista é: Caixa Postal 60 — Piracicaba — Estado de S. Paulo.

Boletim de Informacion del Ministerio de Agricultura — Madrid

Recebemos vários números do "Boletim de Informacion del Ministerio de Agricultura" editado pela Seccion de Capacitacion da Direccion General de Coordinación, Credito y Capacitacion Agrária, do referido Ministério.

Cada número mantém seções especializadas sôbre agricultura, colonização, pecuária, patrimônio florestal, crédito agrícola e outras, além de informações sôbre a agricultura mundial.

Boletim Informativo — Ciudad de Trujillo
Ano XII — N.º 96 — Novembro de 1954

O referido boletim é o órgão das Câmaras Oficiais de Comércio, Agricultura e Indústria da República Dominicana.

Paraná Econômico
Ano II — Março-Abril de 1955 — N.º 24-25

Está magnífico êste número de "Paraná Econômico", que é uma edição comemorativa de seu segundo universário. Trata-se de uma publicação periódica da **Federação do Comércio do Estado do Paraná**.

Agros — Boletim dos Estudantes de Agronomia e Silvicultura
Ano XXXVI — Set/Dez. 1954 — N.ºs 5 e 6

O referido Boletim, que traz sempre oportunas contribuições é publicado pela Associação dos Estudantes de Agronomia, do Instituto Superior de Agronomia, de Tapada da Ajuda, Lisboa, Portugal.

Publicações do Extension Service — Institute of Agricultural Sciences
State College of Washington — Pullman, Washington

Entre as ultimas publicações editadas pelo Extension Service, destacam-se as seguintes:

a) — **Sudan Grass in Washington**
Extension Miscellaneous Publication n.º 32 — Fevereiro de 1955.

b) — **Test with corn — 1955**
Extension Circular 252 — Janeiro de 1955

c) — **Force molting hens for commercial egg production.**
Extension Bulletin 323 — Fevereiro de 1955

O Pioneiro
Ano I — 2.ª quinzena de março de 1955 N.º 7

Interessante quinzenário editado pela Companhia Belgo-Mineira

Fauna
Ano XIV — N.º 3 — março de 1954

Trata-se de uma antiga e conceituada revista sôbre pesca, caça, cães, tiro, aventuras e fauna em geral

O endereço da redação e administração é: Caixa Postal 4 029 — S. Paulo

Diversos

Recebemos e agradecemos as seguintes publicações:

a) — **Iowa Farm Science**
Vol. 9 — n.º 9 — março de 1955. A revista é editada pela Iowa State College Ames, Iowa, Nited States

b) — **Vita**
Trata-se de uma revista mensal editada pela Confederação de Alimentação Belga. O endereço de sua administração e redação é: 55, Rua de La Loi Bruxelles.

c) — **Revista de Tecnologia das Bebidas**
Ano VII — N.º 2 — Outubro de 1952
E' uma antiga revista que trata de assuntos relacionados com a ciência, a técnica, a economia e a legislação sôbre bebidas.

Trabalho e oração
Prof. Humberto Grande
Janeiro de 1955

O folheto, contendo 16 capítulos, cada um dêles encarando o trabalho sob um aspecto, é de autoria do Prof. Humberto Grande, Procurador-Geral da Justiça do Trabalho. E' o seguinte o índice do folheto: 1 — O trabalho e a oração; 2 — Trabalho e espírito; 3 — Trabalho e filosofia; 4 — Trabalho e amor; 5 — Trabalho e meditação; 6 — Trabalho e contemplação; 7 — Trabalho e humildade; 8 — Trabalho e fé; 9 — Trabalho e mística; 10 — Trabalho e religião; 11 — Trabalho e sofrimento; 12 — Trabalho e agonia; 13 — Trabalho e velhice; 14 — Trabalho e morte; 15 — Trabalho e alegria; 16 — Trabalho e felicidade.

Notícias bibliográficas — N.ºs 20 e 21
Serviço de Informação Agrícola
Ministério da Agricultura

Visando oferecer, especialmente aos servidores do Ministério da Agricultura sediados no interior a oportunidade de acompanharem o progresso científico, pelo conhecimento do que se publica no país e no estrangeiro, o Serviço de Informação Agrícola do Ministério da Agricultura publica, periòdicamente, o folheto "Notícias Bibliográficas", onde se encontram, também, outras notas oportunas, tais como a relação das últimas obras catalogadas pela sua biblioteca e comentário da legislação agrícola catalogada pela Seção de Documentação.

O loteamento das estradas e a agricultura
Christovam Ferreira de Sá
S. Paulo — 1954

Em um folheto de 44 páginas, o autor, Presidente da Campanha Associativa de Proteção à Natureza analisa importantes questões relacionadas com o uso e a proteção da terra, tais como os loteamentos marginais nas grandes estradas; o impôsto imobiliário; as desapropriações onerosas para a construção das estradas; o loteamento agrícola que o autor considera mais conveniente para o país; os povoados e a lavoura; o reflorestamento nacional; o impôsto territorial, etc. No primeiro capítulo, subordinado ao título "O loteamento das estradas e a agricultura" o autor analisa de uma maneira segura, o inconveniente dos loteamentos marginais das grandes rodovias, que em lugar de favorecer o desenvolvimento da agricultura, vêm concorrendo cada vez mais para dificultá-la, não sòmente porque tais áreas não permitem o aproveitamento do solo (10 x 30 ms. ou 10 x 50 ms.), como também porque trazem como consequência a elevação astronômica do preço da terra. Com a mesma clareza o autor aborda todos os outros capítulos.

Impôsto ou confisco?
Mário Bonchardet

O Sr. Mário Bonchardet, sócio da Sociedade Nacional de Agricultura, pronunciou em Ubá, Estado de Minas Gerais, na sede da Associação Comercial local, no dia 21-9-1954, uma oportuna conferência, que despertou o mais vivo interêsse agora publicada em folheto, sob o título "Impôsto ou confisco". Analisa o autor, não só a cobrança do impôsto sôbre a renda, como também, outros impostos em vigor no país.

Seleções Agrícolas
Ano X — N.º 107 — Março de 1955

Recebemos mais êsse número de "Seleções Agrícolas" onde se encontram trabalhos assinados por Arthur Torres Filho, Leopoldo Pena Teixeira, Rui Simões Menezes, Oscar Lopes, João Brunini Henrique Raimo, A. Mies Filho, M.J Nowack, Hélio Damante, Oswaldo B. Menezes e Hugo de Almeida Leme.

Revista Militar da Remonta e Veterinaria
Ano XII — N.º 4

Recebemos o n.º 4, Ano XII, referente aos meses de Outubro de 1952 a março de 1953, da Revista Militar da Remonta e Veterinária, da Diretoria de Veterinária do Ministério da Guerra.

Memorandum
Vol. IV — N.ºs 1 e 2 (Janeiro e Fevereiro de 1955)

Recebemos mais êstes dois números de Memorandum, que é o Boletim da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (F.A.O.)

Algodon
Vol. 8 n.º 8

Recebemos este número de "Algodon" que é uma revista mensal da situação mundial do algodão publicado pelo Comitê Consultivo Internacional do Algodão, localizado em Washington com atualizados dados sôbre consumo, comércio internacional, preços, medidas oficiais relacionadas com o algodão, dados estatísticos, etc.

DITADURA CAFEEIRA

CLOVIS TEIXEIRA

É urgente o desenvolvimento, paralelo à cultura do cafeeiro, da cultura de plantas outras, mediante as quais possamos nos libertar da situação, por todos os títulos incômoda, de país cuja estabilidade econômica repousa numa só coluna, num só produto agrícola. Os centros de experimentação e pesquisas agronômicas possuem, notadamente no Estado de São Paulo, elementos obtidos em trabalhos inteligentemente conduzidos, conclusões reveladoras de real capacidade, graças aos quais podemos inaugurar uma nova política na agricultura, isto é, inaugurar diretivas que nos conduzam sem mais perda de tempo para a previdente policultura. A'ciência agronômica, o fomento agrícola e a classe dos agricultores devem conjugar esforços no sentido de libertarmos nossa terra da triste contingência de mendigar preços para um produto agrícola num país cujos produtos industriais nos são vendidos em estranhíssima manifestação de boa vizinhança... Vizinho todo-poderoso, do qual até, mesmo, o cumprimento nos sai caro... Trouxemos para cá, a fim de lhes dar larga e humilhante satisfação, as donas de casa, enquanto os donos da Casa riam-se de nossa infantilidade...

Por mais extranho que pareça, partiu de um jornal norte-americano a advertência quanto à monocultura cafeeira, entre nós. O jornalista da terra de Tio Sam nos aconselha, generosamente, a enveredar pelos caminhos esclarecidos da policultura. De lá, mesmo, da pátria de Washington, alertou-nos um técnico agrícola acêrca da forma, brutal, suicida, com que exploramos os nossos recursos florestais, com que nos valemos dos recursos postos à nossa disposição pela generosa Mãe Natureza. Esse técnico das plagas atômicas prevê, para nós, o lugar pouco desejável de Índia da América do Sul, o que, trocado em miúdo, significa terra de muita gente e pouco alimento...

Rumando, decisivamente, para a policultura, saibamos, em primeiro lugar, reconquistar para a produção agrícola as terras, presentemente esgotadas, mais próximas, mais acessíveis aos meios de transporte, fazendo da menor distância para os portos de embarque um fator a mais no combate aos produtos gravosos. Para isso, a prática da adubação verde se impõe. Estendamos sôbre os campos o tapête mágico das leguminosas (guandú, feijão de porco, crotalaria, etc.), revitalizadoras dos solos esgotados, dos solos explorados irracionalmente, ou melhor — depredados! Adquirida, por assim dizermos, a mentalidade da adubação verde, deveríamos, em seguida, praticar a rotação de culturas, emprestando à nossa atividade agrícola características das quais, no instante presente, se ressente, e que constituem, em seu todo, a base do sucesso. Reflitamos, um instante, compenetrando nos de que na rotação de culturas tiraremos melhor proveito dos adubos empregados, diminuiremos, pela alteração do meio, os ataques de pragas, consumindo, pois, menos inseticidas, além de apreciável redução nos gastos com a mão-de-obra.

No concernente ao papel da mata, das formações florestais, na agricultura, papel êsse que consideramos de importância transcendental, atentos estejamos ao exemplo dado pelos belgas: — no Congo Belga estão abrindo corredores no seio da floresta para que as culturas sejam conduzidas em melhores condições de ambiente, sem grandes agravos às leis da natureza. Ora, plantas assim cultivadas não deixarão de produzir colheitas altamente econômicas, porquanto reagirão mais favoràvelmente aos tratos culturais, compensarão na quantidade e na qualidade dos produtos os gastos com fertilizantes, e, o que é sumamente interessante, menores despesas acarretarão com o combate às doenças e pragas.

É urgente, e imprescindível, enfim, radical mudança de rumos na agricultura brasileira. À experimentação e pesquisas agronômicas, secundadas pelo fomento agrícola, caberá traçar diretivas outras, libertando-nos, ainda que tarde, dessa inquietadora condição de país, de coletividade, acorrentado — econômica, financeira e socialmente — ao pé de café!

PRODUTIVIDADE DOS MARES TROPICAIS

RUI SIMÕES DE MENEZES
Biologista.

Tem ocupado os pesquisadores o tema da produtividade dos mares tropicais, em confronto com os nossos temperados e árticos. A maior parte, até pouco tempo, afirmava serem êsles mares mais produtivos que os tropicais. Sem embargo, Graham & Kesteven (1954) citam técnicos sustentando serem as águas tropicais mais produtivas do que pensamos, pois:

(1) As temperaturas mais altas das águas tropicais determinam taxas mais elevadas de metabolismo, havendo aceleração dos processos biológicos e encurtamento do ciclo vital. Conseqüentemente, há mais colheitas por unidade de tempo, nas águas tropicais, do que nas temperadas, e a produção total por um período de tempo poderia, de fato, ser mais alta naquelas águas. Nas águas tropicais aceleram-se os processos vitais com desenvolvimento muito rápido de ovos e larvas e casos numerosos de ciclos biológicos surpreendentemente curtos.

(2) Na faixa tropical, há capturas fenomenais de pescado — foz do rio Rokan (Sumatra, Indonésia), costa ocidental da India, Ilhas Galápagos (atuns), Golfo do México (camarões) e nas costas do Chile e do Peru (caso especial, associado aos efeitos da corrente de Humboldt).

A respeito dêste último ponto, citamos casos de produtividade nos mares do Nordeste brasileiro:

(1) No Ceará, em novembro de 1928, uma lancha a gasolina, da firma Deodato Martins & Cia., pescou cêrca de 1.300 pargos (Pargus?; Fam. Lutjanidae,) em 4 a 5 dias.

(2) No Ceará, em 1952, a produção de pescado dos municípios litorâneos foi de 2.678 toneladas; em 1954, as colônias de pescadores da mesma região capturaram 6.345 ton. É preciso notar que, tanto quanto sabemos, não houve melhoria tecnológica (embarcações, aparelhos e métodos de pesca, armazenamento e distribuição do pescado) à qual pudesse ser atribuido o aumento verificado. Provàvelmente, cresceu o número de embarcações e o número de homens-hora empregados nas atividades pesqueiras.

(3) Nas proximidades de Barreirinha Maranhão, um barco do Sr. Oliver Nottingham, de Fortaleza, em 1954, com o trabalho de 6 pescadores de linha, em quatro horas, capturaram 1.300 kg. de pescado. .

As dificuldades crescentes no abastecimento de proteínas animais no Nordeste e Leste Setentrional (Maranhão à Bahia) impõem intensificação da pesca nos mares regionais. Além de medidas de ordem econômica e tecnológica, cumpre não olvidar as de ordem biológica — que asseguram o suprimento do pescado sem prejuízo da renovação dêsse recurso natural.

O Centro de Cooperação Científica da UNESCO (Organização das Nações Unida para Educação, Ciência e Cultura) para a América Latina convocou uma Reunião de Técnicos de Biologia Marinha em Concepción (Chile), de 15 a 17/9/1954, a qual compareceram, pelo nosso País, os Professôres Drs Paulo Sawaya (Faculdade de Filosofia, Univ de São Paulo) e Joaquim Ribeiro de Moraes (Instituto de Pesca Marítima, Santos). Dentre outros pontos, recomendou a Reunião que a UNESCO convoque uma reunião de delegados oficiais dos países latino-americanos interessados nos estudos de Biologia Marinha com a finalidade de construir uma rêde de instituições dedicadas a essas atividades na América Latina.

Com respeito a este ponto, na costa brasileira ao norte do Rio de Janeiro, temos apenas a Estação de Biologia Marinha, da Universidade do Recife, construida a 10 km ao sul da capital pernambucana, e ainda sem funcionar. O Maranhão e a Bahia são outros Estados que, de futuro, deverão ser dotados de estações dêsse tipo.

Os institutos e estações de Biologia Marinha, como reconheceram os técnicos na Reunião de Concepción, são fundamentais para o desenvolvimento e progresso das indústrias pesqueiras. As condições mínimas trabalho dessas entidades seriam: "determinação de temperatura, salinidade e oxigênio dissolvido, colecionamento de plancton (organismo flutuando ao sabor da correnteza (com pequena capacidade de movimento) bentos (organismo do fundo) e necton (organismo com autonomia de movimentação como os peixes) e registro de observações biológicas que se lhe indiquem. Equipamento mínimo: edifícios com uma sala de trabalho e um depósito, dotados dos elementos de trabalho necessários para as tarefas mínimas estipuladas, inclusive um microscópio; embarcação e bibliografia fundamental própria Pessoal: um biologista e um ajudante capacitado a efetuar as determinações químicas indicadas".

Com a execução de tal esquema de trabalho, em duas ou três estações de biologia marinha, ao norte do Rio de Janeiro, é lícito prever a melhoria das condições de "conhecimento insuficiente da fauna costeira do Brasil", mencionadas por Ekman (1953). Segundo Le Gall (1951), o hemisfério Sul contem vastas reservas latentes de peixe, que nunca foram tocadas, de acôrdo com os cruzeiros de pesquisa cumpre à ciência demonstrar quais as áreas marinhas que podem ser usadas na certeza de capturar bastante pescado a fim de cobrir as despesas das operações pesqueiras e de produzir lucro substancial. Thompson (1951) considera possível lograr um aumento considerável na produção de mariscos nos mares mais quentes, citando a produção de lagostas na Africa do Sul no período anterior à II Guerra Mundial — 227 toneladas/ano — e em 1947 — 3.175 ton/ano. Mather & Day (1954) verificaram que os mares do Nordeste do Brasil produziram mais peixe e maior variedade de espécies que duas outras áreas do Atlântico

VALOR DAS ASSOCIAÇÕES

HOMENAGEM DA ASSOCIAÇÃO RURAL DE CAÇAPAVA AO CENTENÁRIO DA CIDADE

Por ANTONIO GUEDES TAVARES

Sempre existiu e existirá o movimento associativo, para que também exista o direito das reivindicações de classe.

A Sociedade Nacional de Agricultura foi fundada em 1897, e reconhecida de utilidade pública em 1918, depois de ter prestado inestimáveis serviços a lavradores nela inscritos, e de ter dado ao Govêrno da República competentes ministros da Agricultura. E não é só essa a defensora dos homens do campo. A Sociedade Rural Brasileira, a Sociedade Mineira da Agricultura, e as agora filiadas às Federações dos Estados, e por meio destas, à Confederação Rural, da mesma forma se bateram e se batem pelo desenvolvimento agropecuário, atendendo sempre às solicitações dos seus associados.

Caçapava já possuía várias e bem organizadas associações, mas nenhuma que representasse a lavoura. E eu pensei na conveniência de se fundar a que, quando necessário, intercedesse junto aos Poderes Públicos em favor dos agricultores do Município.

Um ruralista, como se sabe, isoladamente nada obtém. No entanto, o representante de uma agremiação de centenas ou milhares de agremiados, atravessa diplomàticamente todos os obstáculos que se lhe antepõem, e consegue os favores pleiteados.

Iniciei, então, conversações relativamente ao assunto, sem conseguir, entretanto, convencer aquêles que mais se deveriam interessar por essa realização. Sempre o desânimo, sempre a indiferença. Ninguém calculava os valiosos benefícios que êsse órgão representativo da classe agrícola iria trazer aos seus componentes.

Por meio de um ofício da Federação das Associações Rurais do Estado de São Paulo, há poucos anos, assinado por Clóvis Sales Santos, hoje o seu digno presidente, que estava a par das minhas tentativas, foi-me feito o apêlo para que continuasse na luta até se poder consolidar êsse ideal. E eu continuei, mas infrutìferamente.

O tempo marchava na sua rotina habitual, quando um matutino paulista me cientificou da realização de uma reunião de produtores de leite e de arroz, em São José dos Campos, à qual compareceram associações rurais de diversos municípios do Vale do Paraíba, exceto do de Caçapava que era e é tornado por valiosas culturas.

Despertado por essa notícia, a um novo esfôrço, recorri à imprensa. Tomei duas colunas do jornal "O Povo", gentilmente cedidas pelo seu diretor, e publiquei, em Novembro de 1947, o trabalho intitulado "O valor do associativismo", dizendo do meu sentimento pela a ausência da nossa representação oficial nesse certame.

Dias depois, nos reunimos no salão nobre do Clube Literário, em sessão preparatória, com freqüência além da exigida por lei, na qual fui dedicadamente auxiliado pelos distintos secretários professor José Francisco Simões dos Santos e José Alcantara Teles.

Com a assembléia legalmente constituída e, portanto, com poderes soberanos, convoquei nova reunião, para uma hora após a primeira, na qual se procedeu à leitura dos estatutos e à eleição da diretoria, em chapa única, que apresentou o Dr. Joaquim de Barros Alcantara, para presidente; Antônio Guedes Tavares, para 1.º vice-presidente; José Francisco Teixeira, para 2.º vice-presidente; José Francisco Simoes dos Santos, para 1.º secretário; João Batista Freire, para 2.º secretário; José Alcantara Teles, para 1.º tesoureiro; José Noronha Ferraz, para 2.º tesoureiro; José Galvão de França Rangel, José Benedito de Alcantara Filho, Laurentino Marcondes, para o Conselho Fiscal e José Gazola, Benedito Simões dos Santos e Ciro Manoel Cembranelli, para suplentes.

O Sr. Antônio Guedes Tavares, alegando residir na cidade de Santos, solicitou, muito contra a sua vontade, a exoneração de 1.º vice-presidente, quando foi, então, empossado nesse elevado cargo, o Sr. José Benedito de Araújo Filho.

Assim, depois de decorridas cinco horas de um trabalho contínuo e estafante, no dia 12 de Setembro de 1948, estava fundada a Associação Rural de Caçapava, a contento geral.

Atualmente governam esta nossa prestimosa Associação Rural de Caçapava, já devidamente registrada no Ministério da Agricultura, a conceituada diretoria composta dos Srs. Braulio Inocencio da Mota, presidente; José Noronha Ferraz, 1.º vice-presidente; Ciro Manoel Cembranelli, 2.º vice-presidente; Francisco Paulino Vasconcelos, 1.º secretário; Vicente Belini, 2.º secretário; José Alcantara Teles 1.º tesoureiro; João Nelson Molina, 2.º tesoureiro, tendo no Conselho Fiscal e suplentes, respectivamente, os Srs. Silvio Franco de Siqueira, José Gazola, Francisco Miranda Campos, Carlos Raimundo da Silva, Agenor Nogueira do Amaral e José Dionizio Braga.

Que Deus a conserve em franco progresso, é o que sinceramente desejo.

(Transcrito do "O Centenário", de Caçapava, de 14/4/55)

2.º CURSO DE FORMAÇÃO COOPERATIVISTA DA DINAMARCA

Cooperativistas vindos de 20 países da América Latina, do meio e do próximo Oriente, freqüentaram um curso de formação cooperativa organizado em Copenhague pelo Bureau Internacional do Trabalho, as Nações Unidas, e a FAO, com a colaboração do Govêrno Dinamarquês. O curso, iniciado a 11 de Outubro, é o 2.º de sua espécie, sendo o 1.º, no ano precedente, também sob o patrocínio das Nações Unidas e do Govêrno Dinamarquês — organizado para os cooperativistas dos países asiáticos.

O curso tinha por objetivo dar aos participantes um ensino teórico e prático sôbre o movimento cooperativo, seus princípios, sua evolução, suas possibilidades e seus métodos, assim como sua aplicação, à luz das experiências dinamarquesas, e no desenvolvimento econômico de diferentes países.

Os participantes do curso, foram escolhidos entre pessoas qualificadas em matéria de cooperação, ocupando cargos variados que lhes permitiriam favorecer o desenvolvimento do movimento cooperativo em seus países.

Contava-se entre êles funcionários superiores dos Departamentos de Assistência ao Cooperativismo, e dos dirigentes de Federações e Uniões dos diferentes países.

As conferências pronunciadas por técnicos dinamarquêses e internacionais, foram seguidas de discussão de grupo, estudos no local, visitas a emprêsas cooperativas por tôda extensão da cidade.

O programa do curso foi estabelecido sob a base dos grupos, obedecendo aos seguintes assuntos:

Introdução

1 — Objeto e histórico do curso.
2 — Estudos geral do movimento cooperativista na Dinamarca.
3 — Estudo dos problemas cooperativos no âmbito internacional.
4 — Declaração dos participantes com respeito aos problemas cooperativos nos seus países respectivos.
5 — Exame destas declarações. Os problemas cooperativos e as atividades das Instituições Internacionais

B) *Informações gerais sôbre a Dinamarca*

1 — A Economia Dinamarquesa
2 — Agricultura Dinamarquesa.
3 — A instrução na Dinamarca.

C) *Princípios gerais, métodos e prática do cooperativismo*

I — *Legislação e relações com o Estado*

1 — Legislação cooperativa.
2 — Estudos jurídicos das coop. dinamarquesas.
3 — Atividades do Estado em matéria de cooperativismo.

II — *Problemas particulares concernentes aos métodos e prática da cooperação*

4 — Criação do cooperativismo — pesquisas e planos preliminares.
5 — Financiamentos das Cooperativas.
6 — Financiamento das cooperativas na Dinamarca.
7 — Fiscalização e verificação de contas — Experiências realizadas na Dinamarca.
8 — Os problemas de especificação e de centralização.
9 — Cooperativas de cultura.
10 — Cooperativa de venda em comum nos países pouco desenvolvidos.
11 — Experiências adquiridas pelo movimento cooperativo na luta contra os monopólios.

III — *Educação Cooperativa.*

12 — Educação cooperativa.
13 — Experiências dinamarquesas em matéria de educação cooperativa
14 — Escolas cooperativas nos países nórdicos.
15 — Métodos de difusão do cooperativismo nos países pouco desenvolvidos.
16 — Experiências interessantes vividas pelos Institutos de Pesquisas, e os Centros de Cooperativismo.

IV — *Relações inter-cooperativas, relações com outros movimentos, etc.*

17 — Criação e papel das Uniões e Federações.
18 — Relações entre o movimento cooperativo e outros movimentos (Aquêles por exemplo que se ocupam da Assistência Social, da Educação dos trabalhadores, Sindicatos, etc.)
19 — Relações entre os diferentes tipos de Cooperativas.
20 — Cooperativismo internacional e as organizações cooperativas internacionais.

D) *As diversas formas de cooperação especialmente as encontradas na Dinamarca*

1 — Cooperativas de consumo.
2 — Cooperativas de consumo (armazéns centrais de Abastecimento).
3 — Leiterias cooperativas
4 — Outras cooperativas de venda em comum, agrupando produtores.
5 — As cooperativas agrícolas da Dinamarca.
6 — Outras cooperativas Dinamarquesas de compra em comum.
7 — Generalidades sôbre o mercado Dinamarquês de crédito.
8 — As cooperativas de crédito na Dinamarca.
9 — Bancos Cooperativos.
10 — Cooperativas de Seguro.
11 — Armazéns internacional scentrais cooperativos de abastecimentos.
12 — O cooperativismo entre os trabalhadores.
13 — Coop. de habitação.
14 — Coop operária de produção.
15 — Coop. de pescadores.
16 — Aspectos do cooperativismo na Suécia
17 — Apanhado geral sôbre as cooperativas de crédito na Finlândia.

E) *Discussões gerais.*

(Serviço de Economia Rural — Ministério da Agricultura)

COMO MELHORAR A PRODUÇÃO DO LEITE

ELVINO ALVES FERREIRA
Agrônomo

Tomando-se um rebanho leiteiro ao acaso, há, de um modo geral, dois meios de aumentar a sua produção de leite:

a) melhorando-se a alimentação, o manejo, o trato, aumentando-se o número de ordenhas diárias, etc., e

b) selecionando-se e reproduzindo-se as suas vacas e novilhas com touro de aptidão para a alta produção leiteira, afim de obter-se, por êste modo, uma descendência de fêmeas de lactação mais elevada.

O primeiro é o melhoramento do meio e seus efeitos são mais rápidos, aparecendo logo na geração com que se trabalha. O segundo é o melhoramento genético, de resultados mais demorados, porém, tendentes para o aperfeiçoamento da raça. Pelo primeiro meio, obterá o criador aumento da produção leiteira; mas não logrará o melhoramento pròpriamente dito do rebanho.

Para as nossas condições atuais, dificilmente encontrar-se-á um rebanho onde não seja possível conseguir-se um aumento da produção pelo primeiro processo. Por isso, o melhoramento do ambiente, parece-nos ser o problema principal ou, pelo menos, básico primordial para nós. Daí, em nossa opinião govêrno e criadores vêm incidindo em grave êrro, gastando milhões e milhões de cruzeiros, importando há mais de 30 anos, grande número de reprodutores dos chamadas raças finas européias, sem cuidarem sèriamente dêsse outro aspecto da questão — a *preparação do meio*.

E, o que é pouco explicável, é que nem govêrno nem criadores desconhecem o problema. Ambos sabem que sem uma alimentação conveniente e farta, sem um bom manejo, sem instalações adequadas, sem eficiente defesa sanitária não será possível criar e explorar econòmicamente um rebanho leiteiro de alta qualidade.

No entanto, êste problema tem sido relegado ou deixado em um plano secundário, quando é primordial, repetimos.

Govêrno e criadores terão que enfrentá-lo primeiramente, ou pelo menos paralelamente, resolvendo-os em definitivo para poderem, em seguida, voltar sua atenção para o outro problema: o da exploração no nosso meio das raças finas, de alta produção, importando, então, a boa "semente", se é que ela, de fato, não possa ser encontrada entre nós. Temos, entretanto, feito o inverso; importamos a boa semente, a alto preço, sem dispor ainda de um terreno prèviamente preparado que garanta sua germinação, seu crescimento, sua produção e sua reprodução em boas condições.

Assim, entendemos que govêrno e criadores estariam trilhando um caminho mais certo se destinassem maiores quantias para serem empregadas na preparação do meio, melhorando principalmente as instalações, as pastagens, o manejo, as medidas de profilaxia animal e outros problemas internos dos criadores nacionais.

Falando mais objetivamente diremos que govêrno e criador, se realmente desejam melhorar as condições da *pecuária leiteira*, deveriam empenhar-se a fundo para aparelharem os chamados retiros, entre outras coisas com as seguintes:

I — INSTALAÇÕES

a) *Sala de ordenha*, ainda que rústica, mas atendendo aos principais quesitos higiênicos, com instalações de água, se possível, quente e fria para a limpeza dos utensílios e materiais de uso, bem como lavagem do ubre da vaca antes da ordenha.

b) *Pavimentação*, se possível, pelo menos, do curral de espera para a ordenha.

c) *Instalações*, mesmo que rústicas, que permitam a distribuição individual, de acôrdo com a produção, de rações suplementares de concentrados, de silagem, de cana, feno ou outras, quando usadas.

d) *Instalações* que facilitem o combate eficiente dos ecto-parasitos (carrapatos, bernes).

e) *Lactário ou "bezerril"* (para bezerros) o qual, além de satisfazer aos preceitos higiênicos oferece divisões e isolamento para os recém-nascidos.

II — DIVISÃO DAS PASTAGENS — A fim de organizar-se a rotação das pastagens, subdividir os campos, por exemplo, da seguinte maneira:

a) Três a quatro pastagens para as vacas em lactação, de modo a estabelecer-se, periòdicamente, a sua passagem em cada um dêles, enquanto os três outros se refazem da tosa e pisoteio.

b) Igual número de "pastinhos" destinados aos bezerros em aleitamento separando os de menos de 3 meses de idade dos outros maiores.

c) Um pasto maternidade, próximo ao retiro, para onde devem ser trazidas as vacas em adiantado estado de gestação e onde devem parir sob vigilância do encarregado do retiro.

d) Pastos para as demais categorias de bovinos, bem como os animais de serviço que não devem ser soltos em comum com as vacas nem bezerros.

III — MELHORAMENTO DOS PASTOS — Além dos serviços de conservação e limpeza dos pastos, torna-se, em geral, necessários mais os de seu melhoramento; isto é, o solo exige corretivos e adubos e, por vêzes, drenagem ou irrigação para poder oferecer

forrageiras de rendimento e teor alimentícios melhores.

IV — PRADOS E CULTURAS FORRAGEIRAS — A fim de assegurar-se ao rebanho uma alimentação farta e equilibrada durante todo o ano, precisa o criador preparar prados e culturas de forrageiras especiais que forneçam os alimentos necessários a formular as rações nas épocas de escassez e de maus pastos (inverno — estação sêca).

Tais prados devem ser formados por gramíneas e leguminosas que melhor se adaptem às condições locais, para que possam fornecer: verde destinado à mangedoura; feno ou silagem de boa qualidade e em abundância.

Os canaviais, mandiocais, batatais, etc., se forem capazes de fornecer a forragem a baixo preço, prestam excelentes serviços visto serem aceitos com avidez pelos animais e servirem para completar a ração dos concentrados.

Quanto tivermos evoluido até êste estágio, é que poderemos pensar em raças finas, aperfeiçoadas. Mas, dirão os criadores, não podemos suportar tamanhas despesas. Parece-nos que realmente estamos dentro de um ciclo vicioso. É, sem dúvida, necessário quebrá-lo, rompê-lo para avançar a nossa *pecuária de leite*. É, por isso, que dizemos que aqui está o ponto para onde devem convergir a influência e a ação dos poderes públicos para ajudar os criadores com auxilios, favores e subvenções, tais como: prêmios, assistência técnica, facilidades de créditos baratos, etc.

Supomos que sòmente dêste modo o problema será solucionado, pois todo criador sabe, de experiência própria, que a produção de leite aumenta consideràvelmente, quando pode oferecer melhor pasto às suas vacas quando pode mantê-las tranqüilas, caminhando pequenas distâncias para virem do curral ao estábulo e quando nestes, encontram ambiente confortável, sossêgo, quando tem retireiro caprichoso, hábil, paciente, etc..

Não é difícil, pois, conseguir que seu rebanho produza mais. É apenas uma questão de aplicação na prática das medidas que estamos apontando. Todavia, não deve êle contentar-se apenas em obter de suas vacas alguns litros mais de leite. Precisa, além disso, praticar a seleção de seu gado, eliminando os indivíduos de baixa produção de leite, conservando as melhores produtoras e sobretudo ,reproduzindo-as com um ótimo touro, porque sòmente assim estará alcançando ou caminhando para um melhoramento, pròpriamente dito.

Então, êste gado será altamente econômico, se fôr criado e explorado debaixo das condições que procuramos mostrar aqui isto é, sob um "meio" também melhorado.

Portanto, o criador inteligente sabe que deverá pôr em prática não apenas um, mas os dois processos inicialmente indicados para alcançar um gado de alta produtividade e que lhe assegure exploração leiteira realmente lucrativa.

AGRICULTURA VERSUS POLÍTICA

D'ALMEIDA GUERRA FILHO
(Especial para "A LAVOURA")

O fenômeno político que periòdicamente entrava a vida administrativa do país, volta a repetir-se. De novo soam os clarins dos homens de partido para uma nova luta em tôrno de princípios e de idéias.

Alheiados às competições partidárias, visando tão sòmente o estudo dos assuntos e problemas relativos à vida rural brasileira, o que desejamos, neste momento, é que o pensamento das nossas classes rurais não se afaste dos elevados princípios que as guiaram sempre, no exaurir da terra tôda a riqueza que ela oferece para o bem comum.

Não discutimos as razões e o sentido que inspiram a ebulição das várias correntes partidárias que se apresentam para a conquista da direção política e administrativa do Brasil, mas, entendemos que, acima de tôdas essas competições, estão os problemas econômicos nacionais que exigem — mais do que nunca — as atenções de quantos por êles trabalham e se esforçam, procurando conduzir a massa dos trabalhadores do campo para a realidade do momento, libertas de tais competições dispersivas do trabalho racional e produtivo.

É preciso evitar o dissídio e a confusão a que o entrechoque das ideologias conduzirá os nossos campônios, fomentando entre êles, uma luta que os desviará forçosamente de suas atividades em prol do desenvolvimento de suas terras e de seus produtos.

A visão de um futuro grandioso, em que tôdas as nossas fôrças econômicas, numa orquestração de ordem, de trabalho e de constante progresso, se harmonizem com os imperativos do nosso próprio destino, tão comprometido nêstes últimos anos, deve voltar a dominar o sentimento pátrio dos que aqui nasceram e a animar os que aqui vivem, entregues ao labor honesto e produtivo

E então, para que essa visão do "amanhã" se torne a realidade esperada, os homens que ainda crêm fervorosamente na capacidade brasileira, devem, o quanto antes, unirem-se a êsse movimento da mais salutar expressão patriótica, concorrente assim para o estabelecimento de novas e firmes diretrizes a fim de que possamos surgir aos olhos dos países mais adiantados do mundo, como uma sólida organização econômica, ditada pelo fortalecimento de nossa riqueza agro-pecuária.

Nesta hora, em que o pensamento brasileiro se encontra em meio de uma tormenta política de conseqüências imprevisíveis, a ação do homem do campo não deve perder aquela unidade de que tanto carece.

Em meio à encruzilhada inquietadora confiemos no espírito de operosidade e patriotismo dos nossos ruralistas. Olhemos o bem do Brasil, a sua segurança econômica, firmada na agricultura, na pecuária e na indústria rural, fontes de inexgotáveis recursos, para reafirmar o renome e o prestígio do nosso país entre os mais adiantados e ricos do mundo civilizado.

Oficinas Gráf. do "Jornal do Brasil", Avenida Rio Branco, 110/112 — Rio

A LAVOURA

FUNDADA EM 1897

ÓRGÃO OFICIAL DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA



Aspecto do churrasco oferecido aos membros da delegação da C. R. B. à Concentração Rural de Canelas, R. G. S., na Estação Experimental da Associação Rural local.

JULHO-AGOSTO, 1955

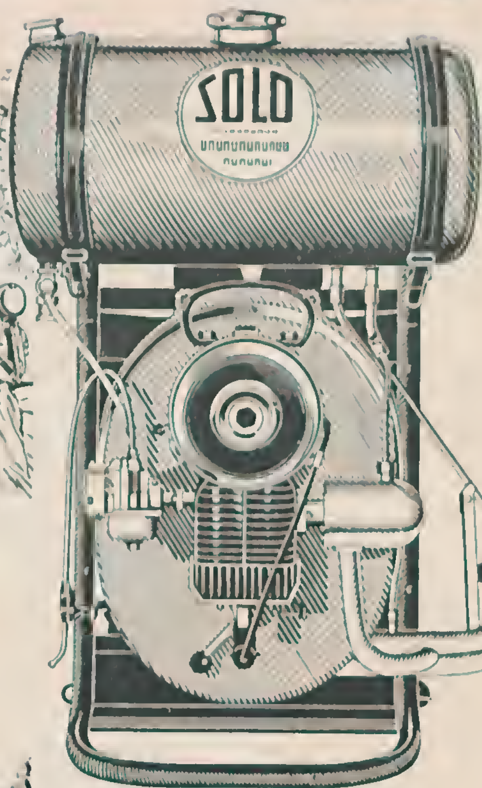
ANO LVIII

RIO DE JANEIRO — BRASIL



POLVILHAÇÃO
PULVERIZAÇÃO
NEBULIZAÇÃO





MOTO POLVILHADEIRA





Resultado da experiência dos agricultores de todo o mundo, os aparelhos SOLO para proteção das colheitas oferecem estas vantagens:

* *Manejo fácil.*
* *Depósito para 10 litros de pó ou liquido.*
* *Leve de ser conduzido às costas.*
* *Alcance do jato: cêrca de 15 metros.*
* *Pêso máximo do aparelho cheio: 25 quilos.*
* *Motor a gasolina de alta rotação e de pequeno consumo.*
* *Um só homem pode trabalhar 10 hectares por dia.*
* *Cobertura total das plantas.*
* *Ausência completa de trepidação.*
* *Assistência técnica-amplo estoque de peças.*

Distribuidores exclusivos

RIO - Sociedade Comercial e Industrial LASEC Ltda.
Av. Rio Branco, 81, 5.º andar

S. PAULO - Companhia Comercial Brasileira
Rua Alvares Penteado, 208-7.º andar



Carnaubeiras — Parnaiba, Piauí

SUMÁRIO

SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

Fundada em 1897

RECONHECIDA DE UTILIDADE PÚBLICA
PELA LEI N.° 3.549, DE 18 DE OUTUBRO DE 1918

Presidente Perpétuo	DR. MIGUEL CALMON DU PIN e ALMEIDA
Presidente Benemérito	DR. WENCESLAU BRAZ PEREIRA GOMES

DIRETORIA GERAL

Presidente	—	ARTHUR TORRES FILHO
1.° Vice-Presidente	—	LUIZ SIMÕES LOPES
2.° Vice-Presidente	—	EDGAR TEIXEIRA LEITE
3.° Vice-Presidente	—	ANTONIO DE ARRUDA CAMARA
1.° Secretário	—	FREDERICO MURTINHO BRAGA
2.° Secretário	—	ADAMASTOR LIMA
3.° Secretário	—	EURICO SANTOS
4.° Secretário	—	CINÉAS DE LIMA GUIMARÃES
1.° Tesoureiro	—	KURT REPSOLD
2.° Tesoureiro	—	OTTO FRENSEL
Secretário-Geral	—	LUIZ MARQUES POLIANO

DIRETORIA TÉCNICA

ALBERTO RAVACHE
ALTINO DE AZEVEDO SODRÉ
ANTONIO FRANCISCO MAGARINOS TORRES
ENIO LUIZ LEITÃO
GERALDO GOULART DA SILVEIRA
HONÓRIO DA COSTA MONTEIRO FILHO
JOÃO MAURICIO DE MEDEIROS
JOAQUIM BERTINO DE MORAES CARVALHO
MARIO DE OLIVEIRA

A SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA PARTICIPA EM CARÁTER PERMANENTE DOS SEGUINTES ÓRGÃOS:

Comissão Permanente de Exposições e Feiras (Ministério do Trabalho) — Dr. Alberto Ravache; Suplente, Luiz Marques Poliano; **Comissão Revisora de Tarifas** (Ministério da Fazenda) — Dr. Oswaldo Miguel Frederico Ballarin; **Conselho Consultivo da** E. F. Central do Brasil — **Dr. Altino de Azevedo Sodré; Comissão Permanente de Estradas de Rodagem** — Dr. Raul David de Sanson; **Instituto Brasileiro de Educação e Cultura** (Ministério das Relações Exteriores) — Dr. Luiz Simões Lopes; **Conselho Nacional de Aplicações dos Empréstimos Rurais** (Ministério da Fazenda) — Dr. Luiz Simões Lopes; **Conselho Permanente de Associações Americanas de Comércio e Produção** — Dr. Edgar Teixeira Leite; **Comissão Consultiva de Acordos Comerciais** (Ministério das Relações Exteriores) — Dr. Alberto Ravache; **Comissão de Política Agrária** (Ministério da Agricultura) — Dr. Luiz Simões Lopes. Suplente: Dr. Alberto Ravache

A LAVOURA

FUNDADA EM 1897

ÓRGÃO OFICIAL DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

ANO LVIII JULHO - AGÔSTO — 1955

ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EDUCACIONAL PELO CRÉDITO AGRÍCOLA SUPERVISIONADO

PROF. ARTHUR TORRES FILHO
Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura

Será dentro de uma fórmula que se adapte às condições sócio-econômicas do nosso meio rural que se alcançará a elevação do nível de vida dos populações rurais (80 % da populoção nacional) e o bem-estar rural. Contràriamente ao ceticismo dos que pouco conhecem da vida rural brasileira em seus aspectos sociais (que se tem modificado sensìvelmente nos últimos anos), pelo **crédito agrícola supervisionado** poder-se-á levar a assistência técnica e o ensino coletivo às comunidades do interior por meio de equipes treinadas. E, neste particular, merece referência especial a obra que a American International Association for Economic and Social Development (A.I.A.) tem, desde 1949, levado a efeito em Minas Gerais. Essa realização está merecendo o apoio do Govêrno daquele Estado. Seria para desejar que os métodos adotados, e que visam beneficiar sobretudo os pequenos agricultores, fôssem generalizados e assim lográssemos no País a melhoria da vida rural e a elevação da produtividade agrícola.

Através do **crédito agrícola supervisionado**, segundo os métodos norte-americanos e com os resultados que estão sendo obtidos entre nós, abrem-se perspectivas altamente promissoras para a economia agrícola.

A grande receptividade do meio agrícola para a obra educacional do ensino profissional de há muito foi evidenciada, como demonstram as **semanas para fazendeiro** (iniciativa dos profs. Rolfs e Belo Lisbôa, em Viçosa), as **semanas ruralistas** e os **clubes agrícolas do Ministério da Agricultura** (2.741 clubes em funcionamento). As **associações rurais**, por outro lado, evidenciam que o espírito de agremiação se desenvolve auspiciosamente nas classes rurais.

Deve-se registrar de forma especial, com a elevada compreensão do verdadeiro papel reservado ao **crédito agrícola** supervisionado na educação do rurícola, a obra que vem realizando pela sua carteira agrícola, o Banco Mineiro da Produção em favor do pequeno agricultor. Idêntica orientação vem seguindo o Banco do Estado de São Paulo. É de se assinalar a honorabilidade do agricultor em quem se observa haverem saldados os compromissos em mais de 90 %.

O Banco do Brasil, pela Carteira Agrícola e Industrial, vem alargando todos os anos suas operações, que se elevam a mais de 9 bilhões de cruzeiros e procura atender o pequeno agricultor até o limite de crédito de Cr$ 50.000,00.

Ao ressaltar a obra de reerguimento da agricultura pelo crédito agrícola supervisionado, desejo ainda focalizar a próxima criação do Serviço Social Rural, que colaborará com as instituições de crédito na sua precípua finalidade de assistência ao homem rural.

O BRASIL E OS ASPECTOS DO SÉCULO XX

SYLVIO NEVES

André Siegfried é um dos mais agudos e sensíveis sociólogos de nossos dias. Largamente conhecido em todo o mundo, inclusive no Brasil, onde já esteve, tem constante preocupação para essas mutações que se escondem, por vêzes, aos olhos do observador mais sagaz, porque encontradiças a todos os momentos e em tôdas as latitudes. Erudito quando necessita ser, André Siegfried representa em nossos dias certa corrente do pensamento francês na conceituação dos fenômenos sociais.

O mais recente trabalho do autor de *"Suez e Panamá"*, *"Aspects du XXe. Siècle"*, editado pelo Hachette, constitui tombamento assás expressivo e objetivo do que é exatamente o mundo contemporâneo e de como vive e trabalha o grupo social, em diferentes "idades" da nossa "época moderna". Interessa sobremaneira conhecer êsse pequeno livro, já que encerra revelações oportunas para a análise de alguns problemas brasileiros, por via indireta, alertar as classes dirigentes nos variados setores de suas atividades.

O século XX tem para Siegfried as seguintes "idades" : *"l'âge administratif, l'âge du secrétariat, l'âge de la publicité, l'âge de la rationalisation menagère, l'âge du tourisme, l'âge de la vitesse' l'âge des meridiens, l'âge du prototip, l'âge de la technique"*.

As "idades" administrativa e do secretariado completam-se de certa forma, e não podem deixar de merecer considerações de quantos trabalham em função do campo já que hoje se examina a produção, o consumo, o transporte, os mercados, os problemas de prêço, etc., não à luz do empirismo de outrora, mas de dados estatísticos e de estudos especializados. Há-de ocorrer pois, para a lavoura no país, o fenômeno daquelas idades, nas implicações que possam com elas ter.

No que toca à "idade da publicidade', devemos acentuar que é das mais importantes e decisivas, não mais se prescindindo de sua vivência no mundo dos negócios e das iniciativas. Siegfried examina essa questão com extraordinária percuciência, para acentuar de sua relevância tamanha que, nos Estados Unidos, exemplo específico da valia da publicidade, até mesmo certos cultos e teorias religiosas fazem a sua publicidade ampla e dispendiosa, como é o caso da *"Billy Graham Evangelistic Association"*.

Ora, da forma como situa e conceitua a questão, temos que as atividades agro-pecuárias não podem fugir de viver essa idade publicitária, em seus legítimos termos e em seu amplo sentido.

No Brasil, onde temos muito que fazer, cabe perfeitamente a publicidade dos negócios e iniciativas agro-pecuárias, mediante a divulgação seja por que meio fôr da produção geral, sua qualidade e especificidades, assim como as condições de produção sócio-econômicas e financeiras. Sòmente essa publicidade constante e honesta, à base de elementos estatísticos e de estudos próprios, poderá possibilitar no país a consideração constante pela agricultura e seu aprêço no seio de tôdas as classes.

Consoante as idéias expendidas por André Siegfried e as análises elaboradas não se pode deixar de conhecer do problema em sua atualidade para a agricultura e a pecuária nacional.

Embora possamos assinalar já haver no Brasil uma publicidade agrícola, com as revistas e outras publicações especializadas, conferências, exposições e certames, não realizamos ainda, em setor algum de resto, a verdadeira *"l'âge de la publicité"* nos moldes em que deverá concorrer para impôr a valia da tarefa agrícola e, sobretudo, criar no país nova mentalidade e cuidado por tais questões, semelhante à existente na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos, onde o trabalho e a importância dessas atividades estão no mesmo nível que as mais desisivas e poderosas. Mas para isso é mister publicidade atuante como verdadeiro impacto na consciência do povo.

Quanto à idade da "racionalização doméstica", temo-la em prova diária nos grandes centros, onde o trabalho doméstico desapareceu, para ceder lugar aos aparelhos elétricos e à desumanização do lar, em vários aspectos. Com relação ao turismo, êle só poderá se acentuar no país quando essa "exportação invisível" para o nosso território se fizer em função de ferrovias e rodovias excelentes, decorrentes de áreas cultiváveis e tratadas, com sua produção a escoar. Só há turismo onde há glebas gerais tratadas abrindo horizontes. O que ocorre no velho mundo e na América do Norte é decorrência da conquista da terra.

Em muitos, senão em todos seus aspectos o trabalho de André Siegfried merece ser examinado por todos os homens que se interessam pelo desenvolvimento brasileiro, afim de extrair do mesmo as suas implicações e conotações relacionadas com o nosso país e os problemas que tais "idades" vão criando, a ponto de se indagar como o sociólogo se acabaremos definitivamente escravos da máquina. Sim, pois afinal quanto mais crescermos e nos expandirmos, mais intensamente estaremos vivendo tôdas aquelas "idades" e nos entregando cada vez mais à m á q u i n a e tecnismo inclusive no trato de tôdas as lavouras e culturas.

RESTITUIÇÃO

CLÓVIS TEIXEIRA

São os bosques que equilibram o clima, que suavisam as estações, que quebram a violência às tempestades, que controlam a ação das águas pluviais. São, também, os mediadores entre o sol e o céu; são instrumentos de saúde e de equilíbrio e como que os pulmões da terra. Um país sem árvores, afasta-se do equilíbrio universal e sofre, desamparado, os golpes consecutivos da SÊCA e das INUNDAÇÕES.

Aquêles que abatem árvores, sem necessidade, ou destróem os bosques, se convertem em uma espécie de homem-praga, que, contra seus próprios interêsses, solapa e arraza a natureza. Reflorestar uma região devastada é realizar uma das obras mais belas ao alcance do homem: — tarefa fecunda e magnífica, mediante a qual se restabelecerá a harmonia da natureza, assegurando condições propícias à marcha da agricultura.

As palavras acima, plenas de profunda verdade e de impressionante advertência, as escreveu Abel Bernard, da Academia Francesa. Devemos, todos, mestres e alunos, operários, agricultores, gente do campo e das cidades, intelectuais, o médico, o advogado, o engenheiro, todos, enfim, propagar as sábias considerações de Abel Bernard. Que elas permaneçam no coração e na mente da gente brasileira e que possam nos impulsionar à obra urgente, transcendental, de devolver à natureza os fatores de equilíbrio climatérico, de equilíbrio biológico, destruídos pela ação tresloucada do homem — fazedor de desertos.

De Norte a Sul venham a soar os clarins da campanha do reflorestamento, que ecoem de quebrada em quebrada, de serra a serra, mobilisando o espírito dos homens de boa vontade, as palavras da senha dessa campanha por todos os títulos patrióticos: — Reflorestar, é combater o deserto!

Restituamos a floresta às serras, às montanhas, aos morros, às vertentes, aos declives, às margens e cabeceiras dos cursos d'água, em tôda a parte, enfim, em que a colocara a sábia natureza, estabelecendo sua preciosíssima ação protetora.

Tremenda foi a ação do machado e de igual envergadura deverá ser o trabalho de reflorestamento. Façamos obra inteligente, restituindo às várias regiões as condições naturais sem as quais a agricultura perecerá, sucumbirá solapada pelas secas, pelas chuvas diluvianas, pelas doenças e pragas das plantas.

REFLORESTAR, é combater o deserto.

O DIA COOPERATIVO INTERNACIONAL

Por FABIO LUZ FILHO

Prezados companheiros :

Bem conheceis a profunda significação do dia de hoje, dia de retrospecção, dia de reverência, dia de invocação, dia laudatício, e também dia propício a exames de consciência, e balanço de fôrças, ao exame do poder realizador do ideal que nos congrega.

Aqui estamos, novamente, cruzados dêsse ideal, numa tertúlia, votiva, genuflexos à memória daquêle punhado de intemeratos Pioneiros de Rochdale e da expansão de seus princípios no mundo.

Mas, caros amigos, o panorama político, social, econômico e moral do mundo, impõe-nos uma atitude de convulsa espectativa, uma posição como aquela da personagem de *Alexandre Herculano* no viso do Calpe, ao perscrutar o mar lato e bravio, na rememoração de dias intensamente vividos e na magnetização do que há-de vir.

Fábio Luz disse, em "Estudos de literatura", que os sinos dos velhos mosteiros, para sonoridade impressionantes, segundo a lenda, precisavam de ser compostos de ouro e prata, sem o que não ressoariam aos ouvidos dos crentes como preces que partissem de bocas colossais, para os infinitos azúis, em plangências místicas, ou em repiques festivos.

São também de bronze, lardeados de ouro e prata, os princípios rochdalianos, que sinceros e intemeratos, temos procurado sonorizar para tôdas as ouças, dentro de nossas possibilidades, através do CNEC. E já temos motivos para bimbalhadas de aleluias, para chamamentos de coesão e solidariedade, a conclamar vexilários para gladiar no bom combate. Continuamos, impertérritos, no nosso roteiro, apesar dos ásperos óbices defrontados e que defrontaremos ainda, e por muito tempo. Mas o bom semeador deve continuar sempre na labuta digna, sob a bandeira arco-irisada, com destemor e sem desfalências.

Defendemos um ideal de renovação humana, um sistema ético-econômico, como sabeis, de transcendente alcance, que os princípios normativos do cooperativismo encarnam, na sua sólida estrutura doutrinária, aplicados e defendidos, no mundo inteiro, por milhões de seres e alicerçados na dignificação da pessoa humana.

Já tive oportunidade de frisar que já se disse que o cooperativismo, encarado no seu duplo e elevado aspecto de associação e emprêsa, não deve ser encarado de ângulos frios e meramente objetivos, como se fôra uma mera disciplina comercial.

Cooperativas e sociedades mercantis são antitéticas; defrontam-se, ambas, no campo econômico- social, como entidades sem possível equipolência, diferindo na forma e na substância : sociedade de capitais, uma; outra, sociedade de pessoas. Esta, a diferença fundamental, de que advém tôda uma gama de decorrências legais, jurídicas, econômicas, morais, espirituais e sociais, fundamentadas num ideário que repousa, sobretudo, no respeito profundo à dignidade da pessoa humana. Fiz sentir que êste deve ser o nosso luzeiro, a senda que collmar nas árduas porfias, na conturbação da hora mundial que passa na sua aguçadura de competições, no fervilhamento do apetite, no destrambôlho de angústias íntimas, nas aspirações justas a níveis de vida que transcendam o infra-humano.

Carlos Gida disse que os homens de seu tempo, os juristas e economistas, encastelados em suas concepções rígidas, distenciados da realidade da vida social, não deram importância ao cooperativismo, e menosprezaram-no, porque partira de pobres operários sem formação científica... Mas, esqueceram-se de que o movimento tinha fundamentos incoercíveis em suas necessidades, em circunstâncias econômicas novas, na genial intuição dos que sentiam na própria carne os destemperos de um sistema econômico cheio de iniqüidades.

O Cooperativismo, expandindo-se em realizações soberbas, desmentiu os teoristas do liberalismo, confundindo e convencendo incrédulos.

Envio, pois, neste dia de galas, meu saudar cordial a todos os cooperativistas e cooperadores brasileiros, e mais um apêlo no sentido de um maior cerrar de fileiras em torno dos princípios rochdalianos, que o CNEC, defende com sinceridade e denôdo, ajudando-o nessa tarefa ingente de educação cooperativa, aliciamento e difusão de idéias-fôrças.

MARANHÃO: aspectos econômicos e sociais

BEN-HUR RAPOSO

A III Concentração Rural Regional, realizada em Teresina, chamou a atenção para três Estados: Piauí, Maranhão e Pará.

No que se refere ao Maranhão, pode-se criticar, em uma sinopse despretenciosa, os seguintes aspectos fundamentais de sua vida social e econômica:

Superfície: 332.174 km2.

Municípios: 86.

População:

1941	1.261.000 hab.	
1950	1.583.000 "	
1953	1.703.000 "	
Nas atividades rurais	363.965 "	
Nas indústrias extrativas	42.076 "	
População da Capital	119.785 "	(1950)

MOVIMENTO ASSOCIATIVO

É bem apreciável, no Estado, o movimento associativo, que já registra 68 entidades registradas, com um total, não atualisado, de 6.481 associados.

Possuem associações rurais 66 municípios, que são os seguintes:

Ancântara, Amarante do Maranhão, Araloses, Bacabal, Barra o Corda, Brejo, Buriti Brvao, Cajari, Carolina, Caxias, Codó, Colnas, Cururupu, Dom Pedro, Alto Parnaíba, Anajatuba, Arari Balsas, Barreirinhas, Buriti, Cajapio Cantanhedo, Carutapera, Chapadinha, Coelho Neto, Coroatá, Cururu, Esperantinópolis, Grajaú, Humberto de Campos, Imperatriz, Magalhães de Almeida, Miradoi, Morros, Passagem Franca, Pedreiras, Peri-Mirim, Pinheiro, Pôrto Franco, Pimeira Cruz, Ribamar, Sta. Quitéria do Maranhão, São Bernardo, São Luis, Timom, Urbano Santos, Viana, Guimarães, Icatu, Itapecuru-Mirim, Matinha, Monção, Nova Iorque, astes Bons, Penalva, Pindaré-Mirim, Pirapemas, Presidente Dutra, Riachão, Rosário, São Bento, São José dos Patos, São Vicente Ferrer, Tutóia, Vargem Grande, Vitória do Mearim.

Os 20 municípios ainda sem organização rural são os seguintes:

Axixá, Benedito Leite, Cândido Mendes, Lago da Pedra, Matões, Parnarama, Santa Helena, São Francisco do Maranhão, São Raimuno das Mangabeiras, Turiaçu, Barão de Grajaú, Bequimão, Dpixuna, Loreto, Paraibano, Sambaiba, São Domingos do Maranhão, São João Batista, Timbiras, Vitorino Freire.

Quanto ao cooperativismo, o progresso não é apreciável, havendo em 1953 apenas 6 entiades registradas no Ministério da Agricultura. No mesmo ano, foram expedidos 2.476 carteiras profissionais em todo o Estado.

PRODUÇAO AGRICOLA

Em 1953, as estatísticas registaram, no Maranhão, as seguintes principais produções agrícolas:

Produto	Vol. (ton.)	Valor (Cr$)
Algodão:		
em caróço	18.883	15.106.000,00
em pluma	9.587	117.918.000,00
Arroz	201.035	354.639.000,00
Cana de Açúcar	282.749	36.903.000,00
Feijão	13.252	56.294.000,00
Fumo	1.230	18.166.000,00
Milho	75.350	87.487.000,00
Mandioca	528.674	92.169.000,00

No setor extrativo, destaca-se o babaçu com 53.816 ton. no valor de Cr$ 230.070.000,00.

Quanto ao desenvolvimento do valor da produção e da área cultivada, registra-se o seguinte progresso:

Ano	Area cultivada (ha.)	Valor (Cr$ 1.000,00)
1945	141.154	83.555
1953	451.979	846.684

POPULAÇAO PECUÁRIA

Em 1953, era a seguinte a população pecuária do Estado:

Bovinos	1.149.890
Equinos	190.260
Asininos	71.370
Muares	52.230
Suinos	1.891.000
Ovinos	137.480
Caprinos	344.450

Neste mesmo ano, o abáte de reses alcançou os seguintes números:

Bovinos	73.372
Suínos	84.084
Ovinos	10.308
Caprinos	23.843

PRODUÇAO INDUSTRIAL

Ainda incipiente em outros setores, no campo rural as atividades industriais do Maranhão apresentam os seguintes aspectos:

Prouto	Vol. (ton.)	Valor (Cr$)
Couros de bovinos:		
Verde	781	2.745.000,00
Sêco	489	3.785.000,00
Óleo de Babaçu	3.543	44.088.000,00
Óleo de caroço de algodão	1.035	7.395.000,00

ESTRUTURA AGRARIA

A estrutura agrária, no Maranhão, não oferece aspectos divergentes dos da região gêo-econômica a que pertence. Com 95.165 estabelecimentos agro-pecuários recenseados, representando uma área total de 9.538.666 ha., aparecem 25.044 propriedades (6.174.309 ha.), dirigidos pelos respectivos proprietários, enquanto 5.273 emprêsas, com 118.959 ha., estão entregues a arrendatários, 61.831 outras, com 550.410 ha., possuem ocupantes, e, finalmente, 3.013 propriedades, com 2.692.092 ha., estão sob a responsabilidade de administradores.

CONDIÇÕES DE VIDA E DE TRABALHO

Segundo recentes pesquisas da Comissão Nacional de Política Agrária, no Maranhão vigoram as seguintes condições de acôrdo com os questios respondidos, em 72 municípios pelos agentes do I. B. G. E., correspondendo E a excelente, B o bom, P a pobre e ND a não declarado:

Habitação

	E	B	P	ND
Grandes proprietários ou fazendeiros	0	55	4	13
Pequenos proprietários e colonos	0	23	44	3
Arrendatários e parceiros	0	15	40	17
Trabalhadores rurais e assalariados	0	5	60	7

Alimentação

	E	B	P	ND
Grandes proprietários ou fazendeiros	1	55	3	13
Pequenos proprietários e colonos	0	20	49	3
Arrendatários e parceiros	0	11	44	17
Trabalhadores rurais e assalariados	0	6	59	7

Saúde

	E	B	P	ND
Grandes proprietários ou fazendeiros	2	49	8	13
Pequenos proprietários e colonos	2	26	41	3
Arrendatários e parceiros	2	15	38	17
Trabalhadores rurais e assalariados	2	15	49	7

Vestuários

	E	B	P	ND
Grandes proprietários ou fazendeiros	1	53	5	13
Pequenos proprietários e colonos	0	16	53	3
Arrendatários e parceiros	0	6	47	17
Trabalhadores rurais e assalariados	0	3	62	7

Rendas ou economias

	E	B	P	ND
Grandes proprietários ou fazendeiros	2	53	4	13
Pequenos proprietários e colonos	0	25	44	3
Arrendatários e parceiros	0	11	44	17
Trabalhadores rurais e assalariados	0	6	58	8

CUSTO DE VIDA

No ano passado, vigoravam em São Luiz os seguintes preços médios de alguns gêneros alimentícios:

	Cr$
Açúcar	6,50
Arroz	6,00
Banha	34,00
Batata	11,60
Café	47,60
Carne de vaca	20,00
Cebola	16,40
Farinha de mandioca	6,00
Farinha e trigo	9,60
Leite	6,50
Manteiga	66,80
Milho	2,00
Ovos	24,00
Pão	8,00
Sal	1,40
Toucinho	14,30

OUTROS ASPECTOS

O Maranhão, em diversos outros aspectos, oferece ainda os seguintes aspectos expressivos:

Migrações *Interiores*:

Naturais de outros Estados do Maranhão	161.117
Naturais do Maranhão em outros Estados	100.189
Saldo ativo	60.928

(Continua na pág. 31)

ASSOCIATIVISMO RURAL

Associação Rural de Ponta Porã

O Eng. Agr. Vitor Diogo Guimarães, presidente da Associação Rural de Ponta Porã, em declarações feitas em Abril, sôbre as possibilidades agrícolas daquele Município Matogrossense, assinalou:

a) que as maiores lavouras de Ponta Porã são, atualmente, as de arroz, milho, feijão, mandioca e batata-dôce;
b) que começaram a ser introduzidas novas culturas, especialmente o trigo e a uva;
c) que em face do clima da região devem ser incrementadas as culturas de trigo e de fruteiras européias na região da Serra de Maracajú ou Amambaí;
d) que a área acima indicada é pedregosa e especialmente recomendável para a videira;
e) como novas fontes de renda para o município devem ser cultivadas a batatinha, a cebola e o alho.

Estados com mais de 50 Associações Rurais

De acôrdo com os dados fornecidos pelo S. E. R., do Ministério da Agricultura, os Estados do Brasil com mais de 50 Associações Rurais Municipais devidamente registradas naquele Serviço, são:

São Paulo	137
Ceará	91
Pernambuco	88
Rio Grande do Sul	79
Minas Gerais	77
Maranhão	68
Paraná	59
Rio de Janeiro	57
Santa Catarina	56
Bahia	51

Novas Associações Rurais reconhecidas

O Snr. Ministro da Agricultura baixou Portarias reconhecendo mais as seguintes Associações Rurais Municipais:

a — Associação Rural de S. Domingos da Prata, em Minas Gerais, registrada sob o n.º 952 série A.R.;
b — Associação Rural de Picuí, Estado da Paraíba, registrada sob o n.º 951, série A.R.;
c — Associação Rural de Pitúruna, Estado do Paraná, registrada sob o n.º 953, série A.R.

Questionário do S. E. R.

No ano passado, somente 141 das 1.046 Associações Rurais registradas no Serviço de Economia Rural do Ministério da Agricultura, responderam ao questionário enviado por aquela repartição federal.

Nova Associação Rural em Goiás

Foi fundada, no dia 27 de março, a Associação Rural de Peixe, município de Peixe, Estado de Goiás, e empossado como seu primeiro presidente o Snr. Magdal Vieira Visconde.

Lei que interessa às Associações Rurais Fluminenses

O Snr. Governador do Estado do Rio sancionou a Lei n.º 2.434 de 5 de Fevereiro do corrente ano pelo qual as Associações Rurais organizadas ou que venham a ser organizadas no Território do Estado do Rio ficarão isentas:

a) de selos e emolumentos devidos ao Estado para a legalização de atos, contratos, requerimentos, livros de escrituração e documentos;
b) impostos de transmissão inter-vivos e transcrição para aquisição de imóveis destinados à instalação de sua sede, serviços, escolas e oras de assistência técnica e social.

Associação Rural de S. Vitória do Palmar

Em Assembléia realizada em 15-1-1955 foi eleita e empossada a seguinte Diretoria que dirigirá os trabalhos da Associação Rural de S. Vitória do Palmar, Estado do Rio Grande do Sul:

Presidente: — Rutilio Russomanno;
2.º Vice-Presidente: — Dr. Flor Amaral;
1.º Vice-Presidente: — Angelo Arriada;
1.º Secretário: — Ubila Castro;
2.º Secretário: — Dr. Ascendino Borges Maciel;
1.º Tesoureiro: — Iça Toribio da Silva.
Diretores titulares: — Syllas Souza, Rubens de Souza Castr oe Ademar de O. Terra.
Suplentes: — Marzal Saraiva Rodrigues, Donato II Alberto Talayere Odorico Mendonça.

Informativo FARSUL

A Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul, Avenida Borges de Me-

deiros 541, Pôrto Alegre, edita, com regularidade, um interessante Boletim Informativo.

Núcleo Rural "Raposo Tavares"

A Associação Rural do Litoral Paulista inaugurou, no dia 1 de março do corrente, no município de Itariú, Estado de S. Paulo, o Núcleo Rural "Raposo Tavares".

Sociedade Auxiliadora da Agricultura de Pernambuco

Em Assembléia Geral Ordinária realizada no dia 31 de março do corrente foi eleita e empossada a seguinte Diretoria para o biênio 1955-56:

Diretoria: — Presidente: Dr. Antônio Alves de Araújo; Vice-Presidente: Dr. Paulo Pessôa Guerra; Secretário-Geral: Snr. Manoel Luiz da França Caldas; Tesoureiro: Snr. Otávio Gonçalves Guerra.

Conselho Consultivo: — Dr Antônio de Novais Filho, Dr João Cleofas de Oliveira, Dr. Manoel Neto Campelo Junior, Dr. Apolônio Salles, Dr. Alvaro V. Brasil Dr. Elias M. Martins, Dr. Luiz A. de Barros Barreto, Dr. Aprigio G. M. Cavalcanti; Dr. Fausto de S. Pontual Junior, Dr. Jos éV. de Melo, Dr. José da Costa Pôrto, Dr. José F. de Melo Cavalcanti, Dr .Plinio Alves de Araújo, Dr. Pedro B. dos Santos Dias, Dr. Lauro Borba, Dr. Francisco Falcão, Dr. Rui B. Carneiro da Cunha, Dr. Luiz G. H. de Andrade, Dr. Benedito S. Coutinho, Dr. Silvano O. de Queiroga e Snr. Zildo E. Maranhão.

Associação Rural de Arroio do Meio

Em Assembléia realizada em 15-1-1955 foi eleita e empossada a seguinte Diretoria que dirigirá os trabalhos da Associação Rural de Arroio do Meio, do Estado do Rio Grande do Sul:

Presidente: — Romildo Schweizer;
1.º Vice-Presidente: — João F. Eruxel;
2.º Vice-Presidente: — Waldemar Mosech;
1.º Secretário — Dr. Antônio Fornari;
2.º Secretário: — Romeu A. Crist
1.º Tesoureiro: — Leopoldo Lageman;
2.º Tesoureiro: — Arnilm Schroeder.
Conselho Fiscal: — Jacob Alfreds Spohr, Archangelo Mello, Oswaldo Weizmann.
Suplentes: — Augusto Ritt, Frederico A. Essig e Pedro A. Joahnn.

Associação Rural de Açú

A Associação Rural de Açú, Estado do Rio Grande do Norte, publica, desde Janeiro do corrente ano, um Boletim mensal informativo intitulado "Boletim do Ruricola".

Sociedade Cearense de Agronomia

Foi empossada em 7-1-1955 a seguinte Diretoria eleita para o período de 1955-1958:

Presidente: — Rui Simões de Menezes;
Vice-Presidente: — David Felinto Cavalcanti;
1.º Secretário: — José Luciano Domingos Campos;
2.º Secretário: — Diógenes Cabral do Vale;
1.º Tesoureiro: — Francisco Gerardo de Souza;
2.º Tesoureiro: — Melquíades Pinto Paiva.
Conselho Fiscal: — Hugo Lopes Mendonça, José Dario Soares, Paulo de Almeida Sanford, Roberto Bezerra de Menezes e Walmir Farias Peixoto.
Conselho de Honra: — José Aristóbulo de Castro Filgueiras, José Guimarães Duque, Manoel Mateus Ventura Prisco Bezerra e Renato de Almeida Braga.

III Concentração Rural Regional

De acôrdo com o plano de trabalho da Confederação Rural Brasileira em 1955 realizou-se em Terezina, de 23 a 29 de maio, a III Concentração Rural Regional, que alcançou indiscutível êxito.

Confederação Rural Brasileira

Pelo Ofício-Circular n.º 7, de 10 de maio do corrente, a Confederação Rural Brasileira dirigiu-se a tôda sas suas federadas solicitando dados sôbre:

a) o aumento do custo de vida nos Estados depois de estabelecidos os novos preços paar os combustíveis;
b) índice atribuível ao aumento dos combustíveis no aumento geral das principais utilidades;
c) principais reflexos do aumento dos combustíveis no custo dos implementos agro-pecuários.

Federação das Associações Rurais de Pernambuco

A FAREP (Federação das Associações Rurais de Pernambuco) acaba de publicar a magnífica conferência pronunciada pelo seu Presidente Engenheiro Agrônomo Lauro Borba, subordinado ao título "Organização da Classe", na sessão de 25-1-1955. A referida publicação constitui o n.º 2 da série que está sendo editada pela FAREP.

Sociedade Avícola do Rio Grande do Sul

Na Assembléia Geral Ordinária de 22 de Abril do corrente ano foi eleita e empossada a diretoria que deverá reger os destinos desta Sociedade no biênio 1955-1956, que ficou assim constituída:

Presidente: — Mário Peres Monteiro;
Secretário: — Manoel Franco Moreira;
Tesoureiro: — Otacilio da Fonseca Hax;
Diretor de Patrimônio: — Mário Gonçalves Wetzel;
Diretor de Publicidade e Propaganda: — Dr. Francisco Dias da Costa Vidal;
Diretores: — Nadir Monteiro, Paulo Casaertto, João Larangeira Filho e Reinaldo Meyer;
Conselho Consultivo: — Cel. Artur Augusto de Assunção, Carlos H. Nogueira, José Von Ameln.

Associação Rural de Curitiba

A Associação Rural de Curitiba edita um interessante Boletim mimeografado com o

(Continua na pág. 21)

CALENDÁRIO AGRÍCOLA DO DISTRITO FEDERAL

(Dados extraídos do Calendário Agrícola do Brasil, editado pelo Serviço de Informação Agrícola)

JULHO

É época apropriada para início das plantações de agrião cana, cará, inhame e taioba. Prosseguem as colheitas de aipim, batata-dôce, inhame, taioba, cana e cará. Termina a colheita de feijão fradinho e feijão preto. Iniciam-se as colheitas de fruta-pão, genipapo, grumixama e jambo. Prosseguem as colheitas de bananas, biribá, cajá-manga, carambola goiaba, laranja, limão, lima, mamão e pitanga. Prosseguem as semeaduras de bertalha, cenoura, ervilha, feijão (vagem), hortelã, milho, nabo, rabanete, etc. Em alfobre, continuam as sementeiras de agrião, alface, beterraba, cebolinha, chicórea e couve. Iniciam-se as colheitas de abóbora, espinafre, guando, nabo, repolho e tomate. Prosseguem as colheitas de agrião, alface, almeirão batata-dôce, beterraba bró·olis, cebolinha, cenoura, chicórea, xuxú, couve, ervilha, feijão (vagem), nabiça, rabanete, salsa, etc. Encontram-se em floração o alecrim de campinas angico, araribá amarelo, sabiá, ipê roxo, Eucaliptos citriodora e Eucaliptos tereticornis. Colhem-se sementes de araribá amarelo e rosa, o ipê, etc. Repicam-se mudas de eucaliptos e de amendoeira.

AGOSTO

Prosseguem as semeaduras de agrião, taioba e inhame. Continua a colheita de agrião, aipim, cará, inhame, taioba e tomate. E' época apropriada para o transplante de árvores frutíferas. Iniciam-se as colheitas de abiu e ameixa amarela e prosseguem as colheitas de banana, fruta de conde, genipapo, goiaba, laranja Bahia e pêra, mamão e pitanga. Terminam as colheitas de beribá, cajá-manga, carambola, grumixama, limão, lima etc. Iniciam-se as semeaduras em local definitivo de abóbara, espinafre, fava, guando e pepino e prosseguem as semeaduras de azedinha, bertalha, cenoura, ervilha, feijão (vagem). E' época apropriada para o plantio de batata-dôce, inhame xuxú, etc. Em alfobres semeiam-se giló, beringela, pimenãto, acelga. Prosseguem as colheitas de agrião, alface, azedinha ,batata-dôce, beterraba, brócolis cebola, chicórea, xúxú, couve, ervilha, feijão (vagem), guando, inhame, milho, mostarda. Terminam as colheitas de abóbora, nabiça, repolho, arpargo e espinafre. Encontram-se em floração angico, araribá, ipê. oiti e sabiá. Colhem-se sementes de araribá-amarelo, araribá-rosa, jacaré, pau ferro, sapucaia e sibipiruna.

À Classe Rural

TEMAS E SUGESTÕES

ARRUDA CAMARA

VI

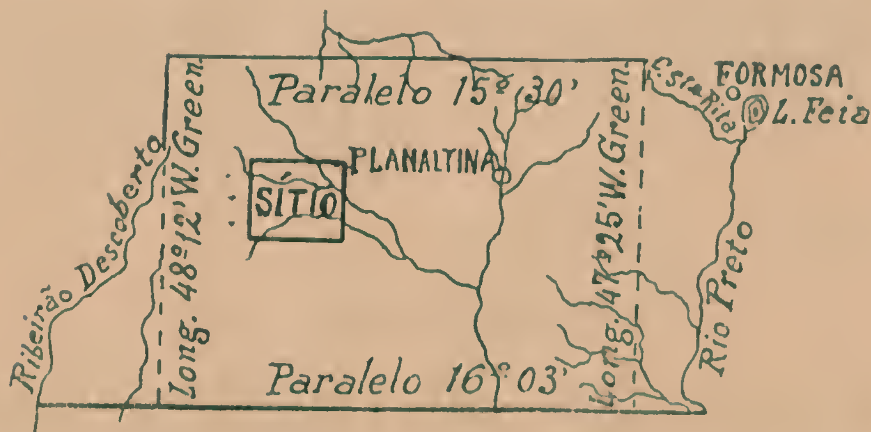
Nome para a futura Capital do Brasil

Escolhida a área do futuro Distrito Federal e, nessa, o sítio onde será construída a nova Capital, surge a necessidade da escolha de sua denominação, que deverá atender, e de maneira expressiva, à tradição.

Brasília, José Bonifácio, Vera Cruz... são nomes sugeridos. Outros, naturalmente, serão, ainda, apontados.

Não pode e nem deve a classe rural ser indiferente.

A tradição histórica e religiosa do povo brasileiro constitui, a nosso ver, guia precioso para a escolha do nome e batismo da futura Capital do Brasil.



Entre o ribeirão Descoberto, o córrego Santa Rita, o rio Preto e os paralelos 15,30' e 16,03' está o futuro Distrito Federal. Nele ficou compreendida a cidade de Planaltina cuja Associação Rural, fundada em 24/2/51, dispõe de um quadro social com mais de 183 associados.

VII

Associação Rural de Planaltina — Relevância de sua responsabilidade no abastecimento da futura Capital

A cidade de Planaltina, antigo povoado Mestre d'Armas, ficou incluída no futuro Distrito Federal, que abrange grande parte da área territorial da Associação Rural sediada naquela cidade. A ocorrência confere à associação relevante responsabilidade, cabendo-lhe preparar ambiente, no seio da classe rural planaltense, para o recebimento da nova população, formada de consumidores, em sua maioria, de requintadas exigências.

O papel reservado à Associação Rural de Planaltina é, principalmente, o de favorecer o desenvolvimento da produção de subsistência, — múltipla, variada e susceptível de ser obtida nos pequenos estabelecimentos diretamente explorados pelos proprietários e, bem assim, nas emprêsas que se organizarem para as explorações policultoras.

Seria oportuno ação junto à F.A.R.E.G. (Federação das Associações Rurais do Estado de Goiás) pleiteando:

a) — promover a realização, em Planaltina, de uma concentração rural onde seria, com a participação das A. R. goianas, notadamente das do Planalto Central, estudado o plano de desenvolvimento da policultura abrangendo as explorações de origem animal e vegetal, assim como as indústrias derivadas;

b) — entender-se com o I.N.I.C. (Instituto Nacional de Imigração e Colonização) sugerindo a fundação de núcleos coloniais na área reservada ao Distrito Federal, sem prejuízo da instalação da nova Colônia Nacional de Goiás;

c) — e, finalmente, entender-se com os Ministérios da Agricultura e da Educação e Cultura, sugerindo e apontando Planaltina como centro apropriado à instalação de estabelecimentos de ensino, tanto agro-pecuários como industriais

VIII

Demandas e chicanas

Questão a ser estudada, com interesse, pelas associações rurais, é a de evitar, harmonizando, desentendimentos entre seus associados e entre êstes e os respectivos parceiros e empregados. Os desentendimentos são, em geral, conseqüência da falta de oportunos esclarecimentos. Levam a litígios e êstes, sobretudo quando há dinheiro a gastar, capricho e teimosia, arrastam as partes a intermináveis e ruinosas demandas. Nessas, todos perdem, — todos, menos o chicanista, que vive de fomentá-las.

IX

Minifúndios e latifúndios

Relativos, uns e outros. Há, entretanto, limites em função da densidade do povoamento e das condições de vida nas localidades, zonas e regiões consideradas.

O exame criterioso das questões pertinentes ao tamanho e à exploração dos estabelecimentos rurais leva-nos a considerar pernicioso o excessivo retalhamento que conduz ao minifúndio, só admissível, em limitado número de explorações especializadas e de elevado rendimento, nas proximidades dos centros consumidores.

A tendência que temos observado, porém, é a transformação do minifúndio (área capaz de assegurar a subsistência de uma família média) em lotes do tipo urbano, sobretudo nas proximidades dos grandes centros populosos. Em conseqüência, terras antes cultivadas tornam-se, pelos loteamentos, incultas... não podem ser exploradas. Os novos proprietários moram na cidade, não dispõem de recursos para a construção de sua casa e cultura de pequena horta.

Quanto aos latifúndios, — objeto de campanhas puramente teóricas e, até, demagógicas —, devemos atentar no que ocorre nas zonas de fraca densidade de população.

As terras próximas às capitais e as grandes cidades e que permaneceam inexploradas, estas, sim, devem ser adquiridas pelo I. N. I. C. para a instalação de núcleos coloniais, vedado a êsses o retalhamento de áreas inferiores a um mínimo razoável de hectares para cada lote rural.

É necessário ter-se em vista que a reforma agrária está, naturalmente, se processando em todo o território nacional.

Não oferece o meio rural, sobretudo nas zonas de fraca densidade populacional, ensejo ao abuso do poder econômico.

X

O problema da sede própria

É, realmente, um problema a ser resolvido pelas associações rurais. A sede própria facilita e assegura a atividade da associação, devendo, portanto, constituir aspiração dominante.

Justificando, certa vez, a necessidade de uma campanha objetiva no seio das associações rurais, houve quem entendesse não se dever pleitear, para tal fim, doações e isenções por parte das municipalidades que são, também, interessadas.

Não nos parece que a doação de um terreno ou a isenção de impostos venha a influir sôbre a orientação da atividade social.

A associação rural é, legalmente, órgão consultivo e de colaboração da municipalidade, prestando-lhe, nesse caráter, serviços de interêsse público.

Não há, entretanto, subordinação.

O que importa é ação contínua e persistente, visando a realização do objetivo. Poderia, mesmo, cada associação interessada na aquisição ou na construção de sua sede social incentivar a cooperação dos associados, mediante a emissão de títulos resgatáveis a longo prazo ou, se não houver impedimento legal, instituir a categoria de sócio-proprietário, sem prejuízo dos direitos atribuídos aos demais associados.

Na hipótese, acreditamos que aquisição do título de sócio-proprietário com o fim especial de obtenção de recursos para sede, parques de exposição, escolas e estabelecimentos experimentais e de demonstração facilitá-la, consideràvelmente, o alcance dos objetivos da associação.

XI

Ampliação da área de serventia da usina de Paulo Afonso

Com a terminação da montagem da terceira unidade geradora da usina de Paulo Afonso, estendem-se os benefícios resultantes a áreas dos Estados da Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará e Piauí.

Virá a gigantesca obra presidida pelo engenheiro Antonio José Alves de Souza contribuir direta e objetivamente para o desenvolvimento econômico, progresso e bem-estar social das regiões Leste e Nordeste do Brasil.

A VITÓRIA DE CAPIBERIBE

O caso do nosso estimado companheiro de lutas sindicais Auzier Capiberibe, que pleiteia a anulação de sua injusta transferência para Asunción, Paraguai, feita pela antiga diretoria da Panair, de funesta memória, tomou novo aspecto. O diligente advogado do S. N. A., dr. Newton Coelho, vem de conseguir que o T. S. T., dando provimento ao agravo interposto por Capiberibe, permita nova apreciação da matéria, ocasião em que se tornará possível a completa vitória da causa do bravo Capi, pela reforma da injusta sentença da 1.ª Junta.

"QUAIS SÃO OS EFEITOS DO CAFÉ"

Por ROGER WILLIAMS RIIS

O café é a bebida mais popular do mundo. Fará bem? Os médicos nos dão as respostas mais desencontradas:

O café conserva você acordado; o café ajuda-o a dormir tranqüilamente; estimula a circulação; não tem nenhum efeito sôbre a circulação; estimula o apetite; satisfaz o apetite; auxilia a digestão; nada tem a ver com a digestão; anula o excesso de acidez do estômago; provoca um excesso de acidez estomacal...

Um estudo cuidadoso dessas opiniões leva-nos à conclusão de que cada uma delas é verdadeira em relação a determinadas pessoas.

É que os efeitos do café parecem estar intimamente ligados às peculiaridades orgânicas de cada um.

O grão de café, na aparência tão simples, é de tal maneira complicado que os químicos divergem sôbre os resultados de sua análise. Seu ingrediente mais importante parece ser a cafeína, cuja dosagem pode variar até ao limite de 250% em diferentes tipos de café.

Em sua forma pura a cafeína é um pó de côr branca. A quantidade de cafeína contida numa xícara de café corresponde a duas pitadas. Trata-se de um estimulante cerebral e cardíaco, também diurético. Uma dose normal de cafeína, quando empregada como estimulante do coração, equivale mais ou menos à que encontraríamos em três xícaras de café. Uma "dose fatal" seria a quantidade de cafeína contida em 100 xícaras de café e administrada de uma vez, mas não se conhece nenhum caso fatal devido à cafeína.

Para fins comparativos, a mesma tabela em que a cafeína figura com 90 miligramas em uma xícara de café, informa que uma de chá contém 67 miligramas; uma barra de chocolate de 10 cents tem 78 miligramas, e uma garrafinha de refrigerante de um quinto de litro, 54 miligramas.

O café parece ser inofensivo a 97% das pessoas que o bebem. Três por cento sofrem alguma perturbação. Na mesma proporção, aproximadamente, encontramos os alérgicos ao leite, aos ovos ou a certas frutas.

Em uma pesquisa realizada para se conhecerem os efeitos da cafeína sôbre a insônia, ficou provado que doses elevadas não perturbavam o sono, a não ser quando o paciente já estivesse preocupado ou aborrecido com alguma coisa antes de ingerir a bebida. Outra análise chegou à conclusão de que "o indivíduo que se prende tenazmente à idéia de que o café o conserva acordado ficará, realmente, impossibilitado de conciliar o sono, mesmo que só tome uma pequena quantidade de café; por outro lado, uma pessoa acostumada ao uso da bebida, poderá dormir imediatamente depois de uma xícara grande de café simples."

Hoje em dia podemos encontrar no mercado várias marcas de café "descafeinado", do qual foi extraído cêrca de 97% do alcalóide. Há testes a demonstrar que muito pouca gente consegue diferenciar êsses tipos de café dos demais. Os mesmos testes esclareceram ainda que muitos indivíduos, que pensavam ter bebido café puro, tenderam à insônia; outros, que alimentavam a certeza de terem tomado o seu café sem cafeína, adormeceram sem a menor dificuldade.

Num amplo trabalho de pesquisa sôbre os efeitos da cafeína o Dr. H. L. Hollingworth assinalou outros efeitos dessa substância. Doses pequenas aceleram a atividade dactilográfica enquanto que as doses grandes a diminuem. Ficou também provado que uma dose "razoável" — isto é, a cafeína que poderia ser encontrada em uma xícara ou em xícara e meia de café — torna o trabalho dactilográfico mais preciso. A firmeza das mãos decresce com a cafeína, sobretudo três ou quatro horas depois de sua ingestão. Em testes de cálculos (em que se deveria somar o número 17 a cada algarismo ràpidamente ditado) todos os grupos demonstram pronunciada vivacidade, que em alguns casos perdurava até ao dia seguinte.

Uma das conclusões gerais a que chegaram os testes foi a de que o efeito estimulante da cafeína sôbre os processos motores manifesta-se dentro de pouco tempo e é transitório, ao passo que sua ação sôbre os processos mentais mais elevados é mais lenta e mais duradoura. O poder estimulante do café é diminuído pelo açucar e pelo leite e é maior quando bebido com o estômago vazio ou entre refeições. Duas das características mais auspiciosas do café como estimulante são que êle não provoca a necessidade de aumentar progressivamente as doses, e nem acarreta a depressão tão comum nos que fazem uso de drogas. Muitos médicos sustentam, não obstante, que, cedo ou tarde, o organismo precisará pagar, pelo repouso, as horas ou as energias conquistadas por meio de não importa que estimulante. A maioria dos médicos proíbe o café aos que sofrem de hipertensão arterial, e fundamentam seu critério no fato de ser a cafeína um estimulante do sistema circulatório. Outros médicos, entretanto, permitem o uso do café em casos dessa natureza, principalmente de manhã. O mesmo se passa em relação aos que sofrem de artériosclerose.

Dentro de limites razoáveis, o uso do café não parece prejudicial a adultos. Há médicos que prescrevem o limite máximo de cinco xícaras por dia. As pessoas nervosas, que mais fàcilmente se prejudicariam com o uso excessivo do café, também são as mais susceptíveis de ultrapassar o limite aconselhado. Mas a verdade é que os efeitos perniciosos dos excessos não são sérios e desaparecem prontamente com a suspensão da bebida.

Além do indivíduo há um segundo fator a determinar os efeitos produzidos pelo café: a maneira como a bebida é feita, e que tanto altera as propriedades químicas do produto como o seu próprio gôsto, e, consequente-

mente, a quantidade de cafeína consumida. Três das 100 pessoas que se sentem mal depois de tomar café, afirma o Prof. Samuel C. Prescott, do Instituto de Tecnologia de Massachuse'ts, sofrem principalmente por tomá-lo mal feito. Adianta êle que as consequências mais comumente apontadas (ardor de estômago ,palpitações, nervos'smo, dores de cabeça, erupções cutâneas, nervosismo) são sintomas de envenenamento al'mentar ou idiossincrasias por certos alimentos. Tais efeitos se reduzem a um nada se o café for torrado e moído de fresco, e se a infusão fôr feita durante dois ou três minutos em água borbulhante, que não chegou a ferver completamente, em utensílio de vidro ou louça — e nunca de metal, que, como aquela autoridade afirma, afeta o gôsto da rubiácea.

A indústria do café é unânime em dizer que o melhor processo de fazer café é o emprêgo do saco de pano. O café ideal exigiria a dissolução de três quartas partes do grão torrado. Se a dissolução alcançar uma proporção superior, o café adquire um gôsto amargo. O método do saco de pano é o que mais se acerca da medida ideal sòmente uma vez e à temperatura o mais possível exata. Os filtros metálicos, que coam o café através de ferVuras contínuas, são desaconselhados porque trabalham a uma temperatura demasiado elevada e, como repassam várias vêzes o café, geralmente extraem do pó muito mais do que o necessário para a dosagem de uma boa bebida, que é, também, o que acontece pelo processo à vácuo.

Quanto ao sistema de "fervura" do pó em panelas, o entendido torce o nariz e sentencia: "Café fervido, café perdido."

Os provadores profiss'onais de café conseguem dizer ,com uma simples prova, se o produto é originário das Antilhas, da América Central ou do Brasil, que produz a metade do café consumido em todo o mundo. Mas, evidentemente, essas sutilezas de paladar não interessam ao leigo.

Tipos diferentes de café, tratados pelo mesmo método, produzem beb'das muito mais uniformes do que as que se podem obter pelo emprêgo de diversos métodos de infusão do mesmo tipo de café. A côr não é uma indicação segura de que o café está forte. Por isso é errôneo afirmar que "o café, quanto mais negro mais forte é" pois uma torração escura sempre produzirá café prêto, o que não quer dizer que a bebida esteja concentrada.

Quaisquer que sejam as opin'ões sôbre os seus efeitos o certo é que para muitas pessoas o café constitui uma bebida ind'spensável, cujas propriedades tônicas não podem ser superadas.

DADOS SÔBRE O "APAIARÍ"

Eng. Agrônomo S. SILVA

O apaiari, conhecido cientificamente por *Astronotus ocellatus*, é originário da bacia do rio Amazonas, e foi introduzido no nordeste pelos técnicos do Serviço de Piscicultura. Êste Serviço pertence ao Departamento Nacional de Obras Contra as Sêcas, e está sediado em Fortaleza (Caixa Postal N.º 25), Ceará, onde atenderá os pedidos de informação que forem dirigidos sôbre a criação de espécies comestíveis de peixes.

É uma das espécies que melhor se adaptam ao clima das regiões onde a estação mais fria do ano não alcance mínimas próximas à temperatura de 15 graus C, nem seja de longa duração; sendo originário do Amazonas, região de clima quente e úmido, pôde ser perfeitamente criado nas fazendas do nordeste, e mesmo no Distrito Federal tem sido encontrado em criações de ótima produção. No sul do Brasil sua criação deve ser experimentada nos locais pré-escolhidos antes que se possa dizer qualquer coisa de positivo a êste respeito.

Quando criado em boas condições pode atingir trinta centímetros de comprimento e quilo e meio de pêso; de carne saborosa, pode ser servido com as outras inúmeras qualidades de pescado fino, constituindo um alimento dos mais ricos. Nas fazendas, sua exploração possibilitará abundância de carne barata e de sabor e qualidade superiores por preço muito baixo em face do pequeno trabalho requerido.

Os locais para essa exploração podem ser de vários tipos; entretanto, em nenhum dêles se devem esquecer os mínimos detalhes que a experiência tem indicado aos nossos técnicos em piscicultura. No caso de dispor o agricultor de um açude, a melhor maneira será pedir ao Serviço de Piscicultura, antes referido, ou à Divisão de Caça e Pesca do Ministério da Agricultura (Praça Quinze, Rio de Janeiro, D. F.) alevinos escolhidos, sadios e de criação controlada, e fazer a introdução dos peixinhos no açude. Para tanto uma e outra das repartições citadas necessitam saber alguns detalhes relativos ao açude, os quais serão prestados pelo proprietário que preencherá fo mulário de fácil compreensão, ou falará diretamente com funcionário do serviço.

No transporte dos alevinos, que é feito com auxílio de vasilhames apropriados e no menor tempo possível, os cuidados maiores que se devem tomar dizem respeito à aeração da água e à uniformização de sua temperatura. Quando há instalações adequadas existe um sistema mecânico de arejamento, com bomba compressora e tubuladora que conduz o ar às latas; entre nós, no entanto, a prática é apenas a de cobrir a vasilha com um pano úmido, ou tampa que tenha muitos furos.

Para impedir a elevação de temperatu-

ra durante a viagem o melhor será realizá-la durante as horas da noite.

A introdução dos alevinos no açude deve ser feita de maneira vagarosa a fim de que os peixinhos não sofram com a brusca mudança de ambiente. Deve-se tomar cada lata e ir misturando lentamente a água do açude com a contida na vasilha até que se tenha feito uma completa uniformização. Para isto a lata deve ficar quase mergulhada tendo apenas a boca para cima, ao nível do açude; finalmente, a saída dos peixes deve ser de tal maneira que não haja a menor queda d'água, mas sim uma pequena corrente, o que se consegue levantando a lata pelo fundo com todo cuidado, até que fique vazia. Desta forma, os peixes não sofrerão nenhum traumatismo com a mudança das características físicas e químicas da água.

Recomenda-se esperar um ano para o início da pesca da espécie assim criada. Neste tempo a reprodução já se terá realizado em grandes proporções e não mais haverá perigo de extermínio.

Quando se quer fazer a criação em tanques, adquirindo reprodutores, então o problema se torna mais complicado em vista das muitas tarefas que se tornam imprescindíveis.

Em primeiro lugar está a construção ou a adaptação do tanque ou pequeno açude para que a criação possa ser feita dentro dos moldes técnicos e com os melhores rendimentos. O ambiente adaptado ou construído deverá ser em local bem adequado tomando-se em consideração os detalhes de topografia do terreno, de suprimento e escoamento de água, bem como deverá ter uma comporta de acôrdo com as normas mais modernas, normas que poderão ser fàcilmente adquiridas nas repartições que tratam do assunto, e também um refúgio de alvenaria e cimento, com profundidade média de 40 cm. Esta comporta permitirá o esvaziamento do pequeno açude ou tanque impedindo ao mesmo tempo a saída dos peixes, os quais ficarão contidos no refúgio adjacente, onde encontrarão água limpa e onde permanecerão até que sejam tomadas outras medidas. Em alguns livros e folhetos que já existem em nosso idioma podem ser encontrados "croquis" destas instalações; entretanto, a melhor maneira de iniciar o trabalho é entrar em entendimentos com as duas repartições federais acima citadas.

Sendo espécie de desova parcelada, o apaiarí dá ninhadas bastante reduzidas em relação aos outros peixes mais conhecidos. Reproduz-se fàcilmente sem piracema, em água parada, com ovos fixos em superfícies que antes são limpas pelos reprodutores e cuidadosamente protegidos durante o período de incubação. Após a eclosão os alevinos permanecem por alguns dias em pequenas depressões do fundo ou próximo às margens do tanque ou açude e sòmente quando já podem nadar livremente, isto é, após a reabsorção completa do saco vitelino, que principiam a fazer pequenas incursões acompanhados ainda pelos pais. Esta espécie é, como o tucunaré, das que mais cuidam da desova, dispensando-lhe os maiores cuidados.

Alevinos de qualquer espécie de peixe procuram, como primeiro alimento, o que se conhece por plancton. Dá-se êste nome ao conjunto de pequeninos animais e vegetais que vivem na água dos ambientes naturais, que não conseguem vencer qualquer correnteza; na maioria são seres microscópicos.

Para alimento dos alevinos em criação, o plancton pode ser capturado com o auxílio de rêde de sêda, ou com outro tecido de malha semelhante. Nas criações como as do Serviço de Piscicultura, os alevinos criados em pequenos tanques de cimento com fundo de areia, lavado recebem plancton em tela de arame e malha muito fina nos primeiros dias, e, coado em tela mais grossa, nos dias subsequentes, até poderem receber plancton integral. Estas mudanças de regime devem ser gradativas, e só se tornam perfeitamente conhecidas com a prática da piscicultura.

Passada a fase planctônica, os alevinos já podem receber rações diversas, como carne moída, camarão moído ou mesmo inteiros, quando de pequeno tamanho. O apaiarí alimenta-se muito bem com carnes diversas, podendo mesmo ser criado com a própria carne de peixe, sem espinha e sem os amos nos locais onde há abundância de peixes de inferior qualidade.

JOGADOR AZARADO

MIGUEL MATISKEI

O nosso rurícola ainda continua sendo um jogador bastante azarado. Talvez deva-o à notável superioridade de seus tradicionais parceiros: o clima, a política, a administração pública.

Se êle prepara a terra, certamente perderá para a chuva. Se planta, poderá deixar de colhêr devido a qualquer outra ocorrência climatérica. Jogou contra a sêca, contra o granizo ou contra a geada e perdeu.

Na hipótese de ter sido boa a colheita ou a criação estiver em ponto de ir para o consumo, seguramente perderá o rurícola para a política financeira, em cujo jôgo predominará a boa sorte do intermediário.

Ainda deve o rurícola enfrentar os azares da política tributária, da política alfandegária e, inexoràvelmente, da política partidária.

Se o tesouro público está vazio, há o aumento de impostos. O custo da vida sobe em virtude da oneração que recai sôbre todas as atividades produtivas. Porém é o rurícola o maior sacrificado, porque a sua produção não acompanhou a elevação de preços de outras mercadorias que êle consome ou emprega. ...

Gastaram-se as divisas? Terminou também a alegria do rurícola. Verá rodarem veículos caríssimos, poderá comprar artigos de alto luxo, mas uma simples importação de utilidade agropecuária, de extrema neces-

(Continua na pág. 19)

ABASTECIMENTO RURAL

O homem rural enfrenta dificuldades cada vez maiores na obtenção de meios para desenvolver o seu trabalho.

Na atual conjuntura, já não lhe é mais possível conseguir por preços razoáveis, nem a própria ferramenta. A manutenção de seu estabelecimento acarreta-lhe constantes desajustes econômicos. A sua lavoura está à mercê de pragas e variações climatéricas desastrosas. A sua criação sofre pela insuficiência de medidas preventivas. A indústria rural não tem proteção adequada. E quando a sua saúde é atingida, corre o risco de gravar pesadamente a sua propriedade ou gastar as economias que porventura tiver feito. Reina, enfim, o desânimo no ambiente rural, como resultante da ineficácia, tantas vêzes comprovada, de providências desajustadas à realidade local.

Entretanto, tudo bem ponderado, não será possível incriminar alguém por êste estado lamentável, se não fôr incluído, igualmente, o próprio rurícola, como o maior conivente e principalmente sustentáculo de tão paradoxal situação.

Bastará citar que em três anos de vida associativa rural federada, bem poucas Filiadas da FARP apresentaram relatórios das ocorrências verificadas no ambiente rural de sua jurisdição. Dessas poucas, apenas algumas tiveram contato seguido com a Federação, no interêsse dos problemas rurais.

A mesma comparação se poderá fazer dos agrupamentos rurícolas em relação às respectivas Associações Rurais. Quantos rurícolas, efetivamente, interessam-se pelo associativismo rural? Quantos, ainda, tomam parte ativa na vida dos Núcleos?

No que diz respeito ao setor da provisão, a FARP desde outubro de 1952 (circular 506) vem insistindo pela organização de listas de pretendentes à aquisição de *jeeps*. Em dez meses ,apenas cinco Associações remeteram o material solicitado, em número de pretendentes que não alcançou a casa dos duzentos (circular 1.119, agôsto de 1953).

Se fôr alegado que o rurícola não confia em encomendas a longo prazo, vale lembrar a primeira compra de *jeeps* feita em 1951, quando a FARP foi obrigada a desistir de 200 *jeeps* e de 50 camionetes, da licença de 400 e 100 respectivos, conseguida com muito sacrifício, e estava na iminência de arcar com uma sobra dos que já se achavam em Paranaguá graças à costumeira indecisão de nosso lavrador, que, na falta de outros argumentos, invocava a ignorância da côr da carroceria...

Suponha-se que no corrente mês a FARP fôsse solicitada a relacionar os nomes de 1.250 lavradores e criadores, número de veículos solicitados no ano passado ao Ministério da Agricultura, por intermédio da Confederação Rural Brasileira (1.000 *jeeps* e 250 camionetes). Simplesmente não poderia fazê-lo, porque a maioria absoluta das Associações até agora não providenciou a remessa de suas listas. E o que dizer se fôsse também solicitado o registro profissional de cada pretendente? (Êsse alheiamento tem feito perder grandes oportunidades, mesmo em relação aos atos puramente administrativos, como o recebimento de auxílios oficiais: há casos em que as entidades contempladas com verbas federais ou estaduais deixaram-nas cair em exercícios findos).

Êstes fatos são suficientes para demonstrar a atual impraticabilidade do abastecimento de utilidades rurais através das Associações. Estas ainda estão numa fase de organização social, com problemas econômicos próprios por resolver.

As Associações deverão dedicar mais esforços à penetração do interior, fundando Núcleos Rurais (circular 947, junho de 1953). Em outras palavras, às Associações cabe desenvolver intenso trabalho educacional, para que os rurícolas adquiram maior desenvoltura no trato de assuntos de seu interêsse comum. E principalmente para que percam o velho háb'to de pretender obter vantagens isoladas, sobrepondo o interêsse individualista ao da comunidade.

Resta encontrar um meio prático e exequível para completar a função social-econômica do associativismo rural.

A circular 1.695 da FARP menciona as diversas formas adotadas em outros Estados e que atendem a provisão de utilidades necessárias à coletividade rural.

Apreciando-se a excelência da organização paulista, é forçoso conformar-se que a situação do ruralismo paranaense, ainda em seus primeiros ensaios de vida organizada, não permitiria a formação de uma Sociedade Anônima nas condições da CORPAGRO.

Aqui será necessário interessar o máximo número de indivíduos na existência de um órgão perfeitamente identificado com as Associações.

Tal órgão seria uma Cooperativa Rural, abrangendo ela tôda a série de atividades e necessidades rurais, desde a fixação do indivíduo à terra até sua integração na comunidade; possibilitando a aquisição da propriedade e sua racional exploração; melhor compensação pelo emprêgo de seu capital e pelo seu esfôrço pessoal; o financiamento; o seguro agropecuário; o armazenamento; a circulação; a venda e compra em comum; o seguro sanitário familiar.

Uma Cooperativa assim, além de operar por sua conta, poderia manter acordos com os órgãos públicos de assistência à lavoura e pecuária, como, por exemplo, a Comissão Permanente de Revenda de Material (fed.);

Fundo de Equipamento Agropecuário (est.); Superintendência das Casas Rurais (estd.), — beneficiando dêsse modo tanto o rurícola como o próprio erário público, pois faria com o seu pessoal os serviços daqueles.

Para permitir a participação de pessoas naturais e jurídicas na Cooperativa, esta deverá ser mista, com serviços vários, inclusive o de Seguro (§ 2.º do Art. 7.º do Decr. 22.239/32 modificado pelo Decr. 581/38).

Inicialmente, poderia ela ser formada com 20.000 quotas de 100 cruzeiros cada uma, de capital, sendo metade tomada pelas Associações e a outra metade por particulares.

Dela poderiam participar apenas as pessoas mencionadas no Art. 1.º do Decreto-lei 2.127/45 e as organizações constituídas pelas mesmas pessoas.

Sendo entidade de economia mista rural, a Cooperativa poderá manter agências (Art 7.º letra "b" do Decr. 22.239/32 cit.) em todos os lugares onde se justificasse a sua criação As agências poderiam funcionar, mesmo, junto às Associações e Núcleos Rurais.

Desde que uma determinada comunida de evoluísse ao ponto de poder manter a sua própria Cooperativa, nada impediria em fazê-lo.

Nas condições hodiernas, porém, raras são as localidades rurais que podem suportar o ônus da manutenção de um corpo funcional necessário à boa administração de uma Cooperativa. Por isso são aconselháveis a centralização diretiva e uma rêde de agências para a prestação de serviços.

A participação de grande número de interessados seria assegurada pela facilidade de pagamento das quotas-capital, as quais poderiam partir do limite mínimo de dez, pagáveis em dez meses, além do máximo permitido para a jóia.

A fundação deveria processar-se com a participação de Associações e particulares, formando-se um capital mínimo de dois milhões de cruzeiros, preferencialmente assim distribuído:

Federação das AA Rurais	500.000,00	
Ass. Paran. Cafeicultores	200.000,00	
Ass. Paran. Criadores Bovinos ..... ,	100.000,00	
Ass. dos Triticultores do Pr.	50.000,00	
Associações Rurais (15)	150.000,00	1.000.000,00
200 Particulares		1.000.000,00

Critério: À FARP — cêrca de 10 mil cruzeiros por Filiada; às três Especializadas — cêrca de 50 mil cruzeiros por grupo de cem associados; às Associações municipais e regionais, numa previsão de quinze aderentes, mínimo 10 mil cruzeiros de cada; e particularmente aderentes, numa previsão de duzentos, mínimo 5 mil cruzeiros de cada.

A participação das Associações visa mais o aspecto social do problema, pois muitos de seus associados poderão necessitar dos Serviços da Cooperativa e alegar ao mesmo tempo dificuldade financeira para tornarem-se cooperativados individuais. O retôrno, neste caso, caberia exclusivamente à Associação. Não se trata, portanto, de ***dupla participação*** (cooperativado que é associado da Associação também cooperativada) pois paralelamente um lavrador registrado no SER (Seção de Produção e Estatística) também sendo associado de entidade registrada no mesmo SER e mesma Seção, estaria em idênticas condições em relação aos benefícios que êle, lavrador, e a entidade a que pertence, viessem usufruir do Ministério da Agricultura.

Por outro lado, a admissão da FARP daria um sentido de maior solidariedade recíproca da classe de que pròpriamente a procura de benefícios. Além disso, a FARP pode ter sócios individuais como as Associações, equiparando-se a elas neste particular.

Examinados êstes aspectos,

PROPÕE-SE à I Assembléia Geral Extraordinária da Federação das Associações Rurais do Paraná tomar as seguintes resoluções:

PRIMEIRA

Admitir a viabilidade da fundação em Curitiba, com jurisdição em todo o Estado do Paraná, de uma Sociedade Cooperativa de Responsabilidade Limitada, da qual possam participar tôdas as pessoas naturais e jurídicas, com domicílio ou sede no Paraná, integrantes da vida rural organizada nas condições estipuladas pelo Decreto-lei n. 8.127, de 24 de outubro de 1945, para ampararem-se mùtuamente e proverem as necessidades de sua atividade rural.

SEGUNDA

Tomar a iniciativa na convocação de uma assembléia de interessados para ser discutida e deliberada a matéria da resolução anterior.

TERCEIRA

Participar da Sociedade Cooperativa de Responsabilidade Limitada com a soma de quotas de capital correspondente a quinhentos mil cruzeiros, caso a mesma venha fundar-se em conseqüência das duas resoluções anteriores e nas bases da resolução seguinte

QUARTA

Recomendar a adoção das seguintes bases:

a) *Denominação:* Cooperativa Rural do Paraná Ltda. (COOPERAL)

b) *Sede:* Curitiba. Agências em todo o território do Paraná

c) *Fins:* Congregar as pessoas naturais e jurídicas, com domicílio ou sede no Estado do Paraná, integrantes da vida rural organizada nos têrmos do Decreto-lei 8.127, de 24-10-1945, para:

- aquisição, arrendamento de ou parceria em terras para exploração agropecuária pelos seus cooperativados;
- estabelecimento de Colônias e Núcleos de cooperativados;
- manutenção de agências para abas-

tecimento de utilidades agropecuárias aos cooperativados;
— importação de máquinas, veículos, instrumentos, ferramentas, reprodutores, sementes e quaisquer outros produtos de qualquer origem, destinados ao desenvolvimento das atividades rurais;
— produção, beneficiamento, transformação, clasificação, armazenamento, transporte e distribuição de produtos de ou para os cooperativados;
— manutenção de campos e postos experimentais;
— manutenção de quaisquer serviços do interêsse da atividade rural;
— seguro agropecuário;
— financiamento à produção;
— seguro hospitalar.

d) *Capital:* Mínimo Cr$ 2.000.000,00 dividido em 20.000 quotas de 100 cruzeiros cada quota, com as seguintes tomadas mínimas na fundação:
— Federação das Ass. Rurais do Paraná, 5.000 quotas;
— Ass. Paranaense de Cafeicultores, 2.000 quotas;
— Ass. Paran. de Criadores de Bovinos, 1.000 quotas;
— Ass. dos Triticultores do Paraná, 500 quotas;
— Associações Rurais (cada), 100 quotas,
— Particulares (cada), 5 0quotas.
E posteriormente à fundação:
— Associações especializadas (cada), 2.500 quotas;
— Associações regionais (cada), 500 quotas;
— Associações municipais (cada), 250 quotas;
— Pessoas jurídicas (cada), 50 quotas,
— Pessoas naturais (cada), 10 quotas;
— Pagamento facultativo das quotas em dez prestações, devendo a primeira ser paga com a jóia no ato da admissão.

e) *Administração:* Realização das assembléias gerais ordinárias na época das da FARP. Conselho de Administração composto de 9 representantes das várias zonas do Estado, eleitos por 3 anos e com renovação anual de um têrço.

f) *Secções:* Criação imediata das seguintes:
— abastecimento e compras em comum;
— produção e vendas em comum;
— financiamento;
— transporte;
— seguro agropecuário;
— seguro hospitalar.

g) *Agências:* Instalação facultativa e independentemente da autorização do Conselho de Administração, quando indicadas na fundação:
— nas localidades indicada spela FARP, até o limite máxima de 20;
— idem, pela APAC (Ass. Paranaense de Cafeicultores), idem de 8;
— idem, pela APCB (Ass. Paran. Criadores de Bovinos), idem de 4;
— idem, pela ATP (Ass. dos Triticultores do Paraná), idem de 2;
— idem, pelas Associações Rurais, uma por Associação

h) *Sessões:* Trimestrais para o Conselho de Administração e semestrais para a Comissão Fiscal.

i) *Presença:* Recembôlso das despesas de transporte e pagamento cedular por sessão aos membros do CA e CF, quando convocados.

QUINTA

Propor aos presentes, como decorrência da resolução segunda, continuar permanecendo neste local após o encerramento desta Assembléia, para deliberar sôbre a fundação da Cooperativa Rural, eleger a Diretoria provisória da mesma e iniciar a formação do Capital.

SEXTA

Concordar com que as Filiadas, por seus Delegados presentes, assumam compromissos nas bases propostas na resolução quarta, condicionalmente até à manifestação das respectivas assembléias gerais extraordinárias, que deverão ser realizadas até 20 de junho próximo, impreterivelmente.

NOTA: O presente trabalho foi apresentado à I Assembléia Geral Extraordinária da FARP realizada a 9 de maio de 1954, pela Associação Rural de Curitiba, pelo nosso ilustre consócio, Dr. Miguel Matiskey. A Assembléia decidiu encaminhar a referida peça ao Departamento de Assistência ao Cooperativismo, que estipendeu parecer.

(Conclusão da pág. 16)

sidade, dependerá de composições fora de seu alcance direto.

Periòdicamente, defronta-se o rurícola com outro parceiro interessante: a política partidária. As apostas giram em tôrno de promessas de realizações em seu setor. No honesto desejo de ganhar, empata o rurícloa o seu voto. Na maioria das vêzes, as realizações prometidas ficam para uma nova disputa, entre os mesmíssimos parceiros.

O jôgo maior, porém, é com a administração pública. Acostumou-se tanto com êle o rurícola, que não pretende mudar tão cedo de parceiro. A sua aposta é permanente. Traduz-se na esperança. Tem fé absoluta em que os seus problemas mais primários se resolverão através da administração pública. Cada problema, uma aposta. Como nos outros jogos, geralmente sai vencido.

Pouco lhe adianta ouvir os rumores de que seus companheiros de outras paragens, congregados em grupos de classe, tratam em comum das próprias dificuldades, sem jogar com os fatores que atormentam a vida do rurícola patrício. Aqui êle desacredita a sua associação de classe, simplesmente não participando de seu quadro social. Na eventualidade de concordar com a inclusão, dificilmente se obterá o seu comparecimento às reuniões, numa demonstração inequívoca de fuga a qualquer espécie de colaboração.

Individualmente, o rurícola é um admirável parceiro. Falta-lhe apenas o senso da cooperação. Quer ganhar sòzinho. Pena ser tão azarado...

NOTÍCIAS DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

Fomento da Produção Vegetal no Ceará

Segundo o têrmo aditivo ao acôrdo assinado, entre o Govêrno da União e o Estado do Ceará serão empregados quatro milhões e quinhentos mil cruzeiros no fomento à produção vegetal naquêle Estado, entrando o Govêrno Federal com três milhões de cruzeiros e o Govêrno Estadual com um milhão e quinhentos mil.

Departamento Nacional de Produção Animal

Novos métodos serão aplicados no D. N. P. A., no setor da apicultura. Naquêle Departamento vem merecendo grande importância a inseminação artificial para que se efetue a produção em massa de rainhas. Vai ainda o D. N. P. A. iniciar a execução de um plano de melhoramento e seleção de abelhas italianas e serão, também incentivados, os cursos de apicultura.

Nova sede da C. B. A. R.

A Comissão Brasileira de Assistência Educativa às Populações Rurais (C. B. A. R.), que funciona junto a Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário do Ministério da Agricultura está funcionando desde abril. no Edifício Cinelândia, à Rua Senador Dantas 19, salas 205-207.

Auxílio aos criadores do Amapá

Graças aos trabalhos de cooperação entre o Ministério da Agricultura e o Govêrno local, espécimes de puro-sangue da raça zebú estão sendo introduzidos nas fazendas do Território do Amapá, já tendo sido vendidos aos criadores à vista ou a longo prazo 565 animais selecionados e cedidos por empréstimo 75, além de 55 cedidos à título de incentivo a produção. Foram assim beneficiados até o fim do ano passado 230 fazendeiros.

Comércio de Borboletas

As firmas que negociam com borboletas ou curiosidades feitas com as mesmas deverão apresentar suas declarações de estoque até 31 de julho e 31 de janeiro de cada ano, abrangendo as transações efetuadas até 20 de junho e 31 de dezembro, respectivamente, à Divisão de Caça e Pesca, do Ministério da Agricultura.

Estação Experimental de Patos

A Estação Experimental de Patos, situada no Estado de Minas Gerais e mantida pelo Ministério da Agricultura, distribuiu, em 1954, aos fazendeiros 55.018 quilos de sementes para plantio, predominando o trigo e o milho, com, respectivamente 8.053 e 8 223 quilos.

Publicações distribuídas pelo S. I. A.

O Serviço de Informação Agrícola do Ministério da Agricultura distribuiu no período de 1952 a 1954, um milhão e trezentos mil publicações a agricultores, criadores e outros interessados.

Movimento da biblioteca do S. I. A.

Durante o ano de 1954 atendeu a 3.650 pessoas que consultaram 3.918 obras diversas.

Combate à pragas em Pelotas

De acôrdo com os entendimentos havidos entre a Ministério da Agricultura e a Secretaria de Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul o combate à praga que recentemente atacou os eucaliptais de Pelotas, numa área de 300 hectares, foi feito nas seguintes bases:

a) a Divisão de Defesa Sanitária Vegetal do Ministério da Agricultura, forneceu, inicialmente, 30 toneladas de B H C a 2% e, depois, mais 30 toneladas do mesmo inseticida
b) a Secretaria de Agricultura do Estado forneceu dois aviões polvilhadores e parte do inseticida necessário.

Engenharia Rural

O Centro de Ensino e Treinamento de Engenharia Rural do Ministério da Agricultura, localizado em Ipanema, S. Paulo, preparou, desde a sua formação, em setembro de 1947, até dezembro do ano passado:

a) 13 turmas de engenharia rural, num total de 207 engenheiros agrônomos
b) 71 turmas de aradores tratoristas num total de 865 alunos.

Registro de lavradores e criadores

Até o ano passado, estavam inscritos no Registro de Lavradores e Criadores do Serviço de Estatística da Produção do Ministério da Agricultura 93.300 agricultores, dos quais .... 12.106, inscritos em 1954. O Estado com maior número de agricultores é o Rio Grande do Sul (3.082 inscrições).

Inscrições para a venda de tratores

Para inscrições na Comissão Permanente de Revenda de Material do Ministério da Agricultura, visando a obtenção de tratores, os interessados deverão declarar, obrigatòriamente:

a) o número da inscrição no Registro de Lavradores e Criadores do Serviço de Estatística da Produção do Ministério da Agricultura;
b) nome, localização (cidade, município e Estado) e área da propriedade;
c) características e potência em HP, da máquina desejada.

Registros concedidos pela D. C. P.

O Sr. Diretor da Divisão de Caça e Pesca do Ministério da Agricultura, concedeu os seguintes registros:

a) para o comércio de animais silvestres vivos, a firma Camilo da Costa, desta Capital

b) para o comércio de lepidópteros a firma Erico Kohn, desta capital

c) para o comércio de peles de animais silvestres a firma Irmãos Fontenele, de Fortaleza, Ceará

d) para o comércio de peles de animais silvestres a firma Lauritz Ommundoeir, em Fortaleza, Ceará

e) para o comércio de lepidópteros e objetos manufaturados com os mesmos, a firma Aureliano F. Cunha, desta Capital.

Registro de piscicultores

O Diretor da Divisão de Caça e Pesca do Ministério da Agricultura concedeu registro:

a) de piscicultor profissional ao Sr. Alex Conrado Niemeyer, de Capão da Fortuna

b) de piscicultor amador aos Srs. Herbert Kurt Erwin Hochl, do D. Federal, Mario de Oliveira, de Poções, na Bahia, Clovis Gonçalves Dias, de Mococa, Estado de S. Paulo.

Executor de acôrdo

O Sr. Ministro da Agricultura baixou portaria designando o agrônomo classe J, Rubens Benetti, para Executor de Acôrdo com o Estado de Santa Catarina.

Empréstimos para irrigação das plantações

No corrente ano, foi aumentado para Cr$ 400.000,00 o valor do empréstimo que o Ministério da Agricultura concede aos lavradores para irrigação das plantações.

Fomento Animal no Maranhão

Pelo acôrdo firmado entre o Govêrno Federal e o Estado do Maranhão vem sendo intensificado o fomento animal naquêle Estado, onde, por êste acôrdo, vêm sendo trabalhados 2 650 hectares destinados à criação de gado leiteiro, aves, suínos, eqüinos e abelhas.

Produção de mangas

De acôrdo com os dados do Serviço de Estatística da Produção do Ministério da Agricultura, a produção de mangas no Brasil, em 1954, de 1.677.827.000 de frutos, no valor de Cr$ 314.312.000,00. Os Estados que mais produziram mangas foram: Minas Gerais (.... 328.810.000 frutos), Paraíba (301.161.000 frutos), Ceará (192.018.000 frutos) e Maranhão (131.118 000 frutos).

Ajuda aos agricultores

Nos últimos quatro anos foram construídos no país 82 campos de irrigação pela Divisão de Águas do Ministério da Agricultura em colaboração com particulares. A maioria dos campos construídos encontra-se no Polígno das Sêcas, sendo 22 no Piauí, 35 no Ceará, 6 na Bahia, 2 em Pernambuco. Em Minas Gerais e no Estado do Rio foram construídos 5 campos em cada um. No Estado do Maranhão foram, também construídos 5 campos.

Rebanho suíno do Brasil

O rebanho suíno do Brasil é estimado em mais de 25 milhões de cabeças, constituindo assim, o quarto do mundo. Cêrca de 45% do rebanho suíno nacional se encontram nos Estados do Sul, especialmente S. Paulo e Rio Grande do Sul, ambos com populações suínas superiores a 4 milhões.

Junta Executiva de Combate às Pragas do Cafeeiro

Pela Portaria n.º 423 de 2-5-1955 foram designados os Engs. Agrônomos José Casimiro Gomes dos Reis, Diretor do Fomento Agrícola da Secretaria da Agricultura de S. Paulo e Oséas Martins do Instituto Biológico do referido Estado, para integrarem a Junta Executiva de Combate às Pragas do Cafeeiro em S. Paulo.

Mais um Posto de Defesa Agrícola

Pela Portaria n.º 424 de 3-5-1955 o Sr. Ministro da Agricultura criou um Posto de Defesa Agrícola em Itabuna, Estado da Bahia.

Comissão de Estudos da Avicultura

Pela Portaria 418 de 3-5-1955 foi designado o Sr. Raymundo Silveira para integrar a Comissão de Estudos da Avicultura.

Diretores do Ministério da Agricultura

O Dr. Munhoz da Rocha empossou, em fins de maio, os seguintes novos Diretores do Ministério da Agricultura: Dr. Kurt Repsold, Diretor Geral do Departamento Nacional da Produção Vegetal, Dr. Luiz Rocha Alencar, Diretor da Divisão de Fomento da Produção Vegetal, Dr. Augusto Oliveira Lopes, Diretor Geral do Departamento Nacional da Produção Animal e o Dr. Hermes Machado, Diretor do Serviço de Expansão do Trigo.

☆ NOTICIÁRIO ☆

da Escola de Horticultura Wenceslão Bello

A Escola de Horticultura Wenceslão Bello na VIII Semana do Fazendeiro

Pela Portaria n.º 374 de 19 de Abril de 1955 ,o Ministro Costa Pôrto designou o Eng. Agrônomo Geraldo Goulart da Silveira, Professor da Escola de Horticultura Wenceslão Bello para integrar a Comissão Executiva da VIII Semana do Fazendeiro da Universidade Rural.

Écos do 18.º aniversário da E.H.W.B.

No dia 15 de maio, às 11.00 horas, sob a presidência do Dr Antônio de Arruda Câmara realizou-se a sessão comemorativa do 18.º aniversário do estabelecimento, com a presença de todos os alunos inclusive daqueles que frequentam os cursos práticos mantidos pela C.B.A.R. Em nome da diretoria falou o Prof. Geraldo Goulart da Silveira que, de improviso, fez um retrospecto dos 18 anos de atividades da Escola, cujas atividades, êle bem conhece, pois é professor desde a data da fundação. Nesta ocasião foi prestada uma justa e merecida homenagem ao snr. Rubem Henrique Jacundá, ex-aluno da Escola, que ao concluir o Serviço Militar foi contemplado com uma medalha de ouro e mereceu de seus superiores, um elogio dos mais honrosos. Encerrando a solenidade usou da palavra o Porf. Antônio de Arruda Câmara congratulando-se com os presentes e com a Sociedade Nacional de Agricultura pela passagem de mais um aniversário da tradicional Escola de Horticultura Wenceslão Bello.

Cursos em colaboração com a C.B.A.R.

Prosseguem, com elevado número de frequência, os Cursos Práticos Agrícolas mantidos na Escola de Horticultura Wenceslão Bello pela Comissão Brasileira Educativa das Populações Rurais (C.B.A.R.)

CURSOS AGRÍCOLAS PEDAGÓGICOS

Eng. Agr. GERALDO GOULART DA SILVEIRA
Diretor Técnico do S. N. A.

I — *Os diferentes "Cursos Argicolas Pedagógicos"*

De acôrdo com a Lei Orgânica do Ensino Agricola nas Escolas Agro-técnicas poderão ser ministrados os "Cursos Agricolas Pedagógicos", que se destinam à formação de pessoal docente para o ensino de disciplinas peculiares ao ensino agricola ou de pessoal administrativo do ensino agricola.

Ésses cursos são :

a — *Curso de Magistério de Economia Rural Doméstica*, com a duração de dois anos

b — *Curso de Didática do Ensino Agricola, com a duração de um ano*

c — *Curso de Administração de Ensino Agrícola*, com a duração de um ano.

Dêsses cursos, o de *Magistério de Economia Rural Doméstica* vem tendo, nos últimos anos, um grande impulso, havendo já no país, em pleno funcionamento, várias Escolas de Economia Rural Doméstica.

Quanto aos cursos de *Didática do Ensino Agrícola* e de *Administração do Ensino Agricola* foram realizados, em 1947-1948, em regime de colaboração entre a Superintendência do Ensino Agricola, a Fundação Getulio Vargas e a Comissão Brasileira de Educação das Populações Rurais, alcançando grande êxito.

Considerando-se que através dos Cursos Agricolas Pedagógicos conseguir-se-á, — com grandes vantagens para o ensino, o preparo de pessoal habilitado ao desempenho das funções de Professôres e Orientadores do Ensino Agricola, é de tôda a conveniência que, aos cursos de Didática do Ensino Agricola e de Administração do Ensino Agricola seja dado desenvolvimento igual ao que já vem sendo dado ao curso de Magistério de Economia Rural Doméstico.

II — *Objetivos de cada um dêsses cursos*

As três modalidades de Cursos Agricolas Pedagógicos acima mencionados vieram preencher, sem dúvida, uma grande lacuna no ensino agricola, qual seja o da falta de um suficiente número de profissionais especializados que conheçam, em seus múltiplos aspectos, os problemas relativos ao ensino agricola.

Sòmente com o concurso dêsses elementos será possivel tornar realidade, em tôda a sua magnitude, a solução do ensino profissional agricola, que é o ensino médio previsto na Lei Orgânica do Ensino Agricola e que nos últimos sete anos vem tornando um notável impulso entre nós, com a criação, todos os anos, de novas Escolas de Iniciação Agricola, Agricolas e Agro-técnicas.

E essa uma questão fundamental que merece ser encarada com tôda a atenção pois de pouca valia será a difusão de escolas destinadas ao ensino profissional agricola em todos os seus graus, se não houver um suficiente

número de profissionais que satisfaça as exigências de funcionamento dessas Escolas.

O problema não é de apenas fundar escolas e aparelhá-las materialmente; é preciso também aparelhá-las didaticamente, possibilitando-lhes o concurso de pessoal docente e administrativo preparado para bem conduzi-las e orientá-las.

Precisamos de escolas, muitas escolas; mas, paralelamente não devemos descuidar do preparo de professôres e orientadores do ensino agrícola, a fim de que elas possam funcionar em condições pedagógicas satisfatórias.

Boas escolas, bem instaladas e convenientemente aparelhadas sem bons mestres de nada adiantam.

A formação dos mestres e condicão essencial que deve preceder à instalação de novas escolas.

Visando, justamente, atender a êsses imperativos, foram estabelecidos pela Lei Orgânica do Ensino Agrícola, as diferentes modalidades de Cursos Agrícolas Pedagogicos, a exemplo do Curso de Filosofia, em relação ao ensino secundário.

O problema do ensino no Brasil, principalmente do ensino agrícola, e um problema de grande relevância que precisa e deve ser encarado com a máxima atenção e cuidado.

Sòmente através de uma rêde de Escolas bem aparelhadas e com o concurso de um corpo de professôres e administradores esclarecidos, conseguiremos atender às finalidades do ensino agrícola, estabelecidas pelo Decreto-Lei 9.613, de 20 de agôsto de 146, em o Art 2.º do Cap. I, do Titulo II, assim redigido:

Art. 2.º — O ensino agrícola deverá atender:

1 — Aos interêsses dos que trabalham nos serviços e misteres da vida rural, promovendo a sua preparação técnica e a sua formação humana.

2 — Aos interesses das propriedades ou estabelecimentos agrícolas proporcionando-lhes de acôrdo com as suas necessidades crescentes e imutáveis, a suficiente e adequada mão-de-obra.

3 — Aos interêsses da Nação, fazendo continuamente a mobilização de eficientes construtores de sua economia e cultura.

O preparo de profissionais especializados nas diferentes modalidades dos Cursos Agrícolas Pedagógicos é, portanto; de um alcance inestimável, pois sòmente com o valioso concurso dêsses elementos conseguiremos em futuro próximo, tornar realidade o grande ideal de *um grande país agrícola com ensino agrícola à altura de suas necessidades.*

Paralelamente, à medida que o Ministério da Agricultura fôr preparando, em suas Escolas o pessoal técnico e docente necessário ao perfeito funcionamento as suas Escolas, torna-se necessário:

a — a criação de um "*Centro de Estudos e Pesquizas Educacionais*", que se destine ao estudo particularizado do ensino agrícola, promovendo a realização de inquéritos, pesquisas, cursos de aperfeiçoamento, etc.

b — a criação de "*Associações de Professôres e Orientadores de Ensino Agrícola*" que estudem os problemas do ensino agrícola e as condições do meio rural brasileiro, visando cada vez mais a elevação de um e de outro, tendo por base os estudos e pesquizas realizadas pelo Centro de Estudos e Pesquizas Educacionais.

CONCLUSÕES

1 — O ensino profissional agrícola precisa e deve cada vez mais desenvolver-se no país a fim de que a nossa agricultura seja orientada em bases técnicas e racionais.

2 — Paralelamente à difusão de Escolas de Iniciação Agrícola Agrícolas e Agro-Técnicas não devem ser descuidados os *Cursos Argícolas Pedagógicos* visando a formação de pessoal docente e administrativo a altura de bem conduzí-las e orientá-las.

3 — A criação de um *Centro de Estudo e Pesquizas Educacionais* que cuide particularizadamente do ensino agrícola é uma necessidade para que tudo quanto se faça no sentido de melhorar as condições do ensino agrícola seja baseado em estudos, pesquizas e inquéritos convenientemente planejados, executados e interpretados.

4 — A criação de "*Associações de Professôres e Orientadores do Ensino Agrícola* é, igualmente recomendável a fim de que, através de debates e estudos baseados nas pesquizas do "Centro de Estudos e Pesquizas Educacionais", sejam coordenados planos de ação visando cada vez mais elevar não só o padrão de ensino agrícola entre nós, como também das condições de vida do meio rural brasileiro.

CONSULTAS

Eng. Agr. GERALDO GOULART DA SILVEIRA
Redator Técnico d'A LAVOURA

Verrugose da laranjeira

Respondendo ao Sr. J. S., nosso consócio do Distrito Federal, temos a informar:

a) a verrugose é causada por um fungo chamado Elsinoe australis
b) o combate deve ser preventivo, pulverizando-se as plantas, na época da floração, quando caem as pétalas
c) o fungicida aconselhado é a calda bordaleza a 1%.

Plantas para jardineiras

Esclarecendo à Sra. M. G. C., de Campo Grande, Distrito Federal, temos a informar:

a) entre as plantas recomendáveis para jardineiras podemos citar a petúnia as samambaias, os tinhorões, a begónia, o amor perfeito, etc.
b) recomendamos a leitura do livrinho "Jardins" de autoria do Dr. Leonam de A. Pena.

Cultura do pimentão

Respondendo ao Sr. N. A. S., nosso consócio do Estado do Espírito Santo, temos a informar:

a) o melhor solo para o plantio do pimentão é o sílico-argiloso
b) uma boa distância para o plantio definitivo é 0,50 m entre as mudas e 0,80 m entre as linhas
c) o rendimento médio é de 10 a 12 frutos comerciáveis, por planta.

Tratamento de limpeza dos Citrus

Respondendo ao Sr. V. C. P., nosso consócio do Estado do Rio, temos a informar:

a) os tratamentos de limpeza dos Citrus devem ser feitos no período de estiagem (inverno)
b) as partes podadas, galhos secos, galhos atacados, frutos doentes, etc., devem ser destruídos pelo fôgo
c) a caiação dos troncos das árvores podadas e limpas é o tratamento complementar
d) a caiação pode ser feita com a pasta bordaleza.

Cipreste

Respondendo ao Sr. P. L., nosso consócio do Estado de S. Paulo, temos a informar:

a) o cipreste é originário do México, onde se encontra nas montanhas, em estado nativo
b) seu nome científico é Capressus Pusitana
c) no Brasil é muito utilizado para ornamentação de bosques e para cêrcas vivas
d) a madeira é utilizada como matéria prima para fábricas de papel; serve para a fabricação de lápis; para fôrro e revestimento interno de construções, etc.

Combate às larvas de mosquito anofelinos

Respondendo ao Sr. L. C. J., nosso consócio de Santa Catarina, informamos que para o combate às larvas dos mosquitos anofelinos são recomendáveis as seguintes medidas:

a) evitar águas paradas (atêrro de poças d'água para evitar as depressões do terreno, desobstrução de riachos, canais, etc.
b) colocar petróleo na água para impedir a respiração das larvas
c) povoar os rios, riachos, canais, lagôas, etc., com peixes larvófagos, isto é, que se alimentam com larvas.

SÓCIO CORRESPONDENTE DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA EM PORTUGAL

Por proposta do Secretário Geral, Sr. Luiz Marques Poliano, foi eleito, por unanimidade, em sessão da diretoria realizada em 9-5-1955, o Prof. Henrique de Barros, sócio correspondente da Sociedade Nacional de Agricultura, em Portugal.

Tratou-se sem dúvida, de uma justa e merecida homenagem prestada ao Engenheiro Agrônomo Henrique de Barros, notável economista português e grande amigo do Brasil, filho do conhecido escritor João de Barros, antigo Ministro de Negócios Estrangeiros e neto paterno de Afonso Ernesto de Barros, Visconde da Marinha Grande que exerceu durante muitos anos o cargo de Vice-Cônsul do Brasil na cidade de Figueira da Foz e neto materno do romancista Francisco Teixeira de Queiroz, também ex-ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal.

O nosso novo sócio correspondente é figura conhecida em todo o mundo pelos seus brilhantes estudos e trabalhos especialmente no setor da economia rural.

O Prof. Henrique de Barros, nasceu em Coimbra a 7 de Outubro de 1904 e é Engenheiro Agrônomo pelo Instituto Superior de Agronomia de Lisboa, tendo apresentado, por ocasião da conclusão do curso, em 1930, a tese "Ensaio sôbre a História da Colonização Metropolitana", classificada com 19 valores (máximo de 20).

Tem exercido, desde aquela data, diversas comissões no serviço público em Portugal. Atualmente é Diretor do Gabinete de Estudos Econômicos da Junta Nacional de Frutas; é vogal do Conselho de Cadastro, como representante da Direção Geral dos Serviços Agrícolas e é consultor econômico da Federação Nacional dos Produtores de Trigo. Foi professor auxiliar e depois professor catedrático do Instituto Superior de Agronomia ocupando a cadeira de Economia Rural. Já regeu, também, no referido Instituto, as cadeiras de Contabilidade Agrícola e de Geografia Econômica.

O Prof. Henrique de Barros colaborou no Inquérito Econômico Agrícola e no Inquérito à Habitação Rural, promovidos pela Universidade Técnica de Lisboa. Quando estudante, dirigiu durante dois anos a revista "Agros" e presentemente dirige a coleção portuguesa de livros agrícolas "A Terra e o Homem".

O nosso sócio correspondente em Portugal já esteve no Brasil três vêzes. A primeira, em 1949, a convite do nosso Ministro da Agricultura, para realizar entre nós, uma série de conferências e cursos sôbre problemas de economia rural. A segunda, em 1950, como enviado da F. A. O. para estudar a expansão da Triticultura no Estado do Rio Grande do Sul. A terceira, também como enviado da F. A. O. tomou parte no "Seminário Latino-Americano sôbre os Problemas da Terra" e realizou várias conferências em Pernambuco, Bahia, Minas Gerais e S. Paulo. Em 1950 realizou uma viagem a Grã-Bretanha a convite do British Council e em 1951 visitou Angola. Entre as obras publicadas pelo Prof. Henrique de Barros podemos destacar :

O milho em Portugal (1930-1933)
Inquérito à Freguesia de Cuba (1934)
A população e o trabalho agrícola na Freguesia de Cuba (1933)
A cultura do trigo na região do Alto Alentejo (1934)
Análise à marcha dos preços dos produtos agrícolas de 1927 a 1931 (1935)
A região de Colares (1938)
Mousinho da Silveira e a sua obra (1936)
Oliveira Martins e o projeto de lei do fomento rural (1946)
O problema do trigo (1941-1944)
O método analítico de avaliação da propriedade rural (1943)
O custo da produção viti-vinicultura (1942)
As provincias do Norte de Portugal (1943)
Inquérito à habitação rural (1943-1948)
O problema técnico-econômico do custo de produção em agricultura (1945)
Economia Agrária — 3 volumes (1949-1950 e 1954)
O conceito do Economista (1948)
A produção do trigo (1948)
Sôbre o conceito de reforma agrária (1949)
Visão de um agrônomo português acêrca do Brasil agrário (1950)
Sôbre o conceito de reforma agrária (1949)
Inquérito ao custo de produção do trigo no Continente Português (1950)
Um agrônomo português visita a Grã-Bretanha (1951)
Colaboração Técnica no plano internacional (1952)
Relatório ao Govêrno do Brasil sôbre a Economia da Produção do Trigo no Rio Grande do Sul (1953)
Estrutura agrária como obstáculo à ação agronômica (1954)
Custos de produção da cultura canavieira no Brasil (1955)

Em colaboração, Henrique de Barros publicou :

Our la production et le commerce des fruits au Portugal (colaboração com R. Vital Rodrigues, em 1952)
A produção da batata no Algarve (em colaboração com R. Vital Rodrigues, em 1951)
Árvores de fruta (em colaboração com L. Quartin, em 1936, 1943 e 1950)
A evolução do agricultor português entre as duas guerras mundiais (em colaboração com Azevedo Gomes, em 1945)

A revista "A Lavoura" congratula-se com a Sociedade Nacional de Agricultura com a feliz escôlha de tão destacado vulto da agronomia portuguêsa para seu sócio correspondente em Portugal e abrigará sempre, com grande satisfação, qualquer colaboração do Prof. Henrique de Barros, que conta em nosso país com um elevado número de amigos e admiradores.

"LIVROS E PUBLICAÇÕES"

Comentários pelo
Eng. Agr. GERALDO GOULART DA SILVEIRA
Redator Técnico d'A LAVOURA

BOLETIM DE INDÚSTRIA ANIMAL
Ano XX — Vol. 14 — Num. único

Foi dado à publicidade mais êste número do Boletim que é o órgão do Departamento da Produção Animal da Secretaria de Agricultura do Estado de S. Paulo onde se encontram trabalhos técnicos assinados por Alberto Alves Santiago, Luiz Paulin Neto, Geraldo Leme da Rocha, Henrique Francisco Dalmo, Levigildo Pacheco Jordão, Manoel Xavier de Camargo, Pedro Gouvêa, Francisco Amaral Rogick, Hilda de Mello Teixeira e Silva, Cicero Ferraz Lopes e Francisco Soares da Silva Filho.

THE AMERICAN ECONOMIC REVIEW
Vol. XLIV — Num. 5 — Dezembro de 1954

Mais um número desta interessante revista com um bom artigo sôbre açúcar intitulado "The international sugar agreement of 1953" de autoria de Boris Swerling.

REVISTA BRASILEIRA DE ECONOMIA
Ano 8 — Num. 3 — Setembro de 1954

Contém êste n.º da Revista Brasileira de Economia editada pela Fundação Getúlio Vargas, dois oportunos estudos: um, sobre "Produtividade", do Prof. Eugenio Gudin, e outro sôbre "A Economia do Progresso Material", do Prof Gale Brenzen.

NOTAS AGRONOMICAS
Vol. 6 — Ns. 1-2-3

Esta publicaçao tecnica da Estación Agricola Experimental de Palmira, do Ministério de Agricultura y Ganaderia de Colombia, traz um interessante e completo estudo sôbre o gênero Musa, intitulado "El genero Musa en Colombia", de autoria do Dr. Ricardo Cordenosa Barriga, apresentado pelo Prof. José Cuetrecasas. Trata-se, sem duvida, de um trabalho da mais alta importância para aqueles que se dedicam aos estudos de Botânica.

THE RED POLL HERD BOOK

A biblioteca da Sociedade Nacional de Agricultura foi enriquecida com o vol. 71, ano 1954, do bem impreso e completo The Red Poll Herd Book

ARQUIVOS BRASILEIROS DE PSICOTECNICA
Ano 6 — N.º 4

Como sempre, traz o presente numero de Arquivos Brasileiros de Psicotécnica, referente ao mês de Dezembro de 1954, editado sob a orientação do Instituto de Seleção e Orientação Profissional da F. G. V. interessantes trabalhos sôbre psicotécnica.

OS PROBLEMAS DA TERRA NO BRASIL E NA AMÉRICA LATINA

O presente volume, editado pela Comissão Nacional de Política Agrária do Ministério da Agricultura traz todo o documentário e as conclusões do Seminário Latino-Americano sôbre o "Problema da Terra" realizado em Campinas, Estado de S. Paulo, em Maio-Junho de 1953, sob os auspicios do Govêrno Brasileiro e da F. A. O.

BOLETIM DO RURICOLA
Ano 1 — Ns. 1-2-3

Trata-se dos três primeiros números correspondentes aos meses de Janeiro, Fevereiro e Março, do Boletim mensal publicado pela Associação Rural de Açú, Estado do Rio Grande do Norte, que se destina à divulgação de conhecimentos, informações e noticiário sôbre agricultura e pecuária não só do próspero município de Açú, como também do país em geral.

PUBLICAÇÕES DO I.B.G.E.

Recebemos mais dois volumes editados pelo I.B.G.E., referentes ao VI Recenceamento Geral do Brasil de 1950. São os seguintes os volumes recebidos:

a — Estado de Minas Gerais — Censo demográfico.

b — Estado de S. Paulo — Censo demográfico.

MINAS EM FÔCO
Ns. 2 até 23 (Julho de 1953 a Abril de 1955)

Trata-se de um periódico de divulgação e orientação contendo súmula das atividades comerciais, industriais, agro-pecuárias, culturais e sociais do Estado de Minas Gerais Uma das secções de interêsse para os agricultores é a referente à "Atividades Agro-pecuárias".

ESTACION EXPERIMENTAL AGRICOLA DE LA MOLINA

Recebemos da referida Estação Experimental, subordinada ao Ministério da Agricultura do Perú, as seguintes publicações:

a) **Principales insectos de las plantas cultivadas en el Perú**, Dr. J E. Wille T Boletim n.º 55 — Julho de 1954.

b) **El platano en tumbes**, pelo Eng Agr. Consuelo Bezan de Segura — Informe n.º 92 — Novembro de 1954.

c) **Cultivo del melon**, pelo Eng. Agr Germán de la Rocha Garcia — Circular n.º 68 — Setembro de 1954.

d) **Virosis de la papa en la sierra del Perú**, pelo Dr. Karl Sibberschimidt

REVISTA DE AGRICULTURA
Ano XII — N.º 9

A Revista de Agricultura e o órgão oficial da Faculdade de Ciências Agronômicas da Univer-

sidad Maior de San Simon, de Cochabamba, Bolivia. O presente número, referente ao mês de Dezembro ed 1953, contém os seguintes trabalhos:

a) Un viaje botanico por el sur de Bolivia, pelo Dr. Martín Cardenas.
b) Notas cactologicas de Bolivia, pelo Dr. Martin Cardenas.
c) El cultivo de secano, pelo Eng. Agr. Jorge Espinosa C.
d) Exloradores botanicos de Bolivia, pelo Dr. Martin Cardenas.

NOTICIAS AGRICOLAS
N.º 5 — Março de 1953

Trata-se de um interessante Boletim da Associação Rural de Curitiba, de que é presidente o Dr. Lauro Ribeiro de Macedo.

REVISTA BRASILEIRA DOS MUNICIPIOS
N.º 29 — Ano VIII — Janeiro-Março de 1955

Trata-se de uma publicação trimestral do Conselho Nacional de Estatística, que é órgão oficial da Associação Brasileira dos Municípios. No presente número encontram-se trabalhos assinados por Auturo Morales Carrión, Rafael Picon, Americo Simas F.º, Luiz Faria Braga, Pedro Munhoz Armato, Sylvio Corrêa de Avelar, Brasilio Machado Neto, Silva Xavier e Otto Schneider.

A INTEGRAÇAO DO EXERCITO NUM PLANO AGRICOLA NACIONAL

A Associação dos Engenheiros Agrônomos do Paraná acaba de editar a tese do Eng. Agr. Lycio Grein de Castro Vellozo subordinado ao título acima. A referida tese trata de um assunto da mais alta relevância para o país e mereceu aprovação da II Conferência Rural Brasileira reunida em Curitiba, Estado do Paraná, no período de 6 a 10 de Dezembro de 1953.

P. C. E. A.
Vol. III — N.º 3

P. C. E. A. significa Programa Cooperativo de Experimentação Agro-pecuária, mantido pelo Programa de Cooperação Técnica entre o Perú e os Estados Unidos através do Ministério da Agricultura e da F. A. O. No presente número encontram-se interessantes trabalhos sôbre batata, algodão, irrigação, trigo e cacau.

REVISTA DE LA BOLSA DE COMERCIO
Ano LVII — N.º 3 — 31 de Março de 1955

Trata-se de uma revista editada pela Camara Nacional do Comércio de Montevidéu, Uruguai, com farto noticiário sôbre assuntos comerciais.

IOWA STATE COLLEGE, AMES, IOWA

Recebemos as seguintes publicações do Iowa State College, Ames, Iowa, Estados Unidos.

a) The 1954 Iowa Corn Yeld Test, por Charles D. Hutcheroft e Jo L. Robinson — Bul. P. 118.

b) Costs, returns and capital requirements : for soil conserving farming on rented farms in Western Iowa, por Harold R. Jensen, Earl O. Heady e Ross V. Baumann R. Bul 423.

c) Comprison of costs of service and self-service methods in retail meat Departments, por Fred H. Wiegmann, E. S. Criffton e Geoffrey Shephered — R. Bul 422.

SELEÇOES AGRICOLAS
Ano X — N.º. º108

O referido numero de Seleções Agricolas, referente ao mês de Abril de 1955, traz artigos assinados por Copérnico Arruda Cordeiro, L. Penna Teixeira Oscar Lopes, Rui Simões Menezes, José A. Vieira, Juan Diemer Johansenn e Hugo Almeida Leme, Torres Filho.

A.C.I.B.P.
Ano I — Ns. 1 e 2

Trata-se do órgão oficial da Associação Comercial e Industrial de Barra do Piraí, Estado do Rio, contendo farto noticiário de interêsse geral.

BOLETIM DA ASSOCIAÇAO DOS SERVENTUARIOS DA JUSTIÇA DO ESTADO
Ano VII — N.º 49 — Março de 1955

Digno de registro é o fato deste Boletim, completamente alheio aos problemas da agricultura, ter, patrioticamente, divulgado na íntegra o ofício que a Sociedade Nacional de Agricultura enviou a todos os Prefeitos Municipais relativamente à "Campanha Nacional do Reflorestamento", colaborando assim, eficientemente, na campanha de âmbito nacional promovida pela S. N. A.

BOLETIM D EL ASOCIACIÓN NACIONAL DE INGENIEROS AGRONOMOS

N.º 58 — Fevereiro de 1955

O presente n.º do referido Boletim traz um interessante estudo do Eng. Agr. C. Roquero de Labum, intitulado "Algunos dados para el estudio de la erosion del suelo", ilustrado com elucidativas fotografias, gráficos e tabelas. Digno de registro é o fato do ano de 1955 ser o ano do centenário da prestigiosa classe agronômica da Espanha.

A GRANJA
Ano XI — N.º 91 — Março de 1955

Recebemos mais um número de "A Granja" editada em Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.

ANUARIO 1951-1952
Diretoria do Serviço Geográfico

O presente anuário editado pela Diretoria do Serviço Geográfico do Departamento Técnico e de Produção do Ministério da Guerra contém interessante colaboração técnica sôbre assuntos geográficos.

INFORMATIVO FARSUL
N.º 50

Boletim mimeografado da Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul, com assuntos de interêsse para aqueles que se acham integrados no movimento associativista do país, especialmente no Rio Grande do Sul.

BOLETIM DA C.C.P.L.
Ano VIII — N.ºº 80

Trata-se de mais um número (referente ao mês de Março), do Boletim mensal da Cooperativa Central dos Produtores de Leite, com oportunos artigos sôbre laticínios, cooperativismo, etc.

EDUCAÇAO RURAL
Ano I — Números 4 e 6

O presente número de "Educação Rural", referente aos meses de Junho a Agôsto de 1954, editado pela Superintendência do Ensino Rural da Secretaria de Educação e Cultura do Rio Grande do Sul, traz vasta documentação sôbre assuntos diversos relacionados com a educação rural no Estado, além de magnífica colaboração subscrita por conceituados educadores nacionais e estrangeiros.

LAVOURA PORTUGUESA
Ano 41 — N.º 27

"Lavoura Portuguesa" é o Boletim da Associação Central de Agricultura Portuguêsa. No presente número encontra-se entre outras, uma exposição feita por M. Lengler, em sessão da Academia de Agricultura Francesa realizada em 5 de Novembro de 1952 sôbre "Da importância e da prática da agricultura, segundo o Zend-Aevta, livro sagrado dos Persas (1.600 anos antes de Cristo)

CONJUNTURA ECONÔMICA
Ano IX — N.º 4

E' o número referente ao mês de Abril de 1955 da consagrada revista de assuntos econômicos editada pela Fundação Getulio Vargas.

REVISTA BRASILEIRA DE PANIFICAÇAO
Ano XX — Ns. 235 e 236

Trata-se de uma revista dedicada aos assuntos de panificação e indústrias correlatas.

GAZETA DAS ALDEIAS
Ano 60 — Ns. 2300-2301-2302

Recebemos mais três numeros desta interessante revista de propaganda agrícola editada no Pôrto, Portugal.

LAVOURA ARROZEIRA
Ano IX — N.º 99 — Março de 1955

Como sempre, Lavoura Arrozeira editada sob os auspícios do Instituto Rio-Grandense do Arroz, traz bons artigos sôbre assuntos agronômicos especialmente sôbre arroz.

PUBLICAÇOES DA UNIVERSIDADE NACIONAL DE CUYO

Recebemos as seguintes publicações da Universidade Nacional de Cuyo, da Faculdade de Ciências Agrárias de Mendoza, Argentina:

a) **El jardin colonial en Salta**, do do Eng. Agr. José Grosso Dutto ((Boletin de Extesion n.º 6).

b) **El problema filoxerico en Cuyo**, dos Engs. Agrs. Pedro A. Zulnaga e Ciro S. Gutierrez (Bol. de Extension n.º 7).

c) **Determinación de glicerina en vinos por cromatografia de papel**, dos Engs Agrs. José Palleroni e Roberto Vega.

BAHIA RURAL
Ano XXIII — Ns. 2 e 3

Mais dois números desta interessante revista (meses de Fevereiro e Março de 1955), distribuída pela Cooperativa Central do Instituto de Pecuária da Bahia Ltda.

PUBLICAÇOES DO I.B.G.E.
Conselho Nacional de Estatística

O Conselho Nacional de Estatística está distribuindo duas oportunas monografias:

a) **Cachoeiro de Itapemerim** — 14.ª monografia da série que o CNE vem organizando, contendo valiosos dados informativos e numéricos sôbre a vida municipal brasileira, nos seus aspectos demográficos, econômicos e culturais.

A presente monografia estuda o município de Cachoeiro de Itapemerim, um dos mais importantes dos municípios do Estado do Espírito Santo.

b) **Aracajú** — A presente monografia faz parte da série de monografias municipais, que está sendo organizada pela Diretoria de Documentação e Divulgação. Com esta monografia, o CNE associou-se às comemorações culturais do 1.º Centenário da elevação de Aracajú à categoria de cidade e capital do Estado de Sergipe.

REFLEXOES A RESPEITO DA REFORMA AGRARIA EXIGIDAS PELO BRASIL

Recebemos de seu autor D'Almeida Guerra Filho, um folheto de oito páginas, editado em 1953, abordando o muito discutido problema da reforma agrária no Brasil, abrangendo três capítulos: a) generalidades; b) mística das possibilidades; c) acesso à terra.

CHACARAS E QUINTAIS
Ano 46 — Vol. 91 — N.º 4

Recebemos êste número referente ao mês de Abril, da popular revista Chácaras e Quintais, editada em S. Paulo.

BULLETIN ECONOMIQUE ET SOCIAL DE LA TUNISIE
N.º 98 — Março de 1955

Como sempre, êste número traz interessantes estudos económicos, sociais e culturais, além de dados informativos e estatísticos diversos.

OBSERVADOR ECONOMICO E FINANCEIRO
Ano XX — N.º 229 e 230

Recebemos os números acima, referentes aos meses de Março e Abril do corrente ano fundado por Valentim Bouças. No n.º 230 encontra-se o relatório da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos.

I. B. P. T.
Ano III — N.º 9

A revista I.B.P.T. é o órgão oficial dos técnicos do Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas do Paraná. No número 9, referente aos meses de Janeiro-Março de 1954 encontram-se interessantes contribuições assinadas por Lycio G. de Castro Velloso, Armando Navarro Sampaio, Oswaldo S. Fontoura, Gastão V. L. Kublack, Oswaldo Coccon e outros.

CARTA QUINCENAL
Ns. 226-227-228

Recebemos os números acima referentes aos meses de Março e Abril do corrente de Carta Quincenal da Camara Central de Comercio do Chile.

AMERICAS
Vol. VII — Ns, 4 e 5

Os números 4 e 5 de Américas referem-se aos meses de Abril e Maio de 1955. O primeiro deles é comemorativo do 65.º aniversário da O. E. A.

BOLETIM INFORMATIVO
Ano XII — N.º 97

O Boletim Informativo, editado em Trujillo, República Dominicana, é o órgão das Camaras Oficiais de Comércio, Agricultura e Indústria da República Dominicana. No presente número encontra-se transcrito ,na íntegra o Decreto 463 assinado pelo Presidente Trujillo, regulamentando a conservação melhoramento e fomento dos cafezais na República Dominicana.

TUCAN
Ano VI — Ns. 255-256-257-258

Recebemos mais êstes quatro números de Tucan, que é uma revista semanal de informação econômica do Instituto Assessor Técnico do Comércio Exterior, editado em Madrid, Espanha.

EXTENSION SERVICE NEWS
Vol. X — N.º 4

Foi dado a publicidade mais êste número de Extension Service News, de Agricultural Extension Service do Virginia Polytechnic Institute, dos Estados Unidos.

EXTENSION SERVICE
State College of Washington

Recebemos as seguintes publicações do Extension Service do State College of Washington:

a) *Control of Spittlebugs on Strawberries* — Ext. Circ. n.º 253
b) *Chemical weed control in beans for Western Washington* — Ext. Misc. Publ n.º 34.
c) *Annual weed control in Western Washington pasture and hay seedlings.* — Ext. Misc. Publ. n.º 33.
d) *Chemical weed control in pickling cucumbers for Western Washington.* — Ext. Mics. Publ. n.º 35.
e) *Barberry bushes spread stem rust* Ext. Circ. 106.
f) *Farm shorp equipment* — Ext. Bul. n.º 496.

BIMONTHLY BULLETIN
Vol. XVII — N.º 4

Recebemos mais êste número de Bimontly Bulletin, da North Dakota Agricultural Experimente Station, de Fargo, North Dakota, Estados Unidos.

LIGA MARITIMA BRASILEIRA
Ano XLVIII — N.º 567

Recebemos mais êste número de Revista da Liga Marítima Brasileira Ltda.

RODOVIA
Ano XVI — Ns. 180 e 181

Recebemos êstes números referentes aos meses de Fevereiro e Março de Rodovia, revista de técnica e de divulgação rodoviária.

DIVERSOS

Recebemos e agradecemos :

a) *Tendencias economico-financeiras* — Ano II N.º 25, orientada e preparada pela Assessoria de Assuntos Econômicos das Organizações Novo Mundo.
b) *Saude* — Ano VIII — Ns. 87 e 88, editado pelo Serviço Nacional de Educação Sanitária.
c) *Revista del Consórcio de Centros Agricolas de Manabi* — N.º 79.
d) *Vida Agricola e Comercial* — Ano VI — N.º 70, editado em Lisbôa, Portugal.
e) *O Pioneiro* — Ano I — N.º 8 — editado pela Cia. Siderúrgica Belgo-Mineira.
f) *Revista de la Bolsa de Comércio* — Ano LVII — N.º 2, editada pela Camara Nacional de Comércio, de Montevidéu, Uruguai.
g) *Vida* — Vol. XII — N.º 6, editada pela Confédération de L'Alimentation Belge.
h) *Agricultura Técnica* — Ano XIV N.º 1 e Ano XIII — N.º 2, do Ministério da Agricultura de Santiago, Chile.

DIVERSOS

Recebemos e agradecemos:

a) News Orleans Port Record — Vol. XIII — 6.º 6.

b) Industry Tomorrow — Abril de 1955.

c) Revista Industrial — Vol 23 — N.º 5.

DANISH AGRICULTURE — DENMARK AS A FOOD PRODUCER

Interessante e muito bem apresentado livro, editado pela Danish Agricultural Organizations, de Copenhagen, em 1954.

WASHINGTON AGRICULTURAL EXPERIMENT STATIONS

INSTITUTE OF AGRICULTURAL SCIENCES STATE COLLEGE OF WASHINGTON

Recebemos as seguintes publicações editados pelo State College of Washington:

a) Methods for determining consumption and digestibility of parture forages by sheep — Tec .Bol. n.º 16.

b) The farm people of Washington at mid-century — Bol. n.º 557.

c) A re-study of apple powdery mildew in eastern Washington — Bol. n.º 560.

d) 64th annual report — Bol. n.º 559.

RELAÇÃO DAS REVISTAS RECEBIDAS DO ANO DE 1955

MARÇO E ABRIL

Academie D'Agriculture de France — N.º 4-6.
Algodon — N.º 8-9.
Agronomia — Ano XIX — N.º 78.
Américas — Vol. VII — N.º 3-4.
ACIBP — Ano I — N.º 2.
Bahia Rural — N.º 3.
Bol. da Associação Rural do Vale do Rio Grando — N.º 133-B.
Boletim da C.C.P.L. — N.º 80-81.
Boletim do Leite — Vol. VIII — N.º 93-94.
Boletim de la Ass. Nacional de Ingenieros Agronomos — N.º 60.
Brasil Rural — N.º 152-153.
Boletim Informativo — Vol. XII — N.º 100.
Boletim Informativo — N.º 94.
Bulletin Economique et Social de la Tunisie — N.º 98-99.
Carta quincenal de la Camara de Comércio — N.º 226 a 228.
Boletin del Inst. Nacional de Colonização — N.º 61-62.
Chácaras e Quintais — Vol. 91 — N.º 3-4.
Comércio Internacional — Vol. IV — N.º 8.
Conjuntura Econômica — Ano IX — N.º 3-4.
Extension Service News — N.º 3-4.
Fauna — Ano XIV — N.º 3-4.
FAO — Memorandum — N.º 3.
Fomento Agrícola — N.º 3.
Gazeta das Aldeias — N.º 2.298 a 2.301.
Granja (A) — Ano XI — N.º 94-95.
Holland Shipping and Trading — N.º 5.
Ifap News — Vol. 4 — N.º 3-4.
Informativo Farsul — N.º 49-50.
Ingenieria Agronomica — Ano XIII — N.º 2.
Iowa Farm. Science — Vol. 9 — N.º 9.
Lavoura Arrozeira — Ano IX — N.º 99-100.
Lavoura Portuguêsa — N.º 27-28.
Massey Harris — Ano XXI — N.º 329.
Mercado do Café — N.º 922 a 930.
Minas em Fóco — N.º 22-23.
New Orleans Port Record — N.º 6.
Observador Econômico e Financeiro — N.º 229-230.
Paraná Econômico — Ano 2 — N.º 24-25.
Piauí Rural — Ano I — N.º 1.
Pioneiro (O) — Ns. 6-7 — 8-9.
Revista de Agricultura — Ns. 1-2-3.
Revista Agronômica — Ns. 215 a 219.
Revista de la Bolsa de Comércio — N.º 3-4.
Revista Brasileira de Filosofia — Vol. V — N.º 17.
Revista Brasileira dos Municípios — N.º 29.
Revista Brasileira de Panificação — N.º 235-236.
Revista do Clube de Engenharia — N.º 223-224
Revista Industrial — N.º 3.
Revista Mensal da Liga do Comércio do Rio de Janeiro — N.º 257-258.
Revista dos Mercados — Ano VI — N.º 55-56.
Rodovia — N.º 181.
Seleções Agrícolas — Ano X — N.º 107-108.
Tucan — Ns. 251 a 258.
Vida Agrícola e Comercial — N.º 70.
Vita — Vol. XII — Ns. 5-6 — 7-8.
World Agriculture — Vol. IV — N.º 2.

Oferta do Sr. Luiz Marques Poliano.

Die deutsche landwirtschaft.
Aus deustschland — De Alemania.
Agradienst — 1955.
Ausbildung und Beratung — Ns. 9-10-11-12 de 1954 — 1-2-3 de 1955.
Eberhardt.
Auslands — Informationen — Hamburg, 1955.

Oferta do Sr. Christovam Ferreira de Sá

O Loteamento das Estradas e a Agricultura — São Paulo, 1954.

Oferta do DASP

O Plano de Classificação de Cargos em Resumo — Rio de Janeiro, 1955.

Oferta do Banco do Nordeste do Brasil S. A.

Relatório do Exercício de 194 — Fortaleza.
Boletim Interno — N.º 27.

Oferta da FAREP

Organização de Classe — Recife, 1955.

Oferta da Red Poll Cattle Society

The Red Poll herd Book — Vol. 71 — 1954

Oferta do Department of Mathematical and Natural Sciences

Józef Paczoski — Dynamika uszkodzen mrozowych — Poznán, 1952.

Nowe wydawnictwa — Poznán, 1952 e 1954.
Katalog — 1950.

Oferta do I. B. G. E.

Estado de São Paulo — Censo Demográfico — 1950.
Estado de Minas Gerais — Censo Demográfico — 1950.
Coleção de monografias — Campos — Campinas — Botucatu — Cachoeiro de Itapemirim — Aracaju — Bento Gonçalves — São Gonçalo — Alagoinhas — Paranaguá.

Oferta da Estación Agricola Experimental de Palmira

Notas Agronómicas — Vol. 6, 1953 — Palmira — Colômbia.

Oferta da Associação dos Engenheiros Agrónomos do Paraná por intermédio do Eng. Agr. Pedro Costa Muniz

Contribuição ao estudo de pastagens artificiais no Paraná — Curitiba — 1955.
A integração do Exército num plano agricola nacional — Lycio G. de Castro Velozo — Curitiba — 1955.

Oferta do Instituto de Investigaciones Sociales y Economicas A. C.

Las técnicas nazi y soviética de estrategia extendida. José E. Roucek.
La agonia de la propriedad privada. Carlos Campuzano Onate. México.
El fracaso del monopolio henequenero. Estudio de la Camara de la Industria del Henequen de Yucatan.
El mayor bien el mayor número. .
No lloremos como mujeres lo que podemos defender como hombres de negocios. .
El derecho a la vida — Javier Martuez Munoz

Oferta do Sr. Paulo F. Souza

Evolução da Silvicultura — Paulo F. Souza — Ministérol da Agricultura — Rio de Janeiro, 1954.

Oferta do Sr. Armando da Costa

Engenheiros agrônomos e Agrônomos registrados na Secção de Fiscalização do Ensino Agrícola. Rio de Janeiro — 1948.

Oferta do Sr. DAlmeida Guerra Filho

Reflexões a respeito da Reforma Agrária exigida pelo Brasil. D'Almeida Guerra Filho — Rio de Janeiro — 1953.

Oferta do Dr. Alberto Ravache

Os problemas da terra no Brasil e na América Latina — Ministério da Agricultura — Rio de Janeiro — 1954
Danish Agriculture — Copenhagen, 1954.
Custos de produção da cultura canavieira no Brasil — Roteiro de pesquisa — Roma — 1954.

Oferta do Professor Geraldo G. da Silveira
O Trabalho e Oração — Prof. Humberto Grande — 1955.

Oferta do Sr. João Gonçalves de Souza

Os problemas da terra no Brasil e na América Latina. Ministério da Agricultura — 1954.

Oferta do Dr. Antônio de Arruda Câmara

Zootecnia Especial — Guilherme E. Hermsdorff. Tomo III — Bovinos — Vol. II — Imprensa Nacional — Rio de Janeiro — 1941.

(Conclusão da pág. 8)

Rêde Ferroviária	467 km
Rodovias	2.065 km

Veículos em tráfego:

Automóveis	815
Caminhões	679
Ônibus	84
Total	1.578

Pôrtos	109
Fluviais	99
Oceânicos	10
Aeroportos	17

Exportações:

5.531 t no valor de Cr$ 101 168.000,00

Importações:

6.011 t, no valor de Cr$ 29 432.000,00.

(Conclusão da pág. 10)

título "Notícias Agrícolas", que já se encontra no 5.º número, referente ao mês de março de 1955

Mais Associaçoes Rurais reconhecidas

O Snr. Ministro da Agricultura assinou portarias reconhecendo as seguintes Associações Rurais:

a) Associação Rural de Sombrio, em Sta. Catarina, registrada sob o n.º 954, série A.R.;
b) Associação Rural de Aracruz, no Espírito Santo, registrada sob o n.º 958, série A.R.;
c) Associação Rural de Caí, Estado do Rio Grande do Sul, registrada sob o n.º 957, série A.R.;
d) Associação Rural de Presidente Getúlio, em Sta. Catarina, registrada sob o n.º 955, série A.R.;
e) Associação Rural de Aragarças, Estado de Goiás, registrada sob o n.º 953, série A.R.

Noticias e Informações

Preço do mate da safra de 1955

Foi fixado em Cr$ 55,00 por 15 quilos o preço mínimo da erva-mate cancheada para o produtor, em 1955, com um acréscimo, portanto, de Cr$ 1,00 por quilo em relação à safra de 1954 quando o preço fixado foi de Cr$ 50,00 por 15 quilos.

Assistência Técnica na América Latina

O Instituto Interamericano de Ciências Agrícolas, em Turrialba Costa Rica, assinou novo contrato com a F.A.O. (Foreign Operation Administrative), que lhe permitirá ampliar os serviços de assistência que vem prestando à América Latina.

Produção de ovos em S. Paulo

A produção paulista de ovos de galinha em 1953 atingiu a 93.501.300 dúzias, no valor de Cr$ 1.062.398.000,00. No ano anterior havia sido de 77.942.500 dúzias a produção de ovos naquele Estado.

Produção de castanha européia

A nossa produção de castanha estrangeira em 1954 foi de 15.400 quilos, no valor de Cr$ 154.600,00. Produzem castanha européia os Estados do Rio Grande do Sul, Paraná e Minas Gerais.

Número de estabelecimentos agrícolas

De acôrdo com o censo de 1950 existem no país 2.064.319 estabelecimentos agrícolas, ocupando uma área total de 233.988.108 hectares.

Feira de Milão

Realizou-se no período de 12 a 27 de abril do corrente ano a 33a. Feira Internacional de Milão, que ocupou uma superfície de exposição de 410.000 metros quadrados.

Produção mundial de café

A produção mundial de café foi avaliada em 41.700 milhares de sacas, com um aumento, portanto, de 700 milhares de sacas sôbre a produção do ano anterior.

IV Congresso Florestal Mundial

Realizou-se, no período de 11 a 22 de dezembro em Dehrr Dun, India, o IV Congresso Mundial Florestal, com a presença de 380 técnicos florestais.

Financiamento das colheitas de trigo

A Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil gasta, na aquisição das colheitas de trigo de 1953-1954 e de 1954-1955, cêrca de um bilhão e seiscentos milhões de cruzeiros.

Quase um bilhão e meio de cafeeiros em São Paulo

De acôrdo com o levantamento feito pela Divisão de Economia Rural da Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo (1a. estimativa), existiam no referido Estado, quase um bilhão e meio de cafeeiro assim distribuidos :

a) com menos de 3 anos — 180 milhões
b) de 3 a 8 anos — 222 milhões
c) com mais de 8 anos — 1 bilhão

Produção de Côco da Bahia

Em 1954 a produção brasileira de côco da Bahia foi de 270 481.000 quilos, no valor de Cr$ 470.698 000,00. Os principais produtores são os Estados da Bahia, Alagôas, Pernambuco, Sergipe, Paraiba e Ceará.

XVI Exposição Agro-Pecuária-Industrial de Curvelo

Realizou-se em Curvelo, Estado de Minas Gerais, de 22 a 27 de maio, a tradicional Exposição Agro-Pecuária-Industrial (a dêste ano será a 16a.), sob os auspícios da Sociedade Rural de Curvelo.

III Semana Ruralista de Surubim

Encerrou-se, com grande sucesso, em fins de Abril, a III Semana Ruralista de Surubim, Pernambuco, promovida pelo Serviço de Informação Agrícola do Ministério da Agricultura em colaboração com a Secretaria de Agricultura do Estado, o Banco do Nordeste, o Instituto Agronômico do Nordeste e o Instituto Nacional de Imigração e Colonização.

IV Festa da Laranja

Realizou-se em Limeira, Estado de São Paulo, no período de 7 a 15 de maio, a IV Festa da Laranja, promovida pela Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo, com o patrocínio da Prefeitura Municipal de Limeira e da Associação Rural do mesmo município.

Os escolares e a campanha do reflorestamento

D. Celina Cunha, encarregada do Cooperativismo Escolar do Departamento de Assistência ao Cooperativismo de São Paulo, enviou à S.N.A. uma interessante carta em que sugere a cooperação dos estudantes na Campanha do Reflorestamento do Território Nacional, ora encetada pela referida Sociedade. Trata-se de uma interessante sugestão, que já se encontra em estudos na S.N.A.

A cafeicultura em São Paulo

A área ocupada com cafeeiros em São Paulo foi em 1954, de 2.960.429 hectares, e o rendimento médio de produção no referido ano foi de 356 quilos por hectare.

XXII Exposição Nacional de Animais e Produtos Derivados

Inaugurou-se no dia 24 de Julho, em Belo Horizonte, no Parque da Gameleira, a XXII Exposição Nacional de Animais e Produtos Derivados.

Milho híbrido

As Estações Experimentais da Universidade de Minnesota, distribuiu aos agricultores dos Estados Unidos três variedades de milho híbrido, de números 509, 511 e 414.

Criadores de suínos

Os quatro países maiores criadores de suínos do mundo são os Estados Unidos, China, Rússia e Brasil, em ordem decrescente do número de cabeça sde suínos.

Produção de algodão em Paquistão

Atualmente é de 1 600.000 de fardos a produção de algodão no Paquistão estando o respectivo govêrno envidando esforços para que ela atinja, brevemente, a 2.500.0000 fardos.

Produção de mate em 1954

A produção de erva-mate do Brasil, em 1954, foi de 62 618 000 quilos, no valor de Cr$ 378 782 000 00. Os Estados predutores foram: o Paraná (38.284 toneladas), Santa Catarina (14 082 toneladas), Rio Grande do Sul (11 767 toneladas) e Mato Grosso (5.505 toneladas).

Queima de lenha pelas Estradas de Ferro

As nossas Estradas de Ferro queimam, anualmente dez milhões de metros cúbicos de lenha, o que representa cêrca da oitava parte da produção anual de lenha em nosso país.

Cultura da seringueira no Amapá

O govêrno do Amapá, com a cooperação do Ministério da Agricultura, e com auxílios da Superintendência do Plano de Valorização Economica da Amazônia, distribuiu o ano passado 136.016 quilos de sementes e mais de 158.254 mudas de seringueira.

Produção de cebola em um município

O município de São José do Norte, situado no Rio Grande do Sul, é o município brasileiro que mais produz cebolas. Em 1953, a produção de cebolas foi de 2.028.000 cebolas, no valor de Cr$ 243.360 000 00, tendo sido cultivada uma área de 3.600 hectares.

Produção de côco da Bahia

A produção de côco da Bahia, no Brasil, provem de 17 Estados e três Territórios. Em 1954, a contribuição nacional atingiu a 271.481.000 de frutos, no valor de Cr$ .... 470.098.000 00, tendo sido cultivada uma área de 57.243 hectares.

Bicho da seda

A secção Experimental de Sericicultura, do Instituto de Zootecni aestá intensificando, no km 47 da rodovia Rio-São Paulo os estudos relacionados com o bicho da seda, producão de casulos, cultura de amoreira, fiação e tecelagem.

A LAVOURA

(ÓRGÃO DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA)

Fundada em 1897

Engº. Agrônomo ARTHUR TORRES FILHO
Presidente da Sociedade

Engº. Agrônomo ANTONIO DE ARRUDA CAMARA
Diretor

Engº. Agrônomo KURT REPSOLD
Diretor Técnico

Eng.º Agrônomo GERALDO GOULART DA SILVEIRA
Redator-Técnico

LUIZ MARQUES POLIANO
Diretor Responsável e Redator-Secretário

Redação e Administração:

General Justo, 171

Telefone: 42-2981

Caixa Postal: 1245

Rio de Janeiro

Nem a redação da Revista nem a Sociedade Nacional de Agricultura são responsáveis pelos conceitos emitidos em artigos assinados

Representante para todo o Estado de S. Paulo:

NEWTON FEITOZA

RUA BOA VISTA, 245, 3.º andar — Tel.: 33-1432 — End. Tel.: "LINEFE. C. A.: 7257

— SÃO PAULO —

CONTRIBUIÇÃO AO PROBLEMA NACIONAL DO TRIGO

Eng. Agrônomo JOAQUIM I. SILVEIRA DA MOTA
Chefe da Estação Experimental de Pelotas. (M.A.)

Embora a ESTAÇAO EXPERIMENTAL DE PELOTAS da Rêde de Experimentação Agrícola, do Instituto Agronômico do Sul (S.N.P.A.-C.N.E.P.A.-M.A.) tenha por objetivo principal o estudo dos problemas da fruticultura de clima temperado não se dedicando, portanto, precipuamente, a outras culturas, nem por isso tem deixado de dar sua contribuição ao problema do trigo.

A cultura do trigo, pela sua importância inegualável, interessando não só à economia, como à própria defesa nacional, não pode e não deve ser descurada, em maior ou menor escala, por todos os técnicos e estabelecimentos oficiais encarregados das pesquisas e investigações agronômicas, especialmente quando sediados nas possíveis zonas triticolas brasileiras.

Assim sendo, a ESTAÇAO EXPERIMENTAL DE PELOTAS, que se acha localisada no Subdistrito de Santa Eulália, Distrito do Capão do Leão, Município de Pelotas, no local denominado "Cascata", situado justamente nos contrafortes da Serra dos Tapes, portanto em zona inteiramente diversa daquela, do mesmo Município, onde se acha sediado o Instituto Agronômico do Sul de terras baixas, junto ao canal do São Gonçalo e Lagôa dos Patos, oferece condições de meio propício à execução de experimentação com trigo, cujos resultados melhor podem ser generalizados para a região serrana, do que os obtidos na sede do aludido Instituto, já pela natureza de suas terras, já pelas suas condições climáticas, topografia, etc. Por todos os motivos, a ESTAÇAO EXPERIMENTAL DE PELOTAS também tem realizado alguns trabalhos com o cereal rei, sem prejuízo de suas finalidades principais.

Vamos aqui expôr, resumidamente, tais trabalhos.

Ésses trabalhos, de acôrdo com as instruções então recebidas do Serviço Nacional de Pesquisas Agronômicas, foram iniciados em 1948, podendo sêr assim resumidos.

COLEÇAO DE VARIEDADES:

Iniciamos o nosso trabalho, com a organização de uma coleção de variedades, a fim destas serem observadas nesta região quanto à sua fenologia, adaptação, produtividade, resistência às doenças e pragas, etc.

O material que passou a integrar essa coleção, foi por nós recebido de estabelecimentos experimentais nacionais, argentinos, uruguaios, chilenos, norte-americanos, canadenses, mexicanos, bem como de vários países triticolas europeus.



Fig. 1



Fig. 2

Essa coleção atingiu a um total de 2019 variedades e foi observada mediante anotações efetuadas conforme nos mostra ficha, que para isso elaboramos.

Dessa coleção, fornecemos material reprodutivo, para inclusão nas respectivas coleções e para estudo da incidência de ferrugens e outros males, à Seção de Fitotecnia, do I.A.S. (Agron. Ruy Raul da Silva - 1.290 variedades), ao Serviço de Biologia Vegetal, da S.A.I.C. (Agron. Mário Bastos Lago - 1.069 variedades), à Estação Experimental de Passo Fundo (Agron Paulo Luiz Pereira da Silva - 922 variedades), à Estação Experimental de Rio Caçador (Agron Tasso Pereira de Miranda - 926 variedades), à Estação Experimental de Ponta Grossa (Agron. Henrique Pereira - 1 003 variedades), à Estação Experimental de Curitiba (Agron. Caio Graccho Pereira - 855 variedades), bem como a vários outros estabelecimentos, federais e estaduais, sediados nos Estados de Minas Gerais, São Paulo, Goiás, etc., assim como a técnicos individualmente interessado nos problema do trigo, que solicitaram nossa colaboração neste particular.

Mais tarde (1952), com as alterações introduzidas nas atribuições das Estações Experimentais da Rêde do I.A.S., no sentido de dar-lhes maior especialização, propiciando à ESTAÇAO EXPERIMENTAL DE PELOTAS um maior desenvolvimento de seus trabalhos de fruticultura de clima temperado, a nossa coleção de variedades de trigo, bem assim as das variedades de aveia, cevada e centeio, que atingiam, para êstes três últimos cereais, nos totais de 187, 308 e 34 variedades, respectivamente, passaram a ser plantadas e observadas nas demais dependências da rêde, especialmente designadas para êsse fim.

A par de sua coleção de variedades de trigo, desde 1948, a ESTAÇAO EXPERIMENTAL DE PELOTAS, sempre multiplicou tôdas as variedades incluidas em seus experimentos o que lhe permitia executar a êstes com material próprio, devidamente selecionado e rigorosamente classificado.

EXPERIMENTAÇAO :

Diversos têm sido os experimentos por nós realizados na ESTAÇAO EXPERIMENTAL DE PELOTAS, com a cultura do trigo, convindo dentre êles salientar os que se seguem.

Competição de variedades × épocas de semeadura

Êste experimento também chamado "2.º Experimento sul-brasileiro de trigo", teve sua execução deliberada pela Reunião Técnica de 1948, do I.A.S., passando a ser executado em vários estabelecimentos experimentais, federais e estaduais.

Na ESTAÇAO EXPERIMENTAL DE PELOTAS, foi executado de 1948 a 1953.

Inicialmente, foi realizado com 15 variedades e 3 épocas de semeadura, em blocos partidos, com 6 replicações. Nele incluimos as seguintes variedades :

a — Trintecinco
b — P.G.1
c — Fronteira

d — Frontana
e — Rio Negro
f — Lageadinho
g — Petiblanco
h — Planalto
i — Nordeste
j — Frontana 2333/43
k — Petirojo
l — Sinvalôcho
m — Cineana
n — Negroz
o — Bagé

havendo sido adotadas as seguintes épocas de semeadura :

A — 1.ª época — primeira década de junho
B — 2.ª " — terceira " de "
C — 3.ª " — segunda " de julho

Posteriormente conforme resolução da Reunião Técnica do I.A.S. em 1949, o plano do experimento sofreu algumas pequenas modificações, passando a nêle competirem 16 variedades, com as mesmas épocas de semeadura e o esquema sendo alterado de 6 para 5 replicações; com essas alterações, foi retirada do trabalho a variedade "Frontana" antiga, permanecendo a sua seleção "2333/43", sendo incluidas mais as variedades "Patriarca" e "Alegrete".

Em 1953, retiramos da competição as variedades "Sinvalôcho" e "Cineana" e nela introduzimos as variedades "Colônias" e "Trintani".

Julgamos interessante, fazer aqui um retrospecto sôbre a origem das variedades em competição nêste experimento.

Trintecinco — Obtida de um cruzamento entre as variedades Alfredo Chaves 3 x Alfredo Chaves 4;

P.G.1 — Obtida por seleção, pelo Engenheiro francês, natural da Argélia, Dr. Jorge Polysú; em 1914, este técnico, radicado na Colônia Nova Tyrol, Municipio de Piraquara, no Estado do Paraná, obteve da Prefeitura de Guaporé, nêste Estado, alguns sacos de trigo, que semeou em suas terras; na primeira colheita, obteve 10 kg de sementes, colhidas em plantas que lhe chamaram especial atenção no meio da cultura daquele trigo riograndense; essas sementes foram cuidadosamente multiplicadas por colonos daquela região paranaense, bem como pelos das Colônias de Novo Transwaal e Murley e no Municipio de Morretes, no mesmo Estado, sob o contrôle de Jorge Polysú. Em 1922, este grande batalhador pelas coisas agricolas, que tivemos o prazer de pessoalmente conhecer quando da criação da atual ESTAÇÃO EXPERIMENTAL DE PONTA GROSSA, enviou ao seu diretor, Agrônomo HERMES DE BARROS LIMA 60 kg da colheita obtida em Nova Tyrol. A partir de então, os trabalhos de seleção deste trigo, foram feitos pelos Agrônomos PAULO DA SILVA LEITÃO, que assumira a direção daquela Estação Experimental e que registou, inicialmente, a variedade com a denominação de "TRIGO POLYSÚ" ou "n.º 142". Da linhagem n.º 142, foram mais tarde selecionadas as variedades chamadas "PONTA GROSSA n.º 1", n.º 2 e n.º 3, também conhecidas pelos nomes



Fig. 3

de "MARUMBY", "POLYSÚ", "P.G.I" etc., sendo tôdas, porém, o mesmo trigo selecionado por JORGE POLYSÚ, do qual tantas outras variedades se têm derivado, como veremos a seguir. Nos trabalhos de seleção e melhoramento dêste trigo, não devemos, igualmente, deixar de citar o nome do nosso saudoso e tão prematuramente desaparecido colega, Agrônomo GIL STEIN FERREIRA, ao qual tanto se deve.

Fronteira — Obtida de um cruzamento entre os trigos Polysú x Alfredo Chaves n.º 6.

Frontana — Obtida de cruzamento entre os trigos Fronteira x Mentana.

Rio Negro — Obtida por cruzamento entre Surpresa x Centenário, sendo a variedade Surpresa um produto de cruzamento de Polysú x Alfredo Chaves 6.

Lageadinho — Variedade de origem desconhecida, sendo dada como oriunda de trigais da antiga Colônia Veranópolis, nêste Estado.

Petiblanco — Variedade uruguaia, obtida por cruzamento expontâneo que incluiria a variedade "Petiso", em La Estanzuela, Dep. de Colônia.

Planalto — Obtida por cruzamento entre a seleção S-47, de "Carcado branco x Vilmorin 23 x Roxo".

Nordeste — Obtida de cruzamento entre Alfredo Chaves 3 x Novera x Pelon x XIII A.P.

Frontana 2333/42 — Seleção de variedades Frontana primitiva.

Petirojo — Variedade uruguaia, onde é considerada oriunda também de um cruzamento da variedade "Petiso", com outra não identificada.

Sinvalêcho — Variedade argentina, obtida por cruzamento entre Sin Rival x 38 M.A., originária da Estação Experimental de Rafaela.

Cinqana — Também derivada do trigo Polysú, pois se originou de cruzamentos entre Polysú x Alfredo Chaves e de M-5 x Mentana.

Negróz — Cruzamento entre Rio Negro x Litoral Precoz, sendo assim igualmente derivada do trigo Polysú, pois a variedade Rio Negro o é.

Bagé — Obtida por cruzamentos entre "1068-36 x 2787 C La Estanzuela"; a linhagem 1068-36 tendo sido obtida de cruzamentos entre Surpresa x Centenário, logo também se deriva do trigo Polysú.

Patriarca — Cruzamentos entre Trintecinco x Minuano; sendo a variedade Minuano derivada de Surpresa x Centenário, vemos aqui novamente a origem em Polysú.

Alegrete — Obtida por cruzamentos entre trintecinco x Novo Surto.

Trintani — Obtida em 1940, mediante cruzamentos entre Trintecinco x Guarany; esta última descende de Polysú, por cruzamentos com Alfredo Chaves 6.

Colônias — Cruzamentos entre a seleção "S-123", do antigo trigo Carcado branco x Trintecinco.

Como vêmos por êste rápido histórico das variedades acima, o trabalho do nosso velho amigo, Dr. JORGE POLYSÚ, não foi perdido; comprovou-se o acêrto da eleição feita naquela cultura de trigo de NOVA TYROL, no já longínquo ano de 1914, das espigas que deram origem ao material que, depois, foi tão sàbiamente aproveitado pelos ilustres geneticistas IWAR BECKMANN e BENEDITO DE OLIVEIRA PAIVA, aos quais devemos os cruzamentos enumerados linhas acima e nos quais tanto ficam assim devendo o Rio Grande do Sul e o Brasil, para a solução do magno problema do trigo.

Nos Quadros I e II, vemos os dados das colheitas, por variedades e por época de semeadura, nos anos de 1949 a 1954, na ESTAÇÃO EXPERIMENTAL DE PELOTAS.

Na execução dêste trabalho, nossas observações de campo, abrangeram os seguintes elementos:

a — poder germinativo da semente empregada;
b — pêso médio do grão;
c — número de grãos por linha de semeadura;
d — data da semeadura;
e — data da emergência;
f — data do início do perfilhamento;
g — número médio de perfilhos por planta;
h — data da emissão do cólmo;
i — data do espigamento;
j — data da floração;
k — data da maturação;
l — altura média do cólmo;
m — número médio de entre-nós;
n — comprimento médio dos entre-nós;
o — comprimento médio das espigas;
p — número médio de grãos por espiga;
q — data da colheita;
r — stand por parcela %;
s — pêso total do grão, por parcela;

QUADRO I

VARIEDADE	Anos	Produção por época, em kg/ha			Produção anual	Produção média
		1.ª	2.ª	3.ª	kg/ha	kg/ha
Alegrete	1949-50 1950-51 1951-52 1952-53 1953-54	— 1.554 1.646 1.509 1.680	— 1.896 1.424 1.324 1.864	— 1.384 1.224 1.368 1.624	— 1.581 1.431 1.397 1.722	1.532
Bagé	1949-50 1950-51 1951-52 1952-53 1953-54	852 1.808 2.924 1.632 969	892 2.092 1.898 1.368 1.176	585 1.442 1.390 1.349 1.309	746 1.750 1.779 1.446 1.145	1.371
Cincana	1949-50 1950-51 1951-52 1952-53 1953-54	453 1.030 864 716 —	658 1.632 808 688 —	388 1.278 872 794 —	493 1.313 848 793 —	839
Colônias	1949-50 1950-51 1951-52 1952-53 1953-54	— — — — 2.036	— — — — 1.648	— — — — 1.612	— — — — 1.765	1.765
Frontana	1949-50 1950-51 1951-52 1952-53 1953-54	357 — — — —	748 — — — —	477 — — — —	527 — — — —	527
Frontana 2333/42	1949-50 1950-51 1951-52 1952-53 1953-54	382 1.440 1.284 692 476	913 1.892 2.958 1.248 760	615 1.590 1.332 1.444 896	737 1.619 1.558 1.128 719	1.148
Fronteira	1949-50 1950-51 1951-52 1952-53 1953-54	943 1.838 1.404 1.448 1.708	992 1.192 1.274 1.136 1.598	473 916 872 792 1.436	803 1.315 1.183 1.125 1.550	
Lagoadinho	1949-50 1950-51 1951-52 1952-53 1953-54	257 1.356 1.088 692 400	629 1.578 1.200 902 860	485 1.118 1.338 696 1.356	454 1.350 1.208 763 872	929
Negroz	1949-50 1950-51 1951-52 1952-53 1953-54	259 1.592 1.456 888 412	563 1.450 1.296 936 780	333 1.876 876 1.056 940	382 1.472 1.209 960 710	946

LAVRADOR

Se em teu município não existe associação agrícola, toma a iniciativa e funda uma; pede instrução à secretaria da Sociedade Nacional de Agricultura.

QUADRO I

VARIEDADE	Anos	Produção por época, em kg/ha 1.ª	2.ª	3.ª	Produção anual kg/ha	Produção média kg/ha
Nordeste	1949-50	827	902	492	750	1.322
	1950-51	1.528	1.506	1.350	1.461	
	1951-52	1.820	1.724	1.310	1.628	
	1952-53	1.420	1.220	1.376	1.338	
	1953-54	1.312	1.512	1.508	1.444	
Patriarca	1949-50	—	—	—	—	2.054
	1950-51	2.490	2.278	1.760	2.175	
	1951-52	2.864	2.172	2.176	2.404	
	1952-53	1.864	1.900	1.672	1.812	
	1953-54	1.872	1.996	1.616	1.828	
Petiblanco	1949-50	758	835	613	736	1.360
	1950-51	1.968	2.142	1.632	1.914	
	1951-52	1.464	1.216	1.096	1.258	
	1952-53	1.992	1.552	1.296	1.613	
	1953-54	1.308	1.160	1.376	1.281	
Petirojo	1949-50	263	470	460	736	1.003
	1950-51	1.168	1.400	1.316	1.294	
	1951-52	1.554	1.540	1.340	1.479	
	1952-53	1.002	1.320	1.320	1.168	
	1953-54	352	788	912	684	
P.G.1	1949-50	772	947	425	714	1.286
	1950-51	1.758	1.206	938	1.300	
	1951-52	1.750	1.468	944	1.387	
	1952-53	1.388	1.616	1.068	1.357	
	1953-54	2.236	1.772	1.012	1.673	
Planalto	1949-50	708	648	520	626	1.468
	1950-51	1.920	1.772	1.132	1.608	
	1951-52	2.334	1.748	1.016	1.699	
	1952-53	1.832	1.592	1.412	1.612	
	1953-54	1.748	1.808	1.832	1.796	
Rio Negro	1949-50	672	740	422	611	1.218
	1950-51	1.584	1.440	1.106	1.379	
	1951-52	1.744	1.080	996	1.273	
	1952-53	1.264	1.304	1.152	1.240	
	1953-54	1.704	1.748	1.316	1.589	
Sinvalôcho	1949-50	145	508	410	370	786
	1950-51	980	1.374	1.196	1.159	
	1951-52	1.356	1.284	1.036	1.225	
	1952-53	320	388	492	392	
	1953-54	—	—	—	—	
Trintani	1949-50	—	—	—	—	1.791
	1950-51	—	—	—	—	
	1951-52	—	—	—	—	
	1952-53	—	—	—	—	
	1953-54	1.716	1.920	1.468	1.701	
Trintecinco	1949-50	938	875	560	791	1.708
	1950-51	1.898	2.142	2.084	2.041	
	1951-52	2.228	2.204	1.940	2.124	
	1952-53	1.992	1.788	1.724	1.834	
	1953-54	1.908	1.704	1.644	1.752	

QUADRO II

Variedades	Peso específico						Classificação
	1949-1950	1950-1951	1951-1952	1952-1953	1953-1954	Médio	
Alegrete	—	79,11	74,61	79,59	77,39	77,67	11.º
Bagé	81,72	82,19	77,36	78,45	75,98	79,14	4.º
Cincana	78,05	79,69	74,34	73,50	—	76,39	14.º
Colônias	—	—	—	—	78,20	78,20	8.º
Frontana	79,23	—	—	—	—	79,23	3.º
Frontana 2333/42	80,00	81,91	76,84	78,57	75,09	78,48	7.º
Fronteira	78,65	71,69	68,11	75,84	75,81	74,02	17.º
Lageadinho	77,60	80,15	75,87	73,31	71,81	75,75	15.º
Negroz	81,05	84,19	80,02	79,82	76,53	80,53	2.º
Nordeste	80,90	79,71	74,94	80,88	77,91	78,86	5.º
Patriarca	—	79,05	74,15	78,73	77,27	77,30	12.º
Petiblanco	81,48	80,12	73,61	78,94	76,57	78,14	9.º
Petirojo	77,68	80,24	75,62	75,57	73,95	76,61	13.º
P.G. 1	75,91	67,40	67,92	73,75	71,81	71,36	19.º
Planalto	77,08	75,28	71,37	78,38	75,77	75,57	16.º
Rio Negro	84,18	82,94	76,29	80,64	78,32	80,47	1.º
Sinvalôcho	72,17	79,02	74,53	67,42	—	73,28	18.º
Trintani	—	—	—	—	78,82	78,82	6.º
Trintecinco	79,48	79,12	75,05	79,25	76,85	77,95	10.º

t — pêso do hectolitro;
u — pêso médio de 1.000 grãos;
v — incidência de moléstias: oidio, ferrugens da fôlha, ferrugens do côlmo, ferrugens da espiga, carvão, cárie, septórias etc.
x — acidentes: acamamento, engelhamento etc.

Segundo os resultados obtidos na ESTAÇAO EXPERIMENTAL DE PELOTAS, as variedades incluidas nesta competição, de 1949 a 1951, nos oferecem os seguintes dados médios de colheita, em kg/hectare:

1 — Patriarca	2.054	kg/ha
2 — Colonias	1.765	" "
3 — Trintecinco	1.708	" "
4 — Trintani	1.701	" "
5 — Alegrete	1.532	" "
6 — Planalto	1.468	" "
7 — Bagé	1.371	" "
8 — Petiblanco	1.360	" "
9 — Nordeste	1.322	" "
10 — P.G.1	1.286	" "
11 — Rio Negro	1.218	" "
12 — Fronteira	1.195	" "
13 — Frontana 2333/42	1.148	" "
14 — Petirojo	1.003	" "
15 — Negroz	946	" "
16 — Lageadinho	929	" "
17 — Cincana	839	" "
18 — Sinvalôcho	786	" "
19 — Frontana	527	" "

sendo as seguintes, as produções médias, obtidas por época de semeadura, nesta Estação Experimental:

1.ª época — na 1.ª década de junho 1.305 kg/ha
2.ª época — na 3.ª década de junho 1.330 kg/ha
3.ª época — na 2.ª década de julho 1.122 kg/ha

Os resultados obtidos neste trabalho, na ESTAÇAO EXPERIMENTAL DE PELOTAS, se comparados com as produções de trigo, em kg/ha, obtidas na República Argentina, no periodo de 1909 a 1918, demonstrarão as grandes possibilidades da nossa região para a produção do cereal rei.

Nesse periodo, as produções argentinas foram as seguintes:

Quinqüênio	Prod. média em kg/ha
1909-10 a 1913-14	661
1914-15 a 1918-19	756
1919-20 a 1923-24	873
1924-25 a 1928-29	860
1929-30 a 1933-34	877
1934-35 a 1938-39	958
1939-40 a 1943-44	1.091
1944-45 a 1947-48	1.079

Convém salientarmos aqui, que as produções obtidas na ESTAÇAO EXPERIMENTAL DE PELOTAS, não podem ser atribuidas à influência de fortes adubações.

Em 1949, por ocasião da primeira instalação deste experimento, o terreno recebeu uma correção de acidês, mediante a incorporação de 1.600 kg/ha, de cal e uma distribuição de Superfosfato de 21%, na base de 600 kg/ha; na segunda instalação, em outra área, foi feita uma adubação com Fosfato de potássio (30% de P_2O_5 sol. em citrato de amônio, sendo 1/3 sol. em água e 15% de K_2O) na base



Fig. 4



Fig. 5

de 200 kg/ha; na instalação de 1951, o terreno recebeu Hiperfosfato de 30%, na base de 320 kg/ha; em 1952, foi ainda usado o Hiperfosfato, na mesma base e, 30 dias após à emergência, distribuimos Salitre do Chile na base de 150 kg/ha; em 1953, a fertilização voltou a ser feita com Fosfato de potássio, na mesma base anterior e, 60 dias após à emergência, com Salitre do Chile, 150 kg/ha.

Em relação ao pêso específico, apresentado, em média, pelas variedades em competição, obtivemos os seguintes resultados:

1 — Rio Negro	80,47
2 — Negroz	80,33
3 — Fontana	79,23
4 — Bagé	79,14
5 — Nordeste	78,86
6 — Trintani	78,82
7 — Frontana 2333/42	78,48
8 — Colônias	78,20
9 — Petiblanco	78,14
10 — Trintecinco	77,95
11 — Alegrete	77,67
12 — Patriarca	77,30
13 — Petirojo	76,81
14 — Cincana	76,39
15 — Lageadinho	75,75
16 — Planalto	75,57
17 — Fronteira	74,02
18 — Sinvalôcho	73,28
19 — P.G.1	71,36

pelos quais vemos quanto melhorou, em relação ao pêso específico, a primitiva variedade P.G.1 (ou seja o trigo "Polyssú"), graças aos sucessivos cruzamentos e seleções de que decorrem as novas variedades dêle obtidas por PAIVA e BECKMANN.

O Quadro II nos mostra a variação do pêso específico das variedades, segundo as épocas de semeadura.

As fotografias ns. 1, 2, 3, 4 e 5 nos mostram as espigas das variedades dêste experimento, na cultura de 1950, e as fotografias ns. 6 e 7, alguns aspectos dessa mesma execução na ESTAÇÃO EXPERIMENTAL DE PELOTAS.

Os gráficos das fotografias ns. 8, 9, 10 e 11 nos mostram as classificações das variedades nessa fase do trabalho.

Com a colheita de 1953-1954, demos por encerrado, nesta Estação Experimental, o experimento ora descrito e que em nosso fichário tomou o n.º 94/E.E.P.

ÉPOCAS DE SEMEADURA DE TRIGO "FRONTANA"

Paralelamente ao 2.º Experimento sul-brasileiro de trigo, a ESTAÇÃO EXPERIMENTAL DE PELOTAS, em 1949 e 1950, executou um experimento de escalonamento de épocas de semeadura de trigo "Fontana", dado o fato de ser esta a variedade então ainda mais cultivada na região.

Esse trabalho foi executado em quadrado latino, com 8 épocas, escalonadas de 10 em 10 dias, a partir da primeira década de maio.

No Quadro III, damos os resultados das produções, em kg/ha, nêsse experimento:

QUADRO III

Épocas	1949	1950
1.ª	35	611
2.ª	150	787
3.ª	350	686
4.ª	368	871
5.ª	389	673
6.ª	629	940
7.ª	680	890
8.ª	496	786

Em ambas essas execuções, as produções foram estatisticamente significativas e as melhores épocas de semeadura, em ambas, foram as da 1.ª e 2.ª decadas no mês de julho.

TRATAMENTO DE SEMENTES DE TRIGO PARA SEMEADURA

Em 1949, atendendo a uma solicitação do colega, Agrónomo Josué Augusto Deslandes, Chefe da Seção de Fitopatologia, do I.A.S., realizamos na ESTAÇAO EXPERIMENTAL DE PELOTAS, um experimento visando conhecer as vantagens ou desvantagens que poderiam advir da aplicação de alguns tratamentos às sementes destinadas à semeadura.

Esse experimento foi executado em blocos ao acaso, com 3 replicações e incluiu os seguintes tratamentos:

a — sementes tratadas com Arazan a 0,2%
b — " " " Dow 9 B a 0,2%
c — " " " Granozan a 5%
d — " " " Spergon a 6 g por kg de grãos
e — " " " Uspulum seco a 0,2%
f — sementes não tratadas

A análise estatística dos resultados não demonstraram significação estatística entre os tratamentos.

ADUBAÇAO PARA O TRIGO

A pedido da Ipiranga S. A., realizamos, de 1949 a 1954, um experimento de adubação fosfatada para as culturas alternadas de trigo e batatinha.

Nêsse experimento, incluimos os seguintes tratamentos, sendo o esquêma em quadrado latino:

a — testemunha sem fósforo
b — Superfosfato de 48% de P_2O_5 sol. em água
c — " " 23% " " " " "
d — " 21 % " " " " "
e — " 20 % " " " " "
f — " 17,35% " " " " "
g — Farinha de ossos 28 % " " tric.
h — " " " 26 % " " "
i — " " " 25 % " " "
j — " " " 24 % " " "

sendo os adubos distribuidos antes da cultura do trigo, a batatinha devendo aproveitar a sua ação residual.

Em 1949, embora sem demonstrar significação estatística, as produções obtidas nas parcelas adubadas com farinhas de ossos, de modo geral, se apresentaram superiores às obtidas nas testemunhas e nas adubadas com superfosfatos, o que, possivelmente decorreu do teôr de cálcio oferecido por aqueles fertilizantes, que teria servido para,

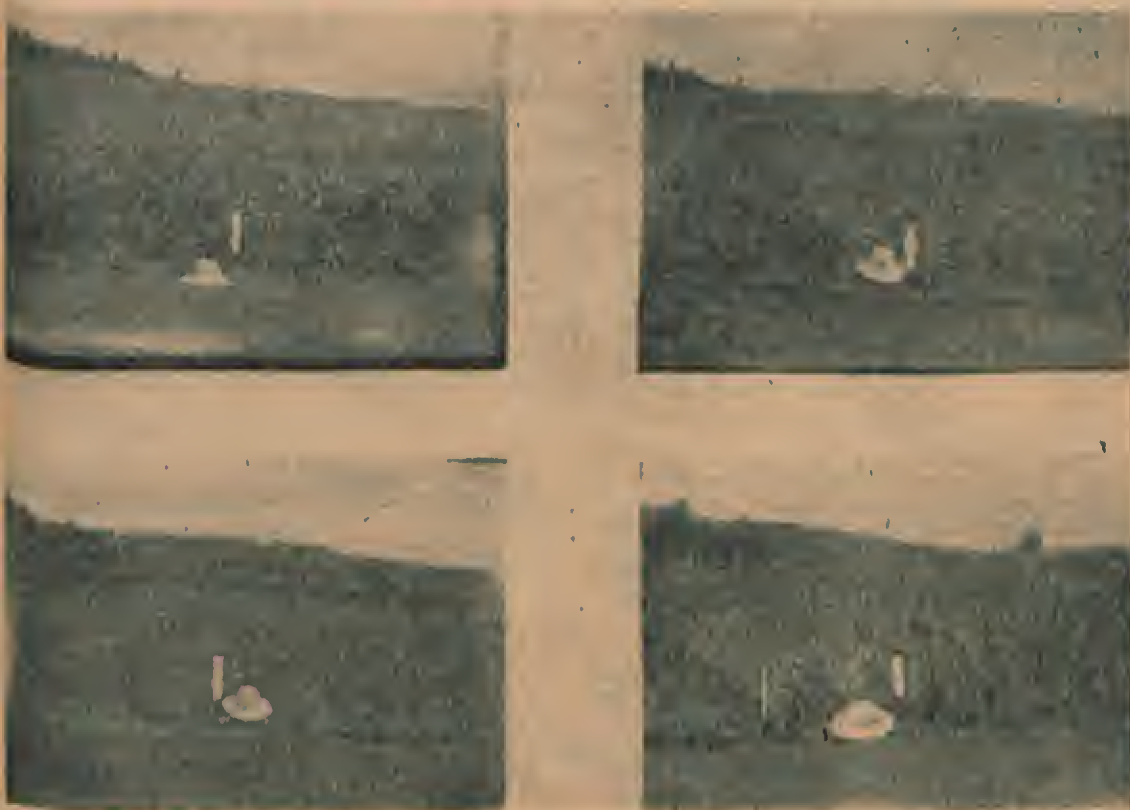


Fig. 6



Fig. 7

até certo ponto neutralizar a acidês do terreno. Em 1950, os resultados foram mais ou menos concordantes com o do ano anterior.

Em 1951, modificamos ,em parte a maneira derealizar o experimento, passando os tratamentos a serem os seguintes :

a — Farinha de ossos de 17%, na base de 96 kg/ha de P_2O_5
b — " " " de 28%, na " " " " " "
c — " " " de 25%, na " " " " " "
d — Hiperfosfato de 30%, na " " " " " "
e — Superfosfato de 20%, na " " " " " "
f — " de 21%, na " " " " " "
g — " de 21%, na " " " " " "
h — " de 45%, na " " " " " "
i — Fosfato de potássio de 30%, na " " 96% de P_2O_5
j — Testemunha sem fósforo

Para equilibrar o teôr do potássio do tratamento i, usou-se nos demais, 80 kg/ha de cloreto de potássio de 60% de K_2O, dado fato daquele fertilizante apresentar 15% de K_2O, o que corresponde a 48 kg/ha deste elemento.

No Quadro IV, temos os dados das colheitas feitas, nas culturas de trigo, nêste experimento, até 1955.

QUADRO IV

Desde sua instalação, essas produções não se diferenciaram estatisticamente e as produções médias, em kg/ha, foram as seguintes :

em 1951-52 570,519
" 1952-53 .... 1.950,191
" 1953-54 .... 2.429,163
" 1954-55 923,819

com a média geral de 1.463,548 kg/ha.

Quadro IV

Trat°	Produções em kg/ha			
	1951-52	1952-53	1953-54	1954-55
a	547	2 0-5	2 750	934
b	575	1 880	2 370	714
c	590	2 090	2 406	855
d	495	1 740	2 219	869
e	532	1 9°0	2 468	904
f	577	1 936	2 628	1 060
g	5'5	2 091	2 557	1 011
h	672	1 912	2 527	907
i	624	1 9'3	2 278	955
j	530	1 883	2 088	1 028

O fato dos resultados não se diferenciarem estatìsticamente, está, aliás, de acôrdo com os resultados obtidos em trabalhos da mesma natureza, executados em outras dependências do Serviço Nacional de Pesquisas Agronômicas. A rotação trigo-batatinha-trigo ao que parece, em virtude de fatores ainda não bem conhecidos, impede uma bôa apreciação da ação dos fertilizantes.

Por esse motivo, o experimento, a partir de 1955, será substituido por outro, com esquêma que melhor faculte observar o resultado das adubações nas duas culturas. Para isso, vamos empregar um esquêma em blocos ao acaso, com 8 replicações, sendo 4 blocos cultivados em junho com trigo e em fevereiro seguinte com batatinha e os outros 4 blocos cultivados em junho com trigo, permanecendo após à colheita dêste em repouso até à próxima semeadura, em junho seguinte.

Os tratamentos que irão agora competir, serão os seguintes :

a — Farinha de ossos	—	50 kg P_2O_5 p/ha
c — Hiperfosfato	—	100 " " "
d — "	—	50 " " "
b — " " "	—	100 " " "
e — Escória de Thomas	—	50 " " "
f — " " "	—	100 " " "
g — Superfosfato	—	50 " " "
h — "	—	100 " " "
i — Fosfato de potássio	—	50 " " "
j — " " "	—	100 " " "

sendo em cada bloco incluida uma parcela testemunha, porém a produção desta não será computada no cálculo estatístico. O teôr de potássio, do tratamento i-j será equilibrado nos demais, muito embora não haja possibilidade do potássio vir a influir nos resultados, uma vez que nos demais trabalhos de adubação que realizamos na ESTAÇAO EXPERIMENTAL DE PELOTAS ainda não se observou qualquer influência deste elemento. Aliás, estes resultados estão de conformidade com os obtidos em trabalhos da mesma natureza, realizados em outros estabelecimentos experimentais sediados no Rio Grande do Sul, como por exemplo, na Estação Experimental Fitotécnica da Fronteira (Bagé), na Serra (Julio de Castilhos), na das Colônias (Veranópolis), na Estação Experimental de Encruzilhada do Sul e na de São Borja, tôdas da S.A.I.C., segundo recente trabalho do Agrônomo CLAUDIO BARBOZA TORRES, Chefe da Secção de Agronomia, da mesma Secretaria Estadual.

ADUBAÇAO FOSFATADA, CONJUGADA COM CALAGEM

Iniciamos, em 1952, a execução de um experimento, visando reconhecer os efeitos do emprêgo da adubação fosfatada, conjugada com a calagem.

Esse experimento é realizado em blocos ao acaso, com 6 replicações e inclui os seguintes tratamentos :

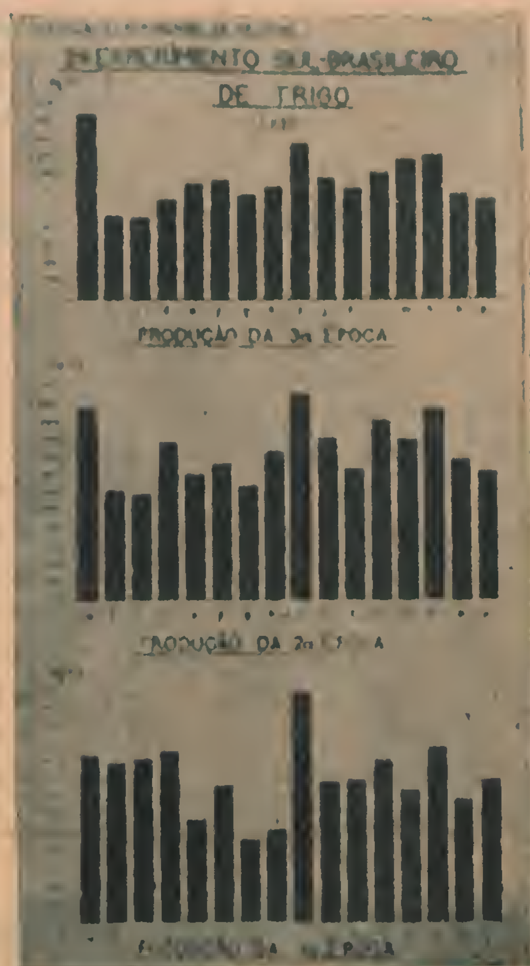


Fig. 8

Trat.°	Calcáreo	Superfosfato
a	0	0
b	1/2 neces. cal	0
c	1 " "	0
d	2 " "	0
e	0	48 kg/ha P_2O_5
f	1/2 neces. cal	48 " "
g	1 " "	48 " "
h	2 " "	48 " "
i	0	96 " "
j	1/2 neces. cal	96 " "
k	1 " "	96 " "
l	2 " "	96 " "

sendo a necessidade de cal determinada mediante análise de laboratório; essa análise foi efetuada pela Secção de Solos do I.A.S. e a necessidade de cal estimada em 11.500 kg/ha.

Inicialmente, o experimento fôra planejado para ser nele praticada a seguinte rotação de culturas :

QUADRO V

TRATAMENTOS			Produção em kg/ha	
S	Calcareo	Superfosfato	1953-1954	1954-1955
a	0	0	770.000	448.910
b	½ neces. de cal	0	952.050	974.820
c	1 neces. de cal	0	913.250	870.870
d	2 neces. de cal	0	901.750	912.480
e	0	48 kg/ha de P_2O_5	743.050	653.730
f	½ neces. de cal	48 kg/ha de P_2O_5	812.350	887.810
g	1 neces. de cal	48 kg/ha de P_2O_5	1 235.850	1 051.820
h	2 neces. de cal	48 kg/ha de P_2O_5	1 101.100	1 039.550
i	0	48 kg/ha de P_2O_5	646.800	543.620
j	½ neces. de cal	48 kg/ha de P_2O_5	900.000	995.610
k	1 neces. de cal	48 kg/ha de P_2O_5	993.300	985.600
l	2 neces. de cal	48 kg/ha de P_2O_5	966.350	1 214.290

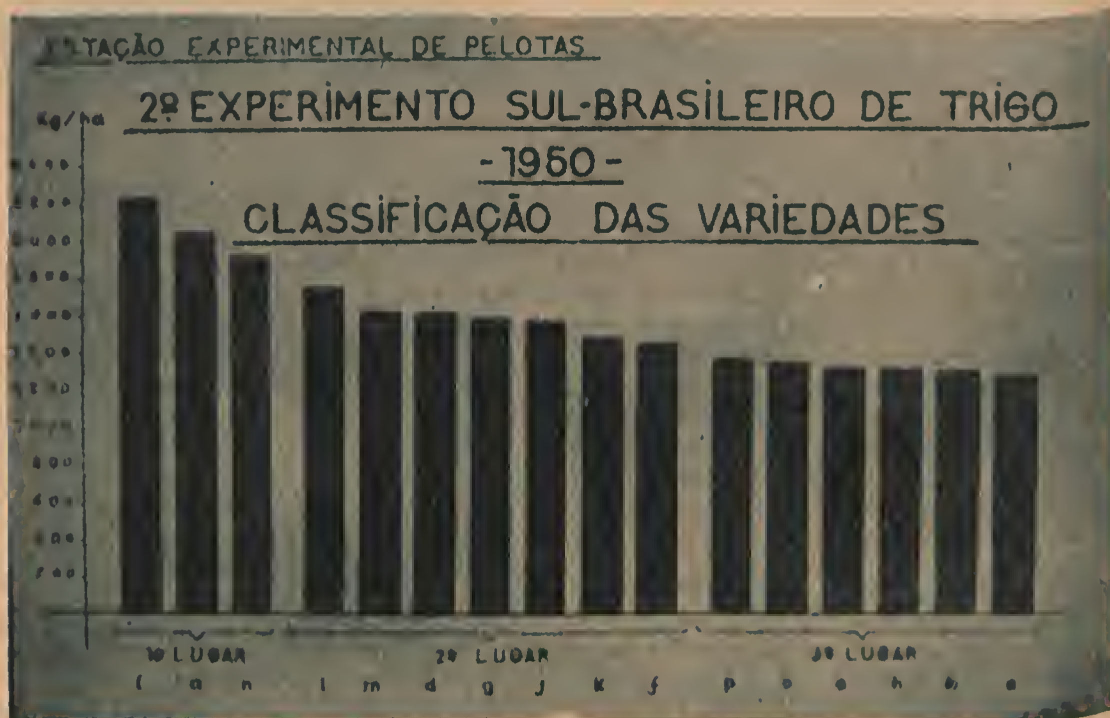


Fig. 0

Verão	Inverno
Soja	Aveia
Milho	Trigo
Batatinha	Centeio

porém, os resultados obtidos no primeiro ano, indicaram a conveniência de ser essa rotação alterada, passando-se então a adotar a seguinte :

Blocos I — IV — V

1953 — Junho .... trigo
1954 — Março .... aveia para corte
1954 — Setembro . soja
1955 — Junho .... trigo
1956 — Março .... aveia para corte

Blocos II — III — VI

1953 — Junho .... aveia para corte
1953 — Setembro . soja
1954 — Julho ..... trigo
1955 — Março .... aveia para corte
1955 — Setembro . soja

No Quadro V, damos os resultados das colheitas de trigo, em kg/ha, otbidos nas culturas de 1953-54 e de 1954-55 :

QUADRO V

As produções medias tendo sido :

1953-54	914,079 kg/ha
1954-55	888,259 kg/ha



Fig. 11

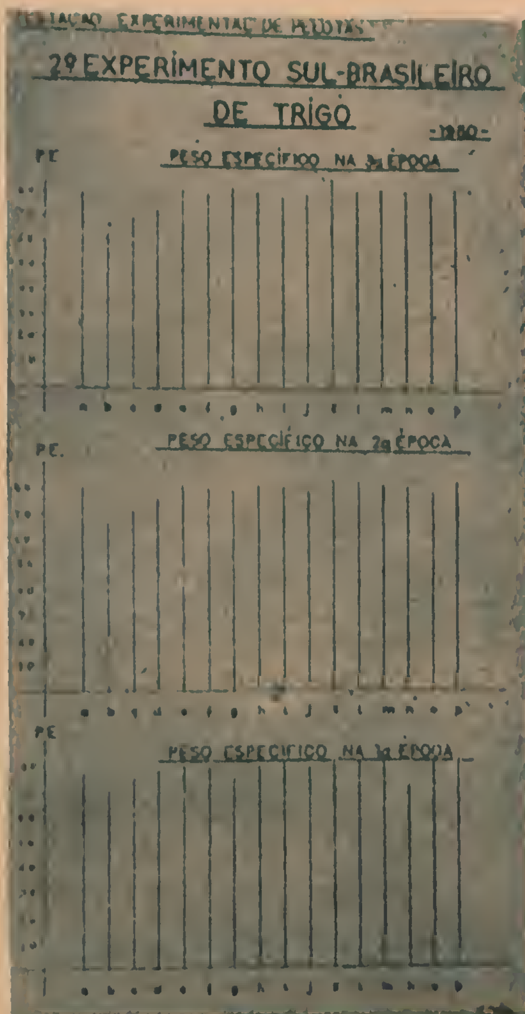


Fig. 10

A execução dêste experimento no campo, é acompanhada de análises de laboratório, anualmente feitas, das terras de cada parcela, a fim de se controlar a ação do calcáreo.

Tais análises são realizadas pela Seção de Solos do I.A.S. e incluem as seguintes determinações : Al em ME, H + Al, em ME, Argila natura %l Argila total %, Materia orgânica %, Soma de bases em ME, pH em H_2O. Pelos gráficos organizados com os dados dessas determinações vamos acompanhando a marcha do trabalho e apreciando os resultados obtidos com os vários tratamentos.

ADUBAÇAO MINERAL, ORGANICA E VERDE COMPARADAS

Em 1954, iniciamos a execução de mais um experimento de adubação que abrange também a cultura do trigo.

Este trabalho é realizado em blocos ao acaso, com 4 replicações e em dois esquêmas contiguos.

No primeiro dos esquêmas — adubação verde com leguminósa de inverno — a cultura testadora dos efeitos dos tratamentos é o milho e, no segundo — adubação verde com leguminósa de verão — essa cultura é a do trigo.

Os tratamentos incluídos nêste experimento, são os seguintes :

a — adubação verde + calcáreo
b — " "
c — estêrco de curral + calcáreo
d — " " "
e — N P K + calcáreo
f — N P K
g — Testemunha + calcáreo
h — Testemunha

As leguminósas usadas são, no inverno o tremóços e no verão a soja.

Ainda não temos dados da colheita do trigo, pois esta cultura vai agora ser feita pela primeira vez no experimento.

Com êstes poucos trabalhos, a ESTAÇAO EXPERIMENTAL DE PELOTAS vem emprestando sua colaboração para a solução do magno problema nacional do trigo, de tanta importância para a nossa economia e a nossa própria defesa.

Os dados constantes deste breve relato, acima transcritos, bem como os demais constantes de nossos fichários, estão inteiramente à disposição dos interessados, podendo ser utilizados ou transcritos, desde que, como é natural, se cite a sua origem.

BIBLIOGRAFIA

1 — Anônimo — Contribuição valiosa do Paraná nos cruzamentos seletivos dos famosos trigos do sul do Brasil (Revista "Expansão Econômica", Curitiba — Pr. n. 156, outubro, 1949).

2 — Boeuf, F. et A. Vessereau — Recherche et Expérimentacion en Agriculture (Paris, 1948).

3 — Calvet, Ricardo Perez e outros — Experimentación Agricola — Fundamentos estadisticos y metodos operatorios (Madri, 1943).

4 — Cochran, W. G. — and G. M. Cox — Experimental designs (Londres, 1950).

5 — Comrie, L. J. — Barlow's Tables (Londres, 1947).

6 — Fisher, R. A. — and F. Yates — Tablas estadisticas (Madri, 1949).

7 — Horowitz, Noe — Descripción de algunas variedades de trigo cultivadas en la Argentina (Public. n. 14, 1944 — Est. Exp. de Pergamino — Argentina).

8 — Oliveira Paiva, Benedito de — Origem dos principais trigos brasileiros (Trab. dactil. apresentado à Reunião da Comissão Técnica do Trigo — Rio de Janeiro, 1950).

9 — Silva, Ady Raul da Silva — Melhoramento genético das plantas cultivadas para resistência às doenças parasitárias. Princípios fundamentais e sua aplicação aos trabalhos de melhoramento do trigo (Bol. Tec. n. 4 1951 — I.A.S.).

Ensaios comparativos de trigo em Pelotas, Canguçú e Piratini — (Bol. Tec. n. 6, 1953 — I.A.S.).

Trabalhos Experimentais com Trigo (Circ. n. 4, 1954 — S.N.P.A.).

10 — Silveira da Mota, Joaquim I. — Relatórios técnicos da Estação Experimental de Pelotas, de 1948 a 1954.

11 — Victoria Pires, D. R. — Técnica do Melhoramento de Plantas — (Lisbôa, 1953).

O Brasil será uma grande nação no dia em que pudermos colocar em cada residência, fábrica, escritório ou casa de comércio, uma placa com os dizeres: Nesta casa não há analfabetos.

* * *

Uma pessoa pode ser muito inteligente, mas sendo iletrada não consegue desenvolver suas aptidões, nem progredir nos seus trabalhos. A sua inteligência será como um tesouro perdido no fundo do mar.

Oficinas Gráf. do "Jornal do Brasil",
Avenida Rio Branco, 110/112 — Rio

A LAVOURA

FUNDADA EM 1897

ÓRGÃO OFICIAL DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA



Terreno já preparado para o plantio das "aranhas" do espargo, observando-se os sulcos em que é posto o esterco e depois feito o plantio.

RIO DE JANEIRO — BRASIL

ANO LVIII

SETEMBRO-OUTUBRO, 1955



As "aranhas" já colocadas nos sulcos, aguardando a cobertura dos mesmos e o levantamento dos camalhões de terra onde se desenvolvem os "turiões" do espargo.

SUMÁRIO

SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

Fundada em 1897

RECONHECIDA DE UTILIDADE PÚBLICA
PELA LEI N.º 3.549, DE 18 DE OUTUBRO DE 1918

Presidente Perpétuo	DR. MIGUEL CALMON DU PIN e ALMEIDA
Presidente Benemérito	DR. WENCESLAU BRAZ PEREIRA GOMES

DIRETORIA GERAL

Presidente	—	ARTHUR TORRES FILHO
1.º Vice-Presidente	—	LUIZ SIMÕES LOPES
2.º Vice-Presidente	—	EDGAR TEIXEIRA LEITE
3.º Vice-Presidente	—	ANTONIO DE ARRUDA CAMARA
1.º Secretário	—	FREDERICO MURTINHO BRAGA
2.º Secretário	—	ADAMASTOR LIMA
3.º Secretário	—	EURICO SANTOS
4.º Secretário	—	CINÉAS DE LIMA GUIMARÃES
1.º Tesoureiro	—	KURT REPSOLD
2.º Tesoureiro	—	OTTO FRENSEL
Secretário-Geral	—	LUIZ MARQUES POLIANO

DIRETORIA TÉCNICA

ALBERTO RAVACHE
ALTINO DE AZEVEDO SODRÉ
ANTONIO FRANCISCO MAGARINOS TORRES
ENIO LUIZ LEITÃO
GERALDO GOULART DA SILVEIRA
HONÓRIO DA COSTA MONTEIRO FILHO
JOÃO MAURICIO DE MEDEIROS
JOAQUIM BERTINO DE MORAES CARVALHO
MARIO DE OLIVEIRA

A SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA PARTICIPA EM CARÁTER PERMANENTE DOS SEGUINTES ÓRGÃOS:

Comissão Permanente de Exposições e Feiras (Ministério do Trabalho) — Dr. Alberto Ravache; Suplente, Luiz Marques Poliano; **Comissão Revisora de Tarifas** (Ministério da Fazenda) — Dr. Oswaldo Miguel Frederico Ballarin; **Conselho Consultivo da E. F. Central do Brasil — Dr. Altino de Azevedo Sodré; Comissão Permanente de Estradas de Rodagem** — Dr. Raul David de Sanson; **Instituto Brasileiro de Educação e Cultura** (Ministério das Relações Exteriores) — Dr. Luiz Simões Lopes; **Conselho Nacional de Aplicações dos Empréstimos Rurais** (Ministério da Fazenda) — Dr. Luiz Simões Lopes; **Conselho Permanente de Associações Americanas de Comércio e Produção** — Dr. Edgar Teixeira Leite; **Comissão Consultiva de Acordos Comerciais** (Ministério das Relações Exteriores) — Dr. Alberto Ravache; **Comissão de Política Agrária** (Ministério da Agricultura) — Dr. Luiz Simões Lopes. **Suplente:** Dr. Alberto Ravache.

A LAVOURA

FUNDADA EM 1897

ÓRGÃO OFICIAL DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

ANO LVIII SETEMBRO-OUTUBRO — 1955

Evolução da Propriedade Rural no Brasil

Prof. ARTHUR TORRES FILHO

Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura

Para um país da extensão territorial do Brasil fracamente povoado, o problema máximo está representado pela ocupação do solo. No entanto, ao envés de cuidarmos da estrutura agrária em bases econômicas e do levantamento do cadastro rural para traçarmos as diretrizes da colonização facilitando o acesso à terra pelo crédito agrícola, proclama-se a necessidade da reforma agrária que teria por finalidade promover a subdivisão da propriedade agrícola em caráter generalizado.

Segundo Lynn Smith, a posse da terra constitue "uma relação social entre a população e o solo". A chamada pressão demográfica representa, do ponto de vista econômico e social, fator de alta importância a considerar-se nesse capítulo do uso da terra, que deve ser ressaltado pelos cuidadosos estudos da sociologia rural.

No Brasil, com o desbravamento, já vamos alcançando, em muitas regiões, uma estrutura agrária mais evoluida que exigirá programas cautelosos, dentro do panorama geral da economia brasileira, afim de que sejam evitados desajustamentos no Brasil rural.

São merecedores de louvores os esforços do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, pelo Serviço Nacional de Recenseamento, pela realização dos censos agrícolas decenais. Os resultados preliminares de 1950 vem de ser publicados, embora ainda sujeitos a retificação. Êsse censo oferece elementos valiosos.

Por êle se verifica que os estabelecimentos agrícolas de 1 a 5 hectares representam mais de 25% do total e com "exclusão dos destinados ao consumo doméstico".

Evidencia-se, pois, que com uma legislação flexível de terras e o Código Rural que regule as relações jurídicas no meio rural, poderemos alcançar uma evolução social e econômica que atenda ao desenvolvimento do País.

De modo muito especial, nesse particular destacamos, o estudo que vem de publicar, em março último, a Conjuntura Econômica, da Fundação Getúlio Vargas, sôbre a evolução da propriedade rural no Brasil, tomando por base o censo agrícola de 1950. Dentre as conclusões dêsse valioso estudo, podem ser destacadas as seguintes :

1) não obstante as naturais reservas que devem merecer, em país carente de cadastro rural, os dados censitários sôbre a área dos estabelecimentos agrícolas, tudo parece indicar que, no último período intercensitário, se acelerou consideràvelmente o rítmo de ocupação de novas áreas;

2) o censo de 1920 acusou uma área global de estabelecimentos agrícolas de 175,1 milhões de hectares. No censo de 1940 havia ela ascendido a 197,7 milhões de hectares e no de 1950 a 223,7 milhões, ou seja 27,6% da superfície terrestre do Brasil. Em conclusão, de 1920 a 1950 desbravámos a média anual de 1,1 milhões de hectares, e de 1940 a 1950 cêrca de 3,6 milhões de hectares;

3) Quanto à concentração da propriedade latifundiária, que é crescente no Brasil, segundo o estudo da Conjuntura Econômica, é observado que o Leste Meridional e o Sul do país, são as regiões de concentração mais baixa, sem atingir, qualquer delas, 0,78 sendo que no Espírito Santo desce ao mínimo de 0,52, ficando bem destacado dos demais Estados, visto que o segundo de menor concentração é Santa Catarina, com 0,66. Convém ressaltar, observa Conjuntura Econômica, que êsse Estado, Paraná e o Rio Grande do Sul não aquêles em que a colonização, com base da pequena propriedade, são aquêles em que mais se desenvolvem tanto a concentração como a área média, denotam tendência crescente de área das propriedades desde 1920.

Em suma, verifica-se que se vai processando normalmente a evolução da propriedade agrícola no Brasil e que o Código Rural viria assegurar estabilidade jurídica às classes rurais, concorrendo para o bem-estar rural e preparando a estrutura econômico-social dentro dos interêsses da coletividade"

A PRODUÇÃO TRITÍCOLA NO BRASIL

ASPECTOS TÉCNICOS E ECONÔMICOS

Especialmente convidado pela Sociedade Nacional de Agricultura, o Prof. Alberto Boerger, Diretor do Instituto Fitotecnico y Semillero Nacional "La Estanzuela", Departamento de Colonia, Uruguai, pronunciou, no dia 9 de Agosto do corrente ano, no auditório da Casa da Agricultura, Avenida General Justo 171, 2.º andar, sede da referida Sociedade, uma importante e interessante conferência subordinada ao tema: "A produção tritícola do Brasil: — Aspectos tecnicos e econômicos —", perante um auditório constituido de representantes das altas autoridades do país, diretores de serviços técnicos do Ministério da Agricultura, representantes de entidades de classe, diretores da Sociedade Nacional de Agricultura, engenheiros agrónomos, etc.

Foi o seguinte o apanhado taquigráfico das palavras do Dr. Luiz Simões Lopes, 1.º Vice-Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura, que na presidência da sessão pronunciou, apresentando o conferencista ao auditório.



DR. ALBERTO BOERGER

APRESENTAÇAO DO CONFERENCISTA

O SR. SIMÕES LOPES, Presidente — Antes de iniciarmos a nossa sessão, tenho o prazer de convidar para fazer parte da Mesa — infelizmente os lugares são poucos — o Dr. Kurt Repsold, representante do Sr. Ministro da Agricultura, o Deputado Daniel de Carvalho, ex-Ministro da Agricultura, o Dr. Edgard Teixeira Leite, Presidente do Conselho Nacional de Economia, o Dr. Heitor Grilo, Presidente em exercicio do Conselho Nacional de Pesquisas, o Dr. Iris Meinberg, Presidente da Confederação Rural Brasileira, o Embaixador Batista Luzardo, Diretor da Caixa Econômica do Rio de Janeiro, o Dr. Quintiliano Marques, Diretor do CNEPA, o Capitão de Mar e Guerra Oscar Luiz Silva, representante do Almirante Fontenele, o Dr. Mário da Cunha Raposo, representante da Confederação Nacional do Comércio e o Dr. Álvaro Rabelo.

Quero ainda ter o prazer de ler uma pequena mensagem que acaba de chegar à Mesa, assinada pelo Dr. Henrique Bandeira de Melo, da Comissão de Estudos Técnicos do Serviço de Alimentação da Previdência Social, dirigida ao Dr Alberto Boerger:

(Lê a mensagem)

Meus senhores, altas autoridades aqui representadas, em particular S. Excia. o Sr. Ministro da Agricultura, o ex-Ministro Dr. Daniel de Carvalho, o Sr. Presidente do Conselho Nacional de Pesquisas, o Sr. Representante da Confederação Nacional do Comércio, o Sr. Presidente da Confederação Rural Brasileira, o Sr. Embaixador Batista Luzardo, o Sr. Representante do Almirante Fontenele e demais autoridades, a Sociedade Nacional de Agricultura sente-se profundamente honrada com a oportunidade que tem de trazer a uma clientela de elite, daqueles que acompanham de perto os problemas da vida brasileira, a palavra abalizada e consagrada do Professor e grande técnico que é o Dr. Alberto Boerger.

Falando neste recinto de conhecedores e de pessoas que acompanham de perto os altos progressos da ciência agronômica, é quase ocioso fazer o elogio do Dr. Alberto Boerger. Apenas queremos ressaltar que, integrado no meio sul-americano há mais de 40 anos, desde quando, em 1912, foi convidado pelo govêrno da República amiga do Uruguai a estudar a solução do

seu então difícil problema tritícola não só naquela República como em vários países do continente, também o Brasil foi alvo das atenções do nosso eminente visitante.

Aqui esteve êle, se não me falha a memória, a primeira vez, a convite do então Ministro Miguel Calmon, Presidente de Honra desta Casa, e daí para cá, por várias vêzes, vem o Dr. Alberto Boerger trazendo o concurso de sua opulenta experiência na matéria às autoridades brasileiras, aos serviços públicos brasileiros interessados no assunto, portanto, ao Ministério da Agricultura, às Secretarias de Agricultura, aos Institutos, aos técnicos brasileiros e, particularmente, numa estreita cooperação, à Secretaria de Agricultura do Rio Grande do Sul, o maior centro produtor de trigo no Brasil e, ao mesmo tempo, região bastante similar àquela onde desenvolve as suas atividades científicas o nosso eminente Prof. Boerger.

Eu não quero cansar o auditório com uma biografia completa dêste ilustre cientista que nos honra com sua presença e tanto honra a ciência agronómica do Uruguai, como de todo o continente e, mais do que isso, do mundo inteiro, autor que é de mais de 500 obras, de trabalhos técnicos sôbre assuntos agrícolas, entre os quais alguns de interêsse fundamental para a pesquisa agronômica.

A alimentação humana está ameaçada, de um lado, pelo crescimento tremendo da população do mundo em todos os continentes, graças aos progressos da saúde pública, ao aumento da longevidade e ao natural crescimento vegetativo das zonas menos povoadas, achando-se ainda ameaçada essa população por idéias nefastas que foram trazidas há algum tempo e empolgaram certos espíritos, após os trabalhos tão conhecidos de Malthus. Nêsse campo, digamos assim, de ciência aplicada de como vai a humanidade resolver êsse problema cada vez mais angustiante de alimentar milhões de seres humanos que crescem em proporção desmedida em todos os recantos do mundo, a colaboração dada pelo Dr. Boerger é das mais preciosas e interessa, portanto, não só à ciência agronômica mas às ciências sociais de um modo geral, porque é, muito mais do que isso, um problema humano da mais alta relevância, que a humanidade não pode deixar de sôbre êle se debruçar, desde que a previsão é a característica fundamental das civilizações organizadas.

Até bem pouco tempo viviamos em quase todos os países chamados subdesenvolvidos ao sabor das improvisações, mas também até nós já chegou a ânsia do planejamento, da programação da vida do país nos seus vários setores, para prevenir grandes desastres, como êsse, por exemplo, com que nos ameaçam alguns de que em futuro próximo não será possível alimentar a humanidade dado o seu tremendo crescimento nos últimos anos em números e, mais do que isso e tanto quanto isso, em nível de consumo, porque não se trata apenas de mitigar a fome, mas de dar um nível de consumo compatível com a dignidade humana.

Êsse é talvez um dos aspectos menos conhecidos entre nós da obra do Prof. Boerger. Êle não é, portanto, apenas — ou nem cabe a palavra apenas — êle não é só o professor conhecedor do problema tritícola é, pelo menos no meio sul-americano, a voz



Fala, apresentando o conferencista, o Sr. Luiz Simões Lopes, 1.° Vice-Presidente da S. N. A.

mais abalizada pela sua longa experiência, êle é também um estudioso dos grandes problemas humanos, dos grandes problemas que preocupam a humanidade de hoje.

Eu não me quero alongar mais, embora me sinta um pouco traído pelo desejo incontido de falar ainda sôbre a obra do Prof. Boerger, bastante conhecido em nossos meios, nos meios do Ministério da Agricultura, onde tive a honra de trabalhar durante alguns anos, e particularmente no meu Estado, o Rio Grande do Sul, onde, como eu disse, êle tem trazido ininterruptamente, quase que anualmente, contribuições novas e decisivas para o progresso da nossa triticultura.

A Estação de Estanzuela, onde há longos anos pontifica o nosso eminente visitante, é por assim dizer um prolongametno da rêde de estações experimentais voltadas à pesquisa do trigo no Rio Grande do Sul, assim como, podemos dizer com orgulho nós brasileiros, as nossas estações experimentais, particularmente as sediadas no Rio Grande do Sul, são também um prolongamento, uma extensão dos trabalhos de Estanzuela, tal a cordialidade que sempre reinou entre as direções dêsses serviços técnicos uruguaios e brasileiros, tal o acêrto de pontos de vista entre os seus mais destacados técnicos, no Brasil chefiados pelo grupo do Instituto Agronômico do Sul, no Uruguai sob a alta direção da Estação de Estanzuela.

E, portanto, com profunda satisfação e com orgulho mesmo que, na impossibilidade de ver esta sessão presidida pelo nosso querido amigo e grande Presidente desta Casa que é o Dr. Arthur Tôrres Filho, eu, na qualidade de 1.º Vice-Presidente, tenho o prazer e a honra de dar a palavra ao Dr. Alberto Boerger (PALMAS).

RESUMO DA CONFERÊNCIA

O orador começou recordando que com o tema de sua conferência se sentia familiazado desde 1923, ano em que atendendo a um convite do então Ministro da Agricultura Dr. Miguel Calmon de Pin Almeida, percorreu os Estados do Sul do Brasil, para estudar as possibilidades da produção tritícola.

Naquela oportunidade dissertou em tôrno de suas impressões.

Posteriormente, em 1940, no II Congresso Riograndense de Agronomia realizado em Porto



Fala o conferencista, Dr. Alberto Boerger

Alegre, voltou a falar sôbre o tema.

Finalmente, em 1947, em uma conferência pronunciada na Escola de Agronomia "Eliseu Maciel", de Pelotas, abordou também diversos aspectos do problema.

Assinalou o conferencista, que tanto seus prognósticos de 1924 como os de 1940 constituem hoje fatos positivos que se comprovam na prática produtiva do trigo, em rápido aumento.

Sob o ponto de vista retrospectivo, o Dr. Boerger indicou a seguir as principais causas técnicas nas quais repousa o êxito alcançado.

Na parte inicial de sua dissertação abordou, também, outros aspectos.

Expressou que tôdas as informações sôbre a produção tritícola no Brasil atribuem importância primordial ao problema variedade.

Nesse sentido particulariza que semear variedades adaptadas às condições ambientais tão diferentes das respectivas regiões tritícolas, preferentemente trigos precoces, e desde logo resistentes às afecções parasitárias que põem em perigo todo o resultado do trabalho, entre elas a Puccinia graminis, continua sendo ponto fundamental para obter êxito nas sementeiras de trigo.

Destaca a importância das raças locais de trigo perfeitamente adaptadas às condições ambientais.

Relata seus trabalhos no Uruguai em genética vegetal desde 1912 e declara que na informação apresentada em 1924 no Govêrno do Brasil, por ocasião da viagem citada anteriormente, havia salientado a importância das raças locais brasileiras para cimentar sôbre uma base segura, as realizações fitogenéticas projetadas.

Constituia motivo de íntima satisfação — expressou o Dr. Boerger — poder declarar hoje que não se equivocara no caminho acertado.

Em seguida comenta a documentação bibliográfica brasileira, sôbre o trigo.

A obra de seleção tritícola, assinala, está dando resultados altamente satisfatórios em virtude de estar alicerçada em bases sólidas no patrimônio genético do trigo do Brasil, formado mediante a separação de formas entre as raças locais perfeitamente adaptadas.

Quanto à questões agrotécnicas, salienta que as mesmas abrangem, entre outros, a aplicação do sistema de rotação; a preparação do solo, inclusive o uso de fertilizantes; trabalhos culturais e questões complementares.

Refere-se a mecanização agrícola e ao uso de adubos, como pontos de especial interêsse.

Salienta a importância da rotação para o plantio do trigo, lembrando que é louvavel a inquietação dos lavradores progressistas, que desistem da monocultura conforme as condições.

Em relação à região serrana das matas, lembrou que as sementeiras de trigo podem ser alternados com o milho, a mandioca, a batata-dôce, a batatinha, o linho, as forrageiras, etc.

Na região pastoril do Rio Grande do Sul e outras zonas de campos abertos os prados submetidos durante algum tempo à

exploração agrícola, são devolvidos ao pastoreio.

Dessa maneira, fica estabelecido um entrozamento entre ambos os ramos básicos da exploração agropecuária do solo, tècnicamente, plausível e benéfico para ambos.

Refere-se a seguir às indagações fitopatológicas destacando a criação de variedades de trigo resistentes à ferrugem negra.

A obtenção de variedades resistentes a esta afecção, como também a outras enfermidades micro parasitárias em união com o fator "precocidade" permitem a realização de uma obra fitogenética que constitue um marco de honra e de orgulho para o Brasil.

Como problema tipicamente brasileiro da fitopatologia do trigo, menciona, de passagem, o "crestamento", destacando os trabalhos realizados neste sentido através de investigações no Brasil.

Igualmente, refere-se ao carvão ou cárie de trigo, uma das formas da Tilletia, que é uma séria ameaça sôbre a produção do trigo no Rio da Plata e em certas zonas do Brasil.

Destaca vários trabalhos em torno desta questão, recalcando sua importância também para o Brasil.

Em seguida o Dr. Boerger assinala que em regiões trigueiras como as do Brasil, cuja colheita se destina totalmente ao consumo interno, os estudos qualitativos a primeira vista podem parecer como questões de menor importância frente à premente necessidade de resolver-s satisfatòriamente às de produção em si: adaptação, rendimento unitário, sanidade, etc.

Sem embargo, o problema qualitativo deve incluir-se como assunto digno de atenção.

Depois de referir-se aos trabalhos encaminhados nesse sentido na Argentina e no Uruguai, consigna que no Brasil a mistura de farinha de trigo com certa quantidade de outras farinhas constitue um problema técnico digno de atenção.

A riqueza do Brasil em produtos amiláceos utilizáveis para a panificação, constitue um ponto digno de atenção.

Quanto aos aspectos econômicos o orador os analiza na segunda parte de sua exposição.

Depois de referir-se ao protecionismo em geral, detem-se em uma exaustiva informação sôbre a obra de fomento do plantio de trigo no Brasil, que encheria as páginas de um livro.

Limita-se pois a assinalar diversas fontes bibliográficas, e lembrar cifras concretas que destacam o progresso havido desde 1953.

A respeito dos resultados de interêsse nacional, manifestou o Dr. Boerger que o plantio de trigo mediante uma política protecionista dos goverantes do Brasil deu resultados auspiciosos em relação à economia nacional.

Nesta ordem de idéias, expressa que o Brasil está progred ndo com rapidez no cumprimento da nobre aspiração de oferecer a todos e a cada um dos habitantes "o pedaço de pão" elaborado de trigo nascido em terra brasileira.

Por último, o Prof. Boerger salienta que os dados apresentados sôbre a área cultivada com trigo em diversos Estados do Brasil se destacam como um fato muito significativo não só para a economia brasileira, senão também para o problema alimentar do globo.

Lembra a seguir o avanço do plantio de trigo em direção à linha equatorial, sucesso comparável ao avanço para o polo, no Hemisfério Norte, uma das conquistas mais notáveis da Genética Vegetal moderna.

Desta forma, o plantio do trigo na zona tropical do Brasil como Bahia e Goiás, fato bem recente, significa um acontecimento digno de ser destacado sob o ponto de vista da economia mundial.

Finalmente, destaca que no Brasil existem possibilidades singularmente favoráveis para o cultivo de plantas que em comparação com o trigo se destacam por uma elevada eficácia assimiladora da energia solar, fonte comum de matéria orgânica formada mediante o processo da fotosíntese.

Sob este ponto de vista consigna a batata-dôce e a mandioca como plantas produtoras de elevadas qualidades unitárias de substância amilácea.



Na mesa, além do Presidente, os Srs. Batista Luzardo, Iris Meinberg, pres. da C. R. B., Daniel de Carvalho, ex-ministro da Agricultura, Kurt Repsold, diretor do D.N.P.V., Teixeira Leite, pres. do Conselho Nacional de Economia e Heitor Grilo, pres. do Conselho Nacional de Pesquisas.

Sua plantação merece, portanto, atenção, sem que isso signifique descuido com o cultivo do trigo.

Mencionando o livro de Josué de Castro sôbre a alimentação no Brasil, o Dr. Boerger assinala a contribuição do Dr. Grober, catedrático de Medicina Interna da Universidade de Jena (Alemanha do Este), que publicou há pouco um trabalho intitulado "Triennium Bioclimaticum Tropicale".

Termina o Prof. Boerger sua magnifica conferência salientando ao Brasil uma grande missão no seio das grandes nações do futuro.

DEBATES

O SR. SIMÕES LOPES, Presidente — Tem a palavra qualquer dos presentes que queira fazer perguntas ou pedir esclarecimentos ao Dr. Boerger, que tão gentilmente se pôs à disposição de todos nesse sentidos.

O SR. ASDRUBAL ULISSEA — Dr. Boerger, a região onde tem sido no Brasil cultivado o trigo oferece ou poderia oferecer condições de maior rendimento. Assim pergunto porque sabemos que o trigo é realmente plantado em áreas planas, que permitem uma grande mecanização. Entretanto, no Brasil parece que tal não ocorre, pelo menos vindo do Rio Grande do Sul para cá encontramos êsse obstáculo.

Eu gostaria de um esclarecimento de V. S. a êsse respeito.

O SR. ALBERTO BOERGER — O trigo é uma gramínea realmente há maior facilidade de mecanização quando êle é plantado em áreas planas. Mas não é por isso que os brasileiros devem perder a esperança de também cultivar trigo nas regiões montanhosas, pois isso sucede em outros países do mundo e não sòmente neste continente. É claro que temos de buscar as regiões planas, as lareiras, como dizemos nós em castelhano.

Na Alemanha existem várias ondulações e se está plantando trigo ali por tôda parte. O Brasil, entretanto, não há de chegar a êsse ponto, porque aqui há abundância de terras, há abundância de tôda espécie e a questão é fazer a plantação no lugar devido. Para isso, existem as investigações do Instituto Agronômico do Sul. Pior é o caso da Venezuela e da Colômbia, que não se pode comparar de maneira alguma ao daqui.

A grande solução para o problema trigueiro do Brasil é encontrada no Rio Grande do Sul. Agora, se mais tarde houver necessidade, então iremos também plantar trigo nas alturas.

Na Suíça não há nenhuma planície, só planaltos e no entanto, durante a guerra, ali havia produção de trigo. De maneira que nas alturas também é possível a produção de trigo.

O SR. SIMÕES LOPES, Presidente — Alguém mais tem perguntas a fazer ao Dr. Boerger?

O SR. GABRIEL ARBIZA — Vou fazer uma pergunta com respeito à produção do Uruguai: não é contraproducente o fomento à produção trigueira no que se refere ao preço mínimo, já que o trigo se conserva necessàriamente, não se degenera, e com êsse fomento todo mundo irá passar a plantar trigo?

O SR. ALBERTO BOEGER — No Uruguai, êste é um problema muito sério e que atualmente os governantes querem ver resolvido.

No Uruguai, houve uma proteção à produção trigueira muito benévola e hoje todo mundo está plantando trigo, por tôda parte só se vê trigo. Hoje em dia, o trigo é o cultivo mais bem remunerado no Uruguai.

Surge, então, o problema da rotação, não para ter uma influência de momento, mas constituindo matéria de difícil solução. Não é uma questão técnica, mas dos governantes. O técnico poderá solucionar a questão da colheita do trigo, do descanso da terra etc., mas não especular. Se houver especulação, o técnico nada mais tem a dizer. E sempre cala muito mal, a meu ver, quando o homem quer fazer especulação com um pedaço de pão destinado à alimentação de seus semelhantes.

A pergunta, entretanto, está muito bem feita com referência ao problema uruguaio. Já no caso do Brasil é outra a política trigueira.

TERMINO DA SESSAO

O SR. SIMÕES LOPES, Presidente — Não havendo mais nenhum dos presentes que queira fazer perguntas ao Dr. Boerger, antes de encerrar esta sessão, eu queria agradecer mais uma vez em nome da Sociedade Nacional de Agricultura, em nome de todos os presentes, esta interessantíssima palestra do nosso eminente visitante, precisa e concisa como devem ser as palavras de especialistas numa assembléia de conhecedores do assunto, como é essa que aqui reunimos na Sociedade Nacional de Agricultura.

O Dr. Boerger, em rápidas pinceladas, abordou os pontos fundamentais do problema trigueiro do Brasil, com a sua experiência não só de Diretor de Estanzuela, mas de quem vem acompanhando há alguns decênios o desenvolvimento da política trigueira no mundo e particularmenet no Brasil, país vizinho e amigo e país de adoção de S. S..

Em nome da Sociedade Nacional de Agricultura, quero ainda ter o prazer de oferecer ao Prof. Boerger o título de sócio correspondente no Uruguai desta entidade. É, sem dúvida, homenagem muito modesta, mas para nós desta Casa, que há longos anos nos dedicamos ao seu progresso, à sua vida, à sua atuação no meio brasileiro, é a mais alta recompensa que poderíamos dar, na nossa modéstia, a um visitante ilustre e eminente como o Prof. Boerger.

Tenho, assim, o prazer de oferecer ao Prof. Boerger êsse título, em nome do nosso Presidente, o Dr. Arthur Tôrres Filho, que infelizmente não pôde presidir a reunião de hoje.

Antes de encerrar, quero ainda comunicar aos presentes, quase todos ou todos interessados nos problemas rurais do Brasil e, consequentemente, nos seus aspectos sociais, uma notícia que me foi transmitida agora pelo ilustre Presidente da Confederação Rural Brasileira, o Sr. Iris Meinberg: acaba de ser aprovada, no Parlamento Brasileiro, a lei que cria o Serviço Social Rural. (PALMAS) E mais ainda: essa lei foi aprovada dentro dos têrmos gerais em que foi aconselhada aos poderes públicos pela Confederação Rural Brasileira, que vem há longo tempo trabalhando pela sua concretização. É um ideal não só dos lavradores, não só dos agricultores brasileiros, mas um ideal nacional, porque todos nós, dos campos ou das cidades, não poderíamos mais continuar indiferentes a esse aspecto desolador do abandono em que viviam e vivem até hoje os nossos homens do interior, que são, finalmente, em última análise, a alavanca real do nosso progresso e da felicidade do país.

Penso que todos nós devemos nos congratular por êsse ato com o Congresso Brasileiro e com o Presidente da Confederação Rural Brasileira, a entidade máxima das Associações Rurais do Brasil, que vem, como eu disse, se batendo, desde a sua constituição, pela concretização dêsse ideal de todos os brasileiros.

Agradeço a presença das autoridades que nos honraram com seu comparecimento, agradeço às instituições interessadas no problema que aqui mandaram seus representantes e agradeço a todos aquêles que, privando-se dos seus minutos de lazer e descanso, aqui vieram não só homenagear o nosso eminente amigo Prof. Boerger, mas demonstrar o seu interêsse profundo por um dos problemas certamente mais importantes para a vida do país, como assinalou o ilustre conferencista, que é o abastecimento dos brasileiros com pão brasileiro, feito de trigo plantado no Brasil.

Está encerrada a sessão. (PALMAS)

Conclusão da pág. 12

indicando às suas federações os estabelecimentos que podem ser incluídos nos planos turísticos de excursões, e esclarecendo quanto ao acesso, distâncias e condições de hospedagem.

À Classe Rural

TEMAS E SUGESTÕES

ARRUDA CAMARA

XII

Crédito rural — Sistema, entrosamento e colaboração

Velha aspiração do agricultor brasileiro o Banco Rural que, apesar de tentativas várias ainda não foi satisfeita. Numerosos estudos e projetos, — viáveis uns e outros não —, ocuparam a atenção de estadistas, banqueiros e economistas, tanto no regime republicano como no que lhe precedeu.

Não foram, entretanto, perdidos os esforços. Alguma coisa se fêz em benefício do crédito de que tanto necessitam a lavoura, a pecuária e as indústrias rurais, devendo-se referência especial à contribuição e aos esforços da iniciativa particular, inclusive dos próprios interessados reunidos em cooperativas de crédito e mistas.

Imprescindível é que se articulem e entrosem, num sistema ligado ao Banco Rural pelos laços de estreita colaboração ao estabelecimento; inclusive sociedades cooperativas, que operam em crédito rural nas suas diferentes modalidades.



Escola Provisória — Belterra.

XIII

Maçãs, peras, uvas e outras frutas de clima temperado

Não é só uvas, também maçãs, peras e outras frutas de clima temperado, podemos produzir para o abastecimento do mercado interno. Um pouco de esfôrço e boa vontade, — assistidos e orientados os produtores —, livrar-nos-á da necessidade da importação a que somos abrigados, inclusive por "conveniências da nossa política comercial".

Nas zonas serranas e nas de média altitude, de clima ameno sobretudo das regiões leste meridional e sul, julgamos de bom aviso desenvolverem as associações rurais persuasivo interêsse pela intensificação da fruticultura de clima temperado.

A comercialização das frutas não oferecerá, em bases cooperativas, dificuldades.

XIV

Azeitona, azeite doce e olivicultura

Aos amigos que, em conversa, manifestam dúvidas sôbre a possibilidade de desenvolvimento de cultura da

oliveira, temos afirmado não ser exagerada, como poderá parecer a alguns, a campanha que vem sendo feita.

A propaganda desenvolvida, conquanto em termos gerais, refere-se, como é natural, às zonas onde a exploração, pela ocurrência de fatores favoráveis, seja econômica.

Esperem e terão oportunidade de ver, dentro de poucos anos, azeitonas e azeite doce, de produção nacional, concorrendo em o nosso mercado com o artigo de procedência estrangeira.

XV

Cooperativismo

Ao ensejo da comemoração, pelo Centro Nacional de Estudos Cooperativos, do .... XXXII dia cooperativo internacional, tivemos oportunidade de formular, em mensagem generosamente acolhida, apêlo no sentido da igualdade de trato às sociedades cooperativas.

A propósito, assim noticiou ARCO-IRIS, ano IV, n. 25:

— Estando há tempo inscrito para falar na solenidade, infelizmente o nosso companheiro sr. Antonio de Arruda Câmara não pôde comparecer pessoalmente, por guardar o leito em uma casa de saúde. Entretanto, para não fugir ao compromisso, quis espontâneamente enviar a sua palavra autorizada, ditando no leito a sua mensagem, que a digna espôsa escreveu, e que no ato foi lida pelo nosso consócio sr. Osvaldo Nery da Fonseca. Divulgamo-la a seguir:

"Receiamos não conseguir, com a necessária clareza e precisão, dizer o que temos em mente. Não dispomos, infelizmente, de fácil maneira de expressão.

Em todo caso tentaremos... É nosso propósito expor, apenas, o que nos parece, face das observações de longos anos, mais acertado.

Não temos preferências quanto a categoria ou espécie de cooperativa. Para nós tem o mesmo pêso a cooperativa de consumo, de crédito ou de "produção". Entendemos não estar uma delas mais sujeita que as outras a deturpações. O nosso ponto de vista tôdas merecem o mesmo tratamento e qualquer delas está igualmente exposta a um defeituoso funcionamento, sobretudo em conseqüência de deficiências na administração.

O que precisamos, temos real necessidade, é afastar o espírito mercantilista nas operações das sociedades cooperativas. Uma cooperativa mercantilizada, no sentido em que empregamos o têrmo, é uma cooperativa que tende a se deturpar. Transformar-se-á, depois, é quase certo, em uma "falsa cooperativa", embora tenha sido fundada com os melhores e mais sadios propósitos.

Não devemos julgar mal uma cooperativa por haver prosperado, e nem tão pouco considerar boa, — modêlo cooperativo —, a que não conseguiu razoável desenvolvimento.

Devemos, entretanto, nos pôr em guarda quanto a resultados espetaculares, sejam êles positivos ou negativos.

Não temos, insistimos, preferências, e nem consideramos melhor ou pior a sociedade cooperativa de determinada natureza ou de diverso objetivo.

Variam, naturalmente, as possibilidades. A rigor, a constituição de uma sociedade de cooperativa é sempre motivada e deve, antes, ser planejada.

Os sortimentos nas cooperativas de consumo e nas de compras em comum obedecem às exigências da procura, e quando assim não acontece as coisas não correm bem.

Formulamos um apêlo, visando que os cooperativistas brasileiros dispensem igualdade de trato às diferentes espécies de sociedades cooperativas (crédito, consumo, agro-pecuárias, culturais, etc.) e transmitimos aos companheiros do CNEC o nosso fraternal abraço".

XVI

As hortaliças e a melhoria da alimentação no meio rural

Em cada estabelecimento rural tantas hortas domésticas quantas as famílias residentes, — eis uma bandeira que poderia nortear a ação educativa das associações rurais.

O consumo de hortaliças precisa e deve ser intensificado, tanto nas cidades, vilas e povoados, como no meio rural, onde a higiene alimentar, melhoradas suas condições, realizará milagres.

A horta doméstica auxilia o sustento da família, entretém e dá ocupação sadia e proveitosa às pessoas de idade, senhoras e crianças.

XVII

Hortaliças silvestres

Há um bom número de plantas nativas apreciadas como "verduras". Algumas delas passaram a ser objeto de cultura e outras como plantas espontâneas, a constituir "pragas" nas hortas, e nas roças ou roçados.

Estamos interessados em relacionar umas e outras, ou melhor, as plantas nativas utilizadas como hortaliças para, oportunamente, considerá-las, em um trabalho planejado e em preparo.

Agradeceríamos informações, inclusive sôbre as diferentes maneiras de preparo para o consumo.

XVIII

Habitações Rurais

Inquérito realizado há anos, sob nossa orientação, apurou que a natureza do material não impede que as construções satisfaçam o mínimo de requisitos indispensáveis a moradias higiênicas e relativamente confortáveis.

A afluência de famílias às plantações de Fordlândia e Belterra obrigou, tanto à Emprêsa Ford como ao I. A. N., que lhe sucedeu, a construções de emergência que foram, aos poucos, sendo substituídas por construções definitivas. As de emergência, tanto para residência como para escolas, além de ar e luz solar, caracterizavam-se pela boa exposição, acabamento cuidadoso, serventia dágua para fins domésticos e instalações sanitárias.

Ar, luz do dia, racional exposição, boa situação, escoamento das águas e... fossa asseguram condições as mais favoráveis.

Voltaremos ao tema.

XIX

Enriquecimento das pastagens naturais

Em referência à sugestão I, relativa à *produção do leite e a alimentação do rebanho leiteiro*, recebemos de um velho amigo, criador na Zona da Mata (Minas Gerais) atenciosa carta sôbre as dificuldades encontradas para o enriquecimento das pastagens em sua fazenda.

Deverá êle, não obstante, enfrentá-las, procedendo a semeadura, nos pastos, de leguminosas forrageiras e, quando possível, a distribuição de adubos, o que poderá ser feito anualmente, por parcelas.

O essencial, indispensável mesmo, é agir, dentro de um plano, sistemàticamente.

A queima de um pasto para a obtenção do "verde tenro" oferece oportunidade que não deve ser perdida.

XX

Turismo Rural

Desenvolveu, nestes últimos anos, a indústria hoteleira no meio rural, não o turismo na sua verdadeira acepção.

Precisamos criá-lo, promovendo excursões às zonas de interêsse turístico, com visitas às emprêsas rurais (sítios, fazendas, engenhos, usinas, etc.) que, pela situação, instalações e natureza das explorações, mereçam ser conhecidas e visitadas.

Lembramos às associações rurais o exame da sugestão.

(Continua na pág. 9)

UMA COOPERATIVA AGRÍCOLA COM GRANDE ACÊRVO DE BONS SERVIÇOS

As realizações da Cooperativa Agrícola de Cotia — O Relatório apresentado à XXVII Assembléia Geral Ordinária — O Dr. Manuel Carlos Ferraz de Almeida, um grande administrador

É sempre com satisfação que se lê um relatório da Cooperativa Agrícola de Cotia, sem dúvida uma das mais expressivas demonstrações do que pode realizar o cooperativismo quando bem orientado.

A Cooperativa Agrícola de Cotia em seus vinte e sete anos de atividades tem realizado uma obra notável, digna de ser observada.

A leitura do relatório apresentado à XXVII Assembléia Geral Ordinária da Cooperativa, pelo seu presidente, Dr. Manoel Carlos Ferraz de Almeida dá bem uma idéia do quanto de bom e de útil tem ela realizado, arregimentando lavradores sob a bandeira da solidariedade e auxílio mútuo que é o cooperativismo.

O relatório do ano social de 1954/1955 é uma demonstração da fôrça que representa os pequenos agricultores quando, com elevados propósitos se unem em uma cooperativa rural.

Iniciando suas atividades com um capital de duzentos e noventa mil cruzeiros, tem hoje um movimento que atinge à expressiva cifra de mais de dois bilhões de cruzeiros, com um aumento, portanto, de 3.100 vezes o movimento do ano de sua fundação.

O capital social é hoje cerca de 700 vezes maior que o capital social inicial.

Sòmente êsses dados bastariam para consagrar qualquer entidade, porém mais se acentua ainda o seu elevado alcance, quando essa entidade é constituída de pequenos agricultores.

Vale aqui transcrever as palavras do Sr. Emil Lusting, Diretor da Federação das Cooperativas Suecas que, em sua visita ao Estado de S. Paulo, após ter visitado e observado atentamente as realizações desta grande cooperativa assim se manifestou: "considero a Cooperativa Agrícola de Cotia como um modêlo de trabalho solidário, tendo observado estar nela implantada uma verdadeira democracia econômica; é um movimento de imenso trabalho e pode servir como modelo às cooperativas de todo o mundo".

Ressalta salientar, que são palavras de um grande líder cooperativista; do dirigente máximo do cooperativismo em um país onde tal organização atingiu um grau de pujança digno de registro em qualquer estudo sôbre cooperativismo.

Um paralelo entre a situação da cooperativa no ano social de 1054/1055 e a sua situação no ano social 1953/1954, dá bem uma idéia do seu desenvolvimento de ano para ano.

Com 4.746 associados e um capital de Cr$ 200.793.023,00 acusou um acréscimo de 41,3% em relação ao ano 1953/1954 (aumento de Cr$ ...... 58.569.679,40 sôbre o ano anterior).

As imobilizações totais consignadas no balanço atingem a Cr$ 242.694.597,70, com um aumento, portanto de 55,4% sôbre o consignado no balanço do ano anterior.

Um aumento da ordem de 27,70% em relação ao ano anterior acusou a sua receita que atingiu, em 1954/1055 a Cr$ 142.329.036,20.

A arrecadação de taxas foi a seguinte:

a) pelo serviço de vendas, Cr$ 46.699.930,00;
b) pelo serviço de compras, Cr$ 46.327.478,70;
c) juros dos empréstimos efetuados pela Cooperativa: Cr$ 10.709.804,00;
d) taxas dos serviços de utilização mútua: Cr$ 38.892.813,70.

São, portanto, expressivos, os dados numéricos.

Digno de registro é que deliberou a 26.ª Assembléia Geral Ordinária da Cooperativa realizada em Julho de 1054 com relação à destinação da sobra de Cr$ 14.829.032,30 verificada no balanço:

1 — Para o Fundo de Reserva Legal; 10% ou sejam Cr$ 1.482.953,30.
2 — Para o Fundo de Reserva Especial, 10%, ou sejam Cr$ 1.534.657,50.
3 — Para o Fundo de Construção de Residências para os funcionários, juros de 10% sôbre o capital de Cr$ 6.233.900,00.
4 — Para Fundo de Construção de um internato para filhos de lavradores — Cr$ .... 1.500.000,00.
5 — Para os festejos do IV Centenário de S. Paulo, Cr$ 500.000,00.
6 — Adicional para gratificações aos funcionários: Cr$ 273.250,00.
7 — Para indenização de contas de devedores duvidosas Cr$ 665.771,20.
8 — Para gratificações abonadas aos membros do Conselho de Administração e aos do Conselho Fiscal, Cr$ 1.040.000,00.

O quadro social da Cooperativa abrange 4.746 lavradores cooperados representando uma comunidade de 30.327 pessôas, com uma média, por família de 6,39 pessôas.

Dos inquéritos realizados, em relação aos cooperadores resultaram, em 1954/1055 dados interessantes, tais como:

a) o número de assalariados aumentou ligeiramente (15.510 para 15.852 elementos);
b) quanto ao sexo, continua a grande preponderância de homens;
c) quanto à instrução continúa prevalecendo a instrução primária;
d) quanto à origem (28 nacionalidades dos cooperados), continuou o aumento crescente de cooperados brasileiros;
e) 65,44% dos cooperados trabalham em glebas próprias (são proprietários), com um aumento de 80 agricultores novos proprietários.

Dois fatos destacam-se e merecem referência especial:

a) de ano para ano tem aumentado o número de cooperados com terras próprias enquanto vem diminuindo o de cooperados com terras arrendadas, o que reflete, sem

dúvida, melhoria das condições econômicas dos cooperados.

b) O número de cooperados brasileiros vem aumentando de ano para ano, revelando assim que o cooperativismo é bem recebido pelo nosso lavrador, quando bem orientado e dirigido.

A área pertencente aos cooperados sofreu um aumento de 6.524 alqueires, enquanto que as áreas arrendadas sofreram uma redução de 458 alqueires em relação às áreas exploradas do ano anterior.

O aumento da área cultivada no ano social de 1954/1955 foi de 3.864 alqueires.

No domínio das culturas, ocupou o primeiro lugar a da batata, seguindo-se a do algodão e o milho.

A área das pastagens ocupou 23%.

Vale também assinalar aqui outros dados interessantes:

a) o movimento de vendas, atingiu, no ano social, à expressiva cifra de Cr$ .... 766.911.280,30, com um aumento de 35,15% sôbre o ano anterior;
b) a distribuição aos lavradores associados, no setor de compras subiu a Cr$ .... 398.247.608,30, com um aumento, portanto, de 46,1%;
c) o movimento global do serviço de crédito foi de Cr$ 846.939.610,10, com um aumento de 43,38% sôbre o ano anterior;
a) no setor de serviços de utilização mútua (secções de Transportes, Mecânica, Assistência Social, Incubação, Carpintaria, Serralheria, Estação Experimental do Moinho Velho, Chácara Pirajussara, Mecanização Agrícola e Engenharia) os resultados igualmente expressivos atingiram a Cr$ ...... 95.164.649,90, com um aumento, portanto, de 79,38% sôbre o ano anterior.

Os dados acima transcritos são, altamente expressivos.

O Dr. Manoel Carlos Ferraz de Almeida, dinâmico e operoso Presidente da Cooperativa Agrícola de Cotia, está, portanto, de parabens.

Os seus longos anos de trabalho, inteiramente dedicados ao cooperativismo não tem sido infrutíferos e a Cooperativa Agrícola de Cotia, sob sua sábia direção caminha, de ano para ano, em marcha sempre ascendente, dando assim aos agricultores do Brasil uma demonstração do que êles podem conseguir sob a bandeira do cooperativismo

Comunicado da Estação Experimental de Pelotas

CULTURA DO ESPARGO



Colocação das "aranhas" nos sulcos

O espargo constitui cultura de grande valor econômico no Estado do Rio Grande do Sul, graças à facilidade que sua produção que encontra ali, para ser industrializada, dado o grande número de estabelecimentos industriais que preparam conservas destas planta, apreciável mercado de consumo.

O Município de Pelotas, naquêle Estado sulino, já produz apreciável quantidade de espargos de excelente qualidade.

A ESTAÇÃO EXPERIMENTAL DE PELOTAS, dependência do Ministério da Agricultura, ali sediada, executa com esta cultura diferentes trabalhos, já há alguns anos, procurando difundir as melhores variedades adaptadas àquela região.

Essas variedades são a MARY WASHINGTON, MARTHA WASHINGTON, ARGENTUIL PRECOCE, COLUMBIA MAMMOTH WHITE e a VIOLETA DE HOLANDA, das quais aquela Estação Experimental vem fazendo farta distribuição de "aranhas" (mudas), anualmente aos agricultores registrados no Ministério da Agricultura.

Sôbre elas é, igualmente, mantido um experimento de competição de variedades, em blocos ao acaso, com três replicações ,instalado em 1940, o qual vem apresentando interessantes resultados.

CAMPANHA DA CULTURA DA SOJA

Relatório do ano agrícola 1952-1953 — Plano de trabalho para a safra de 1953-1954

1. INTRODUÇAO

Reconhecendo o, poder público, pela sua Secretaria da Agricultura, a necessidade de promover o desenvolvimento da Soja, cultura que representa a solução de três importantes problemas de São Paulo (rotação, óleo e proteína), foi elaborado um programa de trabalho que recebeu a colaboração financeira do Sindicato da Indústria de Azeites e Óleos Alimentícios do Estado de São Paulo.

Êsse planejamento foi efetuado por diversos técnicos do Departamento da Produção Vegetal e, depois de apreciado pelo Senhor Secretário da Agricultura, recebeu a aprovação do Senhor Governador do Estado.

Resumidamente, o esquema elaborado (anexo 1) visava quatro pontos principais:

a) Levar a soja ao lavrador ensinando-o executar a sua cultura econômicamente;

b) Multiplicar o estoque de sementes selecionadas, produzindo material suficiente para a execução de um programa de maior amplitude;

c) Ampliar os trabalhos experimentais de modo a aumentar o rendimento da cultura e resolver os seus diversos problemas;

d) Promoção de medidas visando criar bases para o desenvolvimento da cultura dentro do regime da livre iniciativa.

Conforme se verá neste relatório, o plano elaborado na parte que não dependia de fatores incontroláveis, foi inteiramente cumprido, item por item. Para que isso fôsse possível, contou a Campanha da Soja, além da rêde de agrônomos regionais da Divisão de Fomento Agrícola, com o concurso direto de quatro engenheiros agrônomos, dois auxiliares de agronomo, três escriturários e um contínuo. Colaboraram ativamente no programa diversas repartições: Secção de Cereais e Leguminosas da Divisão de Experimentação e Pesquisas, Divisão de Mecanização e Ensaios de Máquinas Agrícolas do D. E. M. A., Secção de Fomento Agrícola da Anderson Clayton & Cia. Ltda.

2. FOMENTO DA CULTURA DA SOJA

O estoque de sementes de que dispunha a Divisão de Fomento Agrícola, no início da safra, era suficiente para o plantio de uma área de cêrca de 850 alqueires. Para conseguir lavradores que dispuzessem a cultivar aquela área em campos que pudessem servir como núcleo de fomento, foram percorridas as regiões do Estado mais recomendáveis à cultura, em companhia do agrônomo da região e do técnico encarregado de coordenar o fomento da soja nos setores agrícolas mais importantes. Para facilitar êsses contactos, foi feito um levantamento de todos os proprietários de combinadas, uma vez que sabíamos da importância do fator "colheita mecânica" para produção econômica da soja. Isso resultou em uma maior concentração de campos nas zonas que dispunham de maior número daquelas máquinas principalmente na Alta Mogiana, Sul do Estado e na região de Barretos (mapa 1).

O anexo 2 contem uma relação dos campos que foram instalados. Procurou-se conseguir a cooperação de bons lavradores e líderes rurais cujas culturas pudessem ter a maior repercussao possível, mas em muitos casos não foi possível evitar que lavradores não aparelhados e que não dispunham de condições para cultivar soja, viessem a plantar essa leguminosa.

Foi coberta uma área de 805 alqueires, abrangendo um total de 96 campos, com área de 8,38 alqueires. Para que os lavradores se dispuzessem a se iniciar na nova cultura, foi preciso garantir a aquisição de suas produções ao prêço fixo de Cr$ 150,00 por saco de 50 quilos, FOB estação ferroviária mais próxima, livre de sacaria.

Essa garantia de preços foi possível, considerando-se tôdas culturas como campos de cooperação para produção de sementes, e amparando-as sob contrato.

2.1. ASSISTÊNCIA AOS CAMPOS DE COOPERAÇAO — Os campos de soja tiveram assistência constante dos agrônomos regionais e dos técnicos da Campanha da Soja, desde o plantio até a colheita. Foram realizadas cêrca de 812 inspeções (média de mais de 8 inspeçao por campo), com uma quilometragem percorrida de 135.956 quilômetros, o que dá uma média de 167 quilômetros por visita e por campo.

Todos os campos adquiriram sementes da Secretaria da Agricultura, recebendo o necessário inoculante gratuitamente. Antes do plantio foram reguladas quase tôdas as plantadeiras dos cooperadores, para que o plantio processasse dentro do "stand" recomendado. Idêntica assistencia foi prestada durante a colheita, com a regulagem das combinadas das propriedades dos cooperadores.

Para atender os plantadores que não dispunham de maquinário para a colheita foram tomadas as seguintes providências:

1.º Gestões junto aos representantes de máquinas agrícolas para que equipassem convenientemente as colhedeiras de propriedades particular;

2.º Compra de 5 trilhadeiras no Rio G. do Sul;
3.º Reforma de uma combinada pertencente à Divisão de Experimentação e Pesquisas;
4.º Empréstimo de 11 trilhadeiras "Turner" pertencentes ao Ministério da Agricultura;
5.º Gestões junto ao D. E. M. A., para colocar a disposição da Campanha, 6 combinadas e 8 trilhadeiras de sua propriedade;
6.º Gestões junto às Patrulhas Motomecanizadas para a utilização de 4 de suas combinadas.

2.2. RESULTADO DOS CAMPOS — O quadro 1, contém os resultados de 29 campos que foram rigorosamente medidos após a colheita. Exprimem portanto a realidade final da cultura, com base em dados levantados com todo o rigor.

O quadro 2, contém os dados relativos a 32 outros campos, evidentemente mais fracos, e cujas áreas não foram medidas.

Os resultados médios finais dessas duas séries de compos podem ser assim resumidos :

Campos de Coop.	*N.º*	*Area alq.*	*Produção scs. 50 k*	*Custo de Cr$/alqueire*	*Renda liq. Cr$ a 12*	*Custo saco*	*Perdas %*
Campos medidos	29	9,52	62,34	5.080,00	4.634,00	89,42	11
Campos não medidos	32	4,65	38,8	4.110,00	1.875,40	122,5	13,5

Os numeros acima permitem tirar diversas conclusões :

a) É possível produzir soja econômicamente em São Paulo, ao prêço de Cr$ 3,00 por quilo de grão;

b) As produções entre os melhores lavradores podem ser consideradas boas (3.117 quilos por alqueire) e fracas entre os classificados no segundo grupo (1.940 quilos por alqueire), resultante em renda líquida satisfatória e pequena, respectivamente;

c) As perdas na colheita, devido ao atrazo na operação e diversas dificuldades no trabalho das maquinas, têm sido muito elevadas nas nossas condições, exigindo especial atenção para o futuro;

d) É possível diminuir o custo de produção, mediante o barateamento do combate às pragas (que foi feito geralmente com inseticidas compostos usados para o algodão) e a redução do custo da colheita;

e) Será possível melhorar o rendimento por alqueire durante um ano agricola normal. De fato, a safra 1952-53 caracterizou-se por apresentar uma das piores secas dos últimos anos, reduzindo o rendimento de tôdas as cultura, inclusive o da soja. Os números abaixo mostrando a inclemência da sêca de 1952-53 em face da normal para um número grande de anos, em várias localidades.

DADOS DE CHUVAS DURANTE A SAFRA DE SOJA DE 1952/53

Localidade	*Novembro a Maio (1)*		*Janeiro a Fevereiro (2)*	
	Normal	*1952/53*	*Normal*	*1953*
Ribeirão Prêto	1.211	917	491	339
Campinas	1.102	859	457	323
Araçatuba	1.012	692	448	416
Pindorama	1.089	641	456	307
Baurú	741	806	375	366

(1) O periodo de novembro-maio, refere-se a todo o ciclo da soja em São Paulo.

(2) Janeiro-Fevereiro, é o periodo do florescimento, época em que as chuvas são mais importantes para a cultura da soja.

REUNIÕES DE LAVRADORES E AGRÔNOMOS — Com o objetivo de informar perfeitamente todo o corpo técnico da Secretaria a respeito dos detalhes da Companha da Soja foram realizadas cinco reuniões em diferentes pontos do Estado. Posteriormente, durante o transcorrer da cultura e por ocasião dos trabalhos de colheita, tratou-se de trazer nos campos de cooperação o maior número possível de lavradores a fim de esclarecê-los, "in loco", sôbre os diversos aspectos da cultura. Essas reuniões vão abaixo relacionadas :

LOCAL	*COMPARECIMENTO*	*OBJETIVO*
1 — Araraquara	46 agrônomos	Esclarecimento sôbre a Campanha da Soja.
2 — Campinas	37 agrônomos	Esclarecimento sôbre a Campanha da Soja.
3 — Baurú	43 agrônomos	Idem, idem.
4 — Avará	31 agrônomos	Idem, idem.
5 — Taubaté	23 agrônomos	Idem, idem.
6 — São Paulo	48 técnicos do DEMA., M. A. Secretaria Agr. e firmas agrícolas	Planejar colheita mecânica da soja.
7 — Ribeirão Prêto	Lavadores e membros da Associação Rural	Palestra sôbre a cultura da soja.
8 — Orlândia — Fazenda Agudo	129 agrônomos e 300 lavradores	Esclarecimento sôbre a cultura da soja.
9 — São Joaquim da Barra — Fazenda Cachoeira	40 lavradores	Informações sôbre a soja.
10 — Mirandópolis — Fazenda Aliança	65 japoneses da Cooperativa Aliança	Cultura da soja.
11 — Pereira Barreto — (coop. faz. Tietê)	50 lavradores	Visita a campo de soja.
12 — Barretos, Fazenda Buracão	Agrônomos e lavradores	Palestra sôbre a soja; visita a uma cultura.
13 — Baurú, Fazenda Yanase	Lavradores da Região	Visita ao campo da Faz. Yanase.
14 — Fernandópolis	Cêrca de 80 japoneses e agrônomos do setor de S. José do Rio Prêto	Palestra no campo n. 76.
15 — São Joaquim da Barra, Fazenda São Luiz	Fazendeiros e Cooperadores	Demonstração de colheita mecânica.
16 — Guaíra, Fazenda Sta. Rosa	Fazendeiros e Cooperadores	Demonstração de colheita mecânica.
17 — S. José do Rio Prêto, Fazenda S. Dulce	Autoridades, agrônomos e lavradores	Demonstração de colheita pelo DEMA.
18 — Ribeirão Prêto	Agrônomos do Setor	Debates sôbre problemas da próxima safra.
19 — Araçatuba	Agrônomos do Setor	Financiamento para aquisição de máquinas para colheita.

2.4. PUBLICIDADE — A Campanha da Soja despertou considerável interêsse, levando a imprensa da capital e do interior a ocupar-se sôbre o assunto em diversos editoriais e notícias. Deve-se mencionar os seguintes orgãos pelo destaque que têm dado ao noticiário sôbre soja:

1.º "Folha da Manhã" que publicou três reportagens sôbre a cultura da soja e sua colheita. Atualmente está promovendo interessante inquérito a respeito da mistura da farinha de soja à farinha de trigo.
2.º "O Correio Paulistano"
3.º "Diário de São Paulo"
4.º "O Estado de São Paulo"
5.º "A Gazeta"
6.º "O Mundo Agrícola", "Mundo Agrario" (do Rio) e a "Hora da Lavoura" da Rádio Tupi e Rádio Difusora.
7.º "A Última Hora"
8.º "São Paulo Shimbu" e "Jornal Paulista" (diários japoneses).

Em outros Estados, principalmente em Minas Gerais e Espírito Santo, houve também interêsse pela iniciativa de São Paulo, a julgar pelas consultas recebidas e noticiário da imprensa.

2.5. DIVULGAÇÃO — Diversos folhetos e circulares foram impressos e distribuídos no meio rural visando esclarecer devidamente o lavrador e o público a respeito da soja. Além de artigos diversos publicados em jornais agrícolas e revistas, foi impresso pela Campanha da Soja o seguinte material de divulgação:

1. "Instruções para Cultura da Soja" — Boletim 32 do Instituto Agronômico.
2. Idem, tradução em japonês.
3. "Colheita Manual e Mecanizada da Soja".
4. "Aspectos Culinários da Soja" autoria do Professor Afrânio Amaral.
5. "Instruções sôbre a Cultura da Soja" — Publicação da Divulgação do Fomento Agrícola.

2.6. CONCURSO ENTRE COOPERADORES — Com a finalidade de estimular o lavrador no aprimoramento de práticas culturais referentes à soja, foi organizado um concurso entre os melhores campos de soja do Estado. Dentre os 80 campos cujo controle estiveram à cargo da Companhia da Soja, foram premiados 10 lavradores e os agrônomos regionais das respectivas regiões, tomando se como base de julgamento os seguintes elementos:

1.º Rendimento por alqueire
2.º Custo de produção
3.º Qualidade do produto colhido
4.º Valor do campo como elemento de fomento.

Os prêmios consistiram em calcáreo, cultivadores, medalhas e diplomas, tendo o lavrador melhor classificado recebido prêmios no valor de Cr$ 23.000,00.

3. MULTIPLICAÇÃO DE SEMENTES SELECIONADAS

Os campos de cooperação, além de servirem como áreas de interêsse e de fomento, foram ainda utilizados para a multiplicação do estoque de sementes existentes.

Dos 96 campos plantados, 80 terminaram a safra, tendo os restantes o seguinte destino:

Cancelados por infringirem cláusulas contratuais	5
Abandonados	5
Destruidos por pragas	1
Campos que não entregaram as produções	5

Deduzindo êsses campos, a área plantada ficou reduzida a 611 alqueires com uma produção de 25.023 sacos de sementes para plantio que permitirão notável expansão no programa da safra de 1953-54.

A produção de sementes selecionadas de soja em relação às safras anteriores foi a seguinte:

Ano Agríc.	*N.º de Campos de Coop.*	*Area (alqs.)*	*Produção (Sacos 50 kg.)*
1950-51	2	6	240
1951-52	13	44	2.200
1952-53	80	611	25.023 (*)

(*) antes do benefício.

4. TRABALHO EXPERIMENTAL

A intensificação dos serviços do fomento da soja foi acompanhado por uma expansão dos trabalhos experimentais com a preciosa leguminosa. Na Divisão de Experimentação e Pesquisas, novos ensaios foram instalados, visando estudar novos problemas.

Nas estações experimentais de Monte Alegre do Sul, Mocóca, Tatuí e Tietê procedeceu-se à multiplicação da variedade "455" que vêm sobrepujando a "Abura" nos ensaios de competição de variedades. Em Jaú, aumentou-se algumas linhagens promissoras de Abura, enquanto em Capão Bonito plantou-se, pela primeira vez, uma cultura extensiva de duas variedades precoces ("Avaré Precoce e "Paraná Precoce"), que poderão despertar interêsse na zona sul onde a possibilidade de cultivar soja e trigo num mesmo ano agrícola, está condicionada à utilização de uma variedade menos tardia que a "Abura".

Os agrônomos da Campanha da Soja tiveram a seu cargo, além das atribuições já especificadas, todos os trabalhos relativos ao plantio, desbaste e colheita de 22 ensaios de variedades de soja, localizados junto aos campos de cooperação de suas respectivas zonas.

Dêsse total, 19 germinaram satisfatòriamente, sendo aproveitados os dados finais de 15 que, juntamente com os ensaios instalados nas Estações Experimentais de Ribeirão Prêto, Mocóca e Pindamonhangaba, completam o quadro 3.

Nº 3

ENSÁIOS REGIONAIS DE VARIEDADES DE SOJA

VARIEDADES	ROXA E ROXA MISTURADA									ARENOSA				GLACIAL			SALMOURÃO MASSAPÉ					
	Migelopolis	Guaira	Orlândia	Rib. Preto	Gaturamo	Campinas	Bretas	Piracicaba	Terra Roxa	Tupã	Rio Preto	Pres. Prudente	MÉDIA	Itapéva	Itararé	MÉDIA	S. José dos Campos (morro)	Pindamonhangaba	Mócóca	MÉDIA		MÉDIA GERAL
455	2.500	1.145	2.708	1.951	1.368	2.266	877	1.789	1.079	2 315	1.494	782	1 494	860	826	843	956	1 072	1.611	1 213	18	1.499
Abura	1.690	1.111	2.056	812	1.502	2.303	808	1.615	613	1 780	1.220	312	1.220	070	930	950	747	2.238	1 204	1.062	18	1.249
Pereira Barreto	2.565	1.037	2.514	1.916	1.583	2.286		1.657	1.273	2 197	1 631	799	1.542							854	11	1.769
La. 41-1219	751	1.301	2.944		1.159	2.286	1.011	1.519	822	2 319	888		1.154	576	833	755	984	995	583	1.180	16	1.210
Acadian	1.066	1.310	1.819	1.599	1.711	2.266	822	1.368	500	2 388	981	399	1.236	670	791	731		1.009	1.350	1.179	17	1.540
Seminole						2.200								952		952	740			740	2	1.297
C.N.S.	1.093	502		1.755			787	1.556	461	2 541	662		1.426								9	1.249
Yolnando						2.753										1 298	763		763	763	3	1.605
Rio Grande	738	1.326	2.167	1.624	347		659							1.298			727		926	827	10	1.015
Edna	1.269	1.215	2.667		1.152				315		423		816								7	2.225
Nova Granada	2.430	1.090	3.222		1.526	2.303					555		979								5	2 121
Paraná Tardia						2.745								989							2	1.867
Morro Agudo	1.086	1.194	2.958	1.766	798						666		895						1.111	1.111	9	1 274
Paraná Precoce						1.183		997	381	2 180		261	1 221	971	1 076	934	690	1.231	1.086	1.002	10	1.058
Avaré Precoce	1.208	1.127	1.708		780	878	722				725		1.008		447	447	643	1 138		891	11	1.067

As cifras do quadro mencionado mostram que a simples substituições da variedade "Abura" pela "455" poderá determinar um aumento de 20% na nossa produção de soja. Entre a "Abura" e a "Pereira Barreto" o diferença é de ordem de 40%, o que vem mostrar a grande importância do trabalho de introdução e ensaios de variedades em larga escala.

No sentido de apressar a substituição da variedade "Abura" por outras mais produtivas, cuidou-se de localizar lotes uniformes da variedade "Pereira Barreto". Para isso foi realizado um "Survey" entre os plantadores de soja da Cooperativa Aliança em Mirandópolis ;efetuou-se a eliminação, no campo, de tôdas as plantas de tipo padrão da variedade, em cêrca de 5 alqueires que irão fornecer perto de 300 sacos de sementes para a multiplicação no ano agrícola entrante.

Numerosas introduções foram feitas de variedades e tipos de soja cultivadas pelos japoneses no interior. Diversas amostras foram também recebidas do exterior, principalmente dos Estados Unidos.

Visita do Dr. L. F. Willians — Afim de orientar os trabalhos de melhoramento relativos à soja e emitir opinião sôbre as possibilidades dessa cultura entre nós, esteve no Brasil durante o período de 10-12-52 a 8-4-53, o Dr. L. F. Willians, técnico do U. S. Regional Soybean Laboratory do U. S. Departament of Agriculture.

A visita dessa autoridade em soja (o Dr. Willians é o responsável pela criação de variedades de soja que atingem hoje uma produção de mais de 70 milhões de sacos) foi das mais proveitosas. De fato, o Dr. Willians desdobrou-se em serviços, percorrendo o nosso Estado de ponta a ponta; ministrou um curso rápido sôbre soja, realizou conferências e orientou a fase inicial do programa de melhoramento, treinando para isso o engenheiro agrônomo que cuidaram dêsse trabalho.

5 DESENVOLVIMENTO DE UTILIZAÇÕES PARA A SOJA

O plano da soja, sendo um trabalho de introdução de uma cultura inteiramente nova, não podia descuidar da parte relativa às aplicações do produto, uma vez que a soja foi aqui considerada como matéria prima para a indústria.

Ademais, seria preciso diligenciar no sentido de que essas utilizações, pelo menos na primeira fase da cultura, fôssem de ordem a permitir ao lavrador obter um bom prêço pelo seu produto.

Encarando o problema "soja" em toda a sua extensão, a Secretária de Agricultura pleiteou junto ao Govêrno Federal, a autorização para a adição de 3% de farinha de soja a farinha de trigo. Essa medida foi autorizada, em caráter experimental, trazendo como consequência o interêsse das industrias particulares que, pagando a soja a prêço satisfatorio, proporcionarão a necessária base econômica para que a cultura possa se desenvolver naturalmente sem necessidade de proteção oficial.

Para conhecer detalhes dessa medida, foi realizada em São Paulo, uma reunião com o Sindicato da Indústria do Trigo.

Diversas autoridades manifestaram-se sôbre o assunto, ressaltando a importância da medida para a alimentação publica.

6 AMPARO ECONÔMICO AO COOPERADOR DE ALGODÃO QUE PLANTAR SOJA

Considerando o aspecto agrícola de culturas e a importância que a soja poderá ter na estabilização de algodão, a Secretaria da Agricultura, efetivou para esta safra, a medida de amparo econômico ao cooperador de algodão que plantar soja em sua propriedade.

Assim sendo, foi estabelecido um sôbre prêço de Cr$ 5,00 por saco de sementes de algodão, proveniente de campos de cooperação que satisfizerem duas condições ;

a) Plantarem uma área de soja não inferior a 20% da área cooperada de algodão;

b) Plantarem uma área de soja não inferior a 5% do total da área cultivada com algodão na propriedade

7. ATIVIDADES DIVERSAS

Além dos principais pontos mencionados no programa, o desenvolvimento da Campanha exigiu outras atividades necessárias ao ajustamento de diversos problemas. Citam-se entre outras:

7.1. FACILIDADES DE CRÉDITO PARA AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS PARA A COLHEITA E BENEFICIAMENTO DA CULTURA — Com a finalidade de conceder aos produtores de soja, facilidades para o seu aparelhamento com máquinas para a colheita de soja, foi estudado com a Carteira Agrícola do Banco do Estado, um plano especial de financiamento.

No programa de importações de máquinas agrícolas pelo Banco de Desenvolvimento Econômico (Emprestimo de 18 milhoes de dólares), foram incluidas 46 combinadas para plantadores de soja.

No momento, estão sendo preparadas instruções para os lavradores afim de que possam usufruir dessas facilidades, bem como utilizar os financiamentos concedidos pelo Banco do Brasil e Banco do Estado.

7.2. AQUISIÇAO DE TRILHADEIRAS E MÁQUINAS DE BENEFÍCIO NO RIO GRANDE DO SUL — Com o objetivo de estudar no Rio Grande do Sul, Estado onde a cultura da soja está consolidada, os melhores tipos de trilhadeiras usadas pelos pequenos lavradores, e os diversos modelos de máquinas de benefício utilizadas pelos exportadores de soja, foi feita uma viagem àquele Estado em fins de Julho dêste ano.

Procurou-se interessar os fabricantes de trilhadeiras a enviar máquinas para São Paulo.

Por outro lado, cuidou-se da compra de máquinas de benefício necessárias ao aparelhamento dos Postos de Sementes que irão receber, no futuro, grandes quantidades de soja e outras sementes.

7.3. MÉTODOS E ANÁLISES DE SEMENTES DE SOJA — A procura de sementes de soja, de boa qualidade exigiu uma revisão nos padrões vigorantes, bem como no método de análise utilizado.

Foi preparado um novo método de análise de sementes, que depois de experimentado começou a ser utilizado ainda nesta safra.

Essa medida, aliada ao beneficiamento prévio das sementes que são recebidas diretamente do produtor, possibilitou o fornecimento de sementes de alta qualidade aos lavradores que irão plantar soja em 1953-54

8. DESPESAS EFETUADAS E UTILIZAÇÃO DAS VERBAS

A Campanha da Soja contou, durante o ano agrícola de 1952-53, com recursos financeiros de três fontes diferentes:

a) Verbas normais da Secretaria da Agricultura;
b) Cr$ 900.000,00 doados pelo Sindicato da Indústria de Azeites e Óleos Alimentícios do Estado de São Paulo;
c) Recursos provenientes do Aviso 8088 (adiantamento para pronto pagamento).

Os dois últimos itens proporcionaram à Campanha da Soja extraordinária mobilidade de trabalho, permitindo pagar à vista diversas despezas, adiantar diárias a funcionários, manter veiculos em constante operação, efetuar rapidamente reparos em máquinas de colheita, e transportá-las sem demora para pontos distantes do Estado.

Da doação inicial do Sindicato de Óleos foi destinada a importância de Cr$ 100.000,00 ao Fundo de Pesquisas do Instituto Agronômico; essa importância foi movimentada diretamente por essa entidade.

No quadro 4, estão tôdas as despezas efetuadas com recursos provenientes daquelas três fontes. Sob "Verba da Secretaria da Agricultura" estão mencionados apenas os gastos diretos com a Campanha não se incluindo a participação nestes trabalhos proporcional da repartição

DESPEZAS DA CAMPANHA DA SOJA NO ANO AGRICOLA DE 1952-53

QUADRO 4

Item	*Verba Sindicato Óleos*	*Verba Sec Agricultura*	*Aviso 8088*	*Total*
1 Salários	419.415,00	152 400,00	———	871 815,00
2. Transportes, diárias e viagens	188.987,30	87 200,00	63 617,90	339 805,20
3. Publicidade e Divulgação . . .	16.450,00	79 600,00	99 720,00	195 770,00
4. Compra de máquinas e veículos . . .	254.358,50	———	———	254 358,50
5. Compra de sementes	———	3.335 500,00	———	3 335 500,00
6. Eventuais e diversos	20 789,20	———	75.614,00	96.403,20
TOTAL	900.000,00	3 951 700,00	238 951,90	5 093.651,90

9. RESUMO, CONCLUSÕES E PERSPECTIVAS

Sendo o plano de desenvolvimento e utilização da soja, um esquema essencialmente dinâmico que se modifica com os resultados do ano agricola, com as perspectivas da próxima safra, com as experiências obtidas e, sôbre tudo, com os ajustamentos que o próprio desenvolvimento do programa possa exigir, é natural que as linhas básicas do esquema original sofram modificações num novo planejamento.

Assim é que, se, por um lado os resultados não muito favoráveis de um ano agrícola dos mais adversos aconselham moderação, por outro lado existem um conjunto de fatores que justificam o aceleramento do programa e recomendação do plantio da soja na maior escala que fôr possível. Citam-se entre outros, os seguintes fatores:

a) A diminuição da produção de algodão que se prevê para 1953-54 irá criar uma crise no abastecimento de oleos vegetais comestíveis, com a consequente valorização das outras oleaginosas;

b) A decisão do Ministério da Agricultura, autorizando a adição da farinha de soja às farinhas panificáveis, veio criar base economica segura para o agricultor que poderá, agora, plantar essa oleaginosa fora do regime de campos de cooperação;

c) Os lavradores já estão mais familiarizados com a cultura e os agrônomos mais capacitados a orienta-los; se tivermos um ano normal, é de se esperar significativa melhoria na produção por área;

d) A Secretaria da Agricultura, pelas providencias que tomou junto aos estabelecimentos de credito, e pelos atrativos que está oferecendo, está apresentando a cultura de soja como um bom negocio para o produtor;

e) A recente geada que atingiu todo o Estado irá provocar uma "corrida" para as culturas anuais; os cafezais atingidos irão receber o máximo possível de culturas intercalares, principalmente aquelas que poderão ser produzidas com sucesso na fazenda de café — e a soja está neste caso

10. PLANO DE TRABALHO PARA A SAFRA DE 1953-54

10.1. ZONAS PRODUTORAS — Os resultados obtidos, mostram que há uma tendencia para a expansão da cultura da soja em certas zonas do Estado. De fato, há diversos fatores que fazem que se possa prever um maior desenvolvimento em certas areas, justificando então, uma correspondente intensificação do trabalho de fomento. Assim é, que na Alta Mogiana, por exemplo, a soja "vai indo bem" pelas seguintes razões:

a) Zona de lavradores adiantados, que estão dispostos a praticar rotação de culturas;

b) A região, devido às grandes lavouras mecanizadas de arroz, dispõe de grande número de máquinas combinadas que barateiam muito o custo da produção da soja;

c) As produções têm sido satisfatórias e com boas coberturas experimentais.

O item segundo recomenda também a região de Barretos e a zona tritícola de Itapéva — Itaberá; nesta região, há necessidade de um trabalho especial de divulgação dos métodos de combate à lagarta das folhas, fator que está limitando a expansão da cultura na região.

Na Alta Noroeste há grande interêsse pela soja, como resultado dos bons rendimentos obtidos e da presença de grande número de lavradores japonêses.

Nessas quatro zonas há ser concentrado o maior esfôrço de fomento, na próxima safra. Nas outras regiões, o trabalho será mais cauteloso, fazendo-se a seleção dos melhores lavradores e intensificando o trabalho sòmente quando os resultados justificarem.

10.2. PLANO BÁSICO DE TRABALHO — O plano básico de trabalho a ser desenvolvido durante o ano agrícola de 1953-54, terá dois objetivos principais: fomento para o plantio de 6.000 alqueires (com a provável produção de 300.0000 sacos de 50 quilos) e a expansão do trabalho experimental.

10.2.1. FOMENTO PARA O PLANTIO DE 6.000 ALQUEIRES — O plantio dessa área terá como objetivo a produção de 300.000 sacos de 50 quilos, dos quais 100.000 serão reservados para semente, e o restante poderá ser encaminhado à indústria. A Secretaria da Agricultura, promovendo o plantio dessa área de soja em regime de campos de cooperação, atuará como órgão garantidor de preços uma vez que as suas necessidades de semente para plantio serão, como já vimos de apenas . . . 100.000 sacos. Se, por ocasião da colheita, a indústria pagar ao produtor o prêço de Cr$ 3,00 (três cruzeiros) o quilo (prêço estabelecido nos contratos da Secretaria) ou se o lavrador, por qualquer motivo, preferir vender sua soja a outrem, a Secretaria abrirá mão de uma parte de seus contratos, ou de 2/3 da cota dos mesmos, permitindo que o produto seja encaminhado diretamente à indústria.

O estabelecimento de contratos torna-se indispensável ao trabalho de fomento, uma vez que a soja não tem ainda comercialização organizada em São Paulo.

Os 200.000 sacos destinados à utilização industrial, poderão ser transformados em . 160.000 sacos de farinha de soja e 1.600 toneladas de óleo comestível. Aquela quantidade de farinha será suficiente para atender as necessidades dos moinhos paulistas para cumprir a determinação da adição dos 3% durante o espaço de 6 meses. Para completar as necessidades dos moinhos de trigo, as indústrias de óleo poderão recorrer à soja do Rio Grande do Sul até que aumente a produção paulista.

Caso haja interêsse para o plantio de uma área maior, seja em campos de cooperação, seja por própria iniciativa do lavrador, aquela área poderá ser elevada para 8 ou 10 mil alqueires, dependendo das disponibilidades de semente.

Orientação do trabalho de fomento — A área de 6.000 alqueires será dividida entre os diversos setores agrícolas, proporcionalmente à área que foi cultivada durante a safra de 1952-53, tomando a seguinte distribuição:

Setor Agrícola	%	*Área para 1953-54 em alqueires*
Ribeirão Preto	30	1.800
Itapetininga	25	1.500
Araçatuba	10	600
Bebedouro	6	360
Pirassununga	5	300
Piracicaba	5	300
São José do Rio Preto	4	240
Campinas	3,5	210
Jaú	3	180
Marília	3	180
Presidente Prudente	1,7	102
Avaré	1,5	90
Baurú	1,0	60
Bragança Paulista	0,6	36
Taubaté	0,3	18
Catanduva	0,3	18
Araraquara	0,1	6
	100,00	6.000

Os quatro primeiros setores contarão com o concurso de Engenheiros Agrônomos especializados que coordenarão o trabalho de fomento da soja na zona, cuidando ainda, dos ensaios que aí foram instalados.

Os agrônomos regionais deverão orientar os plantadores de soja durante tôda a safra, desde a escolha de terra até, a colheita. Para fomentar o estabelecimento de lavouras de soja independentes das proteções oficiais, os agrônomos regionais deverão orientar os agricultores na compra de máquinas para a colheita, usando para isso as facilidades de crédito conseguidos pela Secretaria da Agricultura. Os pequenos produtores (até 30 alqueires) serão orientados na compra de trilhadeiras, através do financiamento da Carteira Agrícola do Banco do Estado; e os maiores lavradores, que necessitam de combinadas, poderão recorrer às facilidades do chamado "empréstimo dos 18 milhões de dólares", pelo qual o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico financia a aquisição de máquinas pelo prazo de três anos.

Terão prosseguimento as medidas usuais de fomento como distribuição de folhetos e cartazes, concentrações de lavradores, concurso entre cooperadores, etc.

10.2.2. EXPANSÃO DO TRABALHO EXPERIMENTAL — Até a consolidação da cultura da soja no Estado, haverá necessidade da ampliação dos trabalhos experimentais, para resolução dos seus diversos problemas agronômicos e a melhoria do rendimento por alqueire.

Desde o início dos trabalhos relativos à tentativa da implantação da soja como cultura comercial em São Paulo, experimentação e fomento têm sido encarados em conjunto e os seus problemas enfrentados pela mesma equipe de técnicos onde quer que apareçam. Essa unidade funcionou sem entraves burocráticos de qualquer espécie, merecendo a confiança dos responsáveis por aquêles dois importantes setores, foi na nossa opinião, responsável pelo volume apreciável de serviço apresentado. Na opinião do Dr. L. F. Willians que recentemente nos visitou, nenhum estado americano (mesmo Illinois com seus 80 milhões de sacos de soja) chegou a instalar um número tão grande de ensaios de variedades como o que foi realizado pelo pessoal da "Campanha da Soja" (ver mapa 1). Para que êsse trabalho possa prosseguir, seria indispensável que fôsse mantida aquela equipe, com o indispensável agrupamento do pessoal responsável pelos seus trabalhos.

Para a rápida solução das diversas questões agronômicas da cultura da soja e para a criação das variedades mais produtivas e mais adequadas no menor espaço de tempo que fôr possível, torna-se necessário executar o seguinte programa experimental:

1. *Ensáios de variedades tipo de solo*	*N.º*	*Localidades*
Terra roxa e roxa misturada	5	Miguelópolis, Guaíra, Orlândia, Ribeirão Prêto, (E. E.) e Campinas.
Arenito de Botucatú	6	Barretos, S. J. R. Prêto, Pindorama, (E. E.) Pereira Barreto, Mirandopolis e Araçatuba.
Arenito de Baurú	5	Baurú, Marília, Tupã, Presidente Prudente e Paraguaçú Paulista.
Glacial	5	Tatuí, (E. E.), S. Miguel Arcanjo, Itapéva e Itararé.
Massapé, Salmourão	3	Mococa, (E. E.) Pindamonhangaba, (E. E.) e S. J. Campos.
2. *Ensaios de variedades*	*N.º*	*Localidades*
Resistente a nematóide	3	Campinas, (E. E.) Laranjal Paulista e Terra Roxa.
3. *Ensaios de espaçamento*	*N.º*	*Localidades*
Com variedade "455"	5	Ribeirão Prêto, (E. E.) Pindorama, (E. E.) Campinas, (E. E.) Tatuí (E. E.) e Mococa (E. E.).

4. *Prosseguimento dos ensaios conduzidos pela Secção de Cereais e Leguminosas da D. E. P. adaptando-os diante das novas informações disponíveis.*

5. *Condução de um programa de melhoramento genético.*

10.3. RECURSOS FINANCEIROS — Conforme está relacionado no quadro 5, para dar cabal cumprimento ao programa da Campanha da Soja no ano agrícola de 1953-54, a Secretaria da Agricultura terá que inverter, sòmente em dinheiro diretamente aplicado nesse programa (não levando em conta a manutenção normal da repartição e sua participação proporcional nos trabalhos), a elevada soma de Cr$ 56.934.000,00 (quase 60 milhões de cruzeiros).

Para dar maior mobilidade a aumentar o aproveitamento dêsse capital considerável, seria importante que a Campanha da Soja poder contar novamente, em 1953-54, com a verba que lhe foi destinada em 1952-53 pelo Sindicato de Oleos. A maneira de utilizar êsses fundos que representam menos de 2% no total da inversão feita pela Secretaria da Agricultura, está também detalhada no quadro 5.

10.4 PROVIDÊNCIAS URGENTES — Para que a Campanha da Soja não sofra qualquer solução de continuidade, a Secretaria da Agricultura deverá tomar as seguintes providências imediatas:

a) Dar solução ao pedido de compra de 40.000 unidades de inoculantes para soja, atualmente dependendo de licença de importação da CEXIM e da liberação da verba pela C. P. A. P.

b) Instalação da Campanha da Soja em Campinas, centralizando em uma única repartição os trabalhos de experimentação e fomento;

c) Aquisição de 200 trilhadeiras nacionais para empréstimo e revenda aos plantadores de soja;

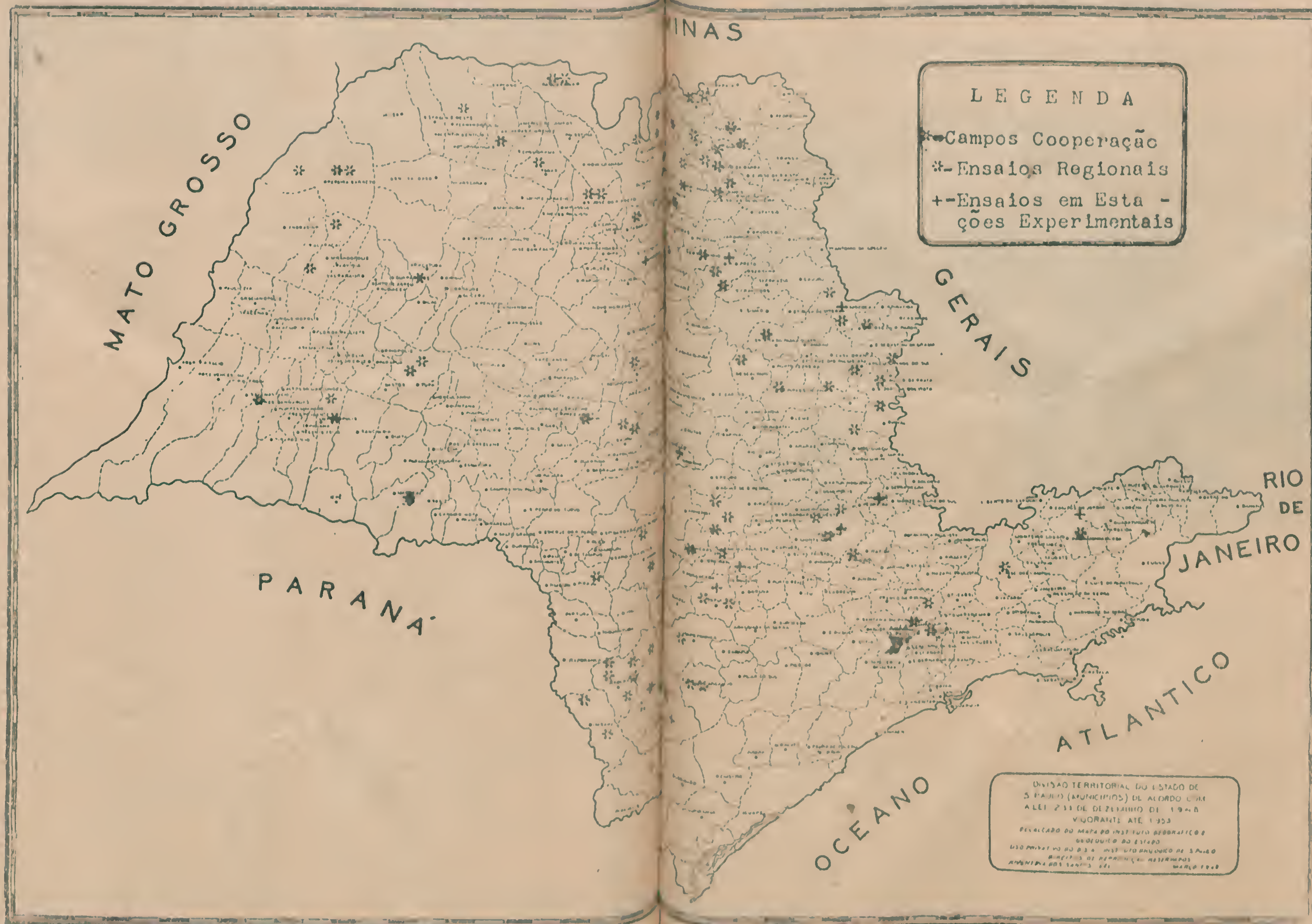
d) Aparelhamento com máquinas de beneficio de soja, dos Postos de Sementes de Ribeirão Prêto, Itapetininga, Araçatuba, Campinas e provisòriamente, (até a construção do Pôsto de Sementes), do moinho de Itapéva.

5. Concessão, pelo D. E. M. A. de prioridade para a utilização de suas combinadas na colheita da soja, e de um desconto de 20% sôbre os preços vigentes.

RECURSOS FINANCEIROS PARA A CAMPANHA DA SOJA DURANTE A SAFRA DE 1953-54

QUADRO 5

Item	*Verba Sindicatos de Óleos*	*Verba Secret. Agricultura*	*Total*
Salários	378.000,00	576.000,00	954.000,00
Despezas de viagens	60.000,00	336.000,00	396.000,00
Instalação da Secção em Campinas	200.000,00	100.000,00	300.000,00
Máquina de cálculo, aparêlho Steinlite para óleo, máquina fotografica, etc.			
Transporte: Fundo rotativo para adiantamento de diárias, despezas de Jeeps, etc.	172.000,00	———	172.000,00
Experimentação: Aquisição de cegadeira e trilhadeira para experiências	50.000,00	84.000,00	134.000,00
Publicidade e concurso entre lavradores	50.000,00	188.000,00	238.000,00
Veiculos: Aquisição de uma camionete	90.000,00	———	90.000,00
Aquisição de Sementes	———	49.000.000,00	49.000.000,00
Aquisição de 80.000 unidades de inoculantes para soja	———	400.000,00	400.000,00
Compra de 200 trilhadeiras nacionais	———	6.000.000,00	6.000.000,00
Verba para pagamento de sôbre-prêço de sementes de algodão	———	250.000,00	250.000,00
TOTAL	1.000.000,00	56.934.000,00	57.934.000,00


MINAS
GERAIS
MATO GROSSO
PARANÁ
RIO DE JANEIRO
OCEANO ATLANTICO
LEGENDA
-Campos Cooperação
-Ensaios Regionais
+-Ensaios em Estações Experimentais

SERVIÇOS ASSISTENCIAIS DO SESI

Conferência do Dr. Helvidio Martins, Presidente do Conselho Nacional do SESI, na Confederação Rural Brasileira



Fala o Dr. Helvidio Martins, presidente do Conselho Nacional do SESI. Preside a sessão o deputado Iris Meinberg, presidente da C. R. B.

A Assistência Social constitui, hoje, um dado não apenas das obrigações, mas da própria sobrevivência do Estado Moderno, como exigência constante do ritmo normal de desenvolvimento das atividades humanas, para cuja marcha vertiginosa nem todos os indivíduos se encontram preparados, ameaçados, assim, de permanecer à margem e à cauda das condições de vida impostas pelo avanço implacável do progresso.

Esta exigência constante assume caráter dramático nos momentos episódicos de transição econômica, nas horas do flagelo e diante dos incontroláveis desequilíbrios sociais, resultantes de uma conjuntura crônica ou de um fenômeno inesperado, muitas vezes deflagrado à distância do ambiente atingido. É o caso das guerras, das revoluções políticas ou econômicas que, em nosso século, afetam, pràticamente, todos os povos, cujos interêsses estão, por assim dizer, sujeitos a um único epicentro universal. Assim é que o surto da cultura da borracha, por exemplo, nos confins da Malásia, despedaça, de repente, tôda a economia da Amazônia, da mesma forma que os milhões de deslocados de guerra da Europa, afetando o parque industrial do velho Continente, configuram inesperados processos econômicos e sociais em nosso País.

A Assistencia Social tem pois, uma dupla função

1) — assegurar, em tempos normais, o preparo do indivíduo para a sua integração na sociedade;
2) — armar-se de recursos para ampará-lo quando a adversidade dos acontecimentos ameaça esmagá-lo.

Senhores

Como Presidente do Conselho Nacional do Serviço Social da Indústria, e, pois, conhecedor da vastidão dos problemas assistenciais de nosso povo; como antigo Diretor da Divisão de Delegacias Regionais do SESI e fundador em 9 Estados de suas unidades de serviços; como brasileiro, que tem consumido uma vida modesta e apagada no estudo dos problemas de nossa gente, como homem do campo, que também sou, filho da sacrificada zona rural do Nordeste, não poderia eximir-me à emoção e ao entusiasmo de debater nesta Confederação, presidida por um líder ruralista da categoria do deputado Iris Meinberg cuja magnífica eficiência e exemplar devotamento na defesa dos problemas agrícolas do País, se

testemunha em sua brilhante atuação no Congresso Nacional — não poderia, reputo — ocultar o meu entusiasmo, ao tratar, com os ilustres membros desta Confederação, das perspectivas que se abrem para o nosso povo, com a próxima criação do Serviço Social Rural. A promulgação da lei que o instituirá, dentro em breves dias, pelo Presidente Café Filho, há de representar, sem dúvida, uma das mais fecundas páginas de seu honrado Govêrno e um marco capital na história de nossa vida agrícola.

★

Não serei eu, senhores, quem vos venha ensinar o que deveis fazer, nem mesmo lembrar as graves responsabilidades que ides assumir, certo de que nenhuma providência seria mais acertada e feliz do que aquela que coloca, nas mãos experientes e limpas da Confederação Rural Brasileira, os destinos da assistência social rural no País.

Ao atender ao honroso convite que me endereçastes, outra coisa não poderei fazer, senão expôr à vossa consideração a minha modesta experiência sôbre a organização e o funcionamento do Serviço Social da Indústria e sôbre os resultados de seus esforços no campo sócio-assistencial.

★

O Serviço Social da Indústria, como sabeis, foi criado por inspiração do grande líder das classes industriais, o saudoso Roberto Simonsen, que com êle confiava constituir, além de um instrumento de recuperação do operariado, uma ponte, ligando o patrão ao trabalhador da indústria, para que a questão social não viesse assumir, em nosso País, as proporções de conflito e de tragédia que a caracterizam em outras partes do mundo. Longe, pois, de representar uma dádiva patriarcal, os fundos descontados pela indústria, em favor da assistência social ao operariado, incorporam-se ao capítulo do Direito Social, como um legítimo processo de Justiça Social — quase, mesmo, como um prelúdio do instituto da participação nos lucros — talvez, inclusive, atendendo à maneira mais prudente de estabelecer esta participação, numa economia imatura e pantanosa como a nossa.

★

Com suas atividades circunscritas ao âmbito da população industrial, os serviços do SESI estão localizados, pràticamente em sua quase totalidade, nas áreas urbanas e suburbanas.

De acôrdo com os dados do último recenseamento geral do País, a população urbana do Brasil é de 12 957 543 habitantes, contra cêrca de 5 800 000 das zonas suburbanas e 33 161.500 do quadro demográfico rural.

Estas simples cifras demonstram a imensidade do campo em que há de operar o Serviço Social Rural, com relação àquele em que trabalha o Serviço Social da Indústria.

Se a população urbana do País representa 40% dos índices gerais, enquanto os habitantes da zona rural constituem os 60% restantes, deve-se ainda salientar que, dos 40% da área urbana, apenas, uma pequena parcela trabalha no setor da indústria — numa proporção quase atingida pela pletora do pessoal de prestação de serviços e administração pública. Enquanto isto, dos 60% localizados na área rural a quase totalidade é composta de trabalhadores do campo e seus dependentes.

Na verdade, para uma população industrial de menos de 2 milhões e meio de operários, temos uma população rural de 10 milhões, consoantes fontes divulgadas em 1953 pelo IBGE, relativas ao Recenseamento Geral de 1950

A proporção de dependentes dos trabalhadores da indústria e de trabalhadores do campo, é, também, inteiramente diversa, com aspectos graves para o quadro rural. Para isto contribui, não apenas a maior facilidade de emprêgo na cidade, como a freqüência da taxa de natalidade da família camponesa.

Neste sentido, o Brasil oferece, talvez, a maior réplica rural do mundo ao "disguised desemployment" denunciado por Keynes no parque industrial. No Brasil, há uma grande massa camponesa de desempregados, desempregados disfarçados. São 33 milhões de camponeses, produzindo para uma população urbana de cêrca de 18 milhões. Quase dois homens trabalhando para o sustento de um — o que é o índice mais baixo de produção agrícola do mundo.

O desemprêgo disfarçado, o sub-emprêgo rural é uma verdadeira evidência entre nós, aos olhos do mais ligeiro observador, a quem não podem escapar as provas de nossa debilidade agrícola, diante dessas famílias de camponeses com seis, oito ou dez pessoas válidas, empenhadas no cultivo de um roçado de que um só homem deveria dar conta. É por isto, aliás, que o êxodo rural, mesmo processado em "rush", como tem acontecido durante as últimas sêcas do Nordeste, não trouxe conseqüências mais desastrosas à produção rural.

★

Outro aspecto grave da paisagem rural do País é o desequilíbrio em que se situam as diversas regiões. O Nordeste, por exemplo, produtor da área de sacrifícios e milagres, com 18 milhões de habitantes, ou cêrca de 33% da população nacional, o Nordeste, cuja massa camponesa proporciona, sòmente ao Estado de São Paulo, à indústria paulista, um saldo anual de dois bilhões de cruzeiros, tem uma economia rural de valor regressivo no quadro da riqueza do País, à qual corresponde o irrecorrível aumento da riqueza.

Na verdade, no período 1947-51, com relação ao período 1931-35, o Nordeste aumentou sua área cultivada na proporção de 110%, enquanto o crescimento médio em todo o País foi de apenas 30%. A área cultivada da região, que equivalia, antes, a 12% da de todo o País, passou a corresponder a 19%. Quer dizer, o camponês nordestino trabalhou mais a terra, aumentou o volume de sua produção, entretanto, o seu trabalho passou a valer menos — o valor de sua produção que era, antes, de 15% da renda agrícola nacional, passou a ser de 13%. E mais: no primeiro período, o valor médio da produção agrícola nordestina era 17% mais do que o obtido pelo valor médio da produção de todo o País, mas, no qüinqüênio 1947-51, representava apenas 70% dêste, numa queda, pois, de 47% em seu valor!

E é no Nordeste, ainda, que se acumulam os índices relativos de mais numerosa população rural do País: quase três camponeses, para cada habitante da área urbana e suburbana.

★

Embora menos extenso, não vos poderei dizer que era mais promissor o quadro da população industrial com que se defrontou o SESI, ao iniciar as suas atividades.

Fundador da Divisão de Delegacias Regionais, entendi desde logo, ao contacto com as primeiras

unidades de serviço instaladas, que a obra assistencial seria nula, prestando-se apenas à vaidade dos relatórios e da publicidade, se não estivesse assentada em sólidas bases científicas, de acôrdo com as modernas técnicas de Serviço Social.

★

Por precária que seja ela, ainda, com relação às nossas necessidades assistenciais, a obra do SESI constitui, sem dúvida, o maior esfôrço de saneamento social empreendido neste País, onde ainda hoje continua válida aquela melancólica observação de Miguel Pereira, de que o Brasil é um vasto hospital.

A própria criação do Serviço Social Rural pode ser uma decorrência da inspiração do SESI, no qual o patronato industrial há de ter contribuido para alertar o patronato rural, a cujas portas a inquietação dos problemas sociais também começa a bater.

★

Quando o Serviço Social da Indústria iniciou atividades, o Brasil, oferecia o seguinte quadro: uma população de 52,6 milhões de habitantes, distribuídos pelos 1.893 municípios, então existentes.

Dêsses municípios, 627 unidades — cêrca de 33% não possuiam qualquer recurso de assistência médica, nem mesmo a presença de um único médico. Essas 627 unidades, compreendiam uma população aproximada de 9,6 milhões de habitantes, disseminados numa área de 2,3 milhões de quilômetros quadrados.

Entre aqueles municípios, seis estavam compreendidos na relação das 1,67 comunas que possuíam população superior a 50 mil habitantes: Condeúba e Morro do Chapéu, na Bahia; Itapipoca, Anacetaba e Cascavel, no Ceará; e Picos no Piauí.

Os municípios que possuíam recursos médico-sociais consistentes ao menos em centro de saúde, postos de higiene ou ambulatórios, eram apenas 538, e cobriam a área de 2,6 milhões de quilômetros quadrados, com 11,5 milhões de habitantes.

Em conjunto, eram 1.165 municípios, ou 61% do total, abrangendo 4,9 milhões de quilômetros quadrados, 58% da área total do País, na qual é quase nula a assistência para uma população superior a 21 milhões de habitantes, cêrca de 40% da população nacional.

Os municípios restantes, em número de 728, cobriam cêrca de 3,6 milhões de quilômetros quadrados e continham 60% da população, ou 31,6 milhões de habitantes. Essa era a parcela da população, que dispunha, nos seus próprios municípios, de residência, de estabelecimentos aparelhados a internar doentes, os quais ainda serviam à população de áreas vizinhas, desprovidas de tais recursos.

★

Estabelecendo-se relação entre o número de habitantes das zonas urbanas, suburbanas e rurais, com o número de municípios sem assistência médica, o número de médicos localizados nas capitais estaduais e no interior, as conclusões são simplesmente lamentáveis, resultando óbvio.

1.º — a insuficiência quantitativa de médicos existentes no País;

2.º — a precariedade da distribuição de médicos e de serviços médicos nas diversas áreas.

Na verdade, se a insuficiência do número de médicos não chega a ser alarmante, encontrando-se, mesmo, em têrmos de solução satisfatória próxima, com o simples crescimento vegetativo da formação anual de profissionais, o mesmo não ocorre com a precariedade da distribuição, sujeita a um complexo de condicionantes, sobretudo de ordem econômica — condicionantes insanáveis a curto prazo e que dizem respeito às lamentáveis contingências de vida vigentes no interior do País.

O número total de médicos existentes no Brasil, de acôrdo com o último censo oficial, é de 20.905. Este número, em relação à população geral — 52 milhões — dá a média de 1 médico para cada 2.484 pessoas.

Êste índice não seria tão grave, se não houvesse o tremendo desequilíbrio na distribuição de profissionais, aglomerados aqui nos arquipélagos urbanos do litoral e rarefeitos ali na rala densidade demográfica do "hinterland".

Dos 20.905 médicos existentes no País, 13.763 estão localizados nos municípios-sede das Capitais estaduais e da Capital Federal, servindo a uma população de 8.259.830 habitantes — 1 médico para cada 600 habitantes — enquanto que, nos demais municípios, para uma população de 43.684.567, existem apenas 1.142 — 1 médico, pràticamente, para cada 6.116 habitantes, disseminados, via de regra, em áreas territoriais as mais diversas e extensas, ressentidas ainda, da notória precariedade de nosso sistema de transportes.

★

O exame da conjuntura aqui exposta, parece-nos, deve constituir o primeiro passo para o planejamento da assistência a ser prestada através do Serviço Social Rural — primeira tentativa de empreendimento sólido neste sentido, de vez que os serviços existentes, dos quais o mais importante até aqui, era o do Ministério da Educação, têm apenas caráter pioneiro, de educação e desbravamento, funcionando, geralmente, como uma espécie de "comandos", sem finalidades de fixação e formação.

★

Nossa experiência na instalação dos serviços assistenciais do SESI ensinou que a primeira preocupação não se deve dirigir à pretensão de uma cobertura do problema em sentido horizontal. Sua extensão absorveria os recursos, sem resultados eficientes. Abrir um posto médico simplesmente para fornecer receitas aos assistidos, não vale nada. O trabalhador que entrara no consultório com um problema, o de sua doença, sai de lá com dois ou três: a receita para aviar e o exame de laboratório para fazer...

A constatação da inocuidade de serviços, assim instalados, apenas para enfeitar os relatórios de fim de ano, determinou o planejamento que levei a efeito, quando tive a honra de dirigir a Divisão de Delegacias Regionais do SESI, estabelecendo uma consolidação no sentido de profundidade, tendo em vista a melhoria de qualidade, mediante o aperfeiçoamento dos serviços já existentes e a implantação de novos apenas quando era possível fazê-lo sob os mesmos rigorosos critérios.

★

É absolutamente necessário sacrificar a quantidade à qualidade. E no conceito de qualidade, não se deve esquecer a capacidade de duração da efi

ciência dos serviços instalados. Dispunhamos, por exemplo, de certa unidade que prestava, em 1949, serviços de assistência médica cujos índices subiam a 24 mil casos anuais.

Esta unidade estava exemplarmente aparelhada, para a freqüência vigente à época de sua fundação. Ao fim de um quatriênio, porém, em 1952, a freqüência subira para cêrca de 100 mil casos, num aumento de mais de 400%, que veio anular completamente a eficiência dos serviços. O reequipamento exigido, em tais circunstâncias, costuma ser total, o que constitui tarefa penosa e esbanjamento de recursos financeiros.



Da mesma forma, uma assistência médica que se limitasse a receber doentes nos consultórios desaparelhados, fornecendo-lhes um diagnóstico superficial e uma receita inaplicável e fora do alcance econômico do interessado — constitui atividade inócua, incapaz mesmo de corresponder aos ônus da instituição com o pagamento de um médico.

Tendo em vista esta realidade, tomei a providência, quando Diretor da Divisão de Delegacias Regionais, de instalar, em tôdas as sédes de serviços, e mesmo em alguns núcleos, exames complementares para diagnóstico. Nos locais que não comportavam esta melhoria por meios próprios, foi efetuada a adoção de contratos com serviços locais já existentes, públicos ou privados. Em tôdas as Delegacias estaduais, foram instalados aparelhos de Raio-X, com abreugrafia. Para a maioria das cidades em que se criaram tais serviços, êles representam o primeiro passo no sentido da medicina preventiva, especialmente no combate à tuberculose.

E aqui caberia, talvez, uma modesta sugestão. O Serviço Social Rural e o SESI poderão estabelecer uma íntima colaboração, estabelecendo uma permuta contratual de serviços, pelo menos no setor da assistência medica, de molde a ampliar a quantidade de unidades assistenciais, com os recursos assim racionalizados.



Para melhoria da qualidade de seus serviços, desdobrou-se o SESI em três etapas fundamentais:

1 — ampliação de seus instrumentos assistenciais, na forma a que me acabo de referir;
2 — aprimoramento na formação de seu pessoal técnico;
3 — a formação dos proprios assistidos.

Cada uma destas etapas desenvolveu-se em várias outras, visando a concretização dos objetivos planejados. Assim é que a ampliação dos instrumentos assistenciais, aparelhando o serviço com todos os recursos de laboratório, farmácia e ambulatório, póde oferecer, no ano de 1952, uma prestação de serviços da ordem de 320.394 casos, assim distribuidos por unidades homogêneas:

Serviço Medico . .	94.947
Serviço Farmacêutico . .	98.625
Serviço de Ambulatório . .	54.799
Serviço Dentário	72.023

No quadro da assistência medica, merece registro especial o esfôrço do SESI no combate à tuberculose, nas unidades especializadas, desde o diagnóstico, compreendendo a radiografia e os exames de laboratório, até a terapêutica, que inclue medicamentos e pneumotorax. Destarte, vários casos foram atendidos, evitando-se a deflagração do terrivel mal e muitos outros recuperados.



A formação de técnicos constitui, igualmente, preocupação preponderante no planejamento de melhoria na qualidade dos serviços assistenciais. Neste sentido, conseguiu a Divisão de Delegacias Regionais obter do Departamento Nacional várias Bôlsas de Estudo na Escola de Serviço Social do Rio Grande do Norte, ficando os bolsistas contemplados obrigados a um estágio na Delegacia do SESI, em Natal.

O preparo dos técnicos constitui, a nosso ver, um dos pontos fundamentais a ser atacado. Os técnicos do SESI foram selecionados e recebem preparo intensivo, tendo em vista as quatro linhas em que se abre o leque de atividades da instituição, cujos serviços ficaram, assim, constituidos:

a) — administrativos, referentes à parte burocrática;
b) — assistenciais, compreendendo serviço dentário e médico, com gabinetes de clínica geral, pediatria, gineco-obstetrícia e urologia;
c) — jurídico, abrangendo o estudo e solução dos casos da vida do industriário, em que se requer o concurso do advogado;
d) — educacionais, compreendendo cursos de côrte e costura, economia doméstica, higiene, educação sanitaria e alimentar, horticultura e avicultura, abrangendo cinema educativo e recreativo.

Na prestação de serviços sociais, uma experiência nos foi proveitosa, desde o início: dentro das modernas técnicas, o SESI abandonou a sedução do serviço social de casos para adotar a prática do serviço social de grupos, evitando, assim, transformar-se numa agência filantrópica, distribuidora de paliativos.

De fato, em nosso meio, dada a desorganização social reinante, o serviço social de casos tende, sempre, a crescer numa curva assustadora, exigindo um número cada vez maior de trabalhadores especializados e, conseqüentemente, uma elevação incalculável de despêsas.

De resto, o serviço social de grupo, através dos cursos educativos, dos clubes de mães, dos levantamentos sanitários coletivos, constituem a melhor terapêutica preventiva contra os casos individuais.

As associações e os clubes dos mais variados tipos parecem hoje o melhor instrumento de assistência grupal. Para êles o SESI voltou o melhor de suas atenções, conseguindo, já em 1952, um índice de matriculas de mais de 1.500 interessados, filiados aos clubes de mães e aos cursos domésticos. Nestes cursos, como nos clubes, instalados alguns deles nas próprias casas dos socios, as aulas práticas encontram sempre correspondência na realidade ambiente. Assim é que, numa aula de culinária, por exemplo, utiliza-se o próprio fogão da casa do trabalhador, bem como os seus utensílios de uso habitual. E é muito mais educativo que o indivíduo aprenda a cozinhar na lata improvisada, do que num fogão a gás, com bateria inoxidável, cuja aquisição está fora de seu alcance

No mesmo estilo devem ser conduzidos os rudimentos de higiene dietética. Não adianta ensinar à mulher do trabalhador a receita de uma rata mayonnaise, de um soufflé de perdizes ou de vol-au-vent de galinha. O que mais importa é ensinar-lhe a alimentar-se bem com aquilo de que ela dispõe. Explicar-lhe, por exemplo, que ela não deve mais vender uma dúzia de ovos na feira, para comprar uma cuia de farinha, pois esta trocando um alimento valioso, por outro inferior.



A assistência jurídica, trazendo solução a problemas fundamentais da vida social, representa, também, uma das grandes preocupações do SESI. Sôbre o alcance dêsse serviço, bastaria referir aqui um fato quase pitoresco: sòmente no Estado de Alagôas, o SESI promoveu, no ano passado, o casamento de quasi mil pessoas.

Este setor compreende ainda o aconselhamento jurídico em todos os assuntos de interêsse do industriário e a assistência total nos casos concretos que o afetam, desde as ações judiciárias, até os atos jurídicos de direito comum, como os registros de nascimento ou de óbito.



Um dado a ser calculado e fixado, prèviamente, para o planejamento de uma boa prestação de serviços e o custo médio da assistência "per capita". Evidentemente, as condições ecológicas, as incidências episódicas no espaço e no tempo e administração local das unidades assistenciais, tornam êste cálculo complexo e difícil. Tomando por base, porém, os exercícios executados, tornar-se possível estabelecer uma estimativa honesta. Confesso que só agora, ao assumir a presidência do Conselho Regional do SESI, suscitei à entidade a presença deste problema, que reputo da mais alta importância e iniciei os estudos preliminares para o seu levantamento. Encontrei a maior disparidade orçamentária que se possa imaginar. Assim é que, enquanto no Estado de Sergipe, a prestação de serviços "per capita" — uma excelente prestação de serviços, diga-se de passagem — sai à razão de 220 cruzeiros por ano, há estados em que a mesma coisa está contabilizada à razão de 2 mil cruzeiros — e não sei se com melhor eficiência.

Neste sentido, levando em consideração a arrecadação nacional do SESI em 1950, que foi de 322 milhões, quatrocentos e vinte e um mil e 261 cruzeiros e 60 centavos, para uma população industriária de 2 milhões 714 mil e 214 indivíduos (excluídos os seus dependentes), chegamos à conclusão de que o preço da assistência "per capita", incluindo as despesas de administração, foi de cêrca de 1 mil e 200 cruzeiros.

Diante dessa cifra, podeis bem imaginar as responsabilidades que pesam sôbre o Serviço Social Rural, para o atendimento assistencial dos milhões de camponeses e seus dependentes — muitos deles — todo o grupo das agro-indústrias, retirando agora do âmbito das atribuições do SESI.



Senhor Presidente e meus Senhores:

Estas eram as considerações que julguei oportuno trazer ao nosso primeiro e para mim tão honroso encontro. Peço perdão pela fadiga que vos causei e pelo panorama geral de pessimismo com relação à nossa pobre conjuntura, que ressalta dos dados enumerados.

Só me resta, agora, agradecer a vossa desvanecedora atenção. E dizer-vos que, por maior que seja o nosso pessimismo, mais forte há de ser a tônica de nossa esperança nos destinos dêste País prodigioso, cujas classes trabalhadoras, quer as assalariadas, quer as patronais, estão de qualquer forma, ao pêso de todos os sacrifícios, empreendendo a construção de uma grande Pátria.

Lembremo-nos, porém de que o Brasil nasceu à sombra da Cruz: mais tarde, em tôrno da capela, se criou e se desenvolveu a civilização.

Dadas as dificuldades da localização dos beneficiários do Serviço Social Rural, disseminados pelo vasto "hinterland" brasileiro, parece-nos acertada a sugestão de seguirmos, na prestação de assistência aos trabalhadores do campo, a lição do passado: voltemos à capela que reunirá a população agrícola e, por ocasião dêsses ajuntamentos — próprios das desobrigas paroquiais, agirá a equipe de técnicos, integrada de médico, dentista, agrônomo e assistente social, desempenhando o seu papel, no setor de educação e de assistência de que tanto carecem os homens de campo. Assim, — mais uma vez, a Igreja realizará obra altamente patriótica na formação cultural do Brasil.

E no dia, Senhores, em que se escrever a histórias dêsses sacrifícios e dessa construção, não tenho dúvida de que aos homens do campo é que caberá a página de honra.

Congratulando-me convosco pela tarefa de redenção do homem do campo, em que estais empenhados; rendendo minhas homenagens ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Dr. João Café Filho, pela carta de alforria que se apresta a assinar, em favor do camponês de nossa terra com a criação do Serviço Social Rural — faço votos a Deus para que tôdas as classes, neste País, saibam ter a generosidade e o patriotismo que caracteriza os líderes agrícolas desta Casa, a fim de que a nossa possa ser, sem a luta insensata e mesquinha entre o Capital e o Trabalho, uma Pátria feliz, próspera e cristã!

SERVIÇOS ASSISTENCIAIS — PRESTADOS NO ANO DE 1954

SERVIÇOS PRESTADOS	Pará	Maranhão	Piauí	Ceará	R. G. Norte	Paraíba	Pernambuco	Alagoas	Sergipe	Bahia	E. Santo
SERVIÇOS MÉDICOS											
Pessoas atendidas	31.211	10.473	11.855	15.101	10.972	36.227	26.047	8.675	2.667	99.132	19.787
Centro torácico { Positivos	529	—	711	2.285	1.396	411	—	—	114	—	2.449
Centro torácico { Exames	110	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Exames de Laboratório	1.664	1.805	824	2.518	20	2.121	4.607	651	1.277	4.799	645
Fisioterapia	934	210	801	461	107	1.334	975	193	—	2.416	1.042
SERVIÇOS ODONTOLÓGICOS											
Pessoas atendidas	9.087	3.437	5.302	1.660	8.003	14.870	24.377	9.087	3.378	16.494	5.831
Assistência Farmacêutica Gratúita	-	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Postos de Abastecimento		n c	[illegible]	n c	n/c	n/c	n c	n c	n c	15	n c
Assistência Jurídica	-	+	+	-	+	+	+	+	+	+	+

(1) — Serviços Farmacêuticos Gratúitos em Cr$ 485.444,60
— — Existência de Serviços
N C — Não consta nos relatórios das Delegacias Regionais.

SERVIÇOS ASSISTENCIAIS — PRESTADOS NO ANO DE 1954

SERVIÇOS PRESTADOS	Rio de Janeiro	D. Federal	São Paulo	Paraná	S. Catarina	R. G. Sul	Amazonas	Goiás	Minas	TOTAL
SERVIÇOS MÉDICOS										
Pessoas atendidas	63.434	75.219	378.822	24.769	8.737	118.731	4.255	6.405	84.913	1.043.062
Centro torácico { Exames	182	6.735	625.484	3.155	—	86.807	12	—	16.874	747.144
Centro torácico { Positivos	—	252	9.332	—	—	1.285	—	—	—	10.869
Exames de Laboratório	303	17.963	114.927	12.365	—	4.732	177	82	33.856	205.531
Fisioterapia	62	1.314	10.330	1.799	171	594	494	—	—	23.337
SERVIÇOS ODONTOLÓGICOS										
Pessoas atendidas	27.879	22.354	115.879	30.051	25.313	291.566	2.484	1.625	163.378	784.504
Assistência Farmacêutica Gratúita	+	—	—	—	—	—	—	—	—	
Postos de Abastecimento	26	44	133	25	27	n c	n c	n c	n c	308
Assistência Jurídica	-	-	+	-	-	+	-	-	-	

(1) — Serviços Farmacêuticos Gratúitos em Cr$ 485.444,60
— — Existência de Serviços
N C — Não consta nos relatórios das Delegacias Regionais.

CONSELHO NACIONAL DO SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA

CENSO INDUSTRIAL DE 1952 (1)

ESTADOS	Estabelecimentos	Total de salários pagos em Cr$ 1.000,00	Total de empregados
Pará	456	90.387	9.275
Maranhão (2)	1.003	34.164	8 581
Piauí	294	11 247	1.377
Ceará	937	96.168	14.385
Rio Grande do Norte	518	92.024	11.683
Paraíba	677	127.497	73.382
Pernambuco	1.536	768.899	17.549
Alagoas	437	156.286	19 065
Sergipe (2)	1.346	59.877	14 668
Bahia	1.183	302.373	32.552
Espírito Santo	442	58.653	6.789
Rio de Janeiro	1.801	1.887.302	93.744
Distrito Federal	3.636	4.094.818	175.143
São Paulo	12.786	11.945.370	563.090
Paraná	2.153	669.876	47.088
Santa Catarina	1,724	604.693	45.851
Rio Grande do Sul	721	563.012	3.302
Amazonas	150	41.007	30.907
Mato Grosso	162	34.417	2.470
Goiás	299	49.862	3.435
Minas Gerais (2)	11.346	801.029	110.477
Acre	6	1.313	108
Guaporé	8	984	97
TOTAL GERAL	43.671	22.494.358	1.285.559

(1) — Dados fornecidos pelo I.B.G.E. Conselho. Nacional de Estatística

(2) — Dados do recenseamento de 1950.

A ENERGIA ATÔMICA POSSIBILITA O AUMENTO DA PRODUÇÃO DE AÇÚCAR

Exclusivo e especial para A LAVOURA

O Havaí registrou, nestes dois últimos anos, produções "records" de açúcar, fato que está intimamente ligado aos estudos que estão sendo feitos por cientistas norte-americanos para o aproveitamento da energia atômica em fins pacíficos.

Desde há nove anos, a Associação Havaiana de Plantadores de Cana de Açúcar, uma organização sem finalidades lucrativas, vem patrocinando pesquisa ligadas ao emprego da radioatividade na cultura de Cana de açúcar. Onze diferentes tipos de radioisótopos, manufaturados em Oak Ridge, onde está localizado o reator atômico da Comissão de Energia Atômica dos Estados Unidos, foram empregados nestas observações, e os resultados das mesmas estão sendo aplicados em 28 plantações nas ilhas havaianas.

Entre os projetos estudados, um dos mais importantes é o ligado à distribuição de água nos campos de canaviais. A absorção da água das valas de irrigação foi estudada cuidadosamente, adicionando-se rubídio (metal alcalino, análogo ao potássio) ao líquido e seguindo-se o seu curso através do solo, por meio de medidores Geiger, que registram a radiação atômica. Êstes testes habilitaram os agricultores a desenharem melhores sistemas de irrigação, e aprimorarem os cálculos relativos à extensão das valas e graus de escapes de água. Igualmente, estas pesquisas tornaram possível a melhor distribuição de amônia pela irrigação, ao mesmo tempo que possibilitaram observações quanto ao aproveitamento das melhores épocas e dos meios mais apropriados para irrigação. Graças a essas correções na aplicação de fertilizantes e nos planos de construções de sistemas de irrigação, o aproveitamento da terra plantada, por hectare, aumento sensìvelmente.

Outro notável progresso registrado na cultura da cana de açúcar, graças à energia atômica, é a possibilidade que hoje se apresenta, por meio de apurados cálculos de medição, de se conhecer a quantidade de açúcar em cada pé de cana, antes de cortado o mesmo. Êstes cálculos são feitos com o emprêgo



Empregando o medidor Geiger, este cientista calcula a infiltração dos radioisótopos neste pé de cana, possibilitando assim avaliar com exatidão as quantidades de fertilizantes necessárias para assegurar o bom crescimento da planta.

de radiocobalto, e as informações assim apuradas são de grande valor no processo de avaliar-se as possibilidades da colheita em relação ao mercado.

Radioisótopos também têm sido empregados no estudo das diversas fases da produção açucareira, em relação à temperatura e à luz solar. Êstes estudos têm proporcionado valiosas informações práticas aos plantadores. Da mesma forma, por êste meio, estão sendo adquiridos maiores conhecimentos a respeito da foto-síntese, ou seja, o processo pelo qual a planta utilisa a água, o gás dióxido de carbono e os raios de sol, transformando-os em energia nutritiva. A ciência vem se dedicando com afinco às pesquisas relacionadas com a fotosíntese, pois nelas estão baseadas as esperanças de aumento total da produção de alimentos em todo o mundo, eliminando-se assim o flagêlo da fome da face da Terra.

Os cientistas que no Havai, dedicam-se a estas pesquisas, estão sobretudo demonstrando de maneira prática, as possibilidades de aproveitamento da ciência atômica em empreendimentos benéficos à espécie humana.

(International Press Service.)



Este aparelho está revolucionando o trabalho nas plantações de cana de açucar. O engenho determina a quantidade de açucar em cada pé da planta, proporcionando desta maneira meios de avaliar-se a produção em relação ao mercado, antes da colheita.

O BRASIL PRECISA DE FERTILIZANTES

A situação alimentar reinante com o crescimento demográfico do Brasil está a pedir a atenção dos poderes públicos e dos proprietários rurais para a restauração da fertilidade dos solos agrícolas, com a adoção de práticas conservacionistas recomendadas pela técnica agronômica para o emprêgo de fertilizantes. Depois de mais de quatro séculos, em que as florestas têm sido destruídas, fazendo-se uma agricultura predatória, diante da queda dos rendimentos culturais das explorações agro-pecuárias, temos de realizar as explorações com o emprêgo de adubos orgânicos e fertilizantes de nosso próprio País, mediante a exploração de nossas jazidas minerais. As estações experimentais deverão proporcionar orientação econômica e técnica aos agricultores, de acôrdo com as suas terras.

As terras cansadas em conseqüência de exploração continuada sem restituição devem voltar a produzir em condições rendosas, desde que recuperadas por processos eficientes.

A agricultura brasileira está exigindo um programa de aproveitamento permanente e racional das terras em exploração e de preferência das servidas por meios fáceis de transporte e que disponham de mercados. A indústria poderá prestar inestimável auxílio à agricultura do País, explorando as jazidas minerais para fornecer fertilizantes à agricultura em bases econômicas. Observa-se em todos países verdadeira corrida em matéria de fertilizantes, razão bastante para que estejamos atentos na exploração de nossas jazidas. O progresso agrícola brasileiro está na dependência da exploração econômica e racional de seus recursos em fertilizantes. À iniciativa do inesquecível agrônomo Fernando Costa deve-se a exploração industrial os fosfatos de Ipanema, em São Paulo, com a ocorrência de muitas jazidas no País; no Estado de S. Paulo nos Estados da Bahia, Minas Gerais, Pernambuco, Maranhão, Rio Grande do Norte, etc., a agricultura nacional pode hoje suprir-se de fertilizantes fosfatados, sem precisar recorrer à importação.

Em relação aos fertilizantes potássicos, ainda não possuímos jazidas, mas podemos contar com o aproveitamento do potássio proveniente das salinas e da leucita, como em Minas Gerais .

Quanto aos adubos azotados, se não contamos com jazidas de nitratos, contamos com grandes centrais elétricas e principalmente a de Paulo Afonso que poderá produzir fertilizantes sintéticos. Já a Companhia Siderúrgica Nacional está fornecendo o sulfato de amônia e o Conselho Nacional do Petróleo irá fabricar, nas distilarias que estão sendo montadas, fertilizantes azotados, de inestimável valia para as diversas culturas.

A utilização de fertilizantes pelos agricultores do País exige orientação adequada, cabendo ao poder público, por meio de seus estabelecimentos experimentais e seus técnicos, propiciar essa orientação, fazendo a análise dos solos, fiscalizando o valor dos fertilizantes e promovendo facilidades de crédito o de transporte.

Seria recomendável que os Estados realizassem uma campanha intensiva de ensino e estímulo, para o aproveitamento, nas propriedades rurais, de todos os resíduos vegetais e animais, sob a forma de "compostos', assim como do lixo das cidades, por processos adequados.

Dentre os grandes problemas para o aumento da produção agro-pecuária deve ocupar lugar de destaque o da produção e utilização de fertilizantes.



ABATEDOURO MODELO BRASIL S. A. — "BRASILAVES"

BALANÇO GERAL DE 1 DE JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 1954

ATIVO

	Cr$	Cr$
Imobilizado		
Imóveis	3.517.108,50	
Maquinismos e rouparia	1.072.195,40	
Móveis e utensílios	1.138.581,90	
Obras e instalações	3.568.851,20	
Caixas e engradados	3.329.484,70	
Despesas de instalação	91.429,40	
Material rodante	3.369.323,50	16.086.974,60
Disponível		
Caixa	1.754.676,70	
Em diversos Bancos	2.913.651,80	4.668.328,50
Realizável a curto e longo prazo		
Acionistas	3.882.800,00	
Mercadorias — inventariadas	7.648.182,00	
Duplicatas e obrigações a receber	8.557.934,90	
Contas Correntes	721.556,00	
Participação em outras Sociedades	120.000,00	
Valores pertencentes à Sociedade	689.457,30	
Impostos reembolsáveis	90.608,80	
Depósitos diversos	282.842,90	21.934.381,90
Compensado		
Endossos	4.551.346,00	
Ações em caução	15.000,00	
Cauções	1.000.000,00	5.566.346,00
		48.306.031,00

PASSIVO

	Cr$	Cr$	Cr$
Não exigível			
Capital realizado	26.117.200,00		
Capital a realizar	3.882.800,00	30.000.000,00	
Fundo de reserva legal	1.177.716,90		
Reservas estatutárias	4.080.425,40		
Títulos depositados	35.000,00	5.293.142,30	35.293.142,30
Exigível			
Contas Correntes		1.468.699,10	
Títulos descontados		350.000,00	
Dividendos a pagar		3.327.484,40	
Percentagem da Diretoria		328.111,90	
Idem, p participação dos empregados no lucro		328.111,90	
Impostos e taxas a pagar		659.800,00	6.462.207,30
Compensado			
Títulos endossados		4.551.346,00	
Títulos caucionados		1.000.000,00	
Caução da Diretoria		15.000,00	5.566.346,00
Lucros e Perdas			
Saldo anterior		611.568,30	
Saldo dêste ano		375.767,10	984.335,40
			48.306.031,00

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 1954. — **João Francisco Gomes Puga**, Presidente, — **Antônio de Amorim**, Tesoureiro. — **José Gomes de Barros**, Secretário. — **Manoel de Jesus**, Contador Regs. C.F.C. 4.176.

DEMONSTRAÇÃO DA CONTA LUCROS E PERDAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 1954

DÉBITO

	Cr$	Cr$
Aluguéis	206.377,50	
Combustíveis e refrigeração	593.000,50	
Comissões	2.069.822,60	
Despachos e fretes	1.870.754,50	
Despesas gerais	1.619.800,60	
Forragens	151.877,80	
Gastos de escritórios	86.005,40	
Gratificações	175.162,90	
Honorários da Diretoria	360.000,00	
Impôsto de Vendas Mercantis	3.598.977,40	
Indenizações e férias	796.675,20	
Juros e descontos	128.856,30	
Licenças e impostos	1.133.081,20	
Luz, fôrça e telefones	197.941,60	
Propaganda	206.465,10	
Quotas e contribuições	506.421,40	
Salários	7.304.086,90	
Seguros	126.973,90	
Selos e estampilhas	146.000,60	
Despesas de instalação — amortização	22.857,40	
Taxa de matança	169.199,50	21.470.343,30
Fundo de depreciação do material art. 31 do Estatuto	497.324,70	
Fundo de provisão para perdas, idem, idem	497.324,70	
Percentagem p participação dos empregados no lucro	328.111,90	1.322.761,30
Fundo de reserva legal	248.662,40	
Percentagem da Diretoria	328.111,80	
Dividendos aos acionistas	2.089.376,00	2.666.150,30
Saldo à disposição da Assembléia Geral		984.335,40
		26.443.590,30

CRÉDITO

	Cr$
Saldo do exercício anterior	611.568,30
Lucro apurado neste ano conta Mercadorias	25.832.022,00
	26.443.590,30

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 1954. — **João Francisco Gomes Puga**, Presidente. — **Antônio de Amorim**, Tesoureiro. — **José Gomes de Barros**, Secretário. — **Manoel de Jesus Martins**, Contador Regs. C.F.C. 4.176.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os abaixo assinados, membros efetivos do Conselho Fiscal do Abatedouro Modelo Brasil, S. A., declararam que, examinado os atos da administração e os livros Caixa, Balanço e contas apresentados pela Diretoria, relativos ao exercício de 1954 tudo encontraram na mais perfeita ordem e regularidade. Assim são de parecer que sejam os mesmos aprovados pela Assembléia Geral Ordinária.

Rio de Janeiro. **Domingos Pereira da Silva.** — **Manoel Esteves Cabo** — **André Trilho Domingues.**

NOTICIAS E INFORMAÇÕES

Exportação de açúcar da Dinamarca

A exportação de açúcar de beterraba da Dinamarca para a Suécia, em 1954/1955, terminou com um total de 148.453 toneladas métricas (menos 10.000 toneladas que o ano anterior).

70.º aniversário da indústria açucareira em Havaí

No corrente ano completará seu 70.º aniversário a próspera indústria açucareira de Havaí. O presidente da Hawaian Sugar Plants Association em seu relatório anual focalizou as dificuldades iniciais dessa indústria em Havaí.

Erosão em São Paulo.

O dr. Cruz Martins, Secretário da Agricultura de São Paulo, falando aos lavradores em Jaú, lembrou que, em face dos estudos já realizados sabe-se que cada hectare de terras cultivado em São Paulo perde em conseqüência da erosão, 65 kg de azoto, 25 kg de potássio, equivalente em fertilizantes a 435 kg de Salitre do Chile, 200 kg de superfosfato e 60 kg de cloreto de potássio, no valor de Cr$ 2.128,00.

Pôsto de Classificação de Café.

Foi inaugurado em Jaú, Estado de S. Paulo, um Pôsto de Classificação de Café, instalado pela Divisão de Economia Rural na Casa da Lavoura, com o auxílio financeiro do Instituto Brasileiro de Café.

Comissão Parlamentar para investigar a crise do café

A Câmara Federal designou em fins de Abril os membros da Comissão Parlamentar incumbida de investigar a crise do café. A referida comissão ficou integrada pelos seguintes Deputados: Pacheco e Chaves, Octacilio Negrão de Lima, Jefferson Aguiar, Firman Neto, Ferraz Igreja, Newton Carneiro, Magalhães Pinto, Nogueira da Gama, Batista Ramos, Devonsir Côrtes e Ferreira Martins.

Congresso Internacional de Horticultura

Realizou-se no período de 29 de agôsto a 6 de setembro em Scheveningen (Holanda), o XIV Congresso Internacional de Horticultura.

Exposição Internacional de Açúcar

Realizou-se de 15 a 26 de abril, no Edifício da R. A. I., Amsterdam, a III Exposição Internacional "O Açúcar".

IX Exposição Internacional de Conservas e Embalagens

Foi inaugurada em Parma, a IX Exposição Internacional de Conservas Alimentícias e Embalagens.

Arroz para a Alemanha

Segundo informações divulgadas em junho, a Delegação Alemã, que esteve no Brasil mostrou-se interessada em adquirir arroz de Goiás para exportar para o seu país. Aliás isso é decorrente do recente Acôrdo Comercial que o Brasil assinou com a Alemanha.

Produção Rural Brasileira

A produção rural brasileira, no ano passado atingiu a 165 milhões de cruzeiros (valor bruto). De acôrdo com os estudos feitos as atividades rurais contribuiram com 140 bilhões de cruzeiros para a formação da renda nacional.

Produção de alho em Minas Gerais

De acôrdo com as estimativas a colheita de alho, em Minas Gerais, no corrente ano, foi estimado em 7.900 toneladas no valor de .... Cr$ 99.626.000,00, sendo de 3.544 hectares a área cultivada.

Produção de milho

De acôrdo com a previsão do Serviço de Estatística da Produção do Ministério da Agricultura a produção de milho em 1955 será igual ou levemente inferior a do ano passado.

Curso de Extensão de Cooperativismo

O Serviço de Economia Rural do Ministério da Agricultura programou para o mês de agôsto, um curso de Extensão de Cooperativismo para funcionários públicos, dirigentes, contadores, gerentes de cooperativas e outros interessados.

Exposição Pecuária Pan Americana

Realizar-se-á no período de 8 a 16 de outubro do corrente ano em Dallas, Texas, Estados Unidos, uma Exposição Pecuária Pan-Americana

VI Semana do Laticinista

Realizou-se, no período de 11 a 16 de julho, na Fábrica Escola de Laticínios Candido Tostes, da Secretaria da Agricultura, Indústria, Comércio e Trabalho de Minas Gerais a VI Semana do Laticinista.

IV Semana Ruralista Feminina

Realizou-se, no periodo de 3 a 9 de julho, em Conceição de Macabú, Estado do Rio de Janeiro, a IV Semana Ruralista Feminina.

II Exposição Agro-Pecuária

Realizou-se em Campos, Estado do Rio de Janeiro, no período de 7 a 11 de agôsto a II Exposição Agro-Pecuária e Industrial Norte Fluminense.

VII Semana do Agricultor Fluminense

Realizou-se, no período de 13 a 18 de junho, no Aprendizado Agrícola de Macabú, a VII Semana do Agricultor Fluminense.

VII Exposição de Flôres e Frutos

Realizou-se, em Quitandinha, Petrópolis, Estado do Rio, no período d e5 a 7 de março do corrente ano, a VII Exposição de Flôres e Frutos promovida pela S. A. I. C.

X Exposição Agro-Pecuária e Industrial Sul Fluminense

Realizou-se, no período de 26 a 30 de junho, em Barra do Piraí, Estado do Rio, a X Exposição Agro-Pecuária e Industrial Sul Fluminense.

Abastecimento de Manaus

O Estado do Amazonas cederá ao Instituto Nacional de Imigração e Colonização uma área de terra cultivável a 30 quilômetros da cidade de Manaus, com uma extensão de 5.000 hectares, destinado a fim de colonização.

Azoto atmosférico na produção de adubos

O Laboratório da Produção Mineral do Ministério da Agricultura está realizando estudos sôbre a aplicação em nosso país do moderno processo de utilização do azoto atmosférico para a produção de adubos nitrogenados.

Pesquisa de salgema em Sergipe

O Ministério da Agricultura, está realizando pesquisas a fim de esclarecer definitivamente a questão do salgema no Estado de Sergipe.

Regulamentação da Caça no Território Nacional

O Diretor da Divisão de Caça e Pesca do Ministério da Agricultura assinou, no fim do primeiro trimestre do corrente ano, portaria regulamentando a caça em todo o Território Nacional.

Segundo a referida portaria o período de permissão de caça de animais silvestres no país será de 1 de maio a 31 de agôsto, sendo entretanto a captura de pássaros e aves ornamentais ou de pequeno porte permitida apenas no período de 1 de maio a 15 de agôsto.

Policlínica dos Pescadores

A Policlínica dos Pescadores atendeu, só no mês de março do corrente ano a 3.007 consultas no Ambulatório Central.

Vacinação de animais

No ano passado foram vacinados três milhões e meio de animais pela Divisão de Defêsa Sanitária Animal do Ministério da Agricultura.

Cooperativas de Abastecimento

O sr. Ministro da Agricultura assinou, em 27 de maio do corrente, a Portaria n.º 523 baixando instruções sôbre a forma pela qual deva constituir-se uma Cooperativa de Abastecimento, uma vez que tal tipo de cooperativa previsto no Decreto 22.239 de 22 de dezembro de 1952 não estava ainda caracterizado.

Gratificação de Pesquisas

O sr. Ministro aprovou em maio do corrente ano a regulamentação da Portaria n.º 1.682 de 13 de novembro de 1954, sôbre a regulamentação de pesquisas.

Animais que não podem ser caçados em todo o Território Nacional

De acôrdo com a portaria baixada pela Divisão de Caça e Pesca do Ministério da Agricultura não podem ser abatidos ou capturados, em todo o Território Nacional, os seguintes animais:

a) **Mamíferos**: anta, cervo, guará, pacarana, peixe-boi, preguiça, tamanduá e veado (Bororó);

b) **Aves**: colheireiro, gaivota, ema, flamengo, pavão do mato, urubú-rei, harpia, tabá, frango dágua, João Grande, tucano.

c) **Repteis**: jacuruxim, jacaretinga, jacarerana e mussurana.

Aveia no país

Em 1954 o Instituto Agronômico do Sul semeou 360 variedades e linhagens de aveia, sendo multiplicadas não só na sede do referido Instituto, como também na Estação Experimental de Caçador, as espécies mais importantes.

Curso de Treinamento para Líderes Rurais

Teve início, em 6 de junho, em Juiz de Fora, Estado de Minas Gerais, um Curso Rápido de Treinamento para Líderes Rurais, no Educandário Carlos Chagas, por iniciativa da CBAR. O curso, com a duração de quatro semanas, destinou-se, principalmente à professôras e outras pessoas interessadas.

Indicados pela congregação, professôres e diretores

O Presidente Café Filho aprovou a indicação que lhe havia sido remetida pelo ministro Munhoz da Rocha, no sentido de que, doravante (junho), o Reitor da Universidade Rural e os diretores dos institutos de ensino que a compõem serão indicados pelos respectivos conselhos e congregações. Ficou, igualmente estabelecida, a praxe da renovação de mandatos de três em três anos.

Curso de Extensão de Cooperativismo

Realizou-se em agôsto, sob os auspícios do Serviço de Economia Rural do Ministério da Agricultura, um Curso de Extensão de Cooperativismo que versará sôre os seguintes assuntos: economia política e fundamentos doutrinários do cooperativismo, direito cooperativo, história do cooperativismo mundial e brasileiro, legislação cooperativista nacional, educação e propaganda cooperativas, prática cooperativa, contabilidade cooperativa, pesquisas econômicas e sociais e sociologia rural.

Curso Técnico de Inseminação Artificial

Realizou-se na Universidade Rural um Curso Avulso Técnico de Inseminação Artificial, especialmente organizado para engenheiros agrônomos e veterinários.

Colônia Agrícola Modêlo

O Instituto de Imigração e Colonização em cooperação com a Secretaria de Agricultura de Pernambuco e a ANCAR, instalará, nas proximidades do Recife, uma Colônia Agrícola Modêlo, que disporá de 1.500 hectares de terras escolhidas. A instalação da referida colônia importará em uma despesa total de Cr$ 22.000.000,00 que serão aplicados em cinco anos.

Escola Agrotécnica de Muzambinho

No corrente ano serão gastos Cr$ 2.700.000,00 com a manutenção e funcionamento da Escola Agrotécnica de Muzambinho, em Minas Gerais, sendo que o Govêrno Federal contribuirá com Cr$ 1.800.000,00 e o Govêrno Estadual com .... Cr$ 900.000,00.

Terreno para a Rádio Rural

Foi assinado o têrmo de cessão de um imóvel situado na rua Couto de Magalhães, em Benfica, Distrito Federal, onde serão instaladas algumas dependências do S. I. A., inclusive a Rádio Rural de 7,5 Kw em ondas curtas.

Cursos Avulsos no Serviço de Economia Rural

Afim de atender às necessidades de instituições oficiais, estatais, paraestatais e particulares o Serviço de Economia Rural está realizando, no corrente ano, os seguintes Cursos Avulsos:

a) Classificação de Fibras Vegetais
b) Classificação de Madeiras

Gratificação aos pesquisadores agrícolas

Serão concedidas gratificações, pelo Serviço Nacional de Pesquisas Agronômicas nas bases de Cr$ 1.500,00 a Cr$ 8.000,00 mensais, conforme determina a Portaria Ministerial assinada em maio, pelo titular da Pasta da Agricultura.

Curso de Hormônios Vegetais

Realizou-se na Universidade Rural um Curso Avulso de Técnico de Hormônios Vegetais, organizado para Engenheiros Agrônomos, alunos do quarto ano de agronomia e outras pessoas interessadas que tenham conhecimentos de botânica e química vegetal.

A propósito da picada das abelhas

EURICO SANTOS

A abelha, *(Apis mellifica)*, a alma do verão, como lhe chamava Maeterlinck, esta professôra de química, e exemplo vivo e voante do trabalho, para aqui trazida pelos portuguêses e por isso chamada abelha do reino, para distingui-la das que por aqui havia, muniu-a a natureza dum dardo respeitável.

A ferroada desta abelha, que constitui um dos percalços da apicultura, não determina dor fàcilmente suportada e não é destituída de perigo.

Na literatura médica há referências a casos de morte ocasionados por um dêstes acidentes.

Ihering diz: "Conforme o grau de idiossincrasia pode dar-se o caso de morte dentro de um quarto de hora em consequência de uma única picada".

Isto constitui sempre, aliás, caso excepcional.

Os apicultores em geral zombam impunemente das ferroadas das abelhas e riem-se do pavor que elas causam aos profanos da arte de criar abelhas.

Langer verificou que entre 164 apicultores, 11, desde o início da profissão, demonstraram-se insensíveis às ferroadas; dos 153 restantes, 27 conservaram sempre a mesma sensibilidade e 126 foram-se, pouco a pouco, habituando-se ao veneno.

O ferrão da abelha encontra-se na extremidade do abdome.

É um órgão complicadíssimo e composto de três peças finas, com farpas, motivo pelo qual a abelha quase sempre deixa o ferrão na ferida e muitas vêzes morre em consequência disso. Êste ferrão está em comunicação com três glândulas peçonhentas, duas, cujas secreções desembocam no saco de veneno por longos canais curvos, elaboram um veneno ácido e a terceira segrega veneno que vai diretamente ao ferrão por um canal curto.

A junção das duas secreções dá eficiência absoluta à peçonha daquele inseto, louvado pelos poetas e principalmente por quem lhes vende o mel.

O ideal da apicultura seria a criação de abelhas sem ferrão, como são, aliás, as abelhas indígenas que habitam o Brasil inteiro.

Infelizmente tais abelhas, algumas das quais produzem mel delicioso, como a jati, a uruçu, não se adaptam às colmeias de quadro móvel, única que permite exploração lucrativa da apicultura. Assim mesmo há quem crie e explore, em colméia natural, as abelhas uruçus.

Como ficou dito, as abelhas nativas, meliponas, são desprovidas de ferrão. Algumas são extremamente mansas, outras ao invés, exaltadamente agressivas.

Como não possuem ferrão, valem-se das mandíbulas e com elas mordem, enroscando-se quase sempre nos cabelos, chegando a cortá-los.

Há até uma espécie de abelha *(Melipona tataira)*, chamada abelha de fogo, *tataíra*, dizia o indígena, significando o mesmo, cuja mordedura é relativamente dolorosa, causando inflamação no ponto ofendido.

Curioso é notar que tal abelha morde e ràpidamente encurva o abdome e deixa, na ferida causada pela mandíbula, um líquido que causa verdadeira sensação de queimadura.

O povo que conhece bem os segredos da vida dos bichos do mato e não prima pelo recato da linguagem, deu um nome chulo a esta abelha, nome que lhe vem do ato de curvar o abdome quando morde, deixando na pele a sensação de fogo.

Quanto ao tratamento das ferroadas das abelhas, consiste o mesmo em extrair o ferrão.

Extrair o ferrão é o principal cuidado e isso se faz tendo em vista que as glândulas do veneno estão em conexão com êle e, retirando-se tal aguilhão, evita-se que o veneno ali contido continue a se instilar nos tecidos da vítima.

Feito isso com cuidadosa perícia, (a gente do campo sabe fazê-lo a preceito), passa-se uma pincelada de iodo.

Quando as dores sejam grandes, por muito sensível a vítima, pode usar-se compressas mornas, uma pomada mentolada ou qualquer dos preparados do comércio, de preferência os que tenham por base o álcool benzílico, que age imediatamente e quase sempre associado a outras drogas de propriedades analgésicas de ação mais lenta e duradoura.

Para imunizar apicultores, ou qualquer pessoa muito sensível à picada das abelhas *(Apis mellifica)*, usam injeções diárias intradérmicas de doses em concentrações crescentes do próprio veneno das abelhas. E. G. Mac Lane (Successful treatment of extreme allergy to bee body and bee venon) Minessota Med. 26, 1061, 1943, relata um caso de cura completa de um apicultor extremamente sensível àquele veneno, curado com injeções sempre mais concentradas.

VERMINOSE DAS AVES

(SINGAMOSE)

JORGE VAITSMAN
Médico — Veterinário

Singamose é uma infestação provocada por um verme que se localiza sòmente na traquéia das aves (galinhas, perus, galinhas d'angola, etc.). Denomina-se êste verme *Syngamus trachea*, que se apresenta no estado adulto, fixado na traquéia, sempre aos pares (macho e fêmea, formando uma forquilha ou um Y, sendo menor o macho).

Esta parasitose pode ser confundida com afecções e infecções comuns do aparelho respiratório. O gôgo, o bocêjo, o pigarro, a gosma são outras designações que sempre encobrem esta infestação, embora em nosso meio aquelas denominações possam ser tomadas como sintomas de outras doenças.

SINTOMAS: — A doença ocorre principalmente nos animais de pouca idade, mas os adultos também são vítimas frequentes do parasitismo dêste verme. Os sintomas são todos decorrentes de perturbações respiratórias. As aves mostram-se sufocadas, mantêm os bicos abertos, forçando a passagem de ar, ficam aflitas e inquietas, enquanto que pelo canto da boca escorre uma gosma. A gravidade das perturbações respiratórias depende da quantidade de vermes fixados à traquéia. A respiração será tanto mais difícil e estertorosa quanto maior fôr êste número. Em muitos casos ocorre obstrução total da traquéia, causando a morte da ave por asfixia. Um parasitismo ligeiro acarreta, além dos sintomas já referidos, anemia, perde de pêso, falta de apetite, tosse frequente, etc.

DIAGNÓSTICO: — Os sintomas não são suficientes, contudo, para estabelecer o diagnóstico. Êste pode ser fàcilmente obtido pelo exame da traquéia, o qual é feito tanto na ave viva como em qualquer que seja sacrificada para êste fim. Para o exame "in vivo" da traquéia, basta suspender a ave e expor o órgão à transparência de um foco de luz natural ou artificial. A abertura de uma traquéia é o melhor método. Notam-se os vermes aderidos à parede do órgão, em forma de Y, sendo a perna maior correspondente a fêmea, que mede de 15 a 20 mm de comprimento, e a menor do macho, cujo tamanho não passa de 5 mm. Os vermes assemelham-se a pequenos fios vermelhos (a verdadeira côr dos parasitos é creme, mas com a absorção de sangue aparecem ao exame com a côr vermelha. Os pontos onde se fixa a forquilha ou o Y também são manchados de vermelho demonstrando que êles provocam pequenas hemorragias na traquéia.

EVOLUÇÃO DO PARASITO E CONTAMINAÇÃO DO GALINHEIRO: — No estado adulto, fecundadas, as fêmeas põem ovos, que, com os acessos de tosse, caem ao chão contaminando alimentos, a água de bebida e o solo. Encontrando condições satisfatórias, os ovos transformam-se em larvas, as quais, ingeridas por uma ave sadia, transformam-se em exemplares adultos que se fixam na sua traquéia. As minhocas podem ingerir larvas e ovos dêstes vermes e conservá-los em seu interior durante muitos meses. As aves também se infestam quando revolvem o solo, ingeridas as minhocas que contêm os ovos embrionários, ou suas larvas.

PROFILAXIA: — Quando a singamose aparece em um aviário (geralmente aves criadas em parque), o melhor é abandonar o local, revolver bem a terra e desinfetá-la com ácido sulfúrico de modo a destruir os ovos e larvas. A utilização do local poderá ser feita passados pelo menos 6 meses.

Entre outras medidas profiláticas, recomendam-se: criação de pintos em locais afastados e não utilizados antes por aves adultas, criação quando possível, em confinamento total (sôbre pisos de tela ou sarrafo) durante pelo menos os primeiros quatro meses de vida; desinfecção rigorosa de tôdas as instalações onde tenham estado aves doentes (limpeza geral com soda cáustica 5% e depois calação completa), etc.

TRATAMENTO: Os vários métodos de tratamento aconselhados ou não dão resultado integral, satisfatório, ou são de emprêgo difícil. Quase sempre, não aparece uma só ave doente e sim muitas ao mesmo tempo, o que complica a medicação.

Nos Estados Unidos, aconselha-se o seguinte método, que permite tratar várias aves ao mesmo tempo: os doentes são colocados em uma caixa de madeira bem vedada com uma portinhola corrediça. Introduzem-se as aves na caixa e, pela portinhola, pulveriza-se tartarato duplo de antimônio e bário. Agita-se bem a gaiola, de modo que tôdas as aves sejam obrigadas à inhalação do pó. Repete-se a pulverização mais duas vêzes, com 10 minutos de intervalo. Ao fim das três operações as aves são sôltas e os vermes estarão atingidos e mortos pelo medicamento. A quantidade da droga a insuflar dentro da caixa, dependerá do tamanho desta, em geral 30 gramas para cada 30 decímetros cúbicos do espaço existente.

Os demais processos são individuais, isto é, cada ave é tratada isoladamente. O mais comum, de resultados nem sempre positivos, é o de pingar diretamente na traquéia do doente um macerado bem forte de alho. Várias fórmulas de injeções também têm sido aconselhadas. A que melhores resultados tem dado, em centros de experimentação no estrangeiro, é a seguinte: Iodo — 1 grama, Iodeto de potássio — 2 gramas e água distilada 250 centímetros cúbicos. Para injeção toma-se uma gota desta solução e dilui-se em um centímetros cúbicos de água. As doses são as seguintes: nos pintos até três semanas, injeta-se diretamente na traquéia um oitavo de centímetro cúbico; 3 a 5 semanas, um quarto; nas aves de dois a quatro meses, meio centímetro cúbico; nas galinhas adultas um centímetro cúbico. Tratando-se de perus, as doses são duplas.

☆ NOTICIÁRIO ☆

da Escola de Horticultura Wenceslão Bello

Cursos Permanentes

É o seguinte o movimento de matrículas nos Cursos Permanentes em 1955 :

Curso de Hortelão

1.º ano	20 alunos
2.º ano	8 alunos

Curso de Fruticultor

1.º ano	20 alunos
2.º ano	4 alunos

Curso de Floricultor

2.º ano	4 alunos
Total	56 alunos

Cursos Práticos Agrícolas

Na primeira série de Cursos Práticos Agrícolas ministrados em colaboração com a C. B. A. R., matricularam-se 186 alunos.

Rubem Henrique Jacundá

Ao concluir o Serviço Militar, o Fruticultor Rubem Henrique Jacundá, ex-alunos da Escola de Horticultura Wenceslão Bello, fêz jús à Medalha Comemorativa do 1.º Centenário de Nascimento do Marechal José Caetano de Farias.

Cursos Práticos Agrícolas

Estão em funcionamento, na Escola de Horticultura Wenceslão Bello, os seguintes Cursos Práticos Agrícolas :

a) Inseticidas e Fungicidas
b) Organização de Pomares
c) Multiplicação Vegetal
d) Botânica Agrícola
e) Administração de Propriedades Rurais
f) Máquinas de Defêsa Sanitária Vegetal
g) Cultura de Citrus
h) Cultura de Raizes e Tubérculos Hortícolas.

Êsses cursos são ministrados na referida Escola em colaboração com a CBAR.

LIVROS E PUBLICAÇÕES

Comentários pelo
Eng. Agr. GERALDO GOULART DA SILVEIRA
Redator Técnico d'A LAVOURA

UNIAO RURAL

A FAREP (Federação das Associações Rurais do Estado de Pernambuco) vinha, desde o início de suas atividades publicando um Boletim Mensal Informativo, agora substituído pelo jornal "União Rural", que terá, sem dúvida, grande difusão entre a classe rural. Em seu primeiro número entre outros destacam-se os artigos sôbre a participação das atividades rurais na renda nacional, sôbre a agricultura nordestina e a brasileira assinado por Christovam Dantas; sôbre o fomento das plantas oleaginosas no Estado de Pernambuco; sôbre as possibilidades de desenvolvimento da piscicultura no norte do país, além de suas secções sôbre "Cooperativismo", "Estatística" e "Associações Rurais.

REVISTA BRASILEIRA DE ESTATISTICA

Ano XVI — N.º 61

O número 61 da Revista Brasileira de Estatística, que é o órgão oficial do Conselho Nacional de Estatística, traz como sempre, interessante colaboração assinada por Remy Freire, Giorgis Mortara, P V. Sukhaine, K. Rangachari, João Lyra Madeira, Aarão Reis etc. Entre os trabalhos, pelo interêsse que representa para a agricultura, podemos destacar: "A amostragem nas estatísticas agrícolas", de autoria de K. Rangachari.

FAUNA

Ano XIV — N.º 5

O presente número de Fauna, referente ao mês de março de 1955 traz abundante noticiário e colaboração sôbre pesca, caça, fauna em geral, etc.

BULLETIN ECONOMIQUE ET SOCIAL DE LA TUNISIE

N.º 99 — Abril de 1955

Trata-se de mais um número deste importante Boletim editado na Tunísia e contendo as suas secções permanentes de Informações, Estudos econômicos, Estudos sociais e culturais e Estatística e documentos.

VITA

Vol. VIII — Ns. 1, 2, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 13 e Vol. X, N.º 14

Recebemos mais êsses 11 números do boletim bimensal "Vita", editado pela Confederation de l'Alimentation Belge do Groupement Central des Industries Alimentaires de Belgique.

BOLETIM DO LEITE

Ano VIII — N.º 94

O presente número do "Boletim do Leite" traz artigos assinados por Hobbes de Albuquerque, José Assis Ribeiro, Freire d'Aguiar, P. Mucciolo e O. Barbuto.

REVISTA MENSAL DA LIGA DE COMERCIO DO RIO DE JANEIRO

Ano XIX — Ns. 527-528

Trata-se do órgão oficial da Liga do Comercio do Rio de Janeiro, contendo farta colaboração de interêsse para o comércio de um modo geral.

BOLETIM DO CEVI

N.º 8 — Ano 5

Boletim do Centro Cívico e Social da Produção do Rio Grande do Sul referente aos meses de Fevereiro e Março de 1955.

BOLETIM DA C.C.P.L.

Ano VIII — N.º 81

O presente número do Boletim da Cooperativa Central dos Produtores de Leite Ltda. traz artigos assinados por José Furtado, José Assis Ribeiro, Fabio Luz Filho, Nóbrega de Siqueira Hugo de Almeida Leme, Otávio Domingues e Honorato de Freitas.

A FAZENDA

Outubro de 1954

Entre outros artigos publicados neste número de "A Fazenda", destacam-se: "Métodos fitogenéticos para melhorar cereais, de J. B. Harrington; "Feijão que tolera o calor", de R. W. Allard; "Para mais leite, estábulos modernos", de José B. Clay; "Fatos básicos da rega", de A. J. Hamman.

REVISTA BRASILEIRA DE FILOSOFIA

Vol. V — Fasc. I

O presente fascículo refere-se aos meses de Janeiro a Março de 1955 e contém numerosos artigos e temas para debates referentes à assuntos filosóficos.

COTTON

Vol. 8 — N.º 3

Trata-se um boletim trimestral de estatística editado em Washington, contendo dados os mais atualizados sôbre algodão. O presente número é referente o mês de Abril de 1955.

LAVOURA PORTUGUESA

Ano 43 — N.º 2 8

Destaca-se, no presente n.º de "Lavoura Portuguesa", um magnífico trabalho intitulado "Algumas considerações sôbre uma economia agrária planificada, de autoria do Dr. João Garcia Nunes Mexia, ilustrado com bem elucidativos mapas e gráficos.

REVISTA DO CLUBE DE ENGENHARIA

Março de 1955 — N.º 223

O presente n.º desta Revista trás o relatório do Clube de Engenharia referente ao ano de 1954, e entre os artigos de colaboração, um interessante "Esboço de um plano para solucionar o problema das sêcas do nordeste brasileiro, de autoria do Eng. civil e industrial, Américo Duarte de Viveiros.

BELGIQUE AMERIQUE LATINE

N.º 12 — 30 de Janeiro de 1955

Recebemos mais um número de Belgique Amerique Latine que é o boletim mensal de informação da Casa da América Latina A.S.B.L., na Rua de la Loi, n.º 180, Bruxelas, C.C.P. 6155.

REVENDEDOR FIRESTONE

Ano 2 — N.º 15

Recebemos mais um n.º de "Firestone", publicado pela Indústria de Pneumáticos Firestone S. A., Caixa Postal 8177, S. Paulo.

INTERAMERICAN BULLEIN

Abril de 1955

O Inter American Bulletin é publicado pelo The United States Inter-American Council, 1615 H Street, New York.

ALGODON

Vol. 8 — N.º 9

A revista "Algodon", publicada pelo Comité Consultivo Internacional do Algodão, em Washington, é um revista mensal sempre com dados os mais atualizados sôbre a situação mundial do algodão.

BOLETIN INFORMATIVO

Ano XII — N.º 98

O presente boletim é o órgão das Câmaras Oficiais de Comércio, Agricultura e Indústria da República Dominicana, editado na cidade de Trujillo.

ASSOCIAÇAO RURAL DE MARILIA

N.º 12 — Maio de 1955

Trata-se de um boletim mensal mimeografado, publicado pela Associação Rural de Marilia, Estado de S. Paulo.

BRASIL-RURAL

N.º 153 — Abril de 1955

Como sempre, a revista "Brasil Rural", da Federação das Associações Rurais do Estado de S. Paulo, traz farto noticiário sôbre associativismo rural e sôbre assuntos vários de interêsse para os lavradores.

TUCAN

Ano VI — N.º 260

Traz farto noticiário a revista "Tucan", que é um periódico semanal de informação econômica editado pelo Instituto Assessor Técnico do Comércio Exterior, de Madrid — Espanha.

A LAVOURA

(ORGAO DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA)

Fundada em 1897

Engº. Agrônomo ARTHUR TORRES FILHO
Presidente da Sociedade

Engº. Agrônomo ANTONIO DE ARRUDA CAMARA
Diretor

Engº. Agrônomo KURT REPSOLD
Diretor Técnico

Eng.º Agrônomo GERALDO GOULART DA SILVEIRA
Redator-Técnico

LUIZ MARQUES POLIANO
Diretor Responsável e Redator-Secretário

Redação e Administração:

General Justo, 171

Telefone: 42-2981

Caixa Postal: 1245

Rio de Janeiro

Nem a redação da Revista nem a Sociedade Nacional de Agricultura são responsáveis pelos conceitos emitidos em artigos assinados

Representante para todo o Estado de S. Paulo:

NEWTON FEITOZA

RUA BOA VISTA, 245, 3.º andar — Tel.: 33-1432 — End. Tel.: "LINEFE. C. A.: 7257

— SAO PAULO —

HILGARDIA

Vol. 23 — Diversos números

Hilgardia é o Journal of Agricultural Science, publicado pela Califórnia Agricultural Experiment Station. Recebemos os seguintes números da referida revista :

a) Aphid transmission of nonpersistent plant viruses with special reference to the Brassica Nigra virus — Edward S. Sylvester;
b) Interaction of environment and genotype in the expression of a virescent gene, paleyellow — , of maize — Bernard O. Phinney e Robert E. Kay.
c) Cromotropic acid method for determining 2, 4 D residues in rinses, por Louis C. Erickson e B. L. Brannaman.
d)) Self-incompatibility in specico of Lycopersicon Sect. Eriopersicon and hybrids with L. Esculentum, por Donald C. Meguire e Charles M. Rick.
e) Leaf analises of differnetially covercropped deciduous fruit trees por E. L. Proebsting e J. G. Brown.
f) Phytotoxicity of hydrocarbons por H. B. Currier e S. A. Peoples.

SIEMBRA DE ALAFAFA EN TUCUMAN

A circular n. 147, da Estação Experimental Agrícola de Tucuman, na Argentina, foi escrita para esclarecer os lavradores que desejam instruções seguras sôbre a semeadura de alfafa naquela República.

BETTER CROPS WITH FOOD

Vol. XXXIX — N.º 4

Contém este número do Pocket Book of Agriculture editado em Washington, entre outros os seguintes trabalhos: "That agricultural wake", Potash prevents cul Leaf of sour chenies", North Caroline Farmers prepare for cut in usual income"; "greener parture mean better living, "Leaf analysis reveals potash need in Southern Oregon".

BOLETIM DA ASSOCIACION NACIONAL DE INGENIEROS AGRONOMOS

Vol. III — N.º 60

O número referente ao mês de Abril do Botim da Associación Nacional de Ingenieros Agrônomos, editado em Madrid, Espanha, traz, entre outras, duas importantes colaborações. Uma, de autoria do Eng. Agr. Dario Maravall Casesnoves, intitulada "La evolución de las frecuencias de genes mendelianos aleiomorfos en una poblacion en Panmixia, sin seleccion ni mutacion", e outra, uma conferência sôbre uma viagem aos Estados Unidos, pronunciada pelo Eng. Agr. D. Cézar Fallaio, no Instituto Nacional de Engenheiros Civis, de Espanha.

TUCAN

Ano VI — N.º 261

Recebemos mais este número de Tucan, que é uma revista semanal de informação e economia do Instituto Asesor Tecnico del Comercio Exterior, editada em Madrid, Espanha.

MOUTHLY AGRICULTURAL REPORT

Vol. XXX — N.º 1

O Mouthly Agricultural Report é editado pelo Government of Northern Ireland Ministry of Agriculture.

REVISTA DO CLUBE DE ENGENHARIA

N.º 224 — Abril de 1955

O presente número do órgão oficial do Clube de Engenharia, transcreve, na íntegra, o magnífico discurso proferido pelo Prof. Mauricio Joppert da Silva, ao empossar-se como presidente do referido Clube, para o triênio 1955-1958

FARM CIENCE

Vol. 9 — N.º 11

O presente número do boletim editado pelo Iowa State College, Ames, Iowa, traz, entre outros, os seguintes artigos:

a) How big will our farms get ?, de Dean E. Mckee e Earl O. Heady;
b) Protec forage crops from insect, por R. J. Waltrom e J. H. Lilly;
c) A problem among Iowa Womem, por Pearl Swauson, Ilisabeth Willis e Pauline Mairs.

LAVOURA PORTUGESA

Ano 43 — N.º 29

Entre outros, destacam-se no número referente ao mês de Maio de 1955 de "Lavoura Portuguesa, os artigos :

a) Terra — Propriedade e proprietários, pelo Dr. Ruy d'Andrade.
b) Marrocos florestal — O fomento da arborização e seus resultados, pelo Eng Agr. Ernesto Goes.

GAZETA DAS ALDEIAS

N.º 2303 — Maio de 1955

O presente número de "Gazeta das Aldeias" traz trabalhos assinados pelo Prof. Antonio J. Rosa Junior, Eng. Agr. Vasco Correia Paixão, Reg. Agr. A. Lopes Vieira, Reg. Agr. J Costa Rosa, Almeida Coquet.

HOLLAND SHIPPING AND TRADING

Recebemos o N.º 5, Ano 8, referente aos meses de Março e Abril de 1955, da edição especial para a América Latina de Holland Shipping and Trading.

ANALES DE LA SOCIEDAD CIENTIFICA ARGENTINA

Julho-Dezembro de 1954

O presente número dos anais da Sociedade Cientifica Argentina, traz os seguintes artigos :

a) Florentino Ameghino — Centenário de su nacimiento;

b) Maximo Velentinuzzi — Florentino Ameghino como biólogo matemático;

c) Pedro Loughini — Analisis dimensional;

d) Guilhermo Hozmark — Influencia climática en los juegos olimpicos.

LIGA MARITIMA BRASILEIRA

Ano XLVIII — N.º 568

VITA

Vol. XII — N.º 9

"Vita" é e a revista bimensal da Confédération de l'Alimentation Belge, editada em Bruxelas — Bélgica. O presente número é referente ao mês de Maio de 1955.

VIDA AGRICOLA E COMERCIAL

Ano VI — N.º 71

"Vida Agricola e Comercial" é um jornal mensal, editado em Lisbôa, Portugal, com noticiário de interêsse para agricultores e comerciantes. O n.º 71, é referente ao mês de Maio de 1955.

REVISTA BRASILEIRA DE ECONOMIA

Ano 8 — N.º 4

A Revista Brasileira de Economia é editada pela Fundação Getúlio Vargas sob a orientação do Instituto Brasileiro de Economia. O presente número, referente ao mês de Dezembro de 1954, traz os seguintes artigos :

a) O impacto do novo salário minimo — Alexandre Kafka.

b) Os salários na indústria e a influência dos novos salários minimos — Jorge Kingston;

c) A estrutura do comércio exterior da América do Norte — Gustaaf F. Loch;

d) Liderança comercial e progresso tecnológico — Yale Brouzen;

e) O desenvolvimento da produção real e dos recursos disponíveis no Brasil — 1939-1953 — Gustaaf F. Loch e Pierre Van Der Meisen.

REVISTA AGRONOMICA

Ano XVII — Ns. 215 a 219

Destacam-se no presente número, referente aos meses de Novembro de 1954 a Março de 1955, os seguintes trabalhos :

a) A podridão das raízes da mandioca, por A. P. Viegas;

b) Erosão, por Armando C. Oliveira e Faustino F. C. Teixeira;

c) Contribuição à pesquisa relativa ao emprêgo de fungicidos em tomateiro, por Manuel A. de Oliveira.

d) Luta contra os insetos por A. Paiva Netto;

e) Emprêgo de bactérias fixadoras de nitrogênio, por J. R. Jardim Freire.

INGENIERIA AGRONOMICA

Ano XIII — Ns. 7 e 8

Recebemos mais dois números relativos aos meses de Janeiro Fevereiro e Março/Abril de 1955 de Ingenieria Agronomica, que é a revista do Centro Argentino de Ingenieros Agronomos. Entre os artigos, destacamos os assinados pelos Engs. Agr. Carlos R. Morandi, Eng. Agr. Oswaldo G. Córdoba, Dr. Armando Navarro Sampaio, Eng. Agr. Juan B. Morchionatto, Eng. Agr. Candida E. Cababallo, Dr. Héctor C. Roillieri, Dr. Manuel Morales, etc.

REVISTA MENSAL DA LIGA DE COMERCIO DO RIO DE JANEIRO

Ano XVIII —Ns. 218 e 219

O presente número do órgão oficial da Liga de Comércio do Rio de Janeiro, traz farto noticiário de interêsse para a classe comercial.

PARANA ECONÔMICO

Ano III — N.º 26

O número 26 de "Paraná Econômico", que é um órgão de defesa dos interêsses da produção do Estado do Paraná, é referente ao mês de Maio de 1955 e traz amplo noticiário de interêsse para as classes produtoras.

REVISTA DA BOLSA DO COMERCIO

Ano LVII — N.º 4

Trata-se do órgão oficial da Câmara Nacional do Comércio de Montevideu, Uruguai. O presente número é referente ao mês de Abril de 1955.

REVISTA CAFETERA DE COLOMBIA

Recebemos e agradecemos a remessa dos seguintes números da Revista Cafetera de Colombia, para completar a coleção da biblioteca da S. N. A.

a) Vol. VI — Ns. 58 a 62.

b) Vol. VIII — N.º 109

c) Vol. VIII — N.º 116

d) Vol. X — N.º 120

e) Vol. X — N.º 123.

A CORRESPONDÊNCIA DA REVISTA

Tôda a correspondência destinada a esta revista deverá ser endereçada para A LAVOURA — Av. General Justo, 171-2.º and. — Rio.

Sócio Correspondente da Sociedade Nacional de Agricultura no Uruguai

Em sessão da diretoria foi eleito, por unanimidade, sócio correspondente da Sociedade Nacional de Agricultura no Uruguai, o Dr. Alberto Boerger.

Trata-se sem dúvida, de uma feliz escolha, pois o Dr. Alberto Boerger, pela sua cultura e pelos seus trabalhos é figura de destaque nas ciências agronômicas e muito honrará áa nossa Sociedade Nacional de Agricultura.

São os seguintes os dados biográficos de nosso sócio correspondente :

Alberto Carlos Boerger, nasceu em 4 de novembro de 1881 em Foerdekestfalia (Alemanha).

Boerger iniciou seus estudos superiores em Hannover (ciências naturais e engenharia em geral), cursando logo depois Agronomia e Economia Política em Boon, especializando-se sob a direção de Remy, em Fitotécnia e completando sua carreira universitária com o doutorado em Filosofia e Ciências da Universidade de Giessen.

Depois de haver atuado como Diretor Técnico da seção de "Semillero" da importante emprêsa agricola "Mahndorf", voltou a Bonn como ajudante de seu mestre Remy.

Comissionado pelo Ministério de Agricultura da Prussia, realizou importantes viagens de estudos pelos países Escandinavos, Suiça e Austria.

Em 1912 foi contratado pelo govêrno do Uruguai para organizar um serviço de genética vegetal aplicada, centro de investigações que a partir de 1914 encontrou sua séde definitiva no Instituto Fitotécnico Nacional do "Estanzuela", Departamento de Colonia.

Sua atuação ininterrupta durante mais de 40 anos no Urugual, permitiu a Boerger imprimir ao seu trabalho um cunho específico de continuidade, conseguindo ao mesmo tempo a formação de um núcleo de colaboradores competentes "uma escola cientifica".

No continente sulamericano Boerger realizou viagens de estudos na Argentina, no Brasil, no Paraguai e nos países situados sôbre o Pacífico e o Mar Cariba.

Várias vêzes atuou também como assessor de autoridades estrangeiras em questões relacionadas com a produção agricola.

Participou de numerosos congressos cientificos sulamericanos, realizou inúmeras conferências não só nesses congressos como em outros auditórios e publicou vários trabalhos.

Entre as mais de 500 publicações técnicas do Dr. Alberto Boerger, destacam-se as obras "Observaciones sobre Agricultura", (1928); "Investigaciones Agronomicas (3 tomos, 1943); "Agronomia - Consejos Metodológicos (1946); Selección de Conferencias ((1949, e "Recursos sudamericanos ante la amenaza de una crisis alimenticia mundial (1952).

Em 1935 o Dr. Boerger iniciou a edição de "Archivo Fitotécnico del Uruguay" revista a qual até agora apareceram 5 volumes.

E' Corresponding- Editer das publicações editadas pelo Bureau of Plant Genetics, Seção Herbage Plants en Aberystwyth (Inglaterra), integrando o corpo de redação de outras revistas européias e americanas.

Em 1949 foi presidente da Comissão Organizadora do Primeiro Congresso Sul Americano de Investigações em matérias Agronômicas, realizado em Estanzuela.

E' presidente da Sociedade Riopiatense de Genética.

Entre as numerosas distinções conferidas ao Dr. Alberto Boerger podemos destacar as seguintes :

1 — Medalha de ouro da Sociedade Rural Argentina, pelos seus trabalhos relevantes em Genética Vegetal.

2 — Membro do Conselho Cientifico do Instituto Internacional de Agricultura de Roma.

3 — Professor "ad honorem" da Faculdade de Agronomia de Montevidéu.

4 — Cavaleiro da Ordem Cruzeiro do Sul do Brasil.

5 — Membro da Academia Leopoldina de Naturalistas da Alemanha, fundada em 1652.

6 — Medalha de prata do Instituto de Relações Culturais da Alemanha para o exterior.

7 — Membro correspondente do Instituto Equatoriano de Ciências Naturais, em Quito.

8 — Doutor Honoris Causa da Universidade de Montevidéu.

9 — Doutor Honoris Causa em Ciências Agrárias da Universidade de Buenos Aires.

10 — Professor Honoris Causa da Escola de Agronomia "Eliseu Maciel" de Pelotas, Rio Grande do Sul, Brasil.

11 — Professor Honoris Causa da Universidade do Rio Grande do Sul, em Pôrto Alegre.

12 — Acadêmico Honorário da Academia Nacional de Agronomia e Veterinária da República Argentina.

13 — Sócio Honorário da Sociedade de Biologia do Rio Grande do Sul.

14 — Oficial da Ordem de Orange Nassau dos Países Baixos/

15 — Grã Cruz da Ordem de Hérito, do Govêrno da República Federal Alemã.

16 — Membro correspondente do Centro Central de Investigações Agronômicos da Alemanha Ocidental em Braunschweig — Völkenrode.

17 — Consultor Técnico da Diretoria de Agricultura Científica do Instituto Técnico Industrial do Rio de Janeiro.

18 — Doutor Honoris Causa da Universidade de Bonn, Alemanha Ocidental.

São esses, em linhas gerais, os principais dados biograficos do Dr. Alberto Carlos Boerger, que muito honrará a Sociedade Nacional de Agricultura, como seu sócio correspondente no Uruguai.

BIBLIOTECA DA S.N.A.

OFERTA DO SR. WALDEMAR LOPES

Monografias — de Maceió, Bagé, Jaguarão.

OFERTA DO SR. TAYGOARA FLEURY DE AMORIM, DIRETOR DO INSTITUTO DE QUÍMICA AGRÍCOLA

Boletim do Instituto de Química Agrícola — n. 1 ao n. 36.

Memória do Instituto de Química — n. 6 — 1944.

OFERTA DO SR. JOÃO GONÇALVES DE SOUZA

Anais do Seminário Latino-Americano de Bem Estar Rural — vol. II — janeiro-fevereiro — 1954-1955.

OFERTA DO SR. ANTONIO JOSÉ ALVES DE SOUZA

Paulo Afonso — Ministério da Viação e Obras Públicas — 1955.

Companhia Hidro-Elétrica do S. Francisco — Relatório de suas atividadesem 1954

OFERTA DO DR. ALBERTO RAVACHE

Instituto Nacional do Mate — Boletim estatístico — 1951-1952.

Anteprojeto de consolidação das leis de colonização.

OFERTA DO I. B. G. E., CONSELHO NACIONAL DE ESTATÍSTICA

Divisão territorial do Brasil — 31-12-1954

OFERTA DE "GUIA DOS EXPORTADORES E IMPORTADORES DE MOÇAMBIQUE"

Boletim n. 1-2-3-4-5-6-7-8.

OFERTA DO INSTITUTO DE INVESTIGACIONES SOCIALES Y ECONOMICAS A. C.

El fracaso del socialismo en Inglaterra— Frederico Sanchez Fogarty — México, 1953.

OFERTA DO DR. ARTHUR TORRES FILHO

1) Agriculture in som of its relations with chemistry — F. T. Stores — New York, 1910 — 3 volumes.
2) Tropical agriculture — Earley Vernon Wilcox — New York, 1916.
3) A Guide to the scientific Examination of soils — Dr. Felix Wahnschaffe — Philadelphia, 1892.
4) Biology — Joseph Mc Farland — Philadelphia, 1920.
5) The cereals in America — Thomas F. Hunt — New York, 1912.
6) Elementary Biology — Benjamin C. Gruenberg — New York, 1919.
7) Dry-Farming — William MacDonald — New York, 1911
8) Matemalics — Alfred Monroe Kenyon and William Vernon Lovitt — New York, 1919
9) Rural Credits — Myron T. Herrick and R. Ingalls — New York, 1919.
10) Elementary agricultural chemistry — Herbert Ingle — London, 1908
11) Soil management — F. H. King — New York, 1916.
12) Insects and insecticides — Clarence M. Weed — New York, 1911.
13) The economics of railway transport — Sydney Charles Willians — London, 1911.
14) Comment prévir le temps — L'abbe Th. Moreux — Paris, 1919.
15) Entomology for beginners — A. S. Packard — New York, 1899.
16) The soil — F. H. King — New York, 1910
17) Précis de chimie agricole — Edmond Gain — Paris, 1918.
18) Amélioration des plantes cultivees et du betail — E. Coquidé — Paris, 1920
19) Théorie et pratique d umouvement des terres — Ernest Henry — Paris, 1910
20) Génie rural appliqué aux colonies — Max. Ringelmann — Paris, 1908.
21) Cours de routes — Leon Durand-Claye — Paris, 1906.
22) Instructions météorologiques — Alfred Angot — Paris, 1918.
23) Instruções meteorológicas — J. Sampaio Ferraz — volumes I e II — Bruxelas, 1914.
24) Travaux et expérience du Dr. A. Voelcker — A. Roma — 2 vols — Paris, 1888.
25) Le café dans l'État de Saint Paul — A. Lalière — Paris, 1909.
26) Cours de chimie agricole — P. P. Dehérain — Paris, 1873.
27) Anatomie et physiologie vegetales — Er. Belzung — Paris, 1900
28) Araite de physiologie végetales et agricole — Leclerc du Sablon — Paris, 1911.
29) La matière vivante et la vie — Alb. Jacquemin — Paris, 1910
30) Traite de zootechnie — André Sanson — Tome I — Paris, 1907
31) Analyse et essai des matières agricoles — Auguste Vivier — Paris, 1898.
32) Traite de zootechnie — Tome I e II — P. Dechambre — Paris, 1911, 1912
33) Logements des animaux II Ecuries etables — M. Ringelman — Paris, 1919
34) La cyanamide calcique — C. Granier — Paris, 1921.
35) Culture potagere — J. Vercier — Paris, 1919
36) A handbook for cane sugar manufacturers — G. L. Spencer — New York, 1916
37) La motoculture — Tony Ballu — Paris, 1914
38) Elements de botanique — Ph. Van Tieghem — Paris, 1906.
39) Le perfectionement des plantes — L. Blaringhem — Paris, 1913
40) Précis d'analyse chimique — parte I e II — E. Frank — Paris, 1906-1907
41) Problèmes et exercises d'arithmétique avec solutions — P. Philippe e P. Dauchy — Paris, 1911.
42) Elementos de cosmografia — Eugenio de Barros Raya Gabaglia — Rio de Janeiro.

43) Routine et progrès en agriculture — R. Dumont — Paris.
44) Alimentação, instinto e cultura — A. da Silva Melo — Rio de Janeiro, 1943.
45) Imigração — Rio de Janeiro, 1926.
46) Manual das familias naturais phanerogamas — Alberto Lofgren — Rio de Janeiro, 1917.
47) Economie forestière — tome I e II — G. Huffel — Paris — 1920-1926.
48) Comment diminuer la misère — B. S. Rowntree — Paris.
49) L'hérédité — Yves Delage — Paris, 1903.
50) Traité elementaire de meteorologie — Alfred Angot — Paris, 1916.
51) Cours d'economie rurale — Edouard Lecouteux — tome I e II — Paris, 1879.
52) Les syndicats agricoles et leur oeuvre — Rocquigny — Paris, 1918.
53) Dictionnaire des connaissances pratiques — E. Bouant — Paris, 1918.
54) La vie intense — Th. Roosevelt — Paris.
55) Cours de cosmographie — Paris, 1927.
56) Les moteurs agricoles — G. Passéléque — Paris, 1926.
57) L'organisation de la science — Louis Favre — Paris, 1900.
58) Le sol en agriculture — A. D. Hall et A. Demolon — Paris, 1906.
59) Histoire des doutrines economiques — De Physiocrats Quernay — René Gonnard — Paris, 1921.
60) Histoire des doutrines economiques de quesnay a stuart mill — René Gonnard — Paris, 1922.
61) Notre avenir — Victor Cambon — Paris, 1918.
62) Nouveau traite de machine agricole — L. Fontaine — Paris, 1901. Compreende os seguintes volumes:
I — Les moteurs et les machines motrices.
II — Les machines a vapeur.
III — Les moteurs a gaz.
IV — Les moteurs a vent.
V — L'hydraulique agricole.
VI — L'életricite en agricluture.
63) Roles des vers de terre — Ch. Darwin — Paris, 1882.
64) Practical farm drainage — Charles Elliott — New York, 1919.
65) Climate — Robert de Courcy Ward — New York, 1918.
66) L'école active — Ad. Ferriere — Genève, 1926.
67) Resumo de geologia — A. de Lapparent — Rio de Janeiro, s. d.
68) Minha formação — Joaquim Nabuco — Rio de Janeiro, 1900.
69) Lições práticas da lingua portuguêsa — vol. II — Cândido de Figueiredo — Lisboa, 1917.
70) O meio fisico e a produção agrária — Girolamo Azzi — Rio de Janeiro, 1938.
71) A F. E. 11 pelo seu comandante — Marechal J. B. Mascarenhas de Moraes — São Paulo, 1947.
72) Principios de economia politica — I. Lapidus e K. Ostrovitianov — Rio de Janeiro, 1944 — 1.º volume.
73) Um mundo só — Hendell Willkie — São Paulo, 1944 — Vol. I.
74) De ré rustica — Discursos e conferências — Paulo de Lima Corrêa — São Paulo, 1942.
75) Reforma agrária no mundo e no Brasil — Série estudos e ensaios n. 4 — Ministério da Agricultura — Serviço de Informação Agricola, 1952.
76) Terceiro catalogo dos insetos que vivem nas plantas do Brasil — Angelo M. da Costa Lima — Ministério da Agricultura — Rio de Janeiro, 1936.
77) Elementos de química agrícola — Adubos e adubações — E. Malavolta — São Paulo, 1954.
78) Consolidação das leis do trabalho — Imprensa Nacional — Rio de Janeiro, 1952.
79) Meteorologia brasileira — J. de Sampaio Ferraz — Série V — Brasiliana — Vol. 33 — São Paulo, 1934.
80) A educação pública em S. Paulo — Fernando de Azevedo — Série V — Brasiliana — Vol. 98 — São Paulo, 1937.
81) História econômica do Brasil — 1950-1820 — Roberto C. Simonsen — Tomos I e II — Série V — Vols. 100 e 100-A — São Paulo, 1937.
82) Ensaios de etnologia brasileira — Herbert Baldus — Série V — Brasiliana — Vol. 101 — São Paulo, 1937.
83) Peter Wilhelm Lund no Brasil — Anibal Mattos — Série V — Brasiliana — Vol. 148 — São Paulo, 1939.
84) Historia das expedições cientificas no Brasil — C. de Mello Leitão — Série V — Vol. 209 — Brasiliana — São Paulo, 1941.
85) Flora da Bahia — A. Inácio de Menezes — Série V — Brasiliana — Vol. 264 — São Paulo, 1949.
86) Ensino agrícola — Arthur Torres Filho — Rio de Janeiro, 1924.
87) Ensino agrícola — Arthur Torres Filho — Rio de Janeiro — 1925.
88) A cana por semente — A. E. M. Torres Filho — Campos, 1918.
89) The soil — study of the Growth of crops — A. D. Hall — M. A. New York, 1912.
90) Consolidação das leis do trabalho — Imprensa Nacional — Rio de Janeiro, 1952.
91) Peixes de água doce — Eurico Santos — Zoologia Brasilica — Rio de Janeiro, 1954.
92) Instruções para organização de Sociedades Cooperativas — 4.ª edição — Serviço de Economia Rural — Rio de Janeiro, 1953.
93) Cours d'Arithmétique — P. Philippe — F. Dauchy — Paris, 1918.
94) Irrigation Farming — Lucius Wilcox — New York, 1918.
95) Propagation of plants — A. S. Fuller — New York, 1912.
96) Cours elementaire de Zoologie — Remy Perrier — Paris, 1906.
97) O crédito agrícola em Portugal — J. H. Ulrich — Lisboa, 1908.
98) Leçons elementaires de microbiologie general — M. Emm. Pozzi-Escot — Paris, 1909.
99) Ecologia agrária — Michele Briccoli Hati — Firenze, 1913.
100) Inquérito sôbre os processos de cultura da cana de açucar em Campos — A. M. Torres Filho — Campos, 1917.
101) Bosquejo de história econômica do Brasil — A. Torres Filho — Rio de Janeiro, 1913.
102) O Estado do Espirito Santo e seu desenvolvimento economico — A. E. M. Torres Filho — Rio de Janeiro, 1913.
103) Cultura e beneficiamento da juta — Okir de Senna Braga — Rio de Janeiro, 1952.
104) Anais do 1.º Congresso Florestal Brasileiro — Curitiba, 1953.
105) Demonstração de processos de combate à saúva — Relatório — Ministério da Agricultura — 1936.

106) Anuário Brasileiro de Economia Florestal — Ano VI — N. 6 — Rio de Janeiro — 1953
107) O solo — Ano XLIII — Piracicaba, 1951
108) Rodriguesia — N 22-23-26 — Rio de Janeiro
109) O agronômico — n. 60-61-62 — Campinas, 1954

REVISTAS RECEBIDAS EM MAIO E JUNHO

Agricultural Review (The) — n. 1
Agronomia — ns. 79-80.
Algodon — ns. 10-11
Américas — n 5.
A C I B P — ns. 4-5
Boletim da C. C P. L. — n 82.
Boletim Fluminense de Agricultura — n 41
Boletim do leite — ns. 95-96
Boletin de la Asociación Nacional de Ingenieros Agronomos — n. 62.
Boletin de Informaciones — ns. 10, 12 e 13.
Brasil Rural — n. 154
Bulletin Economique et Social de la Tunisie — ns. 100 e 101.
Carta quincenal de la Câmara de Comércio de Chile — ns. 230 e 231.
Chácaras e Quintais — vol. 91 — ns. 5 e 6
Comissão Reguladora dos Cereais do Arquipélago dos Açores — n. 21.
Conjuntura Econômica — vol. IX — ns. 5 e 6.
Extension Service News — vol. X — ns. 5 e 6.
Fauna — vol. XIV — n. 5 e 6
Fazenda (A) — ano L — n. 5.
Gazeta das aldeias — ns. 2.302 a 2.305
Granja (A) — ano XI — ns. 96 e 97
Ifap News — vol. 4 — ns. 5 e 6.
Informação agrícola — vol VIII — n. 116
Iowa Farm Science — vol. 9 — n 11 e 12
Lavoura Portuguêsa — ns 29 e 30.
Massey Harris — n. 330, 331.
Mercado do café — ns. 931 a 938.
Mundo agrícola — ano 4 — ns. 5 e 6.
Novo Mundo — ano III — ns. 28e 29.
Observador Econômico e Financeiro — ano XX — ns. 231 e 232.
Paraná Econômico — ano III — n 26 e 27
Piauí Rural (O) — ano I — n. 1.
Pioneiro (O) — ano I — n. 10, 11 e 12.
Revista de Agricultura — vol XXX — ns. 4, 6 e 6.
Revista Brasileira de Panificação — vol XX — ns. 237 e 238.
Revista do Clube de Engenharia — ns. 225 e 226.
Revendedor Firestone — ano 2 — ns. 15 e 16
Revista Industrial — vol. 23 — ns. 5 e 6.
Revista mensal da Liga do Comércio do Rio de Janeiro — ns. 259 e 260
Revista dos Mercados — vol. VI — n. 57.
Rodovia — n. 183
Saúde — vol. VIII — ns. 90 e 91
Seleções Agrícolas — ano X — ns 109 e 110
Touring — ns. 260 e 261
Tucan — n. 260 a 266
União Rural — n. 1.
Vida agrícola e comercial — ns 71 e 72
Vita — vol. XII — n 9 a 12

JULHO — AGÔSTO

OFERTA DO DR. FABIO LUZ FILHO

1) Petit traité d'agriculture tropicale — H. A A Gord Nicolls — E. Raoul — Paris, 1901.
2) La connaissance du betail — J Ginjels — Paris, 1912.
3) Législation rurale — E. Jouzier — Paris, 1912.
4) Agriculture générale — Semailles et récoltes — P. Diffloth — Paris, 1913
5) Météorologie de l'agriculture et prévision du temps — L. M. Granderye — Paris, 1913.
6) Analyses agricolas — R Guillin — Paris, 1919.
6) Analyses agricoles — R. Guillin — Paris, 1919.
7) Aménagement de la ferme — Roger Laquerrière — Paris, 1919
8) Le regne de Lenine — Baron Boris Nolde — Paris, 1920.
9) La production et la population —Robert Lasseaux — Paris, 1921.
10) L'aventure italienne — Silvio Frentin — Paris, 1928.
11) Sous Lenine — Odette Keun — Paris, 1922.
12) Économique — Georges Valois — Paris, 1931.
13) Lecheria — Carlos Martins — Barcelona, 1922.
14) Algebra — Augusto José da Cunha — Lisboa.
15) Notas de estudo — Moreira Teles — Lisboa, 1916.
16) Carestia da vida nos campos — Bazilio Telles — Pôrto, 1904
17) Jardinagem — Joaquim Rodrigo — Lisboa, 1945.
18) Consejos praticos a los horticultores — M de Industrias — Montevidéu, 1913 — II.
19) Produzca fruta — I H. C. — Buenos Aires, 1925 — fl
20) Obtenga majores ganancias de su gallinero — Buenos Aires, 1925 — fls.
21) Castracion de pollos — Pedro de Sarasqueta — Buenos Aires, 1930 —fls.
22) Buenos Vecinos Buenos Amigos — Manuel Avila Camacho — México, 1943.

(Conclusão da pág. 56

tovam Dantas, Secretário da Agricultura do Estado de Pernambuco sôbre "O problema da produtividade do algodão no Brasil

ASSOCIATIVISMO RURAL EM MARCHA

Até maio do corrente ano era de 1.030 instituições a cadeia de associações rurais registradas no Serviço de Economia Rural do Ministério da Agricultura, assim distribuídas:

a) 910 Associações Municipais
b) 60 Associações Regionais
c) 30 Associações Especializadas
d) 20 Federações de Associações Rurais

Essa rêde, que se amplia dia a dia, já conta com 150 mil associados.

ASSOCIAÇAO RURAL DE SALINAS

... Foi empossada a 3/7 1951 a seguinte diretoria da Associação Rural de Salinas, Estado de Minas Gerais, para o período 1955/1957.

Presidente — Carlos Aloisio Corrêa
Vice-Presidente — Deusdedith Medrado Fernandes
1.º Secretario — Lucio Ramos
2.º Secretário — Delio Bernardino
1.º Tesoureiro — Adail Melo
2.º Tesoureiro — Sizino Brito.

Comissão Fiscal — Asdrubal de Oliveira Santos, Abdias Crispim da Costa e Albino Muniz Teixeira.

Suplentes — Eloy Gonçalves Quintino, Idalino Sarmento e Eurico F. Sarmento

ASSOCIATIVISMO RURAL

ASSOCIAÇAO PARANAENSE DE CRIADORES DE BOVINOS

Foi eleita e empossada a seguinte diretoria que dirigirá os destinos da Associação Paranaense de Criadoes de Bovinos no biênio 1955-1957.

Presidente : Antonio Batista Ribas
1.º Vice-Presidente : Mario Marcondes Loureiro
2.º Vice-Presidente : Jaziel Soutomaior Lagos
1.º Secretário : José Quirino dos Santos
2.º Secretário : Claudio Franco de Macedo
1.º Tesoureiro : Theodoro Pinheiro Machado
2.º Tesoureiro : Theodoro Guimarães

Conselho Técnico e suplentes :

Nelson Batista Ribas, Carlos Itiberé da Cunha, Leonidas Vicente de Castro, Luiz Natal Bonin, Hilton Teles de Menezes, Cid Rocha, Euclides Ribas Maciel, Nilo Gasparetto, João Toledo Mascarenhas, Amazonas Marcondes, Eurico Batista Rosas e Lauro Martins Araujo

Comissão Fiscal e suplentes

Ernani Guarita Cartaxo, Saturnino Luz, Lynandro Almeida, José Pires Braga, Manoel Lustosa Martins e Paulo Gutierrez.

ASSOCIAÇÃO RURAL DE MARILIA

A Associação Rural de Marilia, Estado de São Paulo, edita um Boletim Mensal mimeografado, com noticiário de interêsse para os lavradores. O endereço da referida Associação Rural é Caixa Postal 538 — Marilia.

ASSOCIAÇAO AVÍCOLA DE IBITINGA

Foi fundada em S. Paulo, a Associação Avícola de Ibitinga, cuja primeira diretoria ficou assim constituida .

Presidente — Dr Flavio Pinheiro
1.º Vice-Presidente — William Côrtes
2.º Vice-Presidente — Silvestre Custodio
1.º Secretário — Mario Dert
2.º Secretário — Horizontino Negrão

Conselho Fiscal — Evangelista Maziers, Francisco Eufrasio, Naim Alem, Pedro Curdogio e Jose Anuncio de Morais.

SUBVENÇÕES EXTRAORDINÁRIAS A ENTIDADES RURAIS MINEIRAS

O Orçamento da República do corrente ano consigna na parte referente ao Ministério da Agricultura a importância de Cr$ 9.750.000,00 para subvenções extraordinárias a entidades rurais situadas em Minas Gerais. São as seguintes as entidades que receberão o referido auxilio:

Associação Rural de Alfenas, Cr$ 300.000,00; Associação Rural de Araguari, Cr$ 100.000,00; Associação Rural de Barbacena, Cr$ 600 000,00; Associação Rural de Carangola, Cr$ 300 000,00; Associação Rural de Caldas, para os Parques de Exposição, Cr$ 950 000.00; Associação Rural de Campestre, Cr$ 300.000,00; Associação Rural de Carangola, Cr$ 300.000,00; Associação Rural de Contagem, Cr$ 20.000,00; Associação Rural de Dionisio, Cr$ 500 000,00; Associação Rural de Ferros, Cr$ 100 000,0; Associação Rural de Francisco Sá, Cr$ 100.000,00; Associação Rural de Governador Valadares, Cr$ 600.000,00; Associação Rural de Guanhães, Cr$ 120.000,00; Associação Rural de Itabirito, Cr$ 20 000,00; Associação Rural de Juiz de Fora, Cr$ 700.000,00; Associação Rural de Lavras, Cr$ 150.000,00; Associação Rural de Leopoldina, Cr$ 700.000,00; Associação Rural de Machado, Cr$ 200.000,00; Associação Rural de Manga, ... Cr$ 100.000 00; Associação Rural de Monte Sião, Cr$ 20 000,00; Associação Rural de Muriaé, ... Cr$ 500.000,00; Associação Rural de Peçanha, ... Cr$ 30.000,00; Associação Rural de Pouso Alegre para os Parques de Exposição, Cr$ 200.000,00; Associação Rural de Salinas, para os Parques de Exposição Presidente Vargas, Cr$ 300.000 00; Associação de Sudoeste de Minas, Cr$ 20 000,00; Associação Rural São Domingos de Prata, Cr$ 300.000,00; Associação Rural de Tocatnins, Cr$ 50.000,00; Associação Rural de Triângulo Mineiro de Uberaba, Cr$ 300.000,00; Associação Rural de Uberlândia, Cr$ 100.000,00; Escola Agrícola Dom Bosco, de AN 0 0 C$ $$$ou.
Cachoeira do Campo Cr$ 400.000,00, Associação Rural de Virginópolis, Cr$ 100.000,00; Escola Primária junto ao pôsto Agropecuário de Caldas, Cr$ 150.000,00; Exposição de Uvas e Vinhos da Associação Rural de Caldas (para a construção do Recinto Permanente), Cr$ 350.000,00; Joquei Clube de Paracatú, Cr$ 50.000,00; e Sociedade de Proteção ao solo de Guaxupú, Cr$ 400.000,00.

CLUBE DE ENGENHARIA

Foi a seguinte a diretoria eleita e empossada que dirigirá o Clube de Engenharia no triênio 1955-1958 :

Presidente : Mauricio Joppert da Silva
1.º Vice-Presidente : Luiz Mendes Ribeiro Gonçalves
1.º Secretário : Cezar Reis de Catanhede Almeida
2.º Secretário : Ulysses Rodrigues Hellmeister meida
Tesoureiro : Amandino Ferreira de Carvalho
Bibliotecário : Nearch Joaquim da Silveira e Azevedo

FEDERAÇAO DAS ASSOCIAÇÕES RURAIS DE PERNAMBUCO

A Federação das Associações Rurais do Estado de Pernambuco em substituição ao seu antigo Boletim Rural está editando agora um bem noticioso jornal chamado "União Rural".

ATIVIDADES DA F A R E P

A FAREP programou para o corrente ano uma serie de palestras e conferências sôbre assuntos rurais. Já se realizaram, entre outras, a palestra do Engenheiro Agrônomo Lauro Borba sôbre "Residências de Agronomia" e a do Dr. Cris-

(Continua na pág. 55)

Oficinas Gráf. do "Jornal do Brasil",
Avenida Rio Branco, 110/112 — Rio

A LAVOURA



FUNDADA EM 1897

ÓRGÃO OFICIAL DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

A Agricultura Científica a Serviço da Humanidade

ANO LVIII

RIO DE JANEIRO — BRASIL

NOVEMBRO-DEZEMBRO, 1955


Botafogo:
Vice campeão Nelore da Exposição de 1955
Propr. Mario de Almeida Franco.
Fazenda São Geraldo

SUMÁRIO

SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

Fundada em 1897

RECONHECIDA DE UTILIDADE PÚBLICA
PELA LEI N.º 3.549, DE 18 DE OUTUBRO DE 1918

Presidente Perpétuo	DR. MIGUEL CALMON DU PIN e ALMEIDA
Presidente Benemérito	DR. WENCESLAU BRAZ PEREIRA GOMES

DIRETORIA GERAL

Presidente	—	ARTHUR TORRES FILHO
1.º Vice-Presidente	—	LUIZ SIMÕES LOPES
2.º Vice-Presidente	—	EDGAR TEIXEIRA LEITE
3.º Vice-Presidente	—	ANTONIO DE ARRUDA CAMARA
1.º Secretário	—	FREDERICO MURTINHO BRAGA
2.º Secretário	—	ADAMASTOR LIMA
3.º Secretário	—	EURICO SANTOS
4.º Secretário	—	CINÉAS DE LIMA GUIMARÃES
1.º Tesoureiro	—	KURT REPSOLD
2.º Tesoureiro	—	OTTO FRENSEL
Secretário-Geral	—	LUIZ MARQUES POLIANO

DIRETORIA TÉCNICA

ALBERTO RAVACHE
ALTINO DE AZEVEDO SODRÉ
ANTONIO FRANCISCO MAGARINOS TORRES
ENIO LUIZ LEITÃO
GERALDO GOULART DA SILVEIRA
HONÓRIO DA COSTA MONTEIRO FILHO
JOÃO MAURICIO DE MEDEIROS
JOAQUIM BERTINO DE MORAES CARVALHO
MARIO DE OLIVEIRA

A SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA PARTICIPA EM CARATER PERMANENTE DOS SEGUINTES ÓRGÃOS:

Comissão Permanente de Exposições e Feiras (Ministério do Trabalho) — Dr. Alberto Ravache; Suplente, Luiz Marques Poliano; **Comissão Revisora de Tarifas** (Ministério da Fazenda) — Dr. Oswaldo Miguel Frederico Ballarin; **Conselho Consultivo da E. F. Central do Brasil** — **Dr. Altino de Azevedo Sodré**; **Comissão Permanente de Estradas de Rodagem** — Dr. Raul David do Sanson; **Instituto Brasileiro de Educação e Cultura** (Ministério das Relações Exteriores) — Dr. Luiz Simões Lopes; **Conselho Nacional de Aplicações dos Empréstimos Rurais** (Ministério da Fazenda) — Dr. Luiz Simões Lopes; **Conselho Permanente das Associações Americanas de Comércio e Produção** — Dr. Edgar Teixeira Leite; **Comissão Consultiva de Acordos Comerciais** (Ministério das Relações Exteriores) — Dr. Alberto Ravache; **Comissão de Politica Agrária** (Ministério da Agricultura) — Dr. Luiz Simões Lopes. Suplente: Dr. Alberto Ravache

A LAVOURA

FUNDADA EM 1897

ÓRGÃO OFICIAL DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

ANO LVIII NOVEMBRO-DEZEMBRO — 1955

PRECISAMOS DE UMA POLÍTICA DO CAFÉ

Prof. ARTHUR TORRES FILHO
Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura

Nunca será de mais que insistamos nos rumos seguros que devemos traçar para garantia da nossa maior riqueza agrícola até hoje conseguida — que é o cafe.

No começo dêste século (1900 a 1904) já exportávamos 12.550.000 sacas anuais e nossos concorrentes uma média anual de 3.850.000 sacas. Isso significa que, para um mercado mundial consumidor de 16.460.000 sacas, o Brasil contribuia com nada menos de 76,5%. Era de se esperar, com o aumento crescente do consumo mundial que se eleva hoje a cerca de 43 milhões de sacas, das quais os Estados Unidos absorvem mais de 20 milhões, que o Brasil concorresse para o consumo mundial com o mínimo de 50%. Isso prova que no começo do século o Brasil era o supridor do mercado mundial de café; e êsse fato econômico deve ser evidenciado para que tracemos uma política do café que se basei na iniciativa particular e no associativismo. Os processos adotados no cultivo do café devem obedecer à técnica agronômica que vise produzir bom e barato.

O Instituto Brasileiro do Café, no programa que lhe cabe traçar e seguir pela valorização do café brasileiro, precisa orientar-se no melhoramento da qualidade, que representa, a nosso vêr, o ponto crucial para a colocação do nosso café nos mercados externos onde sofre sensível depreciação na concorrência.

O intervencionismo estatal, procurando fazer a valorização artificial, torna o café brasileiro mais caro e de qualidade inferior, dando lugar à concorrência estrangeira. Desde a valorização de 1906 que a nossa política tem sido de expedientes, sem soluções duradouras, com o aumento das safras para um consumo mundial de aumento lento.

Não haverá exagêro em se dizer que a nossa diretriz mais constante tem sido a da sustentação de preços em níveis altos admitidos como compensadores. São sempre medidas de salvação que se vão refletir nos meios agrícolas com o estímulo às plantações. Dessa orientação resulta, em prazos de três e quatro anos,

a superprodução e surge, com cores carregadas, a chamada crise do café. E é essa a situação que se avizinha mais uma vez, quando vemos o Govêrno intervir no mercado de café, passando a ser o grande comprador, adquirindo o produto que se acumula nos portos e creando uma perspectiva sombria.

Devemos ficar convencidos de que a política do café deve basear-se no estímulo à iniciativa particular, afastando a intervenção estatal, embora inspirada nos melhores propósitos, como vemos o Govêrno comprando café acima da cotação internacional.

Em síntese, os antecedentes servem de demonstração de que os planos de emergência devem ser abolidos, adotando-se uma Política do Café de efeitos duradouros e que atenda à melhoria do produto, evitando a superprodução e garantindo o escoamento da produção frente à competição nos mercados estrangeiros.



Na conservação e defesa do patrimônio florestal cuja destruição se faz em larga escala nos Estados, principalmente para a implantação da cultura cafeeira (só no Estado de São Paulo, por efeito da erosão, os prejuízos se elevam a muitos biliões de cruzeiros), um programa de conservação do solo das zonas cafeeiras deverá ser um dos setores primordiais do I.B.C. na Política do Café.

À CLASSE RURAL

ARRUDA CAMARA

XXI

Prêmio Ennes de Souza

Os temas escolhidos para 1956 são tanto o de AGRONOMIA como o de VETERINARIA, de atualidade e importância. O problema do reflorestamento no Brasil é o tema para o qual se chama a atenção dos diplomandos em agronomia, e a importância das tricostrungilidoses dos bovinos no Brasil e seu combate, o destinado aos diplomandos em veterinária. Revestem-se, inegàvelmente, de acentuada importância.

Concorrem ao prêmio os profissionais brasileiros diplomados (última turma) pelas nosas escolas oficiais ou reconhecidas classificados entre os três primeiros da respectiva turma, sem nenhuma reprovação durante o curso. O prêmio será concedido aos concorrentes que satisfazendo as condições estabelecidas, apresentem as melhores monografias.

No corrente ano não houve concorrentes ao tema de AGRONOMIA, tendo conquistado a medalha de ouro em VETERINARIA, com o trabalho sôbre a febre aftosa, o Sr. Jerome Langenegger, diplomado pela Escola Nacional de Veterinária.

XXII

Aguas do Paraiba do Sul

O Vale do Paraiba, com area superior a 25.000 quilômetros quadrados e mais de um milhão de habitantes, dispunha, em 1950, de 18.152 estabelecimentos agro-pecuários, dos quais 11.731 em território fluminense, 5.062 em território paulista e 1.359 em território mineiro. A cultura da cana e a indústria açucareira adquirem acentuada importância social e econômica na zona norte da bacia, em território fluminense, e a pecuária leiteira e a indústria de laticínios, no restante do vale. Não se beneficiam as explorações agro-pecuárias e as indústrias derivadas, como deveriam, das águas do Paraiba e de seus tributários. Essas, transformadas em eletricidade são utilizadas, sobretudo, na iluminação dos centros povoados e nos parques industriais do Rio de Janeiro e São Paulo.

A falta de obras complementares de represamento, regularização de descarga e compensação dos desvios, tem acarretado consideráveis modificações no regimen hidrográfico do vale, que, em conseqüência, está cada vez mais exposto aos efeitos de prolongadas estiagens.

As associações rurais e as cooperativas agrícolas e agro-pecuárias do Vale do Paraiba devem lutar pela preservação, no que ainda for possivel, dos seus recursos naturais, inclusive hidrográficos e pelo estabelecimento de bacias de retenção.

XXIII

Dicionário de Plantas ÚTEIS DO BRASIL

O quarto volume dessa preciosa obra iniciada pelo naturalista Pio Corrêa está em fase de elaboração, segundo declara o Diretor do Serviço de Informação Agricola que não tem poupado esforços para continuar a publicação, mantendo, em linhas gerais, a orientação original.

Sugerimos aos possuidores dos três primeiros volumes providenciarem a reserva do quarto.

XXIV

Agave, sua concorrência na produção de gêneros alimentícios

Em referência ao projeto de organização do Instituto do Sisal, pede-me ilustre conterrâneo sucinto parecer.

Não se me afigura conveniente e nem necessário a projetada autarquia. A defesa da exploração dessa preciosa fibra está, a meu ver, no rigor observado em sua extração e beneficiamento, para que possa concorrer, com relativa vantagem, nos mercados consumidores.

Seria medida de previdência e alcance social evitar-se situações artificiais que viessem a favorecer a preponderância da cultura agavieira nas zonas produtoras de gêneros alimentícios.

XXV

3.° Curso Internacional de "Manejo de Pasturas"

Temos insistido e insistiremos, no tema alimentação do rebanho leiteiro, visando, sobretudo, o maior consumo dêsse nobre produto. O problema não é só nosso. Ainda agora (outubro e novembro de 1955) a OEA está realizando no Chile um curso internacional de "Manejo de Pasturas", que é o terceiro, tendo o primeiro sido ministrado na Argentina, e o segundo no Uruguai e sul do Brasil.

Precisamos, desde já, trabalhar no sentido de um dos próximos cursos internacionais ser ministrado no Brasil, notadamente tendo em vista as peculiaridades e exigências das zonas produtoras de leite dos Estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo.

XXVI

Queimadas no Planalto Central. Vantagens aparentes. Desvantagens reais

Do nosso relatório INVESTIGAÇÕES AGRONÔMICAS apresentado ao General Djalma Poli Coelho quando presidente da Comissão de Estudos para localização da nova Capital do Brasil, reproduzimos :

— As queimadas aumentam, ano após ano, nas zonas goianas que tivemos oportunidade de percorrer ou de apenas, atravessar, a área dos cerrados que, dos chapadões e das chapadas descem encostas e penetram vales, ameaçando, insidiosamente, capões, capuêras, capuerões e matas ciliares, chegando, mesmo, a tangenciar veredas, — formações nas cabeceiras, em terrenós umidos ou brejosos, em que predominam os buritis.

Os cerrados, submetidos, como têm sido, à ação violenta e destruidora das queimadas, vão, por sua vez, tornando-se mais ralos, dando a impressão de, aos poucos, sucessivamente, irem se convertendo em campos cerrados, campos sujos e campos limpos, de constituição e valor muito variaveis.

Divergem muito as opiniões

São aparentes, em a nossa maneira de encarar a questão, não dizemos todos, mas a maioria dos benefícios que vêm justificando a prática das queimadas. A generalização e os excessos verificados, comprometendo o futuro, causam danos, de tal alcance e monta, que as vantagens auferidas não podem e nem deveriam justificar.

A queimada, com tôda a sua capacidade de, destruindo, provocar a renovação, *o verde e tenro*, não resolve, e até certo ponto agrava, o problema forrageiro. A melhoria dos campos terá de ser alcançada mediante processos cuja prática implique na defesa e no melhoramento do solo.

Segundo alegam os criadores, justificando-as, as queimadas são feitas :

a) — para, com a brotação dos capins, na sua maioria cespitosos, de talos duros e folhas ásperas, obter-se pastagem verde e tenra;

b) — para limpeza dos campos;

c) — para suprir a deficiência de braços e baratear o trabalho, face a enorme extensão das áreas pastoris.

A prática das queimadas, muito antiga e generalizada, apresenta entre outros inconvenientes :

a) — destruição da matéria orgânica, que, em cobertura, beneficiaria o solo, enriquecendo-o, com a queima da macega constituída pelas gramíneas endurecidas e outras plantas impróprias à alimentação do gado;

b) — eliminação das espécies vegetais menos resistentes;

c) — enfraquecimento e gradativa eliminação das espécies arbustivas e arbóreas do andar médio e superior dos cerrados;

d) — redução, pelo super-aquecimento, dos micro-organismos da camada superficial do solo;

e) — afugentamento e parcial destruição das espécies silvestes que constituem a fauna do planalto central brasileiro;

f) — redução da umidade do solo, tornando-o mais ressequido e duro.

É difícil, nas condições atuais de povoamento, a generalização de diversa maneira de aproveitamento dos campos cerrados cerrados, limpeza dos campos e renovação das pastagens. É necessário, entretanto, — necessário e urgente —, que se estude e divulgue, favorecendo o desenvolvimento de outra mentalidade, processo mais construtivo de exploração agro-pecuária no meio rural.

XXVII

Assistência ao trabalhador. Recordando iniciativa do industrial David Carneiro

No regulamento interno da Hervateira Americana, adotado em 1910 pelos industriais David Carneiro & Cia. (Curitiba — Paraná) figuravam as seguintes disposições :

Art. 12°. — Os operários têm direito para si e suas famílias ao serviço médico e á formácia por conta da Casa.

Art. 13.° — Os operários que tiverem um ano inteiro de serviço e não tenham sido suspensos por infração ao Regulamento terão direito à gratificação do Natal.

Art. 14.° — Os operários que adoecerem no serviço terão diária por inteiro até um mês, de acôrdo com a folha de prova do 1.° Administrador e atestado médico.

Art. 15.° — Os operários que se invalidarem por acidente de trabalho ou completarem 25 anos de bons serviços na Casa serão aposentados com a féria por inteiro.

Art. 16.° — No caso de morte a família receberá o valor do seguro instituído pela Casa a favor de seus operários e equivalente a dois anos de serviço

Art. 17." — É garantido o jornal do operário sorteado ou chamado no serviço militar enquanto estiver mobilizado.

As duvidas levantadas eram resolvidas por uma comissão composta de um sócio da firma, um representante dos operários (por êles eleito) e do consultor jurídico da emprêsa, êsse no caráter de conselheiro.

NOTÍCIAS DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

Registro de lavradores

Foram inscritos, durante o mês de setembro do ano passado, no Serviço de Estatística da Produção do Ministério da Agricultura 1.157 lavradores assim distribuídos.

Pará	15	lavradores
Amapá	3	"
Maranhão	23	"
Piauí	22	"
Ceará	9	"
R. G. do Norte	4	"
Paraíba	13	"
Pernambuco	67	"
Alagôas	11	"
Sergipe	5	"
Bahia	56	"
Minas Gerais	186	"
E. Santo	9	"
Rio de Janeiro	75	"
D. Federal	6	"
S. Paulo	118	"
Paraná	76	"
Sta. Catarina	68	"
R. Grande do Sul	290	"
Mato Grosso	45	"
Goiás	18	"

Clubes Agrícolas Escolares

De acôrdo com os dados fornecidos pelo Serviço de Informação Agrícola do Ministério da Agricultura 2.741 Clubes Agrícolas Escolares estão devidamente registrados no referido Serviço. E' a seguinte distribuição :

Território do Acre	8
" do Amapá	5
" do Guaporé	4
" do Rio Branco	1
Amazonas	20
Pará	39
Maranhão	9
Piauí	10
Ceará	33
Rio Grando do Norte	26
Paraíba	28
Pernambuco	363
Sergipe	140
Alagôas	11
Bahia	39
Minas Gerais	545
Espírito Santo	110
Rio de Janeiro	192
Distrito Fedeal	101
S. Paulo	110
Paraná	41
Santa Catarina	525
Rio Grande do Sul	292
Goiás	57
Mato Grosso	32

POVOAMENTO DE UMA COLMEIA

PEDRO LUIZ VAN TOL FILHO

Escolhido o tipo de colmeia mobilista a ser utilizado na instalação do apiário, o apicultor deverá pensar em povoar as colmeias obtidas. Desde que essas colmeias sejam mobilistas, isto é, construidas por quadros móveis, o modêlo perfeito tem menor importância. Quase sempre, a preferência é de cunho pessoal, influindo pouco no resultado da produção. Apenas, não deve o apicultor ter mais de um tipo de colmeia, e, se possível de quadros, para poder lançar mão das principais vantagens que oferecem as colmeias mobilistas.

Para povoamento de uma colmeia, o apicultor lança mão de um dos quatro recursos :

1) Aproveitamento de um enxame natural;
2) Aquisição de um núcleo de abelha;
3) Divisão de uma colmeia já povoada;
4) Trasladação de uma colmeia fixista.

1) ENXAME NATURAL — Para alojar um enxame natural, numa colmeia mobilista, o apicultor deverá ter sempre um ninho com fundo tampa e pelo menos 4 quadros providos de cêra moldada, cujas folhas ocupem o quadro todo; nada de iscas.

O primeiro quadro a ser colocado deve conter favo construido e que tenha servido anteriormente a pelo menos uma geração de cria, preferivelmente de operária. Se o apicultor não tiver à mão êsse quadro poderá retirar, de uma colmeia povoada, um favo de cria, sem as abelhas aderentes e aproveitá-lo.

A finalidade dêsse quadro é diminuir a possibilidade de fuga do enxame, depois de alojado.

Tendo a colmeia preparada como ficou explicado, o apicultor deve levá-la rapidamente para junto do local onde pousou o enxame; geralmente um galho de árvore. Colocar a colmeia no chão, com os quadros, soalho e fôrro em seus respectivos lugares. Com uma lata de 2 litros o apicultor vai colhendo o "cacho" de abelhas e despejando no chão, em frente do alvado. Se o galho puder ser sacudido, as abelhas podem ser colhidas tôdas de uma só vez. Sacode-se o cacho de abelhas dentro da um balde, despejando-as em seguida na frente do alvado como ficou dito. Algumas abelhas levantarão vôo, retornando à colmeia de onde saiu o enxame; isto não tem importância, pois o grosso do enxame espalhar-se-á pelo chão num redomoinho calmo, com um zumbido caracteristico, até que algumas abelhas alcançando a entrada da colmeia, chamem as suas companheiras para que tomem posse da nova habitação. Ouvindo êsse chamado, as demais abelhas voltam-se tôdas para o alvado; poderemos ver então a rainha correndo por sôbre as suas companheiras na mesma direção do alvado; quando ela entra, as demais abelhas avançam como um exército e tomam conta imediata e completamente da colmeia. Isto tudo se dá em poucos minutos, em que o apicultor ficou observado. Entradas as abelhas, o apicultor leva a colmeia para o seu lugar definitivo e não mexe mais com ela, durante uma semana, depois da qual virá fazer uma visita para verificar a necessidade de acrescentar mais alguns quadros, que, como os primeiros, deverão ser providos de folhas inteiras de cêra alveolada.

Dai por diante será tratada como as demais colmeias.

2) AQUISIÇAO DE NUCLEO — Um núcleo de abelhas para o povoamento de uma colmeia, consta de 2 quadros de cria madura, um quadro de mel, cerca de 6.000 abelhas operárias e uma rainha nova, recentemente fecundada; isto é, o suficiente para o inicio de uma colmeia.

Recebido o núcleo, que vem numa caixa, fechada, espécie de uma pequena colmeia de 3 quadros, o apicultor deverá levá-lo ao lugar para onde virá a colmeia destinada a recebê-lo e ali ficará pelo menos durante 10 minutos, até que as abelhas se acalmem das trepidações sofridas durante o transporte. Depois dêste prazo o apicultor, com uma chave de fenda, ou coisa semelhante, abre uma fresta com cêrca de 2 cm de altura na parte de cima do núcleo, no lado que será a frente da colmeia. Feito isto, o apicultor deve sair de perto para evitar que as abelhas, que saem do núcleo o localizem no lugar em que esta, no seu vôo de reconhecimento e venham a estranhar a sua ausência posteriormente.

No dia seguinte, ou mesmo dois dias depois, o apicultor voltará, tirará o núcleo do lugar, substituindo-o por um ninho de colmeia, sem quadros e sem tampa. Abrirá completamente a tampa superior do núcleo, despregará os quadros dêste e os levará para nova colmeia, colocando encostados a uma das paredes desta os dois quadros de cria e depois o quadro com mel, acompanhados ainda de mais 2 ou 3 quadros com cêra moldada. Com algumas pancadas na caixa do núcleo, virado de boca para baixo, em cima da colmeia ainda aberta, o apicultor faz com que o resto das abelhas passe daquele para esta. Cobre-se a colmeia com a tampa e está pronta.

Convém levar o núcleo vazio para longe, porque algumas abelhas poderão vir ainda procurá-lo, atraidas pelo cheiro a que já estavam acostumadas.

3) DIVISAO DE UMA COLMEIA — Quando o apicultor já dispuser de abelhas alojadas em colmeias mobilistas e desejar aumentar o número de seus enxames, sem esperar a enxameação natural poderá fazer duas familias o aproveitamento de uma colmeia bem populosa ou então fazer três familias, lançando mão de duas colmeias bem populosas

Em qualquer divisão de famílias, duas coisas devem ser evitadas:

a) nuca dividir uma família fraca, isto é, com poucas abelhas, pouca cria e poucas provisões; pois as famílias resultantes da divisão, não teriam capacidade para a sobrevivência;

b) sòmente providenciar a divisão em época de boas colheitas de nectar e de polem que possam compensar os sacrifícios sofridos pelas famílias resultantes da divisão.

Divisão de uma família em duas — O melhor processo é o chamado "enxame voador".

Escolhida a família a ser dividida é ela levada para um novo local. No lugar em que ela se achava coloca-se um ninho vasio com o soalho, sem tampa nem quadros. Depois de levada para novo local, a colmeia povoada é aberta e dela são retirados todos os quadros com crias novas e mesmo com ovos. Conhecem-se as crias novas, porque ainda não estão operculadas; isto é os alveodos estão ainda abertos, deixando visíveis as larvas brancas no seu interior.

Êstes quadros devem ser bem examinados para procurar a rainha. Se esta for encontrada num quadro com ovos, o que será quase certo, êsse quadro será cuidadosamente resguardado num canto da colmeia ou melhor, numa outra colmeia vasia até o fim da operação. Separados os quadros de cria nova, serão êles sacudidos dentro da colmeia que pertenceu para caírem as abelhas e depois levados, sem as abelhas aderentes, para o lugar antigo, onde deixamos o ninho com o soalho; nêsse ninho colocamos todos os quadros trazidos encostados a um dos cantos do ninho, nunca sòmente no centro. O espaço vasio poderá ser completado com algum quadro com mel e quadros com cêra alveolada.

Coloca-se o ferro na nova colmeia e não se mecho mais com ela durante uns 20 dias.

As abelhas acostumadas com o antigo lugar de sua habitação voltarão tôdas para êle. Daí o nome de "enxame voador". Ali não encontrarão mais a sua colmeia com a sua rainha; mas encontrarão uma nova colmeia com bastante cria nova. Escolhem umas tantas larvas de operárias dessa cria nova e transformam-nas em larvas de rainha, graças a alimentação e ao berço, que tornam-se diferentes das demais irmãs operárias. Alguns dias depois, as rainhas nascem; algumas vêzes fica uma só, que destrói as suas irmãs e rivais (as demais rainhas); outras vêzes ficam diversas rainhas virgens em comum; mas quando uma delas volta fecundada, de seu vôo, mata tôdas as demais e com mais dois dias iniciará vigorosa postura de ovos, para a continuação da vida da família.

Voltemos a falar da colmeia velha que foi levada para o novo local. Retirados os quadros com cria nova, que, como ficou dito, foram levados para a nova colmeia no antigo lugar, a antiga família tem menos necessidade das abelhas "campeiras" as que trazem dos campos, nectar, polém, resina e água e que formaram o "enxame voador"; e tem menos necessidade, porque sòmente enquanto os alveolos estão abertos é que as crias têm necessidade de nectar, polem e água, para a sua alimentação.

Coloca-se novamente na colmeia, o quadro em que está a rainha com tôdas as abelhas; encostados a êle, colocam-se todos os quadros de cria madura (as já operculadas), depois os de mel e, para completar o espaço vasio quadros com cêra alveolada. Coloca-se o forro na colmeia e está pronto. Já no dia seguinte muitas das abelhas novas farão o seu primeiro vôo de reconhecimento fixando a localização da colmeia transferida. Da cria madura existente nascerão novas abelhas; e a rainha que interrompe a postura durante umas tantas horas,, após a divisão da família, recomeça a sua postura, narmalizando a vida da coletividade.

4) COM DUAS FAMILIAS FAZER TRÊS — Escolhido os dois enxames fortes a serem utilizados, leva-se um dêles para novo local, colocando-se no seu lugar um ninho vasio. Enfim, faz-se um "enxame voador" como ficou explicado.

Da 2.ª colmeia a ser utilizada na divisão, tiram-se todos os quadros com cria madura, sem as abelhas aderentes; êsses quadros devem ser imediatamente distribuidos pelas duas novas famílias formadas, dando-se um pouco mais para a que ficou sem a rainha.

Com isto a 2.ª família sacrifica-se um pouco mais diminue o sacrifício das duas novas famílias formadas com a divisão da 1.ª colmeia; pois da cria madura fornecida pela 2.ª colmeia, nascerão muitas abelhas novas para cuja criação não dispensaram trabalhos nem alimentos.

5) TRANLADAÇAO — Quando se dispõe de abelhas alojadas nas chamadas "colmeias fixistas", isto é, caixotes, barris, latas, etc., sem quadros móveis, mas apenas com algumas varetas cruzadas no seu interior, para ajudar a firmar os favos, a apicultura deixa de ser fonte de renda e de alegria.

Torna-se conveniente a tranladação dessa família para uma colmeia mobilista, com aproveitamento, ao máximo, do que as abelhas têm na fixista.

Para isto o apicultor se mune de uma ferramenta para desmontar a fixista, o fumigador uma faca mais ou menos grande para despregar e para cortar os favos e um rolo de barbante de algudão; será conveniente ter também junto uma vasilha com água para de vez em quando, lavar as mãos que se lambusam de mel, durante as operações.

Chegando-se ao lugar em está a fixista dão-se umas 10 ou 15 baforadas de fumaça no seu interior, para que as abelhas corram para os favos de mel e se encham com êste alimento.

Retira-se a fixista e no seu lugar coloca-se o ninho da mobilista só com o soalho, sem os quadros nem o fôrro.

Com a ferramenta, abre-se uma das partes laterais da fixista, de modo que se possa retirar inteiros os favos existentes no seu interior. Retiram-se as varetas que for-

mam as cruzetas de fixação dos favos.

Com o auxílio do fumigador faz-se com que as abelhas se aglomerem em um canto ou, melhor, fora da fixista. Com o espanador de apicultor ou, na falta dêste, com uma pena grande de ave, essas abelhas são varridas para dentro de uma lata de dois litros e levadas e despejadas no ninho vasio que ocupa o primeiro lugar da fixista. Quanto mais abelhas conseguir tirar da fixista, tanto mais fácil ficará o trabalho.

Agora, com a faca, vão sendo cortados os favos da fixista, despejando-os das partes superior e laterais já que na parte inferior rarissimamente estão colados.

Sendo favo de mel, o apicultor aproveita para o consumo; sendo favo com ovos de cria muito nova, ou de zangões, o apicultor põe de lado para derreter e aproveitar a cêra; sendo favo de cria de operárias, sem muitos defeitos, o apicultor com uma das mãos espalmadas ampara-o enquanto com a faca na outra mão corta as partes em que esteja o favo aderente à fixista: Como é fácil compreender, não deve haver abelhas aderentes ao favo.

Retirado o favo de cria aproveitável, é êle colocado sôbre uma tábua. Toma-se um quadro de ninho, sem arame, e coloca-se sôbre o favo deitado na tábua, observando-se com atenção que a parte superior do favo corresponda a parte superior do quadro para que as crias não fiquem deitadas de lado ou de cabeça voltada para baixo. Como sabemos, os alveolos são levemente inclinados, e não perpendiculares ao eixo do favo.

Colocado o quadro sôbre o favo, corre-se a faca pelas partes interiores daquele, de modo a cortar o favo de um tamanho tal, que possa ser justamente encaixado dentro do quadro. Retiram-se as aparas que sobram encaixa-se o favo no quadro onde se firma graças a algumas voltas que se dá passando o fio de barbante ao redor do quadro e amarrando-se depois as duas pontas. Êsse barbante não deve correr no sentido horizontal do quadro para evitar que se enrosque em qualquer parte do interior da colmeia, ao ser colocado e retirado o quadro. Também as abelhas procurariam soldar o barbante às paredes interiores da colmeia, prejudicando os serviços.

Quando o favo a ser encaixado na colmeia for pequeno, poderá o quadro ser aproveitado totalmente, juntando-se vários pedaços de favos num mesmo quadro, e amarrando-se depois, como ficou explicado.

À medida que os favos forem sendo encaixados nos quadros, serão êstes levados e colocados em suas posição definitiva dentro do ninho vasio que colocamos no antigo lugar da fixista.

Transladados todos os favos para a mobilista, varrem-se para esta o restante das abelhas ainda aderentes às paredes da fixista. Cobre-se o ninho com o fôrro e não se mexe mais durante 3 dias. Depois dêste prazo, convem fazer uma visita a família transladada para verificar se os favos estão corretamente soldados com cêra, aos quadros, pelas abelhas. Nessa ocasião as abelhas já terão começado a roer os fios de barbante. O apicultor deverá cortar estes fios e retirá-los completamente pois agora só servem para atrapalhar as abelhas. Reparada qualquer irregularidades nos favos, o ninho terá o número de seus quadros completado com novos quadros providos inteiramente de cêra moldada. E assim o enxame passará a trabalhar na colmeia que agora povôa.

A transladação deve ser feita em época de colheita de nectar, evitando-se para esta operação os dias frios chuvosos ou de muito vento.

Tôdas estas operações são aplicaveis somente ao se criarem as chamadas abelhas da "Europa". Para as nossas abelhas indigenas (jatai, urussú, mandassaia, etc.) não se aplicam essas regras.

CONSULTAS

Eng. Agr. GERALDO GOULART DA SILVEIRA
Redator Técnico do "A LAVOURA"

Ferrugem da laranjeira

Pelos dados citados na carta de nosso consócio M. O. P., trata-se, sem dúvida, de uma doença chamada "ferrugem da laranjeira". As manchas características são produzidas por um ácaro. Como meio preventivo é aconselhavel o emprêgo de calda sulfo-cálcica enquanto os frutos ainda estão pequenos (3 centímetros de diâmetro).

Mandioca

Esclarecendo ao nosso consócio C. J. L., do Estado de Minas Gerais, temos informar :

a) que o plantio deve ser feito por meio de estacas (manivas);

b) as manivas devem medir 15 cm de comprimento e 3 a 4 nós (gemas);

c) as manivas podem ser plantadas horizontalmente no fundo de regos abertos no solo e cobertos de terra.

Antracnose

Trata-se, sem dúvida, no caso da consulta de nosso consócio B. N. V., do Estado do Espírito Santo, de uma doença muito comum na mangueira, chamada antracnose.

A antracnose, causada por um fungo chamado Colletotrichum gleosporioides pode ser controlada por meio de pulverizações com Calda Bordaleza a 1%.

Estaquia de begônia

Respondendo à consulta da Snra. L. M., do Distrito Federal temos a informar :

a) entre os processos de multiplicação da Begônia usa-se a multiplicação por meio de estacas de fôlhas;

b) para isso, as folhas contendo parte do peciolo (cabo de fôlha), são enterrados em solo leve e solto (silico-argiloso).

Sucesso da excursão aos Estados Unidos dos Engenheiros Agrônomos de 1954, da Escola de Agronomia e Veterinária de Pôrto Alegre

Por SANTOS MASIERO

Depois de quase dois anos de constantes trabalhos preparatórios para a nossa viagem de fim de curso, vimos compensados nossos esforços, pois, a 16 de fevereiro último, viajando pela Real Aerovias Brasil, partimos de Pôrto Alegre, para visitar os Estados Unidos da América do Norte.

No Rio de Janeiro, a fim de assentar as medidas finais inerentes à viagem por terras de Tio Sam, estivemos no Escritório Técnico de Agricultura e na Embaixada dos Estados Unidos da América, onde entramos em contacto com Mr. Raub Snyder, Mr. George Ware e Mr. Everest Burlando, titulares destas dependências do Govêrno norte-americano em nossa terra.

Após cumprir interessante programa pelo Brasil, com escalas ainda em Salvador, Recife e Belém, deixamos nossa Pátria a 1,30 horas da manhã de 1.º de março, chegando em às 17,30 (hora local) do mesmo dia.

No aeroporto dessa cidade éramos esperados por uma funcionária do Govêrno norte-americano, a qual nos desembaraçou ràpidamente da fiscalização alfandegária, assim como já havia providenciado em transporte até a cidade e reservado cômodos em hotel. Indicou-nos depois a estação rodoviária e a hora em que poderíamos viajar para Washington, D. C.

No dia seguinte percorremos os pontos principais da belíssima estação balneária e, ás 22 horas, em confortável ônibus da companhia Grey-Hond, partimos para Washington D. C., aonde chegamos às 7 horas do dia 4. Fomos recebidos por Mr. Henry Ross, Diretor do Serviço de Educação Vocacional Agrícola do A. & M. College Station, do Texas, que fôra especialmente designado pelo Govêrno para ser nosso Guia. Em seguida fizemos boas relações com êste Professor, o qual se impunha ùnicamente pelo exemplo, tornando-se amigo de todos. Encaminhou-nos ao hotel que nos estava reservado e, à tarde, damos início ao cumprimento do bem elaborado programa pelo FOA em colaboração com o USDA.

Permanecemos uma semana na Capital dos Estados Unidos. Durante êste período assistimos várias conferências, inteirando-nos da organização do USDA, seu funcionamento e relações com o FOA e com os Estados. Tivemos também conferências no Departamento da Saúde e Bem Estar. Visitamos Beltsville, o maior centro experimental do País, situado em Maryland.

Dia 11 iniciamos o roteiro pelo interior do País, partindo para o Sul. Pernoitamos na Universidade de Raleigh, Norte Carolina. Prosseguindo viagem, nossa próxima parada foi em Charleston, histórica cidade dos EE. UU. e Capital de Carolina do Sul, chegando à Universidade da Florida dia 13, onde nos detivemos dois dias. Avançando ainda para o Sul, estacionamos 4 dias em Bartow, visitando várias fazendas, predominando a cruza de zebu; fábrica de adubos fosfatados; fábrica de suco de laranja (3/4 da produção são industrializados); estação experimental de citrus; laboratório de pesquisa de citrus, etc.

Entretanto em contacto com o Serviço de Fomento e Ensino Agrícola, através dos quais ficamos conhecendo o Clube dos 4 HH dos Futuros Fazendeiros da América. O ensino agrícola é obrigatório no primário e no ginásio. O Govêrno empresta grande importância a êste setor da educação, dispensando completa assistência.

Da Florida rumamos para oeste, parando em New Orleans, Louisiana, visitando a Câmara do Comércio e o pôrto, um dos mais movimentados do País, pelo qual entra grande parte do nosso café. Após passamos à Universidade dêste Estado em Baton Rouge, nela pernoitando. No dia seguinte percorremos êste estabelecimento de ensino e visitamos o D. A. do Estado, sendo-nos feita longa explanação pelo Secretário de Agricultura sôbre o amparo ao homem rural. Falou-nos da política creditícia do Govêrno, a qual é facilitada em larga escala no ponto de ser concedido empréstimo a escolares a partir dos 8 anos de idade, afirmando-nos que não fôra registrado nenhum insucesso.

Deslocamo-nos depois para o Texas, onde passamos 9 dias em cinco lugares: Beaumont, Houston, A & M College Station, San Antonio e Texarkana. Apreciamos neses grande Estado o sistema de irrigação, que aproveita as águas do rio Neche, recalcada por bomba e conduzidas através de dezenas de quilômetros. Visitamos várias fazendas de gado Santa Gertudes, que é o que melhor resultados proporciona pela sua rusticidade, face às adversidades ambientais aí reinantes.

Do Texas rumamos para o Norte, com paradas em Branson e St. Louis. Nesta cidade fomos hospedes em grupos de dois em casas de famílias de fazendeiros, com o objetivo de conhecermos a vida rural norte-americana. Seguimos depois para a Prudue University em Lafayette, Indiana, nela permanecendo cinco dias. Assistimos conferências sôbre o USDA, Clube dos 4 H, Home Economic, visitamos importante estação experimental de sementes e fomos hospedados, pela segunda vez, em casas de fazendeiros. Partimos para Chicago, visitando aí a monumental fábrica de tratores Internacional Harvester e o frigorífico Swift, o maior do mundo.

De Chicago seguimos para New York, ponto final de nossa excusão, com pernoite em Akron. Naquela cidade éramos esperados por funcionários do USDA e FOA. Visitamos o edifício das Nações Unidas, regularizamos a documentação para isenção alfandegária, respondemos diversos quesitos sôbre a viagem em reunião com os citados funcionários e entregamos o relatório da viagem.

Nisto consistiu resumidamente nossa excursão, a qual encerramos a 18 de abril, após percorrermos 6 600 milhas em ônibus especial através de 18 Estados do território norte-americano, visitando Universidades, Escolas Secundárias, Escolas Vocacionais Agrícolas, Clubes Agrícolas, Serviço de Fomento, fazendas e lavouras, enfim vendo e ouvindo Pesquisa, Ensino

(Cont. na pág. 14)

O Zebú das Leguminosas

CLÓVIS TEIXEIRA

Admirável planta, da família das leguminosas fertilizadora do solo mediante a fixação do nitrogênio atmosférico, a mais indicada na rotação com o milho e o algodão, dado o seu sistema radicular, profundo e amplo, o feijão guandú ("Cajanus indicus", Spreng), deve ocupar o lugar que merece em nossas regiões agrícolas. Explorando o subsolo, o feijão guandú alimenta-se de sais minerais que, em conseqüência da erosão em profundidade, por percolação, deixam de ser aproveitados pelas raizes do milho, algodão, etc., sais minerais êstes que retornam à camada vegetal do solo, nas fôlhas e ramos do guandú que nela se transformam, operando-se, também assim, a fixação do azôto atmosférico. Daí o valor extraordinário dessa leguminosa na rotação de culturas.

Forrageira admirável, superior em conteúdo proteico à alfafa, o guandú vem sendo plantado em semeação cerrada, na distância de meio (½) metro entre fileiras de plantas. Atingida a altura de um (1) metro, mais ou menos, dá-se início ao corte que, para permitir brotação, deverá ser levado a efeito alguns centímetros acima do solo.

Em nossas terras de campo, tão mal aproveitadas, cobertas de capim "barba de bode", meio caminho do deserto, o feijão guandú opera notável transformação quando adicionada, após aração profunda, boa dóse de calcáreo. Quatro a cinco anos de exploração do guandu, dão às terras de campo condições físicas e químicas, propícias às culturas do milho, algodão, etc. Terras medíocres, nas quais predominava o indaiá, na baixa Mogiana, tendo sido plantadas com o guandú, para forragem, produziram, alguns anos depois, batata de boa qualidade.

Em Pôrto Rico, o gandu verde é enlatado por uma cooperativa de agricultores, tendo excelente aceitação no mercado de Nova York e outros, segundo tivemos o ensejo de lêr em jornal agrícola daquela ilha. Esse mesmo jornal publicou apêlo da direção da mencionada cooperativa no sentido de ser aumentada a área de plantio do "gandú", a fim de permitir mais ampla industrialização do produto. Nesta cidade de Campinas há muitas pessôas capacitadas a testemunhar as boas qualidades do feijão guandú "Fava Larga" (variedade selecionada pela Secção de Cereais e Leguminosas do Instituto Agronômico), para o preparo de ervilha (ervilha de debulhar). Para isso, os grãos verdes de guandú devem ser levados ao fôgo em água quente (a água fria os tornará encruados), adicionando-se à água uma colher, das de café, de açúcar.

Com a farinha de guandú, produzida em moinho de fubá, tivemos a oportunidade de obter brôa e bolo cujo sabor nada ficou a desejar em relação a farinhas outras. Empregamos uma parte de farinha de guandú para duas de farinha de trigo, sendo que esta última se beneficiou, na mistura, em proteínas e vitaminas de que é rico aquêle grão leguminoso. No nordeste do país, a sôpa de guandú é destinada aos convalescentes, no propósito de levantar-lhes as fôrças.

Alimentação abundante e nutritiva para o gado leiteiro, animais de trabalho, porcos, aves, cabritos, etc., notadamente no inverno, época de forragem escassa, é fornecida pelo feijão guandú (vagens e sementes), passado no desintegrador. Trata-se de substancial refôrço às rações em geral, nas quais deverá entrar na proporção de cinquenta por cento (50%). Segundo escreve o agrônomo Valdivia, em "La Hacienda", o guandú possui elemento, ainda não identificado em laboratório, mas de ação comprovada, na prática, que estimula a postura ,de grande valia, pois, para os senhores avicultores.

O guandú começa a produzir seis (6) meses depois do plantio, e dará boa produção durante quatro a cinco anos, além de beneficiar, grandemente, o terreno. Exige capina sômente no primeiro ano, nas culturas

para produção de sementes, porquanto dificulta o crescimento das ervas daninhas. Explorada uma plantação de guandú, durante quatro a cinco anos outras terras deverão ser escolhidas para tal propósito, a fim de manter-se um bom ritmo de produção. O lavrador, ao destruir a plantação abandonada, obtem lenha abundante.

O guandú atinge a altura de dois e meio metros a três, com tronco de bom circunferência. Suas flores atraem toda a sorte de insetos sugadores de nectar, pelo que essa planta figura, com destaque, entre as melíferas, recomendando-se o seu plantio ao redor dos apiários, para os quais terá, ainda, as virtudes dos quebraventos, e de fornecer nectar em época de escassez de flores.

No plantio da leguminosa em apreço (setembro-outubro) deitam-se três (3) sementes em cada cova procedendo-se ao desbaste quando as plantinhas apresentarem vinte (20) centímetros, mais ou menos, de altura. Permanecerá uma só planta, a mais vigorosa. O arrancamento das excedentes se fará em sentido horizontal para não prejudicar o sistema radicular da planta eleita. As distâncias para cultura destinada à produção de semente, serão estas: — Um metro (1) entre plantas e um (1) metro entre as fileiras de plantas.

Ressente-se o guandú da colheita feita a mão, isto é, pelo arrancamento das vagens, caindo a sua produção no ano seguinte. Deverá ser adotada a tesoura de podar ,cortando-se as vagens junto às hastes das quais pendem em cachos. Isto tornará a colheita mais racional, rápida e prática.

Estando secas, as vagens com as sementes serão levadas ao desintegrador, para produção de farelo que, sem exagero algum, trará abundância ao homem do campo e, indiretamente, aos habitantes das cidades, porquanto aumentará a riqueza animal.

E' o guandú extraordinàriamente resistente às sêcas, causando, mesmo, admiração essa sua peculiaridade. O dr. Westgate, de Hawai, escreveu, em 1921: "El gandul es antes que nada una cosecha de tierra seca, especialmente cuando se le considera principalmente por su producción de semilla". No ano de 1939, durante sêca acentuada, na Fazenda "Guataparà", município de Ribeirão Preto, vimos alpés de guandú a beira estrada, vergados ao pêso do pó, e... produzindo flôres e frutos.

Terras baixas, alagadiças, não são próprias para a cultura do feijão guandú. As arenosas são as suas preferidas, às quais essa admirável planta, depois de alguns anos, empresta condições físicas e químicas das melhores. Escrevia o "Jornal do Agricultor" (primeira publicação agrícola, editada no Brasil), no ano de 1888, se não nos falha a anotação: "As folhas do guandú são um bom estrume vegetal".

Vamos reproduzir, em seguida, algumas linhas de artigo do dr. Wilson Popenoe, a respeito do "El Chicharo o Frijol de Palo", nomes pelos quais, além de "gandúl", o feijão guandú é conhecido nas repúblicas da América Central: "Una autoridad destacada como lo es el doctor Albert F. Hill, de la Universidad de Harvard, habla de está planta em su livro "Economic Botany", recientemente publicado, en estos términos: "de tany", recientemente publicado, en estos términos: "de las leguminosas más prometedoras de presente". Escreve, ainda, Westgate: "El punto más importante al considerar al gandul como alimento de ganado es la possibilidad de sustituir en parte las grandes importaciones de granos, residuos de los molinos de cereales, henos, etc.

Diamantes Baianos

(Conclusão da pág. 21)

Cachorrinha perto de Alagoinhas; na serra do Curralzinho, pico do Nabuco e na serra do Assuarú, onde diamantes foram encontrados pela primeira vez em 1939.

Em 1895 dos cascalhos de Lençóis, foi retirado o maior carbonado até hoje encontrado, pesando 3.150 quilates. Os carbonados de 500 a 1.000 quilates não são raros na mesma zona.

Em regiões completamente afastadas da Chapada Diamantina, ao sul do Estado da Bahia, Distrito Diamantífero de Canavieiras, na Bahia do Salobro, existem as afamadas jazidas conhecidas e que muito atraíram a atenção dos cientistas. Sob o título "Jazidas de diamantes do Salobro", o notável geólogo Euzébio de Oliveira ,de saudosa memória, publicou interessante notícia no Boletim n. 13 do Serviço Geológico e Mineralogia do Brasil (Rio de Janeiro, 1925).

A produção anual dos carbonados, nas lavras da Bahia, regula uma média de trinta mil quilates.

(Conclusão da pág. 12)

Experimentação, Fomento e vida rural, estreitando relações entre as duas grandes Nações, constituindo tudo isto inestimável cabedal de ensinamentos que muitos nos auxiliarão o uso racional da terra para o progresso do Rio Grande do Sul e do Brasil.

Aqueles que compreenderam nossa lisura de propósitos, honrando-nos com seu valioso auxílio, com satisfação reiteramos nosso reconhecimento e gratidão.

DEFINIÇÕES COOPERATIVAS

Por FABIO LUZ FILHO
(Presidente do C. N. E. C.

Como prometi no meu último artigo, venho divulgar as definições que o professor Antônio Gascón reproduz em seu "La Cooperación y las cooperativas". Acrescento-as como valioso subsídio às numerosas que se contém em meu livro "Teoria e prática das sociedades cooperativas".

Acabo de receber êsse livro por gentilêza, como disse, do professor Juan Gascón Hernández, ilustrado professor da Universidade de Madri, a quem presto aqui minha homenagem, como ao seu saudoso pai.

Depois de longas considerações sôbre a caracterização das sociedades cooperativas, passa a aludir a Roberto Owen, para quem o cooperativismo podia aplicar-se a tôdas as formas de atividade e a todos os negócios da vida. E alude ao período econômico por êle inspirado, em que se apresentava a cooperativa como um sistema de indústria universal, com igualdade de privilégio e distribuição eqüitativa da riqueza recentemente criada. A supressão do lucro era uma das suas idéias fundamentais. Enunciou, também, o princípio de que os trabalhadores deviam chegar a ser seus próprios provedores e fabricantes.

"O Dr. Guilherme King, por muitos considerado como o verdadeiro pai da cooperação, com preferência sôbre Owen, dizia que as cooperativas, as mutualidades, os sindicatos e as Caixas econômicas coincidem em ter um fim comum: o de se preenverem contra certos inconvenientes a que estão expostos os homens quando trabalham exaustivamente, e procuram algumas vantagens de que, de outro modo, se veriam privados. "Os inconvenientes que a cooperação está fadada a combater são os mais graves de todos, a saber: as grandes e crescentes dificuldades com que tropeçamos quando tratamos de procurar, para nós e nossas famílias, os meios de subsistência, e os perigos da miséria e do crime a que estamos expostos se não lograrmos vencer essas dificuldades". O princípio econômico-social fundamental da cooperação é a organização do trabalho no interêsse de quem o realiza. O que caracteriza a concepção de King é a formação progressiva de uma propriedade social, e isto é o que mais claramente distingue seus sistemas do de Owen. Cabe também a possibilidade de começar sem nenhum capital prévio. King afirmou que o segrêdo da cooperação está no trabalho e vaticinou que, fundado o sistema cooperativo sôbre a liberdade absoluta e a bôa vontade, tôdas as fôrças do mundo não bastariam para oprimi-lo".

E apresenta as seguintes definições, muitas delas constantes de vários de meus livros, como disse, mas que devem ser reiteradas, e valiosas por aqui se encontrarem condensadas:

"Distingue-se a cooperação de todos os demais movimentos por ser ela, a um só tempo, um negócio grande, judicioso e prudente e uma fé viva, fervente e de grande poder de progressão" — (Marshall).

"A cooperação é um movimento essencialmente social, que, pela criação de associações econômicas baseadas na idéia da ajuda pessoal, tem por fim salvaguardar os interêsses do trabalho na economia social. Em conseqüência, tôdas as formas da cooperação tendem para uma distribuição mais eqüitativa da riqueza social em favor das classes trabalhadoras, isto é, aumenta as contribuições procedentes do trabalho, ou melhor, o poder de aquisição dessas contribuições, e diminui os procedentes da posse e dos meios de produção e de troca (ganância, juros e rendas)" — (Acôrdo da AOI no Congresso de Hamburgo, 1910).

"A cooperação é, essencialmente, uma forma de atividade econômica e social que pretende eliminar os intermediários particulares no terreno da produção, do trabalho e do consumo, e elevar o nível material e moral das classes trabalhadoras, encaminhando-as progressivamente para normas de organização social e econômica consoante as suas aspirações morais e com os interêsses gerais do conjunto dos cidadãos." (Da Declaração, aprovada em 6 de dezembro de 1921 pela Conferência plenária das Cooperativas Italianas).

"A cooperação é um movimento econômico que, por seus próprios métodos, trata de construir um sistema melhor de produção e distribuição de tudo o que é necessário à existência" (C. J. D. C. Goodhart, Presidente da A. C. I.).

"A associação cooperativa é a organização expontânea de uma pluralidade de economias particulares dominadas por uma necessidade comum,

que se unem para exercer coletivamente, e em forma autônoma, a função industrial produtora das prestações econômicas especificamente aptas para satisfazer essa necessidade". (**Leon Wollemberg**).

"A cooperação é uma emprêsa coletiva constituída pelos prejudicados na distribuição, com o propósito de restabelecer o equilíbrio distributivo". (**C. Valenti**).

"A cooperação é um livro de união social, com a forma de uma economia coletiva e com o interêsse do trabalho como princípio econômico." — (**Hans Müller**).

"As cooperativas são instituições sociais definidas cada uma por seu fim e pelo meio empregado para consegui-lo. O fim é — segundo o objeto da cooperativa — o de proporcionar aos interessados a maior economia possível na aquisição ou o de adquirir as coisas de que necessitam bem como o de obter a maior remuneração de seu trabalho. O meio é a união entre as pessoas desejosas de procurar a mesma vantagem e a formação de uma emprêsa comum com um capital proveniente das oportunidades de todos os associados. Para alcançar o fim com êste meio, os excedentes sociais se repartem entre os compradores, os devedores, e os produtores, segundo os casos, pela quota da cifra total de suas operações ou da importância de seu trabalho com a organização, depois de separar as somas destinadas às reservas e aos serviços previstos pelos estatutos para a extensão da cooperação (desenvolvimento da emprêsa, propaganda, obras de solidariedade, etc.). Esta definição faz ressaltar, como convém, a subordinação em que deve estar o capital em relação à pessoa humana." — (**Alfred Nast**).

"A sociedade cooperativa é uma Associação criada entre os fracos com o objetivo de levar a cabo uma emprêsa comum conduzida sempre sem espírito egoísta, e em têrmos de que todos os que estão dispostos a assumir os deveres de sócios, participem dos rendimentos em proporção ao grau de uso que tenham de sua Associação." — (**C. R. Pay**).

"A cooperativa é uma associação de um indeterminado número de pessoas que ,tendo reconhecido a semelhança de suas necessidades econômicas, se associam com o fim de satisfazer estas necessidades por meio de uma emprêsa comum." (Comissão encarregada, em 1919 pelo Conselho Federal Suíço, de preparar uma nova legislação cooperativista).

"A sociedade cooperativa é uma associação de um número variável de pessoas, e de associações de pessoas que, unidas por sua livre vontade e sôbre a base da igualdade de direitos e responsabilidades, transferem algumas de suas funções econômicas a uma emprêsa comum, com o fito de obter uma vantagem econômica." — (**H. Kaufmann**).

"A cooperação é uma união livre, de pessoal e capital variável, que busca, não o lucro, senão o melhoramento da situação econômica e moral." (**Vicente Totomianz**).

"Uma sociedade cooperativa é uma associação de participantes, comumente denominados membros, que tenham contribuído individualmente para a formação de um capital, para empregá-lo em alguma operação sob sua direção coletiva, e para a satisfação de suas necessidades, como produtores ou como consumidores." — (**E. Hall**).

"As sociedades cooperativas são economias que, por meio de uma exploração comum, tem por objeto facilitar ou completar a economia de aquisição ou a economia familiar de seus membros. A cooperativa se distingue sempre da emprêsa independente pela obrigação recíproca que têm seus membros de confiar-lhe uma parte de sua atividade econômica; por exemplo, a compra ou a venda. Esta obrigação é o essencial." — (**Roberto Liefmann**).

"As cooperativas, entendemo-las como uma organização econômica que une a todos os seus membros em uma atividade combinada que tem por fim a realização de economias ou o aumento dos ingressos, pela exclusão do parasitismo dos intermediários nas operações." — (**J. Delevsky**).

O ilustre professor Gascón acentua que, assim, para Wollemberg, a cooperativa é uma organização de economias particulares, e para Müller e Liefmann, uma economia coletiva. **Numa forma ou em outra, há unanimidade em considerar a cooperativa como uma associação de caráter econômico.** Muitos autores (**Mazzini, Wollemberg, Daudé-Bancel, Cosen, Müller, Kaufmann, Totmiantz**) consignam os atributos de livre, **voluntária, espontânea e autônoma.** Alguns, como os primeiramente citados, assinalam dois dêsses atributos de uma vez. Não há nenhum que os impugne de uma maneira expressa. **Kaufmann** agrega que a união se faz sôbre a base de igualdade de direitos e obrigações. E acrescenta que se diz também, com muita freqüência, que a cooperativa é associação de pessoas já seja em contraposição às associações de capitais (**Krüger**), já fazendo ressaltar que nas cooperativas o capital está subordinado ao elemento humano (**Nast**). Cada associado tem um voto, qualquer que seja o número de quotas subscritas ou sua participação no capital social. À mesma idéia de subordinação do capital ao elemento humano, responde a limitação dos juros, princípio unânimemente aceito pelos cooperadores.

E o professor **Antônio Gascón** assinala mais que, passando-se a considerar a condição dos associados, se fala de "assalariados" ou "obreiros" (**Nuova Encicl. It., Boirgin, Declaração das Coops. Italianas**); dos "obreiros ou pequenos industriais" (**Cossa**) dos "**fracos**" (**Pay**); dos "prejudicados na distribuição" (**Valenti**). A idéia de que a cooperação seja coisa própria de obreiros e proletários domina nos artigos dos economistas do século XIX e aparece também em monografias mui recentes. **W. Maxwell**, presidente da Aliança Cooperativa Internacional em 1910, assinalou no Congresso de Hamburgo a finalidade de melhorar a condição "das massas populares". A mesma idéia parece uma das conclusões do Congresso. **Lionel Smith-Gordon** e **Cruise O'Brien** falam de "reação contra a opressão das circunstâncias e dos interêsses criados"; **Liefmann** se refere à "defesa contra as grandes emprêsas"; A lei japonêsa de 1921 falava de "pessoas com meios modestos", mas isto aparece suprimido na lei de 1923. A transição aparece marcada na opinião de **Tougan-Baranovsky**: "O caráter não capitalista da cooperativa não se tem de entender como se as classes capitalistas não devem formar parte das cooperativas, mas sim que estas por sua organização interior são adequadas para servir os interêsses não do capital, e, sim, dos trabalhadores". Para **Delevsky**, isto é um êrro. A cooperação não é monopólio de uma classe determinada. "Pode ser útil inclusive aos capitalistas, enquanto combate as formas

parasitárias do capital". Luzatti, disse, no Congresso de Cremona 1907), que a Cooperação abriga sob suas asas "aos fracos e aos fortes, aos felizes e aos desgraçados". Outros, e creio que Gide entre êles, dizem que a Cooperação tem deixado de ser coisa exclusiva dos operários, embora tenha nascido entre êles, como os rios nascem nas montanhas e adquirem nelas suas fôrças para cruzar logo a planície.

'A idéia da semelhança de condições ou necessidades, ou o desejo da mesma vantagem, aparecem em vários conceitos dos cooperativistas (Wollemberg, Hall, Nast, Comissão Suiça, Thomas).

"Que as cooperativas são sociedades de pessoal variável se lê em Kaufmann, Totomiantz e na lei grega. Impõe-se por muitos que o número de sócios seja indeterminado (Comissão Suiça) ou ilimitado (leis da Alemanha, Brasil e outras). Nenhum cooperador reconhecerá de bom grado como cooperativa a uma associação que limite desnecessàriamente o número de seus sócios; nas há casos em quem limitação resulta imposta por exigências técnicas diversas. Alguns excetuam expressamente as cooperativas de responsabilidade ilimitada e a das de crédito. Outras sociedades modestas, de verdadeiro espírito cooperativo, os têm limitado, para não se verem obrigadas ao emprêgo de pessoal remunerado.

"Que são de capital variável se encontra em muitos autores (C. Vivante, Totomiantz), em leis (Brasil, Grécia, França) e em projetos de lei (Portugal). A idéia é aceita, pode dizer-se que com unanimidade, para as cooperativas de consumo. Há quem admita exceções, sobretudo para as de produção, industriais ou agrícolas. Quando o capital está representado por quotas, é prática quase invariável de que só se podem transferir entre os sócios, ou a pessoas admitidas para o ingresso.

Assinala mais, o autor, que outra idéia fundamental que entra na maior parte das definições e conceitos das cooperativas é a expressa sob as diferentes formas de: ação de associação (Eza), ação coletiva (Wollemberg, Hall, Muller, Liefmann), colaboração (E. Vansittart Neale), atividade combinada (Delevsky), intercâmbio de serviços entre os sócios com a seriedade e vice-versa (Vivante), ajuda mútua (Smith-Gorden, Gray, Neale)."

E frisa mais que com estas se enlaçam outras notas características assinaladas por diferentes autores, como estas: mútuo proveito (Encicl. Britânica), mútuo e comum interêsse dos membros (Modêlo americano de lei de Estado), espírito fraternal (Schmoller), proveito coletivo (Daudé-Bencol), sem espírito egoísta (Fay, Neale); a cooperação não permite pensar no próprio benefício sem pensar no dos demais (Luzzatti); transforma o egoísmo em altruísmo (Tittoni). Em rigor, bastava recordar que o lema quase universalmente adotado pelos cooperadores é o de CADA UM POR TODOS, E TODOS POR UM. E assinala ainda Gascón que, na opinião de Itabanc, a função econômica exercida coletivamente tem de sê-lo para satisfazer necessidades dos que a exercem. No Decreto Real (1917) referendado pelo Visconde da Ega, diz-se "em favor dos sócios exclusivamente". Não parece, sem embargo, que tenha estado na intenção dos referidos autores o privar em absoluto as cooperativas de contribuir para obras sociais em benefício de terceiras pessoas, quando seus meios o permitam.

"Modalidades que muitos atribuem como características à colaboração econômica na cooperativa, são as de que esta facilita ou completa a economia dos sócios (Liefmann), e êstes transferem ou confiam à Sociedade parte de sua atividade econômica (Liefmann, Kaufmann). Segundo projeto de lei austríaco de 1911, a cooperativa dá incremento à atividade econômica dos sócios, sendo essencial a intervenção ativa e direta dêstes na fazenda comum.

"A noção de emprêsa comum está recolhida na grande maioria dos autores (Valenti, Schmoller, Marshall, Hall, Fay, Liefmann, Thomas, Eza), nos estatutos da A. C. I., nas leis inglêsa e alemã e, explícita ou implicitamente, na maioria das posteriores e dos projetos de lei (Labriola, Comissão Suiça). A emprêsa comum supõe a formação de um capital ou de uma propriedade social com contribuição dos sócios (King, Hast, Hall) ou, mais detalhadamente, "mediante a aposição, por parte dos sócios, de suas quotas, de sua ação pessoal ou econômica, ou de sua responsabilidade" (Eza).

E entra Gascón no ponto alto do movimento rochdaliano, que a Escola de Nimes corporificou, assinalando como característica a supressão de algum intermediário (Bolaffio, Corréard, Bertrand, Harris, Declaração das Cooperativas Italianas), ou, mais terminantemente, da "supressão do benefício de um intermediário" (Visconde de Ega). Em seu discurso inaugural do Congresso de Glasgow (1913), o Conde de Grey referiu-se exclusivamente à "eliminação de todo intermediário não necessário", adiantando que os serviços dos intermediários precisos devem ser adequados e decorosamente remunerados. Suprimindo sempre tôda ganância indevida. Outros falam da "exclusão do parasitismo dos intermediários". (Nova Encicl. Ital. Delevsky).

"Vimos anteriormente como, segundo Tougan-Baranovsky, a cooperação combate as formas parasitárias do capital.

"A contraposição com as emprêsas de caráter lucrativo aparece expressa quando se diz que a Cooperativa não busca lucro (Totomiantz), tendo a suprimí-lo (Gide, Congresso argentino) reduzí-lo ao mínimo (Gobbi). Da idéia da supressão do lucro passou depois Gide à do "justo preço". Com êste coincide no fundo Bertrand, quando aponta a tendência no preço de custo para os consumidores e a dar aos produtores o produto íntegro de seu trabalho, ou, como dizem outros (Hast, Delevsky), maior economia de aquisição ou maior remuneração. E acrescenta que o interêsse do trabalho como princípio fundamental é uma das idéias mais características do Dr. King, recolhecida logo, com as naturais variantes de forma, por Bolaffio, Nova Enciclopédia Italiana, Neale, Müller, Bourgin, etc. Uma das conclusões do Congresso de Hamburgo (1910) fala da "Salvaguarda dos interêsses do trabalho na economia social". Mr. Aneurin Williams, em uma exposição apresentada ao Congresso de Glasgow, assinala como característico o trabalho em comum em têrmos livremente exigidos."

"A idéia de uma distribuição mais equitativa aparece consignada já por Owen, e repetida, entre outros, pela Nova Enciclopédia Italiana e por Valenti, e proclamada numa conclusão unânime do Congresso da A. I. C. celebrado em Hamburgo em 1910. No trabalho publicado, ainda não faz dois meses, pelo atual Presidente, Goedhart, se fala de melhor produção e distribuição.

E o ponto alto: a regra aceita por todos é a que, depois de atendidas as obras sociais e o fundo de reserva, se distribuem os excedentes proporcionalmente à participação de cada um nas

(Continua na pág. 31)

COMUNICADO DA ESTAÇÃO EXPERIMENTAL DE PELOTAS

CULTURA DA OLIVEIRA

A cultura da oliveira é perfeitamente viável em nosso país, especialmente na região sul brasileira.

Todavia, trata-se de cultura que ainda se encontra na fase experimental e, como tal deverá ser encarada, afim de que, dentro de mais alguns anos, se torne viável o seu fomento intensivo, sôbre bases seguras de resultados experimentais.

Promover, desde logo, em grande escala o fomento dessa preciosa cultura, poderá, salvo melhor juizo, vir a ser perigoso e até mesmo de resultados nefastos e imprevisíveis.

Torna-se indispensável, prèviamente, estabelecer, mediante a execução dos estudos e pesquisas já em andamento em vários estabelecimentos experimentais, federais e estaduais, quais as melhores variedades — para a produção de azeite e para a produção de azeitonas para mesa — capazes de produzir econômicamente nas diferentes regiões do país.

A oliveira é uma cultura de longa, talvez mesmo a de mais longa duração que se conhece; por outro lado, seu cultivo exige cuidados especiais, além de que se trata de planta que ocupa enormes áreas, visto como o espaçamento de árvore à árvore, é de 10-12-15 m.

Assim sendo, a oliveira implica em grande empate de capital.



Oliveira da variedade "Santa Catarina" em plena floração



Oliveira da variedade "Arauco" em plena floração

Trata-se, igualmente, de cultura que demanda alguns anos até entrar em produção econômica.

Se se fomentar o cultivo de variedades que não sejam perfeitamente adaptadas a cada região, será fatal que os resultados capazes de serem obtidos não virão a compensar o empate do capital e, disso sobrevirão, inevitàvelmente, prejuizos e o desânimo de nossos agricultores em relação a essa cultura. Isso sucedendo, o nosso agricultor, quase sempre falho de conhecimentos agronômicos, não irá atribuir o mau resultado obtido, às variedades inconvenientes que houver plantado e, generalizará o caso, considerando, desde logo, que a cultura da oliveira não é possivel entre nós. Ficaremos então, diante de um obstáculo quase irremovivel para fomentar a olivicultura em nosso país.

Para isso evitar, será sempre mais aconselhável fomentar e incentivar a cultura da oliveira sob rigoroso contrôle experimental, a passos curtos, mas seguros.

A ESTAÇÃO EXPERIMENTAL DE PELOTAS, dependência do Ministério da Agricultura, já tem em observação, uma regular coleção de variedades de oliveira, as quais estão sendo detidamente estudadas, quer sob o ponto de vista vegetativo e ecológico, como também quanto à sua capacidade



Oliveira da variedade "Ascolano" em plena floração

produtiva e quanto à qualidade de seus frutos para os fins de sua industrialização.

Além dessa coleção de variedades, já se acham ali em execução experimentos de competição de variedades.

Pode-se informar — sujeito a posteriores retificações em face de resultados experimentais mais detalhados e prolongados — que as variedades Manzanilla, Arbequina, Frantoio, Ascolana, Aranco, Correggiolio, Mission, Morinello e Sevillana vêm produzindo regularmente bem na Estação Experimental de Pelotas.

Nada é possível por ora, informar sôbre a delimitação das regiões para cada variedade, pois como dissemos acima, os estudos sôbre a oliveira estão ainda na fase experimental e, além disto, são mui recentes ainda para permitir conclusões e generalizações.

Para que possam ser atingidos os fins colimados, sugerimos que os financiamentos em relação à cultura da oliveira sejam, até melhores resultados, feitos em pequena escala, preferencialmente, a agricultores que disponham de conhecimentos e orientação técnica capaz de permitir bons resultados e, sempre que possível, com a assistência especializada das Estações Experimentais, quer federais, quer estaduais, que trabalhem com a oliveira.

(Conclusão da pág. 38)

6) A adubação racional do cafeeiro no Brasil — 7 exemplares — São Paulo.

7) A adubação racional no Brasil — 7 exemplares — São Paulo.

OFERTA DO I. B. G. E.

Coleção de monografias — Diamantina — Vitória da Conquista — Itaporanga — Itajaí — Caçapava — Petrópolis — Nova Friburgo — Pão de Açúcar — Lajes.

Extensão do estabelecimento rural no Brasil — Serviço Nacional de Recenseamento — 1955.

OFERTA DO I. B G E

1) Redivisão Política do Brasil — M. A. Teixeira de Freitas — I. B. G. E. — Rio de Janeiro, 1941.

2) Estatística e o equilíbrio econômico social — — M. A. Teixeira de Freitas — I. B. G. E. — Rio de Janeiro, 1944.

3) A redivisão Política do Brasil — 2.ª edição — M. A. Teixeira de Freitas — Rio de Janeiro — 1948.

4) A escolaridade média no ensino primário brasileiro — M. A. Teixeira Freitas — I. B. G. E. — Rio de Janeiro, 1948.

5) Formação do homem brasileiro como trabalhador e cidadão da democracia. Flexibilidade dos cursos como fator da educação democrática — M. A. Teixeira de Freitas — Rio de Janeiro, 1948.

6) O revisionismo terirtorial brasileiro — M. A. Teixeira de Freitas — I. B. G. E. — Rio de Janeiro, 1949.

7) Alguns aspectos da vida cultural (coletânea estatística) — Rio de Janeiro, 1950.

8) Alguns aspectos da vida cultural brasileira (coletânea estatística) — Rio de Janeiro, 1951.

9) O municipalismo e as pesquisas estatísticas — M. A. Teixeira de Freitas — Rio de Janeiro, 1951.

10) A estatística e a reforma social — M. A. Teixeira de Freitas — Rio de Janeiro, 1951.

11) Melhoramentos urbanos nas sedes municipais — Ministério de Educação e Saúde — Rio de Janeiro — I. B. G. E.

12) Melhoramentos urbanos — 1950 — (coletânea estatística) — I. B. G. E. — Rio de Janeiro, 1954.

13) Alguns aspectos da vida cultural brasileira coletânea estatística) — I. B. G. E. — Rio de Janeiro — 1954.

14) Melhoramentos urbanos — 1951 — I. B. G. E. — Rio de Janeiro, 1954.

15) Sinopse estatística do ensino médio — 1954 — I. B. G. E. — Rio de Janeiro, 1955.

OS MUSEUS NAS ESCOLAS AGRÍCOLAS

Eng. Agr. GERALDO GOULART DA SILVEIRA

Nas escolas agrícolas não devem faltar jamais os museus escolares pois êles, quando bem organizados, constituem verdadeiros centros de cultura geral muito instrutivos, educativos e de grande alcance pedagógico.

E' preciso salientar que nas escolas agrícolas os museus escolares não se destinam, apenas, aos alunos; êles devem ser franquiados a toda a comunidade rural, pois, através deles, consegue-se não sòmente despertar a atenção dos habitantes do local para as observações relativas à natureza que os cerca, mas ainda despertar a atenção para a própria escola.

Não é demais salientar o importante papel da escola agrícola no meio rural.

Ela deve constituir o centro das atividades da comunidade rural, devendo dela sempre partir bons exemplos, boas idéias, estímulo e incentivo para a população rural local.

Através de bons objetivos e bem organizados museus escolares consegue-se :

a — incentivar no adolescente o gôsto e o interêsse pelo estudo dos seres vivos, dos minerais, das rochas, etc., e assim sendo, estudos sôbre os recursos naturais da região e, quiçá, do próprio país. Um estudante que faz a colheita do material e êle próprio prepara os exemplares para o museu tem oportunidade de fazer inúmeras observações úteis e interessantes e adquire, sem dúvida, maior interêsse e gôsto pelo estudo da natureza que o cerca, o que constitui indiscutivelmente, uma condição favorável para a aprendizagem.

b — desenvolve, de uma maneira muito acentuada os hábitos ordeiros indispensáveis para a organização de bem organizadas e cuidadas coleções o que constitui, sem dúvida, um bom hábito que todo estudante precisa adquirir.

c — desperta e desenvolve no aluno a capacidade de observação, condição indispensável para o estudo da natureza. São inúmeras e de grande valia as observações que os estudantes podem fazer comparando exemplares de animais, plantas, rochas, etc., por êles próprios coligidos e preparados.

d) — desperta, na população rural, o interêsse pelos estudos dos recursos naturais da região, o que constitui um processo educativo e instrutivo de grande alcance.

Não são outras as razões pelas quais os museus escolares devem merecer toda a atenção e incentivo dos professores e orientadores do ensino agrícola, pois êles representam um recurso pedagógico de inestimável valor.

Em cada escola agrícola um bem montado e variado museu escolar, especialmente documentando os recursos naturais da região, deve ser a' campanha a ser levada a efeito por todos aqueles que tem sob sua responsabilidade a orientação de nossas escolas agrícolas

ASSOCIATIVISMO RURAL

Associação Paulista de Cafeicultores

Foi fundada em S. Paulo, a Associação Paulista de Cafeicultores, congregando os cafeicultores do Estado de S. Paulo.

A referida associação foi registrada sob o n.º 33 série ARE, no Serviço de Economia Rural do Ministério da Agricultura.

Associação Rural de Caldas Novas

Foi eleita e empossada a seguinte diretoria que dirigirá a referida associação :

Presidente — Bento de Godoy Neto
Vice Presidente — Pedro Cordeiro Tupã
1.º Secretário — Alcides de Moraes
2.º Secretário — Geraldo Gonçaves de Oliveira
1.º Tesoureiro — Ivon da Cunha Bastos
2.º — Tesoureiro — Ronan Rodrigues de Oliveira
Conselho Fiscal — Celso de Godoy, Bruno Paiva, Heráclito Ala, Joaquim Gomes Silvestre, José Dias Guimarães Augusto Gonzaga de Menezes.

Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul

Foi eleita e empossada a seguinte diretoria que dirigirá os trabalhos da Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul no biênio 1955-1957

Diretoria

Presidente — Balbino de Souza Mascarenhas
1.º Vice Presidente — Pedro Olympio Pires
2.º Vice Presidente — Dr. Demetrio Mercio Xavier
1.º Secretário — Dr. Decio H Zago
2.º Secretário — Jayme Menna Barreto Fichtner
1.º Tesoureiro — Francisco Salles
2.º Tesoureiro — Dr. Taylor Fagundes

Conselho Deliberativo

Efetivos — Dr. Alberto Severo, Dr. Dacio Assis Brasil, Dr. Erico Lorenço de Lima, Raymundo Guilherme R. Coeckner, Sylvio da Silva Tavares, Dr. Antonio Fornari, Clovis Peixoto Gomes, Lino Grisns, Otacilio Xavier da Rocha, João Antonio Tenari, Dr João Ignacio Lecuana, Prof. José Salgado Martins, Samuel Gauzelli Filho

Associação Pernambucana de Cafeicultores

Na Assembléia Geral do dia 4.7.1955 foi eleita e empossada a seguinte diretoria para a Associação Pernambucana de Cafeicultores :

Presidente — Dr. Rodrigo Pinto Tenório
1.º Vice-Presidente — Claudio Lopes de Carvalho
2.º Vice-Presidente — Dr. Osias Ribeiro dos Anjos
1.º Secretário — Dr. Eudes Teixeira de Carvalho
2.º Secretário — Manuel Barreto Coutinho
1.º Tesoureiro — Dr. João Miguel de Aguiar
2.º Tesoureiro — Luiz Xavier Galão

Associação Catarinense de Agrônomos, Químicos e Veterinários

No dia 16 de agosto do corrente ano foi eleita e empossada a nova diretoria da Associação Catarinense de Agrônomos, Químicos e Veterinários, que ficou assim constituida :

DIAMANTES BAIANOS

JOÃO VAMPRÉ

O Estado da Bahia não é mais do que uma natureza de si tão importante que nem mesmo possível é descrevê-la, um mundo de inexauríveis fontes que se multiplicam, um verdadeiro encadear de minas e jazidas que se confundem ou se descriminam numa imensidade de condições, que nem tudo se particularizam, nem escapam a regras gerais da ciência.

"A sua geologia é muito diversificada e interessante. As rochas do complexo cristalino brasileiros — os granitos, gnais, e chistos arqueanos — afloram sôbre grandes áreas.

Em muitos lugares, uma série de rochas paleozóicas — quartzitos e outras rochas metamórficas — têm sido deslocada e forçada para dentro das arqueanas.

Depois da demudação dessas regiões, as rochas paleozóicas destacam na topografia da região como picos outeiros e serras, geralmente com as camadas em pé ou com uma inclinação muito ingreme. Tipos destas rochas e desta estrutura são a serra de Jacobina, serra do Angico e as serras compridas e isoladas de quartzito no lado ocidental do rio São Francisco.

Uma cadeia de montanhas, corrida pelo dorso da "Chapada" balisa, com trechos destacados a linha de divisão das águas nessas terras altas distinguindo-se entre êles pela sua elevação e aspecto, o "Pico das Almas" considerado o culminante com mais de 1.600 mts. de altitude.

Todas as serras baianas foram em outrora, e muitas delas ainda hoje, centros de mineração de ouro, de diamantes e de outros minerais.

Evidencia-se assim na justa fama da capacidade de seu solo, a notável função que exerce no problema econômico nacional, êsse Estado que a N. NE., reproduz o fácies de N. NE. do Brasil, encerrando tôda a pujança e caprichos da nossa natureza. Contam-se nele se registram numerosas jazidas de manganês, algumas exploradas, minas de cromo; de ferro; de cobre; jazidas de calcário e mármore; areias monazíticas; minas de sal, grande cópia de pedras preciosas e semi-preciosas. Quanto as pedras preciosas a Bahia continua a ser muito apreciada, especialmente pela fina água dos seus ricos diamantes de todos os matizes e tamanhos, muitos são brancos, azulados e têm fosforescência.

Os jazigos são de origem secundária. Os diamantes são tirados de cascalho e areias dos rios ou de cascalho elevado já meio consolidados e que se denominam "grupiáras" e ainda de cascalho de encostas ou "gorgulho".

Os diamantes de Lavras, denominados "lavritas" ou carbonados — diamante negro — constituem a sua especialíssima capacidade de exclusiva abundância ali e revelam por si sós o muito, de fortuna que encerram.

Os carbonados são mais duros que os diamantes cristalinos. São opacos e amorfos. Têm uma côr amarelada pardo-escura, ou negra.

Na Bahia, nas regiões dos rios Pardo e Paraguassú estão importantes jazidas cujos diamantes se apresentam algumas vezes coloridos, predominando os de reflexos azulados. Entretanto, a principal riqueza reside pròpriamente nos "carbonados" de que o Estado é o principal fornecedor dos mercados mundiais.

Os primeiros diamantes da Bahia foram encontrados em 1821 na serra do Sincorá.

Depois no leito do rio Paraguassú e em seguida nas margens do Moengé tributário dêsse rio.

A zona mais produtora fica a Leste na serra das lavras, Diamantinas com as cidades de Santa Isabel, Chique-Chique, Andaraí, Lençóis, como centros .

A rocha das montanhas é granito misturado com um conglomerado de cascalho rolado e de quartzo.

Aí ocorre os diamantes e os carbonados. Os melhores carbonados vêm das regiões dos Lençóis. O maior encontrado pesava 3.150 quilates. O segundo pesava 577 quilates. Os diamantes de Paraguassú não são tão claros e perfeitos como os de Canavieira (Salobro), porém, tem mais brilho. As classificações feitas pelos lapidadores são: "bons" "fazenda", "fina", mellé "vitrios" e "fundos".

Estes últimos são o refugo e, portanto os piores e os mais pequenos.

Tem sido descobertos "conglomerados" diamantíferos e boas formações nos municípios de Jacaré, de Ituassú e do morro do chapéu em Sincorá, no riacho da Boa Sorte, Sitio

(Continua na pag. 11)

NOTAS SÔBRE AS NECESSIDADES DE ASSISTÊNCIA MÉDICO-SOCIAL NA ZONA RURAL

G. MOURÃO

A paisagem das necessidades assistenciais do operariado industrial do Brasil reveste-se, hoje, de um aspecto quase otimista, graças ao trabalho fecundo, metódico e científico, realizado sobretudo pelo Serviço Social da Indústria. A localização, porém do parque industrial nas ilhas urbanas, não permitiu que a grande massa de trabalhadores rurais do País fôsse atingida pelo esfôrço do SESI, cujas atribuições específicas, de resto, estão circunscritas, no trabalhador da indústria manufatureira, pròpriamente dita.

A obra do SESI, porém, não deixaria de ter ressonância no sentido de espicaçar a atenção do Estado com relação aos seus deveres para com o trabalhador rural, a cujo respeito continua ainda hoje válida aquela melancólica observação de Miguel Pereira, de que o Brasil é um vasto hospital A recente aprovação do Congresso Nacional ao projeto de lei que criou o Serviço Social Rural constitue uma verdadeira consagração ao SESI, levando aos trabalhadores do parque agrícola e pastoril do País, o mesmo estatuto de assistência social com que beneficia o operariado industrial. O patronato rural, a cujas portas a inquietação dos problemas sociais também começa a bater, encontra, assim, aberto e experimentado o caminho pelos dirigentes da indústria, no sentido de manter um diálogo, um entendimento concreto e efetivo entre empregados e empregadores.

★

Para que se forme uma idéia exata do quadro de desamparo em que se encontram as populações camponesas do País, nada mais eloquente que os dados do último "Anuário Estatístico do Brasil" (1953), referentes ao censo nacional de 1950.

Na verdade, segundo os índices preliminares do recenseamento de 1950, a população do País, naquele ano, atingia a cifra de 52,6 milhões de habitantes, distribuídos pelos 1.893 municípios então existentes.

Dêsses municípios, 627 unidades — cêrca de 33% — não possuíam qualquer recurso de assistência médica, nem mesmo a presença de um único médico. Essas 627 unidades compreendem uma população aproximada de 9,6 milhões de habitantes, disseminados numa área de cêrca de 2,3 milhões de quilômetros quadrados.

Entre aqueles municípios, seis estavam compreendidos na relação das 1.67 comunas que possuíam população superior a 50 mil habitantes: Condeúba e Morro do Chapéu, na Bahia; Itapipoca, Anacetaba e Cascavel, no Ceará; e Picos, no Piauí.

Os municípios que possuíam recursos médico-sociais consistentes ao menos em centros de saúde, postos de higiene ou ambulatórios, eram apenas 538, e cobriam a área de 2,6 milhões de quilômetros quadrados, com 11,5 milhões de habitantes.

Em conjunto, eram 1.165 municípios, ou 61% do total, abrangendo 4,9 milhões de quilômetros quadrados, 58% da área total do País, na qual é quase nula a assistência médica para uma população superior a 21 milhões de habitantes, em número de 728, cobriam cêrca de 3,6 milhões de quilômetros quadrados e continham 60% da população, ou 31,6 milhões de habitantes. Essa era a parcela da população que dispunha, nos seus próprios municípios de residência, de estabelecimentos aparelhados a internar doentes, os quais ainda serviam à população de áreas vizinhas, desprovidas de tais recursos.

O quadro seguinte oferece uma visão de conjunto dêsses dados:

	Número de municípios	Superfície em m2.	População	Pop. média	Pop. p. Km2
Sem assistência médica	627 — 33%	2.290.064 — 27%	9.594.123 13%	15.302	4,2
Tendo apenas ambulatórios ou centros de Saúde ou outros postos médicos	538 — 28%	2.620.115 — 31%	11.488.717 22%	21.354	4,4
Possuindo assistência hospitalar ou para-hospitalar	728 — 39%	3.554.019 — 42%	31.562.638 60%	43.355	8,9
Municípios existentes no País	1.893 — 100%	8.464.198 — 100%	52.645.479	27.811	6,2

ÍNDICES POR UNIDADES DA FEDERAÇÃO

Estabelecendo-se relação entre o número de habitantes das zonas urbanas, suburbanas e rurais, com o número de municípios sem assistência médica, o número de médicos localizados nas capitais estaduais e no interior e o número de localidades com menos de 5 mil habitantes, abstraindo-se a possibilidade de existirem 2 ou mais médicos numa só localidade, teremos a seguinte situação em cada Estado e Território Federal:

GUAPORÉ

Com 7.379 habitantes na área urbana, 6.437 na área suburbana e 23.119 na área rural, com 2 municípios, ambos possuindo serviços médicos, tem 5 médicos na capital e 2 no interior, existindo 7 cidades com menos de 5 mil habitantes sem médicos

ACRE

Com 15 263 habitantes na área urbana, 6.009 na área suburbana e 93.483 na área rural, tem 7 municípios, todos com assistência médica, 9 médicos localizados na Capital e 7 no interior, existindo, pelo menos 2 cidades com menos de 5 mil habitantes sem médicos.

AMAZONAS

Com 80.187 habitantes na zona urbana, 57.549 na área suburbana e 376.363 na área rural, tem 26 municípios, 8 dos quais sem serviços médicos, existindo 102 médicos localizados na Capital e 1 no interior, havendo 2 cidades com mais e 50 com menos de 5 mil habitantes sem médicos.

RIO BRANCO

Com 4.663 habitantes na área urbana, 469 na área suburbana e 12.984 na área rural, tem 2 municípios, 1 sem serviços médicos, existindo 5 médicos na capital e nenhum no interior

PARÁ

Com 186.226 habitantes na zona urbana, .. 202.785 na zona suburbana e 731.262 na zona rural, tem 59 municípios, 3 desprovidos de serviços médicos, existindo 310 médicos na Capital e 18 no interior, havendo, pelo menos, 134 cidades com menos de 5 mil habitantes sem médicos.

AMAPÁ

Com 6.685 habitantes na área urbana, 7.215 na área suburbana e 23.577 na área rural, tem 4 municípios, 3 sem assistência médica, existindo 19 médicos na Capital e nenhum no interior, havendo 9 cidades com menos de 5 mil habitantes sem médicos

MARANHÃO

Com 165.785 habitantes na área urbana, 108 503 na área suburbana e 1.308.060 na área rural, tem 72 municípios, 42 dos quais sem assistência médica, existindo 118 médicos, na Capital e 10 no interior, havendo pelo menos 115 cidades com menos de 5 mil habitantes sem médicos

PIAUÍ

Com 83.983 habitantes na área urbana, 86.597 na área suburbana e 875.112 na área rural, tem 49 municípios, 32 sem assistência médica, existindo 61 médicos na capital e 30 no interior, havendo, pelo menos 15 cidades com menos de 5 mil habitantes sem médico

CEARÁ

Com 317.754 habitantes na zona urbana, 361.850 na área suburbana e 2.015.846 na área rural, tem 79 municípios 47 sem assistência médica, existindo 288 médicos na capital e 72 no interior, havendo, pelo menos, 301 cidades com menos de 5 mil habitantes sem médico

RIO GRANDE DO NORTE

Com 171.495 habitantes na zona urbana, 82.270 na área suburbana e 714.156 na área rural, tem 48 municípios, 28 sem assistência médica, existindo 104 médicos na capital e 35 no interior, havendo, pelo menos, 42 cidades com menos de 5 mil habitantes sem médico

PARAÍBA

Com 314.197 habitantes na área urbana, . 142.519 na área suburbana e 1.256.543 na área rural, tem 41 municípios, 8 sem assistência médica, existindo 120 médicos na capital e 63 no interior, havendo, pelo menos, 97 cidades com menos de 5 mil habitantes sem médico

PERNAMBUCO

Com 499.033 habitantes na zona urbana, 668.367 na área suburbana e 2.227.785 na área rural, tem 90 municípios, 21 sem assistência médica, existindo 598 médicos na capital e 126 no interior, havendo, pelo menos, 124 cidades com menos de 5 mil habitantes sem médicos.

ALAGÔAS

Com 149.310 habitantes na área urbana, 137.069 na área suburbana e 806.785 na área rural, tem 37 municípios, 4 sem assistência médica, existindo 159 médicos na capital e 39 no interior, havendo, pelo menos, 42 cidades com menos de 5 mil habitantes sem médicos

SERGIPE

Com 137.623 habitantes na zona urbana, 67.361 na área suburbana e 439.377 na área rural, tem 42 municípios, 7 sem assistência médica, existindo 110 médicos na capital e 47 no interior, havendo um número equivalente de médicos no interior e 60 de cidades com menos de 5 mil habitantes.

BAHIA

Com 947.447 habitantes na zona urbana, .. 303.060 na área suburbana e 3 581 008 na área rural, tem 150 municípios, 54 sem assistência médica, existindo 733 médicos na capital e 231 no interior, havendo, pelo menos, 299, cidades com menos de 5 mil habitantes sem médicos

MINAS GERAIS

Com 1.429.894 habitantes na área urbana, 890.160 na zona suburbana e 5.397.738 na área rural, tem 388 municípios, 157 sem assistência médica, existindo 984 médicos na capital e 1.591 no interior, havendo um excedente de 572 médicos no interior, comparativamente com o número de cidades com menos de 5 mil habitantes existentes no Estado

ESPÍRITO SANTO

Com 136.106 habitantes na área urbana, 52.829 na zona suburbana e 666.627 na área rural, tem 30 municípios, 5 sem assistência médica, existindo 145 médicos na capital e 77 no interior, havendo, pelo menos, 32 cidade com menos de 5 mil habitantes sem médicos.

RIO DE JANEIRO

Com 931.058 habitantes na zona urbana, 160.301 na área suburbana e 1.205.835 na área rural, tem 56 municípios, todos com assistência médica, existindo 477 médicos na capital e 601 no interior, havendo um excedente de 388 médicos comparativamente com o número de cidades com menos de 5 mil habitantes existentes no Estado.

DISTRITO FEDERAL

Com 1.779.306 habitantes na área urbana, 532.757 na área suburbana e 74.388 na área rural, tem 4.907 médicos.

SÃO PAULO

Com 3.647.804 habitantes na área urbana, 1.156.407 na zona suburbana e 4.330.212 na área rural' tem 370 municípios, 58 sem assistência médica, existindo 3.373 médicos na capital e 2.452 no interior, havendo um excedente de 1.817 médicos no interior, comparativamente com o número de cidades com menos de 5 mil habitantes existentes no Estado.

PARANÁ

Com 351.815 habitantes na área urbana, 176.473 na zona suburbana e 1.587.259 na área rural, tem 80 municípios, 6 sem assistência médica, existindo 375 médicos na capital e 392 no interior, havendo um excedente de 230 médicos no interior, comparativamente com o número de cidades com meus de 5 mil habitantes existentes no Estado

SANTA CATARINA

Com 269.390 habitantes na zona urbana, 93 327 na área suburbana e 1.197.785 na área rural, tem 52 municípios, 8 sem assistência médica, existindo 60 médicos na capital e 270 no interior, havendo um excedente de 73 médicos comparativamente com o número de cidades com menos de 5 mil habitantes existentes no Estado.

RIO GRANDE DO SUL

Com 1.015.868 habitantes na área urbana, 406.112 na área suburbana e 2.742.841 na zona rural, tem 92 municípios, todos com assistência médica, existindo 633 médicos na capital e 875 no interior, havendo um excedente de 486 médicos comparativamente com o número de cidades com menos de 5 mil habitantes existentes no Estado.

MATO GROSSO

Com 122.032 habitantes na área urbana, 55.798 na área suburbana e 344.214 na área rural, tem 35 municípios, 19 dos quais sem assistência médica, existindo 26 médicos comparativamenle com o número de cidades com menos de 5 mil habitantes exlslentes no Estado.

GOIÁS

Com 180.822 habitantes na zona urbana, 64.845 na zona suburbana e 969.254 na área rural, tem 77 municípios, 58 dos quais sem assistência médica, existindo 42 médicos na capital e 50 no interior, havendo, pelos menos, 107 cidades com menos de 5 mil habitantes sem médicos.

CONCLUSÕES

Dos dados expostos, duas conclusões resultam óbvias:

1) — a insuficiência do número de médicos existentes no País;

2) — a má distribuição de médicos e de serviços médicos nas diversas áreas.

Na verdade, se a insuficiência do número de médicos não chega a ser alarmante e se encontra em têrmo de solução satisfatória próxima, com o simples crescimento vegetativo da formação anual de profissionais, o mesmo não ocorre com a precariedade da distribuição, sujeita a um complexo de razões, sobretudo de ordem econômica — razões insanáveis a curto prazo, sem uma ação direta do Estado, e que dizem respeito às lamentáveis condições de vida vigentes no interior do País.

O número total de médicos existentes no País é, de acôrdo com o recenseamento que tomamos por base, de 20.905. Êste número, em relação à população geral do Brasil — 51.944.397 — dá a média de 1 médico para cada 2.484 pessoas.

Êste índice não seria tão grave, se não houvesse o tremendo desequilíbrio na distribuição relativa da população, aglomerada aqui nos arquipélagos urbanos do litoral e rarefeita ali na rala densidade demográfica do "hintreland".

Dos 20.905 médicos existentes no País, 13.763 estão localizados nos municípios-sede das capitais estaduais e da Capital Federal, servindo a uma população de 8.259.830 habitantes (1 médico para cada 600 habitantes), enquanto que, nos demais municípios, para uma população de 43.684.567, existe apenas 1.142 — 1 médico, pràticamente, para cada 6.116 habitantes — disseminados, via de regra, em áreas territoriais as mais diversas e extensas, ressentidas, ainda, da notícia, precariedade de nosso sistema de transporte

O exame da conjuntura aqui exposta, parece-nos, deve constituir o primeiro passo para o planejamento da assistência a ser prestada através do Serviço Social Rural — primeira tentativa de empreendimento sólido neste sentido, de vez que os serviços existentes, dos quais o mais importante é o Serviço de Assistência Rural do Ministério da Educação, têm apenas um caráter pioneiro, de educação e desbravamento, funcionando, geralmente, como espécie de "comandos", sem finalidade de fixação.

Em outras observações, poderemos examinar a capacidade dos recursos atribuídos ao Serviço Social Rural e as áreas de assistência deslocadas do âmbito do SESI, com a criação da nova entidade.

HORTAS ESCOLARES NO MEIO RURAL

NEY BRANDÃO
Eng.º Agr.º

(Especial para "A LAVOURA")

Bastante comentado e dando margem a um sem número de observações por vêzes contraditórias, é o assunto que pretendemos expor aos nossos leitores. E' nosso desejo tão sòmente apresentar algumas sugestões que julgamos interessantes, pois decorrem da experimentação prática.

Inicialmente, é aconselhável que todos aquêles que desejam labutar no ensino rural tenham conhecimentos básicos de psicologia infantil, pedagogia, bem como, desnecessário é dizê-lo, das práticas hortícolas, de jardinagem e da criação de pequenos animais domésticos (abelhas, aves e coelhos).

As professôras rurais, a quem especialmente dedicamos as presentes notas, não faltam aquêles conhecimentos; é necessário entretanto que sejam êles racionalmente utilizados.

Representa o ensino elementar o primeiro e último veículo de educação das nossas populações do interior; é pois mister que a escola rural não só ensine a ler e contar, como as escolas da cidade, e sim, e principalmente, procure levar às crianças de hoje, as mais racionais e econômicas noções de trabalho agrícola a fim de que, possam elas mesmas e seus pais alcançar um padrão de vida mais compatível com a dignidade humana, pois forçoso é dizê-lo bem humilde e desprovida dos mais elementares confortos é a vida do nosso caboclo.

Avulta assim a importância preponderante da escola rural como elemento para a dinamização do nosso hinterland.

E que é, em úúltima análise uma escola rural? é 100% de dedicação da professôra, a qual deve sempre estar compenetrada da sua alta função e não limitar, por falta de idealismo, suas atividades às lições de linguagem e operações.

Vimos muitas escolas rurais que o são só no nome, pois o ensino ministrado é idêntico ao das cidades! Não desejamos recriminar quem quer que seja, simplesmente assinalamos fatos constatados, realmente sabemos, por experiência própria, quão difícil é o início de uma horta ou de um jardim escolar no meio rural. Mas é o mérito dos pioneiros vencer as dificuldades iniciais...

Sinceramente, cremos que a condição precípua para o êxito em qualquer rumo da atividade humana é o crédito total que demos a sua efetiva realização. O professor jamais deve esquecer sua grande responsabilidade em levar conhecimentos verdadeiramente úteis às populações do interior.

O mestre rural, devido ao contacto mais freqüente que tem com os alunos e as respectivas famílias, sendo mesmo considerado elemento integrante da comunidade, terá maior facilidade para a formação de uma horta escolar do que elementos estranhos.

A tarefa primária a ser realizada é um levantamento rápido e conciso das condições locais, a fim de que possa julgar da possibilidade ou não do início de um trabalho agrícola. Estas condições locais são essencialmente as seguintes : terra e facilidade de água.

Vejamos o que mais importância tem no que se refere à terra: a fertilidade química não tem grande relevância na organização de uma horta escolar, pois sempre é necessário que se faça a adubação dos canteiros; tem entretanto muito valor o aspecto físico — assim os terrenos muito úmidos ou muito escuros (excesso de matéria orgânica), devem ser evitados.

Terrenos orgânica ou quimicamente fracos, como por exemplo, pastos pisoteados pelo gado bovino, têm possibilitado a formação de boas hortas escolares, quando convenientemente preparados.

A futura horta deve ficar o mais próximo possível da escola, a fim de possibilitar uma menor dispersão de tempo e facilitar o contrôle das atividades dos escolares pela professôra.

A maioria das escolas rurais possui pequena área de terreno pertencente ao seu patrimônio geralmente terreno com boa constituição física e passível de ser trabalhado.

Quanto à água, várias são as situações positivas que podem ser encontradas. A mais comum é a presença de pequenos cursos dágua (ribeirões ou regatos) situados próximo à escola. Ocorrem também, porém bem raramente, que algumas escolas têm água encanada, proveniente de nascentes próximas.

Torna-se impraticável a formação de hortas escolares em locais distantes mais de 300 metros da fonte fornecedora de água, devido ao grande dispêndio de tempo acarretado para os trabalhos de irrigação.

Sòmente o bom senso dirá o quanto se poderá jogar com os fatôres terra e água, de modo a não sacrificar um ou outro.

Após êste exame inicial das condições locais, deve a professôra fazer a motivação de seus alunos, pois é imprescindível que não só a professôra, como também os seus discípulos se entusiasmem pelo projeto a ser realizado. E como fazer tal motivação? E' o que veremos a seguir.

Vamos agora considerar algumas técnicas comumente usadas para a motivação dos escolares. Inicialmente empregamos :

1) palestras com os escolares sôbre o valor nutritivo e econômico das verduras.
2) composições sôbre as hortaliças;
3) utilização de flanelogramas para a apresentação de espécies hortícolas;
4) visitas planejadas em hortas próximas da escola.

Vejamos com um pouco mais de cuidado, cada um dos itens acima referidos.

Palestras — devem ser feitas de maneira bastante simples, em tom natural de conversa e sempre procurando fazer com que as crianças participem ativamente, com exemplos pró-

prios. Jamais esquecer que não se deve considerar as atividades de horta escolar como assunto idêntico às lições normais diárias. Os nomes das verduras escritos no quadro negro com gizes de côres diversas, procurando grupar a apresentação em verduras de raiz, de caule e de fôlhas; sempre que possível, apresentar desenhos relativos ou mesmo exemplares de hortaliças. Estas conversas devem ser repetidas três ou quatro vêzes, no curso de duas semanas, a fim de que possam todos os escolares se manifestar intensamente sôbre o assunto.

A partir da segunda palestra deve-se deixar antever os escolares a possibilidade de organização de uma horta na escola, de modo que venham êles posteriormente, exteriorizar tal desejo.

Sôbre cada uma das hortaliças dar explicações bem resumidas e acessíveis sôbre o seu valor na alimentação humana, aproveitando para dar noções das vitaminas e sais minerais necessários ao desenvolvimento das crianças. Acentuar a importância econômica da horticultura, com exemplos, sempre que possível, locais.

O tempo dispendido em cada palestra não deve exceder a vinte minutos, sob pena de reduzir consideràvelmente o aproveitamento pelos educandos.

Após êste primeiro tabalho, deve a professôra apresentar como motivo de redação (3.º e 4.º anos) ou assunto de cópia (1.º e 2.º anos), os temas que abordou anteriormente com os escolares; a correção dará, sem dúvida alguma, margem a novos e proveitosos comentários;

Flanelogramas — julgamos ser o proceso mais eficiente, pois a sucessiva colocação e retirada dos flanelogramas, traz a criança em constante atenção, dando um aspecto de jôgo, e vem proporcionar um maior aproveitamento se forem usados desenhos coloridos, com dimensões não inferiores a 10 x 10 cm; apresentam a vantagem de poderem ser utilizados indefinidamente e sua elaboração é pouco onerosa.

As visitas, ou melhor, excursões, devem ser planejadas com cuidado. E' preciso que a professôra visite prèviamente o local, a fim de constatar o que deve ser verificado por seus educandos, pois senão a excursão transforma-se em simples passeio recreativo. Deve pois ver quais as hortaliças cultivadas, detalhes de sua cultura, combate a pragas e doenças, para melhor poder explicar aos escolares.

Após esta fase preparatória, as crianças já estão grandemente entusiasmadas e esta é a melhor ocasião para o início da horta escolar, que se faz pela demarcação do terreno — as dimensões da área vão evidentemente variar com o número de escolares, tendo como base de cálculo, canteiros de 3 m2 (1 m de largura por 3 m de comprimento) e uma distância entre um canteiro e outro de 0,50 m.

O terreno demarcado deve ter forma quadrada sempre que possível e após a demarcação faz-se a colocação dos mourões, que devem estar sem casca e com comprimento entre 1,80 a 2,50 m. E' uma tarefa um pouco pesada e deve ser reservada aos meninos mais crescidos os trabalhos de abrir os buracos e firmar os mourões, cabendo aos demais coletar pedras para os alicerces e jogar água nas bases para consolidar. Uma boa distância entre um e outro mourão é de 3m; os mourões podem ser de qualquer madeira, com um diâmetro médio de 20 cm e devem ser enterrrados 0,50 m; geralmente os próprios escolares, à pedido da professôra, se incumbem de trazê-los

Enquanto alguns se encarregam dêste serviço, cabe aos demais, escalonados em grupo de 6 a 10, preparar o terreno (capina e retirada do mato). Uma semana representa um período de tempo suficiente para tal início, isto sem prejudicar as atividades normais da escola

Temos agora que fazer a cêrca — a ideal — por ser de fácil construção e reparo, é a cêrca de bambu, ligada por cipó nas extremidades a dois mourões, como mostra a figura 1.

Em seguida, com bambus mais finos e verdes (rejeitar as ponteiras porque murcham depois de sêcas) com 2,50 m de comprimento, em média, abertos ao meio no sentido longitudinal, faz-se a cêrca pròpriamente dita, usando igualmente o cipó para prender; a extremidade inferior de cada bambu deve estar mergulhada em um rêgo com a profundidade de 10 cm, o qual à medida que se vai colocando os bambus, é tampado com terra molhada e pisoteado. Êste é um cuidado indispensável, pois além de firmar melhor a cêrca, evita a entrada de pequenos animais daninhos (roedores e galinhas).

A porta de entrada é feita também de bambu e presa por pequenos pedaços de couro.

Quanto a obtenção do bambu e cipó, os próprios escolares contribuirão eficazmente, tra-

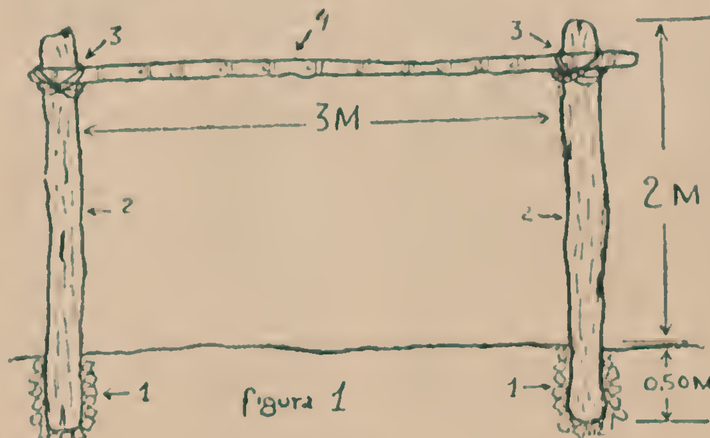


figura 1

1- alicerces de pedra
2 mourões
3- cipó
4. bambu transversal

zendo-os de suas casas. A formação da cêrca é um trabalho leve, no qual as meninas podem participar.

As ferramentas necessárias enxadões, para a limpeza do terreno; uma cavadeira destinada à abertura dos buracos para os mourões; foices de cabo longo para cortar e talhar o bambu e facões para cortar o cipó; os rêgos de sustentação da cêrca podem ser abertos fàcilmente com enxadão.

Terminada a cêrca, dá-se início à construção dos canteiros; todos êles devem ter disposição Norte-Sul, isto é, o seu maior comprimento deve ficar segundo a direção Norte-Sul; as dimensões são as já referidas anteriormente (3 m de comprimento e 1 m de largura); o canteiro deve ter altura não inferior a 10 cm (entre 10 a 20 cm); a maior altura do canteiro possibilita-o permanecer mais tempo explorado, sem haver necessidade de reparos, decorrentes do seu abaixamento pelas regas constantes e chuvas.

E' conveniente que todos os canteiros sejam dispostos seguindo um alinhamento, o que se obtem mais fàcilmente utilizando cordas firmes para delimitar a direção básica.

Os canteiros são marcados nas extremidades por quatro (4) estacas e cada um deles entregue a um escolar, ao qual caberá o seu preparo para o plantio. Êste preparo consiste no seguinte :

1) revolvimento do canteiro com enxadão;

2) jogar para dentro do canteiro a terra dos futuros caminhos (0,50 m entre canteiros já é suficiente para o trânsito);

3) em cada canteiro devem ser colocadas quatro (4) latas de 20 Kg de estêrco bem curtido, ou o que é menos oneroso, palha de café ou serrapilheira do mato, misturando bem com a terra.

Nesta ocasião, já devem os escolares ter escolhido, sob a orientação da professôra, qual a hortaliça que irão plantar no seu canteiro. E' aconselhável que a professôra influa no sentido de que em cada canteiro sejam semeadas duas hortaliças diferentes, assim por exemplo

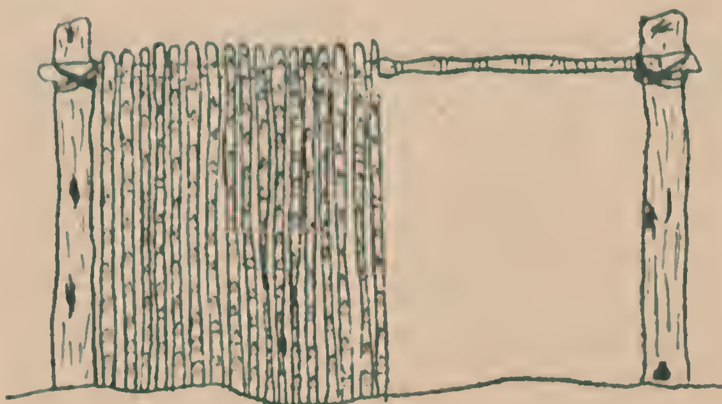


figura 2
início de colocação da cêrca

uma hortaliça de raiz com outra de fôlha, ou seja, uma de semeadura definitiva e outra que necessita repicagem ou transplantio.

São verduras de plantio direto : cenoura, nabo, beterraba, rabanete. Êste último é o que produz mais ràpidamente — com 30 a 35 dias já pode ser colhido.

As verduras que necessitam de repicagem ou replantio são a alface, a couve, a cebolinha, o tomate, a beringela.

Consideramos que estas últimas sejam cultivadas na horta escolar sòmente para obtenção de mudas, as quais serão posteriormente levadas para os canteiros domésticos feitos pelos escolares em suas residências. Isto por três razões: 1.º) os escolares levam para casa, os frutos de seu trabalho; 2.º) possibilitam u'a melhoria no padrão alimentar da família, que é um benefício imediato. 3.º) não aumentam demasiadamente as tarefas de cada um dos escolares, em detrimento das atividades normais de ensino.

A semeadura e os tratos culturais variam com a espécie hortícola e seria bastante demorado enumerá-los descriminadamente.

Assim vamos lembrar algumas técnicas que são gerais no plantio e trato.

SEMEADURA — HORTALIÇAS DE CULTIVO DEFINITIVO

1) Após estar o canteiro convenientemente estrumado, nivela-se com um pedaço de bambu e peneira-se areia (mais ou menos 3 mm), a qual se destina a dificultar a saída de ervas daninhas e favorecer o escoamento do excesso de água;

2) Marca-se com cordel as linhas nas quais se fará a semeadura e abre-se os respectivos sulcos, cujas profundidades variam com o tamanho das sementes;

3) Semeia-se espaçadamente, a fim de evitar grandes perdas pelo posterior desbaste;

4) Fecha-se os sulcos plantados e faz-se uma boa rega; sempre é conveniente que se inicie a rega dos canteiros um a dois dias antes da semeadura;

5) Aconselhamos cobrir com leve camada de capim sêco até o nascimento das sementes, quando então tal capim será disposto entre as linhas, o que vai diminuir a perda de água por evaporação e evitar a concorrência de ervas daninhas.

6) As regas devem ser diárias e sempre no mesmo horário.

SEMEADURA — HORTALIÇAS DE REPICAGEM E TRASPLANTIO

Deve-se seguir todos os itens anteriormente citados à (exceção do 3) e mais os seguintes:

1) Além da coberta baixa de capim faz-se uma coberta alta para isto usa-se quatro forquilhas, dispostas cada uma nas extremidades dos canteiros; duas delas terão o comprimento de 1 m e as outras duas 70 cm, todas serão enterradas no canteiros 20 cm, a fim de ficarem

bem firmes; as duas maiores dispostas segunda a direção leste-oeste e sôbre as quatro uma armação de bambu aberta, disposta como mostra a figura 3, e sôbre a qual repousa uma coberta de palha, de capim, ou sapé;

2) Após o nascimento das mudinhas, a coberta baixa é retirada e à medida que vão crescendo, vai-se diminuindo a sombra, ou seja, retira-se progressivamente a coberta, até que, por ocasião da repicagem ou trasplantio, as mudas estarão a pleno sol.

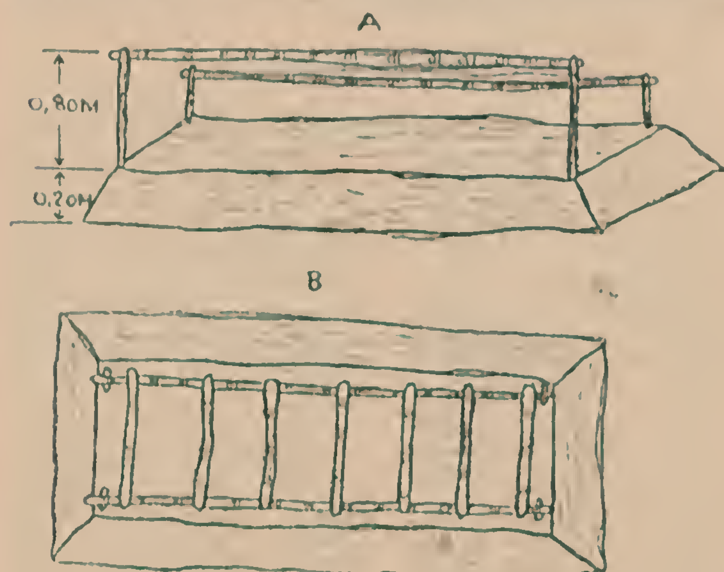


figura 3
A- Vista lateral e B- Vista superior

Após a semeadura, temos os seguintes tratos culturais: 1) rega diária — sempre feita com regador de crivo fino, ou mais simplesmente, com latas de fundo furado por pregos;

2) Retirada de ervas daninhas e revolvimento superficial do solo — é uma prática que dá bons resultados, pois corta a concorrência e diminui a evaporação da água.

Os tratos culturais posteriores serão específicos para cada uma das espécies hortícolas.

Podem também ser iniciadas pequenas lavouras de cereais, a cargo dos meninos maiores, nas quais a professôra, irá introduzindo práticas agrícolas melhoradas, como por exemplo, o emprêgo de sementes selecionadas e o combate às pragas.

Um cereal de fácil cultivo é o milho, cujos tratos culturais quase todos os escolares rurais conhecem; caberá a professôra a introdução de sementes de boa produção, como por exemplo do chamado milho híbrido.

Uma vez iniciada a horta escolar, é imprecindível a organização do clube agrícola. Para isto, deve a professôra conversar com os escolares sôbre os direitos e deveres dos sócios e diretores do citado clube; é totalmente ineficaz a simples eleição de uma diretoria e o pagamento de contribuições, se os escolares não compreenderem as finalidades e não participarem da vida democrática que um clube, convenientemente organizado e orientado, pode criar. O Serviço de Informação Agrícola possui uma publicação — "Clubes Agrícolas" — que apresenta normas práticas bastante fáceis e eficientes para a criação do clube agrícola escolar.

E uma vez iniciada a horta, as próprias crianças serão os seus maiores animadores e propagandistas e tornar-se-á possível a formação de um pequeno jardim escolar e a criação de abelhas em caixotes cuja alta produção fornecerá um capital inicial para futuros investimentos do clube agrícola.

São também bastante interessantes, pelo grande repercussão que alcançam, as festas escolares relacionadas com as atividades do clube agrícola.

Assim por exemplo é de grande valor a festa de colheita de milho — pois vai proporcionar um contacto mais amplo com as famílias dos escolares, o que evidentemente, só trará benefícios.

Cabe à professora, de acôrdo com as condições específicas de cada horta escolar, fazer as programações de tais festas, sempre apresentando uma parte esportiva, outra artístico-literária (números de canto e música do folk-lore regional) e uma apresentação e visita a horta escolar, permitindo dest' arte que os pais das crianças vejam os trabalhos realizados e dêem sugestões úteis para a continuação das atividades escolares e melhoramentos, não só no que concerne a horticultura, como também exponham as dificuldades e problemas que as crianças apresentam em relação ao ensino ministrado e êste contacto criará o hábito de futuras reuniões e posteriormente será possível a organização de uma associação de pais e mestres, cuja utilidade é notória para as relações entre as famílias dos escolares e a professôra.

Muita coisa interessante poderia ainda ser escrita e comentada sôbre as hortas escolares rurais, porém devido a falta de espaço, deixamos para a próxima oportunidade

Forragens verdes para os suínos

OLAVO B. ARAUJO E SILVA
Agrônomo

Como qualquer criação de campo, os suínos encontram na verdura todos os elementos indispensáveis à sua nutrição — protídios, glucídios, lipídios, vitaminas, sais nutritivos e, ainda a ação estimulante das funções digestivas.

A verdura por si só oferece êstes elementos convenientemente. Acontece, porém que os porcos na época da engorda requerem tanto glucídio que não o conseguem sòmente na verdura, visto que esta é volumosa demais para tão pequeno aparelho digestivo, tal como é o do porco.

Daí a conclusão: para porcas em gestação ou amamentando e para os bácoros em crescimento, basta a verdura, mas terá esta que ser tenra e farta; e para os suínos de engorda é necessário, além disso, um pouco de batatas e semelhantes e também o milho, principalmente no último mês de engorda.

Em qualquer caso, prevendo-se um pasto não muito variado, devem os suínos receber um pouco de proteínas de origem animal — sôro, farinha de carne ou de sangue.

Para conseguir verduras Tenras

Para que o pasto esteja sempre verde e farto é necessário dispor de menores relvados, porém duplos ou triplos, a fim de se fazerem a rotação das pastagens e o corte do emacegamento. É necessário, ainda, utilizar solo fértil ou favorecer a sua fertilidade, adubando-se periòdicamente, a começar quando fizer a formação do relvado. Via de regra, convém fazer a calagem com 800 Kg de cal por hectare; e, a seguir, uma adubação com 400 Kg. de farinha de ossos, com 30 m³ de estrume bem curtido, também por hectare.

O terreno deve ser enxuto

Os melhores são os inclinados, porém, de pouca inclinação. Os planos convêm, quando se tenha corrigido de tal forma que nunca se formem poças com as chuvas.

As melhorias forrageiras

Sem dúvida o quicúio se impõe por fornecer boa verdura, não crescer demais, ser dominador e resistente ao pastejo, e ainda, suportar bem o frio, desde que seja irrigado, no caso de invernos estiosos. É exigente, entretanto, requerendo, por isso, boa fertilidade da terra.

Nunca, porém, um pasto é bom, quando constituído de uma só forrageira. Daí, pensarmos sempre em se consociarem as forrageiras nas pastagens, lembrando-nos das leguminosas.

Para conviver com quicúio consorciado com outros muito bons, tais sejam o *capim forquilha* e o *capim de burro*, tentemos plantar também o *amendoim rasteiro*, as *centrósemas*, etc., e ainda, os *trevos* e *alfafas*, quando no sul do país.

Com adubação e a calagem preconizadas, favoreceremos o desenvolvimento das leguminosas nativas, muito interessantes, destacando-se entre nós, os *carrapichinhos pastéis*, ou *beiço de boi* ou ainda, *amorzinho*.

Verdura no côcho

Quando, lamentàvelmente, não se puder conseguir o pasto verde, tenro, perene, há o recurso das culturas de forrageiras para o corte e, então, há que prover-se o côcho com verduras tenra, farta e recentemente colhida.

O feno de leguminosas também pode ser empregado na alimentação de suínos, porém, melhor será a verdura fresca, nem que seja necessário irrigar-se a cultura. Dentre as forrageiras para corte lembremo-nos do *capim venezuela* e das leguminosas, *feijão mungo*, *trevos* e *alfafa*.

PILHAGEM ENTRE ABELHAS

PEDRO LUIZ VAN TOL FILHO

Às vêzes, na época da colheita, as abelhas são poucas para atender as flôres que lhes oferecem pólen e néctar em condições de serem transportados para as colmeias. As rainhas desenvolvem em sua plenitude a postura de ovos para que não venham a faltar novas abelhas capazes de substituírem as milhares de irmãs que morrem, exaustas pelo trabalho interno. No auge de tantas atividades, cai uma tempestade, com chuva grossa e ventos fortes, que derrubam a maioria das flôres.

Passada a tempestade, as abelhas tornam aos campos e descobrem, com desespêro, que quase não há mais flôres.

Mas o trabalho delas não pode parar. Se não há flôres, as abelhas procuram trazer provisões de outros lugares; são atraídas então pelo mel de outras colmeias, nas quais a população não esteja em condições de oferecer resistência, em defesa de seus tesouros.

Assim, as colônias menos populosas e aquelas que se encontram desmoralizadas pela falta de rainhas, tornam-se alvo de cobiça.

Aparecem então algumas abelhas atrevidas, vindas de uma colmeia forte, procurando penetrar no interior de uma dessas colmeias com poucas possibilidades de defesa. As sentinelas impedem que elas alcancem a entrada da habitação; mas ao fim de algum tempo, algumas das atacantes conseguem seu intento e vão se encher com mel, nos favos pouco defendidos.

Saem alvoraçadas e chegam à sua casa, transmitindo a tôdas suas irmãs a notícia do que se passou. Dezenas delas saem logo para repetirem a proeza. Algumas serão mortas pelas sentinelas da colmeia atacada; mas outras conseguirão alcançar os favos de mel, e, enchendo-se com êste alimento, levam-no para a sua casa, comunicando o sucesso às que lá estão. Então, avoluma-se o número das saqueadoras. Serão muitas centenas de abelhas, excitadas pelo ato de pilhagem, que saem de sua casa diretamente para a colmeia vítima. Ante a intensidade do ataque, as defensoras tornam-se impotentes. Percebendo isto, abelhas de outras colmeias vêm disputar com as "descobridores" a partilha das provisões, o que faz com que estas desapareçam em pouco tempo.

Animadas com o resultado da investida, as abelhas de tôdas as colmeias passam a atacar agora as colmeias vizinhas da primeira atacada. As sentinelas reagem. Trava-se combate, com enorme mortandade de parte a parte. É o que se designa com o nome de "saque generalizado".

Tôdas as colmeias passam a ser saqueadas e saqueadoras ao mesmo tempo. O chão do apiário cobre-se de abelhas mortas ou moribundas, até que a noite venha acalmar as que não morreram. No dia seguinte, provàvelmente logo cedo, recomeçarão os combates, até que as famílias fiquem quase extintas, ou que reapareça um novo fluxo de néctar. Mas então, a morte das milhares de abelhas, em virtude dos combates, reduz a capacidade coletora do apiário; e durante pelo menos um mês não haverá colheita, mesmo que muitas flôres, dentro de poucos dias, venham substituir aquelas destruídas pela tempestade.

Conhecendo os prejuízos causados pelo saque, também chamado "pilhagem", o apicultor deve se manter sempre atento nos períodos de escassez e logo após qualquer perturbação nectarífera. Nessas ocasiões deverão ser reduzidas ao mínimo, as entradas das colmeias e dos núcleos, bem como devem ser vedadas quaisquer frestas, por onde possa passar uma abelha, sem ser notada pelos habitantes. Se apesar dêstes cuidados, o apicultor notar um início de pilhagem, deverá pulverizar com farinha de trigo, as abelhas que entram e saem na colmeia saqueda, e depois descobrir em que colmeia elas entram, identificando assim a colmeia saqueadora. Permutam-se então os lugares; a saqueadora vai para o lugar da saqueada e esta para o lugar daquela. Haverá sempre alguma luta, porque as abelhas procurando sua casa, encontrarão

(Continua na pág. 47)

PROJETOS DE INTERÊSSE DA AGRICULTURA EM CURSO NO CONGRESSO NACIONAL

Projeto n.º 34-A, de 1955 — Autoriza o Govêrno do Território Federal do Amapá a organizar a Companhia de Eletricidade do Amapá; tendo pareceres, pela constitucionalidade da Comissão de Constituição e Justiça; com substitutivo da Comissão de Economia e favorável da Comissão de Finanças (1.ª discussão) — Projeto publicado no D. C. N. de 4-8-1955, pág. 4.630.

Projeto n.º 100-A, de 1955 — Dispõe sôbre a aplicação de depósitos existentes na Caixa Econômica do Rio de Janeiro em empréstimos aos produtores locais; tendo parecer contrário da Comissão de Finanças. (1.ª discussão) — Projeto publicado no D. C. N. de 4-8-55, pág. 4.633.

Projeto n.º 497, de 1955 — Obriga aos estabelecimentos bancários a aplicarem, no mínimo, trinta por cento (30%) de seus depósitos em empréstimos agrícolas e pecuários, e dá outras providências. (Do Sr. Plácido Rocha) — Projeto publicado no D. C. N. de 4-8-1955, à pág. 4.634.

Projeto n.º 350-A, de 1955 — Estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1956; com parecer da Comissão de Orçamento e Fiscalização Financeira sôbre as emendas do Plenário e com sub-emenda — Projeto publicado no D. C. N. de 5-8-55, pág. .. 4.677.

Projeto n.º 510, de 1955 — Autoriza a abertura de um crédito especial de Cr$ 100.000.000,00 para socôrro às populações vítimas do flagelo da sêca e dá outras providências. (Do Sr. Segismundo Andrade) . Projeto publicado no D.C.N. de 5-8-1955, pág. 4.691.

Projeto n.º 511, de 1955 — Prorroga o prazo para financiamento das lavouras de café. (Do Sr. Herbert Levy) . Projeto publicado no D. C. N. de 5-8-55, pág. 4.692.

Projeto n.º 512, de 1955 — Cria o Instituto do Sisal e dá outras providências. (Do Sr. Janduhy Carneiro). Projeto publicado no D. C. N. de 5-8-1955, pág. 4.692.

Projeto n.º 936-A, de 1951 — Autoriza o Govêrno Federal a organizar a Cia. Hidroelétrica do Parnaíba; tendo pareceres da Comissão de Constituição e Justiça pela constitucionalidade, exceto quanto ao art. 10 e contrários das Comissões de Economia, de Transportes, Comunicações e Obras Públicas e de Finanças. (1.ª discussão). Projeto publicado no D. C. N. de 9-8-1955, pág. 4.798.

Projeto de Resolução n.º 7-B, de 1955 — Cria uma Comissão Mista de Reforma Agrária; tendo pareceres, com substitutivo, da Mesa e favorável da Comissão de Economia. Parecer da Comissão de Economia favorável a emenda de discussão única. — Projeto publicado no D. C. N. de 9-8-1955, pág. .. 4.808.

Projeto n.º 518, de 1955 — Regula a contagem de tempo de serviço dos servidores do Ministério da Agricultura quando em exercício em locais prejudiciais à saúde. (Do Sr. Benjamim Farah) — Projeto publicado no D. C. N. de 9-8-1955, pág. 4.811.

Projeto n.º 520, de 1955 — Prorroga por um ano o prazo de vencimento dos contratos de financiamento agropecuário de responsabilidade dos agricultores e pecuaristas das regiões atingidas pela geada e dá outras providências. (Do Sr. Miguel Leuzzi). Projeto publicado no D. C. N. de 9-8-1955, pág. 4.812.

Projeto n.º 3.966-B, de 1953 — Redação para a 2.ª discussão do Projeto número 3.966-B, de 1953, que autoriza o Poder Executivo a abrir o crédito especial de Cr$ 500.000,00, para atender as despesas decorrentes da Festa Nacional do Arroz, a realizar-se em Pelotas, no Rio Grande do Sul. — Projeto publicado no D. C. N. de 12-8-55, pág. 4.941.

Projeto n.º 4.691-A, de 1954 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr$ 47.325,00 para pagamento de diferenças de gratificação de magistério;

tendo parecer favorável da Comissão de Finanças (discussão única). Projeto publicado no D. C. N. de 12-8-1955, pág. 4.942.

Projeto n.º 538, de 1955 — Autoriza a União a criar um serviço denominado Serviço Nacional de Assistência Rural. (Do Sr. Antunes de Oliveira). — Projeto publicado no D. C. N. de 12-8-55, pág. .. 4.972.

Projeto n.º 539, de 1955 — Assegura aos atuais servidores da União, que contarem, em cargo de direção, mais de dez anos de serviço seguidos, ou mais de quinze anos de exercício interpolado, os vencimentos da última comissão federal que houverem desempenhado. (Do Sr. Segismundo Andrade) — Projeto publicado no D. C. N. de 12.8. 55, à pág. 4.974.

Projeto de Lei n.º ... — Regula a contagem de tempo de serviço dos servidores do Ministério da Agricultura, quando em exercício em locais prejudiciais à saúde. — Projeto publicado no D. C. N. de 14-8-1955, pág. 4.157.

(Conclusão da pág. 39)

se-ia comprar, no máximo, 20.000 sacas, ao preço atual de Cr$ 2.580,00, para o tipo Santos. Diz o projeto que o Instituto se entenderia diretamente com os produtores, o que se torna impossível, pois êle não tem rede administrativa para isso. Além do mais, os produtores perderiam o benefício da concorrência dos recursos provenientes da Carteira Agrícola do Banco do Brasil da Comissão de Financiamento da Produção que controlam as disponibilidades oferecidas pelo Govêrno Federal. Assim, o projeto, do ponto de vista econômico, é de todo inconveniente para os produtores de café" — concluiu o entrevistado.

Viagem de Estudos aos Estados Unidos

Do relatório apresentado ao Govêrno Americano pelos Engenheiros-Agrônomos formados pela Escola de Agronomia e Veterinária de Pôrto Alegre destacamos, entre outros, os seguintes trechos

AGRICULTURA E INDUSTRIA

Por *Fernando Corrêa Oliveira*

Nêste relatório não podíamos deixar de destacar o que nós foi dado observar no que se trata da relação entre a agricultura e a indústria. Ambas têm uma finalidade comum, isto é, produzir bem e bastante.

A indústria está ligada por dois laços à agricultura. O primeiro pelo fato desta favorecer a agricultura, fornecendo-lhes : instrumentos para o trabalho agrícola, adubo para fertilizar o solo; rações balanceadas para a alimentação dos animais, etc.

Junto nêstes setores nos foi mostrado um exemplo de cada indústria. Assim, conhecemos a International Harvester Company, em Chicago, onde vimos a rapidez e perfeição como é feito um trator. Na Florida vimos uma mina de fosfato e logo após o beneficiamento dêste. No caminho para St. Louis (Missouri) visitamos uma indústria particular, que executa experiências para obter melhores fórmulas de rações para animais.

Segundo laço vem a ser o aproveitamento do produto agrícola que, após industrializado, encontra-se em condições de ser utilizado pelo homem.

Por êste lado vimos também alguns frigoríficos, como a Swift & Co., em Chicago, industrializando a carne; engenhos de arroz, beneficiando êste produto agrícola, etc.

Nestas relações não deixemos de ver o empenho de ambos — Agricultura e Indústria — de cada vez mais procurar oferecer um produto de maior reputação no mercado.

INTRODUÇÃO DE UMA CADEIRA DE EDUCAÇÃO VOCACIONAL NO GINÁSIO

Por *Pedro Caggiano Filho*

Seria de grande valor para a preservação do capital nacional e sobretudo para uma melhor e mais bem dirigida exploração do solo, a criação de uma cadeira de Agricultura Vocacional nos cursos secundários de nosso Estado.

Se assim afirmamos, é porque sentimos uma acentuada fuga do campo para a cidade, seja por falta de conhecimentos, seja por falta de apoio ao pequeno agricultor, ou seja, ainda, num grau mais acentuado, por falta de amor à terra.

De uma maneira geral, as grandes glebas de terra no Brasil são indiretamente exploradas por seus proprietários, delas usufruindo um lucro suficiente, mas que, na realidade, não expressa o pontencial que nelas reside.

Mas como iniciar êste plano?

Aqui aludimos o auxílio que poderia ser dado pelos Agrônomos Regionais, no que tange ao ministrar as aulas.

E como agiremos?

Uma vez chegados ao Brasil, procuraremos arquitetar um plano junto com a Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio e com Sociedade de Agronomia do Rio Grande do Sul. E assim em conjunto, procuraremos elaborar um projeto que será levado ao conhecimento do poder competente e submetido à aprovação.

Se já nos primórdios de sua educação o jovem começa a tomar contacto com a terra, não resta dúvidas que será um passo no sentido da racional exploração do solo pátrio e da mais rápida emancipação econômica.

BIBLIOTECA CENTRAL DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

JOSÉ A. VIEIRA

No moderno conceito biblioteconômico, a razão de ser da Biblioteca é o leitor. Exatamente nêste sentido de relação pública é que está organizada a do Serviço de Informação Agrícola, que, pela sua situação especialíssima, atúa como Biblioteca Central do Ministério da Agricultura.

Criada em 1930, começou em 1945 a ser reorganizada de acôrdo com a nova técnica, datando daí a catalogação de todo o seu acêrvo pelo código da Biblioteca Apostólica Vaticana e a classificação pelo sistema decimal de Melvil Dewey.

Em 1953, instalou-se no amplo salão térreo do edifício-sede do Ministério, no Largo da Misericórdia, com estantes abertas de aço, fichários em forma de catálogo-dicionário e acomodações adequadas, embora modestas, para os leitores.

Especializada em agropecuaria e assuntos afins, a Biblioteca do SIA conta atualmente com cêrca de 28.000 volumes, entre livros, folhetos e periódicos, podendo-se assinalar algumas preciosidade com mais de três séculos, além de outras menos remotas, porém de valor inestimável, tais sejam : LE THÉATRE DE L'AGRICULTURE, DE Oliveir de Serres, publicada pela 1.ª vez em 1600, em edição de 1804; HISTOIRES DES DROGUES, ESPICHERIES MÉDICAMENS SIMPLES, DE 1619; DE SITU OBRIS, de Pomponit Melae, de 1722; SYSTÉME SEXUEL DES VÉGÉTAUX, de Charles Linné, de 1798; LE BON FERMIER, de 1786; VOYAGES DE C.P. THUNBERG AU JAPON, De 1796, RECHERCHES SUR LES ASSEMENTS FOSSILES, de Cuvier, de 1825, LES DIFFÉRENTS FORMES DES FLEURS, DE 1878; FECONDATION CROISÉE, de 1877, LA FACULTE MOTRICE DES PLANTES de 1882 e LES ANCIENS, de Adem Dickson, de 1802; TRAITÉ THÉORIQUE ET PRATIQUE SUR LA CULTURE DES GRAINS SUIVI DE L'ART DE FAIRE DE PAIN, de Antoine Augustin Parmentier de 1802.

Além dessas obras, enriquecem o seu acêrvo a ENCLYCLOPÉDIA AGRICOLE e a COLEÇAO BRASILIANA; esta última trata dos mais variados assuntos nacionais. Entre as principais obras de referência, além das enciclopédias gerais, conta com as seguintes fontes especializadas :

DICTIONNAAIRE NATURELLE; ENCICLOPÉDIA DE QUIMICA INDUSTRIAL, de Therpe; DICTIONNARE DE CHIMIE PURE ET APPLIQUÉE, de Wurteze; DICTIONNAIRE DESCRIPTIF ET SYNONYMIQUE DES GENRES DES PLANTES PHANÉROGAMES, de Lamée; STANDARD CYCLOPAEDIA OF HORTICULTURE, de Bailey; DICCIONARIO DE AGRICULTDRA, ZOOTECNIA Y VETERINARIA; LAROUSSE AGRICOLE; ENCICLOPEDIA AGRARIA ITALIANA.

No sentido de fazer divulvação, publicou o GUIA DAS BIBLIOTECAS DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, que se tem atualizado sempre em novas edições (5.ª). Já em 3.ª edição, encontra-se a Lista de cabeçalhos de assunto sôbre agricultura e ciências afins, de Xavier Placer e Aida Befone. Além dêsse, os folhetos : COMO ORGANIZAR A BIBLIOTECA DO CLUBE AGRICOLA E REDAÇAO OFICIAL PARA O CLUBE AGRICOLA. Para distribuição, em folhas datilografadas encontram os interessados bibliografias sôbre todos os assuntos agropecuários, permanentemente atualizadas.

Especial menção merece o seu periódico "NOTICIAS BIBLIGRÁFICAS", já no vigésimo segundo número, no qual apresenta resumos de trabalhos científicos de interêsse para os técnicos do M.A., colhidos das várias publicações recebidas pela Biblioteca, bem como a relação das edições S.I.A. e o cmentário da legislação agropecuária brasileira.

A Biblioteca do Serviço de Informação Agrícola atende aos seus consulentes, diàriamente, de 11 às 17 horas, e aos sábados, das 9 às 12 horas, franqueando as estantes à consulta local e realizando empréstimo a domicílio com prazos razoáveis de devolução. O seu acêrvo é permanentemente atualizado, com aquisição de novas publicações. Realiza doação e permuta de obras entre as suas congêneres. Trabalho interessante e de grande repercussão é o da leitura técnica de revistas. O resultado dessa leitura é comunicado aos interessados, que recebem um aviso citando o título do artigo, seu autor, nome e número da revista, ficando, assim, informados dos últimos avanços da ciência.

Além de possuir êste centro de consultas bibliográficas de real valor, o S.I.A. promove, à semelhança, a organização de novas bibliotecas agrícolas junto a diversas entidades públicas e privadas, de interêsse agropecuário, fornecendo publicações que edita sôbre os mais variados assuntos. A rede de bibliotecas agrícolas, em formação, será mais um serviço prestado pelo Ministério da Agricultura aos que dedicam seus estudos e atividades ao desenvolvimento da economia agrária do País.

☆ NOTICIÁRIO ☆

da Escola de Horticultura Wenceslão Bello

Clube Agrícola Miguel Calmon

Digno de registro é a colaboração que o Clube Agrícola Miguel Calmon, constituído pelos alunos da Escola de Horticultura Wenceslão Bello prestou à Escola Municipal Presidente Dutra, no Dia da Arvore. Os estudantes José Eloi Ferreira Ramos, Tadashi Neshigute e Agostinho Rodrigues da Silva, da diretoria do Clube Agrícola auxiliaram na Escola Presidente Dutra, o plantio de um cafeeiro fornecido pela E. H. W. B. em solenidade presidida pela Professôra Maria Eugênia, da referida Escola.

O Dia da Arvore na E. H. W. B.

O dia 21 de setembro foi condignamente comemorado na Escola de Horticultura Wenceslão Bello, pelos corpo docente e discente. Na referida data, com a presença do Diretor da Escola, Dr. Antonio de Arruda Câmara, de sua digníssima espôsa, D. Guiomar de Arruda Câmara, de professôres e de alunos do Internato, foi plantada uma árvore comemorativa da data.

No dia 25, em solenidade presidida pelo Doutor Antonio de Arruda Câmara, com a presença de professôres e alunos dos cursos regulares e avulsos foi plantada outra árvore comemorativa da data (êsse atraso decorreu do fato dos cursos avulsos só funcionarem aos domingos), tendo usado da palavra na ocasião o Prof. Geraldo Goulart da Silveira, em nome da direção da Escola e a senhorita Therezinha Asta Voegel, em nome dos alunos dos Cursos Práticos. Os alunos ofereceram a seguir à Escola, um quadro referente ao ato, assinado por todos os que na referida data estavam freqüentando as aulas dos Cursos Práticos Agrícolas ministrados em colaboração com a C B A R.

Aniversário do Diretor da E. H. W. B.

Registramos o 60.º aniversário do Dr. Antonio de Arruda Câmara que, desde a sua fundação, em 1937, dirige a Escola de Horticultura Wenceslão Bello, da Sociedade Nacional de Agricultura. O Diretor Dr. Arruda Câmara, que apezar de enfêrmo sempre tem dispensado tôda atenção à Escola, após receber os cumprimentos dos professôres e alunos foi presenteado com um livro autografado por todos os alunos do internato.

Rubem Henrique Jacundá

....O fruticultor Rubem Henrique Jacundá, antigo aluno da Escola de Horticultura Wenceslão Bello e ex-membro da diretoria do Clube Agrícola Miguel Calmon, ao concluir o serviço militar, foi alvo de justos elogios por parte de seus superiores

Além de um ofício assinado pelo Comandante, enaltecendo as suas qualidades e os bons serviços prestados ao exército, fêz jus ainda a uma medalha de ouro, como soldado exemplar que foi entre todos os que prestaram serviço militar na 1.ª Região Militar no ano de 1954.

Ao registrar tal acontecimento, a Esco'a de Horticultura Wenceslão Bello o fêz com grande júbilo, pois quando aluno do Internato, Rubem Henrique Jacundá sempre se revelou um bom estudante e bom colega, tendo merecido sempre de seus professôres e da direção da Escola elogios pelo seu exemplar comportmaento e elevado espírito de colaboração.

Ao tomar conhecimento do fato, deliberou a diretoria da Sociedade Nacional de Agricultura não só louvar o ex-aluno da Esco'a de Horticultura Wenceslão Bello, como também oferecer-lhe uma assinatura vitalícia de sua revista "A Lavoura".

O sr. Rubem Henrique Jacundá trabalha atualmente no Serviço de Expansão do Trigo, em Goiânia.

Cursos Práticos Agrícolas

Foram concluídos em Outubro, os seguintes Cursos Práticos Agrícolas ministrados na E. H. W. B. em colaboração com a CBAR: Máquinas de Defêsa Sanitária Vegetal, Cooperativismo Rural, Multiplicação Vegetal, Organização de Pomares, Cultura de Citrus, Cultura de Raízes e Tubércu'os, Botânica Agrícola, Inseticidas e Fungicidas e Conservação do Solo.

(Conclusão da pág. 17)

operações sociais. Correlativamente, a remuneração do capital tem de estar limitada; e o máximo que se fixa não há de exceder o interêsse corrente do dinheiro. E alude o projeto de lei do Estado, formulado recentemente pela Liga Americana, que um dos textos onde com mais relêvo aparece a nota característica apontada neste parágrafo.

Trata-se, como se vê de um profundo conhecedor da teoria e da prática do cooperativismo, já falecido. Seu ilustre filho, prestou, reeditando-o com comentários, assinalado serviço aos estudiosos. As longas citações que fiz dão essa medida e constituem uma homengeam ao i'ustre doutrinador que tenho a honra e o prazer de divulgar pela primeira vez no Brasil, como o fiz com Leicerson, Bórea, Fabra Ibas, Valko, dentre outros.

NOTA EM TEMPO

Do professor Juan Gascón acabo de receber, outro substancioso trabalho, edição do Instituto de Estudios de Administración Local, intitulado "Algunos aspectos cooperativos de la vida local", em que seu brilhante autor defende a tese das "régles" cooperativas, depois de alusões ao rico passado cooperativo de Espanha e à situação atual.

Condições especiais para a criação de peixes, em águas represadas e correntosas, nas propriedades rurais e nos ambientes aquáticos naturais, públicos ou particulares

Por ASCANIO DE FARIA
Técnico em Caça e Pesca

Devem os proprietários rurais, no preparo de seus ambientes aquáticos, levar em conta os seguintes princípios técnicos, considerados básicos e indispensáveis à obtenção de bom rendimento na criação de peixes

I — AGUA

A água deve ser pura, isenta de gases tóxicos, não poluida, devendo, se possível, ter origem dentro da propriedade, a fim de que seu proprietário possa exercer, sôbre a mesma, o mais severo contrôle.

U'a água que encerre condições ideais deve ter *pH* compreendido entre 7 e 8, caracterizando-se, igualmente, por um teor acentuado de reservas alcalinas.

Essas águas são, indubitàvelmente, mais produtivas do que aquelas cujo pH esteja compreendido entre 5,5 e 6,5. Quer isto dizer, que as águas fracamente alcalinas, são superiores, em produção de plancton, às que são ácidas, embora existam espécies ictiológicas e planctônicas que preferem ambientes de águas ácidas.

Nos ambientes aquáticos, não se deve, de forma alguma, admitir a possibilidade de penetração de volume excessivo de água de abastecimento. A água de abastecimento, deve ser suficiente, apenas, para manter, no ambiente aquático, o mesmo nivel, repondo a que se evapora e se infiltra, sem, portanto, dar origem a transbordamentos. Pode-se, com essa prática, reter, em benefício do desenvolvimento normal das novas gerações de peixes, uma quantidade suficiente de plancton, nos meses em que se verifique a procriação As águas pluviais e as de nascentes ou riachos, consideradas excessivas, dentro dêste ponto de vista, devem correr, em valetas cavadas no terreno, por fora do represamento

II — PRODUÇAO DE PLANCTON

A natureza da água depende da do terreno ,podendo, assim, como se faz na agricultura, melhorar-se suas condições de produtividade, com a introdução ,no ambiente aquático, de certos elementos, favoráveis ao seu enriquecimento.

A riqueza planctônica de u'a massa de água, pode ser melhorada pela prática da fertilização do ambiente aquático. Usa-se de preferência, nesse *enriquecimento*, o estrume de gado, bem curtido e isento de palha, na proporção de 300 quilos para cada acre de terreno alagado (4.000 m2).

Destarte, um açude que tenha 10.000 m2 (1 hectare), deve receber, duas vêzes por ano, em janeiro e setembro, cêrca de 750 quilos dessa espécie de adubo.

Numa associação de fertilizantes, pode-se juntar, aos 750 quilos de estrume de gado, 25 quilos de superfosfato, com grandes efeitos favoráveis ao aumento da produtividade das águas.

Os terrenos de nossas propriedades rurais, com raras exceções, são ácidos, devendo se, assim, com exclusão das zonas de terras calcáreas, juntar, à massa fertilizante já apontada, 200 quilos de cal apagada, para cada hectare de terras alagadas.

III — NATUREZA DO TERRENO

Terras de elevado teor em reservas alcalinas, 1,0 e 2,0%, são preferidas às ácidas. Devem, igualmente, ser pouco permeáveis, evitando se, com essa condição essencial, a ponto de vista, devem correr, em valetas cavadas no terreno, por fora do represamento. necessidade de grandes renovaçoes de água, garantindo se destarte, a formação de estoques de plancton, indispensáveis ao normal desenvolvimento das novas gerações dos peixes em criação.

IV — PREPARO DO TERRENO

Deve-se derrubar o mato existente e destocar-se e capinar-se tôda a área, arrancan-

do-se raízes, bulbos e rizomas. As excavações devem ser feitas de tal maneira que, pelo alagamento, se estabeleçam duas zonas, sendo uma rasa, chamada litoral e outra mais profunda, chamada abissal.

A primeira deve compreender 2/3 da área total e a segunda, apenas, 1/3 dessa área. A primeira zona (litoral), também pode ser chamada trofogênica ou de criação, constituindo o lugar onde nascem os peixinhos e onde vivem, para se alimentar e crescer.

A segunda (abissal), serve, apenas, de refúgio para os peixes, nos momentos em que se verifiquem mudanças bruscas de temperatura, noeivas, tanto para os peixinhos, como para os reprodutores, podendo mesmo, ter efeito mortífero, tanto para uns como para outros.

A profundidade da zona de sal, deve variar, diretamente, com a área disponível. Assim, nos ambientes de 500 a 1.000 m2, não deve ela exceder a de 1,5 m, podendo, nos de 4.000 e 10.000 m2, atingir, até, a de 3,0 m. Na zona litoral devem as profundidades variar de 0,60 a 0,20 m.

V — CAIXA DE PROTEÇÃO

No local de escoamento da água, na barragem, deve-se instalar uma caixa de proteção, a fim de se evitar a fuga dos peixinhos, por ocasião do esvaziamento parcial ou total das águas do ambiente aquático.

Haverá, sim, nessa caixa de cimento armado, de forma retangular ou quadrada, de altura igual à maior profundidade do açude, dois caixilhos de madeira, sendo um com tela milimétrica e outro com tela de 0,01 m de malha, colocada essa última na frente da primeira. Na parte posterior dêstes caixilhos, guarnecidos com tela de cobre ou arame galvanizado, coloca-se em goteiras confrontes e paralelas, abertas no cimento armado, uma série de tábuas de madeira de lei, de 0,20 m de altura e da largura da caixa de proteção, sobrepostas, com encaixe de macho e fêmea, a fim de, retirando-se tábua por tábua, de cima para baixo, poder-se realizar o escoamento da água do ambiente, em camadas, sem a formação de grandes correntezas, que dariam origem ao revolvimento do fundo do ambiente aquático.

VI — ESCOLHA DAS ESPÉCIES

A temperatura das águas, selecionam as espécies em criação. Em nosso País estamos criando várias espécies, distribuídas de conformidade com as condições ecológicas das diferentes regiões.

Assim o bass — *Micropterus salmoides*, desenvolve-se bem em águas de temperatura máxima de 16° C, enquanto que os tucunarés, o apaiari e o pirarucu, só se multiplicam, satisfatòriamente, em ambientes aquáticos de temperatura mínima de 24° C. A truta arco-iris — *Salma gardinerii iridues*, pode ser criada nos rios, açudes e reprêsas de nossos altiplanos, como por exemplo, na Serra da Bocaina, no Parque Nacional do Itatiaia, na zona de Macaé de Cima, em Campos do Jordão, na Mosela e na Serra dos Órgãos, devendo, apenas, a temperatura da água dos ambientes aquáticos, não exceder de 21° C, em qualquer época do ano.

A guisa de esclarecimento, afirmamos que a Divisão de Caça e Pesca já distribuiu, de 1947 até o presente momento, a 492 piscicultores amadores, para criação em seus ambientes aquáticos, 1.606 reprodutores de tucunaré *(Cichla ocelaris)*; 371 de apaiari, 491 de bass e 69.065 alevinos da espécie de truta já referida.

VII — ÁREAS DOS AMBIENTES AQUÁTICOS

As áreas necessárias são variáveis com as espécies, podendo-se, por exemplo, *criar-se* o apaiari, *(Astronotus ocelatus)* em ambientes de 500 a 1.000 m2, com rendimento, respectivamente, de cêrca de 250 a 500 quilos de pescado, anualmente, o tucunaré *(Cichla ocelaris)*, espécie de maior porte, exige as áreas de 4.000 a 10.000 m2, podendo-se obter, anualmente, respectivamente, nas melhores condições técnicas, cêrca de 400 a 1.000 quilos, dessa tão fina quão saborosa espécie.

O pirarucu *(Arapaima gigas)*, espécie de grande porte, só pode ser criado em áreas superiores a 100.000 m2, devendo, igualmente, haver na mesma uma grande reserva de peixe alimento, em contínua e natural penetração nos ambientes aquáticos. Os alevinos dessa espécie podem ser produzidos em pequenos tanques, adrede preparados, nos moldes dos usados na Estação Experimental de Piscicultura de Lima Campos, no Estado do Ceará.

O bass, *(Micropterus salmoides)*, é uma espécie de grande valor, prestando-se para o peixamento de águas mais frias, situadas em altitudes acima de 500 m, onde, muitas vêzes, não se pode criar o tucunaré, e, tão pouco o apaiari e o pirarucu. Os ambientes no tocante às áreas de profundidade, para criação desta espécie são, mais ou menos, iguais aos do tucunaré, exceto à temperatura de suas águas.

A truta — *Salmo gardinerii irideus*, deve ser criada em açudes e reprêsas, de áreas de 4.000 a 100.000 m2, abastecidos por rios ou riachos, que servirão de local para desova, no período de reprodução da espécie. Os rios de nossos altiplanos, estão sendo peixados, desde julho de 1949, com larvas e alevinos da espécie em aprêço, já se tendo obtido magníficos resultados na Serra da Bocaina, onde existem quatro gerações de trutas brasileiras, nos rios Jacu-pintado, Bonito, Paraná, da Peroba, Paca e Paquinha.

VIII — PEIXE ALIMENTO

As espécies ictiófagas exigem outros peixinhos para sua alimentação.

O apaiari necessita de barru, enquanto que o tucunaré e o bass, exigem lambaris, acarás e saguirus para sua dieta alimentar.

O pirarucu, deverá se dar bem com os acarás, lambaris, saguirus e, também, com os curimbatas, piaus e cangatis, etc.

As trutinhas podemos tentar proporcionar os barrigudinhos, os acarás e os saguirus

(Continua na pág. 44)

BIBLIOTECA DA S. N. A.

OFERTA DO DR. FABIO LUZ FILHO

23) O Veterinário Brasileiro — Ernesto Viola — Maranhão — 1924.
24) A irrigação no mundo e no Brasil — J. Muniz Nery — Belo Horizonte, 1940 — fls.
25) Conselhos sôbre a vinificação da uva — Celeste Gobbato — Pôrto Alegre, 1930 — fls.
26) Recomendação aos viticultores — Diretoria de Agricultura, Ind. e Comércio — Circular n. 30 — Pôrto Alegre, 1932 — fl.
27) Plantação de videiras — Celeste Gobbato — Pôrto Alegre, 1933 — fls.
28) Análises físicas e químicas de uvas e mostos na zona colonial italiana em 1934 — Dr. W. Mohr — Pôrto Alegre, 1936 — fl.
29) Ligeiras notas sôbre economia agrícola — Henrique Dumont Villares — São Paulo, 1931.
30) São Paulo industrial — Henrique Dumont Villares — São Paulo, 1937.
31) Cultura prática da urena lobata — Ubirajara Pereira Barreto — São Paulo, 194.
32) A engenharia e a indústria — Roberto Simonsen — São Paulo, 1945.
33) Variedades cultivadas de cacau — Gregório Bondar — Bahia, 1922 — fl.
34) Palmeiras de gênero cocos e descrição de duas espécies novas — Gregorio Bondar — Bahia, 1941 — fl.
35) Existem mercados à espera do cacau baiano — Gilberto Paim — Bahia, 1949 — fl.
36) A reestruturação comercial do Instituto de Cacau — Bahia, 1949 — fl.
37) Autarquias, fundações e institutos de economia mista — J. de Araújo Góes — Bahia, 1950 — fl.
38) Os primeiros passos para a reconstituição dos soutos portuguêses — Jorge Brito dos Santos — Portugal, 1945 — fl.
39) O Castanheiro no Distrito de Bragança — Manuel Gomes Guerreiros e Columbano Taveira Fernandes — Portugal, 1945 — fl.
40) Higiene dos campos — Dr. Augusto Bernacchi — Rio de Janeiro, 1909.
41) Alimentação dos equideos — N. Athanassof — Rio de Janeiro, 1913 — fl.
42) Conferência Nacional de Pecuária — Barros Fournier — Imprensa Nacional — Rio de Janeiro, 1917 — fl.
43) Cousas americanas e brasileiras — Hélio Lôbo — Imprensa Nacional — Rio de Janeiro, 1923.
44) A cana de açúcar na Bahia — Dr. Alexandre Grangier — Rio de Janeiro, 1926 — fl.
45) As leguminosas e suas farinhas alimentares — Dr. A. Antônio de Andrade — Imprensa Nacional — Rio de Janeiro, 1926 — fl.
46) Climatologia e meteorologia de Pinheiro, Estado do Rio — Dr. Manuel Paulino Cavalcanti — Rio de Janeiro, 1926 — fl.
47) Amarelão e maleita — Belisário Pena — Rio de Janeiro, 1928 — fl.
48) Preços das terras no Brasil e salários rurais — Ministério da Agricultura — Rio de Janeiro, 1931 — fl.
49) A análise da cana de açúcar e seus produtos e a fabricação do açúcar em Campos — Oduvaldo do Nascimento Mata — Ministério da Agricultura — Rio de Janeiro, 1931
50) A indústria açucareira em Pernambuco — Fernandes e Silva — Rio de Janeiro, 1933 — fl.
51) O mate — Francisco Leite Alves da Costa — Ministério da Agricultura — Rio de Janeiro, 1935.
52) O Mercado de ovos no Distrito Federal — Evaristo Leitão — Ministério da Agricultura — Rio de Janeiro, 1936 — fl.
53) O que os brasileiros devem saber — Ernani Fornari — Rio de Janeiro, 1936 — fl.
54) Nipões e coisas do seu pensamento — L. H. Yakumo Koyzumi — Rio de Janeiro, 1937.
55) O desenvolvimento dos mercados internos, a grande fôrça de defesa da economia nacional — Waldyr Niemeyer — Rio de Janeiro, 1939 — fl.
56) A rêde rodoviária fluminense — Adalberto Ribeiro — Imprensa Nacional — Rio de Janeiro, 1942 — fl.
57) Relatório parcial dos estudos econômicos e

sociais realizados em Bananal — Ayres de Azevedo — Ministério da Agricultura — Rio de Janeiro, 1943.

58) Memória n. 6 — Contribuição para o estudo da região ervateira — Instituto de Química Agrícola — Rio de Janeiro, 1944
59) Rodovia Getúlio Vargas — Moacir M. F. da Silva — Rio de Janeiro, 1944.
60) Notas sôbre a cultura da hortelã pimenta — Abelardo Rodrigues Lima e Edmar José Kiehl — Ministério da Agricultura — Rio de Janeiro, 1945 — fl.
61) Industrialização da mamona no Brasil — Cunha Bayma — Rio de Janeiro, 1945 — fl.
62) Fomento rural — Conselho Nacional de Estatística — Rio de Janeiro, 1946 — fl.
63) Pela livre circulação de mercadorias — Afrânio de Carvalho — Rio de Janeiro, 1946 — fl.
64) O trigo e a reforma agrária — Lauro Montenegro — Imprensa Nacional — Rio de Janeiro, 1948 — fl.
65) Custo da produção — Ministério da Agricultura — Rio de Janeiro, 1949 — fl.
66) Libertação econômica — Cadernos de emancipação — Rio de Janeiro, 1952.
67) Serpentes peçonhentas — Eurico Santos — Ministério da Agricultura — Rio de Janeiro, 1952 — fl.
68) Temas ruralistas — Dom José Delgado — — Série Maranhão Rural — n. 4 — Maranhão, 1955 — fl.
69) A adubação das flores — Rio de Janeiro — fl.
70) Estudos pomológicos — J. Vieira Natividade — 1947 — fl.
71) Atlas algodoeiro do Brasil — William Wilson Coelho de Souza.
72) Federacion Agraria Argentina — 36.º Congresso Plenário — 1948.

OFERTA DO DR. ARTHUR TORRES FILHO

1) Dicionário das linguas inglesa e portuguêsa — José de Lacerda — 2 vols. — Lisboa, 1866.
2) The century dictionary and cyclopedia — Benjamin E. Smith — A. M. L. H. D. — Vol. IX — New York.
3) Guide pratique d'agriculture tropicale — A. Fauchére — I — Paris, 1922.
4) Demonstração de processos de combate à saúva — Ministério da Agricultura — Rio de Janeiro, 1936.
5) Manual do Estrangeiro — Pericles Mello Carvalho — Rio de Janeiro, 1938.
6) O fazendeiro — Ano VIII — ns. 1, 2, 3, 4, 5 e 6.
7) 8.ª semana do fazendeiro — Ministério da Agricultura — Universidade Rural — Estado do Rio de Janeiro, 1955 — fl.
8) Organização da vida rural — Ministério da Agricultura — Rio de Janeiro, 1949.
9) Banco Mineiro da Produção S. A. — Relatório de 1954 — Belo Horizonte.
10) O mundo agrário — março e abril de 1955 — ns. 25 e 26 — Rio de Janeiro.
11) Boletim da Superintendência dos Serviços do Café — ano XXIX — n. 331 — S. Paulo, 1954.
12) Brasil Rural — n. 152 — São Paulo, 1955.
13) Conjuntura econômica — n. 19, de 1954 — ns. 2, 3, 4 e 6 de 1955.
14) Relação dos municípios beneficiados pelos empréstimos com penhor agrícola, realizados pelo Banco Mineiro da Produção S. A., no período de entre safra 1954-55

OFERTA DO DR. ALBERTO RAVACHE

Arquivos de Bromatologia — Tomos I e II — Rio de Janeiro, 1954.

Missão comercial de Caixeiro Viajante — Rio de Janeiro, 1955.

Os problemas da terra no Brasil e na América Latina — Ministério da Agricultura — Rio de Janeiro, 1954.

OFERTA DO DR. JOSÉ VIEIRA, DIRETOR DO SERVIÇO DE INFORMAÇÃO AGRÍCOLA

Problemas da Agricultura Brasileira — Ruy Miller Paiva — Serviço de Informação Agrícola — Rio de Janeiro, 1954.

OFERTA DO SR. JOÃO ALBUQUERQUE MARANHÃO

História da indústria açucareira no Nordeste — O papel social de Catende — João Albuquerque Maranhão — Rio de Janeiro, 1949.

OFERTA DO SR. A. J. RENNER

A participação nos lucros das emprêsas — A. J. Renner — Pôrto Alegre, 1955.

OFERTA DO INSTITUTO BRASILEIRO DO CAFÉ

Regulamento de embarques de café — Safra 1955-1956 — Resolução n. 62 — Rio de Janeiro, 1955

OFERTA DO INSTITUTO DE IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

Legislação orgânica — Rio de Janeiro, 1955

OFERTA DO MINISTÉRIO DA GUERRA

O Êxodo Rural e o Exército — 1955.

OFERTA DO SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA

O voto arma do homem livre — Rio Grande do Sul, 1955.

OFERTA DO INSTITUTO DE ECOLOGIA E EXPERIMENTAÇÃO AGRÍCOLA

Boletins do Instituto de Ecologia e Experimentação agrícola — n.s 2, 6, 7, 8, 9, 10, 11 e 12

OFERTA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE EDEIA — ESTADO DE GOIÁS

Lei n. 41, de 15 de novembro de 1954.

OFERTA DA COMPANHIA BRASILEIRA DE POTASSA E ADUBOS, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

1) Senhor agricultor damos-lhe em seguida — 8 exemplares — São Paulo
2) A adubação racional do arroz no Brasil — 8 exemplares — São Paulo
3) A adubação racional da batatinha no Brasil — 7 exemplares — São Paulo.
4) A adubação racional do algodoeiro no Brasil — 8 exemplares — São Paulo.
5) A adubação racional da cana de açúcar no Brasil — 7 exemplares — São Paulo.

(Continua na pág. 19)

MONOPÓLIO PELO I. B. C. DO FINANCIAMENTO DO CAFÉ

Apresentado projeto pelo deputado Jefferson de Aguiar, teve parecer contrário da Comissão de Economia — Deve ser ouvida a Comissão Parlamentar de Inquérito: conclue a Comissão de Serviço Público

O sr. Jefferson de Aguiar apresentou, na Câmara dos Deputados, projeto de lei, que recebeu o n.º 156-A, de 1955, atribuindo exclusivamente ao IBC a assistência financeira aos cafeicultores. A proposição teve parecer contrário por parte da Comissão de Economia, enquanto a do Serviço Público Civil opinou no sentido do seu encaminhamento à Comissão Parlamentar de Inquerito que averigua os negócios do Instituto Brasileiro do Café.

Objetivos do projeto

São os seguintes os objetivos do referido projeto:

1.º — atribuir "esclusivamente" ao IBC a assistência financeira aos cafeicultores e suas cooperativas bem como a defesa dos preços, com a compra do produto para a retirada do mercado;

2.º — elevação da taxa de 10 para 20 cruzeiros por saca de 60 quilos, para atendimentos a êsses encargos;

3.º — proibição do plantio de café, para evitar a super produção, a partir de 1.º de janeiro de 1956 e incineração dos tipos inferiores a 8;

4.º — redução do número de servidores do I.B.C.

Seria inconstitucional

Membro da Comissão de Economia, mas, nem porisso, desautorizado para abordar o aspéro estritamente legal do problema, declarou-nos, a respeito, o deputado Drault Ernany:

— "A proibição do plantio é inconstitucional, pois, implica em violar o direito de propriedade. O lavrador dispõe da sua terra para cultivá-la como lhe pareça melhor, desde que não prejudique os seus visinhos ou não cultive plantas proibidas. A proibição, no caso, teria que ser de caráter geral. Como proibir o plantio da árvore que tem sustentado a nossa economia? Ninguém se lembrou, até hoje, de proibir o plantio da maconha porque, se pode ser usada para alimentar o vicio, pode por outro lado, ter emprêgo na flora medicinal. As restrições ao livre uso, gôzo e domínio da propriedade, pela Constituição vigente, só se processam pela desapropriação, com o pagamento do seu justo preço imediatamente, em dinheiro. Ora, o IBC, mesmo duplicando a taxa, como propõe o projeto, não teria meios financeiros para a desapropriação de tôdas as terras próprias à cultura do café. Donde se conclue que êsse projeto não pode ser aprovado, pois indica um caminho inconstitucional. Por outro lado a proibição do plantio ofende, frontalmente, a nossa economia, quando é certa que, em conseqüência das intempéries, como a geada, como decorrência das terras, nossa produção se reduziu a metade".

Outros inconvenientes econômicos

Falando a respeito do projeto, declarou-nos o deputado Rubens Berardo:

— "Essa proposição não pode ser aprovada. As medidas defensáveis que propõe, como o financiamento e a defesa do preço, já se acham convenientemente reguladas por lei. Além disso, nem a duplicação da taxa daria suficiência econômica ao IBC para prover ao financiamento. Considerada a exportação de dez milhões de sacas, o acrescimo de mais 10 cruzeiros implicaria numa renda de cem milhões de cruzeiros. Com ela, poder-

DEFESA DO PATRIOTISMO FLORÍSTICO

No intuito de evitar o desaparecimento completo de certas espécies raras da nossa flora indígena, notadamente das epífitas, que o leigo erradamente chama "parasitas", o Govêrno acaba de decretar:

A exportação de plantas ornamentais, notadamente as da flora epífita, além de outras exigências legais, só será permitida mediante prévia autorização das autoridades florestais, federais, que, em cada caso, fornecerão o necessário certificado liberatório. Êste certificado será precedido do arrolamento e exame dos espécimes a colher, da idoneidade de sua procedência, bem como das conveniências cientifica e econômica de sua exportação.

A fiscalização ficará exclusivamente a cargo do Serviço Florestal Federal, através de seus representantes estaduais, municipais e territoriais, cabendo ao Ministério da Agricultura, dentro do prazo de 30 dias, baixar o necessário Regulamento.

LIVROS E PUBLICAÇÕES

Comentários pelo
Eng. Agr. GERALDO GOULART DA SILVEIRA
Redator Técnico d'A LAVOURA

BOLETIM FLUMINENSE DE AGRICULTURA

Ano I — Ns. 37 e 38

Mais dois interessantes números referentes aos meses de Janeiro e Fevereiro do corrente ano do boletim editado pela Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio do Estado do Rio, com artigos assinados por P. L. Toi Filho, Ziede Coelho Moreira, Mario Ribeiro Estrella, H. Ferraz Franco, etc.

EXPERIMENT STATION UNIVERSITY OF NEBRASKA

COLLEGE OF AGRICULTURE, LINCOLN

Recebemos as seguintes publicações da Exp. St. University of Nabraska, College of Agriculture, Lincoln:

Boletins:

N.º 424 — Fertilization and Irrigation pratices for corn production on Newly Irragated Land in the Republican Vally, por H. F. Rhoades, O W. Howe, J. A. Bondurante e F. B. Hamilton.

N.º 425 — Research program for the improvement of hard red winter wheat.

N.º 426 — The cost of pumping water for irrigation in Nebraska, por A. W. Epp.

N.º 427 — Valuation of farm land for tax assessement, por H. W. Ottosou, A. R. Aandahl e L. B. Kristjanson.

N.º 428 — Chrysanthemum improvement, por Glenn Viehmeyer

Circulares:

N.º 93 — 50 yaris of research at the North Plant Experiment Station.

N.º 94 — Answers to questions about partridge pea, por T. H. Gooding e J. C. Russel.

N.º 95 — Introduced forage grasses for Nebraska, por F D Kelm e L. C. Niewell.

O ECO

Ano II — N.º 21

Recebemos mais este número de "Éco", jornal editado em França.

QUARTELY

Recebemos mais dois números de "Quartely".

O OBSERVADOR ECONÔMICO E FINANCEIRO

Ano XX — N.º 231

Recebemos mais um número dessa revista, fundada por Valentim Bouças, referente ao mês de Maio de 1955.

CONJUNTURA ECONÔMICA

Ano IX — N.º 6

Como sempre, o n.º 6 de "Conjuntura Econômica", referente ao mês de Julho do corrente, traz magníficos e oportunos estudos.

SELEÇÕES AGRICOLAS

Ano X — N.º 109

O numero de "Selecções Agricolas", referente ao mês de Maio do corrente ano, traz colaboração assinada por Arthur Torres Filho, Leopoldo Penna Teixeira, Joaquim Domingos Barregos, Eurico Santos, Hugo de Almeida, Oswaldo Bastos de Menezes e Honorato de Freitas.

MANUAL DO ESTRANGEIRO

Pericles Mello Carvalho

Oferecido à biblioteca da S. N. A. pelo consócio Alberto Ravache.

DIVULGAÇÃO COOPERATIVISTA

Ns. 55 a 62

"Divulgação Cooperativista" é o órgão da Divisão de Assistência ao Cooperativismo da Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio do Estado do Rio. O presente número, referente aos meses de Maio e Dezembro de 1954 traz a colaboração de nomes consagrados no cooperativismo como Valdiki Moura, Fabio Luz Filho, Bartholomeu dos Reis, etc.

BOLETIN DE LA ASOCIACION NACIONAL DE INGENIEROS AGRONOMOS

Vol. III — N.º 59

Entre os trabalhos deste numero do Boletim da Associação dos Engenheiros Agrônomos, editado em Madrid, destaca-se o trabalho do Eng. Agr. José Ruiz Santaella, subordinado ao titulo "Importancia de la esterilidad masculina para la producción de semilla hibrida comercial

REVISTA BRASILEIRA DE PANIFICAÇÃO

Ano XX — N.º 237

Trata-se de um mensário destinado ao estudo e critica dos assuntos inerentes à panificação e indústrias correlatas.

O PIONEIRO

Ano I — Ns. 10 e 11

Trata-se de um quinzenário editado pela Cia. Siderúrgica Belgo-Mineira. Os números 10 e 11, referentes às duas quinzenas do mês de Maio. Pela leitura da referida publicação verifica-se que no ano florestal 1955/1956, a Cia. Siderúrgica Belgo-Mineira deverá plantar 5.200.000 árvores, cobrindo uma área superior a 2.000 hectares.

REVISTA MENSAL DA LIGA DO COMERCIO

Ano XIX — N.º 260

Trata-se da revista que é o órgão da Liga do Comércio do Rio de Janeiro.

ANALES DE LA UNIVERSIDAD DE SANTO DOMINGO

Ns. 65-66 e 67-68

Os dois anais acima referem-se aos meses de Janeiro a Junho e Julho a Dezembro de 1953, com farta e abundante colaboração.

AGRICULTURAL EXPERIMENT STATION

UTAH STATE AGRICULTURAL COLLEGE

Recebemos da Utah State Agricultural College, de Logan, Estados Unidos, as seguintes publicações.

a) The nutritive value of winter range plants in the Great Basin, by C. W. Cook, L. A. Staddart e L. E. Harris.
b) Urbanization in Davis Country.
c) The superb plant berg, by Charles J. Sorenson e Lowell Cutler.
d) Fifty years of dry land research.

REVISTA BRASILEIRA DE ECONOMIA

Ano 8 — N.º 4

Como sempre, traz magníficos trabalhos o n.º 4, ano 8, da Revista Brasileira de Economia referente ao mês de Dezembro de 1954, editada pelo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas.

BULLETIN ECONOMIQUE ET SOCIAL DE LA TUNISIE

N.º 100 — Maio de 1955

Muito interessantes as seções: "Informações", "Estudos Econômicos", "Estudos Sociais e Culturais" e "Estatística e Documentos", do Bulletin Econonique et Social de la Tunisie.

AGRONOMIA

Vol. 12 — Ns. 3 e 4

O presente número do órgão oficial do Diretório Acadêmico da Escola Nacional de Agronomia da Universidade Rural, referente aos meses de Julho a Dezembro de 1953, traz colaboração assinada por J. H. Carneiro Ribeiro, Raul Nina Guderras, Honorio da Costa Monteiro Filho, Oswaldo Bastos de Menezes, Roberto Meireles de Miranda, José Lima Filho, José da Cruz Paixão, Octavio Domingos, Charles F. Robbs, Romolo Cavina, José Aguiar Guimarães e Edgard Lorenz.

AGRONOMIA

Ano XIX — Ns. 79-80

Agronomia é o órgão oficial do Centro de Estudantes de Agronomia da Escola Nacional de Agricultura, de Lima, Perú, com inúmeros e bons artigos técnicos assinados por agrônomos peruanos.

CHACARAS E QUINTAIS

Ano 46 — Vol. 91

Como sempre farta colaboração e noticiário de interêsse para os criadores e agricultores do país, encontra-se no número 46, referente ao mês de Junho de 1955 "Chácaras e Quintais", editada em S. Paulo.

SELEÇÕES AGRICOLAS

Ano X — N.º 110

A tradicional "Seleções Agrícolas", em seu número referente ao mês de Junho do corrente ano, traz colaboração assinada por Arthur Torres Filho, Luiz F. Silva Wiedemann, L. Penna Teixeira, E. Marcondes de Melo, Henrique F. Raimo, Pimentel Gomes, Hugo de Almeida Leme, Walther C. Battision e Ariosto R. Peixoto.

BOLETIM DA CCPL

Ano VIII — N.º 82

Este número é o último que editará a Cooperativa Central dos Produtores de Leite Ltda. Lamentamos o desaparecimento deste Boletim que era sempre bem recebido pelos seus inúmeros leitores.

BOLETIM DO LEITE

Ano VII — N.º 95

O presente número do Boletim do Leite, referente ao mês de Maio de 1955, apresenta artigos assinados por José Furtado Pereira, Juan Minut, etc.

LAVOURA PORTUGUESA

Ano 43 — N.º 30

Trata-se do Boletim da Associação Central da Agricultura Portuguesa, referente ao mês de Junho de 1955, com farto noticiário e inúmeros artigos de colaboração.

GAZETA DAS ALDEIAS

Ns. 2304 e 2305

Recebemos mais dois interessantes números de "Gazeta das Aldeias", editada no Porto, Portugal

ESSO AGRICOLA

1955 — N.º 1

Trata-se de uma publicação da Esso Standard Brasil Inc. de grande interêsse para os nossos lavradores e criadores.

BOLETIM BIBLIOGRAFICO BRASILEIRO

Vol. III — N.º 2

Trata-se de uma publicação bimestral publicada sob os auspicios do Sindicato Nacional das Emprêsas Editoras de Livros e Publicações, Culturais da Câmara Brasileira, do Livro e do Instituto Nacional do Livro.

AGRICULTURAL EXPERIMENT STATION, IOWA STATE COLLEGE

Recebemos da Agricultural Experiment State, Iowa State College, os seguintes boletins:

a) Crop response surface and economic optima in fertilizer use, by Earl O. Heady, John T. Pesek e William G. Brown — R. Bul 424;
b) Optimum combinations of competitive crops at particular locations, by B. Bowlen e E. O. Heady — R. Bul 426;
c) Resource returns and produtivity coefficients in selected farming areas of Iowa, Montana and Alabama, by E. O. Oleady e R. Shaw — R. Bul 425;
d) Farm size adjustments in Iowa and cost economies in crop production for farms of diferent sizes, by E. O. Heady, D. E. Mekee e C. B. Haver — R. Bul 428.
e) Application of imput-output analysis to a simple model emphasizing agriculture, by G. A. Peterson e E. O. Heady — R. Bul 427.
f) Adjusting farm rents to changes in prices cost and production, by W. E. Chryst e J F Timmans — Sp Rep n.º 9.

ACAR

Recebemos o 6.º relatório anual da ACAR, referente ao ano de 1954. A ACAR é a Associação de Crédito e Assistência Rural que iniciou suas atividades em Janeiro de 1949 e vem desta época realizando, no Estado de Minas Gerais um importante trabalho de assistência ao rurícola daquele Estado.

RODOVIA

Ano XVII — N.º 183

Recebemos mais este interessante número de "Rodovia", que é uma revista técnica e de divulgação rodoviária, referente ao mês de Maio de 1955

PARANA ECONOMICO

Ano III — N.º 27

"Paraná Econômico" é uma revista que é o órgão da defesa dos interêsses da produção do Estado do Paraná, publicado pela Federação do Comércio do Estado do Paraná.

GACETILLA AGRICOLA DE HOLANDA

Fev/Março de 1955

Trata-se de um folheto de divulgação sôbre a Holanda.

INSTITUTE OF AGRICULTURAL SCIENCES

State College of Washington

PULLMAN — WASHINGTON

Recebemos do State Colle of Washington, o Boletim de Extensão n.º 416; sôbre Septic tank sewage disposal system.

A LAVOURA

(ORGAO DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA)

Fundada em 1897

Engº. Agrônomo ARTHUR TORRES FILHO
Presidente da Sociedade

Engº. Agrônomo ANTONIO DE ARRUDA CAMARA
Diretor

Engº. Agrônomo KURT REPSOLD
Diretor Técnico

Engº Agrônomo GERALDO GOULART DA SILVEIRA
Redator-Técnico

LUIZ MARQUES POLIANO
Diretor Responsável e Redator-Secretário

Redação e Administração:

General Justo, 171

Telefone: 42-2981

Caixa Postal: 1245

Rio de Janeiro

Nem a redação da Revista nem a Sociedade Nacional de Agricultura são responsáveis pelos conceitos emitidos em artigos assinados

Representante para todo o Estado de S. Paulo:

NEWTON FEITOZA

RUA BOA VISTA, 245, 3.º andar — Tel.: 33-1432 — End Tel: "LINEFE. C. A.: 7257

— SAO PAULO —

DIVULGAÇÃO COOPERATIVISTA

N.º 66

Trata-se do órgão da Divisão de Assistência ao Cooperativismo da Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio do Estado do Rio de Janeiro, com colaboração assinada por Fabio Luz Filho, Julio César, Prado Leite, Juan Ventosa Roig, Breno Ferreira Hehl, Romolo Cavina e Roberto Bezerra de Menezes.

DIVERSOS

Recebemos as seguintes publicações:

a) Memorandum, vol. IV, n.º 4, publicado pela FAO
b) Resource use and produtivity in world agriculture, by Holi P. Bhattacharjee.
c) National income and general productivity in terms of energy, by S. D. Zagaroff.
d) Vita, vol. XII, n.º 11.
e) A farm sprayer for weed control — Extension miscellaneous Publications n.º 12 do Extension Service, do State College of Washington.
f) Monthly Agricultural Report, Junho de 1955, da Northern Ireland.
g) Tucan — Número comemorativo da Feira Internacional de Valencia.
h) Boletin de Informaciones, da Comissão Argentina Pró Fomento do Intercâmbio.

REVISTA DE DIREITO ADMINISTRATIVO

Vol. 39

O volume 39, referente aos meses de Janeiro a Março da Revista de Direito Administrativo, editada pela Fundação Getúlio Vargas, contém 566 páginas e abundante colaboração técnica relativa às questões de direito administrativo

BRASIL RURAL

N.º 154

Como sempre o referido número, referente ao mês de Maio do "Brasil Rural", editado pela Federação das Associações Rurais do Estado de S. Paulo, traz abundante colaboração de interêsse para o associativismo rural.

REVISTA DE AGRICULTURA

Vol. XXX — Ns. 4-5-6

Este número contém colaboração técnica assinada por Arthur Torres Filho, Oswaldo Bastos de Menezes, Alceu de Arruda Veiga, O. A. Gurgel Filho, Prof. Octavio Domingues, Albelto Alves Santiago, Frederico Pimentel Gomes, Sylvio Moreira, Orlando Beretta e E. Malavolta.

A GRANJA

Ano XI — Ns. 96/97

Entre outros assuntos interessantes encontrados no número desta revista, referente aos meses de maio e Junho, destacam-se: "Primeira Conferência Nacional de Triticultores" "Melhoramento do Rebanho Ovino Rio-grandense" "O trigo no panorama agrícola Rio-grandense" e "Melhoramento dos Rebanhos Bubinos"

REVISTA DO CLUBE DE ENGENHARIA

N.º 226 — Junho de 1955

Recebemos mais este número da revista do Clube de Engenharia.

BULLETIN ECONOMIQUE ET SOCIAL DE LA TUNISIE

N.º 101

Recebemos mais este número de Bulletin Economique et Social de la Tunisie, referente ao mês de Junho do corrente ano.

BOLETIM FLUMINENSE DE AGRICULTURA

Ano 4 — Ns. 39-40-41

Recebemos mais três números do Boletim Fluminense de Agricultura, publicado pela Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio do Estado do Rio de Janeiro.

A FAZENDA

Ano 50 — Ns. 2

Recebemos mais este número de "A Fazenda", onde se encontram artigos assinados por J. P. Ditchman, A. T. Semple, F. Boxall, Gastrock D'Aquin e Vix, Elmer Snyder e outros. Este número é referente ao mês de Fevereiro de 1955.

(Conclusão da pág. 36)

A êsses peixinhos se dá o nome de "*peixe alimento*", podendo-se criá-los nos mesmos ambientes aquáticos em que se criam os outros peixes, sendo, entretanto, preferível realizar-se sua criação em ambientes, preparados à parte.

Na América do Norte, o "Fish and Wild life Service", dividiu o Pays em regiões de piscicultura, levando em conta as temperaturas de suas águas, distribuindo as espécies de conformidade com as suas exigências biológicas.

O bass é, assim, criado, com exclusividade, em: Alabama, Arkansas, Florida, Georgia, Kentucky, Louisiana, Mississippi Carolina do Norte, Carolina do Sul, Tennessee e Virginia Estados em que a temperatura das águas é propicia ao desenvolvimento desta espécie A produção de bass, nessas unidades federativas norte-americanas, alcançou as seguintes cifras:

Anos	*Produção total por quilo*
1945	12.050,000
1946	12.570,000
1947	24.580,000
1948	25.660,000
1949	29.300,000
1950	29.050,000

A presente citação é feita à guisa de estímulo para que os piscicultores brasileiros venham a se interessar a fundo pela rendosa prática da criação de peixes, em águas represadas de suas propriedades rurais

Pesquisa do Fôrno da Cal

O dr. Avelino Ignacio de Oliveira, Diretor do Departamento Nacional de Produção Mineral do Ministério da Agricultura atendendo à solicitação da Sociedade Nacional de Agricultura houve por bem remeter à referida entidade, dados técnicos relativos à jazida de fosforo existente em Olinda, Estado de Pernambuco, e de outros minerais.

Entre os elementos enviados conta o "extrato sôbre o relatório de pesquisa dos Fornos da cal, Olinda, Pernambuco" assinado pelo Engenheiro de Minas, Dr. José Lino de Mello Junior que vai na integra, abaixo transcrito.

A área coberta pelas pesquisas realizadas pela D. F. P. M. em colaboração com os concessionários, abrange um total de...... 1.000,1950 Ha., concedidas à NOVAS INDÚSTRIAS OLINDA S/A, em 3 áreas de 249,6950, 476,0000 e 274,5000 Ha., decretos respectivamente ns. 29.958, 29.959 e 29.991.

Os trabalhos de pesquisa, por sondagem, estiveram a cargo do Eng. da Divisão, Moacyr de Vasconcellos, e foram iniciados no dia 22/1/51.

Atualmente a D. F. P. M. dispõe em operação 6 sondas na região.

Conforme planta anexa, a situação da área em relação ao pôrto do Recife é de 6 km, o que coloca a jazida, em aprêço, em posição geográfica excepcional.

No desenvolvimento dos trabalhos foram executados 94 furos de sonda que perfazem um total de 2.784,50 m perfurados e 4 poços (Shaft) donde foram extraidos cêrca de 60 toneladas do fosfato. A retirada dêsse material tem por objetivo principal, além de testar os teôres obtidos por sondagem, a coleta de material para ensáios de beneficiamento, agronômicos, etc.

Estratigràficamente, a camada de fosforita está situada na base dos calcáreos, margas e folhelhos da Formação Maria Farinha — cretácea superior. Trata-se, pois, de jazida sedimentar de origem bioquimica. A êste grupo pertencem as minas de maior importância econômica, como as da Africa do Norte e algumas dos Estados Unidos da América.

Os sedimentos de Formação Maria Farinha, onde está contida a jazida são pràticamente horizontais e com leve mergulho, máximo 6.º, para o quadrante E.

Pelos serviços de pesquisa realizados chegamos as seguintes conclusões:

1. Reserva total determinada: 32 milhões de toneladas.

2. Espessura da camada total (A): 2,15 m.

3. Teôr da camada total (A): 19,82% de P_2O_5.

Pela maneira de conduzir os serviços de sondagem, na parte referente à amostragem da camada, foi possivel subdividi-la em várias amostras que nos possibilitaram o conhecimento de variação de teôr de P_2O_5 no longo da camada. Assim sendo, foi possível determinar a faixa em fosfato, intermidiária, de camada, resultado, em combinação àquelas conclusões:

4. Espessura de faixa rica (a): 2,08 m.

5. Teôr de faixa rica (a): 26,63% de P_2O_5.

Com os serviços dos poços foi possivel determinar um coeficiente de correção dos teôres obtidos por sondagem para os reais, dos poços locados coincidentemente com os furos de sonda. Este fator de correção é de 25% para a camada total (A) e 10% para a faixa rica (a).

Os teôres obtidos, tornam-se para a camada total (A) 24,77% de P_2O_5 e para a faixa rica (a) 29,29%.

O fosfato contido nessa faixa representa 67% do total com teôr de 29,00%. Certamente, se se conseguir fazer mineração de extração seletiva, esta parte dispensará concentração. Os 33% de fosforita restantes estarão contidas num volume igual ao extraido da faixa rica, com teôr de 13% de P_2O_5.

De tôda área foi selecionada uma para cobertura a céu aberto com as seguintes caracteristicas:

Area: 1.780.500 m2

Espessura média: 2,26 m.

Teor médio: 24,77% de P_2O_5

Capeamento (overburden) médio: 13,12 m

Esteril a remover: 23.360.160 m3

FOSFORITA: 6.438.288 toneladas.

Relação fosfato (tonelada) para esteril de cobertura (m3) — 1:3,.7

Dessa fosforita 4.300.000 ton., de faixa rica intermediária de camada, contem 26,63% de P_2O_5 em teôr de sondagem ou, realmente, ordem de 29,00% de P_2O_5.

Comparando-se as caracteristicas da área em aprêço com serviços de mineração a céu aberto semelhante no País como o de Siderópolis, de C.S.N., para carvão, onde a relação citada é de 1:9 e, de outro lado, os respectivos preços corrente do carvão e fosfato (hiperfosfato), chegar-se-á a conclusão de explorabilidade econômica das jazidas de fosfato de Olinda.

Êsses resultados nos colocam, pois diante de grande mina de fosfato orgânico, que abre para o Nordeste e para o Brasil notáveis perspectivas econômicas.

O relatório abrangendo as três áreas concedidas, apresentado pelo eng. desta Divisão Francisco Moacyr de Vasconcellos, do qual foi extraido o presente extrato, está anexo aos D.N.P.M. 2226/51, 2227/51 e 2228/51.



A ciencia gira em circulos no desenvolvimento da agricultura. Fazendeiros de uma antiga estação experimental dos Estados Unidos, localizada em Connecticut, descobriram que canteiros circulares são ideais para experimentar novos métodos e materiais de pulverização e economizar tempo e trabalho. O clichê mostra um pulverisador circular usado na aplicação de substâncias quimicas numa horta experimental

SERVIÇO SOCIAL RURAL

Íntegra da lei que o cria — Entidade autárquica, tipo Fundação, subordinada ao Ministério da Agricultura — O patrimônio — Finalidades

O Diário Oficial da União (Seção I), de 27 de setembro do corrente ano, publicou, na primeira página, a lei n.º 2.613, de 23 do mesmo mês, referente à criação do Serviço Social Rural.

Eis, na íntegra, o importante documento:

Lei n.º 2.613 — de 23 de setembro de 1955

Autoriza a União a criar uma Fundação denominada Serviço Social Rural

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É criado, subordinado ao Ministério da Agricultura, o Serviço Social Rural (S.S.R.) entidade autárquica, com personalidade jurídica e patrimônio próprio, sede e fôro no Distrito Federal e jurisdição em todo o território nacional.

Art. 2.º Constituem patrimônio do S.S.R.:

I. A quantia de Cr$ 5.000.000,00 (cinco milhões de cruzeiros) em moeda corrente.

II. O produto do recebimento de uma contribuição de 3% (três por cento) e 1% (um por cento) sôbre a soma paga mensalmente aos seus empregados pelas pessoas naturais ou jurídicas mencionadas nos arts. 6.º e 7.º desta lei.

III. O patrimônio da antiga Sociedade Colonizadora Hanseática, de Ibirama, Estado de Santa Catarina.

IV. Os prédios rústicos e os semoventes adquiridos pela União em virtude do decreto-lei n.º .... 1.907, de 26 de dezembro de 1938

V. As doações ou legados que lhe forem feitos e as dotações orçamentárias a êle destinadas.

Art. 3.º O Serviço Social Rural terá por fim:

I. A prestação de serviços sociais no meio rural, visando a melhoria das condições de vida da sua população, especialmente no que concerne:

a) à alimentação, ao vestuário e à habitação;

b) à educação e à assistência sanitária;

c) ao incentivo à atividade produtora e a quaisquer empreendimentos de molde a valorizar o ruralista e a fixá-lo à terra.

II. Promover a aprendizagem e o aperfeiçoamento das técnicas de trabalho adequadas ao meio rural.

III. Fomentar no meio rural a economia das pequenas propriedades e as atividades domésticas.

IV. Incentivar a criação de comunidades, cooperativas ou associações rurais.

V. Realizar inquéritos e estudos para conhecimento e divulgação das necessidades sociais e econômicas do homem do campo.

VI. Fornecer semestralmente ao Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho relações estatísticas sôbre a remuneração paga aos trabalhadores do campo.

Art. 4.º O S.S.R. será administrado por um conselho nacional e pelos conselhos estaduais, dos Territórios Federais e Distrito Federal, dotados êstes da autonomia necessária para promover a execução de planos adaptando-os às peculiaridades locais, por intermédio das juntas municipais.

§ 1.º O conselho nacional será constituído:

a) de um presidente de nomeação do Presidente da República, dentro da lista tríplice que será apresentada pela Confederação Rural Brasileira;

b) de um representante do Ministério da Agricultura;

c) de um representante do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio;

d) de um representante do Ministério da Educação e Cultura;

e) de um representante do Ministério da Saúde;

f) de quatro representantes da classe rural, eleitos em assembléia geral da Confederação Rural Brasileira, na forma que o regulamento estabelecer.

§ 2.º O Conselho estadual ou de Território ou do Distrito Federal será constituído de um presidente escolhido pelo conselho nacional, em lista tríplice, apresentada pela federação respectiva, de um representante da Federação das Associações Rurais, eleito em assembléia geral.

§ 3.º A junta municipal será constituída de um presidente nomeado pelo conselho estadual dentro da lista tríplice apresentada pela respectiva Associação rural do Município, eleito por voto secreto em assembléia geral, para tanto especialmente convocada.

§ 4.º Nos Municípios onde não existir associação rural o representante da classe será indicado pela Federação das Associações Rurais e, na falta desta, pelo conselho estadual ou do Território ou do Distrito Federal.

§ 5.º O mandato dos membros dos conselhos nacionais e estaduais e das juntas municipais será de 3 (três) anos, podendo ser renovado.

§ 6.º Nas deliberações dos órgãos colegiados, de que trata êste artigo, o presidente terá voto deliberativo e de qualidade.

Art. 5.º O funcionalismo do Serviço Social Rural só poderá ser admitido mediante concurso público de provas, ressalvados os cargos de direção, previstos no art. 4.º e o disposto no parágrafo único dêste artigo.

Parágrafo único. Excepcionalmente poderão ser admitidos funcionários interinos para exercício do S.S.R. pelo prazo máximo e improrrogável de 1 (um) ano.

Art. 6.º É devida ao S.S.R. a contribuição de 3% (três por cento) sôbre a soma paga mensalmente aos seus empregados pelas pessoas naturais ou jurídicas que exerçam as atividades industriais adiante enumeradas:

1 — Indústria do açúcar;
2 — Indústria de laticínios;
3 — Xarqueadas;
4 — Indústria do mate;
5 — Extração de fibras vegetais e descaroçamento de algodão;
6 — Indústria de beneficiamento de arroz;
8 — Extração do sal;
9 — Extração de madeira, resina e lenho;

10 — Matadouros,
11 — Frigoríficos rurais,
12 — Cortumes rurais:
13 — Olaria

§ 1.º As pessoas naturais ou jurídicas que exerçam as atividades industriais de que trata êste artigo deixarão de contribuir para os serviços sociais e de aprendizagem do comércio e da indústria, regulados pelos Decretos-leis ns.º 9.853, de 13 de setembro de 1946; 9.403, de 25 de junho de 1946; 4.048, de 22 de janeiro de 1942, modificado pelo decreto lei n.º 4.936, de 7 de novembro de 1942, e n.º 8.621 de 10 de janeiro de 1946.

§ 2.º Ficam isentos das obrigações referidas nêste artigo as indústrias caseiras, o artezanato bem como as pequenas organizações rurais, de transformação ou beneficiamento de produtos rurais do próprio dono e cujo valor não exceder de r$ 200.000,00 (duzentos mil cruzeiros).

§ 3.º As pessoas naturais ou jurídicas que exerçam as atividades industriais enumeradas nêste artigo não se eximem de contribuição ainda quando em cooperativas de produção.

§ 4.º A contribuição devida por todos os empregados aos institutos e caixas de aposentadoria e pensões é acrescida de um adicional de 0,3% três decimos por cento) sôbre o total dos salários pagos e destinados ao Serviço Social Rural, ao qual será diretamente entregue pelos respectivos órgãos arrecadadores.

Art. 7.º As emprêsas de atividades rurais não enquadradas no art. 6.º desta lei contribuirão para o Serviço Social Rural com 1% (um por cento) do montante e da remuneração mensal para os seus empregados.

Parágrafo único. Ficam isentas da contribuição constante dêsse artigo as pessoas físicas que explorarem propriedade próprias ou de terceiros, cujo valor venal seja igual ou inferior a Cr$.... 200.000,00 (duzentos mil cruzeiros).

Art. 8.º As contribuições dos que não possuirem escritura em forma legal serão calculados à base do salário mínimo da região, acrescido de 10% (dez por cento).

Art. 9.º As contribuições devidas ao S.S.R. serão recolhidas na forma, prazo e local que forem determinados no regulamento, incorrendo o contribuinte, pela não recolhimento dentro em 120 (cento e vinte dias do vencimento, além dos juros de mora, na multa de 10% (dez por cento), podendo a sua arrecadação ser atribuida a entidades públicas ou privadas.

Art. 10 A aplicação do produto das arrecadações será feita de acôrdo com as normas a serem estabelecidas pelo conselho nacional, devendo, no entanto, ser empregada no Município 60% (sessenta por cento) da arrecadação ali efetuada, destinando-se o restante 20% (vinte por cento), para aplicação pelo conselho estadual, tendo em vista as zonas menos favorecidas do Estado, e 20% (vinte por cento) pelo conselho nacional, obedecido o mesmo critério.

Parágrafo unico. As despesas gerais correspondentes a cada um dos órgãos executivos do S.S.R. correrão por conta das cotas de arrecadação atribuidas ao mesmo.

Art. 11 O S.S.R. é obrigado a elaborar anualmente um orçamento geral, cuja aprovação cabe ao Presidente da República, que englobe as previsões de receitas e as aplicações dos seus recursos e de remeter ao Tribunal de Contas no máximo até 31 de março do ano seguinte, as contas da gestão anual, acompanhadas de sucinto relatório do presidente, indicando os beneficios realizados.

Art. 12 Os serviços e bens do S.S.R. gozam de ampla isenção fiscal como se fôssem da própria União.

Art. 13 O disposto nos arts. 11 e 12 desta lei se aplica ao Serviço Social da Indústria (SESI), ao Serviço Social do Comércio (SESC), ao Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e ao Serviço de Aprendizagem Comercial (SENAC).

Art. 14 E o Poder Executivo autorizado a abril pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr$ 5.000.000,00 (cinco milhões de cruzeiros) para satisfazer a dotação prevista no art. 2.º.

Art. 15 Será consignado anualmente no orçamento geral da União uma verba no valor de Cr$ 100.000.000,00 (cem milhões de cruzeiros) para atender às finalidades previstas nesta lei.

Art. 16 Esta lei entrará em vigor 60 (sessenta) dias depois da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 23 de setembro de 1955; 134.º da Independência e 67.º da República.

João Café Filho
Munhoz da Rocha
J. M. Whitaker

Indicação Informativa n.º 37, do Serviço de Informação Agrícola do Ministério da Agricultura — Setembro de 1955.

(Conclusão da pág. 30)

uma família estranha; mas o saque geralmente desaparece com essa providência, dentro de alguns minutos. Se o apicultor descobrir que o saque já está generalizado, terá de reduzir ainda mais as entradas das colmeias e núcleos, iniciando imediatamente, com o fumigador, auxiliado por dois ou três ajudantes, a fumigação de tôdas as colmeias, e ao mesmo tempo pulverizar as abelhas que entram e saem, com água pura (sem açúcar).

Se o apiário dispuzer de água encanada, será sempre de muito bom efeito pulverizar as abelhas que estão voando com mangueira de irrigação, dessas que se usam para jardins.

A "chuva" produzida, altera as disposições das abelhas, fazendo-as recolherem-se às suas respectivas casas.

O JACARÉ NO REFLORESTAMENTO

O jacaré é uma árvore de porte médio, da importante família das leguminosas, muito característica por apresentar o tronco e ramos estriados, com lâminas salientes e serrilhadas, o que dá uma semelhança do dorso da cauda do jacaré.

Aproveitamento — A madeira é branca, compacta, de fibras finas, encontrando larga aplicação em obras internas. É uma das melhores espécies indígenas para produção de lenha e carvão; o seu poder calorífico é dos mais elevados. O valor do jacaré como combustível está consagrado na prática devido ao seu rápido crescimento e extraordinária capacidade de regeneração por meio de vigorosos rebentos da árvore cortada. Conforme o terreno e os cuidados culturais, a plantação de jacaré pode ser explorada econômicamente aos quatro ou cinco anos de idade. A entrecasca do jacaré pode ser aproveitada na extração de tanino.

Clima e solo — É encontrada em estado nativo em quase todo o território nacional, sendo portanto uma planta pouco exigente quanto ao clima. No que diz respeito ao solo, é igualmente pouco exigente, vegetando satisfatòriamente em qualquer terreno, desde que não seja alagadiço ou demasiadamente úmido, nas planícies, planaltos e encostas, em associação com outras essências das florestas e cerrados.

Semente — O poder germinativo das sementes de jacaré tem pouca duração, não indo muito além de seis meses. Daí a necessidade de cuidados especiais na colheita e conservação das sementes, devendo-se proceder da seguinte maneira: os frutos recém-colhidos são espalhados em camadas pouco espessas sôbre uma peneira ou tela de malhas largas colocadas sôbre um caixão. Em seguida, expõe-se tudo ao sol durante algumas horas e os frutos abrir-se-ão deixando as sementes caírem no fundo do caixão, onde ficam abrigadas dos ráios solares que, se incidissem diretamente, as prejudicariam grandemente. Do caixão, as sementes são levadas para um lugar sêco, fresco, bem ventilado e acondicionadas em recipientes onde o ar penetre e circule fàcilmente. Deve-se notar que as sementes extraídas com as mãos, sobretudo quando o trabalho é executado logo após a colheita, são muito atacadas pelo bolor que prejudica sua conservação.

Semeação — Em virtude da curta duração do poder germinativo das sementes, é aconselhável fazer a semeação logo após a sua colheita. Há dois processos de semeação: diretamente no local definitivo e por meio de sementeiras.

O primeiro processo só deve ser adotado em casos excepcionais. Consiste em proceder à necessária limpeza da área a cultivar por meio de roçados ou capinas; abrem-se as covas de dois em dois metros, recebendo cada uma delas de tres a quatro sementes, separadas uma das outras três a quatro centímetros e cobrindo-as com leve camada de terra.

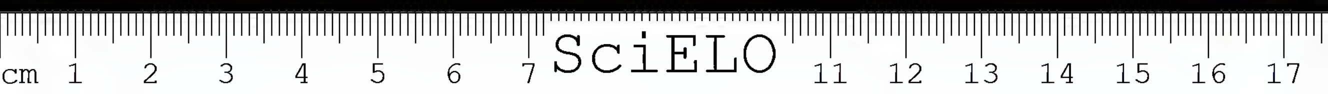
No segundo processo, que é o mais racional, procede-se como para o eucalipto, preparando muito bem os canteiros de semeadura com terra peneirada. Rega-se bem o canteiro e semeia-se a lanço; cobrem-se as sementes com uma leve camada de terra, comprimindo levemente em seguida. Dentro de três dias, mais ou menos, as plantinhas começam a aparecer à superfície. Os cuidados se resumem, então, em evitar que as ervas daninhas prejudiquem as mudinhas.

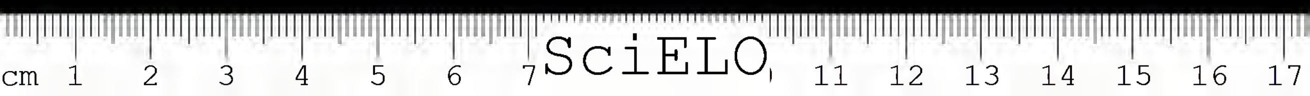
Plantio definitivo — Quando as mudinhas tiverem alcançado 5 a 8 cm de altura, faz-se a transplantação para caixas ou jacazinhos, de onde mais tarde serão levadas para o terreno definitivo. Quando as mudas alcançarem 20 a 25 cm de altura, são transplantadas para o lugar definitivo, onde formarão o bosque. Êsse trabalho deverá ser feito de preferencia após uma boa chuva e em dias nublados. Devem ser aproveitadas as mudas mais vigorosas e melhor desenvolvidas.

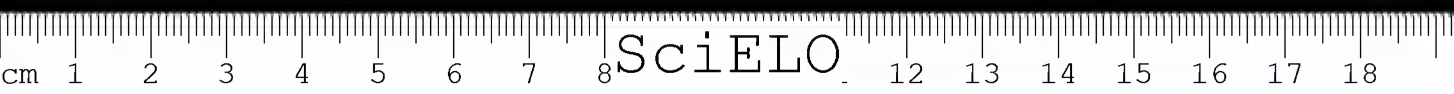
Tem-se observado que as mudas, logo após serem plantadas no lugar definitivo, reduzem grandemente, num período que vai até sessenta dias, sua atividade de crescimento, apresentando mesmo acentuado aspecto de definhamento. Êsse fenômeno, entretanto, não tem importância, uma vez que, passado êste período de crise, retomam pleno desenvolvimento.

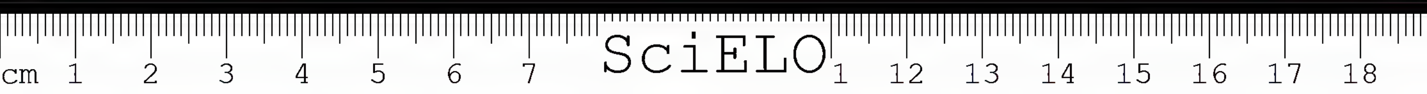
Durante os primeiros dezoito meses, a área plantada deverá ser mantida livre de ervas daninhas. O processo de "coroação" ou uma capina sempre que for necessário, em volta da planta, tem dado bons resultados e é econômico.

Oficinas Gráf. do "Jornal do Brasil",
Avenida Rio Branco, 110/112 — Rio


cm 1 2 3 4 5 6 7
SciELO
11 12 13 14 15 16 17


SciELO


cm 1 2 3 4 5 6 7 8
SciELO
12 13 14 15 16 17 18


cm 1 2 3 4 5 6 7 SciELO 1 12 13 14 15 16 17 18